

Delma Pessanha Neves
Leonilde Servolo Medeiros
(Organizadoras)

MULHERES CAMPONESAS

trabalho produtivo e engajamentos políticos



MULHERES CAMPONESAS
trabalho produtivo e engajamentos políticos

Delma Pessanha Neves
Leonilde Servolo Medeiros
(Organizadoras)

MULHERES CAMPONESAS

Delma Pessanha Neves
Leonilde Servolo de Medeiros
(Organizadoras)

MULHERES CAMPONESAS

trabalho produtivo e engajamentos políticos

Niterói, 2013

© 2013 by Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo de Medeiros (organizadoras)

Direitos desta edição reservados às Organizadoras.

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra desde que citada a fonte.

Normalização: Maria Lúcia Gonçalves

Edição de texto e revisão: Rita Godoy

Capa: Marcos Antonio de Jesus

Supervisão gráfica: **Marcos Antonio de Jesus**

Diagramação: Maria José da Costa e Marcos Antonio de Jesus

Impressão: Gráfica e Editora Qualidade

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M956 Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos /
Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras).
– Niterói : Alternativa, 2013.
431 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-63749-07-9

1. Mulheres do Campo – Brasil. 2. Mulheres – Sociologia. I. Neves, Delma Pessanha. II. Medeiros, Leonilde Servolo.

CDD 305.480981

Coordenação geral:

Delma Pessanha Neves – Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

Leonilde Servolo de Medeiros – Professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro CPDA/UFRRJ.

Comitê editorial:

Delma Pessanha Neves – PPGA/UFF

Leonilde Servolo de Medeiros – CPDA/UFRRJ

Maria Angélica Motta-Maués – Doutora em Sociologia pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Professora Aposentada da UFPA (Universidade Federal do Pará). Professora Permanente do PPGCS (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) da UFPA (Universidade Federal do Pará)

Maria Emília Pacheco – Antropóloga, gestora do Programa Direito à Segurança alimentar, Agroecologia e Economia solidária da FASE – Federação de órgãos para a Assistência Social e Educacional.

Maria Ignez Paulilo – Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ. Professora do PPGSP/SPO/CFH/UFSC - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política/Depto de Sociologia e Ciência Política/ Centro de Ciências Humanas/ Universidade Federal de Santa Catarina

Auxiliares de pesquisa:

Priscila Tavares dos Santos – Doutoranda no PPGA/UFF

Rodrigo Pennutt da Cruz – Mestrando no PPGA /UFF

Nota do MPA

Quemos apresentar a todas/os as/os leitoras/es, às/aos militantes camponesas/es, interessadas/os e estudiosas/os do campesinato, mas, de forma especial, a todas as mulheres camponesas do Brasil, a presente coletânea, que é um esforço coletivo de intelectuais, pesquisadores e pesquisadoras, militantes das organizações sociais e do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

Vivíamos em 2003 um período em que se tentava apagar da história (e do presente) o campesinato. Entretanto, este segmento de produtores, por seu modo de ser e de viver, em expressiva pluralidade de situações e experiências de reprodução social, é um dos principais protagonistas da humanidade, no decorrer do processo histórico. Na atualidade, presta enorme contribuição à experiência humana e sua interdependência com os recursos naturais. Evidenciava-se assim uma profunda contradição: a importância do campesinato não correspondia ao reconhecimento social pelos demais segmentos sociais, inclusive pela escassez de registros de pesquisa e documentários. Percebeu-se que, apesar de haver muitos textos produzidos sobre o campesinato, faltava um certo direcionamento nesses registros que pudesse assegurar visão mais abrangente dessa experiência histórica, considerando a diversidade desse protagonismo pelas diferenças postuladas na divisão sexual de trabalho e ciclo de vida. É fato que, também por estímulo de dirigentes do MPA, a coleção *História Social do Campesinato no Brasil*, por meio de diversos artigos, procurou diminuir a defasagem no reconhecimento da importância do campesinato no processo histórico de constituição da humanidade e da sociedade brasileira. Investir no estímulo à produção, mas principalmente na publicação desses artigos, já havia sido um desafio para o MPA. Esse desafio correspondia a demandas da base social desse movimento, que buscava e continua a buscar uma compreensão aprofundada do campesinato brasileiro. O processo de publicação da coleção não se finalizou neste único ato. Ele deu origem a um complexo processo de estudos arduamente desenvolvidos por muitas mãos e cabeças de intelectuais/pesquisadores, militantes, dirigentes de todo o Brasil que mantêm o debate e se instigam para pesquisa em torno de novos temas e experiências de grupos sociais pouco conhecidos. A coleção *História Social do Campesinato*, organizada a partir de 2003, primeiramente por iniciativa do Movimento dos Pequenos Agricultores e depois com envolvimento da Via Campesina, trouxe de volta para o cenário nacional o debate sobre o campesinato. Muito ainda está por ser pesquisado e apresentado ao debate público, mas, neste momento, destacamos que, nos primeiros volumes, a ênfase recaiu sobre os produtores como categoria socioeconômica, permanecendo relativamente invisibilizada a especificidade da participação das mulheres camponesas no processo histórico.

A participação efetiva das mulheres no processo produtivo, desde o início da construção humana do saber e da prática vinculada à agricultura, sempre foi determinante para a garantia da continuidade dos seres humanos tanto na produção da alimentação, como na preservação ambiental, na garantia de renda-comercialização, ou seja, na reprodução da vida. Porém, essa participação ao longo da história foi secundarizada diante da organização social capitalista em que vivemos, que se pauta por uma lógica social enviesada pelos valores que orientam as relações de gênero. Essa lógica pode ser então qualificada como machista e patriarcal, visto que ela redimensiona a ação dos homens e apaga a ação das mulheres por reduzir o reconhecimento social ao trabalho doméstico e não produtivo. Por isso, a grande importância que atribuímos a mais este tomo, embora, por questões contratuais e de direitos autorais, ele não esteja incluído na bela obra da *História Social do Camponato*, mas corresponda ao mesmo projeto político que deu origem à constituição dessa coleção. Apresentamos então, mesmo que como produção autônoma, este volume dedicado ao estudo de trajetórias das mulheres camponesas no Brasil.

Ao longo dos seus anos de existência e a partir do conjunto de estudos acerca do camponato, das realidades concretas vividas, das especificidades camponesas e das perspectivas futuras, o Movimento dos Pequenos Agricultores tem a convicção de que a crítica é importante, assim como é imprescindível ter um projeto político claro para o campo, tal como nos propomos pela construção do Plano Camponês, cujo objetivo central é a garantia da produção e reprodução social camponesa. Este projeto político extrapola o camponato, porque também se orienta pelas necessárias reflexões em torno da produção de alimentos saudáveis para o conjunto do povo brasileiro. Por conseguinte, o Plano Camponês está, com base na aplicação prática, vinculado ao conceito político de Soberania Alimentar. Nesse sentido, trata-se de um projeto político para o campo, que é parte de um projeto popular para o Brasil.

Na construção do Plano Camponês vimos refletindo sobre as diferentes formas de resistências e conquistas que estamos alcançando; vimos analisando os modos de participação nas lutas sociais e do dia a dia, processos nos quais a participação política e prática das mulheres tem sido de fundamental importância. Não há dúvida sobre a imprescindibilidade da atuação feminina para a reprodução social camponesa; mas há a necessidade de retirá-la da invisibilidade social. Dar visibilidade à condição de protagonista assumida pelas mulheres camponesas de todo o Brasil é assumir publicamente a necessidade de libertação do camponato das práticas, dos costumes e das tradições machistas que, em sendo hegemônicas na sociedade, acabam por oprimir as mulheres e, pela cumplicidade das relações de poder aí em jogo, de certa forma também os homens.

Daí a necessidade de aprofundar o conhecimento para melhorar a ação política das mulheres no campo; para tornar clara a elaboração das necessidades

concretas do campesinato; e produzir coletivamente um conjunto de métodos que permitam operar na construção da visibilidade do trabalho de todos os membros da família, tema que deve fazer parte não só da educação familiar, mas também das esferas mais ligadas à produção econômica.

Este é então o sentido que se expressa nesta coletânea que entregamos ao público: dar visibilidade e aprofundar o conhecimento da realidade concreta. Pelos diversos artigos que a integram, queremos destacar as condições de reprodução dos grupos domésticos e da participação das mulheres camponesas, pondo em destaque suas formas de organização e representação política, em muitos deles também pela articulação que autores desenvolveram entre os temas de gênero e campesinato, entres outros aspectos.

Nossa iniciativa está longe de estar encerrada. Após a edição e o lançamento daquela coletânea, voltamos ao desafio de construir e publicar mais um volume com as experiências produtivas das mulheres no Plano Camponês, como já afirmado, projeto político do MPA.

O MPA reconhece e agradece profundamente todo o trabalho árduo e voluntário de todas as pessoas, militantes, intelectuais, pesquisadoras envolvidas nesse projeto, na construção desta importante coletânea e, de forma especial, às professoras/pesquisadoras Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo de Medeiros, que não mediram esforços para alcançarmos esse resultado, amplamente compensado por se tratar de um grande passo na construção de uma sociedade na qual as histórias de diversos segmentos sociais sejam igualmente reconhecidas.

Queremos construir um campesinato forte, uma sociedade justa, em que todas as pessoas sejam respeitadas e visibilizadas, por constituírem partes importantes da desejada construção social. Por isso, com essa coletânea que traz ao reconhecimento público a participação das mulheres, nós experimentamos a satisfação de estar contribuindo nessa emancipação histórica das mulheres camponesas.

A todas as mulheres, que avancemos na consciência, no planejamento e na organização das nossas lutas, das nossas conquistas em todas as partes do país e do mundo, porque: Mulheres organizadas, sementes germinadas e a sociedade transformada.

Fevereiro de 2013
Direção Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores
MPA/Brasil



SUMÁRIO

Apresentação da Coletânea 13

Coordenação geral do projeto editorial:

Delma Pessanha Neves

Leonilde Servolo de Medeiros

I PARTE

MULHERES CAMPONESAS E REPRODUÇÃO DE GRUPOS DOMÉSTICOS

Apresentação 17

Delma Pessanha Neves

Maria Angélica Motta-Maués

Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará 41

Maria Cristina Maneschky

Agroecologia e relações de gênero em projeto societário 65

Iara Aquino Henn

Colonas italianas no Sul do Brasil: estigma e identidade 89

Maria Catarina C. Zanini

Miriam de Oliveira Santos

O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em área de fronteira 107

Xavier Arnauld de Sartre

Laurence Granchamp Florentino

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Luiza Mastop-Lima

Ailce Margarida Negreiros Alves

Hélène Guétat-Bernard

Reorientações produtivas na divisão familiar do trabalho: papel das mulheres do sertão de São Francisco (Sergipe) na produção do queijo de coalho 129

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Maria Geralda de Almeida

Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero	147
<i>Josiane Carine Wedig</i>	
<i>Renata Menasche</i>	

Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras	163
<i>Maria Aparecida de Moraes Silva</i>	

II PARTE

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES DO CAMPO

Apresentação	187
<i>Leonilde Servolo de Medeiros</i>	
<i>Maria Ignez Paulilo</i>	

Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação	195
<i>Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante</i>	
<i>Henrique Carmona Duval</i>	
<i>Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco</i>	
<i>Ana Paula Fraga Bolfe</i>	

Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos	217
<i>Regina Bruno</i>	
<i>Valdemar João Wesz Junior</i>	
<i>Caroline de Araujo Bordalo</i>	
<i>Silvia Lima de Aquino</i>	
<i>Laeticia Jalil</i>	

O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social	237
<i>Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo</i>	

A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres	257
<i>Neiva Furlin</i>	

Participação feminina e resistência camponesa no Maranhão do século XX	283
<i>Viviane de Oliveira Barbosa</i>	

As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina	303
<i>Marilda A. Menezes e Sirlei A. K. Gaspareto</i>	

Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil	329
<i>Emma Siliprandi</i>	

III PARTE INVENTARIANDO O CAMPO TEMÁTICO DA ARTICULAÇÃO GÊNERO E CAMPESINATO

Introdução	347
<i>Delma Pessanha Neves</i>	
<i>Priscila Tavares dos Santos</i>	
<i>Rodrigo Pennutt da Cruz</i>	

Campos temáticos de estudo de relações de gênero em dissertações e teses	357
<i>Delma Pessanha Neves</i>	
<i>Rodrigo Pennutt da Cruz</i>	

Mundo rural e relações de gênero	393
<i>Delma Pessanha Neves</i>	

Relação de títulos (dissertações e teses) afiliados ao campo de estudos no mundo rural	403
<i>Rodrigo Pennutt da Cruz</i>	
<i>Priscila Tavares dos Santos</i>	

Temáticas recorrentes nas teses e dissertações referentes ao universo rural	411
<i>Delma Pessanha Neves</i>	

Artigos publicados cuja perspectiva analítica contempla estudos de gênero e mundo rural	427
<i>Rodrigo Pennutt da Cruz</i>	
<i>Priscila Tavares dos Santos</i>	



APRESENTAÇÃO DA COLETÂNEA

Delma Pessanha Neves*

Leonilde Servolo de Medeiros**

A presente coletânea compreende uma série de artigos que versam sobre as formas de participação de mulheres em projetos diversos, cujo objetivo é a reprodução da família camponesa, quer vista sob sua dimensão econômica ou cultural, quer considerada pelo exercício de mediação política em movimentos sociais e/ou como quadros institucionais.

A ideia de elaborá-la liga-se à experiência das autoras desta apresentação como participantes de uma equipe de pesquisadores convidados a organizar os volumes da coleção *História Social do Campesinato*, publicados ao longo de 2008 e 2009 pela editora da Unesp, em parceria com o Nead/MDA, por demanda da Via Campesina, em especial do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

Por ocasião do lançamento dos dois primeiros volumes da referida coleção, na Bienal do Livro de 2008, em São Paulo, lideranças do MPA solicitaram a organização de mais um tomo que focalizasse as especificidades da contribuição das mulheres camponesas. O convite correspondia a uma questão específica: análise dos modos de participação das mulheres nas lutas sociais, públicas e cotidianas, relacionadas às condições de reprodução social de todo o grupo. Tratava-se de refletir sobre as diversas formas de resistências e também sobre a ampliação de conquistas coletivamente valorizadas. Na ocasião, alguns temas foram propostos à reflexão acadêmica, tendo em vista os embates travados pelas dirigentes institucionais e as necessidades de conhecimentos valorizados para a preparação de mediadores ou assessores políticos. Outros temas foram elencados segundo o conhecimento que pesquisadores vêm acumulando ao se dedicarem ao estudo de relações de gênero no campesinato.

Os volumes que compõem a coleção *História Social do Campesinato* e que inspiraram a presente coletânea tomaram como foco um segmento de produtores ou uma categoria política e socioprofissional como unidade de análise. Esse recorte, no plano geral, apagava a diversidade de posições comumente assumidas por mulheres frente a recursos materiais e políticos. Esse obscurecimento ocorreu, evidentemente, em decorrência da perspectiva privilegiada: tomar uma forma de classificação em jogo, visto que ela é produto arbitrário e

* Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

** Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Programa de Pós graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

abstrato da relação entre produtores numa estrutura de produção capitalista. Portanto, o privilégio atribuído a tais princípios, também considerados de forma geral, não dava relevo, na prática dos agentes, às diferenciações segundo padrões de gênero (embora aqui ou ali tratadas por um ou outro autor). Todavia, isso não significava o não reconhecimento de que aqueles princípios fossem fundamentais para se pensarem, da perspectiva dos processos de reprodução de cunho político e cotidiano, as formas de resistência e de conjugação de esforços e valores morais. As limitações, contudo, tornaram-se bem mais problemáticas, tendo em vista a amplitude do investimento que vínhamos realizando, destinado a alargar a base social e material de reprodução do campesinato, especialmente diante das oportunidades conquistadas pelos grupos sociais que, no contexto, se encontram em concorrência pela apropriação de recursos produtivos e diversos serviços sociais. Na mesma medida, o trabalho familiar vem incorporando significativas singularidades e pressupondo redefinições na organização de papéis domésticos. No entanto, suas distinções estão muito longe de ser compreendidas, em especial num contexto de reconhecida transformação dos padrões de dominação masculina e de abertura de alternativas de participação econômica e política de homens e mulheres. Tanto que muitas conquistas, obtidas pelos diversos movimentos, são elaboradas no bojo da defesa de uma visão política e sociológica da sexualização do mundo social.

Em defesa da importância da coletânea que ora apresentamos, também podemos argumentar que, diante da reestruturação produtiva e da crescente complexidade dos mercados, acompanhadas da construção de demandas pertinentes, organizadas por homens e mulheres mobilizados em convergência ou contraponto no exercício de papéis e construção do acesso a recursos públicos, é, contrastivamente, bastante escasso o conhecimento sobre as relações de gênero e seus desdobramentos em termos de relações de poder. Também o é aquele sobre as posições diferenciadas que muitas das mulheres deste segmento vêm assumindo, mesmo que presente de modo bastante esparso. E se é fato que temos relativa quantidade de textos retratando este empenho, eles não aparecem agrupados e contrapostos num tratamento analítico que permita visibilidade e sistematização contextual de diversas questões e do estado da arte.

Para responder ao anseio das dirigentes de movimentos sociais e das mulheres engajadas em frentes de lutas, ou para ampliar o conhecimento acadêmico e as propostas de construção de recursos e estruturas públicas para atendimento de novas demandas, o conhecimento que esta coletânea de artigos pode oferecer e estimular é inegável. Por essas circunstâncias, pudemos contar com resultados de pesquisas em andamento ou finalizadas, cujos produtos apresentam questões fundamentais para a problematização das relações de gênero no campesinato, tanto na sua dimensão produtiva, como cultural e política.

Muitos dos conhecimentos construídos em dissertações e teses, especialmente no que tange a esse segmento, vêm sendo secundarizados diante de

distintivas valorizações e outras imposições temáticas. Por isso mesmo, é de grande valia recuperar esse acúmulo de produções derivadas de trabalhos voltados à titulação acadêmica; e ainda contar com a colaboração de profissionais intelectualmente amadurecidos, em boa parte exercendo o papel de orientadores em cursos de pós-graduação, de cujas linhas de pesquisa se destacam a sistematização e a divulgação do patrimônio de reflexão coletiva quanto ao cruzamento de temáticas como gênero e campesinato.

Este projeto só se tornou possível graças ao auxílio financeiro obtido por meio do CNPq, nas condições propostas pelo Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA nº 57/2008, iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT –, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento – CNPq –, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR – e do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA –, cujo objetivo era apoiar projetos de pesquisa científica nas áreas de relações de gênero, mulheres e feminismos.

Para concorrer a esse apoio, foram definidos como objetivos: a) dar realidade ao desejo político das lideranças das mulheres camponesas, tomando, portanto, como referência demandas e problemas vividos pelas suas participantes, no contexto da ação conjunta do segmento em luta por uma posição mais favorável para a reprodução do campesinato no Brasil; b) apresentar conhecimentos que contribuam para a ação política das mulheres que realizam o trabalho de mediação ou assessoria na mobilização para elaborar demandas e objetivar conquistas. A coletânea que ora trazemos a público reflete assim tal esforço.

Neste projeto, Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo de Medeiros ocuparam a coordenação geral e assumiram encargos acadêmicos em parceria com equipes de pesquisas interinstitucionais, mediante recrutamento de pesquisadores vinculados ao campo temático e convite a outros deles de notório saber no estudo da problemática, para compor um conselho editorial que colaborasse na redefinição de temas e questões mais pertinentes e que ainda ajudasse a selecionar os artigos, obtidos por meio de chamada pública. Assim, compuseram o corpo editorial, além das coordenadoras deste volume, Maria Angélica Motta-Maués, Maria Emília Pacheco e Maria Ignez Paulilo. Convidadas a integrar o projeto na fase de organização inicial do volume, elas fizeram-se presentes não só como corpo editorial e de pareceristas, mas também contribuindo para a edição de textos, posto que se trata de intelectuais capazes de colaborar na avaliação do norteammento das referências para a construção dos artigos. A composição dos textos também contou com um diálogo mutuamente respeitoso entre intelectuais e militantes, no caso as dirigentes do movimento de mobilização política das mulheres camponesas, cujas representações delegadas inicialmente corresponderam a Saraí Fátima Brixner e Roseli Maria de Souza, integrantes do MPA. Ao final, contamos ainda com a participação de Humberto Palmeira (Beto), militante e membro da Coordenação Nacional do MPA, empenhado em dar viabilidade editorial ao conjunto de textos.

A presente coletânea divide-se em três partes. A primeira, organizada por Delma Pessanha Neves e Maria Angélica Motta-Maués, trata principalmente de temas relacionados à reprodução do grupo doméstico. A segunda parte, organizada por Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo, aborda a organização das mulheres quer em grupos produtivos, quer em “movimentos” por meio dos quais procuram dar visibilidade às demandas. Nessas duas partes, mantivemos uma interlocução intensa com os autores dos artigos selecionados, apontando sugestões de adequação quando houvesse distanciamento do projeto, já que grande parte dos textos veio a ser construída por objetivos diversos aos que propusemos. Cada uma dessas partes é acompanhada por uma apresentação específica que sintetiza os temas relevantes e elabora questões referentes aos temas tratados.

A terceira parte, organizada por Delma Pessanha Neves, abarca a análise de produção bibliográfica, selecionada em diversas fontes que acumulam textos acadêmicos, considerando então o papel das mulheres na constituição e reprodução do campesinato no Brasil. A operacionalização da resenha pautou-se em cuidadoso levantamento de textos no Banco de Dissertações e Teses da Capes, em consultas ao Diretório dos Grupos de Pesquisa e à base de Curriculum Lattes do CNPq, além de periódicos nacionais disponíveis em *site* da Capes e Scielo. Orientou-se também pela solicitação de sugestões de indicação de pesquisadores a partir da identificação de líderes de pesquisa no tema, bem como na participação de alguns eventos, como foi o Encontro da Redor – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero –, em 2009, realizado em São Luís, Maranhão. A partir da leitura desse acervo de textos, foi elaborada uma planilha de critérios *a priori* indicados para seleção de questões e de desdobramentos pertinentes aos objetivos desta coletânea.

Esperamos com este trabalho poder contribuir para um melhor conhecimento das atividades das mulheres camponesas, seus impasses, suas demandas.

I PARTE

MULHERES CAMPONESAS E REPRODUÇÃO DE GRUPOS DOMÉSTICOS

APRESENTAÇÃO

*Delma Pessanha Neves**

*Maria Angélica Motta-Maués***

Os artigos que compõem esta parte da coletânea, a despeito de registrem situações empíricas muito diversas, exprimem inúmeros pontos de acordo entre as autoras.¹ Um dos pontos é a unânime aceitação de definições conceituais elaboradas por Joan Scott. Por esta contribuição, na observação das situações sociais em que se defrontam, todas as autoras advertem a dimensão socialmente construtiva das diferenciações e hierarquias informadas pelas percepções de gênero: mulheres *vis-à-vis* homens. E por esta advertência, elas também se contrapõem às apressadas e naturalizadas atribuições de sentidos com base nas diferenças biológicas entre os sexos. A valoração de tal construtivismo é também qualificadora dos contextos interativos nos quais a reclamada diferença das mulheres em relação aos homens as requalifica em termos hierárquicos e absolutizantes: secundarizadas e subordinadas, mas, desta condição, constituindo culturalmente específicos patrimônios de experiências, saberes e sentimentos.

Como advertem algumas dessas autoras, a ênfase no contraponto a perspectivas naturalizantes da distinção entre sexos muitas vezes é tomada para justificar ações violentas contra as mulheres, isto é, formas de encarnação da dependência pautadas não só em exercícios de dominação simbólica, mas em certas situações objetivadas em agressões físicas. Por esse caráter, a definição absolutizante também se apresenta como operador limitativo dos universos de comunicação, mobilidade e conhecimento a que, nos casos considerados, as mulheres se integram ou se afastam. E para tal argumentação, quase todas as autoras, como o fazem em relação a Joan Scott no que tange ao conceito de gênero, acolhem as interpretações de Bourdieu sobre dominação masculina. Em síntese, ao enfatizarem o caráter construtivo das relações de gênero, fundamentam as análises por dimensões de poder e, recorrentemente, por advertências denunciadoras das injustiças perpetradas contra as mulheres.

* Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

** Doutora em Sociologia pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Professora Aposentada da UFPA (Universidade Federal do Pará). Professora Permanente do PPGCS (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) da UFPA (Universidade Federal do Pará).

1 Como em sua maioria os artigos que compõem esta parte da coletânea foram escritos por autoras, traço recorrente no campo de estudos de gênero, e mesmo nos casos daqueles em que há autores, elas estão em coautoria, evitaremos o jargão autores e autoras, qualificando a todos pela característica da maioria – autoras – todas as vezes que nos referirmos ao conjunto geral dos participantes deste trabalho coletivo.

Autores que se ocupam da interpretação de fatores intervenientes que propiciaram mudanças de posições sociais pelas mulheres no mundo ocidental reconhecem a importância das transformações na sociedade urbano-industrial. E nesse bojo, da constituição de mercado de trabalho livre, além de conquistas que se acumularam por lutas sociais em torno de direitos e por condenação de desigualdades hierarquizantes entre homens e mulheres, muitas delas formalmente institucionalizadas em códigos de leis. Em correspondência, boa parte das conquistas alcançadas se apoia na articulação entre luta por autonomia e obtenção de salário, articulação que também exprime a expansão de processos de mercantilização de produtos e serviços.

No caso das mulheres camponesas cujas experiências de vida estão sendo consideradas nesta coletânea, aquelas associações também se expressam. Não abandonando as atividades domésticas, mas acrescentando mais trabalho para produzir e comercializar alguns dos produtos agrícolas, agroindustriais ou artesanais, além de, em diversos casos aqui considerados, atuarem como militantes políticas, elas, por consequência, fundamentam a luta por construção de relativa autonomia e mobilidade na ampliação da jornada ou intensificação das atividades produtivas e improdutivas.

O reconhecimento do papel produtivo das mulheres pela participação no trabalho familiar, resultado de lutas sociais de movimentos que articulam interesses específicos aos trabalhadores rurais, tem, contudo, demonstrado diferenças entre as mulheres desse segmento de trabalhadores e dos demais. A legislação previdenciária reconhece essa condição, definindo a idade mínima de 55 anos para aposentadoria. Associando as condições básicas para as possibilidades de reivindicação da autonomia, as agricultoras familiares e pescadoras, alcançando esse momento de vida, têm propiciado outros apoios para a família e relativizado a centralidade da atribuição de provedor aos homens. Marido e mulher investem conjuntamente para obter esse aporte de recursos financeiros, embora nem sempre significando que tais mulheres, explicitamente, engajem-se em demandas por deslocamentos de posições, redes e universos sociais que pressuponham autonomia pessoal; nem sempre também decorrendo descolamentos em relação à condição de esposa associada ao convívio em circuito doméstico. Na maioria dos casos, elas tendem a propiciar condições mais favoráveis especialmente para as filhas. Nos movimentos sociais feministas que articulam mulheres camponesas, é todavia comum que sejam as aposentadas que melhor disponham de tempo e autonomia pessoal e familiar para o trabalho de militância e representação delegada do grupo social ou das mulheres que o compõem.

Não só por contraposição metodológica e por diferenciadas articulações situacionais, mas também para destacar as transformações atualmente vividas nos universos familiares de grupos camponeses, entre os quais incluímos os pescadores artesanais, as autoras ressaltam os papéis até recentemente desem-

penhados por mulheres no seio da família, como filhas ou esposas. A diversidade correspondente reafirma o aspecto socialmente construtivo dos recíprocos padrões que definem formas de participação na família (unidade de residência fundada em conjugalidade ou consanguinidade), cujos princípios também institucionalizam, fazendo crer a naturalização, as distinções de papéis sexualizados. Ou transformações no exercício de atividades em equipes de trabalho, cujas atribuições se amparam nas representações do que é contextualmente concebido como específico a comportamentos de homens e mulheres, em diversos ciclos de vida familiar e societal. As atribuições diferenciadas em base biológica justificam ou escamoteiam então projetos de melhoria das condições de vida ou impossibilidades de corresponder a este desejo coletivo, muitas vezes transmutado em norma social. À guisa de exemplo, adiantamos: o afastamento das mulheres por migração para as cidades, nas situações empíricas consideradas, leva em conta a explicação da insatisfação com os modos de transmissão do patrimônio, que reafirma posições complementares e secundárias. Em outros casos, como o das esposas de pescadores, que migram acompanhando filhos e maridos, adaptando-se às condições em que estes alcancem se inserir em trabalho produtivo e remunerativo.

Tensões inerentes aos deslocamentos sociais

De forma mais ou menos consciente, em todos os artigos considerados nesta primeira parte as autoras assumem as articulações entre trabalho produtivo e construção da autonomia dos sujeitos dotados de rendimentos financeiros, tal como sói ocorrer em sociedades capitalistas ou predominantemente mercantis. Contudo, em correspondência com as aproximações de ordem situacional e temática com que organizamos a apresentação sucessiva dos artigos, inicialmente tomaremos como base das reflexões o artigo de Maria Cristina Maneschy, *Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará*, e o de Iara Aquino Henn, *Agroecologia e relações de gênero em projeto societário*.

As duas autoras tomam como unidade de análise as narrativas de mulheres sobre os percursos de vida, levando em conta as injunções de processos em que são atingidas e as condições em que elas reagem. As reações são expressivas de práticas na posição de esposas: de pescadores ou de agricultores que optaram pela adoção do modelo agroecológico. Em todos os dois casos, os grupos domésticos enfrentam ou enfrentavam condições precárias de vida. As mudanças advindas das alternativas de adequação a novas situações fazem ressaltar o caráter cooperativo e complementar dos membros da família. As esposas redefiniram ou recriaram práticas tradicionais, fundamentadas em correspondente distinção de papéis, e assim continuaram a oferecer suportes à reprodução familiar. Ou seja: sob distintas formas de mercantilização

dos produtos e serviços resultantes de competências adquiridas em atividades embebidas em universos próprios ao domínio doméstico.

As perguntas comuns que orientam as respectivas pesquisas podem ser assim formuladas: Como saberes e práticas pouco refletidos, porque subsumidos ao mundo da casa, foram ressignificados como prestação de serviços remunerados? E como, pela inserção em economia mercantil, as mulheres tiveram que se submeter a outros processos de socialização e se integrar a outras redes de significação e modos de ser?

Ao considerarem o peso das construções socioculturais relativas a papéis e identidades de gênero que incidem, diante de tal perspectiva analítica, sobre experiências de trabalho de mulheres e homens, as autoras destacam o peso dos valores pertinentes à divisão sexual do trabalho, dentro e fora da família. E reconhecem: a despeito de os padrões culturais efetivamente se alterarem na sociedade, no caso a de organização capitalista ou de classes, os universos de significação propositivos das relações de gênero, acoplados a outros tantos que estruturam padrões de desigualdades, tais como étnicas, geracionais, de classe, continuam fontes de poder e de desigualdades específicas. Daí a necessária associação analítica entre sistemas de poder e autoridade, maior ou menor diferenciação de atributos entre homens e mulheres e modos de exercício de formas recíprocas de controle comportamental.

Em consequência, a inserção de mulheres em mercado de trabalho ou de produtos faz emergir tensões antes veladas, mas de qualquer modo no contexto alteradas, exprimindo as questões inerentes à mobilidade social de mulheres, que nem sempre altera e permite questionamentos sobre as injustiças fundamentadas nas concepções de gênero.

Tais circunstâncias não podem ser apenas explicadas pelas recalcitrantes formas de internalização de diferenças pela qual as concepções de gênero foram consagradas e consagraram hierarquias e modos de exercício de autoridade. O fato de as mulheres advogarem autonomia, em nossa sociedade e, antes de mais nada, pela apresentação social como produtora de rendimento, não desfaz imediatamente a subordinação em que homens e mulheres, em grupos domésticos de trabalhadores, vivenciam a consonante condição de classe social. Daí enfaticamente assinalar Maneski: “A condição subordinada das mulheres nos espaços produtivos, por conseguinte, articula-se à posição subordinada em que os pescadores se inserem no sistema de produção pesqueira.” Diante de alternativas de assalariamento para as esposas de pescadores, especialmente pela prestação remunerada de trabalhos domésticos, a autora se coloca sob contingência de reflexão mais assumida da relação gênero e classe social.

A dimensão do trabalho e da produção de rendimentos é assumida em todos os artigos pela análise do ponto de vista da divisão sexual do trabalho e apreendida pela visão das mulheres ou das maneiras como elas vivem esses processos e a eles reagem. Para o caso das duas autoras especialmente conside-

radas, o exercício de coleta de dados incorpora as mudanças socioeconômicas e tecnológicas que têm alterado o trabalho familiar ou a base produtiva dos produtores familiares, bem como a compreensão da condição feminina pela ótica da articulação entre as duas esferas: a produtiva e a reprodutiva. Entretanto, não como unidades reificadas, mas sob a ótica da interdependência entre elas e delas com as transformações na sociedade e com os impactos sobre o setor produtivo em foco. Por essa ótica, tornam-se mais claras as articulações entre condições sociais e materiais de vida e as interpositivas e prevaletentes mudanças em padrões de divisão sexual do trabalho.

Há em curso investimentos sociais no sentido de relativizar a moralizante atribuição de provedor único ao homem chefe de família, do qual deveria advir o maior peso na provisão do numerário de que dispunha a família. As atuais exigências advindas da expansão do consumo improdutivo, paralelamente às limitações à expansão e regularidade no valor dos salários ou rendimentos, bem como das referências moralizantes frente aos excessos de autoridade dos homens sobre as mulheres ou dos pais sobre os filhos, contrapostas ao valorizado reconhecimento (relativamente universalizante) da expressão social e pública de mulheres e crianças, todos esses fatores vão trazendo à tona e até mesmo permitindo a reivindicação do reconhecimento do papel econômico e mercantilizado de múltiplas atividades qualificadas como complementares. E mesmo que, pelo modelo tradicional, muitas dessas atividades qualificadas complementares permaneçam atribuídas às mulheres, mormente esposas. Respondendo por muitos dos gastos das atividades reprodutivas do grupo doméstico, dessa condição as mulheres têm assumido a dianteira na reivindicação dos serviços públicos de saúde e saneamento, de educação e transporte.

A metodologia que embasa os estudos de caso apresentados nos artigos também revela pressupostos comuns assumidos pelas autoras que integram esta coletânea. Para se estudarem práticas e representações de sujeitos sociais *a priori* percebidos na condição subordinada, torna-se necessário conhecer os modos de percepção de tais circunstâncias por aqueles, no caso aquelas, que as vivenciam. Daí então a ênfase na pesquisa qualitativa, na etnografia e na unidade analítica construída para facilitar a articulação entre práticas e representações das práticas; e daí também a valorização do passeio observante e interpretativo por entre as redes de interdependência e intercomunicação; ou por entre universos mais ou menos conectados de produção de significados para a vida social, para as relações de gênero e de classe.

Enfim, tal como melhor explicita Maneski, a compreensão interpretativa deve ocorrer no quadro de pressões que são também de ordem material, desde que entendidas pela definição situacional ou cultural. Por esse prisma torna-se possível compreender o peso das sedimentações simbólicas e das estruturações emocionais que definem, mas também consagram, distinções hierarquizantes, em alguns casos, favoráveis às mulheres. Pode-se ainda compreender o peso das

expectativas associadas a papéis sociais, cuja correspondência pode garantir *status* social no grupo doméstico, entre as próprias mulheres e nas redes de interseção com outros quadros institucionais.

Nesse aspecto, o artigo de Henn é exemplar, dado que ela toma como unidade de análise a percepção dos deslocamentos sociais alcançados por mulheres agricultoras, mediante participação em processos de construção da agricultura ecológica. Ou, para ampliar os desdobramentos analíticos, no quadro de investimentos econômicos e políticos, mediante adesão de grupos familiares em processos distintos e concorrentes de construção societária.

Pelos mesmos pressupostos metodológicos aventados anteriormente, as autoras não podem se circunscrever à análise de narrativas construídas por mulheres. Essas narrativas são secundadas pela dos homens em posição de mediação construtiva do projeto societário. Homens e mulheres, no decorrer e para ocorrer a objetivação desse projeto societário, refletem sobre mudanças nos grupos domésticos e na atribuição positiva de valor ao trabalho ou à competência inerente ao trabalho doméstico. As mulheres assim se reconhecem em mobilidade social, transitando por espaços até há bem pouco por elas impensados. E nesse trânsito entre espaços físico-sociais, elas revelam múltiplas tensões em jogo, os diversos fatores estruturantes de suas percepções diferenciadas e subordinadas, em relação a elas próprias, ao modo de vida do grupo doméstico, assim como à circunscrição no mundo doméstico.

Portanto, revela-se ainda como a conquista da contextual definição de autonomia se encontra, tal como Henn incorpora, ao valorizar perspectivas interpretativistas de Bruno Latour, *enredada* em inúmeros outros universos de produção de sentidos, de eficácia e de etnocentrismos hierarquizantes. A desejada e impositiva mudança de si mesmas ocorre em sintonia ou contraposição a outros papéis familiares, a papéis atribuídos por modos de inserção de trabalhadores. Esses princípios estruturantes imprimem transformações no grupo familiar, impingindo seus membros a reflexões quanto às tensões inerentes ao lugar social e às expectativas que, em tese, devem corresponder. Na situação de pesquisa valorizada por Henn, destaca-se toda a importância do trabalho político na construção societária e de seus correspondentes sujeitos, fatores mais ressaltados pela análise dos processos de construção do modelo de agricultura pautado nos princípios da agroecologia.

Mulheres em expropriação familiar do patrimônio fundiário

Dando continuidade às aproximações de ordem situacional e temática em que organizamos a apresentação sucessiva dos artigos, tomaremos duas experiências de constituição processual da condição de *colono* como base das nossas reflexões nesta apresentação:

- Uma referente à posição ocupada por imigrantes italianos que se reproduziram contando, entre outras tantas alternativas, com a reprodução por processos de migração. Inicialmente no entorno das áreas de terra a eles concedidas; e a partir da década de 1960, acompanhando investimentos em expansão de fronteira agrícola.
- Outra formada em contexto de mais extrema escassez de terra, mas também de vislumbres de probabilidades mais favoráveis de constituição na posição camponesa. Ainda como *colonos*, diversos produtores se vincularam a processos recentes de constituição e reprodução do campesinato na região Amazônica.

No primeiro caso, Maria Catarina C. Zanini e Miriam de Oliveira Santos, pelo artigo *Colonas italianas no Sul do Brasil: estigma e identidade*, analisam a forma como as descendentes de imigrantes italianos do Rio Grande do Sul vêm construindo e vivenciando, conjuntamente, duas formas de identificação: uma identidade étnica (de descendentes de italianos); e outra de *colonas* (pela sua posição social).

Pautadas em revisão bibliográfica e obtenção de dados empíricos, elas não perdem de perspectiva o caráter processual dessa construção, também expressivo de conquistas no sentido da superação de estigmas que incidiam sobre tais imigrantes. As desqualificações sociais, segundo as autoras, até hoje reverberam nos meios pelos quais as mulheres tentam obter autonomia na gestão de seus papéis; e tentam experimentar relacionamentos em redes sociais mais amplas. São experiências que integram os grupos de produtores ao mercado e aos demais espaços institucionais de enquadramento como agricultores e agricultoras familiares. Portanto, elas analisam as mudanças nas condições de desempenho de papéis sociais em contexto no qual a categoria socioeconômica é valorizada positivamente. Todavia, em ambiente social em que sistemas de hierarquização social qualificam as mulheres para ações tradicionalmente a elas atribuídas. Tais atitudes são relativamente convergentes entre homens e mulheres, que privilegiam a autoridade paterna e masculina enquanto importante valor social ou moral.

Arnauld de Sartre et al., autores do artigo *O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em área de fronteira*, analisando famílias camponesas que assim se reconstituíram no bojo da objetivação de processos de expansão de fronteiras agropecuárias, valorizam dados que evidenciam a atribuição de papéis secundarizados e subordinados às mulheres, inclusive sinteticamente expressos na concepção naturalizada que a elas atribui *fraqueza* para o desempenho de certas atividades, supostamente *leves*. Mas *leves* se forem significativamente compreendidas nos termos relacionais em que eles mutuamente se definem. A naturalização dos significados

atribuídos às diferenças constitutivas de homens e mulheres reestabelece outras tantas, como o pressuposto de que regiões de fronteira são espaços típicos de homens, ou espaços definidos por investimentos domesticáveis dos comportamentos dos *selvagens* e *aventureiros* que aí aportam. Fazendo crer que tais territórios são espaços de privilegiada convivência masculina, as representações do senso comum e o próprio processo de migração de mulheres também se referenciam pela secundarização dos papéis femininos. Tomando as condições de constituição do casamento e a importância da composição da família conjugal, os autores vão mostrar o quanto as mulheres são importantes na divisão social do trabalho e na constituição de unidades produtivas. Complementarmente, o quanto elas são constituidoras de identidades sociais que enaltecem atributos de masculinidade. E assim, na intenção que perseguem, os autores tomam, pela contramão, as próprias representações dos agentes pesquisados para considerar a importância do papel das mulheres na constituição/reprodução do campesinato. Ressaltam, inclusive, os meandros institucionais e as mediações materiais e imateriais necessárias à reprodução social da família pelo casamento. E em função disso, destacam a especificidade desse próprio segmento do campesinato que, ideologicamente, repete a saga da migração ou da busca de condições de vida em territórios alhures constituídos.

Valendo-nos da argumentação dos autores, enfatizamos o quanto, em todos esses casos, as representações que prefiguram socialmente a participação das mulheres conduzem à subordinação. Mas indo um pouco além na reflexão dessa constatação simplificadora, podemos também supor, de outro lado, o quanto as mulheres têm operado nesses ambientes, no sentido de fazer valer a perspectiva de construção da autonomia, ainda sempre relativa ao lugar social que tradicionalmente se lhes atribuem. Outrossim, também relativa à realização de um projeto familiar que, no atual contexto, inclui outras alternativas de vinculação para as mulheres, em muitas das vezes constituídas por formas de objetivação de comportamentos em espaços físicos e sociais distanciados daqueles abarcados pelas relações do grupo doméstico de origem.

Ainda segundo Sartre et al., a migração para regiões de fronteira muitas vezes é concebida como projeto para instalar os filhos na terra, razão pela qual essa própria mão de obra é indispensável também para o pai. Mas no caso por eles em apreço, as filhas não recebem terra, a não ser que sejam casadas e que o esposo acompanhe a migração para frente pioneira. Essa posição subordinada não implica que elas não tenham uma participação efetiva no processo produtivo. Porém, segundo homens e mulheres nessa posição, o trabalho a elas atribuído, em tese, aparece circunscrito a espaços de domesticidade, cuja gestão final é pensada como atributo da complementaridade ao papel do pai ou esposo. A migração aparece então como tentativa de construção de descontinuidades desses pressupostos, facilitando o questionamento aberto ou internalizado nas vinculações que vierem a ser assumidas.

Invisibilidade social das mulheres ou cegueiras metodológicas nas ciências sociais?

Dentre os lugares-comuns nas interpretações de muitos autores que se ocupam de formas de ação das mulheres no campesinato, há a exaltação de que elas realizam tarefas hercúleas, desempenham papel fundamental na reprodução da posição ou até mesmo em saídas diante da expropriação, mas não têm essas tarefas reconhecidas por seus respectivos valores econômicos. A questão que as autoras participantes desta coletânea vêm colocando incide sobre a necessidade de os pesquisadores ultrapassarem essa simples constatação. E a pergunta que imediatamente ressaltamos aqui corresponde ao seguinte entendimento: Atribuição de invisibilidade social para quem?

Neste sentido, basta que se percorram etnografias ou estudos sobre casamentos e formas de transmissão do patrimônio fundiário para se reconhecerem as sucessivas uniões de viúvos ou descasados, investimento de recomposição imediata da família, muitas vezes legitimamente aceito pelo pressuposto da dificuldade de um homem sozinho dar conta das tarefas produtivas e improdutivas; ou pela norma coletiva de que a equipe de trabalho nas unidades produtivas seja constituída basicamente pelos membros da família, no mínimo conjugal. Entre os exemplos, ressaltam-se os casos em que, com certa frequência, se depara com recasamento imediato do cunhado viúvo com a irmã da esposa falecida. No caso dos assentamentos rurais, esses princípios se reafirmam com tamanha visibilidade social, que até mesmo arranjos para atender à assistência aos filhos são publicamente incentivados. Portanto, se nos debruçarmos sobre essa reordenação de unidades conjugais, veremos o quanto se tem como dado que o campesinato pressupõe reprodução cotidiana da família nuclear ou extensa. E também compreenderemos a resistência aos trabalhadores solteiros por gestores institucionais da constituição de assentamentos rurais ou do recrutamento de trabalhadores para o colonato e meação. Por conseguinte, tanto na aceitação de demanda pela terra como na de recrutamento para o vínculo produtivo, há sempre o favorecimento dos que estão se organizando ou já se organizaram pelo casamento.

A questão que se sucede abarca as razões da premente necessidade do casal, mas com as mulheres se colocando em situação desfavorável. E, paralelamente, por que, diante da posição desfavorável, ou seja, subordinada e constricta aos espaços domésticos, os pesquisadores só se ocuparam do grupo doméstico, da unidade familiar de produção, das relações vicinais, associativas e comunitárias, mas enquanto unidades encapsuladoras de indivíduos que as praticavam?

Basta uma releitura dos manuais de sociologia rural ou dos textos sínteses que reificavam ou modelizavam a sociedade camponesa, para reconhecermos que privilegiávamos unidades de análise concebidas como estruturas, como

sistemas, em consonância com as perspectivas teóricas e metodológicas das ciências sociais, naqueles contextos em que o individualismo não era ou ainda não estava percebido como tônica.

Assim, diríamos: o mundo social se transformou, e com ele os olhares e as unidades de análise dos cientistas sociais. Hoje falamos mais em percursos, alternativas, probabilidades, trajetórias, memórias, histórias de vida; e temos dificuldade de elaborar modelos formais para explicar as unidades de produção. Longe do valor moral e organizativo do rendimento indivisível do trabalho, até recentemente tão proclamado, acentuamos os investimentos na migração, no assalariamento, na educação, na adoção de arranjos qualificados pela pluriatividade, na formação de rendimentos pessoais e autônomos, para mulheres e jovens. Remetemo-nos então a outras interconexões das famílias proprietárias de terra com setores produtivos diferenciados.

Se o mundo social mudou e com ele os pressupostos das ciências sociais, inclusive os que proclamam a importância dos estudos de gênero, menos que ressaltar invisibilidade social, consideramos importante nos ater aos percursos metodológicos que levam a tal conclusão. Ou levando em conta o que eles permitiram revelar e sombrear. Ou investir no reconhecimento do quanto aquelas lentes deixaram de compreender pretéritas condições sociais de existência do campesinato, bem como de formas de participação de mulheres e jovens, segmentos hoje assim diferenciados. Por conseguinte, a invisibilidade social só é contextualmente tão criticada, porque ela é pensada em contraposição a perspectivas metodológicas anteriores. E melhor redefinida, se tomarmos a denúncia, por vezes assumida a toda prova, da dominação masculina como parte do jogo político que permite e convida as mulheres (mas também os homens) a outros desempenhos sociais.

As análises, quando se mantêm aquelas reduções, só conseguem ressaltar as relações e o sistema de hierarquia familiar. Tanto que concluem as autoras que se perfilam nesta parte da coletânea: as especificidades da posição das mulheres em sistemas de organização social do campesinato não eram dadas a perceber em razão das lentes dos cientistas, que focalizavam geralmente a produção imediata ou social; ou a unidade familiar de produção.

A complementaridade das atividades domésticas de autoconsumo só podia assim ser pensada porque a questão fundamental para o conhecimento do pesquisador era a relação mercantil, a marginalidade ou intensidade dos vínculos com o mercado de produtos e de instrumentos de trabalho; as formas de inserção mercantil dos agricultores, mediante feiras e outras praças de mercado. Mas essa secundarização, queremos acrescentar, era também provocada pelos entrevistados, quando desqualificavam as perguntas dos pesquisadores sobre o autoconsumo, como se não devesse ser de fato considerado. Deixavam então os pesquisadores de perceber, advertência em que se apoiam Sartre et al., o papel crucial da mulher, não importando qual seja a face e a situação local

com que e onde se apresenta; e o quanto sua ausência era e é desestruturante dos pressupostos de reprodução do campesinato.

A qualificação de certas atividades e espaços como invisíveis ou operando sob invisibilidade produziram os mesmos efeitos sobre os pesquisadores. Afinal, enfrentar metodologicamente a questão implicaria outras formulações teóricas e longo investimento em trabalho de campo, com ênfase na observação. Temos inúmeros exemplos de autores que se consagraram nesse tipo de investimento. Para não nos alongarmos, destacaríamos a contribuição de Oscar Lewis em diversos textos publicados desde a década de 1960, especialmente os que focalizam vida cotidiana familiar; ou da Florence Weber, estudiosa da economia doméstica, com trabalho de campo realizado desde o final da década de 1970.

Seguindo mais além nessa reflexão pelo destaque das contribuições analíticas das autoras dos textos aqui considerados, chamamos a atenção para as que se pautam na análise dos mecanismos hierarquizantes e excludentes da transmissão do patrimônio, especialmente aqueles que regulam os bens a serem transmitidos às filhas. Reconhece-se que esses mecanismos estão referenciados por sistemas de troca em que, pelos homens, a terra permanece na família. Essas formas de organizar a transmissão de bens, se não podem ser reconhecidas como princípios de patrilinearidade, de qualquer modo favorecem o lado paterno e a transmissão através dos homens da família. Em contraposição, as mulheres circulam para assegurar a constituição de equipes produtivas e reprodutivas na condição camponesa, mas em outro grupo de unidades de mesma configuração. E em “contra-contraposição”, elas investem no aumento do nível de instrução e na obtenção de reconhecimentos profissionais, na migração para cidades em que o mercado de trabalho assalariado esteja desenvolvido, todas alternativas de individualização da força de trabalho e de investimento em reconhecimentos personalizados propícios à reivindicação da autonomia.

Ao considerarem os valores do grupo como questão de pesquisa, as autoras podem mostrar o quanto uma perspectiva vitimizante da mulher nesse sistema de trocas nega o seu papel ativo na reprodução social de si e do grupo a que se integra. É o caso da interpretação de Moraes, em artigo que faz parte desta coletânea, quando exalta a produção de sentidos, sentimentos, afetividades e senbilidades das mulheres oleiras; e o quanto há de negociação no desempenho das tarefas, conforme seus maridos ou pais estejam ou não presentes para as tarefas do roçado. Nesse sentido, não só essa autora mas as demais que integram esta parte da coletânea podem demonstrar o quanto aquela perspectiva denunciata pode construir imensas barreiras para a compreensão dos meios de reprodução do campesinato. Da mesma forma, o quanto aquela perspectiva dificulta ressaltar a posição das mulheres nesse segmento social, destaque fundamental, visto que são posições diferenciadas segundo contextos, portanto, correspondentes a outros perfis de integração social.

Ora, o comprometimento imediato com as interpretações reduzidas à dominação/subordinação, invisibilidade/valor da posição social, como todas nós queremos ressaltar, tem dificultado certo avanço nas análises. Por esse motivo, destacamos o quanto tal questão ainda merece estudos empíricos dotados de olhares orientados por epistemologias mais processualistas, de formas de coleta de dados mais pautadas em observação e convivência, de elaboração de casos adequados ao estudo comparativo e contraposto. Se assim nos dotarmos de material de análise, também permitiremos o reconhecimento da diversidade dos quadros de possibilidades de inserção familiar e socioeconômica, de circunstâncias que ainda poderiam explicar especificidades da posição atribuída e assumida por parte das mulheres.

Investindo em tentativas de produção de perspectivas metodológicas que possam superar os impasses que eles reconhecem nos estudos sobre unidades familiares camponesas e suas operações devotadas à produção, Sartre et al. também advogam a impossibilidade de se pensar em posições das mulheres quando o pesquisador se distancia de proposições notadamente recorrentes no debate sobre questões de gênero. Dentre elas, a correspondente construção de masculinidades e de identidades sociais.

Zanini e Santos, seguindo outra tradição interpretativa, a dos estudos sobre colonos imigrantes, destacam o peso das estratégias de diferenciação do sistema de herança ou transmissão de patrimônio, colocando em relevo os constrangimentos perpetrados no sentido de tornar a mulher coadjuvante de outra unidade familiar de produção. E assim enquadrá-la em normas que a definam como *a priori* incapaz de gerir fatores de produção em igualdade de condições com os irmãos.

Em resumo, tomando em consideração analítica a posição de mulheres no campesinato e levando em conta as regras de partilha de bens familiares, tanto Sartre et al. como Zanini e Santos operam por contraposição ao senso comum camponês. E consideram como as mulheres dos respectivos grupos pesquisados são, mesmo que desta posição subordinante, fundamentais para a gestão e reprodução da família e do patrimônio produtivo. Da mesma forma, ressaltam como, nos contextos atuais, as atribuições naturalizantes da subordinação podem mais facilmente ser colocadas em questão, dadas as possibilidades ou probabilidades de constituição de outras estruturas de oportunidades de trabalho produtivo, de inserção em outros sistemas econômicos e setores produtivos, da mudança da legislação e de quadros institucionais que reconhecem e valorizam as ações econômicas das mulheres. Portanto, pela consideração de tais questões, os olhares que ressaltam a invisibilidade social *tout court* das mulheres no campesinato podem ser abertos e reabertos para contribuir para a correspondente visibilidade social, isto é, o entendimento sociológico das relações e representações que articulam mulheres em unidades familiares, de trabalho e comunitárias.

Mulheres camponesas e formas de inserção mercantil

Elencando diversos fatores de redefinição da ordem social instituída, as autoras anteriormente comentadas, acrescidas da contribuição de Sônia de Souza Mendonça Menezes e Maria Geralda de Almeida, com o artigo *Reorientações produtivas na divisão familiar do trabalho: papel das mulheres do sertão de São Francisco (Sergipe) na produção de queijo de coalho*, e de Josiane Carine Wedig e Renata Menasche, com o artigo *Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero*, trazem à reflexão um conjunto de processos de mudança social que alcançam diversas práticas sociais do campesinato em situações territoriais distintas.

Todas ressaltam o quanto alternativas contextualmente emergentes colocam em questão as estratégias de reprodução, visto que, independentemente dos recursos alocados para constituição e reprodução do campesinato, eles são geridos segundo projetos familiares, que por si sós exaltam a interdependência de homens e mulheres no seio familiar e no espaço produtivo.

Os fatores que têm incidido em mudanças que pressupõem deslocamentos de posições sociais, inclusive no seio da família, não são pensados como fatores gerais que a tudo explicam. Pelo contrário, em cada artigo encontramos esses processos de mudança analisados num quadro ou rede de relações, ora localizáveis por territórios, ora por unidades político-administrativas, bem como por universos de significação interpretados e metodologicamente tipificados. Nos dois precedentes artigos, as autoras enfatizaram os atributos diacríticos da categoria *colono*, exercício pelo qual é possível avaliar a responsabilidade social atribuída ao chefe de família como dotado de vigor e coragem para desbravar a natureza; mas idealização pela qual as mulheres são representadas por atributos contrapostos, tanto que até certo ponto são inconcebíveis como aventureiras ou desbravadoras de fronteiras agrícolas. Em consequência, nos textos estão também demonstrados processos de construção desses homens orientados pela mobilidade física, em busca de novas terras para assegurar a reprodução na posição às futuras gerações. A mobilidade deles se objetiva com a própria família ou como agregado de família consanguínea de outrem. Assim, as autoras tornam compreensíveis os universos nos quais os significados atribuídos aos comportamentos, segundo sexo e ciclo de vida, são compreendidos: o universo da *fronteira agrícola*, do *mundo da colônia* ou *agricultura colonial*, com regras referenciadoras das relações de mercado, das transformações sociais ocorridas pela expansão de consumo por outros grupos sociais e valorização dos produtos artesanais.

Em cada um dos artigos citados também podemos tomar conhecimento de processos situados de mudanças sociais, de cujos desdobramentos as mulheres têm sabido construir outras redes de ação produtiva, outras cadeias e praças de mercado, estratégias produtivas que as colocam em ação nesses espaços públicos.

Ao comungarmos deste esforço intelectual de reflexão em torno de estudos sobre a posição das mulheres no campesinato, temos ressaltado o investimento no sentido de demonstrar as alterações no quadro de oportunidades produtivas que se colocavam e se colocam para segmentos reais nessa posição; ou nos princípios de articulação entre setores produtivos, cuja comparação faz revelar graus diferenciados de relativa autonomia. Valorizando outras nuances, acrescentaríamos: para explicitar a reprodução de formas de organização que guardam certas discontinuidades frente aos encapsuladores sistemas de relações ou de poder econômico, jurídico, político e educacional. No entanto, é preciso salientar, esses sistemas de relações, por princípios implícitos, dotavam os camponeses, pelo menos em alguns momentos ou contextos, de certo grau de autonomia de ações. É o caso daquelas ações que se apresentavam referenciadas ao sistema de conhecimentos e formas de saber que foram patrimonializadas pelo grupo, aos princípios do autoconsumo e até a certa autarcia.

Entre os fatores que têm levado à alteração das condições como as mulheres tendem a viver posições no sistema do campesinato, as autoras destacam as alternativas abertas pela inserção mais prolongada e até obrigatória no sistema de ensino oficial, especialmente ensino médio. E, dependendo das regiões em que se encontram fixadas, até mesmo o nível superior. Assim, o acesso à terra nem sempre é valorizado; ou o patrimônio fundiário não é tão disputado e desejado, pelo menos como patrimônio produtivo. Ao contrário, ele pode aparecer como pressuposto de percurso desfavorável ou estorvo em seus desejados percursos de vida. Por ser desqualificada essa forma de integração produtiva para algumas das mulheres, principalmente no que ela corresponde às condições de trabalho na unidade camponesa, amplia-se a valorização da autonomia financeira, em tese inerente ao trabalho assalariado, em especial diante das condições sociais e jurídicas do contrato do trabalhador livre.

A inserção em outras redes de relações não é sem consequência para a constituição da posição de mulheres. Elencam então as autoras: o convívio com outros valores e estilos de vida, inicialmente correspondentes a outros segmentos, ou com padrões de comportamento difundidos e valorizados pelos meios de comunicação, especialmente os televisivos. Mas não só, também as alterações provocadas pelas mudanças nas práticas religiosas da Igreja Católica e outras instituições do campo religioso, abrindo alternativas para conversões individuais ou individualizantes. E, enfim, no rol dessas citações: outros modos de engajamento em concorrentes sistemas de crença e moralidade; ou até mesmo o afastamento do universo religioso formalmente institucionalizado.

Esses fatores, alegam as autoras, facilitam meios de objetivação de mudanças na organização social, menos referida a instituições de caráter homogeneizante ou coletivo, facilitando a expressão de subjetividades individualizantes, e a quereres referenciados a projetos de cooperação individual. Por fim, concordam todas as pesquisadoras aqui em pauta: outro fator fun-

damental de mudança nos modos de inserção social de mulheres se deve às alternativas de assalariamento para aquelas em idade produtiva, mas principalmente aos direitos vislumbrados e conquistados por aposentadorias, quando podem obtê-las. Nessas circunstâncias, elas muitas vezes podem concorrer com os maridos no papel de provedor ou, comparativamente ao volume, nas aposentadorias por ganhos igualitários; e reivindicar poderes de decisão e escolha que se aliem ou se contraponham a projetos familiares mais coletivos e homogeneizantes.

Desde a década de 1970, com a introdução de instrumentos mecanizados em processos de trabalho de sistemas produtivos mais destinados ao mercado, houve diminuição do trabalho manual e, dessa forma, mudanças nas condições de participação das mulheres em certas etapas ou segmentos da produção agrícola. Zanini e Santos, por exemplo, registram que, nas situações por elas estudadas, mudaram-se as regras de convivência entre homens e mulheres descendentes de italianos no cotidiano da vida no campo. Como essas últimas foram menos exigidas em alguns trabalhos da lavoura, elas puderam se dedicar mais ao universo da casa e dos filhos. Estes cuidados incluíam participação no sistema de educação e atenção à saúde. Em correlação, o uso e a divisão do tempo, antes orientados pelo trabalho na terra e pela vida doméstica, também puderam ser pensados em relação a elas mesmas, mesmo que para a maioria o tempo livre continue sendo investido na família ou na casa. Mas aí talvez a grande distinção se refira aos olhares das pesquisadoras, que associam, numa concepção relativamente moderna, a atividade lúdica ao espaço público. Seguindo o exemplo de Maria Aparecida Moraes, o artesanato é atividade que não cria descontinuidades em esferas da vida social e pessoal.

O ingresso de aparelhos pautados em novas tecnologias no universo doméstico trouxe mais liberdade às mulheres de certos segmentos do campeonato. Entre os objetos, citam-se forno elétrico, fogão a gás, máquina de lavar roupa, eletrodomésticos que costumam figurar nos desejos de consumo familiar. Quanto aos padrões estéticos definidos como próprios do pressuposto ou estereotipado mundo urbano, destacam as autoras que tem se observado o desejo de consumir vestimentas melhores e produtos de higiene e beleza mais elaborados. Contudo, novamente o raciocínio acerca do quanto precisam trabalhar para poder comprar tais produtos faz com que as mulheres restrinjam seu uso àqueles artigos que consideram de maior necessidade, tais como sabonetes, xampus e dentífricos.

Sugerem algumas das autoras a que vimos nos referindo: tomando em conta a análise das situações empíricas e dos processos de mudança, outro conjunto de questões se abrem à pesquisa. Essas outras questões abarcam mudanças de perspectivas na construção de unidades de análise e de unidades sociais de observação. É o caso, por exemplo, da importância do investimento intelectual no que tange à maior tendência à individualização do trabalho agrícola, tanto

no interior das famílias camponesas, como em outros espaços institucionais e redes sociais. E nesse caso, sobressaem as diferenças que se exprimem em tensões e negociações nas relações entre homens e mulheres, bem como entre pais e filhos.

Segundo Sônia de Souza Mendonça Menezes e Maria Geralda de Almeida, no sertão sergipano do São Francisco, mudanças expressas por reordenações produtivas, mediante outros sistemas de crédito e estímulo à diferenciação da produção, bem como recursos estruturados por instituições estatais de crédito e de desenvolvimento rural, têm propiciado possibilidades de diversificação das atividades produtivas assumidas por grupos camponeses. Consideram então aquelas mudanças que são atribuídas ou reivindicadas como alternativas à participação das mulheres nas atividades diretas da produção e comercialização. Para focalizar essa dimensão, as autoras tomaram como estudo de caso a produção de alimentos e a criação de outras funções, entre elas a atividade queijeira artesanal desempenhada por mulheres camponesas.

Num quadro social de expansão e diversificação das formas de exercício da atividade pecuária, forjaram-se as condições sociais que permitiram às mulheres camponesas alcançar posição diferenciada na produção econômica, enquanto agentes importantes na formação do rendimento familiar. Mas é importante não se esquecer que tal percepção e registro desenvolvidos pelas autoras talvez possam também ser creditados não tanto à ausência desse desempenho em contextos anteriores, mas às novas formas assumidas pela produção camponesa e, assim, à diferença de observação e leitura expressa nas análises. Nesse quadro socioeconômico, produtos anteriormente devotados ao autoconsumo e à sociabilidade de agentes integrados às redes de parentesco e vicinais, segundo regras de reciprocidade generalizada, foram se transformando em mercadorias; e com esta mudança, também a posição das produtoras imediatas. Mas esse deslocamento do queijo coalho nos circuitos de troca, a despeito de corresponder a respostas encontradas diante do estímulo de programas de governo, assegurou outras iniciativas elaboradas no universo local. Por meio da incorporação de qualidades atribuídas à mercadoria, as mulheres, no percurso de gerações, passaram a produzir o referido derivado de leite de acordo com a demanda do mercado urbano crescente, alterando o sistema de produção. As mudanças aí não se encerraram. Outros desdobramentos se constituíram, tais como elas destacam:

[...] o queijo, nas trocas de mercado, é visto como um produto altamente positivo em termos de retorno em lucro mercantil. Essas novas formas de agregar valor ao queijo coalho tornam as relações de troca menos desiguais e permitem que as mulheres possam ingressar com mais igualdade nas relações de consumo.

Além disso, oficialmente reconhecidas agricultoras, as mulheres alcançam ou vislumbram o acesso à aposentadoria, redefinindo as projeções de participação na gestão do espaço doméstico e em percursos de vida pessoais, correspondentes à constituição de meios de negociação da autonomia desejada. Segundo as autoras, dentre as projeções por elas elaboradas, destaca-se o desejo coletivo de “envelhecer com qualidade de vida, [...] uma grande preocupação entre elas, que observam as localidades rurais se esvaziando e muitas propriedades se tornarem sítios de lazer para as camadas médias urbanas”.

Em outro artigo desta coletânea, valorando processos de mudanças sociais nas condições de vida e produção das famílias agricultoras da comunidade Fazenda Lohmann, município de Roca Sales, região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, Josiane Carine Wedig e Renata Menasche, pelo estudo das práticas alimentares, tentam entender os sistemas de hierarquia que referenciam a organização familiar e as práticas sociais do grupo em causa. Destacam a maior dependência da mediação mercantil para acesso aos alimentos diante da especialização produtiva como orientação econômica, incorporando atividades vinculadas a aviários, chiqueiros e ao cultivo comercial de soja e milho. Além disso, as mudanças no uso dos meios que asseguram o consumo doméstico se pautam na ampliação do rendimento financeiro em moeda, graças à expansão das aposentadorias. Compreendendo o grupo doméstico a partir das posições e percepções assumidas pelas mulheres, elas destacam que a aquisição de alimentos industrializados possibilitou a redução do trabalho cotidiano das mulheres, embora advertam:

Isso não quer dizer que não seja produzida ali uma diversidade de alimentos, mas sim que muitos dos alimentos que anteriormente eram produzidos na propriedade passaram a ser comprados (ainda que de vizinhos).

Relativizando visões referenciadas pelo mudantismo, os textos aqui apresentados permitem destacar os cuidados inerentes a riscos metodológicos de adoção de polaridades tipológicas, tais como persistências e mudanças. Ora, estas perspectivas acabam por facilitar separações e contraposições; e não, como é de se esperar, as conexões, as conversões de sentidos ou ressignificações. Dessa forma, Josiane Carine Wedig e Renata Menasche concluem:

Neste processo, pode-se observar a junção das tradições rurais, que se mesclam com valores próprios da sociedade industrial, num processo em que algumas coisas permanecem, outras se transformam e algumas desaparecem.

No artigo, essas autoras retomam temáticas já vislumbradas por autoras anteriores, que se ocuparam de desdobramentos de processos de colonização de imigrantes. As famílias de agricultores por elas estudadas são predominantemente descendentes de alemães. Valem-se, em conversas diárias, do dialeto alemão Hunsrück, reafirmando a identidade étnica, também celebrada em relações de sociabilidade vicinal, dado o sentido que os significados a ela atribuídos apresentam para a objetivação de estilos ou modos de vida. Também lidam com processos de mudança nas relações de trabalho já consolidadas e procuram, pelo olhar valorativo da construção identitária, tão recorrente no campo acadêmico constituído pelos estudos de imigrantes camponeses, eleger as práticas alimentares como objeto de estudo.

Maria Aparecida de Moraes Silva, no artigo *Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras*, também analisa o investimento que realizou com as interlocutoras em trabalho de campo, para permitir ultrapassar a alegada invisibilidade social, já questionada por outras autoras, como Motta-Maués (1997), ao considerar outros casos de estudos de grupos em posição subalterna ou submetidos a recorrentes investimentos na gestão da reprodução da subalternidade. Esses casos são interessantes para a pesquisa porque, como refletiu Motta-Maués, eles colocam o pesquisador em um jogo ambíguo e ambivalente entre invisibilidade e visibilidade, mas tudo dependendo da situação observada e do olhar construído para essa observação.

Demonstra Moraes Silva que as categorias de pensamento que propiciam esse desdobramento analítico devem se apresentar como pressupostos teóricos e metodológicos, para se alcançar o que, por outro contexto acadêmico e temático, pesquisadores não conseguiam valorizar. No entanto, esse exercício só lhe é possível por também incorporar fatores coadjuvantes nas mudanças de posições sociais e de percepção do mundo, das próprias mulheres e dos que operam na construção da convivência social, em especial os homens. Na verdade, sabemos todos que, nessa espécie de “jogo” social ambíguo e ambivalente, como destaca Motta-Maués, combinam-se, por vezes de forma perversa (como é, historicamente, o caso dos negros no Brasil), invisibilidade & visibilidade; na medida em que numa tradução sempre relativa, a depender do caso e da situação, ora um lado ou outro é, ou pode ser, acionado.

No texto Moraes Silva analisa as atividades desenvolvidas por mulheres, num contexto de limitações às alternativas de reprodução geracional do campesinato, porque, enfrentando dinâmicas econômicas objetivadas pelo processo de modernização agrícola, viram as terras, antes relativamente livres à apropriação e ao uso, em áreas de chapadas, grotas e veredas, serem transferidas para implantação de monocultivos de eucaliptos, explorados por Companhias de Reflorestamento. Pela prática costumeira dos agricultores, que associavam o uso daqueles três ambientes, a concorrência impedia a objetivação do sistema produtivo tradicionalmente concebido. Como os monocultivos de eucalipto

aumentaram os períodos de estiagem, os agricultores se viram limitados quanto aos recursos para lavouras de subsistência. A compensação encontrada foi a migração dos homens para o assalariamento temporário e o aumento da responsabilidade das mulheres no trabalho produtivo e improdutivo, pelo menos nos momentos em que os esposos e pais se ausentavam.

Ressaltamos mais uma vez o quanto as autoras dos textos aqui publicados, para entenderem as recíprocas posições de homens e mulheres, investiram no estudo dos tipos de organização do trabalho e da vida cotidiana; como ressaltaram as configurações de família e as interlocuções familiares; mas, ao mesmo tempo e numa outra ordem, como consideraram as interfaces de contextos de interligação constitutiva dos espaços de mercado. Também como elas valorizaram o entendimento das mudanças de percepção das mulheres sobre si mesmas e sobre os outros, no que tange ao privilegiamento do ponto de vista delas. Tanto é assim que incorporam outras dimensões como manifestações da situação subordinante da mulher, situação que num dos casos se recria incidindo sobre as formas de troca que elas estabelecem no mercado. Afinal, o valor de troca dos produtos que elas vêm conseguindo transformar em mercadorias ou que lhes asseguram o papel de comerciantes assume a objetivação em circuitos nos quais os preços alcançam mais baixos pesos monetários. A consciência das desiguais relações de troca que aí mais facilmente se manifesta (ou que tal visibilidade do sistema de trocas permite emergir), ao criar formas de mediação por equiparação de sistemas de preços no mercado, tem propiciado a algumas mulheres uma elaboração crítica à posição tradicionalmente a elas atribuída. Mas tomada de consciência que nem sempre implica negação mais radical, posto que as posições inadequadamente consideradas podem ainda ser por elas assumidas, em nome do projeto familiar de construção da autonomia para filhos e filhas, em nome da negação ou resistência a processos de expropriação e empobrecimento social e produtivo.

Em consequência, das tantas contribuições do artigo de Maria Aparecida Moraes e Silva, destacamos a análise de dados elaborados no contexto de universos de significação pautados no inter-relacionamento de institucionalidades expressas na família, no trabalho, no mercado e na religião. Desse modo, espaços estruturantes de *ethos* específico e de reprodução de determinada ordem moral. Assim, podemos entender o quanto essas vinculações sociais podem valorizar o quadro de oportunidades abertas pelas interconexões do campesinato com outros setores produtivos. E também o quanto as interconexões com a intensificação das relações mercantis põem em questão aqueles próprios universos. Pela escolha de tais unidades de pertinência para o entendimento das relações que as mulheres vêm tecendo nos espaços de convivência, a autora pode colocar em questão o sistema de posições hierárquicas que assegura existência social às agricultoras por ela consideradas.

Repensando alguns parâmetros de mudança das formas de atuação e da posição social das mulheres, todas as autoras que integram esta parte da coletânea trazem à tona o que foi secundarizado pelos pesquisadores e estudiosos do campesinato. Como uma espécie de lugar-comum, praticamente todos eles aceitaram as justificativas e entrelaçamentos sociais que consolidaram essa posição, não enveredando assim para o estudo de tal situação de subordinação das mulheres e das crianças – o que significa não lhes conferir o estatuto de tema legítimo de estudo –, além de praticamente também todos assumirem, sem se dar conta dos limites inerentes, a unidade analítica pensada por regras; e regras que raramente eram pensadas pelo contraposto da divergência ou do desvio.

Levando em conta essa necessária revisão metodológica, Zanini e Santos, por exemplo, vão destacar, no contexto do trabalho de campo que fundamenta o artigo, os meios pelos quais a valoração da identidade feminina pressupõe a mobilização e as lutas de reconhecimento e inclusão. Ora por meio de ações afirmativas, ora por meio de mobilizações, pelas quais algumas mulheres vêm conseguindo se inserir e se situar enquanto sujeitos de ação pública. Em consequência, para alcançar essa posição, foi necessário todo um trabalho político para que mulheres camponesas e pescadoras pudessem superar a negação de sua condição produtiva e hoje se ampararem em sistemas de previdência e de crédito, em formas de representação política e associativa, quadros institucionais que operam pela negação do único reconhecimento como esposas e filhas de agricultores. Destacam ainda as autoras que as mudanças que asseguraram ou venham a assegurar o reconhecimento da posição de agricultoras, além de devedoras direta ou indiretamente de movimentos feministas e ações regulatórias estatais, exigem embates mais amplos, entre os quais aqueles que permitam a transformação de subjetividades. Porém, muito mais, mudanças em sistemas de representações de diversos agentes integrados a instituições e setores que operam mais diretamente sobre homens e mulheres situados na posição camponesa ou de agricultor familiar.

E mais uma vez ressaltamos, a partir da posição privilegiada que nesta apresentação assumimos, por pensarmos contrastivamente as diversas contribuições das autoras: o sentimento de subordinação diante de agentes vinculados a espaços institucionais que enquadram ou integram os agricultores não é específico das mulheres. Está também presente nas avaliações de agricultores, quando tentam ou são obrigados a lidar com funcionários e sistemas de regras formalmente institucionais, cujos princípios não compreendem ou não são dotados de condição de questionamento. Portanto, parte do sentimento de subordinação das mulheres nessas incursões em outros espaços institucionais é traço comum aos segmentos que estão deslocados desses universos de decisão. E os homens, muitas vezes, até pela atribuição de detentores da capacidade e posição de lidar com redes sociais que os interconectam a outros universos, se apresentam duplamente pouco confortáveis: porque são agricultores e porque

são homens deveriam ser capazes de atender às expectativas de fazer valer pontos de vista e interesses. Por isso, às afirmações de autores que aqui se alinham, acrescentamos a lembrança de que há especificidades em se tratando de representações sobre homens e mulheres, mas os princípios de distinção não excluem e não derivam plenamente uns dos outros.

Concluindo as reflexões deste item e sem pretendermos criar qualquer especificidade, comentaríamos que o estudo da construção social de gênero pressupõe muita observação, fundada em trabalho de campo prolongado. A ausência dessas alternativas tem levado à fácil criação de hipóteses, que reproduzem lugares-comuns travestidos de hipóteses de trabalho e de debate acadêmico, principalmente quando se apresentam fundamentadas tão somente no que dizem as mulheres em situação de entrevista. As representações por si só não explicam o mundo social; nem são formuladas em senso comum como dotadas de interpretações mais holísticas.

Terminamos então esta apresentação retomando comentários do artigo *Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras*, de autoria de Maria Aparecida de Moraes Silva, exemplar não só no investimento etnográfico, mas também na elaboração crítica às hierarquizações familiares em jogo, reprodutoras, sob especificidades, de formas gerais pertinentes a encapsuladores sistemas de dominação econômica e política. Analisando as atividades exercidas pelas mulheres, Moraes e Silva centra suas reflexões sobre relações e concepções que referenciam o trabalho, definindo-o como um eixo de possibilidades para se pensar a divisão social e sexual em atividades familiares. Mais importante ainda, destacamos os investimentos intelectuais da autora pela ressalva da postura metodológica de não ceder tão rapidamente a consensos que paralisam (ou podem assim fazê-lo, como é sempre bom também ressaltar) a reflexão.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *Terra de trabalho*: trabalho familiar de pequenos produtores. São Paulo: Paz e Terra, 1983. 236 p.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida*: famílias de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEWIS, Oscar. *Five families*: mexican case studies in the culture of poverty, [New York: Basic Books], 1959.
- _____. *The children of sanchez*: autobiography of a mexican family, [New York: Random House], 1961.
- _____. *La vida*: a puerto rican family in the culture of poverty. San Juan, New York, 1966.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. *Negro sobre negro*: a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras. 1997. Tese (Doutorado em sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p.5-22, 1990.

WEBER, Florence. *Le travail à cote*: étude de pratiques ouvrières em milieu rural. Paris : Ed. EHESS, 1986.

WEBER, Florence. *Trabalho fora do trabalho*: uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009.

MULHERES NA PESCA ARTESANAL: TRAJETÓRIAS, IDENTIDADES E PAPÉIS EM UM PORTO PESQUEIRO NO LITORAL DO ESTADO DO PARÁ*

Maria Cristina Maneschy**

Nota introdutória: o reconhecimento social das mulheres pescadoras no Brasil

Nas duas últimas décadas, tem crescido a visibilidade social e política das mulheres no setor da pesca artesanal. Isso se verifica, de imediato, no aumento do número de mulheres registradas como pescadoras nas organizações de classe e, também, expressa-se na recém-instituída Lei de Pesca do Brasil, que incorporou uma concepção ampliada desse profissional e, assim, abriu portas para o pleno reconhecimento das mulheres enquanto agentes produtivos nesse setor, até há pouco visto como formado fundamentalmente por homens. A definição de “atividade pesqueira artesanal” passou a incluir os “trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca e o processamento do produto da pesca artesanal”, ou seja, as tarefas pré e pós-captura, nas quais é grande a presença das mulheres.¹

As atividades de captura já se enquadravam no conceito anterior de pesca, que contemplava as mulheres que as exerciam, como é o caso das marisqueiras nas comunidades costeiras nos estados do Nordeste, ou as pescadoras de camarões no estuário amazônico ou, ainda, as pescadoras em lagos e rios nessas regiões. Contudo, vale notar que, apesar do amparo legal, mesmo essas pescadoras não se registravam como profissionais, não atuavam nas organizações em proporções significativas e, muito menos, eram referidas nas estatísticas pesqueiras, como já evidenciara a literatura em ciências sociais relativa a essa temática e que será referida adiante neste texto.

* Este artigo é uma versão com modificações de um capítulo originalmente publicado em *Sociologia na Amazônia*. Debates teóricos e experiências de pesquisa, coletânea organizada por Maria José Jackson Costa, Belém, Editora da UFPA, 2001, p. 165-196.

** Doutora pela Université de Toulouse France, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPEM), da UFPA.

Agradecimentos: à Profa. Maria Iracema da Frota, *in memoriam*, que gentilmente assumiu meus compromissos de ensino durante o período de trabalho de campo de que resultou este artigo. Às professoras Maria Luzia Álvares e Maria Conceição D’Incao, pelas críticas à primeira versão do texto, isentando-as, evidentemente, de responsabilidade por quaisquer erros ou omissões aqui contidos.

1 Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

Uma série de fatores sociais, culturais e políticos contribuíam para esse quadro de marginalização das mulheres trabalhadoras na pesca. Em primeiro lugar, as características da sua inserção na pesca, que tende a se dar de maneira flututante, ou descontínua; ademais, muitas vezes o fazem para prover diretamente o consumo do lar e, assim, sem passar pelo mercado. Por outro lado, o fato de elas combinarem atividades produtivas e reprodutivas, muitas vezes no mesmo tempo e lugar, também contribui para obscurecer essa condição de trabalhadora e, por conseguinte, desestimula a reivindicação de seu estatuto. E, finalmente, a herança histórica da legislação social pré-Constituição de 1988 (BRUMER, 2002), que por sua vez revelava a duradoura influência da cultura patriarcal sobre a divisão sexual de trabalho no meio rural. A trabalhadora rural, incluindo a pescadora, era definida como dependente do cônjuge, a quem cabia o pleno gozo dos direitos sociais e previdenciários – aliás, já limitados em valor e abrangência da cobertura, pois nem se equiparavam aos que eram atribuídos aos trabalhadores urbanos em condição socioeconômica similar. Em tal contexto, as colônias de pescadores foram, desde sua criação a partir da segunda década do século passado, espaços eminentemente masculinos. O mesmo se dera por muito tempo com os sindicatos de trabalhadores rurais.

Esses elementos aqui brevemente apontados dão uma ideia do quanto se ampliou o reconhecimento social de que mulheres e homens trabalham no setor pesqueiro. É preciso notar que tanto o novo conceito legal quanto a adesão de mulheres às colônias e associações de pescadores, ou a formação de associações de mulheres na pesca, resultam de um conjunto de processos sociais inter-relacionados, que incluem movimentos sociais das próprias “pescadoras”. O termo é aqui colocado entre aspas porque de fato resulta de uma complexa trajetória de construção da identidade profissional entre elas. Houve, também, a influência de movimentos sociais de pescadores artesanais no Brasil que assumiram a causa, destacando-se neste particular o Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE) e seus congêneres em alguns estados brasileiros (MANESCHY; ALENCAR; NASCIMENTO, 1995). As influências dos movimentos feministas no campo, assim como articulações originais que vincularam comunidades pesqueiras a organizações e mobilizações camponesas no país, são também a sublinhar. A ação de entidades como o Conselho Pastoral de Pescadores e de organizações não governamentais internacionais, como o Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores na Pesca, tem sido notada. Um dos marcos dessa mobilização foi a fundação, em 2006, da chamada Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras no Brasil, movimento que contou com vários apoios, com ênfase para o Conselho Pastoral de Pescadores (CPP), tendo realizado seu segundo encontro nacional em maio de 2010 (PIERRI; AZEVEDO, 2010).

Não obstante as mudanças em curso, a análise sob a ótica das relações sociais de gênero e da economia política é suscetível de revelar uma série de continuidades a marcar as práticas laborais das mulheres. Com efeito, essa

perspectiva ressalta como as construções socioculturais relativas a papéis e identidades de gênero incidem nas experiências de trabalho de mulheres e homens. Especialmente, o peso dos valores pertinentes à divisão sexual do trabalho, dentro e fora da família. Mesmo que os padrões culturais efetivamente se alterem na sociedade, o gênero, acoplado a outras desigualdades, tais como étnicas, geracionais, de classe, continua fonte de poderes e desigualdades específicos. Segundo Nancy Fraser (1997), dentre outros autores, a ordem econômica vigente assenta-se em uma “ordem social de gênero”, que estrutura e legitima a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, este último tradicionalmente assumido por mulheres. Isso se aplica de modo particularmente claro em um setor com as características da pesca, em que as fronteiras se expressam também no espaço físico – o alto-mar, o porto são espaços de homens. Sabe-se como essa separação ajusta-se aos requisitos da economia de mercado que requer um tipo de trabalhador adaptado às exigências da competitividade e, sobretudo, liberado de obrigações extraeconômicas, de tarefas tão absorventes como os cuidados pessoais e com as comunidades. Segundo essa ordem de gênero, cabe em grande parte às mulheres assumir os cuidados; afinal, são “naturalmente” considerados responsabilidades femininas e, de tal modo, não contabilizados. Correlativamente, reduz-se o valor de mercado da força de trabalho que tem de assumir os cuidados, ou que precisa de cuidados.

Assim, a entrada de mulheres no mercado de trabalho não altera de per si as injustiças de gênero, como mostraram tantos estudos feministas. Faz-se necessário, igualmente, repensar a estruturação da economia e da sociedade como um todo. Sem isso, mantém-se a necessidade de compatibilização entre trabalho e os ciclos da vida familiar, as múltiplas jornadas, a despeito dos avanços nas políticas previdenciárias em muitos países. E, desta maneira, persistem a dependência e os obstáculos maiores à participação na vida pública.

Nesse sentido, este estudo analisa experiências de mulheres pescadoras em um importante porto pesqueiro na costa do Estado do Pará. Procura justamente evidenciar as dimensões de gênero e de classe. São enfocadas as formas de trabalho dentro e fora da pesca, os papéis que elas desempenham na trajetória de migração das famílias e como elas lidam com as dificuldades e urgências que marcam a produção cotidiana de seus meios de vida.

Sobre a metodologia e a área de estudo

A pesquisa de que resultou o presente artigo tem como problemática de base o entendimento de como se estrutura um segmento produtivo – o da pesca artesanal – do ponto de vista da divisão sexual do trabalho. Adota-se uma perspectiva histórica, com a pretensão de contribuir para o conhecimento do modo como as mudanças socioeconômicas e tecnológicas têm alterado o trabalho familiar na pesca.

A pesquisa foi realizada na cidade de Vigia, no litoral do Pará, importante porto pesqueiro e destino privilegiado de pescadores migrantes. Vigia situa-se a cerca de 70km a leste da capital do estado. Aproximadamente 500 barcos frequentam o porto local, de acordo com levantamentos do Cepnor,² e cerca de 3 mil pescadores estão inscritos na Colônia de Pescadores do município. O trabalho de campo envolveu a realização de entrevistas com 29 mulheres naquela cidade, no decorrer do primeiro semestre de 1996. As questões foram centradas sobre seu trabalho e sua vida cotidiana, na infância e na idade adulta, o processo de migração para Vigia, o trabalho do companheiro pescador e os desafios que se colocam para elas no sentido de responderem às necessidades do grupo doméstico.

Este artigo analisa os depoimentos de três informantes, mulheres de pescadores. Nos diferentes momentos de suas biografias, sobressaem as múltiplas atribuições que lhes cabem, sempre vinculadas à produção de condições materiais e sociais para a manutenção das famílias. Seus depoimentos são considerados ilustrativos dos modos como processos de mudança no contexto socioeconômico regional, com seus reflexos sobre a base produtiva de pequenos produtores rurais, afetam concretamente a vida das mulheres. Esses relatos têm especial interesse na medida em que elas oferecem sua visão de como vivem tais processos e reagem a eles, criativamente. Por outro lado, interessam também por expressarem a precariedade das condições de vida e de trabalho de pescadores artesanais nessa região. A precariedade, que motiva a migração, está presente nos diferentes lugares por onde passam. Eles encontram a mesma ausência de políticas pesqueiras, agora em um contexto de crescente concorrência nos espaços de pesca e de integração mais acentuada à economia de mercado.

Pretende-se mostrar neste estudo que, do ponto de vista das mulheres, recriam-se necessariamente seus tradicionais papéis de suporte da reprodução familiar. Nas condições em que a família vive a migração e a inserção no novo espaço, as mulheres não podem deixar de cumprir tais papéis. Seus múltiplos trabalhos, portanto, não se configuram para elas como carreira profissional.

Além da coleta de dados por meio de entrevistas estruturadas, foi possível encontrar as mulheres em diferentes momentos da pesquisa, fora da situação de entrevista, o que propiciou captar redes de intercâmbio social pelas quais circulam bens, serviços e informações, necessários à sobrevivência, em particular no novo local de residência. Na criação e na manutenção dessas redes, as mulheres têm papel fundamental.

2 Censo Pesqueiro realizado pelo Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Norte do Brasil (Cepnor), órgão vinculado ao Ibama.

Práticas femininas na interseção entre as esferas produtiva e reprodutiva

Na cidade de Vigia, mulheres executam uma série de tarefas relacionadas à pesca. Elas tecem redes, são operárias em unidades de beneficiamento de pescado, ajudantes em pescarias próximas à terra e capturam caranguejos nos manguezais. Afora estas, mulheres em famílias de pescadores eventualmente atuam em roça, colheita de arroz ou em “casas de família”. São atividades acessíveis a mulheres de baixa renda e reduzido grau de escolaridade em comunidades pesqueiras da região. Enquanto membros de famílias de pescadores, elas assumem funções que, de certo modo, permitem aos pescadores “suportarem” os áleas da pesca e as estruturas de produção e distribuição que reduzem a renda dos produtores diretos. Tais estruturas, ao mesmo tempo, possibilitam a apropriação dos produtos por outras categorias sociais, em especial armadores e comerciantes. As atividades produtivas femininas, em sua maior parte, são descontínuas e nem sempre se traduzem em renda monetária, o que contribui para reforçar sua invisibilidade e dificultar o surgimento de uma “consciência profissional” das trabalhadoras da pesca.

A condição subordinada das mulheres nos espaços produtivos, por conseguinte, articula-se à posição subordinada em que os pescadores se inserem no sistema de produção pesqueira. Enfoque similar sobre os papéis das mulheres na pesca tem sido adotado por diversos autores, dentre os quais O. Niewenhuys (1989) que, em estudo realizado em comunidades pesqueiras indianas, classificou os trabalhos das mulheres, assim como das crianças, como “redes invisíveis” da pesca. Por essa ótica, portanto, entende-se que a produção pesqueira é mantida por famílias. Enquanto os homens participam direta e continuamente da pesca, seja como autônomos, seja como simples tripulantes,³ as mulheres inserem-se nela de maneira mais ou menos contínua. A temática do trabalho feminino na pesca tem recentemente merecido interesse de pesquisadores da região, podendo-se destacar E. Alencar (1993), M. A. Motta-Maués (1993) e L. Álvares (2001).

Dizer que a produção pesqueira é mantida por famílias tem mais de um significado. Pode-se referir àquelas unidades que são familiares, formadas por parentes que atuam de acordo com os padrões vigentes de divisão do trabalho por sexo e idade. É o que ocorre quando pescadores trabalham com os filhos – contando ou não com a presença de estranhos ao núcleo familiar na tripulação –, e as mulheres se ocupam da casa, assim como as pessoas idosas assumem tarefas pré – e pós-captura, tal como fabricação e

3 A categoria tripulante é utilizada aqui para fazer referência ao pescador que não possui meios de trabalho próprios, engajando-se como tripulante em unidades produtivas. Os proprietários de embarcações no setor pesqueiro artesanal podem ser eles mesmos pescadores ou, então, pequenos ou médios empresários, inclusive comerciantes de produtos da pesca.

reparo dos instrumentos, beneficiamento do pescado ou, então, participam elas mesmas das pescarias. Este último caso é menos comum na cidade de Vigia, já que as tripulações costeiras são predominantemente masculinas. Outra forma pela qual se compreende ser a pesca mantida por famílias acentua o papel dos grupos familiares como unidades de rendimentos, para cuja manutenção concorrem os ganhos ou salários individuais de seus membros. Nesse caso, ganham destaque as estratégias das mulheres na busca de satisfazer as necessidades do grupo doméstico, em especial durante a ausência dos pescadores, ou quando a renda oriunda da pesca é reduzida. Seu trabalho serve a capitais investidos na pesca, que encontram nas comunidades litorâneas uma capacidade de trabalho a baixo preço e disponível (MANESCHY, 1999). Evidentemente, também têm importância as atividades das mulheres direcionadas ao consumo e ao bem-estar dos familiares, essenciais para a reprodução da força de trabalho.

Uma das estudiosas da temática mulher e trabalho no Brasil, E. Souza-Lobo (1991), lança luzes para o entendimento da realidade dessas trabalhadoras da pesca. Essa autora chama a atenção para o processo mais amplo da divisão sexual do trabalho, que condiciona as experiências diferenciadas de homens e mulheres na esfera produtiva, ou seja, o modo específico como vivem as relações de trabalho, pensam e reagem a elas, individual e coletivamente. A própria organização das atividades econômicas, em geral, reflete as diferenciações entre os sexos, reproduzindo ou reforçando assimetrias existentes. Se o conceito de classe é construído apenas a partir do lugar dos grupos sociais na produção, sem se considerar a posição de sexo, diz a autora que se perde “a abordagem concreta das situações de trabalho e, também, a da vida cotidiana e das relações que estabelecem homens e mulheres ao viverem as relações de produção e experimentarem situações determinadas, dentro do conjunto das relações sociais” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 117).

Assim, a posição das mulheres em relação ao trabalho deve ser analisada considerando seu papel socialmente construído quanto à família. A autora chama a atenção para as repercussões desse papel – naturalização e identificação das mulheres como responsáveis pela família – na construção de sua identidade de trabalhadoras. Por conseguinte, para o entendimento de suas estratégias de sobrevivência, através, por exemplo, de suas entradas e saídas do mercado de trabalho, ou da preferência por determinadas ocupações, em detrimento de outras. Finalmente, é necessário atentar para o fato de que, como diz E. Souza-Lobo (1991), as relações de trabalho são portadoras das hierarquias de gênero, que se exprimem nos empregos acessíveis a mulheres e homens, nas diferenças de qualificação e de renda, assim como no próprio discurso sindical, objeto de estudo da autora.

C. Bruschini (1990, p. 52), outra estudiosa da questão, chama a atenção de que, no contexto, havia um relativo consenso entre os estudiosos, quanto

à necessidade de se compreender a condição feminina na ótica da articulação entre as duas esferas, a produtiva e a reprodutiva. Por outro lado, essa mesma autora ressalta uma tendência interessante no bojo desses estudos, suscetível de trazer “elementos novos e frutíferos”. Trata-se de tomar como objeto de análise o dia a dia das mulheres, no espaço privado. De acordo com M. G. Castro (apud BRUSCHINI, 1990, p. 52), trata-se de “reconhecer, no cotidiano de cada grupo social, componente de cada classe, as experiências individualizadas, a fim de dar conta das heterogeneidades de situações vividas por diferentes mulheres”.

O presente estudo tem precisamente como foco os papéis das mulheres no sentido de assegurar a sobrevivência dos grupos familiares, entre famílias de pescadores. Procurou-se tratar essa questão, considerando o modo como elas interpretam tais papéis, vinculados à trajetória de suas famílias. A análise é feita a partir da biografia de mulheres migrantes, expressa em relatos orais, tendo como eixos a migração para Vigia, sua participação nessa migração, inclusive na decisão de partir, bem como as modificações que elas experimentaram em seu trabalho e em sua vida cotidiana.

Considera-se que dados biográficos são capazes de possibilitar a apreensão tanto de processos sociais – “o social exprimindo-se através de vozes individuais”, segundo D. Bertaux (1986) – como, também, das visões dos atores sociais. Essa perspectiva é bem colocada por O. Simson (1995), ao refletir sobre o uso do método biográfico em pesquisas de reconstrução histórico-sociológica. Trata-se, diz ela, de “captar e entender as visões de mundo, aspirações e utopias elaboradas por diferentes estratos ou grupos sociais”. Sendo este um estudo sobre mulheres trabalhadoras na pesca, que relatam uma migração familiar, destaca-se o especial interesse em captar, nas narrativas, as concepções sobre papéis femininos e masculinos e, nesse sentido, suas práticas específicas em relação à família e ao trabalho.

Os depoimentos aqui analisados, de três informantes, são reveladores do interesse que apresenta a abordagem centrada em relatos sobre a trajetória das famílias, envolvendo aspectos da vida cotidiana. Eles trazem à luz práticas pouco visíveis, que não necessariamente resultam em aquisições de bens, ou em mudanças imediatas, mas exprimem os papéis ativos que elas desempenham na subsistência de seu grupo doméstico, na aquisição ou manutenção dos meios de produção e, finalmente, na tomada de decisão sobre a partida. Um tema comum nas falas evidencia uma experiência partilhada por muitas migrantes: a mudança de sua atividade produtiva. Elas frequentemente pescavam, ou trabalhavam em lavoura, na situação anterior. Na cidade, esses espaços para as mulheres são reduzidos. Elas passam a procurar atividades em terra, quando é possível, ou dedicam-se à casa e aos filhos.⁴

4 As informantes são referidas pelo primeiro nome, objetivando-se resguardar o anonimato.

Produção familiar na pesca e mudanças no contexto regional

A importância e a antiguidade da pesca na Amazônia têm sido ressaltadas em diversos estudos. A despeito das profundas transformações em curso desde a década de 1960 – com a passagem do padrão de ocupação humana ao longo dos rios para o padrão subsequente à expansão das rodovias –, a pesca continua sendo atividade básica na subsistência e no comércio em muitos núcleos populacionais. Sobressai em particular na faixa litorânea paraense, onde o porto de Vigia ocupa lugar de destaque.

A movimentação de pescadores ao longo da costa e do estuário amazônico é um traço característico. Já nas primeiras décadas do século XIX, há registros sobre o assunto nos trabalhos dos viajantes alemães Spix e Martius (1976), que estiveram na região por volta de 1820, assim como no livro de A. Baena de 1839. Este último fez referência às “pescarias volantes” feitas por moradores das “vilas” de Vigia, Colares e Cintra (atual município de Curuçá), que abasteciam a capital do estado. Em seu livro *A pesca na Amazônia*, escrito em 1895, José Veríssimo também tratou dos deslocamentos sazonais dos pescadores.

Com efeito, verificam-se mudanças nas áreas de pesca ao longo do ano, acompanhando os movimentos dos cardumes. Por outro lado, as variações mesmas na incidência de peixes levam a saídas muito frequentes de pescadores de uma tripulação, na expectativa de melhores capturas em uma outra. As oscilações das pescas, interferindo nos rendimentos, bem como as necessidades de reparos periódicos nos equipamentos, levam também os proprietários a dispensarem parte dos tripulantes. O abandono de uma tripulação pode se dever, finalmente, a tensões no próprio grupo.⁵ Essa mobilidade no trabalho, por vezes, conduz à mudança do local de residência, como ocorreu com várias das famílias em estudo.

Se a mobilidade de pescadores está em parte relacionada a fatores ambientais e às pressões que tais fatores colocam para a produção de pescado nas quantidades e qualidades requeridas pelo mercado, a migração para portos mais movimentados – caso de Vigia – explica-se também por transformações na sociedade mais ampla e seus impactos sobre o mundo rural. Assim, L. Furtado (1987), estudiosa das comunidades pesqueiras da região, já detectara importante movimento migratório de pescadores-agricultores no nordeste paraense, desde os anos 1960, em direção a portos pesqueiros. Nesse movimento, a autora destacou uma mudança básica na condição social

5 As tensões ocorrem devido a problemas que vão desde desentendimentos a bordo, como, por exemplo, a forma de comando do “encarregado”, até discordâncias quanto aos valores pagos aos pescadores após a venda do produto e a dedução das despesas da viagem. Há, também, um problema que vem se tornando comum na região: o roubo de redes de pesca, no mar. A concorrência crescente nos mesmos espaços, inclusive com a atuação da frota industrial pesqueira, também contribui para acirrar tensões.

desses produtores: de uma situação de polivalência, própria de famílias que tiravam sua subsistência da pesca, combinada à agricultura, caça e coleta, para a situação de monovalência, que hoje prevalece entre pescadores dos municípios costeiros. Ou seja, a maior parte passou a exercer a pesca como atividade exclusiva. A expansão da economia de mercado, para a qual muito contribuiu a implantação do sistema rodoviário e de novas tecnologias de conservação e transporte, a difusão de novas necessidades e aspirações, bem como a precariedade da pequena produção rural em responder a tais demandas, são fatores estruturais que estão na base desse amplo movimento populacional. V. Loureiro (1985) e A. Mello (1985) também trataram desses processos sociais em seus estudos.

A importância do recurso às migrações entre as populações pesqueiras da região é evidente na trajetória das famílias investigadas. De fato, das 29 informantes, 20 eram migrantes. Todas procediam de áreas onde a pesca era uma atividade importante, se não a principal, e, com frequência, são originárias de “praias”.⁶ Nos relatos sobre a migração, sobressaem nitidamente motivações e arranjos sociais pelos quais se compreende ser a migração um processo que envolve a família. Uma série de elementos emergem, suscetíveis de caracterizar o deslocamento como um movimento que envolve segmentação e posterior reestruturação, ainda que parcial, de grupos familiares. Assim, as migrações podem ser entendidas como parte das estratégias de reprodução social de que as famílias de pescadores lançam mão, em resposta às pressões de diversas ordens, que acompanham sua maior inserção no mercado.

Para o entendimento dessas migrações, é conveniente recorrer-se inicialmente a E. Durhan (1973) em seu clássico estudo sobre migração rural-urbana no Brasil, movimento este que ela situava no quadro de referência das forças sociais que estavam transformando a sociedade rural em fins dos anos 1950:

os trabalhadores rurais veem destruída a viabilidade do sistema tradicional de adaptação ecológica, sem poderem aproveitar as novas oportunidades por estarem presos a um equipamento cultural precário. Solicitados de um lado por novas necessidades, limitados de outro por uma tecnologia pobre, o homem do campo é objeto de tensões cada vez maiores, ante as quais a migração se apresenta como uma das poucas soluções possíveis. (DURHAN, 1973, p. 111)

Para a autora, interessava ver como essas pressões de uma estrutura social se concretizavam no comportamento das pessoas. Segundo ela, isso se dava como motivação para migrar. Tendo estudado a organização social

6 Denominação corrente para povoados situados à beira-mar, em ilhas costeiras, ou à margem de rios ou baías, próximos ao mar.

e econômica do que chamou de “comunidade rural tradicional”, ela havia detectado como as migrações faziam parte do equipamento cultural tradicional da população rural brasileira. De fato, discute a autora, a mobilidade espacial constituía-se em recurso adaptativo na economia de subsistência baseada na agricultura itinerante, que dependia da rarefação populacional. A mobilidade dos componentes era, portanto, um padrão universal nessa cultura. A incorporação da população rural na economia monetária, em geral, dava-se em condições precárias. Como explica a autora, a produção de um ocupante de terra que contasse apenas com a mão de obra familiar e a técnica tradicional era apenas suficiente para prover a subsistência da família, gerando excedente muito pequeno, aliado à permanência das relações com o mercado através da dependência a um “patrão”.

E. Durhan detectou, entre seus entrevistados, o fato de que a migração era reação a uma situação vista como permanentemente desfavorável. A participação na economia monetária provocava maior necessidade de dinheiro e, portanto, inviabilizava a economia de subsistência:

o produtor se vê forçado a dedicar uma parte crescente dos seus esforços à produção de mercadorias, negligenciando a produção de subsistência. Decai o artesanato doméstico e diminui, inclusive, a produção de alimentos. (DURHAN, 1973, p. 114-115)

Inseridos em uma estrutura social pesada, que oferecia raras possibilidades de acesso a capital, terra, ou tecnologias que permitissem ampliar a produção, a dedicação crescente ao trabalho não redundava em melhor condição de vida. Daí as constantes referências, no discurso dos migrantes, à dureza do trabalho no interior. Para a autora, essa percepção derivava do fato de que se rompera o equilíbrio tradicional entre trabalho, lazer e satisfação das necessidades.

Este enfoque lança luzes para a análise de processos aparentemente paradoxais expressos nas falas das mulheres em Vigia. Várias delas, na situação anterior à migração, exerciam atividades produtivas, às vezes mesmo remuneradas. Passando a morar em uma pequena cidade como Vigia, veem esse espaço produtivo muito limitado, ou inexistente. Mas, em geral, isso não é sentido como perda. Os depoimentos são entremeados por referências a uma vida dura no interior ou na “praia”, distante das facilidades de atendimento que uma cidade pode propiciar, ao menos em tese, como é o caso da saúde. Paralelamente, o fato de terem uma longa experiência de trabalho na pesca ou na roça não contribuiu para forjar-lhes uma identidade profissional, que se traduzisse em sua inscrição no órgão de classe, como é comum para os homens. Essa inscrição vai se dar, para algumas, no momento em que se descobrem beneficiárias do direito a uma aposentadoria, na faixa dos 50 anos de idade.

Segundo os padrões de divisão sexual do trabalho prevalentes, tal como expressos em seus relatos, os homens estavam mais diretamente inseridos em produção de mercadorias ou, pelo menos, era de suas atividades que provinha a maior parte do numerário de que dispunha a família. Assim, ao se colocar a necessidade de mais excedente, privilegiava-se, necessariamente, a busca de alternativas de trabalho para eles. Isso podia implicar a perda das fontes de produção de alimentos para o consumo, nas quais se destacava a presença feminina, infantil e, muitas vezes também, a dos idosos. Isso não mais era suficiente.

As mulheres entrevistadas, em geral, trabalhavam desde crianças. Elas atuavam em uma produção familiar, que não envolvia apenas famílias nucleares. Participavam do mercado, através da venda de gêneros agrícolas, principalmente a farinha, ou da venda do fruto de pescarias próximas, como é o caso de mexilhões e siris, de ocorrência sazonal. O homem, por seu turno, em se tratando de comunidades pesqueiras, dedicava-se mais integralmente à pesca. Para aumentar os rendimentos dessa atividade, sem meios de vender localmente seu pescado, sem encontrar vaga em tripulação do lugar, sem ter equipamentos que lhe permitissem se deslocar conforme as marés e, finalmente, na ausência de associações ou organizações coletivas para fazê-lo, exceto a opção de recorrer ao “patrão”, restava-lhe a busca de uma “praça de mercado” mais dinâmica. Nesse percurso, podia sacrificar-se a produção familiar.

Nos depoimentos, por vezes, aparecem menções ao fato de residirem, em Vigia, em uma casa inferior à que moravam, sobretudo considerando-se que um dos bairros de ocupação recente, onde residem muitas dessas famílias migrantes – o de Arapiranga – situa-se sobre área de mangue. Trata-se de terreno alagável, sem árvores ou qualquer saneamento. Algumas famílias, após a chegada em Vigia, mudaram-se de novo, especialmente para Belém, retornando em seguida. A mobilidade continuava.

Os depoimentos chamam a atenção para o fato de que a migração está comumente relacionada às fases do ciclo de vida da família nuclear. Verificam-se, com frequência, casos em que filhos homens, chegados a uma idade que lhes permite sair de casa para trabalhar, em torno dos 16 anos, embarcam em uma tripulação para pescar fora, chegando até Vigia. Passado algum tempo, a família de origem segue o percurso de um ou mais filhos pescadores, vindo a se recompor na cidade. A um primeiro movimento de dispersão, com a saída dos filhos quase adultos e aptos a criar sua própria família, segue-se comumente um movimento de recomposição, com a vinda dos pais para o novo destino. É lícito supor que parte das filhas solteiras, nessa mesma faixa etária, migre também para trabalhar, notadamente como empregadas domésticas.

Outra modalidade de migração ocorre quando o pescador adulto, pai de família, faz temporadas de pesca em Vigia. Os longos períodos de afastamento incentivam a mudança do restante de seu grupo doméstico: mulher e filhos. Por vezes a mulher toma a iniciativa de partir para reencontrar o companheiro. Pais

e irmãos dos cônjuges podem trilhar mais tarde o mesmo caminho, reunindo-se aos parentes já estabelecidos na cidade. O percurso das informantes evidencia nitidamente um processo de dispersão seguida de reunificação dos grupos domésticos.

Portanto, nas estratégias de sobrevivência das populações pesqueiras, as mulheres estão sempre assumindo funções essenciais. Fazem-no, por certo, nos limites estabelecidos pelas hierarquias de gênero, articulando os requisitos da produção e da reprodução do grupo familiar. Dentre as famílias objeto deste estudo, nas condições histórico-sociais em que vivem, marcadas por um equilíbrio sempre delicado, evidencia-se como as mulheres não podem deixar de cumprir os papéis tradicionais de “suporte”. Ora trabalhando nos espaços públicos, ora nos “bastidores”, elas respondem às exigências de manutenção da família. Nos relatos sobre a migração em particular e também quando narram a situação anterior e posterior à mudança, esse papéis sobressaem.

No entanto, ao mesmo tempo que sobressaem em suas falas – afinal, são esforços diários, labores variados, preocupações que se renovam, buscas, idas e vindas... –, destaca-se também a pouca visibilidade e importância que se lhes atribui. O exercício desses papéis ocorre, no mais das vezes, sob silêncio. Aquele silêncio que se costuma guardar em relação ao que é tido como “natural” e ao que “sempre foi” e que, portanto, se inscreve na categoria das obrigações e dos comportamentos esperados.

Esses elementos são presentes nos testemunhos das três entrevistadas em Vigia. De diferentes maneiras, em vários momentos de suas vidas, elas efetivamente atuaram na pesca. Mas elas não se identificavam como profissionais do setor, como pescadoras ou trabalhadoras da pesca. Com efeito, suas “carreiras” foram sendo construídas na interseção entre as esferas produtivas e reprodutivas, características da experiência de tantas mulheres de sua condição.

De pescadora a dona de casa; até quando?

O depoimento a seguir foi fornecido por Regina, 26 anos à época da pesquisa, com cinco filhos, mulher de um tripulante em Vigia. Natural do interior do município de Viseu – na fronteira do Pará com o Maranhão –, ela deixou o lugar de origem já casada e com o primeiro filho.

Eu pescava desde uma idade de 8, 9 anos, com meu pai. Cansei de pescar naquelas canoinhas com meu pai e minha irmã, que mora em Macapá. A minha mãe trabalhava na roça, mas quando era tempo de pegar caranguejo, pegar siri, eu ia com ela. A gente ia no tempo do caranguejo tá andando.⁷

7 Refere-se ao período da “andada dos caranguejos”, relacionado ao ciclo de reprodução da espécie, quando eles saem das tocas e “andam” sobre o solo do manguezal.

A gente também tirava mexilhão, porque no interior o custo de vida já é mais difícil. A gente vendia o mexilhão na beira. A gente ia catar, tirar aquela carne dele pra vender pra outra pessoa, que levava pra Bragança.

O meu pai tinha barco. Quem ajudava o meu pai era eu e a outra irmã maior. A minha mãe trabalhou bastante, mas em roça. A única coisa que eu não fiz foi arrastar camarão,⁸ porque eu tinha medo de estar muitas horas na água, de arraia me ferrar. Eu nunca fui muito boa pra negócio de lavoura. Só quando chegava aqueles dias de mulher mesmo, é que eu não saía de casa.

Regina exercia a pesca com o pai, juntamente com uma irmã. Além disso, ela coletava mariscos com a mãe, para vender. É oportuno destacar sua opção pela pesca, em detrimento da lavoura, de que não gostava. Seu depoimento encerra uma construção comum quanto ao papel da mulher pescadora: o trabalho constante – “eu pescava” desde a infância – e, ao mesmo tempo, visto como “ajuda”. Por seu turno, essa ajuda era parte integrante da produção familiar. Tal percepção do trabalho como ajuda, interiorizada e expressa nas práticas cotidianas, incide no estatuto social da mulher pescadora, que permanece pouco reconhecida pelas instituições, pelas associações sindicais.

Quando constituiu sua própria família, ainda no povoado natal, Regina continuou atuando na pesca, com parentes. Desse modo, assegurava parte das despesas da casa.

Esse meu filho mais velho, vai fazer 11 anos, foi criado mais nessa vida de pesca. Quando eu ia tirar mexilhão, eu levava ele. Depois que eu fui morar com ele [cônjuge], eu continuei trabalhando. A gente ia tirar mexilhão e eu atava a rede dele [filho] na casinhola do barco. Aí, com aquele jogo da maresia ele dormia. Eu ia com meu pai, a minha mãe e outras pessoas que iam com a gente. A gente cozinhava o mexilhão, tirava da casca, colocava no saco e vinha uma senhora de Bragança todo fim de semana pegar o mexilhão. Aquele dinheirinho era só pra fazer a despesinha de casa mesmo.

Mesmo após o casamento, seu trabalho é percebido como auxiliar. O depoimento também exprime a dimensão em que se associam atividades produtivas e reprodutivas a cargo da mulher. Ela levava o filho para a “tiração do mexilhão”.

8 Arrastar camarão é uma prática de captura de camarão com rede em forma de saco, regionalmente denominada puçá, feita por duas pessoas, a pé, que arrastam a rede pelo fundo, em local próximo à margem de um rio, ou próximo à praia.

A ida para Vigia foi feita através de um contato com o sogro de Regina, residente nessa cidade. Ela foi precedida por uma permanência em outra cidade, no interior do nordeste paraense. Já depois de residir em Vigia, a família morou ainda por um ano em Icoaraci, próximo a Belém, outro importante porto pesqueiro da região. Buscava, sempre, melhor inserção no mercado de trabalho para o pescador. As restrições desse mercado, porém, tornam escassa a possibilidade de um emprego formal:

A gente veio pra Vigia, porque ele [marido] tinha vontade de vir. O pai dele mora aqui. É separado da mãe dele. Quando foi um dia, ele escreveu pro pai dele e ele respondeu e disse que era pra ele vir, que tinha um quarto na casa dele. Aí nós viemos embora pra cá. Aí ele passou ainda uns 15 dias sem trabalhar. Depois arrumou vaga num barco, foi pra fora. Antes, a gente tinha ido pra Capanema [cidade da zona Bragantina do Pará]. Ele trabalhava numa oficina de carroceria de caminhão, mas o tio dele, que era o dono, não assinou a carteira dele.

O depoimento de Regina é ilustrativo de uma migração que se organiza através do recurso a relações primárias; no caso, de parentes que se encontram nos pontos de destino. Em Vigia, Regina e seus familiares residem em um bairro relativamente novo, denominado Sol Nascente, onde são vizinhos do irmão de seu marido. Regina possui também uma prima que mora a uma quadra de sua casa. Essa proximidade possibilita a manutenção de práticas de solidariedade, tais como a doação de peixe para o consumo doméstico quando o pescador de uma das casas chega.

Na cidade, o marido trabalhava como gelador⁹ em um barco de pesca. Como muitos pescadores desprovidos de meios de produção próprios, ele não pagava regularmente a mensalidade do órgão de classe, a colônia de pescadores, ainda então o principal modo de acesso à previdência social. Na ocasião da entrevista, aguardava uma vaga em uma embarcação maior, supostamente mais rentável. Uma das preocupações desses pescadores, motivo comum nas conversas, diz respeito ao montante dos “vales”¹⁰ concedidos pelo patrão – dono do barco ou comerciante financiador da embarcação. Ele assim explicou a situação dos tripulantes em Vigia:

9 Responsável pelo acondicionamento do pescado no interior da urna, função da qual depende a boa conservação e apresentação do produto no mercado. É uma função tida como mais qualificada que a dos “peões de proa”, pescadores que lançam e recolhem as redes. Por isso, a remuneração do gelador é um pouco superior à destes últimos.

10 Adiantamento em dinheiro aos pescadores, antes da viagem, fornecido pelo proprietário do barco, ou pelo intermediário que financia a operação de pesca. O vale objetiva assegurar ao menos parte das necessidades da família dos pescadores durante sua ausência. Frequentemente ele é insuficiente para isso. Ocorre, também, que o saldo monetário que o pescador recebe ao fim de uma temporada não cobre a dívida anterior.

Quando a gente chega [da viagem], a maior parte do que a gente ganha é pra pagar o que tá devendo. [...] A pescaria agora tá meio devagar. O cara pra sustentar uma família como eu tenho e ganhar só uma parte, ele rebola. (Wagner, 31 anos)

Regina não pesca mais em Vigia. Já teceu redes, mas no momento da entrevista não tinha atividade remunerada. Sendo jovem e com o filho mais velho com 11 anos, pretendia voltar a estudar. Na cidade, existe em tese a possibilidade de estudo. Porém, geralmente mulheres casadas enfrentam fortes resistências do companheiro a essa maior mobilidade possível no espaço urbano. Nesse mesmo sentido, tende a haver maior aceitação com trabalhos que possam ser realizados pela mulher na casa.

Eu disse, Wagner, eu queria que tu me desse tua permissão pra mim estudar. Ele se virou, olhou pra mim e disse: não! Porque tem muita mulher de pescador aqui na Vigia que estuda. A Sônia [parente], ela estuda, né? E eles vê, eles escuta outros homens tá falando no beiradão, que o homem vai pra fora e a mulher fica estudando, em vez de vir direto pra casa, fica conversando pelos cantos. E diz que vai pra escola e vai pra outro lugar. Então, ele diz que não quer que ninguém fale isso de mim. Ele bota muita dificuldade. Ele diz: quem é que vai ficar com os meninos?

O espaço de autonomia na cidade para a mulher configura-se restrito, atribuindo-se-lhe, acima de tudo, a responsabilidade de cuidar dos filhos. A desqualificação de seu trabalho reproduz-se na posição de dependente perante o marido. Ela trabalhou para ajudá-lo, assim como antes em relação ao pai. Contudo, isso não lhe possibilitou constituir-se enquanto sujeito produtivo independente de sua posição na família. A restrição à mobilidade feminina faz-se sentir, inclusive, do ponto de vista do lazer. Veja-se o valor negativo atribuído às conversas “pelos cantos”. Os homens parecem dispor de mais opções: principalmente bares, futebol e outros jogos, apesar de que sua própria liberdade nesse sentido é também restrita, em função da duração das viagens, das tarefas de manutenção do barco em terra, da procura por serviços remunerados nos intervalos das pescas e das dívidas que se estendem de uma viagem a outra. Note-se, ainda, que o alcoolismo masculino, com suas consequências em termos da violência doméstica, acentua as restrições ao movimento das mulheres.

De pescadora a “parceira” em terra, tecedeira de redes, dona de casa...

Situação que guarda semelhanças e diferenças com a de Regina foi vivida por Jesus, de 38 anos, com oito filhos. Na época da entrevista, fazia dois anos que morava em Vigia, procedente de uma praia no Maranhão. A migração, em

seu caso, deu-se quando ela já tinha mais idade. Ela não apenas tomou parte ativa na decisão sobre a migração, como se empenhou, junto com o marido, na busca de condições para a constituição de uma unidade produtiva autônoma na pesca. É nesse último sentido que ela é aqui considerada “parceira” – termo frequentemente empregado pelos pescadores para se referir aos membros da tripulação com quem trabalham.

Antes de vir para essa cidade, seu filho mais velho já o tinha feito, na companhia de um tio, que era encarregado de barco. Seu relato evidencia a falta de alternativa na comunidade de origem, aliada ao atrativo das informações prestadas pelos parentes que os precederam na mudança. Tal como Regina, Jesus também havia trabalhado na pesca, desde a infância, participando de uma produção organizada em moldes familiares.

Já pesquei muito. Aqui mesmo em Vigia é que eu já fui só umas cinco vezes, pra curral.¹¹ Aliás, lá no meu lugar, inclusive quando eu tinha 12 anos, que eu morava com meu pai, eu pescava de rede, que pega tainha, camarão... Foi a minha vida. Eu cresci nesse trabalho, pescando. Depois que eu casei, me separei, eu tive que continuar minha pesca. Eu pescava também. Aí eu tinha também minha rede, eu dava pra um irmão meu levar pra fora e pescava de dia, às vezes até de noite, camarão. Eu pescava com um tio meu, casado com a minha tia e esse meu irmão mais velho.

Como foi dito, ela parece ter tido um papel muito ativo na decisão última sobre a migração, bem como nos esforços da família em se adaptar ao novo lugar.

A gente tava quase sem condição e ele [filho pescador] ligou pra mim dizendo que aqui tava melhor a pesca. Eles tinham vindo direto pra cá, porque eles acham que aqui é mais perto do ponto de pesca. E a situação, como tava ruim, nós resolvemos. Lá, eu tinha casa de alvenaria. [...] O meu filho, quando chegou aqui, foi morar com a família onde o meu irmão morava, no Sol Nascente. Era casa de um conhecido nosso. Foi pra lá também que a gente foi logo quando chegou aqui.

Um ponto comum a muitos relatos diz respeito ao volume mínimo de recursos materiais que esses migrantes conseguem trazer consigo. A venda dos bens na comunidade de origem não se traduz em excedentes que auxiliem na chegada. Famílias instalam-se na casa de conhecidos, alugam quartos, sempre em acomodações rudimentares. Veja-se, por outro lado, que a mudança se decide com base em estímulos e informações que podem parecer muito frágeis

11 Armadilha fixa de pesca. Constitui-se em um grande cercado de varas, de formatos diversos, instalado próximo a margens de rios, beiras de praias ou, ainda, sobre bancos de areia ao largo.

para quem analisa de fora: uma carta, um telefonema, a vontade de encontrar um parente distante... Projetos anteriores se desfazem com aparente facilidade, como quando há abandono da roça familiar, de um trabalho voluntário, ou a venda da casa construída aos poucos. De fato, os estímulos e as informações apenas desencadeiam uma intenção migratória que se fora delineando a partir de uma situação de crise duradoura dos meios de subsistência, tal como discutido por E. Durhan (1973). Esses elementos estão presentes na trajetória de Jesus e seus parentes. Permeia, em seu relato, o sonho de refazer um passado, através de um futuro melhor.

Nós viemos com a coragem. O meu pai não queria que a gente vendesse a casa. Mas lá tava muito ruim e aqui podia ser que a gente conseguisse um outro meio, como lá eu tinha essa associação [associação de moradores], lutando, mas era ele [marido] que dava conta de tudo; e a pesca não tava dando. O meu trabalho lá era voluntário mesmo, tava começando. Quando a gente começou a se organizar, que foi pra colher, eu vim embora. E aí a gente veio só por isso, mas no sonho de a gente conseguir comprar uma embarcação pra gente. Inclusive as minhas coisas que eu vendi, eu botei o dinheiro na poupança, chegou aqui a gente tirou, foi naquela época de passar o cruzeiro pra o real, aí eu tirei.

Tal como a família de Regina, no depoimento anterior, a inserção dos familiares de Jesus na pesca em Vigia não trouxe a estabilidade perseguida. Mas, enquanto o companheiro de Regina trabalhava anteriormente como empregado e, em Vigia, como tripulante, o de Jesus ainda trabalhava em sua própria canoa. Esperavam poder compor uma tripulação formada pelo marido, filhos e genro pescadores. Porém, à reduzida acumulação prévia, somaram-se os problemas de moradia, levando-os a adiar esse objetivo.

Em Vigia, a capitalização no setor pesqueiro não contribuíra para transformar qualitativamente as relações de trabalho. Os investidores no setor, pequenos proprietários e armadores, contam com mão de obra muito barata e abundante. Formas de dependência pessoal ao patrão se mantêm, seja ele o dono do barco ou o comerciante. É a esse patrão, por vezes, que a família do pescador recorre em momentos de necessidade. A dependência é reforçada pelo alto grau de informalidade nos contratos, dando margem a manipulações que reduzem o ganho do pescador. Daí que circunstâncias sempre prováveis, tais como a perda de uma rede, capturas fracas, ou a necessidade de alojar a família, são suficientes para inviabilizar o projeto de trabalhar por conta própria, mesmo que outras condições favoráveis possam existir. No caso de Jesus, um elemento a favor parecia ser o recurso humano, dado o fato de estarem envolvidos vários homens da família, que pescavam juntos, além de possuírem redes e uma canoa.

Só que a gente começou a comprar uma canoa muito pequena. Não teve condições. Aí eles foram pescar sem conhecer a área, quer dizer que perderam a rede toda. Era uns mil metros e se perdeu quase tudo. Aí o homem esmoreceu. Eu tornei, enfrentei, fui em Bragança¹² tentar comprar a rede de um tio que foi lá. Fui de carona mesmo. Ele [marido] gosta de pescar, mas por essa parte ele já é mais parado. Aí eu fui com um senhor que tem aí, comprei rede novamente.

Ela procura tomar as rédeas da situação em terra, assegurando a continuidade do empreendimento familiar, em condições adversas. O trecho de sua fala destacado a seguir evidencia os vínculos familiares presentes na composição das tripulações, mesmo em se tratando de barco alheio.

Mas aí veio o problema da casa, porque a casa que a gente tava não era da gente. Era de um senhor que deu, que inclusive era o patrão do meu irmão, que pescava no barco dele. Quando ele saiu da embarcação dele, ele pediu a casa. O meu irmão era encarregado. O meu filho e, também, o rapaz que mora com a minha filha trabalhavam com ele.

Sua fala é reveladora de uma das atribuições que as mulheres de pescadores assumem: compra, venda e confecção de materiais de pesca. No caso de Jesus, destaca-se sua decisão de comprar náilon para tecer aos poucos uma nova rede de pesca para o companheiro. São atividades que, como já foi dito, não lhes conferem um estatuto social de trabalhadora. Vale ainda chamar a atenção para uma noção expressa nesse relato: a de uma luta contínua. A migração e a adaptação ao novo contexto envolvem esforços constantes, lutas que se renovam. Seu discurso valoriza o fato de ser capaz de continuar a travá-las.

Eu acho que valeu a gente vir. Não foi tanto a pena, porque eu fiquei longe da minha mãe e do meu pai. Mas valeu, porque a pesca tava muito devagar. Então eu acho que, com todo sofrimento, valeu a pena, porque eu já tenho a minha casinha. E a gente tá aí batalhando, com um sonho de conseguir alguma coisa, se Deus não mandar o contrário.

Jesus demonstra grande iniciativa em relação à busca de meios de trabalho na pesca e de uma vida digna para sua família. Ela se considera parte ativa no processo, tendo mesmo se dirigido até outro porto para comprar uma rede. Ela possuía uma experiência de associação comunitária em sua povoação de origem e, por isso, aderiu a uma recém-criada associação de mulheres na pesca

¹² Cidade portuária situada a 240km a leste da capital, onde também se destaca a atividade pesqueira.

em Vigia, em fevereiro de 1996. Sua adesão também resultara da esperança de vir a conseguir, através da associação, um financiamento para a compra do almejado barco da família. Mais uma atividade assume essa “parceira de terra”; portanto, a busca de acesso a crédito produtivo.

A despeito dessa capacidade de iniciativa, Jesus também tinha sua mobilidade tolhida, em função de uma série de obstáculos que a impediam de sair de casa. Dentre os obstáculos, o fato de possuir três de seus oito filhos ainda pequenos, o volume de afazeres domésticos, as graves dificuldades financeiras da família e a falta de apoio na própria casa, as suas ausências do lar.

De lavradora a dona de casa, tecedeira de rede, vendedora

Original de Pindoval, município de Augusto Corrêa, antes de residir em Vigia, Maria Helena – 38 anos à época, 4 filhos – morou com o marido pescador em Nova Olinda (município de Augusto Corrêa) e Bragança. Nova Olinda é um povoado ribeirinho, próximo a florestas de manguezais, cuja população vive de roça e de extração de mexilhão nos mangues. Maria Helena trabalhava em roça quando morava nesse local e, na época propícia, “catava” mexilhões para vender. Seu depoimento expõe as razões da mudança, sua decisão de seguir o marido e, também, os esforços iniciais do casal na construção de uma nova casa.

Nós morava em Bragança, nós fomos pra lá por causa do serviço pra ele. Lá no lugar onde eu nasci, ele trabalhava no barco de um tio meu. Aí nós se conhecemos e se casamos. Só que o meu tio vendeu o barco e não teve mais condição de ficar em Nova Olinda. Aí viemos pra Bragança. Ele trabalhava lá com um compadre meu. Aí também ficou difícil em Bragança, de serviço. E ele queria vir embora pra Vigia. O pessoal aconselhava que não era pra vir. Aí nós vendemos uma casinha que nós tinha e viemos. Ele não arrumava serviço, uma vaga certa, pra ele trabalhar. Aí ele veio na frente pra Belém. De Belém, ele arrumou vaga pra Vigia. Aí eu agarrei e disse: ah, eu vou embora atrás dele e levar o menino que eu já tinha. Cheguei aqui, já tinha quarto alugado, porque ele ia chegar da pesca e ia me buscar em Bragança. Aí eu cheguei.

Nós começamos a trabalhar num quartinho pra gente, perto da ponte. Era lama. Fizemos uma casinha lá, tapei tudo de saco. Eu sei que eu me mudei. Era minha, né?

Aí depois ele começou a trabalhar assim efetivo. E nós começamos a comprar material e fizemos uma casa pra gente. Aí depois, abriu esse lugar pra cá [bairro do Sol Nascente] e eu desejei ter uma casa aqui. Aí construímos essa aqui devagar, e aqui nós tamos, graças a Deus.

O marido de Maria Helena, pescador, por vezes fica sem emprego. Ela faz diversos expedientes para complementar a subsistência da família e, por vezes, o seu ganho é o único da casa, como ela explica.

Eu não faço só assim negócio de tecer rede. Eu gosto de ter as minhas vendas, é perfume, é michelim, é roupa. O que eu vou achando que as pessoas me dão pra vender, eu pego. Esses tempos todos que ele tava desempregado, era do que a gente tava sobrevivendo aqui. Porque aparece uma que vem, me paga... que eu não gosto de tá parada não. Tenho que ter coisa pra vender, pra mim de qualquer maneira tá ajudando ele, né? Ele disse que ele nem queria mais ir nessa viagem, porque o homem [patrão] já tinha acabado o vale. Mas eu disse, não, vai, o importante é a gente tá com saúde; então vai fazer tua viagem, com fé em Deus.

Seu trabalho foi importante desde a chegada na cidade, viabilizando a instalação da família. São atividades variadas, sendo seu exercício alterado em razão das sucessivas gestações de Maria Helena.

Logo que eu cheguei aqui, eu arrumei serviço de lavar pros outros. Era só ele pescando, né? E eu sempre gostei de ganhar meu dinheirinho. Aqui, depois que eu cheguei eu não tive nenhum filbo de nove meses, era tudo fora de tempo. Aí eu não me dei mais lavando. Eu só vivia bronqueada. Aí eu me operei.

Maria Helena está sempre à procura de oportunidade de renda. Deve-se sublinhar que ela o faz nos limites estritos da casa. Assim, ao justificar seu trabalho como tecedeira de rede, ressalta a vantagem de poder conciliar tal trabalho com as atribuições domésticas.

Eu aprendi [a tecer rede] porque eu queria ganhar o dinheiro, eu queria ajudar ele [marido tripulante]. Às vezes ele não tinha, eu não tinha, aí eu disse, vou aprender. Aí uma vizinha minha aí do fundo pegou náilon de encomenda e eu comecei a tecer com ela. [...] O meu marido arrumou uma vaga num barco e saiu. Só que o vale que eles deixam pra gente é muito pouco. Um vale de 60 reais, quando o pescador chega a sair, não tem mais pra deixar pra mulher. Pra mim, eu dou graças a Deus de ter aparecido esse serviçozinho. Se não faltasse esse náilon, mesmo barato, mas era uma profissão ótima, né? Porque a senhora tá em casa, eu pelo menos eu tou aqui dentro de casa, só saio na hora de ir pra igreja, e tou em casa, cuido das minhas obrigações de casa e venho pra esse serviço.

Para ela, não importa apenas responder às necessidades materiais do grupo familiar. Trata-se, também, de continuar desempenhando o papel social que se lhe afigura mais importante, o de mãe de família. A possibilidade de um serviço a domicílio, compatível com as “obrigações de casa”, é vista, assim, como um espaço de autonomia.

Múltiplas práticas de trabalho das mulheres

O estudo foi orientado pela busca de identificar, entre famílias de pescadores, os papéis desempenhados pelas mulheres nas trajetórias familiares. Procuraram-se compreender as migrações e a integração ao novo contexto, como experiências individuais, objetivando apreendê-las também como manifestação de relações socioestruturais.

O passado de Regina, Maria Helena e Jesus exprime a situação anterior de uma produção familiar polivalente, própria de comunidades de pescadores-lavradores-coletores. Essa é, provavelmente, a situação de muitos povoados no nordeste paraense, até hoje. Com a ida para a cidade portuária, a pesca torna-se a principal fonte de renda do grupo familiar. Porém, essa mudança não representa a estabilidade almejada. Recria-se o desequilíbrio em que vive a família, que havia motivado a saída da localidade de origem, assim como outras saídas. Nesse sentido, a despeito dos valores culturais predominantes, segundo os quais cabe ao homem prover a casa com meios de subsistência, as dificuldades do dia a dia tornam indispensável a participação das mulheres na provisão do lar, em maior ou menor grau. Tendo em vista sua origem e o meio social em que estão inseridas, essas atividades relacionam-se quase sempre à pesca.

Para elas a migração implica, frequentemente, mudanças no estatuto produtivo. Elas deixam o trabalho direto na pesca, ou na agricultura. Veem-se na contingência de reorganizar o cotidiano doméstico e de buscar novas estratégias de sobrevivência. Os laços familiares – no sentido de família ampliada – permanecem vivos, na medida do possível. É com base neles que se pode dar a decisão de migrar, bem como sua direção.

Se, muitas vezes, o móvel último da migração tem razões profissionais, ou seja, o objetivo de encontrar uma inserção mais favorável para o pescador, as mulheres tornam possível a concretização dessa mobilidade, quando não são elas as iniciadoras. Elas se mantêm junto aos filhos, elas mudam de atividade produtiva, adaptam-se às demandas do grupo doméstico, inclusive no exercício de um novo trabalho na cidade. As mulheres têm, portanto, papel ativo. Os obstáculos que enfrentam, nos casos retratados, não esgotam sua busca contínua de meios para superar esses limites e assegurar, ainda que modestamente, um nível de vida para a família.

Em suma, elementos comuns perpassam essas trajetórias. Em primeiro lugar, as múltiplas práticas de trabalho das mulheres, no interior como na

cidade. Não são trabalhos contínuos, sobretudo no meio urbano. A inserção varia em função das circunstâncias do mercado, das oscilações no emprego e na renda do pescador, da situação dos filhos e de questões de saúde. Em segundo lugar, ressalta o fato de que tais práticas não conduzem a um processo de individualização delas, enquanto trabalhadoras. Ao contrário, persiste seu vínculo primordial às exigências da reprodução familiar.

É oportuno considerar aqui a análise feita por L. Lavinas (1994), quando relaciona as atividades tidas como femininas – notadamente entre mulheres de categorias sociais de baixa renda – às características estruturais do Estado brasileiro. Com efeito, elas assumem a geração de bens e serviços que há muito deveriam ser de competência estatal, como mostra essa autora, que acrescentou, ainda, como a naturalização da divisão sexual do trabalho contribui para sustentar a ordem social mais ampla, profundamente desigual. A ausência do Estado no cotidiano dessas mulheres, na forma de atendimentos à saúde, à educação e de políticas públicas em geral, é de certo modo suportada pela organização das tarefas no espaço privado. Como se sabe, essa ausência possibilita a presença do Estado junto a outras categorias, em resposta a outras prioridades.

As mulheres na pesca não são ainda livres para construir uma carreira, dentro ou fora desse setor. Porém, em que medida é possível dizer que os pescadores desfrutam de liberdade? A esse respeito vale lembrar, no depoimento de Jesus, seu empenho em conseguir crédito para a compra de um barco para seus parentes, bem como em refazer uma rede perdida no mar. São iniciativas que habitualmente caberiam ao pescador. A situação do marido de Jesus, no entanto, impedia-o de exercê-las. Com a perda dos meios de produção próprios, ele precisava engajar-se como tripulante. Assim, constata-se que as iniciativas da mulher também se relacionam à falta de políticas de apoio à pesca artesanal. Com efeito, conforme as linhas de financiamento bancário prevaletentes, a disponibilidade do recurso humano, como ocorria naquela família, não constitui garantia de acesso. Não havendo tais políticas, veem-se mulheres assumindo tarefas que refletem a vulnerabilidade da condição social do pescador. Como indiquei anteriormente (MANESCHY, 1995), a seu modo, as mulheres também assumem os riscos das pescas. A que custos os pescadores vivem a privação do exercício de papéis tradicionalmente seus?

Este estudo reafirma o interesse de se trabalhar com depoimentos sobre histórias de vida, como meio de acesso a práticas e a interpretações sobre essas práticas, por parte dos sujeitos sociais. Por esse prisma, as estratégias familiares das informantes – a migração acompanhando o companheiro, a busca de alternativa de renda, a manutenção das redes de informação e ajuda mútua etc. – devem ser compreendidas no quadro de um conjunto de pressões que são de ordem material e, também, cultural e simbólica. É necessário atender às expectativas de papéis sociais, garantidoras de um *status* social do grupo doméstico e, por conseguinte, delas próprias.

Os depoimentos são marcados pela percepção do trabalho produtivo feminino como ajuda, embora as situações descritas evidenciem o quanto esse trabalho importa na vida da família. As representações dominantes situam-nas no papel de complemento. Considera-se pertinente, para o caso aqui tratado, a conclusão de C. Lucena (1995, p. 211) em seu estudo sobre histórias de famílias de migrantes de São Paulo: “a mulher é sujeito cuja representação não se desligou do masculino”. Essa não é, evidentemente, uma situação estática. Nesse particular, convém retomar o enfoque de E. Souza-Lobo (1991, p. 170), quando destaca o fato de que as práticas sociais, familiares, culturais e de trabalho das mulheres são aproveitadas nas relações de trabalho, capitalistas ou não, formais ou informais. E, ao mesmo tempo, observa que essas práticas são constantemente reformuladas por elas, na forma de estratégias de sobrevivência e de resistências à subordinação.

Os depoimentos aqui coligidos testemunham esse dinamismo. Articulando produção e reprodução – cuidando das “obrigações domésticas” e trabalhando –, é nítido que as mulheres em Vigia diversificam suas habilidades. Se não questionam publicamente a naturalização das hierarquias de gênero, ou se submetem cotidianamente a elas em casa, no trabalho, ou nas relações com o poder público, elas estão assumindo novas funções, como é o caso da busca de crédito, ou aderindo a organizações, como a recém-criada associação de mulheres naquela cidade.

Referências

ALENCAR, E. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L., LEITÃO, W.; MELLO, A. F. *Povos das águas, realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 63-82.

BERTAUX, Daniel. Fonctions diverses des récits de vie dans les processus de recherche. In: DESMARAIS, Danielle; GRELL, Paul (Dir.). *Les récits de vie: théorie, méthode et trajectoires types*. Montréal, Saint-Martin, 1986. p. 21-33.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun. 2002.

BRUSCHINI, C. *Mulher, casa e família*. São Paulo: Fundo Carlos Chagas; Vértice, 1990. 222p.

DURHAN, E. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FRASER, Nancy. *Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition*. New York: Routledge, 1997. 241 p.

FURTADO, L. G. *Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

- LAVINAS, L. Gênero, cidadania e políticas públicas. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 169-188.
- LOUREIRO, V. R. *Os parceiros do mar*. Belém: CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985. 227p.
- LUCENA, C. Mobilidade social: histórias de família e variedades de gênero. In: MEIHY, J. C. S. B. (Org.). *(Re) Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: USP, 1995. p. 206-215.
- MANESCHY, M. C. As mulheres estão se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia*, v. 11, n. 2, p. 145-166, 1995.
- _____. *Parceiras de terra: o trabalho anônimo das mulheres na pesca em Vigia*. 1999.
- MANESCHY, Maria Cristina; ALENCAR, Edna; NASCIMENTO, Ivete H. Pescadoras em busca de cidadania. In: ALVARES, Maria Luzia M.; D'INCAO, Maria Ângela. (Orgs.). *A mulher existe?: uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM/MPEG, 1995. v. 1. p. 81-96.
- MELLO, A. F. *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Belém, UFPA, 1985. 296p.
- NIEWENHUY, O. Invisible nets; women and children in Kerala's fishing. *MAST*, v. 2, n. 2, p. 174-94, 1989.
- MOTTA-MAUÉS, M. A. *Trabalhadeiras & camaradas: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém: UFPA, 1993. 216p.
- PIERRI, Naina; AZEVEDO, N. Making their voices heard. *Yemaya* 34, June 2010. Disponível em: <<http://icsf.net/icsf2006/jspFiles/wif/wifWorkshop/english/yemaya.jsp>>. Acesso em: 6 jun. 2010.
- SIMSON, O. Reflexões de uma socióloga sobre o uso do método biográfico. In: MEIHY, J. C. S. B. (Org.). *(Re) Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: USP, 1995. p. 83-91.
- SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo, Brasiliense, 1991. 285 p.
- SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P. 1976. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos, 1976. 344 p. 1 v.
- VERISSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. Belém: UFPA, 1970. 130 p.

AGROECOLOGIA E RELAÇÕES DE GÊNERO EM PROJETO SOCIETÁRIO*

*Iara Aquino Henn***

Neste artigo, analiso os deslocamentos sociais alcançados por mulheres agricultoras, mediante participação em processos de construção da agricultura ecológica, no quadro de investimentos econômicos e políticos de grupos familiares situados no território sudoeste do Paraná. Pautando-me em análise de narrativas por elas construídas em atos de entrevistas a mim concedidas, enfatizo a compreensão dos diversos olhares que elas elaboram sobre si mesmas, ao se perceberem construindo tessituras na trama das resistências; ao se perceberem diante de transformações que imprimem no cotidiano do grupo familiar; e ao se redimensionarem diante das atuações que integram coletivos organizados. Enfim, ao reconhecerem que alteram condições de vida e posições sociais ao imprimirem sentido e visibilidade ao projeto de consolidação da agricultura ecológica.

Para compreender os modos de percepção das mulheres no decorrer das ações em processos de construção da agricultura ecológica no território identificado, valorizei o estudo de trajetórias de grupos familiares; portanto, de agricultores e agricultoras¹ em relações. Além disso, combinei tais dados com leituras documentais, participação em diversas reuniões, feiras livres e outras formas de encontro, como Jornadas, Festas das Sementes, recursos institucionais pelos quais o projeto de construção da agricultura ecológica ganha objetivação.

* Este texto é fruto das reflexões apresentadas na tese de doutorado “Atores de Conhecimento e Intervenção: a Construção Social da Agricultura Ecológica”, em Antropologia Social, na Universidad Nacional de Misiones (UNaM), Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, curso para o qual recebi financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e orientação da Dr^a. Gabriela Schiavoni.

** Doutora em Antropologia Social pela Universidad Nacional de Misiones Argentina. Assessora no Programa Género e Geração do Cooperativismo Solidário, na União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná.

1 Ao reconhecer a importância da distinção social de sexos construída pelas concepções que referenciam relações de gênero, tal como no processo de constituição da agricultora ecológica são fundamentalmente valorizadas, manterei a diferenciação ao me referir aos agentes que participam do processo, mas principalmente da interlocução da qual este texto foi possível. Em relação aos nomes das pessoas, todos são fictícios, já que os dos lugares foram preservados.

Tal processo configura-se em espaço social² constituído no bojo de lutas em prol de meios de reprodução de um campesinato constituído por caboclos e imigrantes. Estes últimos, em sucessão geracional, vindos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Torna-se então fundamental recuperar aspectos de dinâmicas dessa reprodução, tal como os agentes as reconstroem no decorrer do tempo. Entre elas, especialmente aquelas ainda hoje bastante valorizadas e reconhecidas como luta por terra que culminou com a *Revolta dos Colonos*,³ em 1957. Este acontecimento tem sido emblemático para sujeitos em ações individuais e coletivas, valorizado nas sucessivas lutas cujos significados e sentidos destacam práticas cotidianas para na terra “ficar”.⁴ Desde este marco histórico, as mulheres destacam a participação delas nas lutas sociais, posto que saíram de casa e foram para a guerra combater em revolução armada, além das resistências cunhadas diante de atos de violência em que foram vítimas, ao atuarem na proteção do grupo familiar. Se elas são pródigas na narração desses atos de defesa do grupo, tal não ocorre nos atos de rememorações e comemorações elaborados por homens, quando não são sequer nomeadas. Ainda quando são solicitadas como testemunhas para relatos sobre a revolta, quase não são identificadas como “guerreiras”, sentido social que elas se reconhecem no desempenho de papéis em lutas e confrontos.

Portanto, para o caso de participação de mulheres em atos coletivos de construção de grupos de agricultores familiares, aqui valorizada para análise, vale destacar a longa experiência de deslocamentos de posições e sentidos em que as mulheres redefiniram pautas hegemônicas de institucionalização de relações de gênero. Tanto nas ocupações de espaços físicos nas localidades do território defendido, como nos grupos sociais de defesa de interesses específicos, elas assumiram acrescidas responsabilidades familiares e coletivas, especialmente aquelas que ficaram viúvas. Elas se apresentam então como importantes protagonistas na construção da sua própria categoria política e

2 Espaço, categoria quase sempre remetida às reflexões de Bourdieu (2007) sobre “espaço social”, está sendo por mim valorizado para construir uma perspectiva de estudo orientada por relações sociais no plano macro, mas principalmente para assumir a análise sobre agricultores e agricultoras como *agentes sociais*, constituídos em relações de força. Na investigação aqui em causa, os espaços são apreendidos pelas lutas sociais que se organizam diante de fins coletivos; e por posições que os constituem em relação com outros lugares. O *lugar*, como pensado pelo autor, caracteriza-se pelo espaço físico no qual os agentes se encontram situados ou pela localização ou posição relacional que ocupam.

3 *Revolta Armada* na luta de camponesas e camponeses contra companhias que se instalaram na região a partir de acordos (desacordados por interlocutores/as) para venda de títulos das terras, já adquiridos anteriormente, frutos da compra da terra ou de ocupações decorrentes, também pelo incentivo de ações governamentais. A cobrança indevida de títulos, a repressão e a violência por parte destas companhias foram alguns dos motivos de confronto, resistência, luta armada e a vitória que culminou na expulsão destas da região.

4 “Ficar” ou “sair” nos remete diretamente à investigação da autora De Castro (2005) sobre o dilema que encontram os jovens na trama das relações. Em nossa investigação está diretamente ligada à reprodução da vida social de grupos familiares e coletivos organizados em prol da luta por projetos de vida para continuar como agricultores e agricultoras, dando curso à agricultura ecológica.

social, experiência na qual tramaram uma tessitura distinta nas dinâmicas dessa agricultura (HENN, 2010).

A problematização pública das relações entre representações de gênero⁵ e agroecologia⁶ veio me chamando atenção durante todo o meu longo processo de pesquisa. Iniciei este investimento com o estudo da construção das narrativas de vida de mulheres feirantes e sindicalistas, no município de Francisco Beltrão, durante o ano de 2008. Nos encontros e nas entrevistas, elas me mostravam, por reflexão de suas vivências, que, depois da “guerra”, continuaram a promover rupturas e deslocamentos sociais em expectativas de comportamento, mudanças que *a priori* diferenciam pelas confusões dos limites ao que é atribuído ao homem ou à mulher. Por exemplo: pela participação em organizações sociais⁷ ocupando cargos até então exercidos majoritariamente por homens; ou nas construções de *projetos de vida* nas *Unidades de Produção e Vida Familiar* (UPVF).⁸

Pelo deslocamento da prática produtiva anual de grãos – anteriormente exercida em terrenos íngremes –, narrada pela “dor” e pelo “sofrimento” de um trabalho “pesado” (PAULILO, 1987), para a atual horticultura, orientada por princípios da agricultura ecológica e em terrenos mais adequados, as mulheres demonstram os caminhos que lhes possibilitaram tais transformações. Dentre as estratégias por elas cunhadas, a feira livre lhes proporcionou formas de socialização avaliadas como expressões de crescimentos pessoais, aprendizagens e elevação de autoestima, além de ser estratégia de viabilidade econômica. Relatando múltiplas situações, as mulheres do grupo de agricultores pesquisado reconhecem a singularidade de suas formas de participação na reprodução cotidiana, bem como na historicidade longa de si mesmas e do grupo ao qual pertencem. Além disso, os espaços ocupados em organizações sociais como diretoras e lideranças também são exemplos de deslocamentos sociais que elas objetivam, ultrapassando os limites morais de constrangimento aos espaços privados, em medida concomitante à vivência cotidiana em espaços públicos (HENN, 2010).

5 Gênero entendido como a produção do saber sobre as diferenças entre homens e mulheres e como elemento constitutivo das relações sociais e de poder, sendo, assim, categoria social e histórica, segundo Scott (1995).

6 Sobre a situação da mulher na agricultura brasileira, ver estudos de Brumer (2004); e sobre as mulheres na agricultura ecológica, recorrer a Siliprandi (2009).

7 Por organizações sociais nomeio um conjunto de *coletivos organizados* ou *sujeitos políticos* como cooperativas de Interação Solidária de diferentes ramos, ONGs, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, associações, entre outros. A Assesoar tem uma atuação longa na organização de processos sociais e na sustentação da agricultura ecológica.

8 *Unidade de produção e vida familiar* (UPVF) é um conceito cunhado nas experiências destes/destas interlocutores/as, no qual a terra não é apenas espaço de mercantilização, mas de vida e de construções sociais/culturais *multidimensionais*, onde se constituem os *projetos de vida* e relações de gênero, de geração e participação dos grupos familiares em estudos e ações organizativas.

Em análises posteriores, durante o campo etnográfico e na construção de textos sobre a agricultura ecológica, os significados atribuídos ao termo gênero emergiram associados aos de outros tantos: sujeitos, conhecimentos, artefatos, temporalidades, tecnologias, estratégias, organização de espaços, celebrações, contestações, entre outros elementos de produção de sentidos, estão “enredados” (LATOUR, 1999). No caso das trajetórias de grupos familiares se destacam as intervenções, as resistências e os esforços empreendidos pelas mulheres. A maioria delas é participante de processos sociais de educação em Grupos de Base, Grupos de Sistemas Produtivos (GSPs), Escolas Comunitárias de Agricultores (Ecas), Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito (ACDCs), Projeto Terra Solidária. Nas reflexões sobre formas de vivenciar esses processos, de maneira singular, elas se reconhecem forjando lutas para consolidar e fortalecer os projetos de vida e a agricultura ecológica. E isso não apenas em seus sentidos substantivos, mas também nas relativizações distintivas, no curso das ações sociais, no mapeamento do quadro social de entidades de representação política, como lideranças em trabalho da mediação, bem como nas feiras livres, festas e jornadas.

O “antes” e o “depois” da agricultura ecológica: relativização de comportamentos internalizados pelas mulheres

A Maria Eugênia é mulher do Jeremias, ele hoje é diretor do sindicato. Ela vinha pra sair de casa e depois foi se dando por conta que aprendia um monte de coisas, soube que ela podia ser sujeito da sua história, que também podia criar essas histórias, criar essas coisas. Depois de um tempo ela foi dizendo assim: “Nossa, no começo eu não conseguia conversar com as pessoas, eu não tinha condições de falar, eu não tinha argumentos, eu não tinha nem assunto pra falar com as pessoas! E agora eu me sinto outra”. Não se cansava de dizer de sua tamanha evolução, das coisas da agricultura que ela não conhecia, das relações entre as pessoas, de gênero e mesmo da política, pois acontecia que, por mais que eles fossem assentados, ela não tinha noção do que acontecia no mundo, sabe? E depois ela foi percebendo e se achando nesse lugar, se achando em condições de também ser gente.

(Sra. Adélia, ex-educadora no Projeto Terra Solidária, agricultora ecológica, engenheira agrônoma e assessora em Associação de Agricultores. Atuou no Pós-Médio e Técnico em Agroecologia, em acompanhamento em Projetos de Desenvolvimento Municipal, feiras livres, Festas das Sementes e Jornadas de Agroecologia, entre outros.)

Durante as entrevistas, cujos interlocutores assumiam diversas posições, principalmente mulheres que são educadoras, assessoras no trabalho da me-

dição⁹ e agricultoras coordenadoras ou diretoras, lideranças em organizações sociais, chamou-me a atenção o modo como elas aliavam gênero, geração e agroecologia, articulações em grande parte formuladas para serem confrontadas aos sentidos atribuídos à agricultura de cunho *moderno, conservador*. Entre estes dois modelos agrários coexiste uma diferenciação social fundamentalmente reconhecida: na primeira se constituíram processos sociais que agregam, reúnem e desdobram espaços, alternativas de trabalho, de renda e de relações distintas, enquanto a segunda configura-se nos relatos como “sem-lugar” para os jovens, as mulheres e os idosos, no que tange ao trabalho, à valorização dos saberes coletivos e tradicionais e às estratégias de renda. Estas questões são motivadoras da desagregação, empobrecimento e migração de populações do campo.

É nesta tensão que se configura o sentido atribuído ao conceito de gênero enredado à agricultura ecológica, ao mesmo tempo em que se discutem as relações de poder entre os pares nos grupos sociais. Nesse quadro, aliam-se debates críticos e mudanças na construção dos *projetos de vida* e de desenvolvimento. Nesses termos, a produção, a comercialização, a agroindustrialização e a participação nos coletivos organizados distinguem-se pelo caráter *multidimensional* dos processos.

Mesmo quando a problemática das relações entre homens e mulheres não se apresentava formulada pelo conceito gênero nem constituía questão central de engajamento em diversos movimentos sociais, este debate já ocorria na região, principalmente quando estivesse em referência o debate em torno da problemática vivenciada pelas mulheres. Dois exemplos ilustram essa questão.

Uma educadora do Projeto Terra Solidária, ao construir seu relato pela estruturação de um “antes” e “depois” da participação de algumas mulheres no curso, enfatiza que os aprendizados das práticas produtivas com base na agroecologia, que ela mesma, como engenheira agrônoma, incentivava, vinham acompanhados do *crescimento* das educandas como *mulher*, como ser político, social e cultural. Essa constatação é reafirmada por diversas das educandas, tal como destaquei pelo trecho da narrativa da Sra. Maria Eugênia, citada na epígrafe deste artigo. Ainda exemplifico a seguir, no caso por um dos coordenadores das Ecas, o Sr. Celso. Chamando a atenção sobre a pertinência da categorização *Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF)*, por ele formulada no contexto da experiência de uma das turmas das Ecas em Salgado Filho, ressalta, em complementaridade, as várias dimensões implicadas no termo desenvolvimento. Para objetivar os sentidos atribuídos a um conjunto de termos que distingue o discurso sobre a agroecologia, pedagogicamente, nas reflexões programas para cada semana, eram apontadas questões do cotidiano das agricultoras.

9 A mediação neste sentido se aproxima das reflexões empreendidas por Neves (2008), como um conjunto de ações sociais em espaços, nos quais os mediadores, com diferentes aportes, agem no sentido de tornar acessíveis outros universos sociais. Para a autora, este movimento da mediação não é apenas de interação, mas construção de significações e representação sociais em jogo.

Tais questões incidiam sobre dimensões esquecidas na constituição do grupo doméstico, como a participação e os sonhos das crianças e a situação das mulheres, muitas vezes silenciadas em nome de uma centralidade na figura do agricultor. No relato, ele ainda assinalou que as agricultoras continuam nesta posição subalternizada em muitos grupos sociais, condição por elas explicitada em reuniões, cujo exemplo mais radical ele assim demonstrou: elas constataavam o descaso com os problemas do encanamento de água nas casas que, por atingir e dificultar o “trabalho de mulher”,¹⁰ muitas vezes pareciam ser secundários. Por “aí se puxavam os debates de gênero” que, segundo o Sr. Celso, não tinham essa conotação conceitual ou não se abrigavam nessa categoria, mas em reflexões do cotidiano, e eram explicitados por linguagens do sentimento. Também eram mobilizadas discussões sobre relações de sistemas de poder que interferiam nas questões relacionadas ao que atualmente se sustenta pelo conceito de gerações; ou seja, ao se refletir sobre relações de poder no grupo familiar, emergiam questões relacionadas à mulher, à juventude e aos idosos.

Mesmo que a reflexão sobre a temática de gênero não seja papel específico da agroecologia, tem sido arrolada como uma das dimensões a ser considerada no *projeto de vida* e nos debates programados para operações institucionais, mormente no que se refere aos processos de educação e organização política. Ao se adotar conceitualmente “agroecologia”, segundo o Sr. Celso, também emerge a problemática das relações entre os sexos, sendo o termo cunhado a partir da organização da Rede Ecovida.¹¹ Enquanto arcabouço de reflexão da prática cotidiana dos grupos em pauta, os protagonistas foram assumindo a interligação entre gênero e fala pública, especialmente a partir da problematização do “silêncio” sobre essas questões, atitude que não permitia avaliar os deslocamentos sociais realizados pelas mulheres. Abriram-se então espaços para incluir, na construção dos *projetos de vida*, os sonhos, os conhecimentos, as questões produtivas, refletidas pela perspectiva das mulheres.

Elas são pródigas no reconhecimento dessa dimensão de mudança em suas práticas cotidianas. Tomando ainda mais alguns exemplos, destaco primeiramente o da Sra. Adélia, ao narrar sua experiência como educadora no projeto Terra Solidária, bem avaliada pelo reconhecimento de processos de *crescimento* alcançados pelas mulheres de seu grupo.

A Sra. Maria Eugênia também reconhece ter alcançado significativos *avanços*, tal como se exprimiu durante a participação na turma de estudo: va-

10 Em outro estudo identifiquei que trabalhos no espaço doméstico não são apenas responsabilidade de mulheres, pois muitos homens compartilham de atividades no âmbito da casa e ainda, mesmo que mais raramente, alguns já o assumiram ou assumem como responsabilidade de igual valor ao trabalho da roça. (HENN, 2010)

11 Organização em rede nos três estados do Sul do Brasil, a partir da qual se organizam e se debatem conhecimentos, práticas, tecnologias, estratégias de agroindustrialização, de conformidade e de comercialização, entre outros elementos.

lorizando a periodização do “antes” da vivência para destacar o que “enxergou depois”, ela assim se autoapresentou: uma mulher do assentamento, tímida em suas manifestações, que saiu de casa para ir ao curso, no início como espaço semelhante ao de “passeio”, mas, pela convivência e participação nos debates, pelos aprendizados, muitas foram as mudanças práticas que a atingiram como agricultora e enquanto mulher. Passou a fazer experiências de produção com base ecológica nos espaços da horta, do pomar e no cultivo de itens para a alimentação, mas advertiu que o interesse sobre essas novas práticas não é exclusivamente o resultado de uma alimentação sem *contaminação* de agroquímicos. Esta alternativa se configura mediante percepções de um conjunto de mudanças comportamentais, de que tanto ela como as demais mulheres foram se apropriando. Esses processos de percepção diferenciada de si e da prática cotidiana são caracterizados por uma das educadoras como um *processo de libertação*.

A Sra. Salete, agricultora, vítima da violência doméstica, durante a participação no curso *juntou forças* para sair de casa e se organizar em outro espaço, mudanças paralelas às assumidas diante da contraposição ao modelo *convencional* de agricultura.

A Sra. Maria conseguiu, *mesmo sendo mulher*, como relata à educadora, perceber que era capaz de aprender, estar em outros espaços, enfim, e como sintetizou, a sua vida não necessitaria ser restrita ao *fogão*.

Essas percepções ultrapassam, *a priori*, a aceitação daquilo que é genericamente determinado *como de mulher*. Enquanto parte da produção de sentidos contrapostos para a prática agroecológica, todos reconhecem que, no projeto da *monocultura na modernização conservadora*, a horta, o pomar e outros cultivos não têm validade, pois não são lucrativos do ponto de vista de *mercado convencional*. Contudo, nos processos de reflexão coletiva para a incorporação prática do modelo de agricultura agroecológica, as mulheres atribuem outros sentidos às suas tradicionais práticas de trabalho. E passam a inverter atividades e espaços, fazendo das produções com base ecológica uma estratégia maior associada às formas de organização de luta social, como demonstrei pela narrativa da Sra. Rosa, representativa de outras mulheres feirantes.

Este debate da organização das mulheres também se fez presente na atuação sindical no município de Francisco Beltrão, espaço no qual, consecutivamente, uma terceira mulher é diretora *presidenta* (HENN, 2010). Esse alcance de posição no campo sindical se fundamentava na prática de organização social de grupos de mulheres, coordenados por lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Inicialmente esses dirigentes tinham por objetivo a discussão dos direitos sociais. Aos poucos, também foram incorporando os debates da produção alternativa, da valorização do trabalho da mulher na UPVF e das suas capacidades de aprendizagem. E tanto o é que, em todos os processos sociais de construção dos conhecimentos relativos à agroecologia

na região e, da mesma forma, no percurso das ações práticas que nela desembocaram, as mulheres estiveram presentes: fazendo, observando e refletindo. Uma das expressões mais reconhecidas refere-se ao caso da Sra. Rosemara, diretora de uma cooperativa solidária na microrregião Fronteira do Sudoeste, que destacou, durante as Ecas, as experiências com as práticas de adubação verde, de consorciamentos, fabricação de repelentes e macerados *caseiros*, adotadas pelas mulheres para cultivos de hortaliças.

As mulheres seriam mais sensíveis a uma agricultura com base ecológica?

Registrando todas essas dimensões ressaltadas nas narrativas de homens e mulheres, construí a pergunta de pesquisa acima apresentada, para refletir com interlocutores no decorrer do processo de trabalho de campo. A questão veio a ser formulada, não para reificá-la como bandeira de distinção de sexos, mas para entender as condições em que os processos de deslocamento de posições das mulheres vêm ocorrendo.

Com tal pergunta, fui avançando na reflexão sobre as narrativas, trazendo à tona algumas delas, mais significativas das relações e concepções em jogo. Tal é o caso das questões formuladas por diretores de Cooperativas de Crédito de Interação Solidária. Para esses agentes comunitários de desenvolvimento e crédito (ACDCs), melhores resultados teriam sido alcançados no processo de formulação e difusão da agricultura agroecológica se, desde o início, tivessem sido incorporadas as mulheres na reflexão coletiva sobre a diversificação de culturas, de práticas de adubação verde, de consorciamentos e aumento do cultivo de itens para a alimentação. Neste caso, em se tratando de agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, o argumento está longe de uma suposta “insignificância” dessas práticas, mas referenciado à receptividade das mulheres que, segundo ainda técnicos e técnicas, são mais abertas à reflexão e sensíveis às consequências da monocultura.

Evidentemente que esta percepção pública não é regra, tanto que a Sra. Mariane, egressa do Pós-Médio e Técnico em Agroecologia e técnica numa cooperativa, assinalou que sua mãe, durante as mudanças que propunha na UPVF, era a mais resistente das pessoas do grupo familiar. Nesses casos, as desconfianças e a não aceitação das práticas da agricultura agroecológica não estão apenas situadas nas condições em que se tecem as relações de gênero. Elas também derivam das formas de interiorização e relativização dos conhecimentos e concepções advindas da *modernização conservadora*. Ainda decorrem do fato de o autoconsumo constituir um dos importantes recursos de mobilização para a adesão à nova prática, mas anteriormente ter estado restrito a formas de gestão dos espaços e atividades domésticas, complementado por mercantilização de itens do consumo improdutivo.

Em relação ao significado das práticas em mudança, o Sr. Celso assinala diversas alternativas de produção de estranhamento da condição e posição sociais das mulheres por elas próprias. Na época das Ecas, nos debates referentes a situações que estavam imersas ao espaço privilegiadamente atribuído às mulheres, eles, homens, se questionavam: de fato, essa não seria uma relação que teria outros sentidos? E levantavam a hipótese de que os pressupostos dessa perspectiva poderiam estar ligados aprioristicamente à atribuição de *insignificância* ou mesmo de *minoridade* concedida às mulheres. Uma das conclusões tomadas como assertiva no processo de construção da agricultura ecológica era a caracterização da monocultura como um *lugar masculinizado*,¹² exatamente por excluir a mulher dos espaços de produção e das relações que esta pressupõe. Ainda segundo o Sr. Celso, o debate sobre o cultivo de itens para alimentação do grupo familiar, caracterizado como *miudezas*, podia ser questionado a partir dessa carga ideológica: será que carrega este atributo de miudezas por ser menor? Mas menor em relação a quê? Se visto pelo viés de relações vigentes de gênero, é menor porque se relaciona aos espaços da mulher? E se visto pelo caráter mercantil, é menor por abarcar atividades de autoconumo? Se comparado à questão de maioria/minoria, é menos significativo em relação à produção das culturas de grãos em escala? Estas, entre outras problematizações que se elaboravam nas Ecas e se reproduziam em outros processos organizativos e educativos, foram propiciando debates sobre concepções de gênero e constituindo, aos poucos, a associação da categoria agricultores familiares à agroecologia.

Pautando as interpretações que aqui alinho nas narrativas construídas para pensar o processo de elaboração de outras modalidades de praticar a agricultura e, ao mesmo tempo, as mudanças correspondentes no comportamento de agentes sociais que as objetivam, continuo a levantar questões em torno de exemplos valorizados nas situações de entrevista e observação durante o trabalho de campo.

A Sra. Adélia integrou-se na turma do Projeto Terra Solidária e, como agricultora e esposa, enfatiza problemáticas inerentes a essas posições, ao mesmo tempo demonstrativas da construção situacional da agroecologia. Como representante delegada das demais, incorporou de forma mais sistemática as reflexões sobre as mudanças alcançadas pelas companheiras de empreendimento econômico e político. Acompanhando-a no papel de assessora junto ao Movimento das Mulheres Campesinas (MMC), registrei questões levantadas em suas reflexões que me possibilitaram compreender como os processos organizativos das mulheres se “enredam” à discussão de um *projeto de vida*, princípio fundamental à produção ecológica. Por ocasião dessa reunião, 8 de

12 Investigações de Camarano e Abramovay (1999) e dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2006) também apontam para essa conceituação.

março, consagrada ao Dia Internacional da Mulher, razão ainda da presença ampliada de agricultoras, aproximadamente 50, organizaram-se vários eventos promotores de integração: a mística inicial e a apresentação da retrospectiva da luta das mulheres no mundo, no país e na região. Contudo, a maior parte das atividades do dia foi destinada à conferência sobre as atividades produtivas da UPVF, somadas às reflexões sobre conceitos que compõem o cenário de contraposições entre agroecologia e *agricultura convencional*. Por exemplo: O que significa produzir *alimento* versus *mercadoria*; *alimento limpo* versus *alimento contaminado*?

Certifiquei-me claramente, então, de que a ênfase que vinha também atribuindo ao trabalho de pesquisa centrado na participação das mulheres não se fundamentava em adesão ao movimento social ou a um feminismo enviesado na formulação do objeto de pesquisa. De fato, a produção da agroecologia como campo de conhecimentos e práticas atribuía papel especial às mulheres e propiciava, por esse próprio e relativo deslocamento, que a revisão coletiva sobre concepções de gênero até então adotadas estivessem em primeiro plano nos debates, cursos e encontros.

Nessa perspectiva, os grupos de mulheres têm acumulado recursos potenciais para a disseminação de práticas agroecológicas, somadas às reflexões de gênero na sociedade e no campo da atividade agrícola. Suas participantes geram assim um espaço potencial, contribuindo para o fortalecimento da agricultura ecológica enquanto processo “enredado” por diferentes fios. Uma das práticas expressivas do enredamento desses múltiplos princípios de organização social e valorização das ações das mulheres consolida-se na reprodução de sementes de hortaliças, experiência valorizada entre participantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar). Em torno desse projeto criou-se uma rede de mulheres na região, na qual cada uma é responsável por uma ou mais variedades de hortaliças. Elas então assumem compromissos de produzi-las, coletá-las e multiplicá-las.

Acompanhei, também, algumas visitas às casas das agricultoras, bem como a distribuição das sementes em reuniões nos municípios cujos integrantes estavam debatendo o *Projeto Municipal de Desenvolvimento*. A escolha das mulheres para aquela participação foi definida não necessariamente entre os grupos familiares agroecológicos, mas entre outros agregados sociais em que agentes mediadores e lideranças locais indicavam as escolhidas. A prioridade atribuída a esse trabalho pelas mulheres correspondia a formas de incentivá-las, além de fortalecer as estratégias de produção de alimentos, uma das principais bandeiras de luta da agricultura familiar, da agroecologia e dos movimentos sociais coadjuvantes. Essa também é uma estratégia do MMC, movimento pelo qual as mulheres estão se organizando para o enfrentamento aos monopólios de produção de sementes de hortaliças.

Da mesma forma que ocorre a valorização da agroecologia pelo enfrentamento ao pacote tecnológico da agricultura *convencional*, incentivada e apoiada pelas organizações e movimentos sociais, também os ideais, as utopias e a ideologia das lutas sociais se referenciam pela projeção de outra forma de organização da sociedade. Como seus integrantes sintetizam, é um movimento mútuo, abrigado sob o mesmo “teto” – o da agroecologia; e o praticado pela construção de trajetórias de grupos familiares. Metodologicamente *enredada* nessas múltiplas e interdependentes dimensões, também fui refletindo sobre a vida das interlocutoras pelo exercício de afiliação a outras formas de organização e associação. Reafirmando essa dimensão em outras palavras, posto que se faz importante retê-la para compreender a estruturação deste texto, sintetizo: a agroecologia se constrói associada a outras bandeiras de lutas sociais, tornando-se então uma delas. Igualmente, a participação das mulheres na consolidação desse processo produtivo constitui-se como fonte e fator de adesão e fortalecimento de redes sociais e afiliações institucionais. E por essas interdependências, posso afirmar que as lutas assumidas pelas mulheres do campo, quando referidas ao sistema de saberes e práticas da agroecologia, tornam-se estratégias de transformação nos respectivos espaços de vida e redes de inserção social.

Ser mulher na agricultura ecológica

“Quem te viu e quem te vê, hoje, não diz mais que é você!”
Sra. Rosa, agricultora ecológica e feirante.

A Sra. Rosa, mulher de 60 anos, de origem italiana, desde que se casou é moradora da Linha Jacutinga, a mais ou menos uns 30 quilômetros da zona urbana de Francisco Beltrão. No semblante, a alegria de contar sua história; e na pele, as marcas do cansaço e das queimaduras do sol, decorrentes do trabalho na roça por anos a fio. A alegria de ser se expressa nos largos sorrisos enquanto conta sua vida. Já as tristezas diante do sofrimento aparecem nas expressões repetidas, todavia, enfatizadas e rememoradas como algo a ser esquecido, *imê-more*, como dito na frase: “não quero nem lembrar!” Talvez este seja o conteúdo enigmático de sua narrativa: uma agricultora marcada pela dualidade da dor e da superação. Por isso, ela tem sido uma das referências na construção do *projeto de vida* e na socialização das experiências na região.

O relato da Sra. Rosa também se estrutura em um corte de tempo entre o “antes” e o “depois”, na tensão entre uma vida de trabalho dependente do “patrão”, como diarista na roça, e agora, como agricultora ecológica, como ela mesma se nomina. Ao se casar e vir morar onde está hoje, ela e seu esposo não conseguiam tirar da terra o sustento para os dois filhos. Rememora o esforço que tinham que fazer para comprar a roupa e o material escolar para

as crianças. Agora adultos, os dois filhos moram e trabalham na cidade, mas, quando a visitam, ainda contribuem para o trabalho da UPVF.

Refere-se ainda às formas de trabalho em “terra herdada da sogra”, assinalando que fazia todo tipo de trabalho, como arar a terra com junta de bois, quebrar e carregar “carroçada de milho” nas terras *dobradas*, para, no final de um ciclo de plantio de milho, por exemplo, não sobrar nada em rendimentos. Sintetiza seu percurso de vida por situação de pobreza e trabalho sofrido, a maior parte do tempo sozinha, pois o marido, doente e com problemas de alcoolismo, pouco trabalhava. Pelo Projeto Vida na Roça (PVR), inicia-se nessa localidade um processo de debate, entre outras questões, sobre a agroecologia e sobre a inserção de algumas famílias que, ao participarem, passam da produção de culturas anuais para diversificação de culturas, sem uso de agroquímicos. Mais, ainda, associam distintas opções produtivas, como a horticultura, a fruticultura, a produção de leite à base de pasto, agroindustrialização de queijos e a panificação. A Sra. Rosa, mediante essa experiência participativa, passou do cultivo anual de grãos para horticultura, com comercialização direta aos consumidores, por meio da feira livre. E outros grupos familiares também investiram na agroindustrialização do leite, de carnes e de açúcar mascavo.

Ela lembra, sorrindo, que, no começo, não acreditava que seria viável. E afirma: “eu achava que era mais uma coisa pra andar na estrada”, justificando sua resistência em participar dessa proposição em virtude das condições como vivia: “somente em casa, não saía para nada, nem para ir às reuniões na escola dos filhos”. Às vezes ia à cidade de Francisco Beltrão para resolver alguma questão, momento em que aproveitava para ir à casa de seu irmão. A Sra. Rosa lembra que dependeu de muito estímulo; e a pessoa que mais a incentivou a participar da feira foi a Sra. Odete, sua cunhada e agricultora ecológica, participante do PVR.

Foi à feira e ficou toda a tarde encostada no muro. Ao lhe perguntarem sobre suas percepções, respondeu: “acho que isso não é coisa pra mim”. Diante das insistências para que viesse a participar, chegou a dizer que não encontrava sentido nisso. Mas o Sr. Ângelo, engenheiro agrônomo que trabalhava como assessor no processo de produção de adesões, foi persistente nos incentivos para que ela se tornasse feirante.

As idas à feira ecológica para vender sua produção e de outros grupos familiares são apontadas como espaço de construção da sua nova identidade como mulher. A partir desse momento, ela avalia que começou a encontrar sentido nas saídas de casa, na socialização e na troca de ideias que mantém com consumidores, sem se esquecer dos ganhos econômicos na horticultura, que antes a monocultura não lhe possibilitava. Tudo isso, continua ressaltando, permitiu a ela as ampliações na *qualidade de vida*. Em relação à organização do seu tempo de trabalho, exemplifica, em conversa com o Sr. Ângelo, que ela só vai à roça quando tem tempo. A prioridade é a horta, em contraposição ao que

antes ocorria: o trabalho na horta era feito quando sobrava tempo, porque a preferência era a roça.

Entre as dificuldades sentidas como feirante, ela destacou os problemas com os cálculos e a aprendizagem para “lidar” com as reclamações e os comentários de consumidores. Para dar conta de tal responsabilidade, valeu-se de uma calculadora ou recorria a outras mulheres feirantes e até mesmo consumidores em que ela confiava. Depois, com a mudança de organização da feira e a existência de um caixa único para recebimento de todos os pagamentos, ela não mais se defrontou com aquelas limitações. Atualmente vende os produtos e anota em ficha única para ser ressarcida no caixa. Tais dificuldades, no entanto, não parecem se reduzir a ela, tanto que esta organização é considerada como um dos avanços que feirantes de uma forma geral conseguiram, elaborada e planejada a partir de reuniões entre eles.

Mesmo diante de várias tentativas dos irmãos para que ela fosse morar na cidade, resistiu sempre, analisando que já havia tentado lá viver e não teria dado certo. Avaliando-se pela limitação de perspectivas, pergunta-se: Como vou sobreviver? Posteriormente, começou a se animar com a feira, pois cada vez rendia mais um pouco de dinheiro, alternativa que minimizou muitos de seus problemas, inclusive para sair de casa, porque em parte eles estavam ligados à situação de pobreza. No seu relato ela assinala que não possuía nem calçado adequado para se apresentar a outras pessoas.

Segundo sua análise, aprendeu mais nos consecutivos oito anos de feira do que em todo o tempo de vida anterior. Ao ser questionada quanto ao que aprendeu, ela respondeu:

Eu aprendi tudo, aprendi a viver, aprendi a conversar [risos], tudo. Tudo. Minha vida mudou em tudo. Por isso que meu veio intê hoje não admite.

I: Ele não vai à feira?

Não, onde que já se viu, ele diz. “O jeito que você era e o jeito que você tá hoje”. Eu disse: “Os anos mudou, mudou. Só quem não muda é você, mas os anos mudaram. Eu, meus filhos estudaram, foram na catequese, passaram primeira comunhão, crisma. Eu nunca fui em nada, em nenhuma reunião e no dia da crisma deles eu não fui pra igreja. Hoje não, eu viajei lá para a cidade, pra Joinville, meu neto passou a primeira comunhão lá e eu daqui de Beltrão fui. Não fico mais. (Sra. Rosa, agricultora ecológica e feirante)

Além de trabalhar sozinha, o marido, com problemas de alcoolismo, não contribuía. Pelo contrário, ainda gastava o pouco dinheiro do trabalho dela nos bares e contraía dívidas por conta do atendimento ao *vício*. Como ela enfatiza, ele gastou o dinheiro obtido com a venda de lotes de terra na cidade, os quais

recebeu de herança familiar. Ela assinalou, sorrindo, que, após sua entrada na feira, *acordou* e não se sujeita mais a tais imposições, tanto que agora ela se defende e também se orienta por opções próprias, a despeito da reação dele. Reage constantemente o seu esposo, considerando que mulheres que adotam comportamentos como os dela são as que querem mandar no marido e são *machonas*. Diante dessas reclamações do marido, ela o contesta e, sempre que se vê obrigada a discutir essa questão com ele, reafirma suas mudanças de “condição” e de “posição”. Atualmente, ela faz a gestão do dinheiro oriundo da sua aposentadoria e da feira, enquanto o marido gasta, de imediato, todo o valor da aposentadoria dele. Entre os investimentos que objetivou depois da participação na feira, assinalou, com orgulho, a compra do forro da casa e a pintura que, pela segunda vez, está fazendo, mas agora com tinta de melhor qualidade. Complementarmente, também destaca a compra de móveis, roupas e calçados, para que ela possa passear e participar das reuniões.

Depois que eu entrei na feira eu acordei. Agora quem tem que trilhar atrás é ele [risos]. Essa é a realidade. [...]. Agora ele acha que mulher que age dessa maneira é machona, quer tomar conta do marido. Eu tomo conta do dinheiro que faço, o dele ele gasta tudo, o da aposentadoria. Ele não me ajuda a fazer nada, eu faço tudo sozinha [...]. (Sra. Rosa, agricultora ecológica e feirante)

Fez questão de demonstrar que sua experiência, como agricultora ecológica e como feirante, foi determinante para seu *crescimento* e principalmente *para ver a realidade*. Enfim, dar-se conta de suas capacidades, inclusive nas formas de administrar a própria renda e as mudanças na forma de trabalhar:

agora eu abri os olhos, porque eu andei 45, 48 anos com os olhos fechados. Agora, tá no tempo de tu mudar também, os anos mudaram e a mudança é a gente que tem que fazer, tem que fazer sempre pra melhor. [...] Eu disse: “Não quero mais que você interfira na minha vida, deixa eu trabalhar do meu jeito, deixa eu administrá meu dinheiro”. (Sra. Rosa, agricultora ecológica e feirante)

Refere-se, principalmente, à filha que trabalhou em Francisco Beltrão, durante 12 anos, como enfermeira, elogiando-a, pois, quando morava no município, vinha na UPVF com mais frequência e não tinha medo de “sujar as mãos” no trabalho da horta. O filho, o único que mora mais próximo, continua contribuindo nos trabalhos no lote e, quando vem lhe visitar, eles vão juntos realizá-los, pois aproveitam para colocar as conversas em dia. Além disso, sempre que ocorre a feira, ele também vai por lá encontrá-la. Como ponto positivo no relacionamento com os filhos, ainda acrescenta: não conseguia compreender o

sistema de irrigação utilizado na horta. Após várias tentativas, não estava bem organizado. Sua filha se prontificou e foi então na Assesoar para que o Sr. Ângelo lhe explicasse o modo de funcionamento e o colocou em ação.

Ao perguntar-lhe quanto rende cada feira semanal, afirmou ser em torno de cento trinta reais (R\$130,00) a cento e quarenta reais (R\$140,00). Justificou seus ganhos pela solubilidade adquirida pela alface que produz: vende toda a quantidade que leva. Nas primeiras feiras, lembra no decorrer da situação de entrevista, ela não acreditava no valor que rendiam suas vendas. E até perguntou ao coordenador do caixa se ele não havia se enganado com a conta dela. Assinalou que fez amizade com os fiéis consumidores que vão à feira, apesar de sempre haver pessoas indo pela primeira vez. Contou que o genro, por ocasião de uma visita que fez a ela na feira, brincou com ela: “Mas a vó tá virada num feijão preto, pois todo mundo conhece”. Às vezes, diante do cansaço, pensa em não ir à feira, mas não mais consegue ficar em casa nos dias para ela previstos:

Eu me sinto muito bem, eu aprendi tudo o que tem direito de aprender, para quem não tem estudo. Passo mal se não vou na feira. Coisa mais boa é ir pra Beltrão e comprar uma calça, uma camiseta, um calçado, uma coisa diferente. Roupa de cama que já comprei. Coisa que eu nunca pensei na minha vida que mudaria tanto. (Sra. Rosa, agricultora ecológica e feirante)

Da rotina do trabalho à reorganização do tempo e das atividades

“Levanto às cinco da manhã e paro de trabalhar após o jantar...”.
Sra. Vera, agricultura ecológica.

Vera, 40 anos, casada e mãe de três filhos, moradora na mesma localidade da Sra. Rosa, trabalhava primeiramente como agregada em sítio no qual se cuidava do gado. Em troca deste trabalho, ela e o marido ganhavam o espaço da moradia e uma fração de terra para o cultivo de hortaliças. Posteriormente, foi solicitado que eles se retirassem desse local e um dos compadres lhes emprestou um pedaço de terra, correspondente ao tamanho de um lote de mais ou menos mil metros quadrados. Apresentava-se assim como integrante de um grupo familiar distinto de todos os outros – *sem-terra*, mesmo que sem pertencer ao movimento pela reforma agrária dos Sem-Terra (MST). No semblante, a esperança e a vontade de trabalhar, princípios comportamentais que marcam a trajetória de um grupo familiar que insistentemente recomeça do “nada”, isto é, cada vez que se faz necessário. Os recursos adquiridos para a construção da casa de madeira acompanham os percursos da Sra. Vera e seus familiares. Eles a reconstroem cada vez que mudam de espaço residencial. Relatam a vida como marcada pelo sofrimento e pela luta diária, de quem levanta de madrugada e descansa após lavar a louça do jantar, sem antes deixar de antecipar alguns

dos afazeres do dia seguinte. Em sua narrativa, brota uma força relativamente enigmática, deixada a perceber quando se refere à participação social nas formas de organização política, na produção e comercialização das hortaliças cultivadas em pedaços de terra “emprestada”.

Marcada pela exclusão em relação à educação escolar, Vera salientou que organiza o plantio, trabalha fora como empregada doméstica, cuida dos afazeres da casa, mas não vai à feira, por não saber ler e escrever, sendo então este o compromisso da filha mais velha. Ao lhe perguntar em que implica essa restrição, relatou que o fato de não ser alfabetizada lhe dificulta fazer os cálculos e comercializar os produtos. Começou a participar de um grupo de Educação de Pessoas Jovens e Adultas na escola da localidade, mas afirma não ter tido êxito: “não tinha cabeça” para aprender. Durante a aula suas preocupações estavam centradas nas atividades do dia seguinte, momento em que melhor se dava conta de sua responsabilidade no sustento do grupo familiar, junto com o marido e o filho mais velho, que trabalha fora, numa empresa.

A entrevista em que registrei a narrativa da trajetória de vida desta interlocutora aconteceu pouco tempo depois da mudança da casa. Por isso, eram acentuadas as *queixas* sobre as dificuldades de produzir hortaliças em terreno coberto por uma espécie de gramínea, ainda não contemplada no rol das que são enfrentadas pela elaboração de técnicas para repelir insetos, de adubação verde e construção de barreiras. Contrastivamente, relata como era sua horta na outra moradia, dotada de barreiras de girassol, na qual as verduras não eram cultivadas em terra *limpa*, mas no entremeio às plantas espontâneas que, além de conservarem a umidade da terra, contribuíam para repelir os insetos. Mesmo assim, na ocasião em que a visitei, já havia longos canteiros de brócolis, couve-flor, alface, cenoura, beterraba, batata-doce e mandioca. O cultivo estava organizado na parte do terreno próxima à moradia e num outro pedaço de terra, próximo à igreja e de propriedade desta. O local foi cedido pela comunidade religiosa e, em troca, a agricultora lhe entregava parte da renda obtida com o cultivo.

O cultivo das hortaliças é em parte dirigido ao mercado, mas também atende ao consumo do grupo familiar, pois, se não as produzissem, teriam que comprá-las, sem saber se estavam consumindo um *alimento limpo*. Ela afirmou que, desde que os membros da família se tornaram feirantes, cultivam hortaliças ecológicas e passaram a fazer itens de panificação. Por meio dessa comercialização, eles conseguem gerar uma renda, pequena, mas regular, que contribui no sustento do grupo familiar, à qual também se agregam os rendimentos do trabalho do filho e de seu emprego de doméstica. A Sra. Vera e o Sr. Carlos se queixaram do vizinho, que planta milho e soja até próximo à casa deles e que usa *agrotóxicos*. Esses produtos terminam por *contaminar* sua horta com efeitos nocivos à saúde das pessoas que ficam em contato direto. Esta *queixa* é frequente entre os agricultores e as agricultoras vinculados à produção ecológica, pois suas terras fazem divisa

com outras, em que o cultivo geralmente é *convencional* e a rede de agroecologia não consegue se estender por meio dos laços de vizinhança. A única exceção, realça, é o caso do Sr. Celso, que migrou para a agricultura ecológica a partir de laços de amizade e vizinhança com o Sr. João e a Sra. Leila.

Reclamam tais agricultores que os usuários de agroquímicos não respeitam os limites espaciais e *passam venenos* até na porta das casas, se estas forem próximas às lavouras. Contaminam a água que esses grupos utilizam, matam suas plantações e poluem a própria atmosfera. Quando questionados pelas pessoas que se vinculam aos métodos agroecológicos, fazem de conta que não escutam ou respondem ironicamente, por exemplo, fazendo piadas a respeito, como relatou a Sra. Cléria, do município de Marmeleiro. Segundo essa senhora, certa vez, os terneiros do vizinho escaparam e invadiram sua roça. Ao solicitar ao dono que os retirasse e cuidasse para que os animais não invadissem mais a sua área, este lhe indagou, de forma irônica “O que tem em sua roça para os terneiros comerem?” Ela concluiu tal relato dizendo que, para o vizinho, *produção* era sinônimo de soja, milho e trigo.

Desse modo, ao se apreciar o percurso de vida da Sra. Vera, tem-se a percepção nítida de que as condições sociais em que ela e seus familiares vivem foram decisivas para que todos os membros do grupo familiar se tornassem agricultores e agricultoras do tipo ecológico. A diversidade de cultivos, com baixo custo de produção, a comercialização na feira e principalmente o cultivo de hortaliças, que ocupa pequena área, todos esses fatores possibilitaram que eles permanecessem na agricultura e tivessem parte de suas necessidades bancada por essa produção. Contudo, segundo mediadores desse programa de construção diferenciada da prática agrícola, trata-se de um grupo familiar que, como outros, igualmente na condição de exclusão, estavam sem acesso à posse da terra e dessa condição constituindo estratégias para sua sobrevivência. No entanto, suas atuais condições de vida não podem ser compreendidas tão somente pelo aspecto econômico dos rendimentos alcançados: ao mesmo tempo em que participam de enfrentamentos a tais condições, resistem ao hegemônico modelo de desenvolvimento da sociedade.

Autonomia das mulheres e expansão do tempo de trabalho

Ainda com o propósito de compreender como, na agroecologia, a contribuição das mulheres tem sido fundamental, comparo o relato da Sra. Vera ao de outras mulheres dessa mesma localidade, partícipes do Projeto Vida na Roça (PVR). Todas se reconhecem como “provedoras” na agroecologia, não somente porque trabalham, planejam e participam de processos sociais e educativos, mas pela persistência, sustentação e iniciativas que empreendem, principalmente quando surgem as dificuldades. Exemplo disso é a Sra. Vera, que levanta antes de todas as pessoas que moram na casa, por ter que fazer o almoço para o

filho. Assim, justifica-se, tem mais tempo para acompanhar o marido na “lida” da horta ou mesmo para ir trabalhar fora da UPVF. Outro caso é o da Sra. Marta, que incentivou e sempre persistiu diante das dificuldades com a legalização da agroindústria, assinalando que a fabricação de queijos não só era viável, como também permitia conjugá-la com os trabalhos da casa e o cuidado com os filhos. Chegou a afirmar que, em 60 por cento dos trabalhos que sustentam a UPVF, ela está inserida, razão pela qual se define como base de sustentação das atividades de outras pessoas do grupo familiar.

Outro exemplo é o da Sra. Odete, que chorou ao relatar os problemas vivenciados com o marido em relação ao trabalho, afirmando que ele só vai à roça se ela tomar a frente, a despeito de ela assumir a produção ecológica e a feira como espaço de comercialização (HENN, 2010).

A rotina de todas essas mulheres é árdua, mesmo com o redimensionamento dos tempos e dos espaços nas UPVFs, tendo em vista a *multidimensionalidade* requerida nos *projetos de vida*. Como anteriormente afirmei, muda-se o valor atribuído às várias dimensões da vida, mas o tempo ocupado para o trabalho e a sustentação cotidiana do grupo familiar toma ainda a maior parte do tempo. Como a Sra. Vera, para quem o dia inicia às cinco horas da manhã, a maioria das outras mulheres também se aplica às suas tarefas muito cedo e só termina após lavar a louça do jantar. As maiores transformações são no âmbito do trabalho da roça, que é deslocado para trabalhos como o da horta, no caso da Sra. Rosa, da Sra. Vera e da Sra. Odete; da agroindustrialização dos queijos, no grupo familiar do Sr. Roberto, sob a responsabilidade da Sra. Marta; na inclusão da panificação, a cargo da Sra. Iolanda, no grupo familiar do Sr. Amadeu. E dentre outras atividades que desenvolvem, ainda há a produção de geleias, sucos congelados, doce de leite para comercialização no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

As mulheres afiliadas ao *projeto de vida* na agroecologia, com a diversidade de cultivos e atividades, agregam, na geração de renda, parte do valor, não apenas monetário, mas também de prestígio relativo, no sentido de que reconstroem, nos diversos espaços, “produtos” originários de seus saberes. Os pães, as bolachas, as geleias, os congelados, todos esses produtos contribuem nos *projetos de vida*, gerando renda, e, na dimensão da produção, ocupam outros espaços, valorizados por constituírem o universo de diversificação nas UPVFs, momento em que surgem novos horizontes de produção, trabalho e identificação por parte das mulheres.

Tais saberes eram desvalorizados no projeto de desenvolvimento econômico *convencional* ou *moderno*, no qual a monocultura atribui maior valor ao trabalho dos homens na produção em escala. Na experiência com práticas alternativas, as próprias mulheres se fazem visíveis, seja no espaço da feira livre, seja nos espaços institucionais que foram possibilitados por alguns dos projetos governamentais.

Para a Sra. Rosa, as transformações na forma de ser mulher vieram com a produção ecológica e a participação na feira, como ela mesma salientou. No caso da Sra. Vera, a ênfase do relato recai nos esforços e na rotina dura de trabalho, embora as atividades da horta, com base na agroecologia, e a comercialização dos produtos, na feira, sejam assinaladas como o canal que viabilizou a permanência na agricultura, mesmo sendo “sem-terra”. No pequeno terreno, a organização da moradia e da maior parte dos cultivos só foi possível diante da atividade da horticultura, produzindo variedades de hortaliças durante todo o ano, e da diversidade de produtos para a comercialização. O próprio grupo familiar relata que, sem este *projeto de vida*, estariam na cidade, enfrentando, provavelmente e entre outros, problemas como o desemprego e os baixos salários.

Considerações finais: agroecologia, projeto societário e concepções de gênero

Em suma, é pelas pequenas contraposições e defesas, contestações, reflexões e comparações quanto à produção (ou à ecologia), mas relacionadas às questões sociais e aos significados que presidem as relações de gênero, que as mulheres evidenciam as mudanças de posições, especialmente em espaços antes atribuídos exclusivamente aos homens. É fato que, mesmo na agricultura convencional, muitos dos deslocamentos de posições atribuídas aos homens, mas ocupadas pelas mulheres, são objeto de relativizações. O caso da Sra. Cléria é um deles. Natural do Rio Grande do Sul, ela viveu neste estado quando seu esposo ainda estava vivo. Quando migrou, deixou naquele espaço um dos filhos, destinado a continuar cultivando as terras da família. Seu relato segue então uma periodização que ressalta a distinção entre as formas de cultivo e subsistência *depois* da adesão à agricultura ecológica; e *antes*, como agricultores e agricultoras voltados para o cultivo em escala (de soja, milho e trigo). Mas nesse caso, também há um *agora*, com os/as filhos/as já adultos/as, quando ocorre a aquisição do sítio no município de Marmeleiro, no Paraná. Junto com as mudanças inerentes ao deslocamento físico e social, houve a retomada da diversificação de culturas, da seleção e da reprodução de sementes, dos manejos ecológicos, entre outras práticas e estratégias produtivas adotadas. Ela assinala, no decorrer do relato, que nunca se conformou com o plantio alinhado e o uso dos agroquímicos, pois, como mulher, perdeu muito de seus espaços como agricultora, quando o marido se convenceu da produção de grãos em escala. Segundo ela, o *convencimento* aconteceu por intermédio das reuniões Emater/RS, nas quais ela muitas vezes contestou, mas *era uma mulher entre homens*. Para o cultivo de grãos eram usadas as melhores frações de terra, enquanto para ela plantar as culturas tradicionais e de subsistência do grupo sobravam os espaços de terra pouco férteis e contaminados pelos agroquímicos, tanto que muitas plantas, por não resistirem, nem eram mais cultivadas.

Relatos como esse sugerem que a adoção da prática agroecológica provoca a reorganização dos espaços de cultivo e a estruturação da UPVF, permitindo que as mulheres possam *participar* de forma sistemática da geração de renda. Assim, sendo reconhecidas, também podem participar da construção das estratégias da subsistência, da manutenção do grupo familiar e da gestão da UPVF.

A agroecologia aparece nessas trajetórias de vida associadas ao que falava o Sr. André, engenheiro agrônomo e professor universitário: uma proposição que não se refere apenas à produção distinta, sem agroquímicos, mas a questões sociais e políticas que estão mutuamente implicadas. Ou mesmo como se refere o Sr. Celso: a agroecologia da região abriga em si uma diversidade de lutas que não são apenas suas, tanto que nos relatos dos/das interlocutores/as, as lutas aparecem “enredadas” numa teia que dá vida e corpo para sua própria movimentação. Em suma, as relações inerentes a essa forma de cultivar e organizar-se na produção e na geração de renda entremeiam-se com a ideologia de transformação social e as aspirações de lutas advindas dos movimentos sociais, as quais contribuem para as mudanças de condição e de posição das mulheres, por meio de reflexões, intervenções e projeções de uma vida distinta no que tange aos modos de relacionamento entre mulheres e homens, crianças e jovens, membros produtivos e improdutivos, como os idosos.

Levando em conta as reflexões de mulheres que se integram a redes mais extensas de construção da agroecologia, como as que atuam na mediação do projeto de implantação dessa modalidade de agricultura, as discussões sobre gênero e agroecologia perpassam todos os processos sociais e organizativos. Já em 2002, no primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), no Rio de Janeiro, discutiu-se sobre a equidade na participação de homens e mulheres em vários campos temáticos da diferenciada proposta. A partir desse encontro, diversas ações foram desdobradas nas regiões brasileiras, sendo que, no Sudeste do Brasil, um grupo de trabalho sobre a temática se articula em 2004 e organiza outro seminário em Belo Horizonte. A partir deste segundo evento, tornou-se bem perceptível que, em muitas ações referenciadas ao sistema de conhecimentos da agroecologia, as mulheres estão presentes. Da região sudoeste do Paraná, participou uma representante da Assesoar e, posteriormente, em 2005, discutiu-se a importância de debater essa problemática no campo da Rede Ecovida. Alguns seminários foram realizados para pautar reflexões em torno das *questões da mulher*, assim como os dirigentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) promoveram, junto a outros espaços de construção de lutas sociais, nos anos de 1980, trabalhos de base sobre as questões relacionadas ao desempenho das mulheres na atividade agrícola, desde a produção até padrões de relações e direitos das trabalhadoras.

Por conseguinte, a participação das mulheres, como venho demonstrando, não se restringe ao espaço da UPVF. Ela extrapola para outros campos sociais, nos quais as mulheres e jovens também constituem presença, força,

resistência, sendo agentes da construção das estratégias de fortalecimento da agroecologia. A memória da participação das mulheres nesses eventos tem caráter pedagógico, por afirmar posições e conquistas. Segundo o Sr. Walter, agricultor e ex-dirigente de uma associação, também articulador de práticas de relação mística inerente à agroecologia, com a lógica de reprodução da vida (da subsistência, das relações sociais e culturais), os que a ela se afiliam devem tomar consciência quanto aos sentidos dos modelos de desenvolvimento que se exprimem em vários projetos econômicos.

A superação da condição de agricultores e agricultoras excluídos pela lógica da agricultura moderna também aparece como fundamental no deslocamento de grupos familiares que passaram a ter uma vida economicamente viável, ou, como eles assinalam, melhor em contraposição à anterior, referida a um quadro de acentuada pobreza. Como demonstrado, a melhoria das condições de vida a partir da inserção na prática agroecológica não é suficiente para conceituar se um grupo familiar é ou não ecológico. Faz-se necessário, acentuam os agentes mediadores do projeto, que se evidenciem formas de pensamentos, posturas, organização da UPVF e participação social. Nesse caso, passa-se a valorar a mudança de posição diante de projetos de organização da sociedade. Todos os que aí se engajam, reconhecem: as mulheres têm papel fundamental no processo.

Nos espaços coletivos de debate político nos municípios, a *consciência crítica e as novas condições* de vida são elaboradas e possibilitam firmar e valorar a posição como agricultor e agricultora ecológico/a. Todos esses aspectos são requeridos como recursos, para o “endurecimento” dos conhecimentos que circulam por meio da rede da agroecologia (LATOURE, 1999).

Os relatos das mulheres e suas formas de intervenção estão sempre atrelados aos grupos familiares. Demonstram as mudanças também nas posições de mãe, esposa e filha, pois, além de contribuírem na melhoria das condições sociais de vida, muitas delas, ao saírem do espaço da casa para serem feirantes, enfrentaram os preconceitos de quem sentenciava que *lugar de mulher é em casa*. Todavia, ainda que alguns *avanços* sejam percebidos, é restrita a participação delas em espaços políticos de gestão das entidades (HENN, 2010).

As mudanças de posição se referem, por conseguinte, à forma de ser, de pensar e de fazer, tais como se evidenciam em expressões, como a da Sra. Rosa, “hoje sou outra mulher” (HENN, 2010), com isso demarcando as transformações que se fizeram, tanto subjetiva quanto objetivamente, no processo de transição para a agroecologia.

Com o desenrolar do curso e os conhecimentos construídos, fortalecem-se os *projetos de vida*, dado que as posições estão relacionadas às defesas que fazem quanto às formas de cultivos e aos manejos segundo certos princípios. Ou, ainda, nas defesas que fazem da relação do cuidado com o meio ambiente, nas posições críticas em relação à organização da sociedade e da própria agricultura. E ainda colocam em grande relevo um dos trunfos desejados pelos

agricultores em processo de luta pela permanência na condição de produtor *autônomo*, bem como na reivindicada capacidade de decisão, negada pelo controle das empresas que “ditam” o *pacote tecnológico*. Por isso exaltam os agricultores aqui em foco: na agroecologia tem espaço para pensar e criar, pois nada é recebido pronto.

Levando ainda em conta algumas reflexões de Latour (2000) e Callon (1986), posso concluir afirmando que os conhecimentos, sua geração e circulação, acontecem nos espaços mediados e negociados por agricultores e agricultoras, assessorias no trabalho de mediação e lideranças que experimentam, no cotidiano e por *coletivos políticos*, a consolidação de saberes da agroecologia.

Vale enfim salientar que as transformações de posição não aconteceram apenas entre as mulheres. Alguns homens também se reconhecem nessas mudanças, inclusive avaliando o percurso que fizeram para chegar a ocupar outros espaços e redimensionar o tempo em seus planejamentos, como as relações no grupo familiar (homens assumem trabalhos no âmbito da casa, assim como as mulheres fazem gestão da UPVF e comercializam produtos), e até mesmo na posição que defendem em relação à forma de viver o *projeto de vida*.

A agroecologia aparece tanto nos relatos dos/das interlocutores/as quanto nas experiências dos grupos familiares como um *projeto de vida* que inclui a *participação* de todas as pessoas do grupo familiar. Inclusive as crianças são estimuladas, tanto que seus gostos, sonhos, opiniões e posições também são considerados neste *projeto*. Em outros grupos familiares há ainda uma convicção de que os pais necessitam estimular os/as filhos/as, desde crianças, a se inserirem em atividades e a pensarem quais delas mais gostam como forma de incentivo à sua permanência na agricultura. A participação das mulheres constitui, na agroecologia, a possibilidade do redimensionamento dos espaços nos quais elas circulam ou das relações em que elas se engajam. Ao mesmo tempo, o reconhecimento do campo agroecológico contribui para a transformação das condições e de posições de ambos, mulheres e homens, e das interações e formas de sociabilidade, a exemplo das questões de gênero, de geração e de produção, entre outras. Portanto, o debate sobre relações de gênero que se articula ao da agricultura ecológica toma como pressuposto a necessidade de transformações sociais nas relações entre homens e mulheres vinculados à agricultura, ecológica em especial.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: _____. (Org.). *Miséria do mundo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 159-166.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

CALLON, Michel. Éléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de St. Brieuc. *L'Année Sociologique*, Paris, v. 36, p. 169-208, 1986. Número spécial.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil*: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

COSTA, Ana Alice A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. In: COSTA, Ana Alice A.; PASSOS, Elizete; SARDEMBERG, Cecília. *Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-Gavião*: textos de apoio I. Vitória da Conquista: CAR-REDOR/NEIM, 2000.

DE CASTRO, Elisa Guaraná. *Entre ficar e sair*: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. 380 f.

GODELIER Maurice. As mulheres e o poder político: ponto de vista de um antropólogo. In: GEORGES, Duby; PERROT, Michelle. *As mulheres e a história*. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Dom Quixote, 1995. p. 57-59.

HENN, Iara Aquino. "Hoje sou outra mulher"! : estratégias de re-produção e re-significação na trajetória das agriculturas em Francisco Beltrão no Sudoeste do Paraná. In: LANGER, Protásio P.; MARQUES, Sonia. M. dos Santos; MARSCHNER, Walter. R (Orgs.). *Sudoeste do Paraná*: diversidade e ocupação territorial. Dourados (MS): UFGD, 2010. p. 217-263.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Avaliação final de impacto socioeconômico da atividade comunidades rurais pobres*. Curitiba: IPARDES, 2006. 138 p.

LATOUR, Bruno. Como redividir a grande divisão. *Mosaico - Revista de Ciências Sociais*, Vitória, v. 2, n. 1, p. 168-199, 1999.

_____. *Reensamblar lo social*: una introducción a la teoría del Actor-Red. Buenos Aires: Manantial, 2008. 392 p.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987. Disponível em: <<http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2008.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia*: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2009. 291 f.



COLONAS ITALIANAS NO SUL DO BRASIL: ESTIGMA E IDENTIDADE

*Maria Catarina C. Zanini**
*Miriam de Oliveira Santos***

Nosso objetivo neste artigo é analisar a forma como as descendentes de imigrantes italianos do Rio Grande do Sul constroem e vivenciam a identidade étnica e de colonas. Buscaremos, por meio de revisão bibliográfica e de estudos empíricos, salientar o quanto essa categoria é construída e valorada positivamente na contemporaneidade, apesar dos estereótipos e preconceitos existentes, bem como do ambiente em que elas estão (ainda) inseridas, no qual a autoridade paterna e a patrilinearidade ainda são valores importantes. Compreendemos o conceito de gênero da mesma forma que Joan Scott (1990), ou seja, uma construção sócio-histórica e não biológica. Assim, as mulheres que serão aqui enfocadas são fruto de construções sociais que as colocaram em determinados contextos interativos nos quais a diferença em relação aos homens as desqualificava hierarquicamente, por vezes numa violência suave, quase invisível, porque exercida pelas vias simbólicas de comunicação e conhecimento (BOURDIEU, 2002, p. 7, 8).

Ao se instalarem em pequenas colônias no Sul do Brasil, os imigrantes europeus buscavam, pelos parâmetros da política de colonização brasileira do final do século XIX, reproduzir o modelo camponês europeu. No entanto, o parcelamento das terras os levou à migração para novas frentes de expansão, recurso pelo qual investiam na manutenção da identidade camponesa. As velhas colônias do nordeste do Rio Grande do Sul logo produziram excedentes populacionais para novas colônias no noroeste do mesmo estado, e também no oeste de Santa Catarina e no Paraná. A colonização europeia dá assim origem a uma reimplantação de pequenos proprietários, que buscavam terras mais baratas, para possibilitar a reprodução social ou geracional do grupo.

No caso dos descendentes de imigrantes italianos, além da migração, a ordenação sacerdotal e a expansão do estudo (principalmente a educação formal) se tornaram estratégias de reprodução social, das quais os camponeses

* Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo - USP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Pesquisadora Associada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios- NIEM.

** Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Pesquisadora Associada ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios- NIEM.

costumavam (e costumam) lançar mão para evitar o parcelamento das terras, tal como já demonstramos em outros trabalhos. O regime de herança via minorato, que é um sistema no qual quem herda preferencialmente a terra é o filho mais novo, foi decisivo para as primeiras expansões das colônias. Nesse sistema, o caçula herda as terras e a responsabilidade de cuidar dos pais; os demais filhos homens são ajudados pelo pai na compra de novas terras, nas quais reproduzirão o modelo de produção familiar. As mulheres preferencialmente não herdavam e, quando se casavam, recebiam de casa:¹ o enxoval, a máquina de costura e, quando possível, uma vaca. Nos dias atuais, tais práticas estão sendo alteradas quanto ao tipo de dote concedido às mulheres, que pode ser um investimento para que estudem ou a compra da terra a elas legalmente atribuída, para que a mesma permaneça na mão dos homens da família. Contudo, a não sucessão feminina continua sendo a regra. É comum, igualmente, pendências judiciais e desentendimentos familiares causados pelo não entendimento acerca da propriedade (ou posse) da terra.

A esse respeito, Seyferth explica:

No seu significado mais geral, a categoria colono é usada como sinônimo de agricultor de origem europeia, e sua gênese remonta ao processo histórico de colonização.

[E ainda explicita]:

A categoria colono foi construída, historicamente, como uma identidade coletiva com múltiplas dimensões sociais e étnicas. (SEYFERTH, 1993, p. 38, 60)

Sendo assim, a palavra colono, que era a designação oficial para o imigrante que adquiria um lote de terra em projeto de colonização, converte-se em símbolo de diferenciação étnica, para enfatizar aquele trabalhador rural distinto do nacional. Apesar de, em plano “mítico”, o colono estar identificado com o “pioneiro”, com aquele que “civilizou” um lugar “selvagem”, as referências aos colonos “reais” não são tão elogiosas assim.²

O estigma adquire mais peso com os processos de urbanização e industrialização, que “[...] produzem a clássica dicotomia entre o citadino e o camponês. O urbanita diferencia-se e se distancia gradualmente do *colono*, que passa a uma categoria social própria, inferior à daquele” (AZEVEDO, 1982, p. 269, grifo do autor).

1 Receber de casa é termo local utilizado para receber da família. Ao invés de herança, as mulheres recebem dote.

2 Segundo Teixeira (1988, p. 54): “Disto resultou a frequente utilização do termo colono como instrumento de ofensa, em especial contra os descendentes de colonos. Registre inclusive um caso de ação judicial provocada por este tipo de ofensa, movida por um influente industrial, neto de imigrantes italianos, em Caxias do Sul, na década de 1960”.

Corroborando essa visão, Frosi (1998) assinala que, na medida em que os descendentes de italianos se urbanizaram e se enriqueceram, passaram a “segregar social e linguisticamente os menos favorecidos – o colono – que, ou se comunica através do dialeto italiano e é qualificado como grosso, ou se expressa em português, porém de um modo assaz precário, e torna-se motivo de riso” (FROSI, 1998, p. 162).

Como já apontado em Santos (2004), a estigmatização (GOFFMAN, 1982) do colono persiste até hoje, apesar de todos os processos de positivação ocorridos depois de 1975, quando dos festejos do Centenário da Imigração Italiana no estado do Rio Grande do Sul, época em que houve todo um movimento de afirmação étnica. Um descendente de terceira geração, entrevistado por Zanini em Santa Maria (2002, p. 295),³ define o colono como: “[...] aquele que tem pouca cultura, anda sujo, de chinelo, pé no chão, está sempre sujo de pó, de coisa, trabalha com boi, com vaca [...]”.

No entanto, a implantação de roteiros turísticos no interior dos municípios de colonização italiana, a revitalização de tradições já esquecidas (e outras “inventadas”), a organização de corais e grupos de danças e a abertura das propriedades para que grupos de turistas possam participar da colheita da uva, todos esses fatores levaram a uma revalorização do colono, principalmente na região serrana do estado. Por outro lado, as ações do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e da Emater-RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e as estratégias de desenvolvimento do artesanato e das agroindústrias familiares contribuíram para a valorização das mulheres dos pequenos agricultores de origem europeia. E aquilo que era um estigma passou a soar como um rótulo de qualidade e autenticidade. As mulheres começaram então a ostentar com orgulho a identidade de colonas italianas que detinham determinados saberes e elaboravam produtos “tradicionais”, “coloniais”.

Em suma, objetivamos, por meio deste artigo, tecer reflexões acerca de como as mulheres descendentes de imigrantes italianos, do passado e do presente, têm sido relacionadas à terra, sua produção e sucessão e o quanto há de mecanismos suaves e não facilmente perceptíveis (BOURDIEU, 2002) que as secundarizam e as distanciam das tomadas de decisão. Neste artigo, compreendemos que a estrutura socioeconômica do que denominamos o mundo da colônia ou de agricultura colonial se integra também por regras referenciadoras das relações de mercado, como demonstram as flutuações de valor das mercadorias, das ofertas e demandas. Portanto, esta terminologia, para nós, salienta somente o tipo de organização do trabalho e da vida dessas pessoas e não sua autonomia frente ao capitalismo vigente. Apesar de estarem ativamente no mercado, o valor de troca de seus produtos ainda não as coloca em

3 Cidade localizada no centro do Rio Grande do Sul e próxima da região da ex-colônia de Silveira Martins.

nível de igualdade com outros produtores do sistema; e elas têm consciência e pensamento crítico em relação a tal condição.

Breve histórico da imigração italiana para o Rio Grande do Sul

O processo migratório da Itália para o Brasil, efetivado de forma expressiva em finais do século XIX, era designatório de outras transformações que estavam ocorrendo no Velho Mundo, tais como a imposta tentativa de consolidação dos estados nacionais, a industrialização crescente que proletarizava cada vez mais camponeses, a laicização do mundo, as seguidas guerras que também continuamente ceifavam jovens vidas. Enfim, havia um quadro geral no universo da recém-unificada Itália que impulsionou aquelas famílias à migração, especialmente as camponesas, acreditando que na América teriam melhores condições de vida e de manutenção de seu estilo de vida.

A Itália, quando da grande imigração para o Brasil, ainda não havia criado as convicções políticas para o reconhecimento de uma identidade nacional. Tratava-se de populações muito mais identificadas com suas localidades (*paese*), seus dialetos e diversidades. Tanto o é que a diversidade humana está presente em escritos de emigrados, tais como os de Julio Lorenzoni (1975),⁴ ao narrar que, já na travessia, se percebiam como diferentes, mas ao mesmo tempo iguais na experiência migratória além-mar. Eram homens, mulheres e crianças sujeitos à mesma experiência histórica que os colocava num processo de ruptura.

Para o Estado brasileiro, quando do início do processo migratório italiano, na década de 70 do século XIX, aqueles emigrados viriam para ser guardiões de fronteiras (MACHADO, 1999) e também dinamizadores de economias regionais, tais como a gaúcha, por exemplo, fortemente marcada pela presença dos latifúndios. Por outro lado, num universo ainda escravocrata, os emigrados europeus viriam, de certa forma, acalantar a expectativa de um branqueamento da população (AZEVEDO, 1975). Foi uma imigração familiar, predominantemente de católicos e do norte da Itália. No Rio Grande do Sul, foram encaminhados para as colônias da serra gaúcha, onde fundaram pequenas vilas (Conde D'Eu e Dona Isabel) e começaram o processo de colonização, em 1875. Na região central do estado, tal processo teve início em 1877, também organizado na forma de colônias, que possuíam lotes urbanos e rurais, distribuídos por família.

Compreendemos que, além dos aspectos econômicos, políticos e sociais envolvidos no processo migratório daquele momento histórico específico, devemos considerar que aquelas populações camponesas despossuídas tinham o intuito de manter determinado *ethos* e ordem moral. A migração pode então

4 Migrante de 14 anos que vem para o Brasil com sua família. Seus escritos foram publicados e traduzidos por seus descendentes quando dos festejos do Centenário da Imigração Italiana para o estado, em 1975.

ser interpretada, neste sentido, como uma tentativa de sobrevivência cultural (ALVIM, 1986). Almejando fugir da proletarização, objetivavam conservar determinado estilo de vida, pelo qual a religiosidade, o trabalho familiar e a autoridade patrilinial se mantivessem. O processo migratório para o Rio Grande do Sul possibilitou, em certo sentido e para aquelas famílias, tornarem-se proprietárias e cultivar tal ordenamento e reprodução sociais. Além disso, é importante estar atento para o fato de que o mundo moderno, imerso no modo de produção capitalista, teria, como ressalta Weil (2001, p. 81), desenraizado de uma forma agressiva os camponeses. Esta concepção remete para a teoria de Kautsky (1980), segundo a qual o campesinato antes do capitalismo é autossuficiente. O surgimento da indústria capitalista exerce influência sobre o pequeno artesanato doméstico, e o camponês cria maior dependência do mercado. É a dependência do mercado que gera intermediários, comerciantes e usurários, apontando também para a subordinação camponesa em face do comércio e da indústria.

Gênero, etnicidade e poder

Na interseção da tríade família, trabalho e religião, observamos que há uma circularidade de elementos que se reforçam e se sustentam, visando, nos termos de sua idealização, à reprodução da família camponesa de origem italiana. Aquela família que emigrara, em grande parte, era composta por pai, mãe, filhos e, em alguns casos, os pais dos pais e/ou os pais da mãe. Havia situações em que migravam famílias extensas, compostas de vários segmentos e gerações, tal como destacava Mendras (1978, p. 14), para caracterizar a sociedade camponesa justamente pela importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica.

O papel das mulheres, desde aquele momento, era o de cuidar dos filhos e se manter solidária com as decisões dos maridos e pais. Orientadas pelas regras do catolicismo, aquelas mulheres casavam cedo, tinham muitos filhos e vivenciavam uma sexualidade voltada para a procriação. Aliás, como ressalta Renk (2000), a procriação era a elas imposta como um dever para com Deus e seus maridos. Lazer, somente nas festas religiosas em que, aliás, elas trabalhavam e ainda trabalham muito no Rio Grande do Sul (CHIAMULERA, 2010).

O pai-patrão italiano, especialmente aquele do mundo camponês, era o chefe de uma unidade produtiva que tinha que arcar com seus custos e, nos primeiros anos de colonização, pagar o valor da terra concedida pelo governo brasileiro. As mulheres trabalhavam em igualdade com os homens no trato das lavouras, mas não tinham o mesmo direito aos benefícios da produção. E formalmente, nem às tomadas de decisão quanto ao uso de capitais acumulados. Na partilha de terras, caberia a elas doar sua parte aos irmãos. Na preferência pelo investimento em educação, também não eram elas as mais privilegiadas.

Na maior parte das vezes, seu destino era deixar a autoridade paterna para se submeter à autoridade do marido e, posteriormente, à dos filhos (homens) ou dos genros.

A identidade étnica (Barth, 2000)⁵ costuma ser exclusivista e homogeneizadora. No entanto, apesar do discurso unitário, observamos que a construção da identidade do pioneiro italiano, do *self-made-man* que construiu um patrimônio, exclui e estigmatiza a todos que não correspondem a esse modelo, principalmente os agricultores mais despossuídos, os “colonos pequenos”. Nas narrativas dos descendentes de imigrantes empreendedores e vencedores, há uma tendência a traçar trajetórias diretas da imigração para a aquisição de um capital, que não residiria na terra, mas no comércio ou na indústria.

Desse ponto de vista, a identidade modelo é a masculina, valorizando especialmente aqueles que migraram para a cidade, deixaram a agricultura e instalaram estabelecimentos comerciais e/ou industriais no mundo urbano, adquirindo hábitos e estilos de vida qualificados como mais modernos. Os homens ocupam a esfera pública enquanto as mulheres tendem a assumir papéis socialmente inerentes à esfera doméstica, assumindo um lugar subordinado na sociedade e um estatuto de objeto nas estruturas de parentesco. Importante salientar que da mulher camponesa italiana era exigido também que educasse os filhos, tornando-os seguidores dos valores grupais. Quando isso não ocorria, culpava-se a mulher.

Segundo Dubar (2005, p. 79), “Os homens se definem pelo trabalho, enquanto as mulheres, mesmo quando devem trabalhar, se definem por seus papéis domésticos”. E ele continua o raciocínio, ao afirmar que a “identidade feminina é inseparável da dos relacionamentos de dominação sexuada”, tendo como corolário o fato de que:

Enquanto permanecem sujeitas a seus papéis domésticos e, sobretudo, às tarefas de dona de casa não reconhecidas economicamente, as mulheres só podem alcançar uma identidade de procuração (filha de, mulher de, mãe de). Enquanto a identidade masculina se constrói em torno do trabalho produtivo e das lutas por seu reconhecimento. (DUBAR, 2005, p. 81)

A citação de Dubar ajuda a compreender por que a busca da identidade feminina⁶ da mulher pressupõe a mobilização e as lutas de reconhecimento e

5 Compreendemos identidade étnica como aquela que é estabelecida nas fronteiras interativas por meio de sinais adscritivos (BARTH, 2000).

6 Empoderamento (*empowerment*) é um conceito utilizado nos estudos de gênero como um aporte analítico que permite conhecer o processo de adição de poder e de aumento de controle das mulheres sobre suas vidas. Sendo assim, o processo de empoderamento relaciona-se com a possibilidade de transformação da ação dessas mulheres visando à superação de desigualdades. Ver, entre outros, Amartya Sen (2000) e Zorzi (2008).

inclusão por meio de ações afirmativas, pelas quais elas consigam se inserir e se situar enquanto sujeitos de ação. Torna possível perceber também por que essas mulheres não costumam habitualmente ser consideradas como agricultoras, mas sim esposas e filhas de agricultores.

Segundo Melo (2003), a partir da mobilização das mulheres,⁷ o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) determinou, em 2001, a inclusão de mulheres nas políticas públicas para a agricultura familiar. Como consequência dessa medida, o governo federal designou, por meio de uma portaria, que, no mínimo, 30% dos recursos relativos à linha de crédito do Programa de Agricultura Familiar (Pronaf), nos termos do Plano de Safra da Agricultura, fossem destinados às mulheres, referenciados pelos objetivos declarados de facilitar a emancipação das mulheres rurais. Cabe ressaltar que o Pronaf Mulher surge no bojo de uma série de políticas reivindicatórias e de um Programa de Políticas Afirmativas (Pigre) denominado Igualdade de Gênero, Raça e Etnia.

Retomando a questão do gênero, observamos que a palavra está atrelada à posição social que cada sexo exerce numa determinada cultura. Este conceito se refere a valores sociais e não biológicos e, portanto, à desigualdade entre os sexos e à inferioridade que as mulheres sofrem na nossa sociedade.

Schaaf (2001) salienta que as relações de poder no interior da família e especialmente nas regiões rurais são embasadas por princípios morais. Nesse contexto, a autoridade masculina se justifica como uma forma de manutenção da coletividade e ainda como um instrumento para neutralizar as divergências e tensões no seio da família. É claro que tal visão contribui para naturalizar as desigualdades de gênero. Schaaf (2001) afirma também que, sob a aparência de proteger os membros da família, são mascaradas as relações de dominação e subordinação entre o pai e os demais membros da família, pois apenas ele dispõe de poder para interferir na vida das pessoas às quais ele protege.

É essa desigualdade que nos permite também entender a distribuição dos bens materiais no seio da família camponesa de origem italiana. Schaaf (2001), Brumer (1996), Carneiro (2001) e outras autoras remetem à herança assimétrica, em que os filhos (homens) herdavam, ao se casar, um pedaço de terra, sendo que à mulher solteira nada era dado; e às mulheres que se casavam eram transferidos apenas um enxoval, uma vaca e, em alguns casos, uma máquina de costura. O não recebimento de terra por parte das mulheres era justificado pela possibilidade de o marido tê-la recebido como herança, já que a mulher saía da casa dos pais para morar com a família do marido (nas terras dele).

Brumer (1996) demonstra que, por muito tempo, o papel da mulher na propriedade rural esteve ligado a atividades privadas, que não requeriam

7 Especialmente através do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), que surgiu em Santa Catarina na segunda metade da década de 80 do século XX e se espalhou pelo Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Para mais detalhes ver Paulilo (2000).

deslocamento da mulher para os espaços públicos. As atividades classificadas como femininas eram e são assim restritas ao espaço doméstico e vistas como tediosas e rotineiras. Essas atividades eram e ainda são, em larga escala, consideradas ajuda (PAULILO, 2004).

Contudo, em função das mudanças sociais ocorridas a partir da segunda metade do século XX, especialmente com a ascensão dos movimentos feministas e os programas públicos para a mulher, as relações de gênero na zona rural começaram a se transformar, mesmo que de maneira lenta. No entanto, a emancipação e a valorização da mulher rural ainda são metas bem distantes. O relato de Boni (2004, p. 298) nos ajuda a entender por quê:

A socialização da mulher rural foi muito dura; ela foi educada para aceitar o que os homens decidem ou, se não para aceitar, para não decidir. Isso sempre foi uma tarefa de seu pai ou de seu marido. Não é “tranquilo”, como os dirigentes [sindicais] afirmam, buscar a igualdade na família, pois ali existem muitas diferenças [...]. (BONI, 2004, p. 298)

Portanto, atos da vida cotidiana como ir ao banco ou participar de reuniões no sindicato ganham novas dimensões e significados quando são realizados por uma mulher. O atendimento nesses lugares é geralmente feito por homens em contexto permeado por relações de poder e subordinação. Oficialmente elas podem frequentar aqueles espaços e perguntar sobre assuntos diversos, mas em geral se sentem embaraçadas e envergonhadas, o que, muitas vezes, as impede de ir adiante.

Paulilo (2004, p. 2) corrobora essa sensação de inadequação que a mulher rural demonstra quase sempre no espaço público, ao lembrar que: “[...] historicamente a mulher foi considerada a responsável pela educação dos filhos, ela não era aceita nos espaços públicos e nem preparada para isso. A igualdade de gênero na Constituinte só foi conseguida em 1988 no Brasil”. Paulilo afirma ainda que o fato de a educação da mulher ser voltada para o cuidado com o lar e os filhos afastou-a do mercado de trabalho; e ainda fez com que a sua inserção fosse sempre precária, através de funções mal remuneradas e que não exigem qualificação. No entanto, a mesma autora assinala que “as mulheres de famílias pobres sempre trabalharam”.

Ou seja, a falta de preparação para o trabalho e de traquejo no trato com a esfera pública acabam reforçando a dependência da mulher e impedindo que ela usufrua dos benefícios de programas governamentais. Além disso, é preciso compreender a lógica que rege não só a vida na família camponesa, mas especialmente as pequenas comunidades e o meio rural,⁸ em que as decisões públicas devem ser expressas pelos homens e não pelas mulheres.

8 Ver, por exemplo, Bailey (1971).

A estrutura da família camponesa contemporânea: mudanças à vista

Em estudo etnográfico na região central do Rio Grande do Sul junto a colonos descendentes de imigrantes italianos, Zanini (2006) observou que a família camponesa está se alterando. Seja por meio da educação das mulheres, da influência dos veículos de mídia e da propagação de seus valores e gostos, das transformações no mundo católico tradicional, que já não influencia tanto a quantidade de filhos solicitados às mulheres camponesas, o que se observa é uma abertura maior à voz pública feminina e também certo individualismo (DUMONT, 1985) crescente.⁹ Não sem tensões, como ressalta Favaro (1996), pois mesmo que a mulher descendente de italianos trabalhe fora de casa (na lavoura ou em outras atividades), ela ainda continua sendo muito exigida “dentro de casa”.

Zanini (2006) encontrou homens e mulheres estudando em forma de igualdade e casais tendo filhos únicos para permitir a estes condições de vida melhores no mundo camponês. Observou-se que se mantinha o filho único, mesmo que este fosse mulher, coisa que no passado não seria possível. Pode-se afirmar, de forma genérica, que a mulher descendente de italianos acompanha a busca de direitos sociais como as mulheres rurais do Rio Grande do Sul como um todo (SCHAAF, 2003).

Outro elemento que tem alterado as relações entre homens e mulheres no mundo camponês tradicional é a aposentadoria feminina. Ela que efetivamente adentra o universo doméstico como dinheiro “da mãe” ou “da mulher” e que, mesmo sendo gerido por homens, faz com que estas mulheres se sintam mais importantes no contexto doméstico e coletivo.

A mecanização do campo também é outro elemento que mudou as regras de convivência entre homens e mulheres descendentes de italianos no cotidiano da vida no campo. Sendo menos exigidas em alguns trabalhos da lavoura, as mulheres podem se dedicar mais ao universo da casa e dos filhos. Estes cuidados incluem educação e atenção à saúde. Se antes o corpo não era compreendido como algo importante de ser cuidado, mas somente um instrumento disciplinado para o trabalho (FOUCAULT, 1977), agora essas mulheres tomam como referência moderna o querer viver e envelhecer com qualidade de vida.¹⁰

9 Aqui, estamos nos referindo à crescente vivência do indivíduo como um valor (DUMONT, 1985), em que os projetos e desejos individuais tendem a ser considerados prioritários em relação aos desejos coletivos (familiares e grupais), como ocorria no passado.

10 Em estudo realizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, Filipetto (1999, p. 41) observa o papel desempenhado pelos grupos de terceira idade junto a idosos: “Também pela sua organização e afirmação neste contexto, reafirmam-se os valores de sua cultura própria, quando se inverteu a situação muitas vezes colocada como vergonhosa de ‘ser da roça’ ou ‘do serro’, ou ainda desta pequena cidade, onde se fala ‘diferente’, para uma situação de orgulho de ser descendentes de imigrantes, de trabalhar muito e de organizar seu tempo para participar de atividades como ‘aquelas de Santa Maria’. Trata-se de um sentimento igualitário em relação aos idosos do meio urbano, com a consciência de que seu tipo de vida é apenas diferente, e não inferior”.

O tempo, antes ditado pelo trabalho na terra e pela vida doméstica, pode ser agora pensado em relação a elas mesmas. Contudo, o tempo livre era, na maior parte das vezes, investido na família ou na casa.

O que se tem detectado, inclusive, é que algumas dessas mulheres, quando viúvas, não desejam mais se submeter às regras do casamento, caso seja o homem que deva assumir o papel principal. Nas cidades próximas a Santa Maria, há grupos de terceira idade voltados a essas mulheres, nos quais se tem trabalhado a autoestima da trabalhadora rural e a sua importância nas economias locais. Tais grupos, ao resgatarem a importância da cultura italiana e ao organizarem corais e grupos de dança, contribuem para diminuir o estigma de “colonas”, valorizando os saberes que elas trazem da sua socialização familiar.

As regras de casamento intergrupais também estão mais abertas que no passado. Já há casamentos inter-raciais e mulheres que casam com uma idade mais avançada, coisa que no passado não corresponderia às regras sociais que orientavam tais formas de associação. As separações entre casais no mundo rural são exceção e altamente comentadas. Contudo, em famílias extensas que têm parentes no meio camponês e no mundo urbano, as separações ocorridas no mundo da cidade já são mais toleradas, todavia não sem pesar e comentários que justifiquem o ocorrido.

A explicitação pública de comentários sobre a sexualidade entre as descendentes de mulheres camponesas italianas é ainda um tabu, sendo que os preceitos religiosos adquirem um peso muito grande nas escolhas cotidianas relativas aos usos do corpo. A utilização de anticoncepcional, não aceito formalmente pela Igreja católica, é um recurso que muitas delas consideram importante para o controle da natalidade e para propiciar condições satisfatórias para a manutenção da condição camponesa. Nesse aspecto, o discurso médico entra como um mediador dos usos do corpo. Na região central do estado, o número de filhos por propriedade é pequeno, entre um e dois na maior parte dos casais reprodutivos, não havendo, entre estes, pretensão de um número mais elevado. As razões alegadas iam desde o limite de recursos para bem criar um filho, a divisão da terra, a sobrecarga de trabalho feminino, entre outros.

Essa diminuição do número de filhos em famílias da região rural não é específica do Rio Grande do Sul. Estudos da ONU apontam uma queda de mais de 40% na taxa de fertilidade do Brasil, desde a década de 1980, demonstrando também que a diferença entre as taxas de fertilidade no campo e na cidade estão diminuindo rapidamente (PAULILO, 2000). A sexualidade, contudo, não é tema fácil de ser pesquisado entre estas mulheres, e muitas perguntas comuns nos serviços de saúde podem ser tomadas como intromissão ou desrespeito. As mulheres mais jovens tendem a falar mais abertamente, contudo sem um desejo de exposição de suas vidas e intimidades.

A religiosidade católica, no interior da unidade familiar camponesa no Rio Grande do Sul, é ainda muito importante. As casas costumam ter símbolos

religiosos aparentes: quadros, santinhos, pequenos altares. Na região central do estado, são comuns os capitéis, em que famílias e transeuntes podem parar nas pequenas estradas e caminhos e orar em qualquer momento do dia. Muitos destes capitéis são cuidados por mulheres, que trocam a água das flores, as velas e mantêm limpo o pequeno altar. Em cada um deles podiam ser observadas devoções a santos distintos. Eles se situam na beiras dos caminhos. Como muitas vezes as capelas¹¹ ou igrejas ficam distantes das famílias, os capitéis se tornam lugares de oração cotidiana e de parada contemplativa. São utilizados para rezar, fazer e pagar promessas e agradecer pelas graças alcançadas. Por todos esses aspectos, consideramos que sua presença na paisagem é uma expressão simbólica de ocupação territorial, relacionada especialmente com as mulheres.

De forma geral, contudo, a prática religiosa entre essas mulheres está se alterando. Se a visão de mundo ainda está em sintonia, o *ethos* religioso (GEERTZ, 1989) dialoga com as mudanças sociais mais amplas. Já não há uma coercitividade tão imperante por parte da Igreja e/ou da figura do padre, como no passado, e muitas dessas mulheres tentam conciliar fé, trabalho e família sem tantos conflitos, o que nem sempre é tarefa fácil.

As mediações discursivas nos conflitos entre religiosidade e comportamento feminino são valorizadas por meio da necessidade de estudo e trabalho dessas mulheres e como elas também podem ser sujeitos de suas próprias ações e de seus corpos. Com menos filhos nas famílias camponesas, elas também dispõem de maior tempo para inclusão em outras esferas, costumando ser mais ouvidas.

Não se deve negligenciar que a vida camponesa coloca as relações cultura/natureza num nível muito próximo, em que os indivíduos, por trabalharem com a terra e dependerem de seus ciclos, percebem-se mais próximos dela. Assim, para ilustrar a complexidade dessa relação e o quanto ela mereceria ser mais estudada, fazemos referência a uma citação relativa às mulheres italianas da localidade de Vale Vêneto, próxima a Santa Maria: “O bom tempo, o frescor da manhã, a chuva necessária, o nascimento dos animais são para elas benesses divinas” (MARIN, 1999, p. 26). Ou seja, natureza e sobrenatureza se mesclam e se complementam nesse mundo em que terra e trabalho se sintonizam sazonalmente.

Consumo e novas tecnologias

Na verdade, desde que receberam lotes de terra no estado do Rio Grande do Sul, no final do século XIX, os imigrantes italianos e seus descendentes tiveram que lidar com o mercado. Enfim, de forma mais ou menos marcada, sempre

¹¹ As capelas, mais que lugares de culto, são espaços de sociabilidade e, de certa forma, divisões administrativas; elas congregam os moradores da área e são administradas pelos fabriqueiros ou responsáveis, que são submetidos à autoridade do padre. Tradicionalmente, além da Igreja propriamente dita, fazem parte da capela a escola, a copa e o cemitério. Ainda hoje, a diocese de Caxias do Sul possui a zona rural organizada em capelas, num total de cerca de 650. Sobre as capelas, ver Azevedo (1982).

estiveram ligados aos ditames do capitalismo brasileiro e com as suas desiguais formas de transação. O que se observa, contudo, nas últimas décadas, devido ao ingresso das mídias no mundo camponês, é o estabelecimento de regras mais agressivas de mercado e formas de consumo.¹²

Este consumo pode ser analisado de diferentes perspectivas quanto ao universo feminino. De um lado, trouxe novas necessidades para essas mulheres que, com a renda advinda do trabalho na terra, em que os valores de troca nem sempre são satisfatórios, sentem-se desprestigiadas diante do quanto trabalham e do que podem, de fato, consumir. Os valores de uso e de troca começam a ser questionados, e a associação valorativa tempo/trabalho passa a fazer parte das trocas comerciais. Essa avaliação foi apresentada a Zanini, quando numa feira urbana em Santa Maria comentava com uma entrevistada acerca de quantas dúzias de ovos teriam que ser vendidas para se comprar material escolar para as filhas poderem estudar satisfatoriamente. Este tipo de raciocínio implica, igualmente, uma nova consciência acerca do mundo camponês e do lugar desigual que o produto do trabalho feminino adquire no mercado. Tal raciocínio sustenta ainda o baixo estímulo que muitos pais têm dado a seus filhos para que continuem trabalhando na terra.

De outro lado, contudo, observa-se que o ingresso das novas tecnologias no universo doméstico trouxe mais liberdade a essas mulheres. Entres os objetos, citam-se os fornos elétricos com *timer*, fogões mais potentes, máquinas de lavar roupa, entre outros eletrodomésticos que costumam figurar nos desejos de consumo das descendentes de imigrantes italianos, embora o forno micro-ondas não tenha ingressado com tanta força no seio dessas famílias rurais. Quanto aos padrões estéticos do mundo urbano, o que se observa é um desejo de consumir vestimentas melhores e produtos de higiene e beleza mais elaborados. Contudo, novamente o raciocínio acerca do quanto precisam trabalhar para poder comprar tais produtos faz com que restrinjam seu uso àqueles artigos que consideram de maior necessidade, tais como sabonetes, xampus, dentifrícios.

Ao assistir televisão com as descendentes, Zanini (2006) costumava ouvir muitos comentários acerca dos padrões de consumo impostos pela televisão e as dificuldades que as famílias enfrentavam para mostrar aos mais jovens que estes não poderiam ser mantidos com a renda que obtinham com a terra. Essa preocupação era maior quando havia algum membro mais jovem, estudando na cidade.¹³ Geralmente poder manter um filho na cidade era compreendido como

12 Entendemos consumo conforme Canclini (1996, p. 66), para quem “o consumo é visto não como mera posse individual de objetos isolados, mas como a apropriação coletiva, em relações de solidariedade e distinção com outros, de bens que proporcionam satisfações biológicas e simbólicas, que servem para enviar e receber mensagens”.

13 Em seu estudo na região central do estado com mulheres rurais, Ronsini (2001) observou: “É este quadro que leva a mulher, através do melodrama, a transcender seu estilo de vida, ora em termos morais, ora em termos materiais. Ela deseja viver concreta e/ou vicariamente o universo urbano ou rural construído pela TV”.

grande investimento e certo “sacrifício”, pois, além de abrir mão dessa força de trabalho, necessitavam auxiliar com gastos para a manutenção do jovem.

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que recebe muitos estudantes da região central do estado, há moradia estudantil para aqueles que, comprovando baixa renda, conseguem ter acesso ao ensino médio, médio técnico e superior com uma boa assistência estudantil. Nessa população estudantil, há um expressivo número de filhos de colonos italianos, alemães, poloneses e de outras ascendências, que encontram na universidade uma forma de ascensão social. O número de estudantes mulheres é alto. Para elas, o ingresso no meio universitário é visto como grande conquista.¹⁴ Contudo, como Brumer e Anjos (2008) ressaltam, são os excluídos da herança da terra que procuram a cidade e a escolarização.

Em relação à televisão especificamente, cabe ressaltar que ela tem sido um elemento extremamente importante como fonte de reflexividade e de questionamentos acerca da importância de seus projetos pessoais em relação ao que delas se espera enquanto mulheres no mundo camponês. De certa forma, essas mulheres descendentes têm tido suas subjetividades e concepções do eu transformadas, em especial devido à importância das novelas em suas rotinas. As novelas costumam ser muito apreciadas e trazem novos olhares sobre consumo, sexualidade e autoridade masculina (ZANINI, 2005).¹⁵

Além disso, pode-se pensar, no tocante ao mundo do trabalho camponês, como ressalta Souza (2004), em maior tendência à individualização do trabalho agrícola no interior das famílias camponesas. Com certeza, este é um tema que mereceria mais estudos, em especial ao concomitantemente levar em conta as relações de gênero e geracionais. Pensando-se no crescimento do turismo rural e das agroindústrias entre os colonos italianos, observa-se muitas vezes que, embora a família trabalhe em conjunto, determinadas atividades acabam sendo delegadas mais fortemente a um membro familiar. Exemplo disso são o fabrico dos queijos ou das compotas e geleias, atividades geralmente vistas como femininas.

Quanto ao maquinário agrícola, ele tem trazido maior independência para a mulher, que pode se dedicar mais ao mundo doméstico e elaborar produtos que podem gerar renda extra, tais como massas, queijos, geleias, pães, bolachas, sucos, artesanatos, entre outros. O queijo, nas trocas de mercado, é visto como um produto altamente positivo, pois traz bom retorno em lucro mercantil. Na cidade de Santa Maria, o queijo colonial é muito procurado nas feiras e no comércio, devido a seu sabor mais marcante e sua textura mais encorpada. Essas

14 Bourdieu (2008, p. 37) aponta para um descrédito dos “valores camponeses” e consequentemente do valor do camponês e demonstra como as mulheres “parecem mais predispostas a aceitar desde a escola as novas exigências do mercado de bens simbólicos”.

15 Em seu estudo no Egito, Lila Abu-Lughod (2003) observou essas mudanças em relação às mulheres egípcias também que saíam do mundo camponês e iam trabalhar na cidade por meio dos melodramas televisivos.

novas formas de agregar valor a produtos tornam as relações de troca menos desiguais e permitem que as mulheres possam ingressar com mais igualdade nas relações de consumo. Uma das queixas mais comuns ouvidas das mulheres mais velhas era acerca do preço dos medicamentos e a preocupação que o envelhecimento trazia para elas. A aposentadoria feminina aliviou um pouco essa tensão; contudo, envelhecer com qualidade de vida é uma grande preocupação entre elas, que observam as localidades rurais se esvaziando e muitas propriedades se tornarem sítios de lazer para as camadas médias urbanas.

Como ressalta Bourdieu (1997, p. 15) em relação à família camponesa, nas tensões, por vezes, mais estritamente subjetivas na aparência, “exprimem-se frequentemente as estruturas mais profundas do mundo social e suas contradições”. Quanto ao *habitus* camponês, que disciplina corpos, mentes e sentimentos, ele faz-se melhor observar nas contradições das reproduções absolutas, revelando-se o quanto a mulher camponesa ainda necessita conquistar espaços e voz. Talvez a maior de todas as conquistas seja reconhecer suas próprias demandas como legítimas e não desnecessárias e/ou contingenciais, como são por vezes comumente postas na divisão dos bens e recursos da produção.

Considerações finais

Ao considerarmos o percurso coletivo dos migrantes italianos e seus descendentes, pudemos explicitar que a vida das mulheres camponesas tem se alterado em vários sentidos. Essas mudanças estão ainda referidas à estrutura de autoridade familiar, que atribui tradicionalmente ao pai maior responsabilidade e autoridade na gestão e, por consequência, maior capacidade de decisão no projeto familiar. Em grande parte, os valores que legitimam tal sistema de autoridade ainda guardam muito da estrutura patriarcal italiana do mundo camponês de origem, no qual a voz feminina poderia se manifestar, mas não era necessariamente ouvida ou respeitada. Naquele mundo de autoridade masculina, o pai era o patrão e o organizador do trabalho na unidade familiar camponesa, posição que o colocava diante da necessidade de desesperadamente alocar mão de obra familiar, independentemente dos princípios que regulavam as relações de gênero. Assim, as mulheres trabalhavam na lavoura em pé de igualdade, mas as tomadas de decisão e o fruto da produção não eram equitativamente distribuídos.

Um fato comum nas colônias italianas no Rio Grande do Sul tem sido o envelhecimento da população camponesa e também um investimento cada vez maior no estudo dos filhos, justificado pela dificuldade que muitos colonos atestam na vida camponesa, sujeita a muitas flutuações decorrentes de fatores naturais e sociais. Além disso, diante do processo de democratização e imposição do ensino básico, frequentemente o estudo se torna, para as mulheres, uma forma de emancipação do jugo familiar.

Em consonância com a condição de opressão histórica do camponês, a situação social das mulheres aqui consideradas é também desprivilegiada. A opressão se apresenta de forma sutil, também pelo fato de serem as mulheres consideradas, em muitas situações, como incapazes ou complementos, motivos pelos quais seu trabalho seja visto principalmente como “ajuda”. As feiras urbanas na cidade de Santa Maria têm mostrado que elas, ao poderem comercializar seus produtos e gerir seu dinheiro, investem grande parte do mesmo na melhoria de sua qualidade de vida e no estudo dos filhos. Nessas feiras, o fato de serem “colonas” deixa de ser visto como negativo e passa a funcionar como um selo de autenticidade da qualidade dos produtos ditos “coloniais”.

Conforme observado pelas autoras, a gestão dos recursos, mesmo que pequenos, tem gerado uma autovalorização entre essas mulheres que, ao comprarem eletrodomésticos para lhes auxiliar nas tarefas domésticas ou investirem em bem-estar, se sentem cidadãs e se redefinem em termos de participação no contexto familiar e coletivo.

A assunção de uma identidade de agricultora familiar ou de produtora rural, inclusive com seus nomes sendo inscritos no bloco do produtor, reforça esse deslocamento de posição social, facilitando também a aquisição de direitos previdenciários e da aposentadoria rural.

Concluimos que, apesar das dificuldades aqui listadas e partindo de processos de reflexividade acerca de sua condição (ORTNER, 2007), essas mulheres têm conseguido se situar e se colocar frente aos desafios que têm sido a elas apresentados, tais como protagonismo na gestão de recursos financeiros.

Referências:

ABU-LUGHOD, Lilá. Melodrama egípcio: uma tecnologia do sujeito moderno? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 75-102, 2003.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*. Rio de Janeiro/ Brasília: Catedra/INL, 1982.

BAILEY, F. G. Gifts and Poison. In: BAILEY, F.G. (Ed.). *Gifts and Poison: the Politics of Reputation*, Basil Blackwell, Oxford, 1971. p. 1-25.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Revista de Estudos Feministas/UFSC*, v. 12, n. 1, abr. 2004.

BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: LINS, Daniel (Org.). *Cultura e subjetividade: saberes*. Campinas: Papirus, 1997. p. 8-15.

_____. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 2008.

- BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PREVESLAU, Clio; ALMEIDA, F. Rodrigues; ALMEIDA, J. Anécio (Orgs.). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: EDUFMS, 1996.
- BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 6-17, jan./jun. 2008.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1996.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, 2001.
- CHIAMULERA, Márcia. Identidades em performance: um estudo etnográfico sobre as festas de capela no “berço” da Quarta Colônia de Imigração Italiana/RS. Santa Maria, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, 2010.
- DUBAR, Claude. *A crise das identidades*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- FAVARO, Cleci Eulália. Mulher, sinônimo de trabalho: papéis sociais, imaginário e identidade feminina na Região Colonial Italiana no Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 22, n. 211-229, 1996.
- FILIPETTO, Márcia Cristina. O que mudou nos idosos de São João do Polêsine na visão dos filhos. Santa Maria, 1999. Monografia (Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano) - CEFD, Universidade Federal de Santa Maria, 1999.
- FROSI, Vitalina M. A linguagem oral da região de colonização italiana no sul do Brasil In: MAESTRI, Mário. *Nós, os ítalo-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- KAUTSKY, K. *A Questão Agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

- MARIN, Elizara Carolina. Descendentes italianas: oração, festa e trabalho. In: MARIN, Jéri Roberto (Org.). *Quarta colônia: novos olhares*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 25-35.
- MELO, Lígia Albuquerque de. *Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira – PE*. 2003. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ORTNER, Sherry. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, 2007.
- PAULILO, Maria Ignez S. *Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./ abr. 2004.
- PAULILO, Maria Ignez. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis, n. 21, abr. 2000. Disponível em: <www.cfh.ufrsc.br/~naf/doc/mma.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2010.
- RENK, Arlene. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.
- RONSI, Veneza Mayora. Mulheres e melodrama: sonhos vicários. In: SILVEIRA, Ada Machado. *Representações e identidades: três estudos em comunicação*. Santa Maria: Facos, 2001. p. 83-106.
- SANTOS, Miriam de Oliveira. *Bendito é o fruto: festa da uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos de Caxias do Sul – RS*. 2004. Tese (Doutorado) - PPGAS/Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- SCHAAF, Alien Van Der. *Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- _____. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 412-442, 2003.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1990.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade Camponesa e Identidade Étnica (Um estudo de caso). *Anuário Antropológico*, n. 91, 1993.
- SILVA, Isadora Tomazi da. *Trabalho-terra-família: a identidade da trabalhadora rural*. 2008. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, 2008.
- SOUZA, Marcelino de. A tendência de individualização do trabalho agrícola no seio das famílias da região sul do Brasil na década de 90. *Agrociência*, v. 8, n. 1, p. 51-60, 2004. Disponível em: <www.fagro.edu.vy>. Acesso em: mar. 2007.

- TEIXEIRA, Sérgio Alves. *Os recados das festas*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988.
- VENDRUSCOLO, Rafaela. “*Somos da Quarta Colônia*”: os sentidos de uma identidade territorial em construção. 2009. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, 2009.
- WEIL, S. *O enraizamento*. Bauru: EDUSC, 2001.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS. 2002. Tese (Doutorado) – PPGAS, Universidade de São Paulo, 2002.
- _____. Assistir, ouvir, ler e narrar: o papel das mídias nas construções identitárias étnicas. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 48, n. 2, p. 700-736, 2005.
- _____. *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*. Santa Maria: EDUFMS, 2006.
- ZORZI, Analisa. Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf Mulher em Ijuí-RS. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

O “BOM” CASAMENTO EM ÁREAS DE FRONTEIRA OU A DIFÍCIL AUTONOMIZAÇÃO DAS “TAREFAS” FEMININAS EM ÁREA DE FRONTEIRA

*Xavier Arnauld de Sartre**

*Laurence Granchamp Florentino***

*Gutemberg Armando Diniz Guerra****

*Luiza Mastop-Lima*****

*Ailce Margarida Negreiros Alves******

*Hélène Guétat-Bernard******

Nas principais alternativas que têm permitido a reprodução do camponado brasileiro, recorrentemente o papel da mulher é subestimado, a tal ponto que aparece como negado. Para o caso das frentes pioneiras, no imaginário coletivo associadas ao desbravador da floresta virgem, elas são preponderantemente concebidas como espaço masculino, do qual as mulheres estão ausentes, ou pelo menos significativamente sub-representadas em comparação com outras tantas daquelas alternativas (HENRÍQUEZ, 1985; LEFFERTS, 1977; THÉRY; MELLO, 2005). Todavia, concebidas como universo de violência e competição no acesso à terra, a coesão de um grupo de parentes é amplamente necessária. Posto que o trabalho dos homens é procurado e valorizado nessas regiões, a mulher pode “ajudar”, tal como também registrou Garcia em outro contexto situacional (1983), mas não é vista como capaz de realizar as tarefas de preparo da terra.

Muitas vezes concebida como projeto para instalar os filhos na terra, a migração para a fronteira torna essa mão de obra indispensável também para o pai. As filhas não recebem terra, a não ser que elas sejam casadas e que o esposo acompanhe a migração para a frente pioneira. Todavia, essa posição subordinada não implica que elas não tenham uma participação efetiva no processo produtivo, mas que o seu trabalho passa por um processo de invisibilização, em

* Doutor em Geografia, pesquisador no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS, França), Unité Mixte de Recherche Société Environnement Territoire.

** Doutora em Sociologia, professora de Sociologia na Université de Strasbourg (França), Laboratoire Cultures et Sociétés en Europe.

*** Doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento, professor do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará.

**** Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, professora da Universidade Federal do Pará, Campus Marabá.

***** Mestre em Estudos comparativos sobre o desenvolvimento.

***** Doutora em Geografia, professora de Sociologia na Universidade de Toulouse 2 (França), Laboratoire Dynamiques Rurales.

função de valores em que o homem, esposo e pai de família se apresente como provedor (CARNEIRO, 2002). Em consequência essa invisibilidade socialmente construída do seu trabalho tem como paralelo uma desigualdade na transmissão da terra. O fato de serem as primeiras vítimas desse sistema de valores que organiza a família, inclusive campesina (ARAÚJO, 1993; ARNAULD DE SARTRE, 2012), explica em parte a saída das mulheres do campo para a cidade. Se os camponeses vivem quase exclusivamente nas zonas rurais, existe uma seletividade baseada no gênero diante do êxodo rural – as mulheres migrando mais para a cidade do que os homens (BRUMER, 2008). A falta de reconhecimento do trabalho da mulher pode ser considerada como hipótese, contribuindo para explicar essa opção de as mulheres irem para a cidade.

Segundo esse ponto de vista, pode-se pensar que, exceto a concepção de crianças – que de preferência devem ser do sexo masculino –, a reprodução do campesinato em situação de fronteira é, de forma dominante, uma questão masculina. Com efeito, nessa linha de raciocínio as mulheres tenderiam sobretudo a uma ação contrária aos interesses dos camponeses, visto que elas estariam negando os investimentos na inclusão em fronteira agrícola. No entanto, sexualizar a reprodução do campesinato nos parece um erro fundamental, uma vez que a ideia está associada à visão dicotômica dos papéis masculinos e femininos.

Autores como Butler (2003) ou Longhurst (2002) colocam-nos um problema relacionado à temática de gênero, assim como a de corpo e sexualidade, em que o uso da categoria “mulheres” é posto em questão, ainda que no plural. Segundo os autores, usar a categoria “mulheres” é uma forma de pensá-las como unidade e, dessa forma, pensar uma identidade feminina.

Os mesmos autores mostram ainda que, quando relacionamos a categoria mulheres com marcadores sociais – classe, raça, idade, etnia e sexualidade –, ela parece apresentar uma incompletude essencialista. Não há como discutir identidade de gênero, sem que se discuta identidade e vice-versa, pois os sujeitos feminino e masculino (LONGHURST, 2000) se constroem em contexto social no qual há a noção de pessoa operando, bem como a construção do corpo e os possíveis usos e significados dele, assim como diversas formas de pensar e viver a sexualidade e de se relacionar entre si.

Nesse sentido, compartilhamos a ideia de que, apesar de existir diversidade de participação dos dois sexos na reprodução do campesinato, ela não se manifesta da mesma forma em todos os lugares; pode variar numa mesma sociedade ou em um grupo social, porque diferentes e diversas são as formas de se construir mulher e homem no campesinato brasileiro. A divisão sexual dos papéis nada tem de natural: é uma construção social. Não é pelo fato de se ter nascido com um corpo definido socialmente como feminino ou masculino que se aprende a ser mulher ou homem de maneira única (BUTLER, 2003; LAQUER, 1992). Esta crença se desdobra ainda na naturalização de afirmativas tais como: carregar peso é “serviço para homem”, às mulheres cabem as tarefas considera-

das “mais leves”. Tão pouco essas fronteiras são estáticas, sem flexibilidade ou “rasuras”, para lembrar o termo cunhado por Hall (2000), ao discutir a questão da identidade em tempos de globalização.

Em áreas de colonização, esses papéis, definidos por normas bastante fortes, têm dificuldade de ser alterados. Se o caráter socialmente construído dessa norma parece evidente, em casos de contestação a dificuldade encontrada para tanto é marcante. Várias mulheres não conseguem autonomia em áreas de fronteira. Da mesma forma os homens não conseguem viver sozinhos. Evidencia-se assim a importância do casamento, e em particular do “bom” casamento (ARNAULD DE SARTRE, 2012).

Neste artigo mostraremos que, nas dimensões de reprodução do campesinato brasileiro, as mulheres são menos presentes do que os homens. No entanto, isso não significa que o casamento perca seu papel nessas áreas. A presença de homens e mulheres é condição da reprodução do campesinato, até porque a migração para área de fronteira só tem sentido se for um projeto familiar. Em torno do casal está construída uma norma de separação das esferas feminina e masculina, tornando difícil a vida para solteiros em tais áreas.

A surpreendente ausência de solteiros em áreas de fronteiras

É fato que em todas as frentes pioneiras do mundo os homens seriam mais presentes do que as mulheres. Ora, os dados dos censos do IBGE, entre 1970 e 2000, mostram (Gráfico 1) claramente que, no caso do Brasil, nas zonas de fronteira (Norte e o estado do Pará), existe uma proporção de mulheres um pouco menos importante do que no resto do país. Portanto, a divisão das mulheres entre as zonas rurais e urbanas é superior às médias nacionais. As migrações de mulheres para fora da zona rural, observáveis a partir dos anos 1990, se inicia depois de outras regiões brasileiras. A menor proporção de mulheres na zona rural não parece ter relação com o fato de ser uma região de fronteira (se fosse o caso, a proporção de mulheres seria menor a partir dos anos 1970), mas com fenômenos que parecem recorrentes no Brasil inteiro.

Duas pirâmides de idade de áreas de fronteira paraense, obtidas a partir de pesquisas de campo (Gráfico 2), permitem visualizar a estrutura da população de áreas rurais de fronteiras por sexo e idade. Para obter essas pirâmides, foram aplicados questionários em 51 famílias (todas vizinhas, que informaram sobre a integralidade dos residentes da área) de três localidades de colonização do sudeste paraense, duas na microrregião de Marabá (Maçaranduba, município de Nova Ipixuna, e Palmares, município de Curionópolis) e uma nas áreas de colonização mais recente, num travessão situado ao longo da Transamazônica (esse travessão sai do quilômetro 332 Sul, no município de Pacajá). Essas áreas foram colonizadas nos anos 1990, embora mais da metade das populações entrevistadas chegasse entre 1995 e 2000 a Palmares e Pacajá, e mais cedo

(primeira metade dos anos 1990) a Maçaranduba. Para poder contrapor a pirâmide de idade nessas áreas à situação de fecundidade das famílias, projetamos a pirâmide de idade que seria observável caso todos os membros das famílias dos respectivos chefes que entrevistamos estivessem morando nas localidades. Observam-se diferenças claras entre os dados das duas localidades.

A forma geral dos gráficos, que nem podem ser chamados de pirâmides de idade, pelo tanto que a base da suposta pirâmide é estreita, é explicável pelo fato de que se trata de populações de migrantes – condição que explica uma sub-representação de algumas faixas etárias. Confirma-se que, de forma geral, há menos mulheres nessas localidades do que homens (44% e 56% respectivamente). Se até os 14 anos a proporção de mulheres e homens é comparável, isso começa a mudar a partir dos 15 anos e, muito mais marcadamente, nas faixas etárias de 25 a 35 anos. Depois dessa idade, a proporção continua a ser a mesma. Isso significa que estamos diante de um fenômeno recente de saída das jovens das zonas rurais; ou estamos diante de um fenômeno estrutural (em certas idades, as mulheres teriam maior tendência do que os homens de irem embora das regiões rurais). Se refletirmos mais detalhadamente sob a perspectiva conceitual da estrutura da população, e também levando-se em conta as localidades em que foram aplicados os questionários (Gráfico 3), as mulheres representam 40% (travessão 338 Sul) e 47% da população dessas áreas (Maçaranduba). Quanto mais recente e isolada for a fronteira, menor se encontra a proporção de mulheres.

Esse fenômeno já foi constatado e estudado em outras zonas rurais do Brasil (ver o mais recente: Brumer, 2008). Anita Brumer explica o fenômeno muito menos por fatores como a modernização da agricultura e pela melhor possibilidade de emprego para as mulheres nas cidades do que por fatores ligados ao funcionamento das famílias camponesas: as mulheres são desfavorecidas pela divisão sexual do trabalho e pelos processos de herança da terra. Queremos ampliar essa análise acrescentando dois outros fatores que são importantes nessas zonas rurais – que decorrem tanto das análises de Brumer quanto das nossas pirâmides. Com efeito, essas últimas mostram que a saída de mulheres das zonas rurais é, sobretudo, daquelas entre 15 e 35 anos, ou seja, as mais jovens. Para as outras faixas etárias, não se observa uma proporção significativamente diferente de ambos os sexos.

Para as faixas etárias mais elevadas, até os 60 anos, a proporção de homens é bem menor do que nas faixas etárias mais jovens. A diferença é em boa parte explicável pelo fato de as famílias terem por vezes uma dupla residência rural/urbana, destinada a assegurar a escolarização dos filhos acima da quarta ou da oitava séries (GRANCHAMP FLORENTINO, 2000). Mas esses resultados também podem ilustrar que os homens solteiros são poucos, confirmando que o casamento está na base da vivência nas áreas de fronteira (como também mostram ARNAULD DE SARTRE, 2012; FELIX, 2008).

A Tabela 1 é uma fotografia das condições matrimoniais dos agricultores nas áreas de colonização aqui consideradas.

Tabela 1 – Estatuto matrimonial dos agricultores nas áreas da amostra

Municípios	Solteiros	Separados	Unidos	Viúvos	Total
Maçaranduba	-	3	43	5	51
Pacajá	4	6	39	2	51
Palmares	1	7	39	4	51
Total	5	16	121	11	153

Se pelos nossos dados há uma proporção maior de solteiros em área mais isolada de fronteira, correlativamente com menor proporção de mulheres (Pacajá), ela não é, de um ponto de vista estatístico, significativa. Essa defasagem poderia ser explicada, como muitos agricultores fazem, pela complementaridade dos papéis dos homens e das mulheres.

O trabalho e a ajuda – Norma e interpenetrações no espaço familiar camponês

Nas áreas onde foram aplicados os questionários e em outra localidade da Amazônia oriental (Benfica), procuramos caracterizar e entender as relações de trabalho em famílias camponesas. O termo trabalho pode ter pelo menos dois sentidos principais: o sentido da obra ou das realizações que dão um significado à vida; e o sentido da tarefa, repetitiva e sem grande importância – como já observou Veblen em *A distinção entre a proeza e a tarefa coincide com a separação dos sexos* (VEBLEN, 1899, p. 4). Mas diferentemente da interpretação elaborada por esse autor, divisão sexual do trabalho não é natural: funciona apenas como uma norma socialmente construída. Como os depoimentos dos agricultores e das agricultoras na fronteira atestam, essas delimitações não são nada fixas ou impermeáveis.

Na modernidade, o trabalho voltou a ter outro sentido: o da realização de si mesmo, associado a uma forma de autonomia, em particular para as mulheres que tiveram acesso a um trabalho assalariado, portanto, principalmente as mulheres urbanas. Contudo, as mulheres encontradas na área de fronteira agrícola muitas vezes tiveram que renunciar à autonomia alcançada em um ou outro momento da sua vida, geralmente quando moravam na cidade. Assim, parece-nos importante ressaltar a diversidade de trajetórias das mulheres, e como as mesmas influenciam no tipo de relacionamento do casal, tanto do ponto de vista da divisão das tarefas, como nas suas possibilidades de construção de um espaço de autonomia ou de reconhecimento/valorização da sua contribuição.

A norma em relação à qual são descritas as atividades de cada sexo em casais da fronteira reafirma a definida por Afrânio Garcia. O marido assegura a produção dos grãos e do gado, além de se encarregar dos trabalhos mais pesados: aqueles associados à força física, como derrubada de mata ou preparo da terra para plantar. A mulher cuida, em primeiro lugar, das tarefas domésticas de limpeza e confecção das refeições, bem como dos pequenos animais e, quando tiver, do quintal.

Pesquisadora: Por que são os homens que plantam o arroz?

Antonio: É porque sempre as mulheres não sabem plantar, né? Aí os homens quem plantam só[zinhos].

Pesquisadora: E quando a mulher fica só, ela faz?

Antonio: Não faz, não! Faz só assim, ir lá na roça capinar mato, [a]panhar um feijão, quebrar o milho, [a]panhar um arroz, mas outro serviço assim de roça mesmo, não vai; pra derribar [derrubar] também não vai, né, plantar, também, só se for plantar alguma cova de melancia, um milho, uma coisa assim, mas outro legume ela não sabe, né?

Pesquisadora: Não se ensina para as mulheres como fazer?

Antonio: Ensina! Ensina!

Pesquisadora: Mas elas não podem fazer?

Antonio: É, não pode porque elas têm o serviço de casa pra fazer, né? Aí o homem não vai ficar em casa, deixar a mulher e mandar ela ir pra roça e o homem ficar em casa, né? Aí o homem vai pra roça e a mulher fica em casa.

Pode-se observar aqui a resposta firme que justifica a divisão do trabalho entre os sexos pela natureza dos corpos masculinos e femininos. O saber é, na realidade, associado ao poder físico, como se pode deduzir do tipo de trabalho agrícola que a mulher seria capaz de realizar. Ao final, podemos entender que é a mesma norma de divisão do trabalho que define o lugar da mulher no espaço doméstico; é ela que impede a mulher de participar ativamente dos trabalhos agrícolas.

Segundo a norma, as grandes decisões que poderíamos chamar de estratégicas são da responsabilidade do marido, que pode até consultar a sua esposa, não significando que o ponto de vista da mesma possa levá-lo a reavaliar a sua decisão. Na fala dos homens, essa postura é muito comum, tal como exemplifica Antônio, esposo de Santana:

Antonio: É, tem a condição, que às vez o cabra quer, quer ir pra um movimento assim e a mulher discorda [discorda] que não quer, né? Aí, aquilo eu acho muito, muito ruim, né? Às vezes o cabra quer ir pra um caminho certo, aí a mulher já quer tirar pra ir pro caminho errado, né? Aí descontrola, né?
[...]

Pesquisadora: Mas e aí, sempre são os homens que estão certos, eles decidem, é a mulher que tem que seguir, que aceitar?

Antonio: Eu acho que a mulher tem que seguir os passos que o homem dá, né? Se ela não quer seguir os passos que o homem quer fazer, aí nada [vai] em frente; os dois têm que andar tudo combinado certo, né? Porque se não combinar, não, nada vai pra frente.

A norma que define o projeto familiar no casamento

Pode-se considerar essa postura como típica do pensamento tradicional, que confere ao homem a responsabilidade e o poder de decidir. O uso da metáfora da dança é bem ilustrativo: o homem tem de “dar os passos”, a direção, e a mulher tem de acompanhar, senão “descontrola”, torna-se impossível ir para a frente.

Contudo, existem duas situações observadas nas quais essa norma foi contrariada. A primeira se relaciona com a participação dos homens no universo feminino, prestando uma “ajuda” nas tarefas dela; e a segunda é inversa, quando as mulheres separadas ou viúvas têm de operar no universo masculino, para assumir a responsabilidade das atividades agrícolas.

É o caso de Mateus, um jovem agricultor recém-assentado (que tem um discurso totalmente semelhante ao de Antônio em relação à divisão sexual do trabalho):

Pesquisadora: E você pode ajudar no trabalho dela também?

Mateus: Pode!

Pesquisadora: E faz o que quando ajuda?

Mateus: Ah ! Ajudo a lavar roupa quando precisa, né? Mas é mais no caso da doença, né? Mas quando está bom assim, tem as tarefas da gente, aí a gente se ocupa mais naquilo. Mas se vier o caso, né, igual ao que aconteceu com meu irmão, que a esposa dele viajou, ele fazia tudo! Cuidava da casa, lavava roupa, e ainda trabalhava na roça. Então, a gente sabe fazer um

pouquinho, pode fazer um pouco de comida, lavar um pouco de roupa... não faz igual a ela, né? Que uma vez eu desci pra lavar a minha roupa lá, e quando vim, pensando que eu tinha ido, ela tinha chegado. Não sei se a roupa ficou boa! A gente ajuda, sim. Se a minha tarefa foi pouca, aí estou desocupado, dói na consciência, [se] não vai ajudar ela. Porque ela levanta cedo, precisa ficar na frente do curral pro gado não sair, aí ela fica, e aí ela ajuda a gente, a gente ajuda ela também! Vai vivendo nessa parceria assim, até Jesusinho [Jesus Cristo] aí decidir!

Ou ainda o Sr. A. Borges (Gogó):

Pesquisador: Nesses trabalhos que o senhor faz, o senhor faz sozinho ou com a esposa?

Sr. Gogó: Eu sempre faço mais meus meninos. É, à esposa pertence aqui o pilão, a cozinha, a viagem do poço, lavagem de vasilha, uma roupa, o varrer do terreiro, mexer com algum bicho, quando cobra um pouco.

Pesquisador: O trabalho de debulhar a fava é normalmente o senhor que faz? [ele estava justamente fazendo esta atividade quando da realização da entrevista]

Sr. Gogó: Não, normalmente é ela. Eu faço na hora em que tá apertada, que quase eu não tenho tempo pra isso, mas quando ela tá apertada eu faço.

Pesquisador: E as meninas fazem o quê?

Sr. Gogó: Elas estudam, chegam, lavam os pratos, ajudam a cuidar de alguma coisa.

Pesquisador: E a esposa do senhor faz o que durante o dia, desde que ela acorda até a hora que ela vai dormir?

Sr. Gogó: Ela, o pão pra nós comer né, e daí continua, vai pro pilão pisá o arroz, vai lavá uma vasilha, uma roupa. À tarde é a mesma coisa, o caminho da cozinha nunca se acaba, né, é a que trabalha mais da família é a cozinheira, e nunca acaba o serviço da mulher, ela começa de manhã, e se bobear ela vai à noite e não dá conta talvez. Eu sempre tenho prestado atenção. Muitas vezes o homem tem que se orientar e ajudar a mulher porque ela talvez não dá conta de fazer [tudo] durante o dia.

Nessa descrição das normas de repartição do trabalho no quotidiano entre homens e mulheres, o último percebe muito bem a diferença entre trabalho e tarefa, mas os dois entrevistados consideram igualmente que o papel de “bom esposo” necessita de vez em quando que ele intervenha no domínio feminino, se a esposa não estiver em condição de encarregar-se de todas as tarefas. Essa intervenção é vista como uma “ajuda” sempre pontual e geralmente parcial – não se trata de redefinir os papéis, pois os homens têm fortemente consciência de ultrapassar esta fronteira. No caso de uma substituição mais ampla nas tarefas femininas pelo homem, este tem o cuidado de sublinhar que não dispõe das competências iguais às da mulher para esse tipo de tarefa (como no caso do Mateus e a limpeza da roupa). Portanto, o mesmo termo de “ajuda” pode ser utilizado todas as vezes que um ou outro sexo é chamado para realizar tarefas normalmente devidas ao outro.

Mas como toda norma, em particular na agricultura familiar (NEVES, 1995), regras e estruturas devem ser analisadas como criações sociais. Essa norma sofre variações, dentro das quais a mais significativa parece ser quando uma mulher orienta o funcionamento do estabelecimento agrícola e dá a impressão de que é o esposo quem ajuda.

Autonomia da esposa ou “casamento em genro”?

Em alguns casos da amostra, foi observada uma forma de relações de gênero que daria mais poder à esposa. As esposas são proprietárias da terra, contratam crédito no próprio nome e são responsáveis pelas relações com as associações locais ou mesmo regionais. Ela pode parecer surpreendente em relação ao ideal típico que acabamos de caracterizar. O caso da Rosemar é característico dessa situação:

Entrevistador: Então, tu ganhas mais dinheiro que o Fogoio porque és tu que faz os negócios?

Rosemar: É, é, eu quem faço os negócios, daqui, dacolá é eu quem ganha mais dinheiro que ele mermo, porque ele não quer sair de casa, “tu vás, tu! Sempre és tu mesma que resolve tudo, e aí tu vás e aí eu fico aqui”. Ele fica só no serviço dele aí.

Entrevistador: E como tu te queixas que tem de pedir dinheiro pra ele, se és tu que ganhas dinheiro? Tu vendes as coisas...

Rosemar: Mas, muitas das vezes, o dinheiro dele não dá nem para fazer as coisas que tem que fazer [risos]. Tem que pedir a ele mesmo, ele é que tem que se virar. Aqui, o negócio é assim: pra fazer compra fora eu mesmo é

quem vou direto. Sempre o povo diz assim: “vem cá, tu não és casada, não?”. “Eu sou casada, graças a Deus, sou mãe de oito filhos”. “E cadê teu marido?” “É porque nós temos o que fazer. Nós não podemos sair os dois. Quando um sai, o outro fica”. Agora, em festa, eu sempre vou. Festa! Gosto de festa, mesmo! Gosto de brincar. Gosto de beber um goró [risos]. Agora o Fogoió é maranhense, mas é do maranhense velho das pernas duras, que não sabe dançar. Vai pra festa, fica lá olhando e eu danço mais meus amigos. Danço mesmo! Eu gosto de brincar. Eu acho que é por isso que eu ...

Entrevistador: Mas ele sempre vai junto pra festa?

Rosemar: Vai, ele fica lá, senta num banco lá, dentro de casa, muita das vezes fica fora, e “ô xente! não vai dançar, não? Não, não vou, não”. E aí eu arrocho a dançar mais as minhas colegas. E aqui dacolá que aparece uma Skol, uma 51, uma coisa qualquer e eu estou dentro, bebendo também [risos]. [...] Nós vendemos pra poder pagar a segunda parcela da nossa conta no banco, né. Aí que a gente fez o Pronaf, né, a gente recebeu gado, e aí eu já paguei a primeira parcela, o ano passado, e esse ano tem a segunda parcela pra eu pagar. Que eu ainda não fui porque tá faltando ainda cinquenta reais e aí eu ainda não fui pagar. Mas nós já estamos com o cheque.

Essa situação se repete várias vezes nas entrevistas. Mas em todos os casos, parece que a desigualdade entre os membros do casal já existia como pressuposto do casamento, isto é: a esposa vindo de uma família dotada de mais recursos financeiros do que a do seu marido. Quando nós tentamos saber se o casal tinha dívidas, Rosemar respondeu o seguinte:

Entrevistador: Nem com os pais, com os parentes do Fogoió?

Rosemar: Não. O único débito é esse. O meu pai, eu, pelo meu pai até nem tanto, que fica perto né, que daqui prali não é distante, pra onde o meu pai mora. Agora o pai do Fogoió, eu nunca nem vi [risos]. Não sei nem se ainda é vivo. O povo do Fogoió, aqui ele só tem mesmo de parente só eu e os filhos.

A terra na qual vive hoje o casal foi em parte comprada pelo pai de Rosemar. Quando isso acontece, parece que o genro “ajuda” bastante o sogro no lote dele, reatualizando uma relação de dívida que normalmente se observa entre um pai e seus filhos. Nas famílias camponesas de área de fronteira, não é raro que, quando um pai compra a terra na qual vive seu filho, este continue ajudando sem querer remuneração do seu pai durante anos. Quando o pai não consegue

dar terra a seus filhos, ele corre o risco de vê-los afastar-se em busca de terra ou de emprego, e assim perder essa ajuda. Quanto às filhas, elas se destinam a morar na terra do seu marido, o que pode explicar que alguns pais digam que criar uma filha é uma perda de tempo – pois, quando elas casam, afastam-se do pai e vão para a família do seu sogro. Se o pai compra a terra do seu genro, tal como exemplificado anteriormente, reproduzem-se as mesmas obrigações atribuídas ao filho (ARNAULD DE SARTRE, 2012). Isso é uma solução comum em muitas sociedades camponesas que adotam uma regra de transmissão desigual e orientada para os filhos homens (geralmente o mais velho): a “captação” de um homem pelo casamento para reconstruir uma linhagem, chamado “casamento em genro” (DOUSSET, 2009; TESTART; GOVOROFF; L’ÉCRIVAIN, 2002). Trata-se de uma estratégia praticada em várias regiões do mundo. Foi isso que aconteceu com Rosemar e Fogoió. Só que, depois de um tempo, o casal saiu da área que estava perto da terra familiar e foi buscar outra na região de fronteira. Como a terra foi comprada pelo sogro, está no nome de Rosemar, que fica então responsável pelo contrato de crédito. Na época da entrevista, o casal não tinha mais relações com a família de Rosemar, mas ela continuava tendo uma autonomia frente ao esposo, a ponto de diferenciar esse casal do ideal-tipo da família camponesa.

Esses casos mostram que a aparência de naturalidade das relações ideal-típicas, anteriormente apresentadas, tem na verdade uma base econômica bastante forte: quem compra a terra tem uma capacidade mais forte de negociação no relacionamento do casal. Demonstram assim a importância do casamento e principalmente das condições nas quais esse casamento foi contratado. Tais situações podem explicar por que o casamento tem de ser tratado com cuidado analítico, até mesmo por que a problemática do casamento acaba não sendo a mesma para os homens e as mulheres. A Tabela 2 mostra claramente que, sobretudo em área de colonização recente, os que vivem sozinhos (solteiros e separados) são sobretudo homens.

As mulheres na dependência de um “bom” casamento

Outro caso de contradição da norma de divisão sexual do trabalho encontra-se quando a mulher é viúva, separada ou quando o marido falha ao assumir as suas responsabilidades (como é o caso de alguns maridos bebedores e jogadores). Nessas circunstâncias, as mulheres assumem as responsabilidades dos homens e trabalham na roça, como são os casos de Maria, viúva, e de Luzia, casada com um ex-alcoólico. As duas sempre usaram uma energia fenomenal para garantir a subsistência de uma família numerosa, tanto na roça quanto nas atividades anexas, como quebrar coco de babaçu para tirar óleo ou fazer farinha de mandioca para vender. Assim Luzia conta:

Luzia: Aqui, nós fazemos tanta coisa! Agora mesmo esses dias, eu fui ajudar ele na roça, ali pra plantar o feijão. Ajudar ele engarranchar. Botar o carvão pra queimar, a roça não queimou boa. Teve umas partes que nem a cor não queimou. Aí teve que engarranchar. Aí tirando desse serviço daí, quando ajudo ele, eu só cuido aqui da casa. Eu lavo a louça, roupa e as vasilhas, aí pronto! Porque é muita gente! Mas sempre quando eu tenho tempo, eu ajudo ele, na roça. A gente apanha arroz, quando tem que quebrar o milho, ajudo também, quebrar o ramo... a gente capina o mato do arroz, não é todas as vezes, porque mulher não é como homem, que tem temporada que não pode! Aí eu aproveito mais assim, quando eu posso, aí eu ajudo. Agora, no apanhar do arroz, é direito, todo mundo ajuda pra apanhar arroz.

Essas incursões na esfera de responsabilidade do homem geralmente são percebidas (inclusive pelo próprio esposo) como uma falha da sua capacidade de assumir seus encargos. Com efeito, o trabalho da mulher é considerado como o sinal de que o marido não consegue sustentar a família (GARCIA JUNIOR, 1983). O trabalho do marido dentro do lote é tido como mais significativo, a mulher podendo “ajudar” o marido nos períodos de maior necessidade, às vezes, realizando a comercialização.

Em vários casos, observamos que as mulheres foram associadas pelo pai ao trabalho agrícola durante a infância e juventude. Elas não tiveram oportunidade de estudar porque o pai precisava de toda mão de obra disponível para ajudar a realizar as tarefas agrícolas. Isso significa que a diferenciação sexual das atividades pode se concretizar apenas depois do casamento. E para as mulheres, mais particularmente, quando ganham a primeira criança. Pode-se considerar que o ensino-aprendizagem de técnicas agrícolas do pai para as filhas constituiu uma forma de transmitir, se não um patrimônio material, pelo menos um patrimônio de conhecimentos que pode servir na vida. Este aprendizado foi útil para algumas entrevistadas, na ausência de um nível de escolaridade que pudesse lhes ajudar a pretender um emprego na cidade.

Assim testemunha Luzia:

Eu fui criada assim: o papai levava nós pra roça e tudo era pobre. É muito filho! Ele levava nós pra roça e nós aprendemos a trabalhar mais ele. E aí casei! Meu marido só trabalha de roça, e aí na hora que ele vai pra roça muitas vezes ele reclama: “Mulher fica em casa”. Mas eu fico até doente quando eu fico só em casa! Nós voltamos pra roça mais tu. “Não, não é pra ir, não, pode ficar”. Mas quando ele pensa que não, estou chegando lá, com facão velho, com roçadeira, aí eu chego lá, estou ajudando ele. Aí é plantar mandioca pra fazer farinha... e só não dei conta aqui é de torrar farinha. Mas as outras coisas da farinha, eu sei fazer tudinho.

Apesar do orgulho que transparece nessa última fala, todas as mulheres que tiveram que aplicar esses saberes transmitidos pelo pai para poder sustentar a família avaliam a experiência em termos de sofrimento.

Outro caso é o da Santana, a própria esposa do Sr. Antônio, que expressava uma adesão forte à norma tradicional de divisão sexual do trabalho, antes de casar com ele, quando experimentou por muitos anos a situação de mulher solteira, trabalhando sem ajuda na roça.

Santana: [...] Meu pai morreu, fiquei com oito anos de idade, e aí eu me casei, me ajuntei com um homem. A primeira vez não deu certo, eu não fui, fiquei com o filho dele, aí me juntei; a segunda vez já fiquei com o filho, e daí pra cá fiquei com quatro filhos sozinha e eu fui pelejar pra criar com a ajuda só de Deus. Eu não tinha apoio de irmão, irmão não me apoiava. Nenhum! Eu não tinha apoio dos meus irmãos, somente da minha mãe abaixo de Deus, e minha mãe por mim só. E minha luta foi muito forte, criei meus filhos, já estão do tamanho que estão e trabalhando de roça, era lutando, trabalhando de roça, saía de casa de manhã e aí arrumava uma merendinha pra eles e deixava um pequeno tomando de conta, que tudo era pequenininho, e ia pra roça. [...]

Hoje eu vivo com um homem que não é pai deles, mas, apesar dele não ser o pai de nenhum, me ajuda bastante. Morei oito anos sozinha, hoje tá dentro de cinco anos que vivo com esse homem na minha companhia. Abaixo de Deus tem ele por mim, então hoje eu tenho uma forte ajuda. Abaixo de Deus tem ele que me ajuda bastante, trabalha direito, bota tudo dentro de casa e tá me ajudando a criar. Agradeço muito a Deus em primeiro lugar, em segundo lugar a ele, de ter me dado esse apoio, de me tirar daquele sofrimento em que vivia. Hoje eu trabalho mais ele muito, nós trabalhamos de roça, se ele botar onze linha de roça ou dez ele não pede trabalho que não tem dinheiro pra pagar, quem ajuda é eu mais minhas filhas, nós vamos tudo, até as mais pequenas vão pra roça. Chega cada um com um facãozinho limpando.

Santana expressa aqui tanto um certo alívio de ter encontrado um companheiro que lhe ajude, quanto um certo orgulho em dizer que ela consegue ajudá-lo no trabalho no campo, com participação ocasional das suas filhas. De fato, não é a mesma situação do casal anterior, Luiza e Raimundo. Antônio, não sendo o pai das meninas, não deveria se sentir desprezado, rebaixado pela participação das mulheres. Podemos considerar que, pelo menos na forma que Santana afirma, ela considera essa participação como um retorno da dívida, em troca do trabalho de Antônio, que a ajuda a criar as filhas.

Essa afirmação expressa também outro fato de maior importância: para uma mulher de fraca condição, o estatuto social só pode ser estabelecido – ou reestabelecido – pelo casamento. De uma certa forma, a gratidão que expressa Santana está intimamente ligada à dependência na qual a sociedade rural mantém ainda as mulheres em relação com os homens para lhes assegurar uma posição social.

A norma que estabelece que uma mulher deve ficar em casa para cuidar dos serviços domésticos, finalmente, reforça a situação de dominação e de pobreza, dando uma visibilidade à mesma. Observa-se que, entre os entrevistados, quem possui mais condições de aplicá-la são aqueles que conseguiram alcançar um nível de vida relativamente superior à média dos demais casais. Não ter necessidade de ajudar no serviço agrícola é um sinal, mesmo que modesto, de elevação social. Assim pode ser entendido o testemunho de Aurenice, mulher de uns 30 anos, quando conta: “Mas eu também já trabalhei na roça, né. Quando a gente casou e estava apertado, né. Eu colhia arroz, milho. Hoje eu já não faço mais isso.”

Tendo ajudado o pai durante toda a infância, ela tem um bom conhecimento do trabalho no estabelecimento, até para cuidar dos animais (o que geralmente é trabalho dos filhos homens). Ela casou com um rapaz cujo pai tinha terra suficiente para distribuir para os três filhos. Também Aurenice recebeu do seu pai algumas cabeças de gado e um pedaço de terra.

As formas pelas quais as entrevistadas mulheres descrevem suas atividades cotidianas diferem umas das outras. Ao contrário do que sinaliza Anita Brumer, por exemplo, essa situação não é por elas considerada como uma desvalorização do seu trabalho. Muitas mulheres que encontramos são felizes por não participarem do trabalho agrícola. Desse modo, elas não descrevem apenas as suas atividades produtivas ou domésticas, mas têm outras atividades mais valorizantes, e até mesmo lazer. Por exemplo, muitas agricultoras designavam a ajuda dos filhos nos deveres de casa como a sua tarefa mais importante do dia. Isso é muito significativo para compreender o modelo de família que podemos chamar de moderno, na medida em que o número de filhos é bem menor (de dois para três ou quatro no máximo), e a atenção dada à escolaridade é central. Nas normas camponesas, um bom casamento é uma condição de felicidade.

Entrevistadora: Por que a senhora acha que suas irmãs tiveram mais sucesso? O que faz o sucesso na vida?

Luzia: Elas têm uma coisa assim, o marido delas desde o início do casamento é bom pra elas, elas nunca tiveram uma vida sofrida igual eu, então é um sucesso. Elas levam uma vida melhor.

Entrevistadora: As mais sucedidas moram no campo?

Luzia: Tem uma que mora. Que é a Hilda que mora ali também. Acho que ela tem uma vida boa também. [...] Ah! O marido dela não bebia, não jogava, não gastava... aí tinha mais condição!

O casamento, a base da vivência nas frentes pioneiras

O isolamento das zonas de fronteiras, nas quais se precisa, muitas vezes, de um dia inteiro de viagem para chegar à cidade mais próxima, e o fato de o trabalho da roça ser duro e necessitar da presença feminina ao lado do marido explicam em boa parte essa situação. Ela torna-se clara quando um marido cuja mulher acabou de abandoná-lo explica ter vontade de “arrumar outra mulher” ou de vender a terra:

Entrevistador: O senhor está satisfeito aqui? Sua relação com a terra, o senhor gosta daqui, do lote? Quer ficar aqui? Quer continuar?

Sr. Groselino: Olha, eu gosto do lote, mas satisfeito eu não estou, porque não tenho costume de ficar só, que nem gato na tapera. Eu, toda vida, de dezesseis anos pra cá, eu nunca fiquei só! Quando separo de uma mulher, arrumo outra, né? Ficar sozinho, eu não fico aqui dentro.

Entrevistador: Mas o senhor já está pensando assim em...?

Sr. Groselino: Olhe, porque se eu não arrumar uma companheira logo pra mim, eu entrego a terra para os meninos e vou dar uma volta.

Mesmo se o que diz esse agricultor se deve ao fato de ficar “sem jeito” depois da saída da sua esposa, a realidade é que ele saiu mesmo do lote dele, veio entregá-lo ao filho de sua esposa (não sabemos se houve transação financeira). Esse tipo de comportamento pode explicar por que o número de solteiros nas zonas rurais de fronteira é tão pouco importante. O Sr. Groselino explica o fato de precisar de uma mulher ao seu lado com os argumentos de ajuda que já encontramos. Portanto, o homem não precisa de uma mulher ao seu lado com uma tal intensidade como essas mulheres que acabamos de citar. Na verdade, não se trata apenas de a mulher assumir tarefas domésticas como limpar e cozinhar, pois, pode-se imaginar, de um ponto de vista econômico, que a presença de uma cozinheira é facilmente dispensável em zonas de fronteira. Basta citar os garimpeiros, que conseguem trabalhar anos sem a presença de uma mulher; ou de muitos agricultores que encontramos e que trabalharam anos sozinhos na roça, assumindo também essas tarefas.

De fato, a necessidade para os agricultores, de contar com uma mulher a seu lado, tem uma explica     muito mais sociol    ica. Como já foi demonstrado (ARAÚJO, 1993; LE BORGNE-DAVID, 1998; WANDERLEY, 1998; WOORTMANN, 1995), as migrações nas zonas rurais de fronteira são muitas vezes um meio de reprodução familiar. Nesse caso, a migração são faz sentido se for realizada pela família inteira. Estudamos casos em que agricultores preferem não fazer uma migração do que faz    -la sem o acordo e a presença das esposas (ARNAULD DE SARTRE, 2012).

Esse é o caso do Sr. Antonio, que encontramos no Assentamento Benfica. O seu percurso é bastante diversificado, tanto do ponto de vista das migrações quanto do ponto de vista das suas relações conjugais. Casado uma primeira vez aos 16 anos, ficava viajando de fazenda em fazenda, no Maranhão,    procura de trabalho. Logo ele esperava que o casamento fosse uma oportunidade de “se fixar”, não apenas sentimentalmente, mas social e materialmente. No entanto, as condições não foram reunidas imediatamente para que atingisse o seu objetivo, e esse primeiro casamento não deu certo. Depois de uma experiência de migração temporária no Pará, ele queria levar a esposa e o filho para a fronteira, na esperança de conseguir um pedaço de terra ou melhores oportunidades de trabalho. Mas a esposa não aceitou. O motivo do fim do casamento foi, portanto, a recusa da esposa em migrar para a fronteira. Apenas no terceiro casamento foi que ele encontrou uma mulher disposta a morar em área de fronteira agrícola com ele, o que começou a lhe abrir novas oportunidades de vida.

Se a migração para áreas de fronteira é um fenômeno que propicia a reprodução das famílias de agricultores, o fato de mulheres entre 15 e 35 anos saírem com maior recorrência das zonas rurais não pode ser considerado um indicador de ruptura desse modelo de projeção social do campesinato. Temos mostrado que na nova geração há uma nítida ruptura em relação ao ideal social de reprodução do campesinato pela migração (ARNAULD DE SARTRE, 2012). Esse fenômeno ainda é corroborado por mudanças nos padrões de fecundidade das mulheres (ARNAULD DE SARTRE, 2005; ARNAULD DE SARTRE; GU    TAT; DINIZ-GUERRA, 2006). Nessas mudanças, as mulheres jovens têm um papel claramente precursor: são elas as primeiras a não quererem ir   l  m da fronteira (ARNAULD DE SARTRE, 2005). Essa postura, como mostra Anita Brumer, deve-se ao fato de as mulheres serem, obviamente, desfavorecidas pelas relações sociais que estruturam as famílias de agricultores, assim como pelas práticas de transmissão do patrimônio (CARNEIRO, 2004). Mas de forma geral, a postura também se deve ao desligamento do modelo de reprodução da agricultura familiar, que se fundamenta em famílias extensas e migrações para novas áreas. No entanto, voltamos a ressaltar que esse fenômeno não é generalizado, mesmo que haja menos mulheres do que homens nas áreas de fronteiras. O processo não ocorre em proporção distanciada do que poderia se esperar, sobretudo quando se sabe que, na maioria dos casos, as mulheres que

moram nessas áreas não têm emprego fora da agricultura – diferentemente da situação de muitas áreas rurais do mundo.

Outro ponto que ressaltamos: mesmo que o Gráfico 1 mostre que a saída de mulheres da zona rural seja um fenômeno recente, ilustrado pela forma desequilibrada das pirâmides de idade, ele vem sendo preparado, muitas vezes, pelas mãos dessas agricultoras, em contestação à autoridade dos maridos. O estudo qualitativo das relações de gênero entre os casais mostra que, se há uma norma bastante forte que estrutura essas relações, o caráter construído dessa norma autoriza negociações entre os casais.

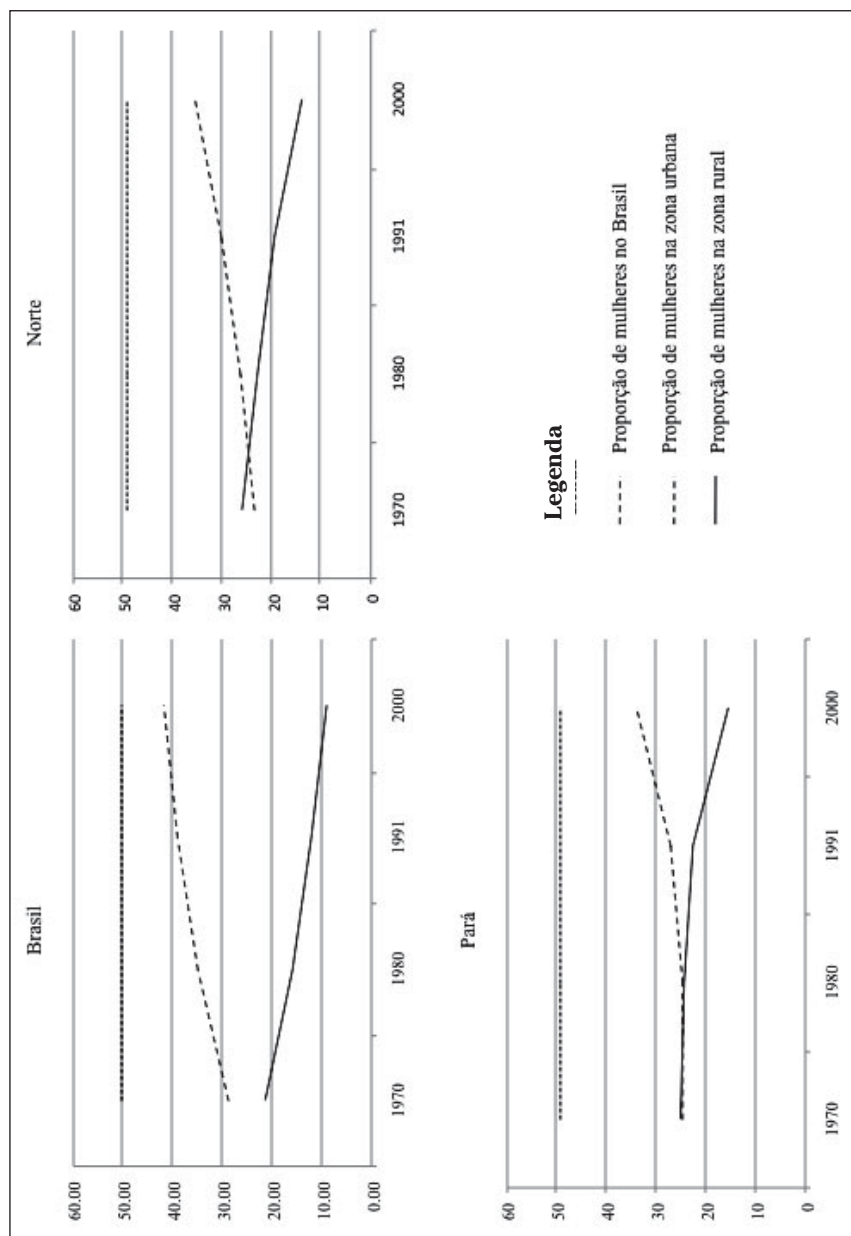
Considerações finais

Da mesma forma que a fronteira agrícola foi considerada como oportunidade induzida de realizar uma modernização conservadora referenciada por políticas públicas, podemos entender a migração de famílias camponesas para a fronteira como uma forma de procurar manter (ou reconstruir) uma identidade social. Esse processo também teve como efeito conter ou diferenciar algumas transformações nos papéis dos homens e das mulheres, apresentando uma certa dimensão de “modernização conservadora” no plano das famílias, e mais particularmente no relacionamento dos casais.

Existem normas que referenciam a relação homens/mulheres nessas áreas. As variações das normas ocorrem diante da distribuição do patrimônio econômico ao casar-se. As mulheres mais atingidas por uma posição de transição são as que detinham um dote, ou as que realizaram um casamento abaixo da condição social de sua família. Essa estratégia é favorecida quando o conhecimento do noivo ou de sua família deixa pensar que ele é um pretendente que interessa à estratégia familiar da noiva, mas sobretudo quando se trata de realizar uma migração para a fronteira a fim de garantir mão de obra suficiente em torno do pai da esposa. A transição para essas mulheres se traduz, em primeiro lugar, por uma diminuição do número de filhos. Mas não se traduz por um conflito de normas entre tradição e modernidade: de fato, elas ficam muito próximas do modelo tradicional de separação das esferas masculinas e femininas nos casais.

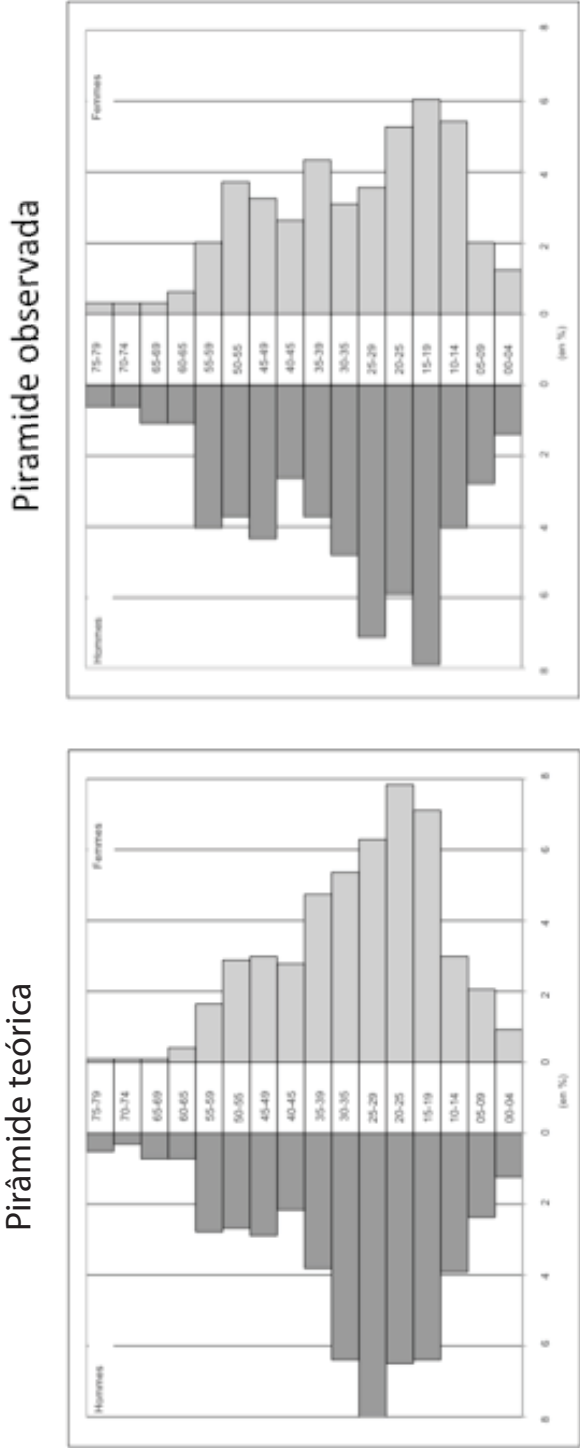
A autonomia e a liberdade de movimento conquistadas pelas mulheres na sociedade nacional representam um peso nas relações entre homens e mulheres. Mas essas mulheres têm finalmente uma margem de liberdade estreita para compor novos papéis femininos nesse meio rural particular que é o da fronteira agrícola. Algumas conseguem, em pequenos passos, dedicando-se ao comércio com a ajuda do marido ou através de implicações associativas. Outras podem enfrentar dificuldades maiores e escolher se instalar na cidade. A possibilidade dessa escolha, que pode ir até a ruptura, é insuportável para certos homens, reação que pode em parte explicar a violência da qual são vítimas as mulheres posicionadas sob condições sociais e econômicas mais frágeis.

Gráfico 1 – Evolução da proporção de mulheres em zonas rurais brasileiras



Fonte: IBGE.

Gráfico 2 – Pirâmides de idade elaboradas segundo padrões de fecundidade de famílias de áreas de colonização da Amazônia oriental



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Referências

- ARAÚJO, Roberto. *La cité domestiques: stratégies familiales et imaginaire social sur un front de colonisation en Amazonie brésilienne*. 1993. Thèse (Doctorat) - Université de Paris X, Paris, 1993.
- ARNAULD DE SARTRE, Xavier. Les jeunes filles des fronts pionniers amazoniens: “passeuses” du changement et négociatrices d’une nouvelle ruralité? In: CAPRON, G.; CORTES G.; GUÉTAT, H. (Eds.). *Liens et lieux de la mobilité: ces autres territoires* Paris: Belin, 2005. p. 29-43.
- _____. *A mosaica pioneira*. Niterói: EdUFF, 2012. No prelo.
- ARNAULD DE SARTRE, Xavier; GUÉTAT, Hélène; DINIZ-GUERRA, Gutemberg. Contrôle de la natalité et changement social des familles paysannes de fronts pionniers d’Amazonie orientale brésilienne. *Autrepart*, Paris, n. 39, p. 21-38, 2006.
- BRUMER, Anita. Gender relations in family farm agriculture and rural urban migration in Brazil. *Latin American Perspectives*, Newbury Park, v. 35, n. 6, p. 11-28, 2008.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade na agricultura familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 19, p. 176-185, 2002.
- _____. Héritage et rapports de genre chez des familles paysannes au Brésil: deux études de cas. *Etudes Rurales*, [S.l.], v. 169-170, p. 93-108, 2004.
- DOUSSET, Christine. Femmes et héritage en France au XVIIe siècle. *Dix-septième Siècle*, Paris, n. 244, p. 477-491, 2009.
- FELIX, Gil Almeida. *O caminho do mundo. Mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- GRANCHAMP FLORENTINO, Laurence. Localidade fragmentada e novo vínculo social local: uma análise a partir das relações campo-cidade na Transamazônica. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, Belém, v. 2, p. 19-37, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HENRIQUES, Maria. A dinâmica demográfica de uma área de fronteira: Rondônia, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3-4, p. 317-56, 1985.

LAQUER, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1992.

LE BORGNE-DAVID, Anne. *Le salariat plutôt que la malaria: les migrations paysannes du Sud-Brésil vers l'Amazonie*. Paris L'Harmattan, 1998.

LEFFERTS, H. L. Frontier Demography: An Introduction. In: MILLER, D. H.; STEFFEN, J. O. (Eds.). *The frontier, comparative studies*. Norman: University of Oklahoma Press, 1977. p. 33-55.

LONGHURST, Robyn. Geography and gender: a 'critical' time? *Progress in Human Geography*, London, v. 26, n. 4, p. 544-552, 2002.

_____. Geography and gender: masculinities, male identity and men. *Progress in Human Geography*, London, v. 24, n. 3, p. 439-444, 2000.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. *Reforma Agrária*, São Paulo, v. 25, n. 2-3, p. 21-36, 1995.

TESTART, Alain; GOVOROFF, Nicolas; L'ÉCRIVAIN, Valérie. Les prestations matrimoniales. *L'Homme, Revue Française d'Anthropologie*, Paris, v. 161, n. 1, p. 165-196, 2002.

THÉRY, Hervé; MELLO, Nelli Aparecida. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: EDUSP, 2005.

VEBLEN, Thorstein. *The theory of the leisure class*. New York: MacMillan, 1899.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Ed.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. p. 21-55.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: EdUnB, 1995.

REORIENTAÇÕES PRODUTIVAS NA DIVISÃO FAMILIAR DO TRABALHO: PAPEL DAS MULHERES DO SERTÃO DE SÃO FRANCISCO (SERGIPE) NA PRODUÇÃO DO QUEIJO DE COALHO

*Sônia de Souza Mendonça Menezes**

*Maria Geralda de Almeida***

O meio rural apresenta-se como um universo heterogêneo, cujas múltiplas dimensões exigem perspectivas de análise diferenciadas. Dentre elas, destacam-se as possibilidades de diversificação das atividades produtivas assumidas por grupos camponeses, como aquelas que são atribuídas ou reivindicadas como alternativas à participação das mulheres. Para focalizar essa dimensão, tomamos como estudo de caso a produção de alimentos e a criação de outras funções, entre elas a atividade queijeira artesanal desempenhada pelas mulheres camponesas do território sertanejo sergipano. Por essa mesma perspectiva de compreensão da diversidade de situações, o estudo da atividade não se limitará à prática produtiva (produção e comercialização), mas contemplará a produção de significados e simbologias que a envolvem.

No sertão sergipano do São Francisco, predomina o clima semiárido, marcado pela irregular distribuição de chuvas concentradas no período de outono/inverno e sete a oito meses secos, temperatura superior a 20°C. Em adequação a tais condições climáticas, a criação de gado tem perdurado, desde o período de colonização, como principal atividade econômica.

A despeito de se constituir como principal atividade, até metade do século XX a pecuária apresentava-se ainda pouco intensiva. Os bovinos eram criados soltos, pouco modificando a vegetação nativa. Constatada sua limitada produtividade, órgãos do estado ocuparam-se de fomentar programas públicos, com o objetivo de gerar maior rendimento.

Com o crescimento da pecuária e da produção de leite, foram instaladas indústrias para o beneficiamento de leite na região, voltadas para o abastecimento dos centros urbanos que, com o crescimento populacional, demandam tal produto. Essas empresas absorviam prioritariamente a produção de leite dos grandes e médios produtores. Os camponeses, em decorrência da reduzida produtividade, estavam excluídos desse mercado agroindustrial. Para aproveitar o leite produzido praticamente durante todo o ano, as mulheres camponesas,

* Doutora em Geografia e professora da Universidade Federal de Sergipe.

** Maria Geralda de Almeida é doutora em Geografia e professora titular da Iesa, Universidade Federal de Goiás.

na década de 1970, também sintonizadas com a demanda crescente do mercado urbano na capital do estado, Aracaju, passaram a confeccionar e comercializar o queijo de coalho caseiro, tendo em vista garantir a estabilidade do rendimento para as suas famílias.

Por volta de 1980, surgem então as fabriquetas de queijo sob a responsabilidade dos camponeses e/ou de seus filhos. Essas unidades de produção artesanal passaram a adquirir e beneficiar a produção de leite dos parentes, vizinhos e amigos nas comunidades rurais. Mas as mulheres foram praticamente excluídas do processo de produção, enquanto mão de obra feminina, considerada frágil para lidar com grande volume de leite e fora do espaço residencial.

Nas décadas de 1980 e 1990, atraídos pelo crescimento da bacia leiteira, foram instalados vários laticínios no território. Porém, essas unidades de produção priorizavam os estabelecimentos rurais de médio e grande porte como fornecedores. No início do século XXI, foram então formulados programas públicos (Programa de Aquisição de Alimentos/Leite – PAA/Leite) destinados a criar condições de absorção do leite de estabelecimentos dos camponeses.

Diante desse quadro, nosso propósito neste artigo é analisar as condições sociais que permitiram às mulheres camponesas alcançarem posição diferenciada na produção econômica e formação do rendimento familiar. Para tanto, resumidamente, analisamos as transformações ocorridas no meio rural do sertão sergipano do São Francisco, levando em conta a agricultura e a produção artesanal de queijos. Posteriormente, daremos enfoque à “contraditória” resistência reprodutiva das camponesas, com base na produção do queijo de coalho caseiro, considerando situações vividas em diversas comunidades sertanejas. Evidenciaremos, assim, algumas razões da continuidade dessa prática cultural, bem como o preocupante reconhecimento da referida atividade pelas instituições públicas.

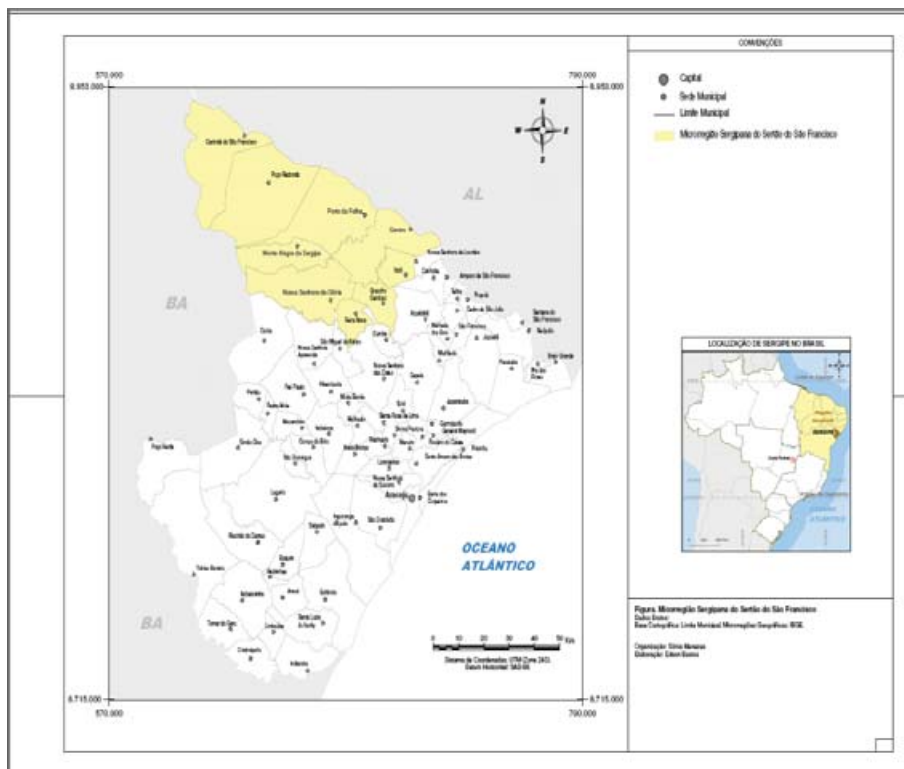
Atualmente essa atividade contribui para a reprodução social e econômica de famílias camponesas. É também reveladora de readequações de atividade tradicionalmente valorizada pelos produtores no sertão. A despeito disso, não vem obtendo apoio de instituições públicas nem sendo contemplada como importante alternativa de desenvolvimento territorial.

Os recursos de pesquisa adotados neste estudo consistiram em entrevistas junto às produtoras de queijo, contatadas não só no espaço doméstico, mas também no momento da comercialização nas feiras semanais nos municípios de Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre de Sergipe. Pautamos ainda nosso levantamento de dados em entrevistas com comerciantes, técnicos das instituições públicas e consumidores.

Pecuária e preparo dos alimentos: universos diferenciados entre homens e mulheres

A região do sertão sergipano do São Francisco localiza-se em uma área de confluência dos estados nordestinos de Alagoas, Bahia e Pernambuco e Sergipe, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 – Base cartográfica, limite municipal e microrregiões geográficas



Fonte: IBGE.

O desenho da ocupação dessa região no século XVI deu-se com a doação de grandes e pequenas glebas de terras pela Coroa portuguesa, visando firmar a posse, então ameaçada pelas invasões holandesas. Nesse bojo, os indígenas são empurrados para outras terras, processo violento e perverso no qual tribos inteiras foram dizimadas.

No século XVII e parte do século XVIII, a região não correspondia às fronteiras econômicas definidas pelo Estado. Teixeira da Silva (1981) considerou o sertão do São Francisco, nesse período, como *Terra de Refúgio*. Essa denominação refletia a pequena ocupação e o domínio de índios, negros e homens pobres evadidos de outras regiões. Diniz assinala que, embora outras categorias populacionais

tenham participado no povoamento, o sertão tem no vaqueiro um dos agentes precursores da ocupação: “utilizando-se da *quarteação*, acabou por se transformar em criador, dando origem a uma estrutura de pequenos pecuaristas que persiste até os dias atuais” (DINIZ, 1996, p. 52).

Os animais, tendo se aclimatado ao ar seco e saudável, alimentavam-se das gramíneas naturais existentes. A forragem encontrada no meio da caatinga não proporcionava alto potencial nutritivo, mas propiciava a subsistência dos rebanhos rústicos e resistentes, adaptados às dificuldades no tocante à alimentação e água. Tais condições resultavam em reduzida taxa de ocupação de animais por hectare. No período do inverno, com a chegada das chuvas, os vaqueiros juntavam os animais e os traziam para as sedes dos estabelecimentos rurais.

Além da criação de gado, os camponeses no sertão dedicavam-se ao cultivo de milho, feijão, mandioca e algodão, abastecendo as grandes propriedades e a população urbana que crescia. Aqueles que não possuíam área suficiente estabeleciam com o grande proprietário uma relação indireta no uso da terra, pagando em renda/trabalho e/ou produto. Quando os grandes proprietários não cediam a terra, os trabalhadores transformavam-se em posseiros, ocupando novas áreas. No entanto, a produção de alimentos não se constituiu na atividade mais importante do sertão, como destaca Andrade (1986). Esta desenvolveu-se mediocrementemente à sombra dos “currais”.

A divisão de trabalho entre familiares de agricultores nos municípios sertanejos sempre foi comandada pelo homem, cabendo à mulher a tarefa de transformar os produtos do roçado ou os mantimentos em alimentos comestíveis. Woortmann & Woortmann (1997, p. 37) afirmam que, se contrapondo à posição masculina, a mulher ocupa um lugar determinado: “a casa, núcleo simbólico da família”.

Corroborando essa discussão, Claval (1999), em seus estudos nas mais distintas regiões geográficas, reflete sobre as relações de gênero em seus trabalhos e reforça diversas abordagens sobre o papel atribuído à mulher. Afirma: “a carga afetiva da casa é forte. Ela aparece como um território onde a presença feminina é particularmente forte. Ao homem cabe controlar os espaços produtivos externos à casa, cabe à mulher o governo da mesma” (CLAVAL, 1999, p. 85).

No entanto, ao definir o trabalho feminino de forma quase exclusiva aos espaços do lar ou nas suas cercanias, tais atividades são consideradas geralmente como “ajuda”, termo que tende a ser entendido como subtração do valor do trabalho realizado nas tarefas domésticas. As mulheres sertanejas estiveram reclusas ao lar, expandindo o seu domínio, em alguns períodos, pelo “apoio” às atividades do homem no campo. Responsáveis pela alimentação da família, elas aproveitavam as potencialidades existentes no meio para elaborar iguarias.

Entre os pratos típicos da culinária sertaneja, segundo Castro (1969), predominam os produtos de origem animal, de forma arraigada em todas as classes sociais. Entre esses produtos, destacam-se a carne bovina e os derivados do leite.

Na obtenção do leite, as vacas eram apartadas dos bezerros no dia anterior, ao final da tarde. Nas primeiras horas da manhã, no dia seguinte, era realizada a ordenha sob a responsabilidade da mão de obra masculina. Aproveitava-se o leite para a alimentação do grupo familiar e o excedente utilizava-se na elaboração do queijo de coalho, da manteiga e, em alguns estabelecimentos, do requeijão.

A prática cultural de preparação desses produtos derivados do leite corresponde a um saber e uma troca reproduzidos entre gerações de mulheres. O interior das residências era o espaço destinado à produção. Esse saber-fazer interiorizado pelas mulheres tinha por finalidade, quase que exclusivamente, o consumo diário desses alimentos pela própria família.

Ao receber visitas de parentes, amigos e compadres que habitavam nas áreas urbanas distantes do sertão, fazia parte da tradição sertaneja presentear-las no momento da partida com um queijo de coalho. Esse dom era recebido com grande regozijo pelos visitantes, que enfatizavam ser aquele produto um meio de recordar sua alimentação ou dos momentos que desfrutavam do meio rural.

Autoconsumo, conversão mercantil e deslocamentos da posição das mulheres

O queijo de coalho passava por um processo de maturação, podendo ser consumido após várias semanas da produção. Em decorrência das dificuldades de conservação do produto, na produção desse alimento as mulheres utilizavam maior quantidade de sal, com o objetivo de conservar o alimento por mais tempo. Câmara Cascudo (2004, p. 428-429) ressalta que, ao vivenciar o Sertão Velho, ele conhecia os processos de conservação de carnes, queijos e cereais, os quais eram “enfurnados nas meias-trevas das camarinhas suspensos em jiraus. As garrafas com manteiga ficavam em lugar fresco e de pouca luz”. Esses produtos, elaborados pelas mãos femininas, não recebiam qualquer ajuda masculina, uma vez que a quantidade de leite processada era pequena, e a cozinha não “consistia num lugar de homem”.

A pecuária leiteira não apresentava elevada produtividade, uma vez que o gado era predominantemente tipo “pé-duro” rústico, alimentado por gramíneas naturais. Além do consumo humano, o leite também era utilizado para a alimentação dos bezerros. Dessa forma, a quantidade empregada na produção dos derivados era pequena, salvo em períodos de invernos “bons” (com elevada pluviosidade). Nesse caso, as mulheres recebiam ajuda das filhas adolescentes.

Diferentemente das demais regiões produtoras de leite e derivados no Brasil, no sertão nordestino, em virtude das dificuldades nas vias de locomoção e a reduzida demanda do mercado consumidor, o consumo desses produtos era feito localmente, resultando em uma dieta sertaneja detentora de excepcional valor nutritivo (CASTRO, 1969).

Essa prática da produção do queijo de coalho para o consumo doméstico e como valor de uso perdurou até os anos 1970, em praticamente todos os estabelecimentos camponeses no sertão sergipano.

A partir da década de 1970, a pecuária em Sergipe, localizada principalmente no agreste e sertão, tem seu crescimento acelerado. Esse crescimento foi consequência de alguns fatores favoráveis: melhores estradas, clima propício às pastagens, menor incidência de doenças no rebanho bovino nessa região e uma política de crédito agrícola voltada principalmente para o semiárido por meio dos projetos Proterra, Polonordeste e Sertanejo, objeto de discussão a seguir.

A resignificação da utilização da terra e a valorização econômica do saber-fazer do queijo de coalho

Para entender essas atividades rurais nas quais se inseria a mulher, é necessário compreender as políticas de desenvolvimento implementadas pelo estado na área e a repercussão das mudanças no meio rural sergipano.

As linhas de atuação do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra) consistiam no apoio ao camponato com pequenos estabelecimentos ou desprovidos de terra, em virtude de processos de desapropriação; e também com a introdução de programas de modernização agropecuária e agroindustrial, com liberação de financiamentos a longo prazo e juros baixos.

Esse Programa revelou-se como fonte de crédito rural, em detrimento da distribuição de terras no Nordeste. Dessa forma, os recursos alocados foram basicamente aplicados na inovação e modernização dos grandes e médios estabelecimentos, proporcionando a expulsão de parte da população rural sem terra.

O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas (Polonordeste) (1974), de acordo com os estudos realizados por Sorj (1986, p. 104), transformou-se em mecanismo de fortalecimento dos grandes e médios produtores, reforçado pela implementação de projetos de modernização agrícola. Em consequência, provocou o crescimento do êxodo rural, em virtude da expansão da pecuária.

Enquanto isso, o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste Projeto Sertanejo (1976-1986) visava tornar a agricultura resistente às secas e explorar as possibilidades de desenvolvimento. Contribuiu para o crescimento da pecuária, atuando na viabilização das reservas alimentícias para os animais nos períodos de estiagem, e funcionou como linha de crédito destinada a investimentos fixos, semifixos e de custeio. Desenvolveu, ainda, ações que proporcionaram a implantação de pastagens, mecanização e tração animal, conservação de açudes e solos. Assim, de forma crescente, foram introduzidas na área sementes selecionadas como a do buffel (*Cenchrus ciliaris*), pangola (*Digitaria decumbens* S) e a brachiária (*Brachiária decumbens*), além da utilização de máquinas agrícolas modernas (como tratores) na aração das terras.

Com a introdução dessas mudanças na agricultura e a expansão da pecuária, os proprietários rurais utilizavam reduzida mão de obra no trato com o gado. Na implantação das pastagens plantadas, recorriam à renda-trabalho para semear as gramíneas, cedendo a terra por um período de um a dois anos aos camponeses para receber em troca o pasto formado. Assim, esse trabalhador, sem-terra ou com terra insuficiente, passou a se deslocar em busca de novas terras. Aliando-se a esses fatores, a cidade atraiu o homem do campo, graças ao desenvolvimento industrial e à maior oferta de serviços. Essa situação descrita para Sergipe, nas décadas de 1970 e 1980, refletiu-se no crescimento da população urbana, acompanhada do acentuado êxodo rural com destino à capital do estado, Aracaju, que passou a contar, na década de 1980, com um percentual de 25,89% na participação da população total do estado. Em virtude dessa urbanização, houve um incremento na demanda do leite e maior valorização desse produto. O escoamento foi facilitado pelas novas e pavimentadas rodovias, que integravam com rapidez as áreas produtoras aos recentes mercados.

No contexto, ocorre a decadência do cultivo do algodão nesse estado, tendo em vista a praga do bicudo (*Anthonomus grandis*), o que deixou o camponês sem um produto de valor comercial. Desse modo, há um crescimento na pecuária leiteira, principalmente nos estabelecimentos pertencentes aos camponeses do sertão sergipano, mediante um produto que consegue melhor inserção no mercado. A permuta do cultivo agrícola pela pastagem decorreu do rendimento mais estável e seguro da pecuária, o que viabilizou a persistência familiar, criando dessa forma uma estratégia de projeção dos meios de reprodução.

Woortmann (1995, p. 286), ao estudar municípios sertanejos em Sergipe, faz uma análise da relação entre tais camponeses e a correspondente pequena propriedade:

No sítio, o gado é “criação” e corresponde a uma atividade meio. Seu significado é basicamente o de uma reserva de valor; garantia contra os efeitos da seca, à qual ele resiste mais que a lavoura; o de uma forma de acumulação ou de poupança, destinada à aquisição de terra, inclusive para possibilitar a herança. (WOORTMANN, 1995, p. 286)

Nesse período, os camponeses com até 50 hectares, em decorrência das intempéries climáticas, da crise do cultivo da cotonicultura e para resistirem às ofertas norteadoras de compra e venda de suas terras, transformam também seus estabelecimentos em pastagens. Com o seu saber, refletem sobre as propostas que são apresentadas e criam estratégias referenciadas pela identidade sociocultural, caracterizada pela concepção da terra como um lugar de vida e de trabalho, tal como advoga Wanderley (2001).

Essa estratégia contribuiu também para a expansão da atividade pecuarista e rompeu com a tradição da exclusividade de o grande produtor

responsabilizar-se por essa criação. Contrariando os prognósticos que enfatizavam o desaparecimento do campesinato, ele sobreviveu ativo, contrapondo-se ao paradigma da empresa rural, cujo alvo teria sido expandir seus cultivos, absorvendo muitas vezes as terras dos pequenos produtores. Portanto, nesse contexto, a pecuária leiteira apresentou-se como uma estratégia para a sustentabilidade do camponês, criando outra forma de renda semanal, por meio da comercialização do leite. Tal fato pode ser comprovado por informações censitárias correspondentes aos períodos 1985 e 1995-1996 e em 2007.

Tabela 1 – Produção de leite (mil litros) e percentual no estado de Sergipe 1985-1995-1996-2007

Microrregião	1985-vol.	%	1995-1996-vol.	%	2007	%
Sertão sergipano do São Francisco	30.948	33,2	54.746	3,4	144.371	7,3
Sergipe	93.148	-	126.114	-	251.625	-

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários, 1985, 1995-1996; Pesquisa da Pecuária Municipal, 2007.

Em 2007, essa microrregião totalizava um percentual superior a 37% de vacas ordenhadas no estado de Sergipe, estando esses percentuais concentrados nos estabelecimentos familiares que se dedicam com exclusividade à criação de tais animais. Verifica-se um aumento sucessivo no volume de leite produzido, no período de 1985 a 2007, concentrando na última década então a maior bacia leiteira de Sergipe. Corroborando a discussão sobre as alterações no uso da terra, Debeux Júnior (1998, p. 65) afirma que a pecuária leiteira deve ser analisada, no caso da região Nordeste, em relação à maior estabilidade diante da produção de sequeiro:

A atividade leiteira deve ser vista sob um prisma social em algumas regiões semiáridas do Nordeste, contribuindo para aumentar a oportunidade de ocupação da mão de obra e remuneração do trabalho familiar, sendo mais estável que a agricultura de sequeiro. (DEBEUX JÚNIOR, 1998, p. 65)

Na década de 1970, com o crescimento da pecuária leiteira, o queijo de coalho – anteriormente utilizado para o consumo familiar – transforma-se em estratégia de geração de renda no estabelecimento camponês, continuando a elaboração sob a responsabilidade feminina, porém com o destino comercial. Por meio do saber-fazer dominante, elas passam a produzir o referido derivado de leite de acordo com a demanda do mercado urbano crescente e alteram o sistema de produção. Anteriormente, como já foi salientado, o queijo era produzido com o uso de coalho natural, passava por um período de maturação e recebia grande quantidade de sal. Com a crescente demanda,

o produto deixa de ser maturado, utiliza-se o coalho industrial e reduz-se o uso de sal, tornando o queijo menos salgado, de acordo com as indicações dos consumidores.

Esse produto passa a ser comercializado pelos parentes que migraram para a capital do estado e tornaram-se comerciantes de queijos, revendendo-os em padarias, armazéns, mercados e feiras livres.

Com o crescimento da produção de leite no sertão sergipano, empresas formais se instalaram, imprimindo outra configuração socioespacial. Logo, o espaço apropriado ou territorializado é permeado pelas relações de poder simétricas, horizontais, construídas pelos atores locais e conforma um território identitário vivido. Esse território se confronta com o outro revestido das relações de poder dissimétricas, tomado como um “recurso”, no dizer de Santos (2005) e Gotmann (1975). Isto é: “recurso” porque as empresas visualizam, sobretudo, a partir do uso que pode ser feito dos recursos existentes, no caso em foco, o leite. Neste sentido, o sertão sergipano do São Francisco apresenta uma multiplicidade de formas de apropriação, com a produção do queijo de coalho caseiro, os laticínios inseridos no mercado formal e as fabriquetas de queijo no mercado informal.

A troca de mãos na produção do queijo de coalho no sertão sergipano

Para compreender as transformações e a formação dessa diversidade de formas de beneficiamento do leite, no caso do sertão sergipano, é necessário realçar os traços que singularizaram e singularizam as unidades de beneficiamento de leite inseridas no mercado formal e informal, as suas temporalidades e a exclusão do trabalho feminino na produção de derivados de leite.

À proporção que crescia a produção de leite, também aumentavam as novas unidades de resfriamento e beneficiamento no território, privilegiando os médios e grandes produtores e excluindo os camponeses da integração. Ao incrementar a pecuária leiteira, estabeleceu-se, na década de 1990, no sertão sergipano, a inserção de laticínios de grande e médio porte, provenientes de outros estados nordestinos, e paulatinamente a configuração do beneficiamento do leite se transforma.

Nesse bojo, a organização e a potencialidade da bacia leiteira atraíram investidores, inclusive de capital transnacional – *Parmalat* –, promovendo nova organização territorial do setor. Essa empresa, no seu afã expansivo, adquiriu, em 1995, todos os laticínios da região, monopolizando o mercado.

Tal empresa manteve a prática de relações meramente econômicas no território. Privilegiava a regularidade e o maior volume de produção diária e, por conseguinte, como não apresentava nenhum vínculo sociocultural com o território, sua fixação dependia, sobretudo, do mercado de leite no âmbito dos grandes produtores.

Com o domínio do mercado sertanejo e adjacências por esse conglomerado, houve uma redução no preço do leite que atingiu, em 1997, “o valor de R\$0,17 por litro”. Souto (1998, p. 105) constatou que o pagamento era realizado “após um mês de fornecimento da matéria-prima, quando a empresa repassava o valor de uma quinzena, retendo sempre quinze dias de fornecimento; o recebimento por sua vez era realizado nas instituições bancárias”.

Em 1999, a referida empresa, não satisfeita com o mercado fornecedor ser-gipano, desterritorializa-se e abandona os seus fornecedores, desorganizando em parte a cadeia produtiva.

Nesse contexto, os camponeses e/ou seus filhos, excluídos do mercado formal com o domínio da transnacional, organizam diferentes formas de aproveitamento dos recursos existentes na busca da sustentabilidade. Em alguns estabelecimentos agrícolas, o núcleo familiar constitui uma pequena empresa, de caráter informal, as denominadas fabriquetas de queijo, discutidas por Menezes (2009). Essas pequenas unidades de produção absorvem o leite de diversos estabelecimentos rurais, prioritariamente dos camponeses, fazem o pagamento semanalmente (renda essa utilizada para a aquisição de gêneros alimentícios) e são também estimuladoras de postos de trabalho no beneficiamento do leite e na comercialização dos derivados.

Entretanto, nessas unidades de produção, o processamento dos derivados muda de mãos e de significado. A produção de queijos exclusiva do domínio feminino terminava o seu ciclo de vida, longo processo de trabalho recluso ao ambiente residencial. Ao processar agora grandes quantidades, no espaço fora do estabelecimento e/ou da residência, as mulheres repassam o saber-fazer aos seus filhos ou ao seu esposo/companheiro.

Quando indagados sobre a ausência das mulheres na produção de queijos nas fabriquetas, os homens a associam às questões de produção/quantidade x sexualidade, destacando a mulher como “sexo frágil” na condução de grandes quantidades de leite. Nesse caso, eles argumentam que o leite processado não condiz exclusivamente com o produzido dentro da propriedade, mas adquirido também das propriedades vizinhas, e/ou das mais distantes. “Não pode a mulher ocupar tal serviço que requer muita força. Além disto, em um ambiente fora de casa com outros homens, esta é uma função designada somente ao sexo masculino.” (J.B.S., 03/2009)

Existe o domínio do preconceito relacionado ainda ao território que deve ser ocupado pelas mulheres, ressaltado nos trabalhos de Woortman e Woortman (1997) e Claval (1999): a crença de que o lugar delas ainda é a casa, mesmo observando que as fabriquetas estão localizadas nas proximidades da sua residência. Todavia, inexistente disputa no território ou luta por poder, uma vez que anteriormente eram as mulheres as responsáveis pelos derivados. Para elas, significa uma outra forma de ocupação repassada para o âmbito familiar, em consequência da carência de trabalho no sertão, como ressaltou uma camponesa: “Antes eu fazia

o queijo de coalho com minhas filhas dentro de casa. Agora meu marido resolveu montar uma fabriqueta e trabalha com os meus dois filhos. No início eu ensinei como fazer o queijo, agora esse é o trabalho deles”.

A hegemonia e a concentração da produção de leite no território e a ausência da transnacional estimularam outros atores locais a aproveitar esse potencial, ao perpetrar e emergir pequenas e médias empresas formais. A reestruturação espacial se dá com a territorialização dos empreendimentos processados sob a forma de cooperativas e associações, fundadas nas redes sociais; e pela ação do capital privado individual local, despontando simultaneamente com o crescimento das fabriquetas, porém sem absorver a mão de obra feminina.

Em 2003, surgiu o PAA/Leite Fome Zero pela Lei n° 10.696/03, regulamentada pelo Decreto n° 4.772/03, como uma ação do governo federal, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em convênio com os governos estaduais. Esse programa consiste em uma ação de compras governamentais, que tem por finalidade a aquisição de alimentos (leite) da agricultura familiar e sua posterior distribuição às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. O PAA adquire a produção de leite de pequenos produtores e incentiva a constituição de pequenos laticínios, como um fator de geração de emprego para os estados que participam do programa.

Quanto aos requisitos básicos para o fornecimento do leite para esse programa, exige-se daqueles enquadrados como agricultor familiar Pronaf tipo A: portar o DAP fornecido pelo órgão de assistência técnica, assim como realizar a vacinação do rebanho regularmente contra a febre aftosa e a brucelose. Esse agricultor deverá produzir uma média diária de até 100 litros, priorizando aqueles produtores com volume de até 30 litros/dia. Por fim, ele deverá fornecer até 35 litros de leite, percebendo o valor máximo estipulado pelo PAA, fixado em R\$3.500,00 por semestre.

Com a inserção das fabriquetas de queijo, indústrias e as ações do PAA/Leite, técnicos de instituições públicas propagaram o fim da produção do queijo de coalho caseiro sob a responsabilidade do sexo feminino. Ao referir-se a essa produção caseira artesanal feminina, os técnicos consideram as práticas artesanais uma desvantagem persistente, com deficiências múltiplas, o que permite uma associação com o conceito de *rugosidade*, pois, “vista individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados”.¹

Essa alternativa de produção expressa uma ação que configura a possibilidade de as mulheres participarem ativamente na construção do seu território, de forma autônoma, com a elaboração de um produto de identidade territorial.

1 Aquilo que ficou do passado, “o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição [...] apresentadas de forma isolada ou como arranjos” (SANTOS, 1996, p. 113).

Queijo de coalho caseiro: a persistência da tradição feminina na busca de uma renda familiar

O queijo caseiro não deve ser considerado uma raridade. Existem tipos similares na região Centro-Sul do Brasil. Em Sergipe, é banalizado, não devidamente observado por setores técnicos, políticos e pela rede institucional. Delineia-se, aqui, essa alternativa de produção que significa uma ação concreta, possibilitando a continuidade no território.

A (re)configuração dos estabelecimentos camponeses e a demanda do mercado urbano repercutiram na expansão da produção de leite e derivados, e o queijo – que apresentava exclusivamente valor de uso – transforma-se em valor de troca. Retoma-se o saber-fazer, e esse queijo deixa de estar geograficamente limitado aos espaços circunscritos das residências, como no passado, constituindo-se, nas duas últimas décadas, como estratégia de reprodução social impressa em um gênero de vida autônomo. Compreender essa prática implica a busca dos significados dessa atividade pelo grupo que não se deixou capturar pelos novos atores inseridos no território.

A produção do queijo de coalho caseiro e a sua dimensão territorializada foram identificadas nas comunidades e povoados como Algodoeiro e Mandacaru em Nossa Senhora da Glória; Jaramataia, João Pereira, Palestina, Ouricuri e São Mateus no município de Gararu; por toda a zona rural dos municípios de Monte Alegre de Sergipe e Porto da Folha; e de forma reduzida em outras localidades dos demais municípios sertanejos do estado de Sergipe.

A sua forma de produção é análoga àquela dos antepassados. Comumente esse tipo de queijo é elaborado pela manhã, logo após a ordenha, com o leite cru produzido exclusivamente no estabelecimento, num processo similar ao exposto no fluxograma do queijo coalho. (Figura 2)

Figura 2 – Fluxograma da produção do queijo de coalho



Fonte: MENEZES (2001, p. 109).

Tal produto não apresenta padronização na forma, e seu peso varia entre 1,600kg a 2,00kg. Depois de desenformados e salgados, são armazenados no interior de caixas plásticas e cobertos com um tecido branco. Diariamente, as peças são lavadas e recebem uma nova camada de sal para a conservação do produto até o momento da comercialização.

Devido à não maturação, apresentam uma coloração clara, diferindo dos queijos da região Centro-Sul e assemelhando-se aos demais queijos de coalho produzidos nos estados nordestinos.

As razões da continuidade de produção do queijo caseiro têm suas explicações no seio dos próprios produtores, como uma camponesa assim se pronunciou:

esse é o nosso modo e meio de vida aqui no sertão, produzimos pouco leite e, apesar dos preços baixos, é melhor comercializar o produto diretamente nas feiras ou junto aos comerciantes. Com o queijo, temos o soro e o porco, como faziam os nossos parentes. (M. J. S., 02/2009)

A produtora reporta à temporalidade da atividade, com os seus antepassados e a sua continuidade no presente. A expressão da camponesa reflete a primazia dos saberes, como ilustra Almeida, Chaveiro e Braga (2008, p. 48), pois se trata “de uma herança cultural que permeia o território”, resgatada pelos agricultores como alternativa para a sua sobrevivência.

A comercialização do queijo caseiro transcorre principalmente nas feiras realizadas toda semana e atraindo comerciantes de outras cidades interioranas do estado de Sergipe, da capital Aracaju e de estados circunvizinhos, com o objetivo de adquiri-lo (Figuras 3, 4, 5, 6). As relações existentes entre a rede comercial e as produtoras do queijo artesanal apresentam-se diferenciadas no sertão sergipano.

Em Monte Alegre de Sergipe, entrelaçam-se as relações simétricas das camponesas e dos comerciantes, com as de proximidade, alicerçadas pela confiança. Porém, o exercício do poder dissimétrico é observado no momento de imputar o valor do queijo ou do quilo do queijo pago; por sua vez, esse é atribuído exclusivamente pelo comerciante.

No dia da feira, as mulheres deslocam-se das suas comunidades para a sede municipal, transportando em caminhões, camionetas e ônibus, a produção de queijo obtida durante a semana. Quando chegam ao ponto de venda, entregam-na diretamente aos comerciantes escolhidos. Os queijos são pesados e, posteriormente, efetua-se o pagamento. Esse sistema de comercialização perdura por um período superior a 20 anos. O montante comercializado semanalmente supera uma tonelada.

No município de Nossa Senhora da Glória são comercializados cerca de 800kg a 1.000kg semanalmente. Nesse município existem indústrias de todos os

portes, sendo o segundo maior número de fabriquetas de queijo que demandam o leite dos estabelecimentos rurais.

Na comercialização, imperam as relações de poder dissimétricas, distanciadas, frias, entre produtoras e comerciantes. As camponesas ficam nas proximidades do mercado municipal com a sua produção de queijo de coalho depositada em caixas plásticas cobertas com tecidos à espera dos comerciantes. Quando a oferta condiz com a realidade, elas entregam a produção; caso contrário, ficam à espera de novos compradores. À medida que avança o tempo, elas desistem de esperar preços condizentes para o produto e entregam a produção, pois necessitam do recurso para adquirir gêneros alimentícios e, no verão, para a compra de rações utilizadas na alimentação do gado.

Tais relações comerciais estão baseadas no dinheiro líquido, indispensável para a reprodução social similar àquelas desenvolvidas no circuito inferior da economia urbana, ilustrado por Santos (2004).

No momento da comercialização, elas afirmam a importância do produto, mas não o defendem ou buscam projetos que deem visibilidade. Por outro lado, encontram-se “sozinhas”, individualizadas, sem liderança e sem organização, sob poder fragilizado. Logo, apresenta-se nula a “capacidade que têm de manter uma relação dissimétrica em seu proveito e de forçar a aceitação de suas condições” (RAFFESTIN, 1993, p. 35). Essa incapacidade foi evidenciada nas relações com a rede institucional e com a rede comercial.

Ainda foram encontradas outras formas de comercialização do queijo de coalho caseiro no sertão sergipano. Alguns membros da rede comercial que operam nas feiras da capital do estado percorrem determinados estabelecimentos rurais e asseguram a compra *in loco*. O pagamento é realizado no prazo de oito dias. Comumente, essa rede é formada por parentes, vizinhos ou amigos que moram na capital ou que em determinados dias da semana dirigem-se para Aracaju com a finalidade específica de revender os derivados.

De acordo com as produtoras de queijo, com a alimentação do gado à base de pastagem, o leite apresenta um maior rendimento, o que resulta na produção de um quilo para cada oito litros de leite. Enquanto isso, no período da estiagem, muda a base alimentar do rebanho – insere-se a palma forrageira e outros suplementos como a soja –, e o rendimento do leite para elaboração do queijo diminui. Para cada 10 litros produz-se um quilo de queijo de coalho.

De forma resumida, a Tabela 2 apresenta cálculos a partir de uma média da produção diária estimada pelas produtoras. O lucro obtido com a comercialização do queijo caseiro compõe de forma significativa a renda familiar, por vezes não valorizada, mas, no cômputo final, torna-se essencial à reprodução camponesa sertaneja.

Tabela 2 – Sertão do São Francisco (Sergipe) – Produção e renda do queijo caseiro (2009)

Produção média diária ² de leite	Queijo de coalho caseiro dia/kg	Produção de queijo de coalho semanal quantidade/kg	Renda semanal		Renda mensal	
			Valor do quilograma: R\$		Valor (R\$)	
			5,00	7,00	5,00	7,00
30 litros	30kg	21kg	105,00	147,00	450,00	630,00
50 litros	50kg	35kg	175,00	245,00	750,00	1.050,00

Fonte: Pesquisa de campo (MENEZES, 02/2009).

A continuidade dessa produção está intrinsecamente relacionada aos modos de vida, aos valores que os referenciam e à dimensão socioeconômica, por meio das inter-relações das atividades leite-queijo-suíno, que proporcionam uma renda com a comercialização dos produtos. A (re)afirmação do queijo caseiro ressurge como instrumento ou estratégia para a reprodução social e continuidade no território por esses atores, imbuída de forte sentimento de identidade. Entretanto, essas mulheres camponesas não reconhecem a sua produção como um atributo territorial. Embora participem de associações rurais, jamais discutem sobre produto, renda obtida e perspectivas da referida atividade.

Conformando a renda total da família, operam semestralmente a venda de suínos rotulada como poupança. Segundo as referidas camponesas, essa renda é utilizada na aquisição de bens industrializados como parabólicas, televisores e geladeiras, e nas emergências ou doenças. Livram-se da “poupança” e a renda obtida com a venda é empregada na compra de medicamentos ou de outros serviços médicos. Esses fatos apontados vislumbram a importância da referida alternativa para a reprodução do campesinato no território sertanejo sergipano.

Quanto ao mercado consumidor, observam-se no mercado central, em Aracaju, e nas feiras livres as razões para o cidadão ser um mercador ou consumidor e para a procura do queijo de coalho caseiro. Eles justificam a qualidade do produto que consideram superior aos demais elaborados, e ressaltam a menor quantidade de soro existente, fruto da maturação de dois, três ou até cinco dias, diferenciando dos demais queijos de coalho produzidos no mercado formal e informal, porque se apresentam sem maturação. Esse queijo é preferido no consumo nas refeições diárias, usado como recheio em pastéis e nas tapiocas e principalmente comercializado assado nas praias, sendo preferido pelos comerciantes e consumidores.

2 A produção mensal com base em 30 dias e a produção anual em 364 dias – uma vez que existe um único dia no decorrer do ano no qual não se produz queijo: a Sexta-Feira da Paixão.

Até o presente, verificou-se a inexistência de qualquer projeto que trate da produção de derivados de leite caseiros pelo setor público; inexistiu sequer um mapeamento dessa produção em Sergipe. Nos referidos municípios, não a (re)conhecem como uma atividade essencial no cômputo da renda camponesa.

Considerações finais

A dimensão das transformações ocorridas no sertão sergipano repercute não exclusivamente no meio ambiente, mas nas relações sociais e culturais. Com a expansão da pecuária por todos os tipos de estabelecimentos, surgem “novas” atividades direcionadas ao beneficiamento do leite. No entanto, ocorrem esgarçamentos na tradicional produção de queijos, envolvendo a redefinição dos termos nos quais estavam construídas as relações de gênero. É de se esperarem os atritos entre as produtoras detentoras do saber-fazer e aqueles que agora monopolizam a produção de queijos. No entanto, esses não ocorrem, porque a forma de participação das mulheres foi alterada, mas a tradição do saber-fazer continua no seu território “de dentro” (na casa), embora o seu trabalho não mercantil contribuisse para a manutenção de uma tradição e da família e para geração de renda. À medida que a atividade queijeira tornou-se rentável e deslocou-se do interior “para fora” das residências, o homem tornou-se o responsável pela produção.

Contraditoriamente ao renunciado por muitos, o queijo de coalho caseiro, elaborado sob a responsabilidade das mulheres como uma estratégia autônoma e repassada por gerações, persiste contribuindo para a reprodução social e econômica das famílias camponesas. A distintividade desse produto é reconhecida pelos consumidores. Diante de outros similares, elaborados pelos demais tipos de estabelecimentos integrantes do mercado formal e informal existentes no território, o queijo coalho caseiro do sertão é o solicitado. Portanto, em contexto socioeconômico distinto, de expansão da mercantilização de diversos produtos, muitos deles outrora em posições marginais frente ao mercado, a valorização do queijo coalho como mercadoria veio a ser redimensionada como marcador não só de identidade territorial, mas também da contribuição do trabalho doméstico, domínio especial da autoridade feminina, como conformador do sistema produtivo regional.

Referências

- ALMEIDA, Maria G. de. Territórios e territorialidades. *Revista da ANPEGE*, Fortaleza, p. 103-114, 2005.
- ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Orgs.). *Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares*. Goiânia: Vieira, 2008. p. 47-74.

- ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- CASCUDO, L. de C. *História da alimentação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- CLAVAL, Paul. *La géographie culturelle*. Paris: Nathan, 1995.
- _____. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (Orgs.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 59-97.
- DEBEUX JÚNIOR, J. C. B. Cenário atual da produção leiteira pernambucana: caracterização e identificação de demandas tecnológicas. In: SEMINÁRIO IDENTIFICAÇÃO DE RESTRIÇÕES ECONÔMICAS E INSTITUCIONAIS AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR LEITEIRO NACIONAL-REGIÃO NORDESTE, 1998, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: [s.n.], 1998. p. 63-68.
- DINIZ, José A. F. *A condição camponesa em Sergipe: desigualdade e persistência da agricultura familiar*. Aracaju: NPGeo-UFS. 1996.
- GOTTMANN, Jean. The evolution of the concept of territory. *Social Science Information*, [S.l.], p. 29-47, v. 14, n. 3-4, 1975.
- MENEZES, Sônia de S. M. *A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território sergipano das fabriquetas de queijo*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. 359 f.
- _____. *As fabriquetas de queijo: uma estratégia de reprodução camponesa no município de Itabi*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2001. 161 f.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: EUSP, 2004.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SORJ, B. *Estados e classes sociais na agricultura brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1986.
- SOUTO, Miguel H. *Caminhos e descaminhos da atividade leiteira no Noroeste de Sergipe*. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1998. 139 f.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. *Camponeses e criadores na formação social da miséria*. 1981. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Comp.). *Uma nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-44. (Coleccion Grupos de Trabaho de CLACSO).

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: Edunb, 1995.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaus. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1997.

PRÁTICAS ALIMENTARES ENTRE CAMPONESES: EXPRESSÃO DE RELAÇÕES FAMILIARES E DE GÊNERO

*Josiane Carine Wedig**

*Renata Menasche***

Neste artigo, buscamos identificar, a partir do olhar sobre as concepções que orientam a produção e o consumo da comida, transformações nas relações sociais vividas por camponeses. Nossa atenção estará centrada nas classificações e hierarquizações que agricultoras e agricultores elaboram; e não apenas quanto à comida que produzem e consomem. Mas, concomitantemente, em relação àquelas classificações que operam sobre si mesmos, sobre os membros da família e da comunidade rural, conferindo particular ênfase às mediações referidas às relações de gênero.¹

A comida, tal como aqui a abordamos, é compreendida para além de sua materialidade e dimensão fisiológica, sendo assim entendida como “boa para pensar”, uma vez que a partir dela podem ser reconhecidas dimensões da vida social conformadoras dos sentidos que referenciam modos de viver. Entendemos, dessa forma, a comida como elemento que “fala” sobre família, homens e mulheres.

A realização dessa pesquisa ocorreu em uma comunidade rural no Rio Grande do Sul, na região do Vale do Taquari, a partir de convivência cotidiana com famílias rurais que lá residem. Acompanhamos as famílias em suas casas, na horta, no quintal, na roça, no trato com os animais, nos rituais de *carnear*, nos cultos, nas festas da comunidade, reuniões de clube de mães, jogos, atividades da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (Oase),² entre outros. Nesses espaços, conversamos com agricultoras e agricultores e registramos aspectos de seu cotidiano, em diário de campo e fotografias.

* Licenciada e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

** Doutora em Antropologia Social. Professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), vinculada ao bacharelado em Antropologia e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais; professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).

1 Cabe ressaltar que a dimensão de gênero, como categoria analítica, é aqui apreendida a partir do trabalho referencial de Scott (1995), que salientou a construção social das diferenças entre os sexos.

2 É um grupo de mulheres ligadas à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que se reúne para estudos bíblicos, assistência a doentes da comunidade e interação com grupos de mulheres de outras localidades.

Da pesquisa de campo

Para a construção desta pesquisa, fez-se uso do método etnográfico. Segundo Fonseca (2004), esse método é fundado na procura de alteridades, ou seja, na busca de outras maneiras de ver, ser e estar no mundo. Nesse tipo de pesquisa, o investigador procura entender o que está sendo dito por seus interlocutores, buscando apreender os significados das relações sociais. A autora assinala ainda que, na pesquisa etnográfica, são observadas as múltiplas linguagens presentes na situação de estudo, as práticas sociais e os princípios informais que referenciam a vida cotidiana, inscritos no fluxo de comportamentos. Para tanto, consideramos fundamental levar em conta uma diversidade de expressões para a compreensão de universos culturais: trabalho, alimentação, organização das casas, festas, religiosidade, entre outras.

Seguimos nossa investigação valorizando a observação participante, o registro do que foi verificado em diário de campo, a entrevista aberta, o contato direto e pessoal com os habitantes da comunidade analiticamente considerada. Acompanhamos as atividades diárias na roça, no quintal e em casa, as práticas alimentares, os rituais festivos e religiosos, as reuniões, entre tantas outras atividades. Cabe salientar que a pesquisa se realiza “no lugar e não sobre o lugar”.

Como ensinou Geertz (1989), o *locus* do estudo não é o estudo. Tendo em conta que estudamos um tema e não um lugar, ainda assim apresentamos uma breve descrição da região e da localidade em que a pesquisa foi realizada. Acreditamos ser importante essa contextualização, especialmente se, tal qual Fonseca (2004), percebemos a importância do lugar de residência para a organização social, em particular no que se refere às redes de vizinhança e parentesco. Desse modo, o exercício de caracterização do local é indispensável para conhecer algumas das especificidades que o envolvem.

A comunidade de Fazenda Lohmann, na qual a pesquisa foi realizada, está situada no interior do município de Roca Sales, na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. É constituída por pequenas propriedades rurais, a maioria das quais não excede 15 hectares.

Os habitantes são predominantemente descendentes de alemães. Em conversas diárias, eles utilizam o dialeto alemão Hundsruick, informação que consideramos importante, na medida em que, tal como Gaviria e Menasche (2006), em estudo realizado na mesma região, corroboramos que a identidade étnica é ali constantemente evocada pela utilização de dialetos. Por eles são tecidos os assuntos cotidianos e a sociabilidade vicinal, expressando, desse modo, valores que perpassam as relações sociais; e evidenciam a associação entre esses elementos identitários e modos sociais de vida.

Adotamos, neste trabalho de pesquisa, os limites da comunidade apontados pelos próprios interlocutores, classificação que extrapola os limites

consignados pela municipalidade. Para os comunitários, são consideradas famílias-membro da comunidade aquelas que moram em localidades próximas, que se afiliam à igreja e que estão vinculadas às entidades coletivas reconhecidas na localidade.

O centro da vida comunitária organiza-se nas margens da estrada principal, que corre paralela ao rio Taquari: de um lado, vê-se a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), cujo sino anuncia o despertar do dia, o meio-dia, o anoitecer e os acontecimentos locais, como falecimento, casamento, passagem do ano e cultos. Ao lado da igreja, localiza-se o cemitério e uma casa comercial, com bar e cancha de bocha. Em frente a ela, situa-se o salão comunitário. Ao lado do salão, está a antiga escola comunitária.³ Como demonstração dos princípios de organização entre os moradores reconhecidos como afiliados ao mesmo universo social e espacial, há também o coral comunitário, fundado em 1914. Há, ainda, as organizações comunitárias correspondentes à gestão da água e do telefone rural comunitário.⁴ As formas de gestão do uso da água são referentes a dois poços que foram perfurados coletivamente e que fornecem água potável para todas as famílias da comunidade.

Durante a semana, caminhando pela localidade, podemos observar as atividades na lavoura, altamente mecanizadas, com tratores, ceifadeiras, colheitadeiras. Vemos homens e mulheres *tratando* frangos e suínos, respectivamente nos aviários, chiqueiros,⁵ cortando capim no pasto, *tirando* leite,⁶ trabalhando na horta.

O trabalho na roça é, em boa medida, realizado a partir de máquinas agrícolas, que os agricultores familiares dali comumente possuem. Os que não têm máquinas recorrem à “ajuda” de vizinhos ou de algum conhecido, especialmente para a realização do trabalho nos cultivos comerciais (soja e milho).

Explicitadas brevemente as condições situacionais para a realização da pesquisa e as características da área e da população estudadas, nos deteremos, a seguir, sobre os elementos de classificação e hierarquização das relações de gênero. Eles serão concebidos em associação às classificações alimentares e também às outras dimensões da vida cotidiana das famílias rurais consideradas nesta pesquisa, que se exprimem em momentos excepcionais, dedicados aos rituais.

3 A escola era mantida pela comunidade: os pais pagavam o salário do professor e mantinham a estrutura. Essa escola foi desativada e hoje um ônibus escolar leva as crianças a escolas da cidade de Roca Sales.

4 O telefone rural comunitário tem uma central telefônica, que recebe as ligações eletronicamente, as registra e repassa para os ramais instalados na localidade.

5 São muitos os aviários e chiqueiros presentes na localidade, estabelecidos em sistema de integração com grandes agroindústrias.

6 Há a produção de leite para consumo doméstico e a destinada às indústrias de laticínios, nesse caso, valendo-se de instrumentos mecanizados.

Trabalho e hierarquia

A hierarquia, tal como aqui a compreendemos, é baseada na proposta de Dumont (1997), ao afirmar que a organização das mais diversas sociedades está permeada por classificações, envolvendo hierarquizações – referentes a tempo, espaço, homens e mulheres. As classificações indicativas das hierarquizações, por sua vez, não se confundem com autoridade e poder, ainda que possam, em determinados casos, estar relacionadas a esses princípios de ordenação social. Para o autor citado, as classificações e hierarquias a elas correspondentes estão intimamente associadas à oposição, distinção, valoração, identidade e gradação.

No percurso analítico aqui desenvolvido, procederemos, de início, à reflexão sobre as classificações relacionadas ao *trabalho*, para, na sequência, perpassarmos as classificações sobre espaços e, depois, nos debruçarmos mais especificamente sobre aquelas relacionadas à *comida*.

Como apontaram alguns estudos relativos ao campesinato, muitos deles consagrados na literatura brasileira, as classificações sobre pessoas podem ser elaboradas a partir das relações por elas estabelecidas no mundo do trabalho. Mencionamos aqui, entre outros, os estudos realizados por Heredia; Garcia; Garcia Junior (1984), Paulilo (1987), Woortmann e Woortmann (1997) e Brumer (2004), que, ao observarem a organização do trabalho em famílias camponesas, concluíram que há diferenças de gênero e geração, posto que homens e mulheres se ocupam de atividades diferenciadas, umas mais valorizadas que outras, ocorrendo, assim, uma hierarquização do desempenho no trabalho, associada a uma hierarquização entre pessoas. Esses elementos foram também notados no contexto de pesquisa aqui abordado.

Os estudos citados sobre a divisão sexual do trabalho, na agricultura, apontam que as mulheres têm ocupado uma posição de subordinação à autoridade centralizada do marido, razão pela qual seu trabalho é (em muitos casos) definido como *ajuda*, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens e mesmo que realizem as mesmas atividades (BRUMER, 2004).

Por essa divisão sexual das atividades, a responsabilidade pelo trabalho considerado produtivo (produção destinada à comercialização) é usualmente incumbência masculina, enquanto o trabalho reprodutivo (cuidado com as crianças, com a casa, preparação da comida) é considerado de responsabilidade das mulheres. Sendo menos reconhecido, o trabalho feminino permanece marcado por certa invisibilidade (BRUMER; PAULILO, 2004).

Em Fazenda Lohmann, tal como apontado pelas autoras anteriormente citadas, é comum que as mulheres acompanhem cotidianamente seus maridos na roça. No entanto, mesmo quando realizam as mesmas tarefas que os homens no roçado, o trabalho delas é entendido como *ajuda*, já que o domínio da roça, em termos de classificação, é espaço masculino. Ainda que as mulheres, bem como os filhos, realizem o mesmo trabalho que os homens no espaço do roçado,

dados os significados que definem a hierarquia familiar, eles apenas *ajudam*, visto que quem *trabalha* é o pai.

Entre os camponeses, são elaboradas classificações que opõem as concepções de trabalho *pesado* e trabalho *leve*. Nesse sentido, tem-se como particularmente esclarecedor o estudo de Paulilo (1987), que mostra ser o trabalho considerado leve ou pesado, dependendo de quem o realiza, ou seja, as diferentes atividades são valoradas a partir da classificação hierárquica dos membros da família que as executam. A autora observou que capinar é considerado trabalho *leve* em contexto de pesquisa em Santa Catarina, razão pela qual é feita por mulheres agricultoras. Já em contexto rural da Paraíba, a mesma atividade, realizada por homens, é considerada trabalho *pesado*. Assim é que, entre os agricultores estudados por Paulilo, são classificadas como *leves* as tarefas executadas por mulheres, enquanto são consideradas *pesadas* aquelas desempenhadas por homens.

Nesse sentido, tendo presente haver uma série de hierarquizações que se manifestam a partir da divisão do trabalho entre homens e mulheres, buscaremos, em seguida, analisar como eles se expressam a partir das classificações de espaços e pessoas.

Espaços e classificações

Tal qual em estudos realizados anteriormente em diferentes contextos camponeses brasileiros, a exemplo dos trabalhos de Heredia; Garcia; Garcia Junior (1984) e Moura (1978), na pesquisa realizada em Fazenda Lohmann identificamos classificações que associam espaços a pessoas, mais especificamente referentes a relações sociais de gênero.

No contexto da pesquisa aqui apresentada, a cozinha (*dentro*) é um espaço fundamentalmente da mulher e, de forma mais precisa, da mãe de família, que o coordena com o auxílio das filhas. Já a roça, a lavoura, os aviários e chiqueiros (*fora*) são de domínio masculino.

A casa – e, no interior dela, a cozinha – é identificada como espaço de domínio feminino, sendo a preparação da comida sempre de responsabilidade da mãe de família. As mulheres, além do trabalho em casa e na roça, tratam dos animais no quintal, tiram leite, cultivam a horta.

As crianças, desde cedo, são socializadas nesses espaços de trabalho, de acordo com o sexo. Os filhos, no processo de aprendizado do modelo de masculinidade, acompanham o pai em suas atividades, tanto nas que se desenvolvem na roça e na lida com os animais, como naquelas realizadas no espaço externo à propriedade, como a comercialização dos produtos agrícolas. Por outro lado, as filhas aprendem, desde cedo, as lidas domésticas.

Woortmann e Woortmann (1997), em pesquisa dedicada a analisar o trabalho e a vida de sitiantes sergipanos, observaram que *fora* é espaço do homem,

que produz os alimentos para *fora*, para o mercado. Já as mulheres trazem os alimentos de *fora* para *dentro*, ou seja, do domínio do roçado para a casa, onde serão transformados em comida.

Sobre a oposição *dentro-fora*, associada respectivamente a mulheres-homens, cabe considerar, em referência a nosso contexto de pesquisa, aquilo que Fonseca (2004) afirmou em estudo realizado junto a grupos populares de Porto Alegre. A autora sugere que essa oposição deve ser utilizada com cautela, já que ambos os espaços são povoados pelos dois sexos. Ainda assim, Fonseca (2004) indica não deixar de ocorrer uma associação desses espaços às definições relacionais de gênero, de modo a definir socialmente os lugares.

No contexto dessa pesquisa, a oposição do espaço relacionada às relações de gênero, observada no contexto familiar, é também identificada no espaço coletivo, isto é, no universo de relações concebido como comunidade. No que se refere aos espaços de lazer, os bares/armazéns, as canchas de bocha e os jogos de futebol são classificados como espaços masculinos, constituindo-se no terreno privilegiado do lazer masculino. As mulheres, em seus momentos de lazer, dedicam-se à visita e/ou fazer artesanato (crochê, bordado, tricô). Elas fazem parte também do grupo Oase e do Clube de Mães e, a partir desses, frequentam atividades festivas de grupos de outras localidades.

No entanto, com relação às mulheres mais jovens, observa-se que, atualmente e cada vez mais, elas vêm deixando de participar das atividades de lazer caracterizadas como femininas, passando a realizar outras, usualmente classificadas como masculinas, como frequentar bares e organizar times de futebol feminino – isso em centros urbanos, local em que “essa liberdade”, como contam, é mais permitida.

Assim, também a partir das classificações que relacionam pessoas e espaços, podemos notar como operam os princípios de produção de hierarquias entre homens e mulheres no caso aqui considerado.

A dimensão simbólica da comida: refeições cotidianas e em finais de semana

Dedicamo-nos, na sequência, a descrever algumas classificações e hierarquizações associadas à comida, que não apenas perpassam a sociabilidade das famílias camponesas pesquisadas (tema amplamente considerado em estudos da antropologia da alimentação), como também demonstram que as práticas alimentares comportam, além de seu caráter indispensável para a sobrevivência humana, a dimensão do imaginário, do prestígio e da diferenciação social.

Cabe ressaltar que estudos sobre a alimentação nas diversas sociedades humanas – dentre esses os estudos antropológicos, a partir dos quais foram destacadas especificidades que caracterizam diferentes sociedades e grupos – têm uma longa trajetória. Esses estudos referem-se também à história da cir-

culação da comida entre os países, à sua utilização em sacrifícios e rituais, aos utensílios utilizados para prepará-la e consumi-la, entre outros.⁷

Comer pode parecer, num primeiro olhar, uma atividade banal da vida cotidiana, que atende tão somente às necessidades fisiológicas de recomposição de energias do corpo. Porém, se observarmos de maneira mais atenta, notaremos que a comida se apresenta como parte fundamental da cultura de cada sociedade, pois através dela expressam-se identidades sociais. Como assinala Fischler (1979), o homem é um onívoro que se alimenta tanto de animais como de vegetais, mas que, igualmente, se alimenta de imaginário – o que confere à comida uma dimensão cultural.

Cada sociedade elege, dentro de um conjunto de possibilidades de alimentos comestíveis, aquilo que fará parte de sua alimentação, como destacado por Da Matta (1987). Ele afirma que, em toda parte, as pessoas têm de comer, mas cada sociedade define, a seu modo, o que é comida. As escolhas alimentares expressam características e diferenciações culturais entre os grupos e entre seus membros. As diferentes culturas elaboram classificações relativas à comida cotidiana, de finais de semana e de festa, às formas como a comida deve ser consumida, sobre quem deve estar presente à refeição, quem deve comer que tipos de comida, expressando, desse modo, que o comer, em cada sociedade, é carregado de significados que referenciam classificações e hierarquizações.

As classificações alimentares, operadas em diferentes sociedades, evidenciam, como apontado por K. Woortmann (1985), que entre uma variedade de alimentos possíveis são realizadas escolhas segundo cada tipo de pessoa, em cada estágio da vida, e, por meio delas, podem revelar-se diferenças de gênero e geração.

Por meio da comida, mostram-se especificidades e diferenciações culturais, que podem ser notadas a partir do estranhamento que causam hábitos alimentares de diferentes sociedades. Como afirma Mintz (2001), o comportamento relativo à comida revela a cultura em que cada um está constituído. Os hábitos alimentares de cada grupo fazem parte de sua bagagem cultural – são apreendidos desde criança – e, mesmo quando são posteriormente transformados, permanecem na memória alimentar.

Lévi-Strauss (1979) mostrou que a cozinha constitui uma atividade humana universal, dado que em todas as sociedades há cozimento de alguns alimentos. Os hábitos alimentares, segundo esse autor, nos permitem conhecer uma sociedade, podendo a comida ser entendida como uma linguagem na qual se traduz sua estrutura: a partir da comida, podem-se reconhecer elementos de natureza social, econômica ou religiosa de cada grupo, além das diferenciações entre homens e mulheres, família e comunidade, economia e prodigalidade, sagrado e profano.

7 Para um panorama do tema no campo das Ciências Sociais, indicamos o clássico artigo de Mintz (2001), bem como o capítulo introdutório do livro de Goody (1995) e, ainda, mais recente e a partir do ponto de vista da Sociologia, um artigo de Díaz Méndez e Gómez Benito (2005). Vale ainda consulta à tese de Dutra (2007).

Para as famílias consideradas em nossa pesquisa, a comida é elemento central, já que o trabalho realizado para a obtenção do alimento – tanto aquele *pro gasto* como aquele a ser comercializado – ocupa grande parte de seu tempo, pois organizam o cotidiano a partir de um ritmo orientado, em grande medida, pela agricultura e pelos processos de preparação da comida.

Inspiramo-nos em estudos como o de K. Woortmann (1985), que mostra se caracterizar a refeição não apenas como ato de comer, mas igualmente como ato ritual, que reproduz de forma simbólica a hierarquia da família: a cada refeição, a família tanto alimenta seus corpos, como reproduz suas representações. Entende-se, tal qual afirma o autor citado, que a comida “fala” da família, do corpo e das relações sociais. Do mesmo modo, mas em outro contexto de pesquisa, Counihan (2004, p. 1) observou que as narrativas culinárias consistem em expressão significativa da cultura, da história, da identidade, da família e das relações de gênero de cada povo: “a divisão do trabalho em torno da comida expressa papéis e relações de gênero”.

No contexto de nossa pesquisa, o dia dos agricultores começa com o chimarrão, seguido do café da manhã. Encaminham-se, então, homens e mulheres, para tratar os animais (bois, porcos e galinhas) e ordenhar as vacas, no estábulo. Na maioria das famílias, as mulheres ficam responsáveis pelo trato e ordenha das vacas, e os homens pelo trato dos outros animais. Após essas primeiras atividades do dia, dirigem-se para realizar o trabalho nos aviários e chiqueiros (produção integrada) e/ou na roça. Cabe mencionar que, mesmo que famílias não realizem alguma dessas atividades, o horário entre o café da manhã e o almoço é o tempo de trabalho *fora* de casa, para homens e mulheres que se dedicam às atividades desenvolvidas no quintal, no potreiro, nos aviários, nos chiqueiros e na roça.

Próximo ao meio-dia, as mulheres (principalmente a mãe de família) encaminham-se para casa, com o propósito de preparar o almoço. Os homens, nesse período, ocupam-se dos animais.

Ao anoitecer, os agricultores, homens e mulheres, retornam da roça e, antes de entrar em casa, dedicam-se à ordenha das vacas e ao trato dos animais. Já em casa, as mulheres preparam a janta e, após o jantar, realizam atividades como lavar ou reparar alguma roupa, limpar a casa, encaminhar o almoço do dia seguinte, entre outros afazeres domésticos, o que caracteriza uma situação de dupla jornada de trabalho. Os homens, eventualmente, auxiliam-nas em alguma dessas tarefas.

Entre os agricultores da Fazenda Lohmann, apenas o almoço é percebido como refeição, em que se come o que denominam *comida* (*Essen*). A carne, o feijão e o arroz constituem a comida por excelência, *o que nunca deve faltar*. O almoço é a refeição caracterizada como *forte*. Isso se deve, possivelmente, ao fato de esta encontrar-se entre dois períodos de trabalho e ser necessária para repor as energias gastas nas atividades agrícolas. Já as refeições da manhã e da noite, os agricultores denominam-nas *café* (*Kaffee*), salientando que *comida* é consumida apenas no almoço.

Podemos perceber uma relação entre comida e trabalho, já que o café da manhã e o jantar são considerados como de menor importância: o primeiro por ser precedido de um período de sono/descanso, e o segundo porque seguido pelo período de sono/descanso, de não trabalho. Observa-se que o almoço ocupa lugar central não só na hierarquia das refeições, como também na composição da hierarquia dos alimentos, já que os alimentos considerados mais importantes são aqueles consumidos durante o almoço (WOORTMANN, 1985).

O almoço de domingo, para essas famílias rurais, é a refeição ritual por excelência. O domingo é considerado dia de não trabalhar, de descansar, de inverter o cotidiano, de ir ao culto, de receber e visitar amigos e parentes. Esse é o dia de preparar o churrasco, de comer – principalmente – carne.

O churrasco é o prato mais valorizado: além de ser servido no domingo, acompanha também as ocasiões festivas. No domingo, excepcionalmente, quem prepara a refeição (assa a carne) é o pai. As mulheres preparam as saladas e o pão, que acompanham aquele prato principal. Assim, podemos compreender que, entre o prato principal, preparado pelo homem, e os acompanhamentos, preparados pela mulher, exprime-se, nesse contexto específico, a hierarquia das formas de participação entre o pai e a mãe.

A carne é considerada a comida mais *forte* e, nesse sentido, está relacionada ao pai, também considerado o membro *forte* da família. Temos, assim, uma hierarquia conjugada entre comida (carne), pessoa (pai) e tempo (domingo).

Excetuando-se a de domingo, são sempre as mulheres que preparam as refeições. Elas comentam que continuam a cozinhar da mesma forma que suas mães faziam, apontando para saberes repassados através de gerações. Algumas têm cadernos de receitas elaborados em língua alemã pelas avós (quando essas ainda não falavam português), os quais, em suas páginas amareladas pelo tempo, apontam um mundo de saberes e práticas alimentares que acompanharam esse grupo de agricultores. Muitas das receitas foram sendo transmitidas, entre as sucessivas gerações de mulheres, também pela tradição oral, evidenciando que cozinhar é, entre elas, uma atividade historicamente feminina.

Nas casas de Fazenda Lohmann, podem-se observar, lado a lado, alimentos colhidos e produzidos na roça e no quintal, os preparados em casa e aqueles industrializados.

Os alimentos comprados são classificados pelos agricultores como *miudezas* (*Kleinigkeiten*), conforme constatado durante as visitas: *no mercado, compramos apenas as Kleinigkeiten* – entendidas aqui como coisas de menor importância. Essa classificação de *miudezas* é salientada mesmo quando os alimentos comprados são consumidos em maior quantidade do que aqueles produzidos. Essa expressão pode ser entendida como uma maneira de opor a comida produzida na roça ou no quintal pela família – mais valorizada, como questão de honra familiar – àquilo que é de *fora*, adquirido no mercado.

Segundo comentam os interlocutores, há alguns anos, principalmente até o final da década de 1990, os alimentos comprados (industrializados) eram bem poucos. Posteriormente, passaram a ser adquiridos em maior quantidade, sendo portadores de grande prestígio e, por isso, ofertados em ocasiões especiais, em que visitas eram recebidas ou quando da realização de festas, o que traduzia a honra da família que podia oferecê-los. Atualmente, os alimentos industrializados estão cada vez mais acessíveis e difundidos, passando a fazer parte do consumo cotidiano das famílias.

Nos últimos anos, tem-se observado uma revalorização de elementos associados ao rural, bem como da comida que a ele remete, a qual se expressa na busca de pessoas do meio urbano por alimentos da roça – podem-se observar, na localidade, pessoas da cidade que vêm comprar produtos diretamente dos agricultores –, bem como pela própria valorização dos agricultores de seus alimentos, reconhecidos por eles como mais saudáveis e melhores. A disseminação de eletrodomésticos, difundidos rapidamente no meio rural, também criou adaptações nas formas de preparo da comida. Os utensílios “modernos” de cozinha são os identificados pelos agricultores como mais práticos, mais rápidos, enquanto os “tradicionais” são classificados como aqueles em que a *comida fica melhor*. Destarte, encontramos esses artefatos lado a lado, sendo usados de acordo com o tempo disponível, a ocasião e a comida a ser preparada.

Podemos apreender que, na conformação das refeições cotidianas e de finais de semana, está presente certa divisão hierárquica organizada segundo modos de constituição de relações de gênero, em que se associam hierarquias de tempo, comida e pessoa. A partir das refeições desses agricultores, é possível observar também dimensões da modernização da agricultura que ali se processou.

Plantar, colher, criar e *carnear*

Plantar, colher, criar e *carnear* são atividades por meio das quais se pode observar a forma como homens e mulheres, reconhecidos como especificamente responsáveis por ocupações diferenciadas, desempenham seu trabalho.

A horta e o quintal são espaços de cultivo do qual ficam encarregadas as mulheres. É ali que, em geral, elas plantam a maior parte dos alimentos utilizados na cozinha e que são para o *gasto*. Esse espaço é completado com um *Eckchen* (cantinho) da roça, onde se produz feijão, cana-de-açúcar, aipim, batata-doce e amendoim para o consumo familiar.

Já as lavouras comerciais estão, na maior parte dos casos, sob responsabilidade do pai de família – apenas em casos raros, quando não há homens na família, a mulher pode vir a assumir esses compromissos.

Desse modo, podemos observar que – conforme alguns estudos já destacaram anteriormente – o trabalho das mulheres é mais voltado para atender

ao autoconsumo da família. Zanetti e Menasche (2007), em pesquisa realizada no Vale do Taquari entre famílias rurais descendentes de imigrantes italianos, observaram que as mulheres se dedicam muito mais à produção destinada ao consumo familiar, comumente menos valorizada – no que diz respeito ao investimento de tempo e recursos –, do que a destinada à comercialização, em que se emprega outra tecnologia, a qual geralmente se desenvolve sob responsabilidade dos homens. As autoras apontam que os alimentos produzidos a partir do trabalho feminino, para autoconsumo da família, são considerados *miudezas*. Já os alimentos valorizados comercialmente costumam ser produzidos pelos homens, indicando, assim, que a hierarquia dos alimentos, bem como a dos espaços em que é realizada sua produção, tem correspondência na hierarquia no interior da família.

Outro exemplo dessa hierarquização de pessoas e alimentos presente nas práticas agrícolas das famílias rurais é o *carnear*. O *carnear* é uma atividade comum entre os agricultores de Fazenda Lohmann. Ocorre duas ou três vezes por ano em cada família e, nessas ocasiões, são comumente abatidos um porco e um boi. Esse ritual, além de propiciar alimentos para o sustento da família, nutre também as relações sociais.⁸

Vale notar que, atualmente, mesmo adquirindo em supermercados boa parte dos alimentos consumidos, os agricultores dali não deixam de realizar essa atividade. Compreende-se que, em razão de se configurar como o alimento mais valorizado nas refeições, a carne expressa a honra e o prestígio da família que a tem em abundância.

No ritual do *carnear*, observa-se a divisão do trabalho segundo princípios de diferenciação por gênero. As mulheres não podem participar do primeiro momento em que o boi ou porco é morto, pois, pelo que dizem os agricultores, *não se pode sentir pena do boi* (para evitar que o animal sofra), e as mulheres, nesse contexto, são percebidas como essencialmente emotivas e afetivas, em oposição aos homens, que seriam mais racionais.

Existem, ainda, outros impedimentos com relação à atuação das mulheres⁹ no ato de *carnear*. Por exemplo: quando estão *menstruadas*, elas não podem participar da produção do salame, pois, caso o façam, este pode estragar-se.

No dia de *carnear*, juntam-se, num primeiro momento, os homens, aos quais cabe capturar o boi, prendê-lo e matá-lo. É apenas quando são removidas as vísceras que se inicia o trabalho das mulheres. As vísceras são despejadas em um tacho de cobre e levadas para um local ao lado do estábulo, onde as mulheres passam a realizar a separação daquelas partes que serão utilizadas para a alimentação.

8 *Carnear* refere-se, entre os agricultores, ao abate de animais, principalmente boi ou porco. Esse ritual envolve a reunião de vizinhos e parentes, que auxiliam na atividade. Essa ajuda é retribuída com o oferecimento de carnes e derivados preparados e também com a participação no ritual quando o vizinho *carneia*.

9 Existe uma série de regras que se multiplicam entre os camponeses, prescrevendo comportamentos com respeito à menstruação, nascimento e morte, que mereceriam em si um estudo aprofundado.

As mulheres ocupam-se das vísceras (denominadas pelos agricultores como *miudezas*),¹⁰ alimento menos valorizado, enquanto os homens se dedicam à tarefa de partir a carne do boi. Se atentarmos para essa divisão, teremos novamente presente, também nesta atividade, a hierarquia relacionada à comida e às pessoas.

Do mesmo modo que observado por Nogueira (2004), em estudo realizado em Portugal sobre o ritual de matança do porco, pudemos observar, por ocasião do abate do boi em Fazenda Lohmann, que a atividade é fracionada em momentos particularmente femininos ou masculinos e, além disso, mantém-se à parte das tarefas que cabem a uns ou a outros.

Existem também rituais de caça, dos quais apenas os homens participam. Nessa atividade, configura-se a classificação que concebe que o espaço da mulher é o espaço de *dentro*, em oposição ao espaço de *fora*, considerado masculino. A caçada, que envolve o *fora*, o enfrentamento do desconhecido, da mata, é apenas permitida aos homens.

A pesca também é realizada apenas por homens, podendo-se estender a ela as mesmas relações estabelecidas para a caça, referentes à classificação do *fora e dentro*.

Esses diferentes momentos do *carnear* envolvem, assim, uma série de classificações e observância de divisão de competências e atribuições entre homens e mulheres.

Comida forte e comida fraca

Um dos tipos de classificação dos alimentos presentes em diversas sociedades é aquele ligado à oposição entre comida *forte* e *fraca*. Nesse sentido, como aponta K. Woortmann (1985), a categoria forte é entendida como aquela adequada para as pessoas sadias e não adequada para os doentes. Uma pessoa sadia deve comer comida *forte* para continuar sadia, para ter resistência no trabalho. A comida *forte* não é adequada para todos e, em alguns momentos, ela pode inclusive fazer mal. Para os velhos e doentes, a comida mais *fraca* é adequada. Já as mulheres e crianças, por mais que possam se alimentar da comida *forte*, não necessitam tanto dela como os homens adultos. Desse modo, observa-se uma relação entre a comida e a concepção diferenciada entre organismos de homens e mulheres, adultos, crianças e velhos.

No estudo realizado por Woortmann e Woortmann (1997) entre sitiantes sergipanos, esses autores observaram que o homem é identificado pelo trabalho *pesado*, que é por ele realizado por ser *forte*, razão pela qual se estabelece a classificação de alimentos: sendo *forte*, o homem necessita de comida *forte*, *comida de trabalho*.

10 Note-se que a expressão é empregada para diferentes itens, mas sempre denotando desvalorização.

Essa classificação entre comida *forte* e *fraca* foi também identificada no trabalho de Brandão (1981) sobre lavradores de Mossâmedes (Goiás), que consideravam comida *forte* aquela que tem *sustança*, ou seja, a que dá a sensação de saciedade. A comida é também classificada por eles segundo sua procedência: a comida da roça é colocada em oposição à da cidade, o que remete a um tempo de homens fortes, que viviam à época da fartura na roça – quando não havia penúria e não era necessário recorrer à aquisição de comida no comércio da cidade.

A oposição entre *comida* e *mistura* nas classificações alimentares foi assinalada por K. Woortmann (2006), salientando que aquilo que, entre seus interlocutores, é considerado *comida* vem do roçado, de domínio masculino, enquanto a *mistura* tem origem no quintal, de domínio feminino. Desse modo, são estabelecidas associações entre *forte* e *fraco*, *comida* e *mistura*, roçado e quintal, vinculadas às classificações de gênero.

Em nosso contexto de pesquisa, observamos que, do mesmo modo que são expressas classificações relacionadas à produção e preparação da comida, são também expressas hierarquizações sobre o comer e a comida em si. Emprega-se a categoria *forte* para remeter à comida que tem origem na roça e no potreiro, ambos de domínio masculino. Por outro lado, adotam-se as expressões *mistura* e *miudezas* (*Kleinigkeiten*) para designar o que vem do quintal, da horta, de domínio feminino. K. Woortmann chama atenção para essa hierarquia de alimentos e pessoas:

Se atentarmos para a hierarquia dos alimentos, onde a comida ocupa a posição superior e a mistura a inferior, teremos posta no prato a hierarquia entre os domínios do pai e da mãe e, ao mesmo tempo, a relação entre trabalho e não trabalho. (WOORTMANN, 1985, p. 11)

A comida é, em geral, classificada de acordo com o trabalho, sendo o pai de família entendido como aquele que trabalha no *pesado*, em oposição à mulher, mãe de família, e aos filhos. Na fala dos camponeses, ouvimos sempre que os homens comem mais, pois trabalham mais no *pesado*.

São ainda indicadas, pelas famílias ouvidas na pesquisa, outras diferenças nas escolhas alimentares de homens e mulheres: elas são identificadas por sua preferência *natural* por doces (ao mesmo tempo, são simbolicamente associadas ao temperamento dócil). Os homens, segundo contam, não gostam de doces e preferem as comidas salgadas e fortes: “Eu acho que os homens comem comida mais forte que as mulheres [...] Eles comem mais carne, gostam mais do feijão e as mulheres não gostam tanto disso” (Ernita, 80 anos).

Aqui podemos remarcar como essas relações remetem a hierarquias do trabalho e da comida, relacionadas à hierarquia constitutiva das relações de gênero.

Mudanças nas práticas e classificações alimentares

Neste estudo buscamos, a partir do olhar sobre a comida, entender as mudanças nas relações sociais, com base nas classificações e hierarquizações que os agricultores e as agricultoras elaboram e concebem não só quanto à comida que produzem e consomem, como também com relação às que operam sobre si mesmos.

Algumas mudanças vêm sendo identificadas nas práticas alimentares das famílias, principalmente no que se refere à presença cada vez maior de alimentos industrializados. No Vale do Taquari, isso se dá principalmente em razão de as unidades de produção se encontrarem cada vez mais voltadas à especialização, ou seja, dedicadas a aviários, chiqueiros e cultivo comercial de soja e milho. Também a renda proveniente das aposentadorias rurais passou a viabilizar o acesso a alimentos adquiridos sob forma mercantil.

Para as mulheres agricultoras, a aquisição de alimentos industrializados possibilitou redução do trabalho doméstico. Isso não quer dizer que não seja produzida ali uma diversidade de alimentos, mas sim que muitos dos alimentos que anteriormente eram produzidos na propriedade passaram a ser comprados (ainda que de vizinhos) (WEDIG; MENASCHE, 2008).

Observamos como a carne, principalmente a bovina, ocupa papel preponderante entre as famílias rurais, pois, sendo ela o alimento mais valorizado – associado, por ser o alimento mais *forte*, ao pai de família, também considerado o membro *forte* na hierarquia familiar –, não deixa de ser produzida mesmo quando outros itens já o deixaram, expressando a própria condição de agricultor, de quem, ao produzi-la, produz igualmente a honra da família.

Do mesmo modo que já dito em Menasche e Schmitz (2007, p. 9), pudemos identificar, neste estudo, que “se bem é verdade que, na agricultura e na alimentação, assim como nas demais dimensões do trabalho e da vida desses colonos, muita coisa tem se alterado, temos que, ao lado dos novos hábitos, convivem saberes e práticas herdados”.

Essas observações nos permitiram apreender mudanças que se operaram nas relações de gênero. No entanto, percebemos que mudanças em uma dimensão não representam necessariamente mudanças que se expressam nas demais. Se, de um lado, as mulheres têm conquistado direitos sociais, de outro, existem representações fortemente arraigadas no que diz respeito a classificações de hierarquias, em diversas dimensões da vida dos camponeses, que refletem as oposições fundamentadas nas concepções de gênero por eles partilhadas.

Assim, a partir do observado em nosso campo de pesquisa, talvez possamos sugerir estar em curso algo semelhante ao que Counihan (2004) apontou para o contexto que estudou, de famílias urbanas da região italiana da Toscana, em que ocorre, pública e formalmente, uma crescente equidade de direitos referentes a homens e mulheres, ao mesmo tempo em que as relações de subor-

dinação das mulheres continuam a ocorrer no interior das casas. E, podemos acrescentar, fenômeno que não constitui, muitas vezes, algo particular das famílias camponesas.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o camponato goiano*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.
- BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agricultoras no sul do Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 171-174, 2004.
- CASTRO, Josué de. *Fisiologia dos tabus*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nestlé, 1954.
- COUNIHAN, Carole. *Around the tuscan table: food, family and gender in twentieth century Florence*. New York: Routledge, 2004.
- DA MATTA, Roberto. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 22-23, 1987.
- DÍAZ MÉNDEZ, Cecilia; GÓMEZ BENITO, Cristóbal. Sociología y Alimentación. *Revista Internacional de Sociología*, Madrid, n. 40, p. 21-46, 2005.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarquicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EdUSP, 1997.
- DUTRA, Rogéria Campos de Almeida. *Famílias e redes sociais: um estudo sobre as práticas e estilos alimentares no meio urbano*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Programa de Pós-Graduação, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. 303 f.
- FISCHLER, Claude. Présentation. *Communications*, Paris, n. 31, p. 1-3, 1979.
- FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2. ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.
- GAVIRIA, Margarita Rosa; MENASCHE, Renata. A juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 13, n. 1, p. 69-82, 2006.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ltc, 1989.
- GOODY, Jack. *Cocina, cuisine y clase: estudio de sociologia comparada*. Barcelona: Gedisa, 1995.
- HEREDIA, Beatriz; GARCIA, Marie France; GARCIA JUNIOR, Afrânio. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma. *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. O triângulo culinário. In: SIMONIS, Yvan. *Introdução ao estruturalismo*: Claude Lévi-Strauss ou “a paixão do incesto”. Lisboa: Moraes, 1979.
- MENASCHE, Renata; SCHMITZ, Leila Claudete. Agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha. In: MENASCHE, Renata (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2007.
- MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001.
- MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NOGUEIRA, Sandra. Da Banca da matança aos enchidos: a festa e os rituais de transformação do porco em alimento. *Mneme: Revista Virtual de Humanidades*, Rio Grande do Norte, v. 5, n. 9, p. 1-35, 2004. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme/ed9/050.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2005.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- WEDIG, Josiane Carine. *Agricultoras e agricultores à mesa: um estudo sobre campeonato e gênero a partir da antropologia da alimentação*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. 165 f.
- WEDIG, Josiane C.; MENASCHE, Renata. *Comida e classificações: homens e mulheres em famílias camponesas*. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 57-74, 2008.
- WOORTMAN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: EdUnb, 1997.
- WOORTMANN, Klaas. A comida, a família e a construção do gênero feminino. *Série Antropologia*, Brasília, n. 50, p. 1-43, 1985.
- _____. O sentido simbólico das práticas alimentares. In: ARAÚJO, W. M. C.; TENSER, C. M. R. *Gastronomia: cortes e recortes*. Brasília: Senac, 2006.
- ZANETTI, Cândida; MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, Renata (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

CAMPONESAS, FIANDEIRAS, TECELÃS, OLEIRAS*

Maria Aparecida de Moraes Silva**

*À memória de minha mãe,
Sempre camponesa*

Um pouco de história e introduzindo o tema

O Vale do Jequitinhonha constitui-se numa das regiões mais pobres do país. Situado no nordeste do estado de Minas Gerais, ocupa 13,5% do território mineiro e apresenta, do ponto de vista geográfico, duas grandes unidades diferenciadas: o Alto Jequitinhonha e o Médio Jequitinhonha. Historicamente, desde o século XVI, várias expedições dirigiram-se ao nordeste de Minas, à procura de riquezas minerais. No entanto, a ocupação definitiva ocorrerá no século XVIII com as atividades mineradoras e, em seguida, com as agropastoris. Evidentemente, esta ocupação, tal como em outras áreas do país, foi marcada pelas lutas com os índios. Vários documentos registram as guerras travadas contra os Botocudos, até sua capitulação, através da escravidão (SAINT HILAIRE, 1938, p. 48).

A grande quantidade de ouro, diamantes, pedras crisólitas, safiras, cristais, pingos-d'água, além da abundância de peixes como os curimatãs, traíras, piaus, atraíram os faiscadores e, com muita rapidez, surgiram povoados, arraiais, vilas e cidades. (CESAR JR., SANTOS, s.d.)

Da mesma forma que existiram conflitos com os índios, também ocorreram vários contra os negros. Em 1821, eclodiu no distrito diamantino uma revolução de negros, africanos vindos como escravos, que se espalhou por toda a província de Minas Gerais e outras do país (REVISTA DO ARQUIVO MINEIRO, 1908, p. 158-159).

A história registra, em seguida, o silêncio tanto dos índios quanto dos negros. Silêncio dos vencidos. Com a decadência da mineração, estas populações pobres ou, então, no dizer da historiadora Laura de Mello e Souza, os desclassificados do ouro espalharam-se por estas extensas áreas, muitas vezes sobrevivendo no interior das grandes fazendas de agropecuária que se formaram, como agregados, ou em pequenas posses (MOURA, 1988). Estes desclassi-

* Uma primeira versão deste texto foi publicada na *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev. 1998, p. 75-104.

** Professora Livre-docente em Sociologia pela UNESP (Universidade Estadual Paulista) Júlio de Mesquita Filho. Professora visitante do Departamento de Sociologia da UFSCar - Universidade Federal de São Carlos.

ficados eram constituídos por descendentes de mestiços de índios, brancos e negros, por negros quilombolas ou alforriados (SOUZA, 1986). São os viajantes estrangeiros que relatam a pobreza dessa gente espalhada por estes chapadões. Após a decadência do ouro, o principal produto cultivado era o algodão, aliás, de excelente qualidade e bastante conhecido pelos comerciantes da Europa. Em todo o termo de Minas Novas, que compreendia o nordeste da capitania de Minas, plantava-se algodão, milho, feijão, trigo, batata, banana e, sobretudo, a mandioca. A ocupação principal era a criação do gado (SAINT HILAIRE, 1938, p. 17). Ressaltava ainda o viajante que a melhor maneira de aproveitar as terras nas chapadas era a criação de gado bovino e cavalar. Em relação a Minas Novas, segundo ele, a plantação do algodão era predominante, além da fabricação de tecidos, cobertas, o que proporcionava melhores condições de vida às pessoas. Até mesmo os negros não andavam em farrapos, aliás, como ocorria em torno de Vila Rica.

De acordo com estudos mais recentes, pode-se perceber que esta atividade têxtil continuou quase até o final do século XIX. Além de cobertas, tecidos, eram fabricados sacos de embalagens de mercadorias, toalhas, guardanapos e lenços (MARTINS, 1983). No século XX há o declínio da atividade algodoeira e, conseqüentemente, da produção têxtil. Surgiram grandes fazendas de gado.

A agricultura de subsistência praticada pelos desclassificados do ouro, pelos pobres, continuou por meio de métodos rudimentares e da simbiose grotas/veredas/chapadas. Nas grotas e veredas, nas partes baixas, nas encostas, plantavam produtos como o milho, a mandioca, o arroz; e nas chapadas, nas partes altas, soltavam o gado, colhiam as raízes e praticavam a caça. Também aproveitavam o barro das veredas para fabricação da cerâmica, atividade essencialmente feminina (GRAZIANO; GRAZIANO NETO, 1983, p. 85-100).

Em 1988, ao realizar uma pesquisa no Vale do Jequitinhonha (SILVA, 1988, p. 9-15) acerca das migrações sazonais, foi possível perceber que a atividade ainda persistia de maneira importante nessa região, aliada à fiação e tecelagem do algodão. Feitas estas rápidas considerações históricas a fim de contextualizar o tema tratado, objetiva-se, portanto, neste artigo, analisar as atividades essencialmente desenvolvidas por mulheres que, em geral, permanecem na região, enquanto os homens migram para outras atividades agrícolas, tais como o corte de cana e a colheita do café no estado de São Paulo.

É preciso, contudo, ressaltar que, nas últimas décadas, em virtude do processo de modernização agrícola levado a cabo pelo estado durante a ditadura militar, mais de 500 mil hectares de terra, constituído por chapadas e algumas veredas e grotas, foram entregues às grandes Companhias de Reflorestamento, através da transformação dessas áreas em terras devolutas (SILVA, 1999, 1991).

Este processo de expropriação resultou num profundo desequilíbrio entre a simbiose chapadas, grotas e veredas. De acordo com o sistema costumeiro desse campesinato, as grotas e veredas eram propriedades pessoais de cada um, e as chapadas eram terras comuns a todos. As chapadas funcionavam como complemento das grotas e veredas. Nelas, eram buscadas raízes, plantas medicinais, árvores que ofereciam os colorantes para os tecidos, frutos como o pequi, do qual extrai-se o óleo para alimentação, animais de caça, além da possibilidade de soltar o gado.

No imaginário desses camponeses, as chapadas não poderiam ser apropriadas por ninguém, porque eram as terras de todos e “eram feitas por Deus”. Este desequilíbrio foi aprofundado, na medida em que a plantação de eucaliptos contribuiu para aumentar os períodos de seca, provocando a secagem de riachos, rios e nascentes de águas nas chapadas e nas grotas e veredas. Tal situação agravou as condições de subsistência de milhares de homens e mulheres, cuja sorte foi marcada pela migração definitiva desta região ou pela migração temporária para os canaviais e cafezais paulistas (RIOS NETO; VIEIRA, 1989; FETAEMG, 1985).

Em se tratando do fato de a migração temporária atingir sobremaneira (mas não somente) os homens, produziu-se, nessa região, o fenômeno das viúvas de maridos vivos, em razão de a ausência masculina ocorrer durante quase todo o ano. São, pois, as histórias dessas mulheres pobres, camponesas, fiandeiras, oleiras, viúvas de maridos vivos que serão contadas nas páginas que se seguem.

A categoria-chave utilizada é o trabalho, entendido não só como um simples dispêndio de força física e mental, mas como atividade que envolve, além deste dispêndio, um conjunto de significados permeados em representações presentes em todas as esferas da vida. Um verdadeiro fazer que remete à ação, assim como ao saber, ao devaneio, à realização, ao contrário da alienação do trabalho nas relações capitalistas. Não sendo o trabalho uma atividade isolada, mas aquilo no qual se baseia e se reflete cada atividade isolada, pode-se pensar que ele causa e reflete o conjunto das relações sociais. Esta maneira de pensar o trabalho pode ser bastante útil à compreensão da divisão social e sexual do trabalho e das formas de representação dele. Pensá-lo não como atividade isolada, mas uma totalidade, permitiu desvendar as relações de dominação, ou seja, as relações de gênero existentes entre estes camponeses. Pôde-se perceber o trabalho enquanto atividade e enquanto representação social, imbricado dos atributos dos gêneros masculino e feminino. A importância destas reflexões reside no fato de elas colocarem a nu as relações assimétricas de gênero. A consideração do trabalho enquanto uma dimensão que envolve as representações sociais implica analisar a complementaridade entre vida e trabalho desses camponeses, ao invés da ruptura entre vida e trabalho, como ocorre nas relações de assalariamento. Por outro lado, esta complementaridade é determinada pelo

conjunto das relações vivenciadas, relações definidas pelos papéis e atributos sociais de cada indivíduo. O trabalho, assim concebido, traz as marcas desses atributos, que são atributos da vida.

Foi a forma de pensar o trabalho que nos permitiu penetrar no mundo diferenciado entre estes homens e estas mulheres. Ao contrário da homogeneidade e igualdade que aparecem à superfície, pôde-se perceber que, nos subterrâneos desse mundo, as assimetrias entre homens e mulheres são reais. Esta análise confirma o depoimento de muitas mulheres que diziam sofrer ameaças dos maridos e que conheciam outras que possuíam marcas de “peixeira” (faca) no rosto, causadas pelos mesmos. Muitas outras confirmaram que seus maridos eram muito bons porque jamais as haviam espancado.

Levar em conta as relações de gênero numa realidade em que o visível é a extrema pobreza, portanto, a condição social de classe, implica, de um lado, ampliar a compreensão do campo da dominação/exploração; e, de outro, valorizar o caráter “multifacético” dos sujeitos. Em outros termos, é compreender o que parece invisível, é construir um olhar sobre a realidade social mediante três óticas: de classe, gênero e etnia. A porta de entrada para esta percepção deu-se por meio do trabalho, entendido como atividade atravessada por significados constituintes das representações sociais.

Com esses objetivos, propõe-se analisar o trabalho e a vida dessas mulheres no seio das relações com a terra, os meios de trabalho e os homens. Por detrás da despossessão e da miséria às quais são submetidas, juntamente com todos de sua “condição”, foi possível perceber que essas mulheres possuem, tal como as antepassadas, um enorme saber que as define no seu fazer, na sua maneira de ser enquanto mulheres dotadas de vontade, ação e criação próprias. Todos esses traços estão se perdendo em virtude da migração forçada e do processo de expropriação e exploração.

“Mulher é como engenho: não para de rodar”

Uma das primeiras preocupações da pesquisa era em relação à produção da vida material, ao trabalho. Considerá-lo analiticamente equivale a compreender a sua divisão sexual e social, a sua organização, produção, produtividade, tipos de produtos. Enfim, procurava-se entender o modo de produzir, ou seja, a maneira pela qual se dava a interação entre objeto, meios ou instrumentos e trabalho e força de trabalho. Em se tratando de camponeses que possuíam pequenas parcelas de terra, essa forma de produzir abrangia outras esferas de produção, como, por exemplo, o quintal/terreiro e também a indústria doméstica.

As informações acerca da produção, de produtos da terra, revelam que há um empobrecimento não só desses homens e mulheres, como também da terra (SILVA, 1991). Há, na verdade, uma relação estreita entre fraqueza da terra e fraqueza da gente.

A terra é fraca, por isso, nós somos fracos

As causas da fraqueza da terra estão aliadas à pequenez dos lotes, em virtude do processo de expropriação ao qual foram submetidos, processo este com todas as características de uma verdadeira acumulação primitiva, que lhes arrancou o direito de posse e uso das chapadas, a não utilização de adubos, inseticidas, ou outros instrumentos de trabalho, além do enxadão, da enxada. Enfim, trata-se de uma terra – matéria – que não incorpora valor; ao contrário, perde as propriedades naturais através do desgaste pelo uso contínuo. Tal situação produz, obviamente, a incapacidade de o camponês retirar da terra os meios de sua subsistência. Daí a necessidade de migrar, de vender sua força de trabalho fora de sua terra. A terra, ao perder suas substâncias naturais, vai, portanto, deixando de ser objeto de trabalho pelo homem e, conseqüentemente, um fator de produção. Torna-se algo sem valor. Nesse sentido, quando inquiridos sobre o valor de suas terras, os camponeses respondiam que não sabiam ou que não “valiam” quase nada. Cada vez mais a terra, ao não incorporar valor, vai deixando de ser para o camponês fonte de seus meios de subsistência. Através dos resultados dos dados sobre a organização do trabalho e a sua divisão sexual, foi possível uma análise que permitisse observar não haver uma divisão sexual rígida, no sentido de que as mulheres ficam em casa e os homens trabalham na roça. Ao contrário, as mulheres, além de desempenharem todas as tarefas domésticas relativas à criação dos filhos, preparo da alimentação, limpeza, cuidam de animais e quintais, caso os possuam, e trabalham na terra. O uso do tempo não é definido a partir de uma divisão entre tempo de trabalho na casa e fora dela, como ocorre em relação ao tempo das mulheres assalariadas que acumulam a dupla jornada de trabalho. Segundo as palavras de uma delas:

Uai, quem trabalha na roça não tem essas coisas de tempo dividido, não. Faz aqui, faz ali. Mulher é como engenho, não para de rodar.

Por outro lado e na realidade, a divisão do trabalho não equivale à distinção do peso das tarefas, no sentido de ser trabalho pesado para os homens e trabalho leve para as mulheres. Muitas delas afirmaram que realizavam todas as tarefas, inclusive a de fazer cerca, tarefa considerada muito pesada. Esta divisão entre trabalho leve e pesado somente existe no plano das representações sociais. Mais adiante, voltar-se-á a esses aspectos. As mesmas situações foram também encontradas por vários estudiosos deste campesinato (MAIA, 2004; GUERREIRO, 2009) e ainda por aqueles que se debruçaram sobre outras realidades concretas (EIGENHEER, 1982; PAULILO, 1982; HEREDIA, 1979; RICCI, 1985; GARCIA JR., 1983; WOORTMANN, 1995; BRUMER, 2000; COSTA et al., 2008).

No que tange às mulheres, não há uma dicotomia quanto à jornada de trabalho. O que existe é uma imbricação das diferentes atividades exercidas,

uma verdadeira justaposição de jornadas, segundo os dados da pesquisa. Não havendo uma divisão do tempo das mulheres, o mesmo ocorre com o espaço. Há uma fusão entre espaço e tempo, na qual a dicotomia entre fora e dentro da casa não existe. Enquanto havia uma jornada justaposta para as mulheres – *elas rodam sem parar* –, existia uma jornada única para os homens; a divisão sexual do trabalho existe apenas em relação aos homens que concentram suas atividades no trabalho agrícola e não para as mulheres. A divisão sexual tematizada nos discursos, idealização pela qual as mulheres só trabalham na roça como ajuda ao trabalho do homem e por precisão, é fruto das representações sociais e não tem suporte, como é aqui o caso, na realidade. As situações em que as mulheres trabalham em casa e os homens na roça e na olaria correspondem a apenas 9,25% dos entrevistados, enquanto 80,5% das respostas mostram a presença das mulheres na casa, na roça e olaria. A presença das crianças ocorre em todas estas esferas, o que pressupõe a socialização delas para o trabalho, quer acompanhando o pai, quer a mãe. Os dados revelam ainda que as mulheres participam de todas as tarefas do processo de trabalho agrícola, ou seja, preparam a terra, plantam, carpem e colhem. Não há, para os diferentes produtos, uma divisão, às vezes concebida como natural, em que os homens preparam a terra, as mulheres semeiam e “ajudam” na carpa e na colheita.

A importância desses dados reside no fato de eles tornarem visível e real a participação das mulheres em todas as fases do processo produtivo agrícola; contrapondo-se às concepções de que o trabalho da roça é pesado e, portanto, destinado aos homens e que as mulheres só trabalham quando há precisão. Outrossim, a real atuação das mulheres no trabalho não lhes confere o mesmo estatuto alcançado pelos homens. Ou seja, ainda que exercendo o mesmo trabalho, elas não são consideradas iguais aos homens. Trabalho idêntico não significa igualdade social (no sentido das relações de gênero) entre homens e mulheres. O trabalho não é causa da diferenciação entre homens e mulheres. Ele apenas reflete esta diferenciação que lhe preexiste, diferenciação que impregna todo o tecido social e não apenas a esfera do trabalho. Pôde-se então perceber que, além dos atributos de desqualificação de “ajuda”, “precisão” ao trabalho da mulher, presentes no interior da unidade doméstica, a troca de dias, relação costumeira entre as diferentes unidades domésticas, reflete igualmente os caracteres diferenciadores entre homens e mulheres. Há, na verdade, uma universalização dessa diferenciação, pois que as relações de gênero não dizem respeito apenas à esfera doméstica, privada. E mais, não são relações que se prendem a uma ideologia como falsa consciência existente apenas na cabeça das pessoas, como meras ideias. Muito ao contrário. São relações presentes em todas as esferas e imbuídas de elementos pensados e reais, no sentido de que refletem o real e também o determinam.

Há não só uma divisão sexual rígida no tocante à troca de dias, com também uma sobrevalorização do trabalho do homem em relação do trabalho da mulher.

Esta situação quantitativa foi confirmada através de muitos depoimentos, tanto de homens, quanto de mulheres.

Mulher devia ganhar igual homem: a enxada é igual. É absurdo! A mulher trabalha igualzinho ao homem e vale a metade dele. Trocar dia com mulher não é costume, não. O homem sente desvalorizado. Homem só pode trocar dia se for com homem e mulher com mulher. Assim fica certo, a senhora não acha?

As mulheres sentem as desigualdades enquanto os homens referendam as relações discriminatórias. Na troca de dias, há um desmascaramento das pretensas relações de igualdade entre homens e mulheres. É uma relação que, muito embora não se configure como uma relação capitalista do trabalho, através da apropriação do sobretrabalho de outrem para a obtenção do excedente, é uma relação de exploração. Ao ser obrigada a trabalhar em dobro, a mulher, na troca de dias, produz um sobretrabalho que é apropriado pelo homem. Portanto, é uma relação de exploração baseada nas desigualdades de gênero, posto que a sociedade, constituída de homens e mulheres, é amplamente regida por um modelo “masculino”. Ao instituir o trabalho da mulher como inferiorizado, produz-se a ideia de que a mulher “vale” menos, vale a metade. Esta situação é apropriada pelos donos dos meios de produção na relação de assalariamento, por meio da qual o preço da força de trabalho feminino corresponde à metade daquele dos homens. “O homem ganha mais dois tantos da mulher.” Em outros termos, as mulheres “valem menos”, “valem a metade”, apesar de a “enxada ser a mesma. Tal como foi dito anteriormente, a divisão sexual do trabalho não é causa, mas o reflexo das assimetrias entre homens e mulheres. A diminuição do valor da força de trabalho das mulheres é produzida por essas relações, que não se restringem, como já foi frisado, à esfera do trabalho. A mulher, e não somente seu trabalho, “vale” menos. Há, no plano das representações sociais que refletem o real e que direcionam as práticas sociais, a concepção de que a mulher é um menor valor. Percebe-se, então, uma confluência de valores masculinos discriminatórios presentes tanto nas relações de gênero quanto nas de classes. A discriminação que recai sobre as mulheres no interior da sociedade em que vivem é estendida às relações da sociedade de classes. Isso ocorre porque, ao longo da vida, mulheres e homens vão incorporando as marcas sociais traduzidas em termos dos atributos do gênero. Portanto, gênero significa uma construção social, um produto social, bem demonstrado a partir da análise da troca de dias, que permitiu desvendar as diferenças existentes entre homens e mulheres no interior de um grupo considerado socialmente, no seu conjunto, dominado e explorado.

Feitas essas considerações acerca da presença das mulheres no trabalho e as discriminações que aí sofrem, serão introduzidos outros elementos relativos

ao trabalho que dizem respeito à indústria doméstica, atividade essencialmente feminina. Trata-se de uma atividade cada vez mais perdida pela maioria das mulheres, em virtude do processo contínuo do empobrecimento da terra, que não oferece os meios de subsistência necessários à reprodução. Os depoimentos de algumas mulheres que ainda exercem essas atividades são extremamente reveladores à compreensão do trabalho e das formas do ser feminino nessa realidade social. As reflexões que se seguem visam dar conta da proposta inicial deste artigo, qual seja, a de entender o trabalho enquanto carregado de significados, no caso, sociologicamente observados e explorados para interpretar a situação das diferenciações de gênero. Entrar pela porta da esfera do trabalho parece ser um bom caminho para o desvendamento de muitos elementos invisíveis.

A indústria doméstica é de extrema importância para a reprodução das unidades camponesas. Em geral, nos estudos sobre camponeses, pouca atenção é dada a este aspecto. Mesmo nos trabalhos que resgatam a participação da mulher, a ênfase recai sobre o trabalho na terra. A indústria doméstica, vista como atividade acessória, acaba tendo o mesmo tratamento em muitas análises. A preocupação será no sentido de não tratá-la como atividade subsidiária, mas como uma esfera necessária do trabalho dos camponeses para a garantia de sua reprodução social. Trata-se de uma atividade que une agricultura e indústria (no sentido de produção e transformação), através da existência de um saber transmitido de geração em geração. Pelo fato de ser, sobretudo, um trabalho exercido pelas mulheres (os homens trabalham, em geral, a madeira e o couro), são elas que detêm este saber. E a perda do mesmo corresponde à perda da terra enquanto fonte indispensável da produção de matérias-primas para a indústria doméstica. A perda desse saber é, pois, resultado do enfraquecimento natural da terra e da perda das chapadas. Essa situação gera mudanças profundas nas relações entre mulher e terra. Sem a terra, a mulher se vê amputada de uma importante atividade, definida pela não fragmentação do trabalho e pela “desalienação”.

“Quando acabo a lida, eu fio algodão”

Quando inquiridas a respeito da indústria doméstica, apenas algumas mulheres a possuíam. Aquelas que não desempenhavam mais tais atividades eram em virtude da perda da propriedade da terra, ou ainda porque os instrumentos estavam inutilizados: muitos teares, tachos e engenhos. Ou mesmo, a perda das chapadas. Exemplos de muitas que deixaram de produzir o óleo de pequi, outrora existente em grande quantidade nas chapadas. Entretanto, notou-se que muitas delas ainda conservam o saber dessas atividades, o que denota precariedade recente nas condições de subsistência. No entanto, as que possuem instrumentos, como teares, engenhos, tachos, são em número bem reduzido.

Desde o século XVIII, como se viu, a história dessas populações foi marcada pela atividade da indústria doméstica. Assim, a menção aos tecidos de algodão, como cobertas, os “exportados” para o Rio de Janeiro, aparece nos escritos dos viajantes (MAWE, 1978, p. 163-164):

Quase todas as mulheres de Sucuriú (arraial da Vila de Fanado, atual Minas Novas) fiam o algodão e, na maioria das casas dessa povoação, fazem-se tecidos mais ou menos grosseiros. Os mais finos consomem a própria família e vendem-se os outros, cujo fio não custa tanto a fiar e ao mesmo tempo encontram mais fácil colocação. (SAINT HILAIRE, 1938, p. 48)

Referindo-se à população do termo de Minas Novas, S. Hilaire afirma que aí não havia tanta miséria como em torno de Vila Rica.

Os colonos vestem-se ahi com estofos muito grosseiros; mas não trazem a roupa em farrapos, e como os panos de algodão são aqui muito baratos e grande número de habitantes fabricam-nos em sua própria casa, os próprios negros andam melhor vestidos do que allures. (SAINT HILAIRE, 1938, p. 216)

Ainda a respeito da fição e tecelagem do algodão, St. Hilaire refere-se às índias da tribo dos Malalis, existentes na região e rivais dos Botocudos.

Além do vasilhame de barro, as mulheres fazem ainda estes sacos de que falei acima. Fornecem-lhes o material de fabricação o algodoeiro e uma espécie de cecropia [...] com a concha de um molusco, esfiapam as fibras lenhosas; separam-nas do tecido celular que as liga, e fazem assim, uma espécie de estopa muito fina... A espécie de cordão que resulta desse trabalho serve para fazer não só os sacos de rede, como também as cordas dos arcos. [...] São ainda as mulheres que fabricam o vasilhame. Os vasos que saem de suas mãos vão ao fogo e são muito bem feitos. Fazem-nos de diversos tamanhos; mas todos têm a mesma forma, e, como entre os malalis, é de uma esfera um pouco deprimida, tendo uma larga abertura. (SAINT HILAIRE, 1938, p. 52-53)

O barro existente nas veredas foi essencial à reprodução social dos camponeses ao longo do tempo. Além dos potes para carregar e transportar água, as mulheres fazem panelas e objetos de enfeites, como figuras de santos, presépio, casas, animais, brinquedos. A água, o barreiro, a madeira existente nas chapadas e o couro fornecido pelo gado criado solto nas chapadas e a terra das grotas formavam um todo único e fundamental ao desenvolvimento da indústria doméstica.

Muito embora essa unidade tenha praticamente se esfacelado com a ocupação das chapadas nos anos 1970 pelas grandes empresas reflorestadoras, algumas mulheres ainda desenvolvem essas atividades. Alguns trechos de entrevistas são bastante reveladores da importância desse trabalho para o grupo familiar e para as mulheres. Pode-se notar que é um trabalho que lhes traz satisfação, prazer, realização. Não é fardo, não é um trabalho definido pela alienação. Ao contrário, há uma relação muito estreita entre sujeito e objeto, em que o produto recebe a marca da subjetividade destas mulheres. Prevalece, aí, o sentido do ser, e não do ter. Esta marca é fruto das condições materiais existentes e do desejo, da vontade, da criação de cada uma dessas mulheres. É este trabalho que lhes permite criar, que lhes possibilita serem elas mesmas e não o outro. Marx, ao referir-se à alienação, aponta justamente para essa desvinculação do eu com o objeto que se torna o outro e de outro.

A alienação aparece tanto no fato de que meu meio de vida é de outro, que meu desejo é a posse inacessível de outro, como no fato de que cada coisa é outra que ela mesma, que minha atividade é outra coisa e, que, finalmente, domina em geral o poder desumano. (MARX, 1978, p. 22)

Os depoimentos de algumas mulheres poderão contribuir para o aprofundamento dessas reflexões.

P. Dona Maria, como é o seu trabalho de fiar o algodão?

R. A gente descaroça o algodão assim, a gente abre o leme, depois puxa, vai fechando, vai enrolando, tudo no fuso.

P. A Senhora gosta de fazer este trabalho?

R. Pois é, aqui de noite, quando a gente largou do trabalho, naquela hora que a gente desocupa da lida da casa, aí, a gente senta e vai fiar.

P. O que a senhora vai fazer com este fio?

R. Eu vou mandar a Lúcia fazer uma toalha, um guardanapo, toalha pra carregar doce. Meu tear quebrou.

[...]

P. Quanto a Lúcia cobra para tecer?

R. A base tá de cinquenta cruzados, uma vara. Uma vara de pano é um metro e meio. Eu faço o novelinho.

P. Quem lhe ensinou fiar e tecer?

R. Ah, a minha mãe, minha avó. Quando minha avó não aguentou a trabalhar mais, ela ficava só sentada, fiando, fazendo o que eu estou fazendo agora. A gente não comprava roupa. Era pra homem, pra mulher, era tudo. A gente fiava e repartia aquilo tudo. As mulheres faziam saia, fazia blusa, fazia tudo. E tingia e ficava bonito.

P. A senhora faz outras coisas.

R. Faço tudo. Faço farinha, não faço mais rapadura, porque o engenho quebrou. Faço colorau, faço óleo de pequi.

P. Como faz o colorau?

R. Ah! Debulham aquelas varginhas e põe fubá e soca e põe gordura, peneira e aí sai o pó. O pó é o colorau.

P. A senhora vende alguma coisa na feira?

R. Quando sobra, vendo pote, doce, colorau, óleo de pequi, farinha e balaio.

P. A senhora sabe fazer balaio?

R. É difícil. A gente tem que tirar a taquara do bambu, buscar ela e fazer o trançado para o balaio e cesta. Eu aprendi quando eu fiquei sem o marido, eu casei duas vezes. Eu casei uma vez, o marido morreu, eu fiquei com uma criança novinha para criar. Eu não saía, eu não podia sair para trabalhar, eu esforçava pra fazer o serviço aqui dentro de casa mesmo e tinha que fazer. Eu aprendi com o meu irmão. Não é serviço pesado. O pesado é da roça e da oleria [olaria]. O mais leve é fiar algodão. Distrai. O balaio também. Eu estralo as taquaras, sento numa sombra e vou tecendo. Eu faço o balaio quando estou mais folgada..., que eu não estou muito atarefada de serviço, eu faço balaio. É pra encomenda. É tudo encomenda. Eu faço de tudo. Esta gamorra [pilão] aqui é pra socar milho, pra fazer o fubá. Esta é a roda pra relar [ralar] mandioca. Este é o tacho pra torrar a farinha. Quando tem o mandiocal grande, a gente faz a farinha e vai ensacando. O dia de fazer farinha é só farinha.

P. Como faz o óleo de pequi, Dona Maria?

R. Apanha os pequis, descasca e põe pra cozinhar. Depois, a gente soca e põe pra ferver na água e vai apanhando a gordurinha de cima, que vai juntando por cima. A gente usa o óleo de pequi como arroz no molho... põe a comida no prato, põe o molho por cima.

P. Dona Maria, quem fez a roda pra ralar a mandioca e o descaroçador pra moer a cana?

R. Foi meu marido.

Podem-se extrair deste depoimento os seguintes elementos para análise:

a) A divisão sexual do trabalho: os instrumentos de trabalho feitos pelo homem. O ato de fazer balaio, em geral, é um trabalho de homem. Neste caso, é feito pela mulher. Vemos por esse exemplo que a divisão sexual do trabalho só é válida para os homens.

b) O ato de tecer realizado à noite ou à sombra, sentada, quando terminada a lida.

c) A troca simples de mercadoria: venda por encomenda ou só quando há excedente.

d) Troca envolvendo outras mulheres. A divisão do trabalho de fiar e tecer ocorrendo entre vizinhas e porque o tear de uma estava quebrado. É interessante observar a medida utilizada: vara.

e) Nível de necessidades determinadas socialmente. Por exemplo, uma vara de pano para enrolar o doce que é levado à feira para ser vendido.

f) Tingimento dos tecidos feito com frutos de algumas árvores, além de o algodão ser plantado pelas próprias mulheres, o que determina a unidade entre agricultura e indústria doméstica.

Eu planto o algodão, colho e fio.

P. E para tingir, a senhora compra a tinta?

R. Às vezes. Eu tinjo mais é com tinta do mato. Eu tinjo de casca de angico, casca de aroeira, casca de manga, casca de tanivaca, miolo de moreira. Eu tinjo com lama de rio. Eu tinjo com urucum... com qualquer coisa do mato, eu sei tingir com qualquer coisa. Cinza de fornalha, de fogão. Você vê, este povo da roça tem fogão, não é? A cinza a gente tira de coada ou pega a cinza e coloca num paninho e põe dentro, amarra a trouxinha e põe dentro da casca de angico. Quando está fervendo, junta com as meadas. Ali vai largando aquele aperto, largando aquele aperto, quando a gente tira as meadas fervendo... põe pra secar lá no sol. Secou, a gente leva no rio, lavou, ah! é um pardo bonito...

Eu tinjo com umbigo de banana: aperta com coada da cinza do fogão. Eu tinjo com anil de folha, fica azulinho da cor de tinta a óleo. A tinta de anil é muito segura.

P. Quem ensinou tudo isso à senhora, Dona Antonia?

R. A minha mãe. Ela era tecelã. Aprendeu com minha avó, a mãe dela.

Este depoimento revela a variedade de tintas utilizadas. “Tinge com qualquer coisa”. Trata-se de um saber transmitido de mãe para filha. Os detalhes relatados no ato do tingimento mostram o quão importante é, para esta mulher, o saber do tingimento. Chega a garantir que a tinta que produz é melhor do que a comprada. “Algodão pardo não descora. Se ele descorar, a senhora pode me trazer ele de volta. A tinta comprada às vezes descora.”

Essa mesma mulher várias vezes afirmou a importância do seu trabalho materializado em colchas, almofadas, toalhas etc. Ressaltava a beleza, a qualidade desses produtos e os detalhes da produção dos mesmos, considerando seu trabalho uma criação, uma realização.

Olha o rendado. A senhora pode olhar. Lá em Roça Grande [local onde a Codevale (Comissão para do Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha) foi extinta e substituída pelo Inde (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais), que instalou um centro de artesanato para as mulheres], eu ensinei as meninas, mas elas não fazem igual. Porque elas conhecem é o dinheiro. Elas não conhecem o valor disso. Nós devemos ter valor. Eu acho mais bonito a senhora olhar pra mim, me dar valor do que dar valor pra colcha. Por que o valor está na cabeça... Porque o dinheiro, minha filha, nós trabalhando, nós precisamos do dinheiro. Agora, o valor da gente se acaba, a gente não vai achar ele mais não.

O trecho do depoimento obriga ao aprofundamento das reflexões anteriores acerca do valor e da alienação. Em primeiro lugar, difere seu trabalho do das meninas de Roça Grande. A diferença é que, segundo ela, as meninas visam ao dinheiro e ela não. Ao dizer que as meninas não sabem o valor, embora saibam fazer a colcha, percebe-se que há uma relação de exterioridade delas em relação ao produto. Quando diz “nós devemos ter valor”, está afirmando que o valor do produto é um reflexo do seu valor, dos seus atributos. Tal afirmação aparece na sequência do relato: “Eu acho mais bonito a senhora olhar pra mim, me dar valor, do que dar valor pra colcha”. O olhar da compradora não deve ser um olhar dirigido à mercadoria, mas à possuidora da mesma. A mercadoria, valor de uso e fruto de um trabalho concreto, dela, Dona Antônia, primeira artesã de Roça Grande, não representa nada sem ela, não possui valor. Aqui, o valor da coisa só existe na cabeça do indivíduo, da possuidora da mercadoria. O valor da colcha, ao existir somente na cabeça, significa que ele é representado. Não existe a coisa em si. Não há aqui o fetiche da mercadoria que assume o lugar das pessoas. Não se trata de uma relação entre coisas, mas entre pessoas. O que existe é uma personalização das pessoas e não das coisas, como no caso da fetichização da mercadoria sob o capitalismo. A coisa só tem valor porque a pessoa a possui. É a pessoa que transmite o valor à coisa. Ao dizer que se o valor da pessoa acabar, ele não mais será encontrado, induz à primazia, mais

uma vez, da pessoa sobre a coisa. Por outro lado, garantir a primazia não significa tratar a coisa como algo inerte, objetivado. Por isso, diferencia seu trabalho das outras meninas que sabem fazê-lo. A posse do saber não significa uma relação de equivalência entre ela e as meninas. A mercadoria, colcha, pode ser a mesma. No entanto, quando afirma que as meninas só veem o dinheiro, isso significa que elas produzem a colcha enquanto valor de troca, coisa objetivada, exteriorizada, servindo a um uso geral. Ao contrário, ela, ao reclamar o valor para si, na verdade interioriza o valor da coisa como se fosse dela mesma. Identifica-se com a coisa, seu produto, seu valor. Transmite à coisa sua representação, seu pensamento, seus símbolos, sua alma, sua vida. Aqui, podemos parafrasear Mauss, referindo-se aos indígenas maoris, acerca das trocas.

[...] [a] ligação pelas coisas é uma ligação de almas, porque a própria coisa tem uma alma, é alma. Donde se segue que apresentar qualquer coisa a alguém é apresentar qualquer coisa de si. (MAUSS, s. d., p. 67)

Quando mostrava a colcha, preferiu que se olhasse não para a colcha, mas para ela mesma. A colcha representa parte de sua natureza e substância, de sua essência, de seu ser.

Outro aspecto que merece atenção é o ato de tecer o algodão como algo feito depois do trabalho, depois da lida, segundo o relato anterior de Dona Maria. Na verdade, para ela, tecer significa o não trabalho, o descanso. É o momento em que se coloca à sombra e se senta. Permanecer nessa posição significa para o corpo um momento de repouso, prazer de jogo lúdico, de devaneio, de fantasia (MARONI, 1991, p. 35).

O ato de sentar-se à sombra ou à noite para tecer pode indicar o caminho para o devaneio, a fantasia, o tecer possíveis. Por isso, é algo feito depois da lida, do trabalho. A fiandeira, ao tecer, dá forma ao produto que realiza, ela cria e, ao criar, tece os possíveis. Estes possíveis tecidos são carregados de simbolismo. O fio de algodão representa um ritual de cura. O fio de algodão cura “espinhela caída” e outras doenças, através das mãos das curandeiras. O fio de algodão evoca também a teia de aranha, sendo esta uma tecelã. O universo da tecelagem está nos rituais da cura, nos desenhos. São estes símbolos que organizam as relações sociais.

A análise etnográfica de Luciana Bittencourt aprofunda as considerações sobre as formas dos desenhos: os quadrados, os losangos, além da casa, das flores que aparecem nas almofadas e colchas. O padrão geométrico (losangos representados pelos tijolinhos com os quais se constrói a casa de adobe) combina-se ao não geométrico (galinhas, pássaros, flores, ramos, figuras femininas). Aí, a mulher é representada. O homem não. Há, ainda, segundo a interpretação dessa autora, um forte simbolismo da casa, que representa a unidade camponesa. Aliás, observa-se uma relação entre casa, tecelagem e mulher (BITTENCOURT, 1995).

Outro elemento que pode ser analisado no ato de tecer se refere às canções. Ao jogar a lançadeira, é como se a pessoa estivesse dançando. O objeto de trabalho encarna-se na tecelã. Ao mesmo tempo em que a colcha está sendo tecida, tecem-se fofocas, tecem-se os laços e as relações sociais. Da mesma forma que o pássaro (a garrincha) canta quando faz o ninho, a tecelã canta quando faz a colcha. Há, portanto, uma ligação estreita entre tecelã, pássaro e aranha. Todos tecem para sobreviver. Para a tecelã, o ato de tecer lhe permite o sustento dos filhos. Da mesma forma que o ninho e a teia de aranha representam o local para a reprodução. O lugar onde se tece assume a mesma importância.

Retomando as considerações feitas anteriormente à luz das reflexões de Luciana Bittencourt, observa-se que o trabalho, enquanto ato de tecer, envolve uma ligação estreita entre sujeito e objeto, cimentada pela rede do imaginar, das projeções, dos significados simbólicos, pelos quais a natureza se faz presente não só enquanto objeto de trabalho, como também enquanto parte do universo simbólico. A relação entre mulher, aranha, garrincha, tear, teia e ninho faz-se pela simbiose entre mulher e natureza, permeada pelos símbolos.

O ato de tecer, atividade essencialmente feminina, sofreu transformações a partir do momento em que os homens foram introduzidos nesse processo, sobretudo quando a Codevale passou a incentivar a tecelagem manual enquanto atividade comercial.

Viu-se, através do depoimento da artesã Dona Antônia, como ela estabelecia a diferença entre seu trabalho e o das “meninas” de Roça Grande. Além desse aspecto, podem-se introduzir outros, a partir da pesquisa de Luciana Bittencourt. A referida autora salienta que, antes, os homens discriminavam o ato de tecer: “se um homem tecer, ele vira mulher, as pernas vão afinar e o esperma vira água, e ele não vai ter condições de sustentar a família” (BITTENCOURT, 1995). A partir do momento em que os homens começam a tecer, há uma mudança profunda dos significados. A tecelagem perde as características femininas e assume as masculinas. Agora, ela é vista como trabalho pesado; antes era leve. O peso do tear passa a causar mal às mulheres. O tear agora torna-se uma espécie de extensão do corpo do homem. Quanto às canções e aos demais símbolos, houve profundas alterações. Os homens não cantam, eles mantêm as narrativas da roça.

Nesse sentido, redefine-se a divisão sexual do trabalho, restando à mulher as tarefas da casa. O tear de Roça Grande não é o mesmo de antes. A produção de mercadorias, portanto do valor de troca, produz a desconstrução das relações e representações sociais. Realiza-se, assim, através da inserção dos homens neste processo, uma “des-re-construção” da atividade de tecer e do universo de significados permeado pelas relações de gênero.

Amassar o barro é como amassar pão

Como já foi mencionado anteriormente, o barreiro era e continua sendo um elemento muito importante para assegurar a reprodução material dos camponeses. Viu-se que o artesanato em barro era uma atividade desenvolvida inclusive pelas mulheres indígenas. Durante a pesquisa, foi possível observar várias mulheres com seus objetos em barro nas feiras: potes, enfeites com características zoomórficas, antropomórficas, figuras de santos, casas, igrejas etc. Durante a pesquisa, foi possível registrar todo o processo de produção desses objetos. Alguns trechos das entrevistas revelam o saber, a participação das crianças e, ocasionalmente, dos homens nesse trabalho.

Comecei a fazer sozinha. Ninguém me ensinou. Foi depois que eu casei que eu comecei a fazer. Eu inventei a fazer, porque a gente sempre precisava. Depois, as meninas começaram a fazer também. Aí, elas pegaram a fazer melhor do que eu. Hoje, eu faço os potes, essas casinhas, eu faço. A igreja, o sobradão são as minhas filhas que fazem.

Inquirida sobre o processo de trabalho, ela respondeu:

Soca o barro, peneira, depois amassa o barro e corta, assim, com a faca. Corta as pecinhas e levanta e depois, então, que abre as portinhas. Depois, faz as telhas, depois põe por cima. Antes faz as lajezinhas e depois põe as telhas... vai, com a ponta do dedo, fazendo estas viradinhas para dar a forma pras telhinhas. Agora, para queimar é o seguinte: põe fogo no forno cedo e vai candeando até as duas ou três horas da tarde. Aí, põe bastante fogo pra poder clarear. Os potes, a gente usa um que serve de fôrma. A gente faz o fundo e depois vai levantando... agora, pra tingir as casinhas, eu uso a tinta de bisnaga, comprada, ou a tinta de tingir roupa. Eu faço assim, por costume. A gente corta os tantozinhos numa bitola só, mas a casinha não tem jeito de pôr na fôrma; não tem jeito, porque depois, como é que tira? O pote põe na fôrma, levanta até numa altura, depois vai pondo o pavio, que eles tratam, e levantando... Tem que amassar muito, porque qualquer um cisquinho que ficar não queima, estoura; estoura, solta os pedaços de barro no lugar.

Sobre o forno, ela disse:

A gente aprendeu na pura ideia. A gente fez assim, um cálculo pra ver se deva certo pra poder queimar e fez com mais pouco suspiro. Então, ficava preto, a vasilha ficava preta. Então nós aumentamos, aumentamos o suspiro, aí, deu certo, porque fica clarinho. Porque sendo pouco suspi-

ro, dá pouco fogo pra cima, então, tem lugar que fica preto... a gente foi praticando e... foi cuidando por ideia, mesmo.

Sobre a qualidade do barro, ela forneceu a seguinte explicação:

Antes, a gente buscava o barro longe, mais de seis quilômetros. Buscava no cavalo. Aí, estava dando muito trabalho... aí, a gente inventou de experimentar este barro aqui perto. Aí, deu certo... este barro é mais forte do que o de lá. Ele é preto e preguento. Tem aquela ligazinha, fica bem lisinho. Agora, o barro sendo muito solto não dá vasilha que presta, estoura tudo, quando queima... o barro preto só presta pra oleio, pra esta tinta aí que fica branco. Do mesmo barro, tira aquela goma e faz o oleio e fica branco.

A venda do produto e a sinceridade da produtora são objetos de reflexão da entrevista, tal como se pode observar neste outro trecho da entrevista:

Tem o pote pra pôr água, doce; tem os enfeites; tem as panelinhas e o pote pra ir no fogo, pra cozinhar. Agora, pra cozinhar, a gente usa outro barro, mais forte. Porque a gente não pode enganar. Vender uma vasilha que é de pôr água, eles põem no fogo, ela estoura, perde o que tinha comprado. Então, a gente tem que explicar o jeito... pra que serve. Porque senão eles perdem o trabalho de compra.

A respeito da participação dos homens, ela comenta:

Este trabalho não é só de mulher. É dos homens também. Eles ajudam a buscar o barro, a buscar a lenha pra poder queimar, pra socar o barro; a gente soca o barro no coxo.

As crianças também participam dessa atividade. A venda dos produtos é feita tanto por mulheres quanto por homens. No entanto, na feira, as mulheres manifestavam autonomia na comercialização, caso elas estivessem sozinhas. Se os maridos estivessem juntos, eram eles que recebiam o dinheiro. Pôde-se presenciar uma mulher vendendo um rolo de fios de algodão, fiado por ela; no entanto, foi o marido quem recebeu o dinheiro e era ele quem informava sobre o preço. No caso da artesã de objetos de barro, era o marido quem os levava e os vendia na feira. Ela desconhecia o preço dos mesmos. Da mesma forma que a tecelagem, a produção ceramista, que, até os anos de 1970, atendia ao consumo da população camponesa, passa, a partir desse contexto, através da política da Codevale, a ser produzida para um mercado regional, nacional e externo.

Márcia Angelina Alves revela em sua pesquisa que há duas técnicas predominantes no artefato cerâmico do Vale: uma indígena – acordelada – e outra

de origem africana, predominante nas comunidades rurais negras e mestiças – bloco. Essas formas se manifestavam através da cerâmica utilitária (vasos, potes, moringas, bonecas). Com a comercialização, houve uma evolução para formas ornamentais sofisticadas: peças antropozoomórficas e bifaciais, muito valorizadas por galerias de arte popular (ALVES, 1994).

Apesar das semelhanças existentes em relação ao trabalho das fiandeiras, no que tange à desalienação, satisfação, criação, produção simples de mercadorias, a atividade de artesanato em barro corresponde a um processo dotado de maior divisão do trabalho, o que permite a participação, em determinadas tarefas, de outros membros da família, principalmente das crianças.

Completando as reflexões anteriormente feitas, pode-se afirmar que a indústria doméstica, além de ser importante para a reprodução material do grupo familiar como um todo, representa um elo importante nas relações entre homem e natureza e nas relações dos homens entre si. Ao lado da produção e reprodução material, há a produção e reprodução de sociabilidade no interior do grupo familiar e fora dele, na medida em que estes produtos são trocados.

Considerações finais

Ao longo deste texto, procurou-se demonstrar a presença e a visibilidade das mulheres das grotas e veredas. O caminho utilizado para alcançar essa demonstração foi o trabalho, concebido como atividade humana que permite a produção e reprodução da vida. Num primeiro momento, foi analisado o trabalho na terra. Foi possível perceber que ele é, no plano das representações, considerado um acessório ao do homem. Por meio da análise da troca de dias, verificou-se que há uma brutal discriminação do trabalho das mulheres, fruto das relações sociais de gênero aí constituídas. Num segundo momento, por meio da análise da indústria doméstica, atividade essencialmente feminina, constatou-se uma teia enorme de elementos imbricados. Tudo leva a crer que é na indústria doméstica que a mulher cria seu espaço próprio e imprime sua marca, já que o trabalho na terra é representado como masculino. Ao tecer, ao fiar, ao amassar o barro, dando-lhe formas de suas “ideias”, a mulher “tece possíveis”, descobre que possui valor e se autorrepresenta como dotada de um saber extremamente importante. Ao afirmar que “faz tudo”, ela se reconhece dotada de poder, porque possui o saber. A introdução do homem neste ofício contribui para a produção de novos simbolismos sobre o masculino e o feminino.

Contudo, apesar de ser produtora dotada do saber, o poder que possui existe no contexto das relações com os homens. Se forem sós, elas são dotadas de autonomia no momento da comercialização. Caso contrário, a troca é controlada pelos homens. A feira é um espaço que reproduz as desigualdades entre homens e mulheres, apesar da aparente igualdade entre todos. O fato de não “dar o preço” do produto, pois é o homem quem o faz, e de entregar o

produto ao comprador e o homem receber o dinheiro demonstra que o poder da mulher deixa de existir neste momento. Seu poder, advindo do saber de um trabalho não alienado, reduz-se ao ato deste trabalho. Na verdade, o que existe, nesses casos, é um poder limitado, que ocorre num certo tempo e espaço. Ao recolher-se para fiar, tecer, fazer as casinhas, a mulher volta-se para si mesma, para seu próprio mundo, e nesse sentido ela fantasia, ela descansa. Não se trata, obviamente, de uma mera ilusão, uma negação, uma abstração da realidade. Ao recolher-se, ela produz uma ilusão necessária e afirmadora de sua individuação, e é assim que ela redescobre seu valor. Na medida em que acha injusto o sistema da troca de dias e o pagamento pela metade nas diárias, ela age no mesmo sentido.

Essas relações definem sua individuação, ou seja, há uma marca do menos valor nessas mulheres. Dessa forma, quando as mulheres migram e se assalariam, elas carregam consigo tais marcas. Os menores salários que lhes são destinados pelos donos da terra, tanto no lugar de origem como no de destino, são decorrentes da apropriação desses caracteres de inferioridade impostos às mulheres. Torna-se evidente concluir que os proveitos dessa situação são retirados pela classe expropriadora. Em relação ao conjunto da classe trabalhadora, há a exploração do tempo de trabalho excedente somada à maior exploração do tempo de trabalho das mulheres. Portanto, os perdedores são o conjunto dos trabalhadores e não somente as mulheres. Por isso, enfatiza-se que, além da luta contra a exploração de uma classe por outra, é necessário, caso se pretenda uma sociedade sem dominadores e dominados, lutar, simultaneamente e sem deixar para depois, contra as discriminações impostas às mulheres.

Referências

- ALVES, Márcia Angelina. *A tecnopolítica da cerâmica popular do Vale do Jequitinhonha*. Niterói, 27-30 mar. 1994. Trabalho apresentado no GT 16: Organização social e cultura material rural, do XIX Congresso da ABA. Revista
- BITTENCOURT, Luciana. Tecendo textos culturais: tecelagem, narrativas orais e gênero no Vale do Jequitinhonha. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 38, n. 2, 1995.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher no RGS. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 22., 2000, Miami. *Paper...* Miami, 16-18 mar. 2000.
- CESAR JR., Demóstenes; SANTOS, Waldemar, César. *Esplêndidos frutos de uma bandeira venturosa*. Minas Novas em escorço histórico. Belo Horizonte, Lemi, s.d.
- COSTA, Albertina de Oliveira et al. (Orgs.). *Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

EIGENEER, Stela Cristina Fernandes. A pequena produção e o trabalho feminino numa área do alto Jequitinhonha. In: BRUSCHINI, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 135-162.

FETAEMG. *Dados preliminares sobre o fluxo migratório do Vale do Jequitinhonha*. 1985. Mimeografado.

GARCIA JR., Afrânio. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRAZIANO, Eduardo; GRAZIANO NETO, Francisco. As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. *Perspectiva*, São. Paulo, v. 6, p. 85-100, 1983.

GUERREIRO, Patrícia. Vale do Jequitinhonha: a região e seus contrastes. *Revista Discente Expressões Geográficas*, Florianópolis, ano v, n. 5, p. 81-100, maio 2009.

HEREDIA, Beatriz. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAIA, Cláudia de Jesus. *Lugar e trecho: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha*. Montes Claros: Unimontes, 2004.

MARONI, Amnéris. Tecendo possíveis. In: SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Org.). *Mulher em seis tempos*. Araraquara: UNESP, 1991.

MARTINS, Roberto Borges. A indústria têxtil doméstica de Minas Gerais no século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 2., 1983, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1983. p. 83.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cul. 1978. (Coleção Os Pensadores).

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, s. d.

MAWE, J. *Viagens ao interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1978.

MOURA, Margarida. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

PAULILO, Maria Inês Silveira. A Mulher e a terra no brejo paraibano. In: BRUSCHINI, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs.). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 163-190.

REVISTA DO ARQUIVO MINEIRO. Minas Gerais, 1908.

RICCI, Terezinha, d'Aquino. *Trabalhadoras do barro: oleiras e olheiras: um estudo de relações de gênero*. 1985. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras/. UNESP/ Araraquara, 1985.

RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves; VIEIRA, Paula. *Mulheres de migrantes. sazonais no Vale do Jequitinhonha - MG*. Caxambu, 1989. Trabalho apresentado no XIII Encontro Anual da Anpocs, GT: população e sociedade no Brasil.

SAFFIOTI, Heleieth. Iara Bongiovani. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992. p. 183-215.

SAINT HILAIRE, A. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938. t. 26. (Coleção Brasileira).

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias. *Travessia*, São Paulo: C.E.M., ano 1, n. 1, p. 9-15, maio/ago. 1988.

_____. *As andorinhas: nem cá, nem lá*. 1991. Vídeo.

_____. *Errantes do fim do século*. 2. ed. São Paulo: EdUnESP, 1999.

SOUZA, Laura de Melo. *Os desclassificados do ouro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, EDUnB, 1995.

II PARTE

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES DO CAMPO

APRESENTAÇÃO

Leonilde Servolo de Medeiros*

Maria Ignez Silveira Paulilo**

Os textos que se seguem nos oferecem um panorama da origem e dos desdobramentos, nas três últimas décadas, de algumas das experiências de organização das mulheres no campo. Ao longo desses anos, elas não só se multiplicaram, como se diversificaram e se desenvolveram em diversos pontos do país, de norte a sul, passando a trazer novos temas para a pauta quer das organizações porta-vozes, no espaço público, dos interesses dos trabalhadores do campo, quer a fazer experimentos organizativos e de intervenção social. A leitura dos artigos certamente proporcionará ao leitor uma amostra da diversidade de questões pelas quais as mulheres vêm se mobilizando, indicando que, se há temas comuns – como o acesso à terra, geração de renda, desejo de firmar novas relações com pais e companheiros –, há também particularidades locais que precisam ser consideradas para evitar reducionismos que encubram a riqueza das experiências em curso.

Os dois primeiros artigos desta parte da coletânea tratam das organizações das mulheres na produção (*Na trajetória dos assentamentos rurais. Mulheres, organização e diversificação*, de autoria de Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Henrique Carmona Duval, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco e Ana Paula Fraga Bolfe, e *Razão da participação das mulheres rurais em grupos produtivos*, de autoria de Regina Bruno, Valdemar João Wesz Junior, Sílvia Aquino, Caroline Bordalo e Laetícia Jalil). Por meio deles se visibilizam experiências produtivas diversificadas: preparação de pães, doces e geleias; extração de sementes para a indústria de cosméticos; produção de artesanato; cultivo de hortas, visando à venda para mercados diferenciados (tanto locais, como para empresas de grande porte). No entanto, não se trata apenas de buscar novas fontes de renda, como uma leitura superficial poderia sugerir, mas também de afirmação de laços sociais, da construção de espaços próprios de convivência, de exercícios de tomada de decisão. Como apontam Bruno et al., “os grupos produtivos são, ao mesmo tempo, lugar para a valorização do trabalho e o espaço de fortalecimento da sociabilidade e da amizade entre as mulheres”.

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Programa de Pós graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

** Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ. Professora do PPGSP/SPO/CFH/UFSC - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política/Depto de Sociologia e Ciência Política/ Centro de Ciências Humanas/ Universidade Federal de Santa Catarina.

Fenômeno ainda relativamente pouco estudado pela academia, essas experiências baseiam-se na formação de grupos, ora espontaneamente, com base nas redes locais de proximidade, ora a partir do estímulo advindo de organizações não governamentais ou iniciativas de políticas públicas. Como ambos os artigos apontam, há uma grande diversidade de grupos, assim como é bastante diversificado o contexto que gera sua constituição. Nos dois textos esses grupos são lidos como estratégias de resistência seja à situação de subordinação que elas vivenciam, enquanto mulheres, em relação ao poder masculino que marca o perfil da sociedade em que vivemos, seja no que se refere ao modelo produtivo dominante e à subalternidade a que, enquanto grupo social, é condenado o campesinato.

As experiências estudadas nos dois artigos, no caso de Bruno et al., tomando uma amostra nacional, e no caso de Ferrante et al., estudando alguns assentamentos paulistas, apontam também para problemas centrais enfrentados pelas mulheres: a importância de geração de renda e de ter alguma autonomia no uso dos recursos que obtêm. Como assinalado por Bruno et al., são estratégias relacionadas a um determinado momento do ciclo da vida das mulheres: em geral (embora não unicamente), são as mais velhas que se envolvem, quando já atravessam a fase de encerramento do ciclo reprodutivo e podem ficar mais liberadas de uma série de tarefas domésticas que lhes são socialmente atribuídas, em especial no que se refere à criação dos filhos.

Chama a atenção a natureza desses grupos: no geral são marcados por alto grau de informalidade e padecem de certa dificuldade para se adequar a uma lógica de produção que supõe alto grau de racionalidade na ação econômica. Crédito, selos de qualidade, cumprimento de certas normas de produção garantem a possibilidade de os grupos se estabilizarem e fazerem frente à competição que os cerca, mas significam também uma fonte de exigências crescentes, trazendo sempre o risco da instabilidade. Os textos evidenciam uma tensão entre as demandas que permitem a reprodução dos grupos e as condições relacionadas tanto à precariedade do local onde eles vicejam e que são os traços mais recorrentes das áreas rurais brasileiras (dificuldade de transportes, de estradas etc.), quanto à própria experiência das mulheres que neles se envolvem, impondo mediação de agências várias (Sebrae, ONGs, empresas) que procuram dotá-los da racionalidade necessária à operação frente a mercados cada vez mais complexos e diferenciados. Assim, voltar-se para a agricultura orgânica, produção de sementes ou preparação de doces e geleias só é possível na complexa rede de relações que vai se constituindo e que amplia os horizontes dos grupos. Como os estudos mostram, isso implica, diversas vezes, saídas de algumas mulheres e entrada de outras, indicando uma certa instabilidade, constitutiva do processo.

Para além disso, as mulheres que se aventuram na formação dos grupos produtivos encontram, muitas vezes, oposição no espaço doméstico, uma vez que a nova atividade impõe o rearranjo da divisão de trabalho no interior da

família, bem como aparecem como instigadoras de reconfigurações de relações de poder no interior da família.

Os textos também revelam que iniciativas em alguns espaços implicam experiências que muitas vezes extravasam para outros, abrindo portas para mudança de posição de determinados atores. Assim, num dos casos estudados, a constituição do grupo fortaleceu as mulheres para, por exemplo, disputar a direção da associação do assentamento. Da mesma forma, em outras situações, como indicado por Ferrante et al., acabam tendo um papel ativo na intermediação com o poder local, negociando, fazendo demandas, o que supõe um aprendizado de determinadas práticas (modos de se comportar, falar, avaliar contextos, exposição em público etc.), antes pouco usuais em seu cotidiano.

Finalmente, o surgimento de grupos produtivos coloca novas questões para as políticas públicas, visto que a própria existência desses grupos demanda medidas específicas e adequadas para a proposição e implementação de programas e políticas voltadas para estimular a geração de renda para as mulheres.

Outro bloco de textos que compõe esta segunda parte da coletânea discute a constituição de organizações de representação política das mulheres, com abrangência estadual, regional ou nacional. Por meio desse subconjunto de artigos, chegamos à reconstituição dos momentos da construção dos autodenominados “movimentos de mulheres rurais”, suas principais bandeiras e formas de luta, em diferentes partes do país. São cinco os textos que tratam desse tema: *O protagonismo político de mulheres rurais pelo seu reconhecimento econômico e social*, de autoria de Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo; *A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres*, de autoria de Neiva Furlin; *Participação feminina e resistência camponesa no Maranhão do século XX*, de autoria de Viviane de Oliveira Barbosa; *As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em Santa Catarina*, de autoria de Sirlei Gaspareto e Marilda Aparecida Menezes; e *Mulheres agricultoras e construção dos movimentos agroecológicos no Brasil*, de Emma Siliprandi.

Com algumas variações quanto à periodização, os textos apontam a década de 1980 como um momento importante da organização das mulheres trabalhadoras rurais. As primeiras mobilizações foram desencadeadas por demandas pelo seu reconhecimento profissional como agricultoras. Esse reconhecimento aparecia como fundamental para que as mulheres pudessem acessar alguns direitos, em especial os previdenciários, mas também passassem a se associar aos sindicatos. Trata-se de mudar o estatuto do trabalho feminino, considerado como “ajuda”, numa família em que o trabalho masculino era o mais valorizado.

Gema Esmeraldo analisa a emergência dos movimentos de mulheres no contexto das lutas pela redemocratização do país, enfatizando, para o caso

do Nordeste, a presença das comunidades eclesiais de base, ligadas à Igreja Católica, que são matrizes da organização, com apoio de organizações não governamentais, algumas delas também ligadas à Igreja. Tratando de temas como o conhecimento do corpo feminino, reprodução e cuidados contraceptivos, bem como a conjuntura política, inicia-se, segundo a autora, um processo de constituição da autonomia e empoderamento das mulheres. Sob essa perspectiva, a luta pela sindicalização e por direitos leva a um alargamento das pautas sindicais e do campo político. Em meados dos anos 1980, de acordo com Esmeraldo, a emergência do MST e de suas mobilizações, que envolvem a totalidade da família, abre também maior espaço para o protagonismo feminino. Mas, ao mesmo tempo, as mulheres vão criando movimentos autônomos, nos quais suas demandas ganham visibilidade. O surgimento do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE), do Movimento de Mulheres Agricultoras em Santa Catarina e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do Sul é apontado como expressões desse processo, que se desenvolve na articulação com movimentos nacionais e internacionais. Temas como classe e gênero se articulam e se tensionam, na medida em que se produz um encontro entre as pautas classistas do sindicalismo ou do MST e as bandeiras do feminismo.

Neiva Furlin trata da participação das mulheres na formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, historiando os momentos marcantes desse processo, a partir da formação, em 1986, de uma Comissão de Mulheres com o objetivo de discutir questões específicas e dialogar sobre elas com a Direção Nacional do MST. Segundo a autora, ao longo dos anos, “gênero” constituiu-se um tema transversal de reflexão em todos os setores e atividades do Movimento. Ela chama ainda atenção para a preocupação em envolver tanto homens como mulheres na reflexão sobre o tema, com base na concepção de que se trata de um assunto envolvendo ambos os sexos e de que novas práticas sociais só seriam possíveis a partir da mudança de mentalidade de homens e mulheres. Para entender esse processo é fundamental considerar a pressão interna das mulheres no MST, bem como a influência do debate acadêmico e a das agências financiadoras internacionais. No entanto, também é apontado que a proposta da igualdade de participação entre mulheres e homens nas instâncias de poder da organização permanece como um desafio: a participação das mulheres, tanto em número como em qualidade, é limitada, apesar dos sucessivos investimentos para sua ampliação. São elementos que indicam serem as transformações nas relações sociais frutos não só da vontade política, mas também de mudanças moleculares nos comportamentos, o que só pode acontecer num processo de mais longa duração.

O artigo de Viviane de Oliveira Barbosa volta-se para as quebradeiras de coco, discutindo a sua participação na configuração do campesinato maranhense, suas lutas por terra e pelo acesso, bem como a preservação de palmeiras

de babaçu e suas estratégias de mobilização e organização, que deram origem ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Criticando uma leitura fundamentada somente a partir de uma perspectiva de recursos econômicos para entender as lutas pela possibilidade de exploração dos frutos do babaçu, a autora chama a atenção para a dimensão simbólica dessa forma de extrativismo: para as quebradeiras de coco, “o corte, a queima, o envenenamento de palmeiras representa bem mais que uma redução dos babaçuais, marcando-as em sua intimidade e operando como uma violência ao seu trabalho e à sua vida”. Os rituais que envolvem a vivência do fracasso de algumas tentativas de barrar a derrubada das árvores são lidos por Viviane Barbosa como expressão de uma forte religiosidade e do simbolismo que cercam as palmeiras.

Como diversos artigos que compõem a presente coletânea apontam, referindo-se a outros grupos de mulheres, se muitas quebradeiras ganharam visibilidade e posições de poder no espaço público, tornaram-se líderes de suas comunidades e assumiram papel importante nas negociações com o poder público e outras organizações, o mesmo não ocorre no espaço doméstico: “entre quatro paredes, muitas vezes ainda se encontram submetidas aos ditames de seus maridos/companheiros, vendo-se obrigadas a negociar (de modo muitas vezes desigual) cada passo dentro e fora de seus lares”.

As propostas de agricultura do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina em relação às demandas e perspectivas de vida das jovens militantes constituem o objeto de reflexão do trabalho escrito por Sirlei Gasparetto e Marilda Menezes. O artigo apresenta a formação do MMA/MMC no oeste catarinense como uma das decorrências da modernização da agricultura na região na década de 1970, ao mesmo tempo em que aponta a importância do trabalho das CEBs e da Igreja na organização dos agricultores da região. Passando por diversas fases, o MMA/MMC transita da luta por direitos trabalhistas para as mulheres rurais até a defesa de um novo modelo de agricultura baseado no trabalho familiar. Nesse contexto elabora-se não só a identidade política “jovem” como um projeto que busca a positividade do campesinato como grupo social. As autoras apontam que a atual proposta de agricultura camponesa no MMC defende uma superação das relações de dominação da mulher, com a valorização da sua presença e poder de decisão, e também a introdução de tecnologias acessíveis, que adquirem importância ao tornar o trabalho na agricultura mais leve e rentável. Como em outros artigos que compõem a presente coletânea, são abordadas as tensões que se estabelecem no interior das famílias acerca da melhor forma de organizar a produção, dos conflitos entre as possibilidades de estudar ou trabalhar na lavoura, da busca de uma profissão que mantenha sua ligação com o campo, mas permita morar na cidade ou, ainda, da busca de profissões urbanas, mas que possibilitem continuar no campo, como enfermagem, magistério etc.).

Nesse quadro, a própria militância, mesmo sem essa intenção explícita, acaba se constituindo em uma possibilidade de saída e de ruptura com o trabalho agrícola, descortinando novos horizontes.

O tema de uma nova forma de agricultura é retomado no artigo de Ema Siliprandi, que se volta para a análise do lugar da mulher na construção do movimento agroecológico. A autora reconstrói os principais momentos da formação dos movimentos de mulheres no Brasil, mas afirma que é somente no início dos anos 2000 que agricultoras aparecem publicamente, pela primeira vez, como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando também o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas e exigindo tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado. As Marchas das Margaridas, realizadas em 2000, 2003 e 2007, coordenadas pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da Contag e as grandes manifestações da Via Campesina nas comemorações do dia 8 de março, Dia da Mulher, a partir de 2006, são os exemplos dados pela autora. Segundo ela, os movimentos de mulheres rurais avançam na proposição de um modelo de desenvolvimento para o campo que combina questões estratégicas presentes nos movimentos ecologistas/ambientalistas com elementos trazidos historicamente pelo feminismo. Nesse processo, ao mesmo tempo em que dão destaque a temas como alimentação e saúde das pessoas e do ambiente, ressaltam, de forma crítica, suas experiências pessoais como responsáveis pelas tarefas do cuidado e da reprodução dentro das famílias, questionando a divisão sexual do trabalho existente no meio rural: as tarefas relacionadas ao “cuidar” acabam sobrecarregando-as e dificultando sua participação em outras esferas, entre elas a política.

O conjunto dos textos apresentados nesta parte da coletânea traz temas interessantes para discussão e para possível aprofundamento em investimentos futuros de pesquisas. Um dos aspectos que chama a atenção é a relação entre os emergentes movimentos de mulheres e diversas instituições com as quais se relacionam, quer numa perspectiva de colaboração, quer de conflito. Os movimentos feministas, que começaram a ganhar corpo no Brasil nos anos 1970, o sindicalismo rural no interior do qual se iniciaram as mobilizações, num primeiro momento por direitos previdenciários, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, as comunidades eclesiais de base constituem-se uma multiplicidade de lugares em que, pouco a pouco, se elaboraram questões relacionadas a reivindicações específicas das mulheres, colocando o tema “gênero” num local central da pauta política (assim como, logo depois, foi feito com a “juventude”). Nesses espaços são múltiplas e contraditórias as mediações, impondo dinâmicas que não só geram disputas entre as chamadas “organizações mistas” e as de mulheres (“autônomas”), como também refletem em grande medida as divisões que recortam as organizações que disputam a representação dos trabalhadores do campo.

Os estudos elencados apontam um processo interessante que também merece maior reflexão: ao mesmo tempo em que se afirma a unidade familiar e um projeto político de transformação social em que a unidade camponesa seja a base, a demanda pelo reconhecimento pleno do trabalho feminino produz a individualização no interior da família, quer no que se refere à filiação sindical, quer no que diz respeito à demanda por direitos e, progressivamente, na participação das decisões sobre a gestão da propriedade. Simultaneamente, ao fomentar o seu reconhecimento profissional, surgem também iniciativas visando à geração de renda, discutidas nos textos que tratam das iniciativas relacionadas à formação de grupos produtivos. Em todas essas situações, estabelece-se uma tensão entre o que é projeto da família (mas supostamente definido apenas pelos homens) e os projetos individuais: “ter seu dinheiro” para realizar seus desejos individuais, no caso das mulheres, se soma (em alguns casos podem mesmo se contrapor) ao projeto da família.

Finalmente, os textos contêm fortes indicações de que o tema “gênero” chegou à pauta política principalmente em função das experiências das agricultoras de base familiar. Chama a atenção o fato de que parece haver pouca participação das mulheres assalariadas nesses processos de mobilização e organização de discussões, e esse é um tema que, a nosso ver, merece maior aprofundamento, na medida em que há evidências empíricas de que elas sofrem várias restrições para o acesso ao mercado de trabalho e aos direitos que lhes são inerentes.

Sem esgotar o tema, os textos convidam à reflexão sobre o encontro entre questões como classe, gênero e geração e mostram que há um campo fértil de pesquisa em especial no que se refere às tensões presentes no cotidiano das mulheres que participam, com graus diferentes de envolvimento, de experiências de organização que as levam a estender sua atuação para além da esfera doméstica.

Um dos pontos mais gratificantes que nos traz essa coletânea de textos é a superação dos trabalhos puramente descritivos sobre as mulheres rurais e o início de um esforço de teorização. Enquanto, nos textos descritivos, as camponesas apareciam quase sempre como vítimas do patriarcalismo e/ou do capitalismo e, mesmo que de forma nem sempre consciente por parte dos autores, havia um evolucionismo implícito que tomava por assentado que, no meio rural, o machismo, o moralismo conservador e a falta de liberdade individual seriam mais fortes que no meio urbano. Parte desse evolucionismo resulta do fato de que, quando se fala em “meio urbano” ou em “cidades”, o que está contemplado é a classe média, nunca as periferias e favelas, mas outra parte é um elemento constituinte da sociologia, desde que, em sua origem como disciplina, incorporou a dicotomia comunidade/sociedade (*Gemeinschaft/Gesselchaft*), criado por Ferdinand Tönnies, em 1887.

Não se trata de diminuir o mérito dos estudos descritivos. A quantidade de boas pesquisas de campo que foram se acumulando não só trouxe visibilidade às esquecidas mulheres do campo, como levou a sociologia rural a se repensar e a questionar a visão monolítica e machista que tinha da “família rural”, ao forçar seus limites explicativos. Não apenas as mulheres começaram a ser desentranhadas dessa construção que pressupunha, erroneamente, uma homogeneidade interna, como também os jovens passaram a ser vistos sob uma outra ótica que não diluía suas especificidades no amálgama teórico do “grupo familiar” (daí a interação com os estudos de gênero e de juventude). Tudo leva a crer que esse esforço de teorização que se inicia vá trazer contribuições frutíferas tanto para a sociologia que se volta para o conhecimento do meio rural, quanto para os estudos de gênero, dos movimentos sociais, entre outros campos de estudo.

NA TRAJETÓRIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: MULHERES, ORGANIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO

*Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante**

*Henrique Carmona Duval***

*Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco****

*Ana Paula Fraga Bolfe*****

Introdução

A história de mulheres na constituição e trajetória dos assentamentos é marcada por muitos atos de discriminação naturalizada. Discriminação respaldada pelas visões patriarcais do projeto estatal, pelo atraso na extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, pela exclusão em programas de crédito/comercialização/investimentos. As mulheres têm tido ao longo de anos, na história de muitos assentamentos, presença ativa na intermediação com o poder local, na proposição de iniciativas de diversificação produtiva, no reforço de estratégias familiares que têm se apresentado nas relações de aproximação e de conflito que permeiam a constituição deste novo modo de vida.

O presente artigo trabalha experiências recentes de atividades de diversificação desenvolvidas em núcleos de assentamentos da Fazenda Monte Alegre (núcleos III e VI), do Bela Vista do Chibarro, ambos na região de Araraquara, e ainda no assentamento Vergel na região de Campinas, no estado de São Paulo.

Essas experiências, em um dos casos, mediada pelo poder público municipal, em outro, pelo movimento sindical e, no terceiro, pelo desenvolvimento de parcerias, estão sendo analisadas como expressão de resistência ao modelo de agronegócio que tem pautado as avaliações dos assentamentos rurais.

O artigo retoma expressões de diversificação produtiva que vêm se apresentando como alternativas de geração de renda e busca trabalhar as relações entre produção/reprodução social de maneira crítica, especialmente pela naturalização de lugares atribuídos a um e outro momento. Questiona também o caráter de complementaridade inicialmente atribuído ao trabalho de mulher na agricultura e procura analisar a importância de tais atividades no contexto

* Doutora em Sociologia. Professora aposentada da Unesp-Araraquara, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – Uniara/Unesp.

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, IFCH, Unicamp.

*** Professora titular Feagri, Unicamp.

**** Bolsista CNPq, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, IFCH, Unicamp.

de estratégias familiares postas em ação pelos assentados, sem deixar de lado a categoria trama de tensões, que tem nos orientado na discussão da relação entre assentamentos e desenvolvimento.

Ao tomar iniciativas de atividades diversificadas, as assentadas têm se contraposto aos modelos tradicionais, empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e da vida cotidiana entre homens e mulheres. O fato de as mulheres terem papéis centrais nestes embriões de experiências produtivas diferenciadas não implica, necessariamente, mudanças efetivas no interior das relações familiares, dos códigos tradicionais que ainda interferem, em muito, na lógica das relações familiares. Entretanto, novas sociabilidades podem estar se criando no interior destas experiências produtivas diversificadas. A participação de mulheres nas decisões sobre gestão produtiva das culturas agrícolas tem aumentado?

Temos como preocupação analítica investigar também se as iniciativas de diversificação que surgem a partir das ações das mulheres, constatadas nos três projetos de assentamentos analisados, acenam com modificações concretas na valorização da mulher e na incorporação das relações de gênero nas políticas públicas, no reconhecimento de sua participação em movimentos sociais, como sujeitos de ação, participação e de organização. Esta preocupação, como já afirmamos, está centrada na categoria da trama, constituída pelas relações travadas entre distintos atores, sendo destacados, neste artigo, as mulheres assentadas e os diferentes mediadores, tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas e políticas. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias.

Discutir a tessitura de uma trama de tensões sociais, a partir da prática das assentadas rurais, cuja racionalidade social transita numa relação complexa entre resistência e acomodação, remete-nos à história viva de trabalhadoras que, estando numa posição estrutural de subalternidade social, organizam estratégias – individuais ou coletivas –, cuja consecução, senão amplamente transformadora das relações sociais, das desigualdades de gênero, revelam aspectos inovadores e singularmente determinantes da realidade da qual participam como sujeitos.

Assumimos a busca, proposta por José de Souza Martins (2002, p. 220), por uma sociologia rural que é a sociologia “de um modo de ser e um modo de viver mediados por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico. O modo de vida em questão é o constituído pelos(as) assentados(as) em sua busca por sustentabilidade num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são, sim, os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional.

As mulheres cujo trabalho aparece, em geral, envolto em uma rede de invisibilidades vêm, na casa, na formação de grupos diversificados de produção, na busca de resgate da história/memória de suas lutas, mostrando que a constituição e a trajetória dos assentamentos têm que levar em conta, necessariamente, as vozes e as ações das assentadas rurais.

O “lugar” da investigação: assentamentos Monte Alegre, Bela Vista do Chibarro e Vergel

Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o assentamento Monte Alegre conta com seis núcleos e fica na tríplice divisa entre os municípios de Araraquara, Motuca e Matão, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. Segundo dados do Itesp, lá residem 416 famílias.

O assentamento Bela Vista do Chibarro é promovido pelo governo federal, por meio do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no município de Araraquara. Encontra-se inteiramente no município de Araraquara, em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989. A mobilização que levou à sua instalação é emblemática da luta dos trabalhadores rurais nas terras dos canaviais (FERRANTE, 1992). O assentamento originalmente contava com 176 lotes agrícolas. Hoje, tem 211 e estimadamente o mesmo número de famílias. Tal ampliação explica-se pela divisão de lotes – solicitada por algumas famílias assentadas, interessadas em ver seus filhos casados com seus próprios lotes – e das ações de reintegração de posse de 11 lotes encaminhadas pelo Incra nos últimos dois anos.

Em comparação com inúmeros outros projetos, tanto sob responsabilidade do governo estadual quanto do governo federal, a característica mais marcante desses assentamentos é justamente sua inserção territorial numa região de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas da cana-de-açúcar e de cítricos. A maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana, cuja extensão chega, no município de Araraquara, a cerca de 32 mil hectares, área que representa cerca de 60% do total de hectares cultivados no município, segundo estimativas feitas a partir do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Sua cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região.

O assentamento Vergel está localizado na região de Campinas, entre os municípios de Mogi Mirim e Itapira. A área desse assentamento originalmente pertencia à Fepasa (Ferrovias Paulistas S/A). É também denominado Horto Vergel, pois, na época de sua ocupação, em 1997, era constituído de 1.216 hectares de área plantada com eucaliptos utilizados anteriormente para fazer dormentes

de estrada de ferro. O assentamento foi regularizado em 1998 sob a responsabilidade do Itesp. Dos seus 1.216 hectares, 360 são destinados à preservação ambiental, 20 para áreas comunitárias e o restante, 836 hectares, divididos em 90 lotes. Conforme Caderno de Campo 1998-1999 do Itesp, quando da regularização, a população era de 346 pessoas divididas em 82 famílias cadastradas.

Retratos do presente

Dados coletados recentemente mostram que no assentamento Monte Alegre as mulheres são, em 17,5% dos casos, titulares dos lotes, tendo, neste caso, em média, 58 anos de idade.

A obrigatoriedade da titularidade conjunta é cumprida por interferência dos órgãos gestores, não chegando a mudar efetivamente a esfera das decisões e ações nos assentamentos. A origem da renda é, neste assentamento, predominantemente da produção no lote, seguida muito de perto pelas aposentadorias. Na indagação sobre a principal fonte de renda, a derivada da cana, isoladamente, e a proveniente de outros produtos diversificados aparecem com os mesmos percentuais. Entretanto, quando à cana se agregam a aposentadoria e outros salários, tem-se, significativamente, a principal fonte de renda. O número de mulheres do assentamento Monte Alegre que acessou o crédito Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) ficou em torno de 10%, índice distante da cota estipulada pelos órgãos federais (30%). A grande maioria não participa de programas municipais de apoio à produção. Considera, em 60% dos casos, a importância do recebimento da aposentadoria para o viver dos assentados.

No assentamento Bela Vista do Chibarro, 35% dos titulares de lotes são mulheres, tendo em média 49 anos de idade. A grande maioria das mulheres não acessou qualquer modalidade de crédito, apenas em torno de 5% valeu-se do custeio apoiado pelo Banco do Brasil para aquisição de gado leiteiro. Situação a demonstrar que, nesse assentamento, o tempo em que o Incra esteve ausente, os conflitos acirrados que cercaram as ações de reintegração de posse, a falta de informação mais continuada por parte dos órgãos gestores podem ter influenciado o menor índice de acesso aos mecanismos institucionais de obtenção do crédito. Mesmo assim, a diversificação de produtos tem modificado, ainda que em proporções pequenas, a monotonia de paisagem da cana. Aliado a isso, há um crescente interesse pelo resgate de memória e pelo embelezamento do assentamento, movimento que tem sido comandado por um grupo de jovens intitulado “Pé Vermelho”.

No assentamento Vergel, atualmente, estima-se que tenha havido um incremento de 45 famílias (agregadas) nos 90 lotes existentes. Aponta-se para 519 pessoas, das quais 287 são homens e 232 mulheres (SIQUEIRA, 2008, p. 87). No que tange à titularidade do total de lotes, 68 são titulares homens e 22 titulares

mulheres. No entanto, a titularidade feminina acontece, quando está associada a algum impedimento masculino, seja por nacionalidade estrangeira, separação ou viuvez da mulher (SIQUEIRA, 2008, p. 89).

Nos primeiros tempos: a mulher e o viver nos assentamentos

Retrato de um mundo de relações novas, cujas fronteiras lhes são, às vezes, totalmente desconhecidas, as mulheres não participam, em geral, da tomada de decisões na administração e no planejamento dos lotes. Não têm, em seu passado recente, experiências de um trabalho cooperativo, mas convivem com a combinação das forças reguladas pelo tempo disciplinado. Em muitas situações, as mulheres assentadas, ex-boias-frias, nunca haviam tido oportunidade de tomar decisões sobre seu tempo de vida e de trabalho. Desconheciam regras de financiamento, crédito e a própria engrenagem mercantil. Têm, ainda mais, que ajudar a gerir seu próprio espaço, vindas de um tempo regido pelo olhar do outro, sem poder imprimir a essa gestão iniciativas próprias. Resultados aquém das expectativas das primeiras safras são atribuídos pelos órgãos gestores à falta de competência dos assentados, dedução associada, equivocadamente, ao fato de terem sido boias-frias.

As mulheres arcam com o ônus das incertezas e da provisoriedade do viver no assentamento. As decisões sobre produção, sobre o que plantar, não passaram, como já afirmamos, pelos assentados, muito menos pelas mulheres. Entretanto, nas decisões de reinversão do processo de organização do grupo, na divisão das terras e na rejeição ao primado do coletivo, há expressões da rejeição dos modelos propostos para os assentados e da afirmação de sua não passividade. Na divisão por grupos, a tentativa de preservar laços de amizade, vivência anterior e proximidade da região de origem – critérios significativamente influenciados pelas experiências das mulheres – pode ser encarada como uma forma de resistência, aliada à rejeição do modelo associativista proposto ou imposto pelo Estado. Excluídas, em sua grande maioria, da elaboração do projeto produtivo, encontram espaço na manutenção das redes de sociabilidade.

Grupos divididos, produção individualizada, a mulher não participa, na maioria dos casos, do trabalho no lote produtivo. Muitas o fazem nos finais de semana. No caso das titulares, há poucas que efetivamente comandam o trabalho no lote. Há frequentes reclamações das mulheres de que seu trabalho não é reconhecido: “É sempre uma tarefa vista como ajuda, por mais pesado que a gente trabalhe”, desabafa uma assentada. “Cumpro o que já está determinado, o que não é muito diferente do trabalho que tinha como boia-fria.” Estes são depoimentos de mulheres que vêm atestar que o trabalho no assentamento não elimina, necessariamente, relações de constrangimento, podendo continuar a ser “vigiado” ou supervisionado pelo marido, que passa a representar, em termos relativos, o papel do chefe de turma dos cortadores de cana.

O retrato dessa situação explica, talvez, o número significativo e crescente de mulheres que trabalham como assalariadas fora do assentamento. O fato de desenvolverem atividades destinadas a complementar a renda agrícola parece compatível com a concepção de que sua função produtiva vai subsidiar, ajudar. Em algumas situações, se assalariam como forma de aumentar a renda e o investimento no lote; em outras, aparece claramente a vontade de se livrar das formas, mais ou menos dissimuladas, da violência de gênero.

Casos de mulheres espancadas pelos maridos, agravados pelo alcoolismo, o medo de denunciá-los, ameaças enfrentadas por mulheres que, ao assumir posição de liderança ou representação, tinham que falar com muita gente e sempre ir à cidade sozinhas, o que lhes rendia uma série de difamações nos bares, nas ruas da agrovila e em outros espaços. Além disso, pressões sofridas em situações de manifestação de independência – na formação de grupos, nas reivindicações encaminhadas ao poder local, na linha de frente contra o Incra, dentre outras –, na exclusão, na questão da partilha dos bens, em caso de separação (o que não se observa com tanta frequência nos dias de hoje), o continuado comando dos homens mesmo diante da solicitação de crédito por mulheres são alguns dos inúmeros exemplos de violência de gênero constatados ao longo da pesquisa de campo em assentamentos da região de Araraquara.

Nos anos 1990, mulheres acenam para a diversificação

Na Fazenda Monte Alegre, a marca das estratégias familiares

Estudos têm demonstrado que a solidariedade no trabalho na terra e a interação de grupos de parentesco conseguem, por meio da extensão da rede familiar, consolidar uma estrutura interna a partir de códigos de reconhecimento social. Em todos os núcleos, vários beneficiários, titulares de lotes, mantêm laços de parentesco, criando-se um circuito de relações familiares para além do cadastro oficial. Se essa organização informal escapa ou não se enquadra na constituição idealizada para os assentamentos, ela efetivamente é significativa para as ações dos assentados. Aos olhos da burocracia estatal, inexistem tais relações. Sua presença marca, no entanto, diferenças na concepção da organização e construção do novo modo de vida presente nos assentamentos. A mulher tem o comando no processo de transformar tais laços em espaços de permanência na terra, em uma postura de resistência que se explicita, dentre outras, por sua significativa participação em atividades de diversificação produtiva.

Dentre as estratégias produtivas, a fruticultura comercial vem ganhando crescente espaço. Estão sendo cultivados, em larga escala e por quase todos os assentados, manga, limão e tangerina poncã, produções que podem ser comercializadas e também consumidas diretamente pelas famílias. Uma produção de subsistência tem lugar nos quintais dos lotes de moradia. Considerados os

grupos de alimentos para o autoconsumo das famílias assentadas, no assentamento Monte Alegre as frutas estão presentes em 91% dos lotes; as criações animais em 78%; as raízes em 68% e os grãos em 65%. A produção de grãos é realizada mais para o autoconsumo, se bem que também existem casos de que o cultivo seja realizado por sitiantes da região que arrendam parte dos lotes produtivos das famílias assentadas.¹ Nas atividades produtivas de autoconsumo, as mulheres acabaram tendo maior espaço no trabalho.

No assentamento Vergel, conforme dados coletados pelo Itesp, a produção agrícola de 77,78% dos lotes caracteriza-se como diversificada. Dentre os principais produtos tem-se: a mandioca de mesa, mandioca para indústria, o milho, o arroz, o feijão, o amendoim, as hortaliças, a banana e outras frutíferas. Também no assentamento encontram-se importantes iniciativas de agroindustrialização da produção, como o processamento artesanal da mandioca para farinha, elaboração de compotas, queijos e atividades produtivas não agrícolas como bordados, artesanato e costura (ORDÓÑEZ GUERRERO, 2009).

Uma experiência coletiva com mulheres: a costura industrial em cena

Estratégias são criadas e recriadas em um circuito ampliado de formas organizativas de resistência. Uma experiência de capacitação profissional em costura industrial para um grupo de mulheres na Fazenda Monte Alegre, núcleo I, no início de 1995, em conjunto com a direção do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara,² apresentou a proposta de constituição de espaços alternativos e diferenciados de trabalho para elas e para os adolescentes. Foi proposto um curso profissionalizante de costura industrial com o objetivo de implantação de uma fábrica de confecção de roupas no referido assentamento. Essa experiência veio demonstrar a não existência de fronteiras entre atividades tidas como rurais e/ou urbanas no espaço dos assentamentos.

Tornava-se necessário encontrar parceiros. O Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) de Araraquara aprovou dois projetos, colocando à disposição do grupo a experiência e o conhecimento técnico acumulado, o que significou concretamente o pagamento das despesas com a monitora e a socialização dos conteúdos programáticos. Ao sindicato coube a coordenação

1 Prática reprimida pelo Incra – daí as ações de reintegração de posse – e, por outro lado, legalizada pelo Itesp através da Portaria nº 077/2004 – segundo a qual cada assentado pode produzir até 50% de seu lote com culturas agroindustriais, em parceria com agroindústrias.

2 Este Sindicato faz parte da Feraesp – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo –, criada em 1989 e legalizada por decisão do Tribunal Superior do Trabalho de 27 de novembro de 1990. A criação da Feraesp pode ser considerada como um desdobramento dos movimentos grevistas de boias-frias deflagrados no estado de São Paulo nos anos de 1984-1985 e como uma resposta às contradições detectadas no sindicalismo rural paulista até então unicamente representado pela Fetaesp – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo. Atualmente, a Feraesp tem 86 sindicatos a ela filiados, enquanto a Fetaesp tem 140 sindicatos sob sua jurisdição.

política e pedagógica do processo. Inscreveram-se 75 pessoas, com predominância de mulheres, para o curso, vindas das cinco áreas do assentamento da Fazenda Monte Alegre.

A experiência fortaleceu a rede de sociabilidade, contribuindo para uma aproximação entre os espaços masculinos e femininos no interior dos assentamentos. A tentativa de organizar o trabalho de forma mais flexível, buscando-se romper com paradigmas de padrões vigentes de produção, foi, sem dúvida, expressão das estratégias de recusa ao modelo estatal de assentamento. Entretanto, a experiência teve vida curta e não chegou a se converter em uma alternativa continuada de geração de trabalho e renda.

Além dessa, deve-se salientar que a composição da renda através de outras atividades produtivas rurais ou urbanas depende em grande parte da mulher. Ao homem cabe assumir a responsabilidade pelas decisões sobre comercialização, sobre como organizar e gerenciar o lote, contabilizando as diferentes e possíveis fontes de renda.

As atribuições masculinas e femininas não têm, em todos os momentos da vida dos assentamentos, fronteiras rígidas. Há relativa colaboração entre homens e mulheres na definição do futuro do lote, colaboração que não se traduz em tomada de decisões na esfera da produção/comercialização.

O fato de o Incra exigir, no presente, a assinatura do casal para completar operações de crédito e de financiamento contribui para esse planejamento conjunto, afirmação que não pode ser generalizada no caso do Itesp. Mais uma vez, uma exigência externa a se impor, o que não significa que as mulheres passaram a ter efetivamente poder de decisão. Assinar em conjunto representa a aceitação das regras impostas. O pacto quebra-se no âmbito doméstico/familiar. Apesar de as situações serem diferenciadas, a participação das mulheres nas diferentes estratégias de formação de renda convive com a reprodução de desigualdades e exclusões no âmbito das decisões e das relações com os companheiros.

Entretanto, há que se examinar o que vem, de fato, significando o conjunto de políticas públicas implementadas pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o Incra, dirigidas à promoção da autonomia econômica, elemento indispensável para a superação das desigualdades que marcam a vida das mulheres assentadas e de outras trabalhadoras rurais.

As mudanças não se deram por uma política de outorga. Sem dúvidas, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais anteriores à Constituinte, ainda que dispersos e muitas vezes fragmentados, interferiram decisivamente para que uma pauta de negociações das políticas públicas, permeadas por relações de gênero, fosse publicizada.

A partir da Constituinte, aumenta progressivamente a participação das mulheres no movimento sindical, o que se reflete na ampliação feminina nos congressos e no aumento de resoluções e propostas que tinham as mulheres rurais como protagonistas. A Marcha das Margaridas de 2000, organizada pelas

mulheres filiadas à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), foi um marco no movimento das mulheres rurais, o que não significa que a aceitação de questão de gênero se dê naturalmente pelo movimento sindical e pelo MST (Movimento dos Sem Terra) sem conflitos e/ou disputas.

No assentamento Bela Vista do Chibarro, o movimento descontínuo dos grupos de mulheres

No âmbito das atuações em face do movimento sindical, no encaminhamento de reivindicações junto ao poder local, as mulheres sempre estiveram na linha de frente.

Na esfera da diversificação, no início dos anos 1990, atendendo aos movimentos de mulheres que se organizaram em encontros estaduais, o governo federal e o Itesp lançaram projetos dirigidos à criação de galinhas poedeiras, a uma pequena fábrica artesanal para a produção de farinha de mandioca, de doces caseiros. Reuniões e reuniões para discutirem a formação de associações foram feitas. Vontade e dificuldade de se caminhar junto se entrecruzavam.

O grupo das “doceiras” chegou a preparar doces com as frutas que existiam no assentamento. Chegaram a vendê-los na Câmara Municipal, em pequenas feiras, mas a sazonalidade das frutas e a falta de apoio consistente dos órgãos gestores e dos poderes públicos acabaram levando o grupo a se desestruturar. O mesmo aconteceu com o grupo de mulheres que se ocupava das galinhas poedeiras, que desistiu sob pressão, com receio de assumir compromissos bancários e firmar sociedade. Reações bem respaldadas pelo desestímulo dos maridos.

O renascer de esperança: as Lagartinhas Verdes³

Formado por algumas das pioneiras no assentamento Bela Vista, o batismo do projeto foi cercado por muita expectativa pelas sete mulheres envolvidas. No processo de organização, um atalho e uma desistência. Uma das mulheres decidiu desenvolver a horta na escola do assentamento – trabalhar sozinha, atitude individualista respaldada pelos homens de família: “Não posso entrar em sociedade, meus filhos e meu marido disseram que não vai dar certo.”

O grupo das seis lagartinhas, no entanto, prosseguiu:

Os dias se passaram e estávamos muito animadas. Trabalhamos duramente, preparamos o solo com enxadões, pois tentamos alugar um equipamento

³ O Projeto Lagartinhas Verdes foi criado em 1995 por assentadas do Assentamento Bela Vista do Chibarro, com o intuito de trabalhar com hortaliças. O nome Lagartinhas Verdes foi sugerido por uma das participantes do projeto e provocou controvérsias. Diante da expectativa de ser a produção natural, sem herbicidas, no imaginário dessas assentadas, a imagem do inseto comedor de hortaliças poderia ser invertida, daí o acolhimento ao título “Lagartinhas Verdes”.

tobata com um assentado para facilitar nosso trabalho, mas ele não quis alugar. Enfrentamos resistência por parte de alguns homens, muitos passavam e riam, diziam que isso não iria virar nada, que nós éramos um bando de mulheres desocupadas, enfim, foram muitas as chacotas. (Depoimento de uma assentada do Bela Vista)

Não foram só de agressões as reações masculinas. Alguns homens se dispuseram a ajudá-las em mutirões. Foram plantados 5 mil pés de alface americana, rúcula, agrião, couve-flor, brócolis, berinjela. Vencida a barreira do plantio, o mercado se interpôs no caminho das “lagartinhas”.

As quitandas e os supermercados não compravam seus produtos por já estarem comprometidos com comerciantes de fora ou com o Ceasa. A falta de transportes agravou o quadro. Uma a uma, por uns e outros motivos – dissolução do casamento, compromissos com a organização de representação estadual das mulheres –, foram saindo, e o projeto se desestruturou.

O fato é que cada companheira que pedia saída do projeto aumentava a responsabilidade das outras com relação às parcelas bancárias; isso ocorreu com todas, exceto eu, que não podia me isentar da responsabilidade porque o contrato me elegia como a primeira responsável pelo débito, e, para piorar, meu pai foi o avalista do projeto. Restaram, ao final, o dissabor do projeto que não deu certo e dívidas, muitas dívidas a serem pagas. Voltei a trabalhar na cidade para cumprir os compromissos assumidos junto ao banco; afinal, se não o fizesse, meu pai também ficaria impedido de acessar qualquer crédito bancário. (Depoimento de uma assentada membro do projeto “Lagartinhas Verdes”)

Em um e outro núcleo de assentamento, os mesmos problemas: falta de mercado, dificuldades com transportes, falta de estímulo dos órgãos gestores, expressões de pouca vontade dos poderes públicos. Entretanto, tais grupos foram, a nosso ver, os primeiros passos para que, hoje, outros possam dar prosseguimento a projetos que gerem renda não só para os grupos de mulheres, mas para grupos formados por homens e mulheres nos assentamentos.

Nos anos 2000, o recomeço e a experiência atual de organização das mulheres em assentamentos

No Vergel: o recorte agroecológico da Associação de Mulheres (AMA Vergel)

A Associação de Mulheres Agroecológicas nasceu de uma experiência de capacitação agroecológica e da persistência de um grupo de mulheres assentadas na busca por alternativas de resistência e permanência na terra conquistada.

A capacitação agroecológica se deu através de um Projeto de Transição Agroecológica, criado a partir da demanda de hortas nas escolas. Esse projeto foi desenvolvido por meio de parcerias entre os técnicos da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim e a Fundação Mokiti Okada,⁴ que trabalha com a premissa de que a vida do solo é fator essencial ao desenvolvimento de qualquer atividade de produção agropecuária.

O título desse projeto, realizado nos anos de 2004, 2005, 2006, era: “Novas Abordagens Produtivas e Autoconsumo em Assentamentos Rurais – Propostas para as Mulheres do Horto Vergel em Mogi Mirim, SP”. Definiu-se que as mulheres seriam o seu alvo, principalmente por dois motivos: a) elas eram um público ainda não atendido por órgãos oficiais; b) supunha-se entre os técnicos que as mulheres, histórica e culturalmente, possuíam uma relação mais afinada com manejo em agroecologia, diversificação da produção e dedicação a atividades voltadas para o autoconsumo e o mercado local. O projeto, em parceria com mulheres do assentamento Vergel, a prefeitura de Mogi Mirim e a Fundação Mokiti Okada, atendeu aos anseios do grupo de trabalhar com conceitos agroecológicos, ou seja, a preocupação de produção de alimentos, de “colocar comida na mesa” (depoimento de assentada da AMA Vergel), a diminuição de insumos externos, a autonomia em relação a sua produção. O trabalho ocorreu numa proposta de trabalho de experimentação participativa, sempre a partir das necessidades do grupo (SIQUEIRA, 2008).

Inicialmente o grupo contava com 35 participantes que decidiram trabalhar com quatro principais temas: 1. a horta natural; 2. práticas com plantas medicinais e aromáticas; 3. oficina de artesanato; 4. oficina de culinária. No entanto, apenas seis mulheres aderiram ao projeto e formaram a AMA Vergel. Atualmente o grupo conta com 15 participantes que, mesmo com todas as dificuldades, permanecem unidas. Pode-se dizer, conforme entrevista com membro do grupo, que não foram desistências, mas diferentes fases, algumas em que o grupo se aglutina, se junta e em outros momentos são fases em que as mulheres do grupo vão tentar outras alternativas de trabalho e renda separadas do grupo, mas, sem uma desvinculação definitiva, “existem pontos positivos e negativos, mas o grupo é persistente” (depoimento de assentada da AMA Vergel).

O grupo desenvolve várias atividades: produção em horticultura natural com técnicas de manejo agroecológico; produção de artesanato (as mulheres participaram de oficinas de artesanato no Serviço Nacional de Aprendizagem

4 A Fundação Mokiti Okada participou desse projeto através de pesquisadora da área ligada ao Centro de Pesquisa Mokiti Okada, que está focado na realização de pesquisas e no desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para a expansão da agricultura natural no Brasil. Através de projetos, incentiva a agricultura natural, considerada uma forma eficaz de se direcionar para a saúde e recuperação da parte física, biológica e química do solo, ao contrário da agricultura convencional, que somente observa a planta. (MOKITI OKADA, 2010)

Rural – Senar – de Mogi Mirim) com fibra de bananeira, taboa, palha de milho, jornal; produção de plantas medicinais e aromáticas.

O grupo, fez parcerias, dentre elas, com o Centro de Pesquisa Mokiti Okada, junto do qual conseguiu um espaço de venda direta ao consumidor na feira mensal no Johrei Center de Mogi Mirim (unidade da Igreja Messiânica Mundial do Brasil), e com a Empresa Pirai de sementes de adubos verdes de Piracicaba/SP, que doou 300kg de sementes, espécies de adubação verde para multiplicação nos lotes. Participa ainda do mercado local em Mogi Mirim, na feira de produtores, comercializando semanalmente seus produtos.

A AMA Vergel também integra a Rede de Agroecologia Mantiqueira/Mogiana, coordenada pela Embrapa Meio Ambiente de Jaguariúna (SP) e tem presença ativa nas reuniões, nos intercâmbios e eventos, nos quais o trabalho do grupo é referência em suas atividades de conservação, multiplicação e troca de sementes. A Rede de Agroecologia Mantiqueira/Mogiana tem como objetivo a construção de conexões entre os atores sociais, principalmente agricultores, que se identifiquem e eventualmente já façam uso de práticas sustentáveis nas suas atividades agrícolas. É formada por vários atores sociais, entre eles agricultores, pesquisadores, estudantes, técnicos e extensionistas rurais (REDE DE AGROECOLOGIA MANTIQUEIRA-MOGIANA, 2010).

O grupo AMA se insere na Rede participando dos intercâmbios com agricultores que se encontram também em transição, já que o grupo tem o foco de produção de produtos sem uso de insumos químicos, construindo um banco de sementes e produzindo plantas medicinais, mandioca, derivados da mandioca, banana, galinha caipira, ovos e outros.

O grupo liderou a Cooperativa de Produção do Assentamento do Vergel (Coopavel), participando da direção, apoiado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e conseguiu aprovar um projeto para construção de uma agroindústria no assentamento. No entanto, essa cooperativa foi desarticulada, e nesse ano está sendo retomada a ideia de uma nova cooperativa que ainda não teve seu nome em votação, mas contempla a participação de todos os assentados sob a liderança da líder do grupo AMA, que foi escolhida pelo “povo” (termo utilizado pelas assentadas quando fala do assentamento como um todo). Uma cooperativa que nasce em função dessa liderança em outra perspectiva, como se pode ver na articulação e aprovação do estatuto que coloca um novo formato de trabalho em equipe: equipe de tesouraria, equipe de secretaria etc.; cada equipe se responsabilizando por uma área.

Mesmo com todas essas atividades que geram renda para seus grupos familiares, as mulheres, na maioria das vezes, chegam a enfrentar até três jornadas de trabalho diárias e não recebem apoio de seus maridos, como se pode observar no depoimento de uma assentada:

Aqui nós temos um entendimento do seguinte: nós não podemos trabalhar só o grupo de mulher, senão a gente racha o assentamento: 90 homens e 60 mulheres. Eu acho que nós temos que trabalhar junto. Não tem essa história de separar mulher do homem, eu não concordo com isso. Senão, não mora mulher com homem. Vai morar mulher com mulher e homem com homem. (SIQUEIRA, 2008, p. 128)

As mulheres da organização têm a dificuldade de aplicar os conhecimentos na realidade, visto que lhes faltam recursos e autonomia em seus lotes. Persiste o preconceito em apoiar um grupo de mulheres por parte de técnicos, órgãos oficiais, maridos e lideranças do assentamento; estas últimas, muitas vezes, ainda se apropriam dos resultados do trabalho e do esforço do grupo. Mas mesmo assim podemos verificar que o grupo tem um significado muito caro para as mulheres:

A AMA, além de ser associação, ela é comprometida, se comprometeu com muita coisa, AMA é amor, é fortalecimento, é autonomia, é liberdade, é resgate; ainda temos que melhorar a produção, a preservação. A AMA é vista pelo assentamento como um grupo forte, as pessoas têm um pouquinho de medo da gente, são só mulheres, mas eles temem, o pessoal teme a gente porque a gente bota a boca no trombone, a gente se capacitou, a gente se politizou, hoje a gente tem apoio muito lá fora, a gente tem um pouquinho de respeito, embora aquele respeito meio assim receoso. (Depoimento de assentada da AMA Vergel)

Entretanto, percebeu-se que os acontecimentos positivos para o grupo e para as mulheres que formam o grupo são muito mais fortes e marcantes, inspirando-as a continuar nessa caminhada em busca da autonomia, como sugere o relato de uma mulher assentada:

Eu acho que a mulher precisa ter a autonomia dela. Por mais que ela ajude o marido no sítio, por mais que ela tenha renda junto com o marido, mas ela quer um trabalho dela, uma renda dela, né? Que agrega na família. Ela tem o direito de ter esta autonomia, de ter esta renda à parte. Principalmente quando se trata de grupos de mulheres, né? Quando a gente fala grupos, a gente desvincula das famílias. É outro interesse. Então eu acho assim que tem que ter uma verba específica, separada dos homens. E os jovens também precisam. O jovem está sempre envolvido nos núcleos de família e não tem autonomia. Às vezes eles querem um projeto que é deles, eles querem desenvolver esse projeto, aonde eles estão no núcleo da família e não têm esta renda, é aonde eles ficam desmotivados, vão pra rua, vão pras drogas, tudo que não presta, né? Minha vida é viver

lutando por estes jovens e lutando pelas mulheres. A gente precisa ter esta autonomia. (SIQUEIRA, 2008, p. 128-129)

O processo organizativo da AMA Vergel fortaleceu nas mulheres participantes sua capacidade de organização, a importância do coletivo, estreitou laços de confiança e de solidariedade, como podemos observar no depoimento a seguir:

Porque a gente aprende muita coisa. Nas reunião eu aprendi muita coisa. Eu aprendi tantas coisas no grupo de mulher e eu faço aqui em casa mesmo. Principalmente pra cozinhar. Pra fazer um pão, um bolo, eu não sabia fazer estas coisas. Mas agora fazendo estas festas, almoço, eu aprendi, né? A fazer reunião. Como fazer a reunião entre as mulher, como conversar, como respeitar as outras mulher. Como respeitar a opinião de outra mulher. Às vezes a gente tava no grupo de mulher, uma desabafava com a outra. Era tipo assim uma terapia pra gente. Às vezes eu me sentia angustiada, então eu desabafava. E as mulheres desabafavam com a gente. Quer dizer que é gostoso, assim. Nós trabalhávamos assim, só que uma contava os problema pra outra, a outra contava o problema com o marido dela, uma terapia de grupo [risos]. Falava ali, ali morria mesmo, né? Aquela mesa da lleide lá, só aquela mesa pode contar. E assim esclarece até a mente da gente. (SIQUEIRA, 2008, p. 118)

No circuito da diversificação, as mulheres aprendem e ensinam a respeitar o meio ambiente, aproveitam os recursos locais e, mais do que isso, a experiência indica para essas mulheres a continuação e o fortalecimento do sonho de viver na terra com melhores condições de moradia, de estudo para os filhos e melhor qualidade de vida.

No pouco que a gente estudou de agroecologia, a gente aprendeu muito, mas ainda é muito pouco, a agroecologia é muito abrangente, a gente tem muito para aprender. A primeira etapa da agroecologia foi para nós assim que é tirar sustentabilidade da terra sem agredir a natureza, é uma mistura de diversidade, a gente concilia tudo: animais, vegetais; sabe eu acho que essa é uma diversidade que a gente precisa preservar, a gente foi posto nesse mundo para viver todo mundo em harmonia. Hoje no assentamento através de nós muita família é agroecológica, estamos ganhando espaço. (Depoimento de assentada da AMA Vergel)

Foi por meio desse processo que houve um aumento de renda, com o qual foi possível pagar dívidas contraídas anteriormente em projetos convencionais de produção.

Podemos concluir que, com a produção agroecológica e diversificada, foi possível aumentar a oferta de alimentos, mais saudáveis, o que melhorou o autoconsumo, propiciando segurança alimentar para muitas famílias do assentamento. Houve ainda um significativo aumento de renda que, além de agrícola, passou a ser também não agrícola, com o aprendizado de processamento de alimentos e o artesanato.

Na região de Araraquara, no quadro de paradoxos, respostas do poder local

Acredita-se ser possível distinguir dois momentos de um grupo de mulheres em relação ao modo como eram e passam a ser produzidos seus produtos. Até o ano de 2001, as mulheres do Núcleo VI do assentamento Monte Alegre utilizavam a cozinha comunitária da escola do assentamento para produzir e comercializar pães, com equipamentos próprios e, em geral, matérias-primas compradas de fora. A comercialização era feita no interior do próprio assentamento e, esporadicamente, nas feiras em cidades próximas. Tratava-se aqui de uma produção artesanal e de uma organização informal, baseada em laços de sociabilidade com pouca expressividade no tocante à geração de renda do grupo.

A partir de 2002, com a reforma da escola e a implantação de uma cozinha mais bem equipada em seu interior, a produção de pães ganhou novas perspectivas, somadas ao recém-criado programa “Direto do Campo”, do município de Araraquara, que abriu espaço no terminal de integração urbana para a venda direta dos assentados à população urbana, de segunda a sábado. Dois dias da semana ficaram exclusivamente para a exposição e vendas dos produtos das mulheres. Neste programa, a prefeitura apoiou a comercialização da produção, fornecendo transporte e bancas para exposição num espaço municipal de grande circulação de pessoas. Em outro espaço, dentro do mesmo programa municipal, a venda começou a ser feita também aos sábados, numa feira em região central da cidade. A produção de pães passou a contar com um local para venda que possibilitou, senão aumentar substancialmente a renda das mulheres ou maior agregação de valor, a interiorização de um princípio de empoderamento.

No assentamento Bela Vista do Chibarro, ainda que em outro ritmo – fortemente influenciado pelos conflitos e pelas ações de despejo visando à reintegração de posse levadas adiante pelo Incra –, as mulheres nunca deixaram de ser decisivas na produção do autoconsumo e na participação eventual em feiras com a venda de artesanatos e doces caseiros. Grupos de mulheres voltados ao processamento de palha de milho, para produção de doces e cigarros artesanais, têm se apresentado como alternativas possíveis de geração de trabalho e renda. Nesse sentido, há também um grupo em formação de corte e costura.

As mulheres no orçamento participativo

Experiência de democratização de participação popular, o Orçamento Participativo (OP) foi implantado em Araraquara a partir de 2001. Mostrou, desde o início, uma característica peculiar. Os assentados inseridos na regionalização do circuito do orçamento participativo responderam com entusiasmo à perspectiva de, no espaço rural ou urbano, em suas terras ou em reuniões que tinham como sede equipamentos públicos, poder participar da escolha, ainda que restrita aos limites orçamentários, de prioridades de investimento. Os homens, ressaídos com a lembrança de uma experiência-piloto frustrada de orçamento participativo coordenada pelo Itesp em 1996 praticamente não disputaram lugares no OP, deixando espaço para as mulheres nas assembleias. Entretanto, mesmo sendo maioria nas plenárias da OP, na hora de eleger delegado e conselheiros, os homens é que são escolhidos. “Quando chega na hora da formação do conselho, órgão máximo da OP, não tem mulher, dificilmente... Mesmo na defesa das prioridades, é uma entre dez, vinte, que vai lá na frente defender uma prioridade” (Trecho de entrevista com a coordenadora do Orçamento Participativo).

No entanto, elas começaram a participar massivamente dos fóruns, discutindo prioridades e soluções de geração de trabalho e renda para os assentamentos. Assim, no ano de 2002, a prioridade sugerida pelo grupo de mulheres do Núcleo VI do assentamento Monte Alegre foi a aquisição de equipamentos para a construção de uma padaria industrial. A proposta entrou em disputa com outra, de outro grupo de mulheres, do Núcleo III do mesmo assentamento, que, por sua vez, reivindicou a aquisição de uma cozinha experimental para a produção de doces. Ao final da “disputa”, as duas iniciativas foram contempladas. No entanto, apenas em 2008 seus orçamentos foram executados e a espera de seis anos provocou um certo desencantamento.

Na Fazenda Monte Alegre, a diversificação sob apoio do poder municipal

Os equipamentos da cozinha experimental foram, finalmente, instalados no barracão comunitário, junto ao centro de lazer do Núcleo III. Depois de uma longa espera, podia-se esperar o (re)nascido de uma diversificação, talvez, um outro caminho para o assentamento.

No entanto, as principais lideranças desta luta, que se iniciou antes mesmo de 2002, tinham deixado o assentamento por motivos diversos, ficando apenas três mulheres do grupo original. A elas se juntou o filho de uma delas, o que passou a ser motivo de nova fragmentação, como se o “espaço” das mulheres estivesse sendo invadido. No argumento das mulheres, o problema ocorreu porque o rapaz queria trabalhar pouco e receber uma parte igual à das outras. Essa situação teve novos contornos nos tempos seguintes, passando a associação a

funcionar vinculada ao Cedir (Centro de Desenvolvimento e Integração Rural), criado em 2001 com o intuito de congregar ações e atividades de diversificação e produção no assentamento Monte Alegre, mas que foi letra morta por sete longos anos. A associação de mulheres em torno da produção de doces recebeu o nome de Associação Familiar Alimentícia do Campo (Afac).

Antes da montagem da cozinha, os doces feitos por estas mulheres eram comercializados nas bancas de exposição do programa Direto do Campo, no terminal de integração de ônibus da cidade, nos dias em que as mulheres tinham direito a expor seus produtos. Tempo dividido entre atividades domésticas, agrícolas, não agrícolas, dentro e fora do assentamento. Depois, a prefeitura conseguiu passar uma das lojas do terminal, local onde funcionava uma lanchonete desativada por irregularidades, exclusivamente para as mulheres assentadas rurais. Mas daí vieram problemas com a Vigilância Sanitária, por serem os doces vendidos em potes de plástico e não de vidro, sendo que esta comercialização se dava para pessoas que consumiam os doces na hora.

As mulheres receberam cursos do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), em parceria com o Itesp, sobre doce de leite, frutas, milho e mandioca. Declararam que seu maior interesse seria receber curso sobre massas e sobre doces *light/diet*. Também destacamos a promoção dos cursos, em parceria com a Uniara (Centro Universitário de Araraquara), sobre aspectos microbiológicos no manuseio de alimentos, de contabilidade, desidratação de frutas e produção de biscoitos.⁵ O reconhecimento da necessidade de ajuda de pessoas que possam fazer análises nutricionais dos produtos,⁶ de forma a poderem elaborar um selo para dinamizar a comercialização, mostra que as mulheres têm ciência do que pode ajudar neste circuito, no qual estão tomando as rédeas.

As ambiguidades do poder local são também referidas:

muitos equipamentos não foram entregues, como a batedeira industrial, o batedor de massas, a câmara fria, o fatiador de frios, o cilindro elétrico, as fôrmas e a balança. Depois, soubemos que a balança foi entregue no lugar errado. Os serviços da prefeitura estão um caos, desabafa uma assentada do grupo. Segundo ela, uma cachoeira se forma quando chove forte. No teto do cômodo, existem marcas de infiltração... No mesmo lugar há um ralo por onde entram baratas. Problemas pipocam aqui e acolá. (Trecho do Diário de Campo, 20 jan. 2009)

Exemplo de que a porta de entrada na diversificação pelo poder local pode criar bloqueios e outros pontos de tensão.

5 Os dois últimos, também em parceria com a Prefeitura Municipal de São Carlos/SP.

6 O que vem sendo feito em colaboração com o Curso de Nutrição da Uniara.

No presente, as mulheres do Núcleo III não estão fazendo doces com regularidade para vender em Araraquara. A cozinha tem sido usada por apenas duas delas esporadicamente, quando há encomendas por parte de comerciantes da cidade de Ribeirão Preto ou quando elas vão participar de uma feira livre em Matão.

No Núcleo VI, o sabor dos pães caseiros transmite uma sensação de estar junto, em casa, em um lugar pleno de significações. Neste núcleo, o processo caminha mais rapidamente. Na Associação constituída – Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre VI (AMA) – com 11 associadas, todas pagam uma mensalidade de R\$10,00 e parecem caminhar, regulando cada passo, em um processo lento, mas continuado de mudanças.

Apenas quatro estão trabalhando por enquanto. É que, em função da capacidade de comercialização e consequente retorno financeiro, a produção não pode ser tão grande. Há previsão de mais duas entrarem no mês que vem. Planejamento que parece indicar um forte laço de confiança entre elas, pois as demais que ainda não estão engajadas aguardam sua vez, mas já investem na associação, pagando a mensalidade. (Trecho de depoimento retirado do Diário de Campo, 20 jan. 2009)

As vendas acontecem no terminal de integração, assim como sob encomenda e no próprio local. Logo na entrada da padaria há um espaço para exposição e venda dos produtos. Por todos os poros, parece haver um clima de confiança e de solidariedade. Há interesse por cursos sobre outros tipos de pães, como de mandioca, abóbora, cenoura. O apoio para análise dos produtos e selo de certificação potencializou a confiança das mulheres em um caminho alternativo de desenvolvimento.

Além dos pães caseiros, busca-se produzir o pão francês, demanda da população assentada. Com este produto elas tentarão se tornar fornecedoras diretas na escola do assentamento. Mas a intenção é não restringir a atuação da associação à panificação. Outras mulheres já manifestaram interesse em trabalhar com artesanato e corte/costura em uma rede ampliada de diversificação, que parece ter, como suporte, relações tecidas de confiabilidade, nas quais a assimetria de informações está excluída, de direito e de fato.

Vale ressaltar que produzir pães, bolos e doces caseiros é uma atividade cujas receitas vêm de antepassados distantes, oriundas de uma tradição de servir às famílias e que agora passa a ser um meio de gerar trabalho e renda para as mulheres rurais. Elas estão se especializando nisso, contando com alta tecnologia e atingindo um público grande no mercado consumidor de Araraquara. Equipamentos de última geração para a fabricação destes produtos são usados para fazer as receitas de “bolo de fubá da vovó”, como elas mesmas definem.

O papel da mulher no trabalho do lote não mudou tanto, mesmo com atividades produtivas, como no caso da padaria do núcleo VI do assentamento Monte Alegre. Conforme depoimento de uma das participantes, ela continua responsável pelo trabalho doméstico e ainda trabalha na roça com o marido, mesmo com suas novas obrigações na padaria:

Era uma quarta-feira e ela estava no lote cortando cana para dar ao gado que a família cria, ou seja, trabalhando na roça junto com o marido. Ela disse que tivemos sorte de chegar naquele horário (às 10:30h), pois ela tinha acabado de parar com esta atividade e ido para casa fazer o almoço. Nos falou: “daqui a pouco chega o homem e o almoço tem que estar pronto”, por isso não podia parar para nos atender naquele momento. A Danuta (pesquisadora que estava junto) perguntou em quais dias da semana ela estava na cidade para vender os produtos no terminal e se ela podia responder algumas perguntas num outro momento. Dona Nice respondeu que às sextas-feiras ela está no terminal de integração e chega tarde em casa, só dá tempo de descansar um pouco. No sábado, ela acorda às 02:30h e começa a preparar as mercadorias para ir à feira da praça Pedro de Toledo. Volta da feira por volta das 13:00h e logo já precisa ir lavar a igreja, onde participa do grupo de orações e do coral. Só depois disso tudo vai dormir. Descansa no domingo, pois segunda-feira começa tudo outra vez. Bem, provavelmente no domingo ela também tem trabalho doméstico, portanto esse descanso é relativo. (Diário de Campo, 19 mar. 2009)

Esta assentada é uma das lideranças da associação da padaria, é ela quem resolve todos os assuntos e mobiliza as mulheres, mesmo porque seu lote é o mais próximo da padaria. Apesar de toda a sua rotina de liderança na padaria, na comercialização dos produtos em feiras na cidade e de participar ativamente de atividades em sua igreja, ela encontra tempo para exercer seus serviços domésticos e produtivos no lote.

Concluindo ou repondo problemas

Passamos em revista experiências diferenciadas. As respostas do Estado, como vimos, têm oscilado em um terreno de omissões, irrealizações, sinais de alento. Mudanças recentes na política nacional de assentamentos rurais incorporam, do ponto de vista teórico, questões de gênero. Foram abertos novos horizontes, no campo da titulação, do crédito agrícola e de assistência técnica. Entretanto, a maior participação das mulheres nas decisões também deriva – mesmo que não exclusivamente – da pressão estatal.

Publiciza-se uma pauta de políticas que pudesse fortalecer a condição de agricultora das mulheres rurais. Questões como crédito, programas de geração

de renda e formação profissional, comercialização de produção da agricultura familiar e acesso à documentação básica saem do campo das invisibilidades e se põem como reivindicações a serem transformadas em direitos. A trama de tensões exigia do Estado respostas a uma mudança efetiva de propostas de políticas públicas. Avança-se nas conquistas obtidas com a Constituição de 1988: acesso ao programa de Assistência ao Trabalhador Rural, entrada na previdência rural a partir de 1992. Há, em consequência, mudanças que a aposentadoria traz à vida das trabalhadoras rurais idosas, ainda que, inegavelmente, a legalidade não traga mudanças efetivas às mulheres trabalhadoras por si só.

Estimativas recentes, confirmadas por nossas pesquisas em um dos núcleos analisados, falam em 18% de mulheres como titulares de terra. Só muito recentemente, através da Portaria 981 de 02/10/2003, o Incra introduziu a obrigatoriedade, que não é necessariamente cumprida, de ser a terra colocada em nome do casal e não apenas do homem. Com essa portaria, o título cabe ao homem ou à mulher em casos de ausência de cônjuge, mas, aos dois, em caso de casamento ou união estável. Para isso, ambos devem possuir documentos básicos como CPF e carteira de identidade, além da certidão de casamento – um desafio a ser enfrentado em face do grande contingente de mulheres que não possuem documentos básicos, o que implica ampliar a efetivação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), implementado pela Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia do MDA.

Reivindicações de que o Incra e o MDA priorizem o direito de as mulheres chefes de família terem acesso aos lotes, bem como o direito das solteiras à terra, têm trazido uma real inversão da situação, quase que naturalizada, de discriminação e hierarquização no campo dos direitos ligados à terra. Entretanto, mais de 80% das mulheres cônjuges declaram realizar trabalhos na agropecuária, taxa que bem expressa o trabalho não remunerado dos membros da família do meio rural, ou seja, a contribuição da mulher como trabalhadora familiar, produzindo para o autoconsumo, embora a mesma esteja envolta em invisibilidades. Por outro lado, o acesso ao crédito Pronaf-Mulher, ainda que tenha crescido 240% no período de 2003-2005, não atinge a cota de 30% em nenhum dos casos investigados, estando longe da mesma.

No campo das associações, da politização de espaços de sociabilidade, as mulheres começaram por tomar a dianteira em questões de infraestrutura, em reivindicações apresentadas às prefeituras. A partir dessas iniciativas, começaram a discutir formas de complementar a renda. Por outra entrada, a emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, constituindo espaços importantes de ressignificação de suas atividades produtivas.

Nesses pontos de reflexão final, podemos afirmar que a inserção das mulheres rurais no campo político tem possibilitado um aprendizado coletivo, com a ressalva de que este é um campo de forças no qual relações de gênero

se fazem presentes. Existe a perspectiva de fomentar uma rede de comunicação que permita às trabalhadoras a incorporação de um saber/poder que deve ter irradiações no processo de ação/decisão dos assentamentos.

Neste contexto, o fato de o orçamento participativo ter se estendido à ampliada presença das mulheres representou um divisor de águas que não pode ser desconsiderado. Normalmente excluídas das decisões sobre comercialização/gestão produtiva, as mulheres assentadas acabaram tendo peso decisivo na escolha das prioridades do Orçamento Participativo, responsáveis, em parte, pelo atual delineamento de novas estratégias produtivas/reprodutivas.

A abertura do poder público municipal não se deu sem atalhos e muitos paradoxos, pois a prática de ampliar a participação popular se mesclou a muitos traços de clientelismos e de uma cultura da dádiva. Como afirmamos, a construção de uma nova identidade política mediada pelos novos horizontes que se abrem timidamente no campo das políticas públicas não implica necessariamente rompimento com as formas de dominação anteriormente vigentes no interior das famílias. Novos lugares foram constituídos pelos movimentos sociais, pelos formuladores das práticas públicas. Os mesmos não trazem, magicamente, como consequência, uma (res)socialização que inverta posições naturalizadas e, de fato, leve a mulher a entrar no campo dos direitos em todas as dimensões da vida social.

Questões que, com certeza, devem compor uma agenda de pesquisa sobre a mulher assentada e trabalhadora rural e, além disso, podem estimular a inserção das mulheres nos embriões de modelos alternativos de desenvolvimento rural. Elementos que fazem da mulher assentada presença obrigatória na reconstrução das relações de gênero na história social do campesinato no Brasil.

Nesse circuito possível, a inserção das mulheres como sujeitos das ações e a valorização de práticas diferenciadas da agricultura convencional podem ser caminhos efetivos para a construção de uma outra relação das mulheres com a política de assentamentos rurais. O crescimento da chefia feminina nas famílias brasileiras, a importância da inserção das mulheres em atividades diversificadas de geração de renda – opção necessária para se discutir o futuro dos assentamentos em modelos alternativos diferenciados do agronegócio –, as consequências significativas das operações do crédito Pronaf-Mulher colocam efetivamente desafios que têm resultado em avanços na luta pelo empoderamento feminino, na reordenação dos rumos das experiências da reforma agrária.

Os fragmentos aqui apresentados sobre a diversidade e a natureza da ação política e produtiva das mulheres sugerem uma análise mais atenta, sem dúvidas. Com um sinal de alerta. Efetivamente, os assentamentos rurais não podem ser analisados e avaliados pela lógica do desenvolvimento rural pautada pelo agronegócio. Com certeza, o fato de as mulheres desempenharem papéis centrais nestes embriões de experiências produtivas diferenciadas tem se contraposto aos modelos tradicionais empenhados em naturalizar a divisão do trabalho e

dos papéis entre homens e mulheres nos assentamentos. Poder-se-ia pensar nesses embriões como sementes de alterações possíveis no interior das relações familiares e dos códigos que perpassam a produção e a reprodução social.

Referências

FERRANTE, V. L. S. B. A proletarianização não tem cartas marcadas (A terra no horizonte dos bóias-frias). *Natureza, História e Cultura – Repensando o Social*, Porto Alegre: Editora da Universidade, p.69-76, 1992.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

LOPES, A.; BUTTO, A. (Orgs.). *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008.

MARTINS, J. S. *Sociedade vista do abismo e novos estudos sobre exclusão, pobreza, classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ORDÓÑEZ GUERRERO, I. C. (In) *Segurança alimentar no assentamento rural Horto Vergel - Mogi Mirim/SP*. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SIQUEIRA, A. P. P. de. *Impactos sobre a dinâmica produtiva e as relações de gênero na transição agroecológica de um grupo de mulheres assentadas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2008.

RAZÕES DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS EM GRUPOS PRODUTIVOS*

*Regina Bruno***

*Valdemar João Wesz Junior****

*Caroline de Araujo Bordalo*****

*Silvia Lima de Aquino******

*Laeticia Jalil******

Introdução

Um dos desdobramentos da luta por direitos das mulheres rurais nos anos recentes foi a instituição de políticas públicas voltadas para o atendimento de suas demandas específicas. Dentre as políticas, destaca-se o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), criado em 2008 com o intuito de contribuir para maior inserção econômica das mulheres rurais, do ponto de vista de uma perspectiva “igualitária”. Na descrição de Butto e Dantas (2010):

Organizar as mulheres rurais para fazer a produção, a gestão e a comercialização de maneira autônoma é um desafio permanente daquelas e daqueles que pretendem reduzir as desigualdades de gênero. O Governo Federal, em particular o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir das suas atribuições, persegue este desafio com a instituição de políticas públicas para as mulheres, sempre em diálogo estreito com as protagonistas desta mudança, as trabalhadoras rurais.

* Este artigo tem como referência empírica e analítica a pesquisa sobre o *Perfil dos grupos produtivos de mulheres nos territórios da cidadania em áreas de reforma agrária*, convênio IIICA/BRA-Redes- 2010, sob coordenação de Regina Bruno (profa. CPDA/UFRRJ). Participaram da pesquisa Regina Bruno (profa. CPDA/UFRRJ - coordenação); Caroline de Araújo Bordalo, Laeticia Jalil, Silvia Lima de Aquino e Valdemar João Wesz Junior (alunos do CPDA/UFRRJ e assistentes de pesquisa); Leonilde Servolo de Medeiros (professora do CPDA/UFRRJ - consultoria); Andrea Butto, Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – Aegre/MDA; Maria de los Angeles Guevara (Universidade de Holguin/Cuba - primeira fase da pesquisa); e Karla Hora (Aegre/MDA - primeira fase da pesquisa). A pesquisa foi realizada em 2009 e 2010.

** Professora do Programa de Pós graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ.

*** Doutorando do Programa de Pós graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ.

**** Mestranda do Programa de Pós graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ.

***** Doutoranda do Programa de Pós graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro do CPDA/UFRRJ.

***** Doutoranda do Programa de Pós graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ.

[...] As ações abrangem a identificação e a caracterização de grupos produtivos de mulheres, a formação, a capacitação, a promoção de espaços de comercialização específicos para maior visibilidade da sua presença econômica e a articulação local para viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas. (BUTTO; DANTAS, 2010, p. 8)¹

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a experiência de organização das mulheres em Grupos Produtivos de Mulheres Rurais. É nosso propósito entender como elas concebem esse processo, por que decidem se organizar em grupos produtivos e quais são seus incentivos.

A decisão de participar de um grupo produtivo se deve a inúmeros fatores e necessita ser pensada no contexto de vida dessas mulheres, de suas trajetórias e experiências. Do que foi possível apreender em nossa pesquisa, vimos que a opção das entrevistadas por participar desses agrupamentos não se restringe a motivações de ordem econômica. Tão importante quanto melhorar a renda familiar ou ter a possibilidade de obter recursos próprios, participar do grupo significa também estreitar laços de sociabilidade, como amizade. Ou seja, as entrevistadas não se referem a um trabalho qualquer, mas a uma atividade considerada “prazerosa”, pois possibilita o convívio e a união entre elas para enfrentar adversidades.

A organização das mulheres nesses grupos em muito contribui para que elas reflitam a respeito de sua própria condição e se descubram plenamente capazes de assumir uma atividade produtiva. Isso fornece, em grande medida, elementos simbólicos para que passem a perceber e a questionar as desigualdades de gênero.

Os grupos produtivos de mulheres rurais

Os grupos produtivos pesquisados neste artigo foram criados na década de 2000 em meio a uma conjuntura de incentivo à organização e à implementação de programas voltados para as mulheres e de políticas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar e de populações tradicionais do campo.²

1 Para mais informações sobre o POPMR e as políticas existentes, ver “Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania” (BUTTO; DANTAS, 2010). Ver também o portal do MDA: <www.mda.gov.br>.

2 Ver, no Anexo deste artigo, uma sucinta descrição dos grupos.

Figura 1 – A pesquisa: Grupos Produtivos de Mulheres Rurais: distribuição por estado e região



Fonte: IBGE.

Organização: assistentes de pesquisa.

De um modo geral, esses grupos são intimamente ligados à realidade dos assentamentos rurais, seja do ponto de vista das dificuldades e impasses existentes, seja das expectativas e experiências de vida. É significativa a colaboração entre assentados e assentadas da reforma agrária e integrantes dos grupos produtivos de mulheres. Por exemplo, um dos critérios para participação no grupo de mulheres da Comunidade Rio Fábrica (PA) é pertencer à associação do assentamento. As reuniões dos grupos produtivos Pé da Serra (MS), Fibra e Arte (RJ) e Rio Fábrica (PA) são realizadas nas sedes das associações dos assentamentos dos quais fazem parte. E, como veremos adiante, em algumas situações, quando se faz necessário, é a associação dos assentados que garante a documentação dos grupos produtivos não legalizados.

Como parte da memória social, as entrevistadas guardam uma história coletiva de luta pela terra, por direitos e por melhores condições de vida. As experiências amiúde se constituem em importante aprendizado político, contribuindo para formar uma consciência da necessidade de mobilização em torno de suas demandas específicas.

São inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos grupos produtivos de mulheres rurais. Entre as mais frequentes figuram a precariedade da infraestrutura, problemas com escoamento da produção e acesso a mercados, necessidade de máquinas e instrumentos adequados à produção, dificuldade de acesso a crédito e recursos e necessidade de capacitação condizente com as da produção e do mercado.

Da perspectiva da funcionalidade dos grupos, são arroladas como dificuldades a falta de sede própria, a informalidade, a precariedade dos transportes para levar os membros a reuniões e a falta de instrumentos de trabalho adequados.

A maioria dos grupos produtivos é informal. A legalização é considerada um problema devido aos custos, onerosos do ponto de vista do padrão de vida das assentadas: “O grupo não ser legalizado é um problemão. A gente perde a oportunidade de participar de mais feiras. Mas o dinheiro não dá para legalizar” (PB).

Desse modo, escassez de recursos e informalidade são limitadores da reprodução dos grupos, sobretudo porque limitam o acesso às feiras de artesanato – um dos principais meios de comercialização –, ao selo de qualidade dos produtos e a outros benefícios. Alguns grupos, quando necessário, utilizam a documentação da associação do assentamento. É o caso de Rio Fábrica. Os grupos não legalizados costumam recorrer às associações dos assentamentos para encaminhamento de projetos e comercialização dos produtos.

Do ponto de vista da produção, os grupos de mulheres rurais pesquisados priorizam a confecção de artesanato e a industrialização de produtos da agropecuária. Predomina a produção coletiva e a comercialização frequentemente é feita de forma direta com o consumidor e no espaço local e regional. Além disso, são grupos relativamente pequenos (em torno de 15 associadas), e parte significativa da produção permanece informal.

As atividades desenvolvidas são bastante diversificadas e passam a ser determinadas por e a partir de critérios como disponibilidade de acesso a recursos naturais (fibras, sementes etc.); desenvolvimento de atividades tidas como femininas, entre elas artesanato e confecção de bolos e pães; acesso a cursos e capacitações; aceitação do produto; participação em espaços de comercialização; valorização do produto; formas de produção (individual e/ou coletiva); e meios de comercialização (venda a intermediário, estabelecimento comercial e/ou diretamente ao consumidor).³

3 O grupo produtivo Pé da Serra (MS) desenvolve a agroindustrialização de produtos vegetais, em sua maioria nativos do Cerrado, onde se têm como produto final geleias, doces e conservas. O Grupo de Mulheres do Assentamento Rio Fábrica (PA) coleta e extrai sementes oleaginosas (babaçu, manteiga de ucuuba, óleo de murumuru, pracaxi), bem como vende açaí no mercado local. O grupo produtivo Fibra e Arte (RJ) produz artesanatos de fibra da bananeira e palha de milho, materiais facilmente encontrados no próprio assentamento. O grupo produtivo Liberdade (PB) desenvolve artesanato com a fibra do coco. Por último, o grupo produtivo Anesha (SC) fabrica bolos, biscoitos de milho e trigo, doces, *schmier*, cucas, bolachas, macarrão e pães, produtos tradicionalmente confeccionados pelas famílias do Sul do país.

Perfil das mulheres organizadas nos grupos produtivos

As mulheres integrantes desses grupos guardam vários traços em comum com as assentadas da reforma agrária ou com as agricultoras familiares. A grande maioria é de origem rural e muitas migraram, com a família ou sozinhas, em busca de melhores condições de vida. Ainda crianças e adolescentes, começaram a trabalhar primeiramente com a família, “cuidando” dos irmãos, e depois com o marido. Na agricultura, roçavam, colhiam, cuidavam dos animais, “ajudando” o pai. Algumas disseram que “ajudam” o marido no lote. Ou seja, concebem como ajuda o trabalho que executam.

Várias se definiram como agricultoras e muitas declararam que já trabalhavam com artesanato, desempenhando atividades como pintura em tecido e crochê. É expressivo o número de entrevistadas que trabalhou como empregada doméstica. Algumas foram professoras, e uma delas, hoje vereadora, era agricultora e professora. Uma das entrevistadas foi gerente de posto de gasolina.

Muitas realizam algum tipo de atividade extra para garantir um aumento na renda familiar ou pessoal. É um trabalho informal, feito quer nos assentamentos, quer nas cidades próximas. Um trabalho que passa a ser percebido como *não trabalho*, invisibilizado e desvalorizado. Ou seja, predomina uma concepção de trabalho definida como “parte da natureza”, apesar de se basear em práticas culturais e científicas complexas (SHIVA, 1998).

É significativo o número de mulheres titulares dos lotes ou que legalmente os partilham com seus maridos em igualdade de condições. Entretanto, separações, casamentos e novos arranjos nas relações afetivas também produzem rearranjos nas regras informais relativas à titulação dos lotes. Uma das entrevistadas considera que está de favor na propriedade, pois o lote encontra-se em nome da ex-esposa. Outra, após a separação, acertou que ficaria com a casa na agrovila, e o marido, com o lote e o roçado.

Ele é quem trabalha na terra. Eu não planto nada. Eu não faço mais parte da terra. Tenho só o meu nome lá no título, mas não trabalho nem planto nada. Moro só aqui nessa casa da agrovila. Ocupo somente aqui a casa mesmo. Ele é quem planta, é quem colhe, é quem vende. Eu não tenho saúde. Eu não vou brigar com ele pra dividir a terra. E também não tenho condição de pagar alguém pra trabalhar a terra... Não vou tirar meus filhos da escola pra botar eles trabalhando na terra, de enxada. (PB)

Suas narrativas expressam os dilemas e as potencialidades dos assentamentos em que vivem e se inserem: a necessidade de infraestrutura, a exemplo da demanda por estradas para escoamento da produção; a dificuldade de locomoção interna e a dependência de políticas públicas. Suas narrativas também

expressam uma cultura política que aciona o associativismo, a ideia de comunidade e união para superar dificuldades. O grupo produtivo é um exemplo.

A maioria das mulheres se autodenomina preta, morena, parda ou mestiça. Quase todas são casadas e muitas tiveram filhos bem cedo. Das 17 entrevistadas, duas são solteiras, e uma, divorciada. A escolaridade das mulheres é baixa. Mais da metade não concluiu o quinto ano do ensino fundamental e muitas não concluíram o nono ano. Uma é formada em Letras e outra é analfabeta, nunca frequentou a escola, pois o pai a proibia, por ser mulher.

Nem meu nome eu sei escrever, porque fui criada na roça e o meu pai era um piauiense muito carrasco! Para ele, mulher não poderia estudar porque era só para escrever carta para conquistar homem. Quando eu era pequena, chorava quando via os meus irmãos indo para a escola e meu pai não deixava.

Entretanto, todas cursaram, nos últimos anos, os inúmeros cursos de capacitação e de qualificação profissional oferecidos por prefeituras locais, empresas, como a Petrobras, órgãos públicos, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Secretaria Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), ou pelos órgãos estaduais de assistência técnica, sobretudo aqueles cursos voltados predominantemente para o trabalho na agricultura.⁴

A escassez da oferta, em grande medida, é responsável pela “ânsia” de cursar tudo o que aparece e se oferece. Além disso, as entrevistadas procuram se inscrever nos cursos oferecidos porque vislumbram uma possibilidade de melhoria de vida e de acesso a outros modos de trabalho.

Além dos traços em comum com assentadas e agricultoras familiares, as integrantes dos grupos produtivos de mulheres rurais entrevistadas apresentam duas características marcantes e, talvez, diferenciadoras das demais – a idade e o perfil político.

Trata-se, primeiramente, de uma população adulta com idade média de 46 anos. Portanto, são pessoas que decidiram constituir e participar dos grupos no momento em que encerram um ciclo reprodutivo e passam a trabalhar de maneira mais autônoma, separada de sua unidade familiar. Elas concebem essa situação como um sonho, um desejo. E o grupo produtivo representa a conquista de certa autonomia e liberdade, que foram sendo adiadas por diversas circunstâncias.

Em segundo, nossas entrevistadas são vistas como lideranças em seus assentamentos. São pessoas quase sempre movidas por sonhos e desejos, sempre em busca de uma vida melhor. Possuem elevada autoestima, se reconhecem

4 Os cursos mais frequentes: “agricultura”, “artesanato”, “apicultura”, “criação de bovino”, “congelados”, “corte e costura”, “derivados de leite”, “enfermagem”, “ervas medicinais”, “fabricação de doces”, “panificação”, “frutas e hortaliças”, “piscicultura”, “produtos de limpeza” e “solos”.

como lutadoras, gostam de sê-lo e não lastimam as intempéries da vida. Desejam viver novas experiências e conhecer outros lugares, sonham com a terra e em oferecer melhores condições para os filhos. São pessoas que “gostam de se envolver e participar”, como afirma uma das entrevistadas.⁵

Possuem rica e diversificada experiência de participação em grupos associativos, instâncias de representação de interesse, partidos políticos e movimentos sociais. Todas fazem parte da associação do assentamento e quase metade está associada a cooperativas de produção. Além disso, mais da metade das mulheres entrevistadas integra sindicatos de trabalhadores rurais.

Ou seja, o grupo produtivo não é a única instância de organização das mulheres. Elas também participam de outras associações e grupos, entre os quais se destacam o “Grupo Arte Jovem” (PB), o “Grupo da Feira Agroecológica” (PB), o “Grupo de Pescadores” (PA), o “Grupo de Fibras e Oleaginosas” (PA), a “Associação da Feira Municipal” (MS).

Uma das entrevistadas, da Paraíba, realiza um trabalho social junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), três são filiadas a partidos políticos, sendo duas membros do Partido dos Trabalhadores (PT) e uma terceira, vereadora no Pará.

Relações políticas e institucionais

O governo federal tem disponibilizado às populações do campo um conjunto de políticas públicas além daquelas vinculadas diretamente aos assentamentos de reforma agrária. Entre os programas mais acessados estão o Luz para Todos, Bolsa Família, Habitação Rural e Previdência Social. Outras iniciativas tiveram presença mais pontual, como o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e Programa de Aquisição de Alimentos.

Além desses, o Programa Territórios da Cidadania, através de sua linha “Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais”, tem beneficiado agricultoras do Grupo Anescha (SC) e do Grupo Pé de Serra (MS). Já o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi acessado por algumas entrevistadas, sendo que nos demais casos a não participação no Pronaf está vinculada ao medo do endividamento, ao desconhecimento sobre as regras do Programa e/ou à impossibilidade de acesso devido à burocracia, ao desinteresse do banco, à reprovação do projeto etc.

5 Tal postura as difere das entrevistadas que optaram por não participar dos grupos produtivos e abandonaram outras instâncias de organização, em grande parte “desiludidas” com os movimentos comunitários e com as políticas públicas por se sentirem desvalorizadas. Elas transformaram em desilusão a insatisfação com os movimentos sociais e com o sindicato. Muitas argumentaram que não participam porque já sabem de antemão que o grupo produtivo de mulheres está fadado ao fracasso. “Sei que não vai dar certo”, declara uma das assentadas. No primeiro caso, a pessoa se constrói no coletivo e a partir do coletivo. No segundo, colocam o coletivo a serviço do indivíduo.

O apoio do governo federal direcionado especificamente aos grupos produtivos de mulheres está focado prioritariamente na comercialização da produção através das feiras regionais, estaduais e nacionais, como é o caso da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.⁶

Entretanto, é grande o desconhecimento das entrevistadas sobre as políticas direcionadas às mulheres rurais. Várias afirmaram não existir nenhuma relação entre o MDA e o Incra com os grupos produtivos. Algumas disseram que o MDA garante transporte para a participação das mulheres nas feiras de agricultura familiar. Uma entrevistada informou que o MDA participa de reuniões sobre os Territórios da Cidadania, e três ouviram falar do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, mas disseram desconhecer suas regras.

A maior insatisfação diz respeito à precariedade do atendimento e mesmo à ausência dos órgãos de assistência técnica junto aos grupos produtivos. Em contrapartida, a maioria mencionou a presença e o apoio das prefeituras locais tanto nos cursos de formação, quanto nos momentos de realização das feiras locais. As prefeituras se fazem presentes, seja nos assentamentos, seja nos grupos produtivos de mulheres pesquisados, e essa presença se dá por intermédio do trabalho de secretarias e dos vereadores na divulgação de produtos, na oferta de transporte, na garantia de espaço para realização de feiras locais, reforma do prédio da agroindústria, cursos técnicos etc.

O Governo Estadual também é ausente tanto nos assentamentos como na maioria dos grupos produtivos pesquisados. A exceção ocorre no Grupo de Mulheres da Associação de Rio Fábria (PA), onde a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (Sagri) aprovou um projeto para a produção de oleaginosas vegetais, além de compra de máquinas e construção de um galpão, bem como no Grupo Anesha, que recebeu assistência técnica da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (Epagri) para a construção do grupo.

Os grupos produtivos de mulheres também estão envolvidos com organizações não governamentais (ONGs) e órgãos especializados na oferta de cursos de capacitação, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e o Projeto Crescer e Avançar, da Petrobras. Enquanto as ONGs costumam auxiliar na construção do grupo, na organização das mulheres e na abertura de mercado, as entidades que disponibilizam cursos se focam fundamentalmente no processo produtivo, na legislação sanitária e nos canais de escoamento da produção.

Apesar de alguns elementos comuns, a relação entre os grupos produtivos de mulheres e as instituições públicas e privadas é bastante diversificada e depende do perfil e do modo de atuação de cada órgão institucional, bem

6 Os cinco grupos por nós pesquisados participaram das feiras organizadas pelo MDA e as entrevistadas consideraram positiva a avaliação por abrir novos mercados, possibilitar o intercâmbio de experiências e conhecer melhor a demanda dos consumidores.

como das características do grupo e de suas integrantes. Tanto as ONGs como as entidades de capacitação, o poder público municipal e o MDA têm exercido um importante papel na construção e na permanência desses grupos, cada qual atuando em determinados aspectos (recursos financeiros, organização, cursos, mercados etc.). Entretanto, ainda são necessárias iniciativas interligadas e complementares que possam ver o grupo como um todo em suas diferentes dimensões e contextos.

A participação nos grupos produtivos de mulheres rurais

A organização das mulheres em grupos produtivos deveu-se sobretudo a expectativas de “melhoria de vida”, tanto do ponto de vista econômico, quanto do político e do social. Nessa perspectiva, é possível pensar em três ordens de motivação, econômica, política e social, que se relacionam.

Motivações de ordem econômica

Entre as motivações de ordem econômica, prevalece a perspectiva de aumentar a renda familiar ou obter uma remuneração econômica distinta da do marido. Vemos também a esperança de trabalharem uma atividade menos desgastante.

Em algumas situações, mesmo com os filhos já “encaminhados na vida”, a possibilidade de aumentar a renda familiar tem como fim ajudar filhos e netos, o que resulta em uma sobrecarga nem sempre visível.

Na minha família só quem é empregada sou eu, que trabalho na escola como merendeira. Mas o meu salário é R\$550,00, e eu tenho minha família. Minhas filhas não são empregadas e eu preciso ajudar, entendeu? Essa semana mesmo elas estão tudo em casa e não estão trabalhando, porque moram tudo comigo. Ainda tem os netos e eu é que tenho que cuidar de tudo. Se não fosse meu trabalho, era tudo muito pior. (PA)

A falta de retorno financeiro desestimula a participação das integrantes e, com a pressão dos maridos para que permaneçam em casa cuidando da família, essa apresenta-se como uma das principais razões das evasões. Passado o momento inicial, pouco a pouco as mulheres começam a abandonar os grupos.

Contudo, apesar das dificuldades, de uma perspectiva geral, a avaliação das mulheres sobre o grupo é quase sempre positiva, seja porque houve de fato uma mudança significativa em seu dia a dia e no assentamento, como é o caso do grupo Pé de Serra (MS), seja simplesmente porque o fato de o grupo persistir em meio às dificuldades já é considerado uma vitória, situação do grupo Liberdade (PB).

A experiência do grupo Pé de Serra (MS) tem transformado significativamente a vida das participantes do ponto de vista de uma maior “autonomia” econômica. Segundo as entrevistadas, a renda obtida contribui com mais de metade da renda mensal familiar. A marca “Pé da Serra” conseguiu se consolidar no mercado e as vendas têm mantido regularidade. O fato de estarem situadas em Bonito (MS) traz um importante diferencial de *marketing*, pois o elevado fluxo de turistas e a identificação da origem do produto no rótulo (“Produto de Bonito”) atraem muitos compradores.⁷

Embora o grupo Liberdade (PB) se confronte com várias dificuldades em praticamente todas as etapas, desde a produção das peças até a comercialização, a avaliação da coordenadora sobre o grupo é positiva, considerando que ele existe há oito anos, o que representa, na opinião da entrevistada, uma prova de que “tem futuro”. Além disso, serem reconhecidas pela qualidade do seu artesanato faz com que permaneçam firmes na produção das peças.

Ter uma renda própria se lhes afigura importante e está diretamente associado à autonomia e à busca de igualdade de condições. A mulher sente-se inibida de pedir dinheiro ao marido para outras atividades afora o sustento do lar, situação agravada pela precariedade da vida:

Não depender do marido. Antes eu recebia menos, agora recebo equiparado. Pela primeira vez, eu perguntei se [ele] precisava de dinheiro. Ele dizia que quando a mulher pegava em dinheiro, ela ficava dona de si. A gente trabalhava na roça e comprava o estritamente [necessário]. Tinha o aniversário da comadre, da mãe, da sogra e eu não pedia para comprar um presente. (SC)

Agora nós temos o nosso dinheirinho [...] para os homens seria melhor se a mulher ficasse na casa dela, fazendo as coisas da casa, só! Claro. Eles tinham domínio total, né? Era bem melhor do jeito que tava pra eles, né? Ele dominava! Agora não, agora nós temos voz ativa. (MS)

Antes eu não ganhava nem um trocado e agora de vez em quando eu estou ganhando. É uma felicidade grande. (PB)

Antes de surgir esse grupo de mulheres aqui, eu não sabia entrar num banco, [mas] eu queria ter a minha conta. Hoje eu tenho uma conta, uma poupança minha, eu tenho o meu dinheiro. E eu fiquei feliz porque nós também. Eu consigo pagar a roupa para meus filhos, material escolar, tudo dali, você entendeu? Sem contar que a autoestima nossa mudou completamente! (MS)

7 Paralelamente, as vendas na Feira Municipal, que acontece semanalmente e que tem como público os moradores da cidade, também se apresentaram como importante espaço de comercialização.

Contudo, a renda advinda do trabalho das mulheres nos grupos produtivos, “um dinheiro que entra em casa”, tanto pode arrefecer como intensificar proibições e pressões de maridos e companheiros, pois os códigos patriarcais não necessariamente seguem os ditames da lógica econômica.

Além disso, as mulheres também incorporam temores, antes desconhecidos, que fazem parte da atividade produtiva. Por exemplo, o medo do endividamento e o temor de assumir os compromissos exigidos pelo banco.

Eu nunca tentei tirar crédito, porque nunca tentei. Meu marido ainda deve o empréstimo e eu fico pensando se eu posso fazer o mesmo. Mas tenho medo, porque meu salário é importante e tenho medo de [o salário] ficar preso no banco. (PA)

Por sua vez, a participação das mulheres em grupos produtivos faz com que ela se veja diante de processos sociais até então distantes de seu universo ou mesmo desconhecidos, como a dificuldade de acessar o crédito e o medo do endividamento, além da dificuldade histórica de comercialização da produção.

Em algumas situações, a precariedade de recursos e de políticas é tamanha, que termina por moldar o comportamento das pessoas e dos grupos sociais desfavorecidos, seja na tendência a aceitar tudo o que lhes é oferecido (créditos e recursos, cursos de formação e de qualificação) e “entrar em tudo o que aparece”, na expectativa de melhoria da vida e na esperança de que um dia dê certo; seja na decepção e no desalento diante das dificuldades.

Enfim, a maioria das mulheres vê o grupo como lugar de maior autonomia e espaço de liberdade para se “reunir”, “aprender a falar”, “saber como lidar com o dinheiro” etc.

Muitas vezes, a falta de liberdade em lidar com o dinheiro começa no convívio com os pais. O pagamento que recebem (quando recebem) pelo trabalho na roça é condicionado às regras paternas sobre como e quando usá-lo.

Meu pai sempre pagava pelo trabalho dos filhos e das filhas, mas condicionava a determinadas regras: o dinheiro recebido não podia ser usado para comprar cigarro, bebida. Enquanto morasse no teto da casa do pai, era proibido. (RJ)

Em algumas situações, a mulher internaliza de tal forma o não direito de decidir sobre o uso de seus recursos ou os recursos para os gastos da casa e com a família que não consegue comprar nada para si, apenas para filhos, marido e para a manutenção da família.

Noutras, mesmo sem necessitar “pedir autorização” do marido e sentindo-se “livre para comprar”, só o faz desde que se refiram às necessidades da família:

“Geralmente ele não ‘apita’ em nada do que eu vou fazer. Eu mesma tomo as minhas decisões. Mas a minha decisão é sempre família” (RJ).

Além disso, não se trata de um recurso qualquer, nem de uma atividade com um bom retorno financeiro, mas é um dinheiro socialmente legitimado, porque faz parte “de uma política pública” (RJ).

Motivações de ordem política

Do ponto de vista da motivação política, o grupo produtivo passa a ser percebido pelas entrevistadas como lugar de união e espaço de preparação para maior participação política, seja nas instâncias de decisão e de representação do assentamento, seja em outras. Quer dizer, o grupo também aparece como lugar de construção das reciprocidades políticas – uma das dimensões constitutivas das estratégias de reprodução social do campesinato.

No grupo Pé de Serra (MS), com o aumento significativo da renda familiar, houve maior participação política das mulheres nas decisões do assentamento. As integrantes do grupo construíram uma chapa para concorrer às eleições para a presidência da Associação do Assentamento e foram vitoriosas.

As mulheres não votavam aqui pra associação, era só homem [que votava]! O cantinho delas era cuidar dos filhos e da casa. Quando marcava reunião da diretoria, não aparecia uma mulher! Era só dos homens, só. E só briga. Você não tem noção das briga de leão deles! Quando surgiu a agroindústria, o grupo das mulheres tomou outro rumo. Foi uma luta! Eles não queriam fazer uma assembleia pra gente entrar, porque no estatuto, como era um estatuto provisório, eles não tinha pensado nisso. Começou com 20% das mulheres, aí foi para 30% e agora a gente monta a chapa e manda ver. (MS)

A comunidade de mulheres Rio Fábrica (PA) se revelou um importante espaço de preparação de participação no mundo da política. Uma política do cotidiano, de luta pelo reconhecimento e valorização de suas atividades como ribeirinhas e extrativistas. A política da comunidade, do sindicato, da associação, do município, da casa, do quintal em muito contribui para “ressignificar” a prática e o “lugar” das mulheres na sociedade. Ou seja, a visão do grupo produtivo como lugar de construção do político vem se somar à participação no sindicato, nos partidos políticos e nas associações dos assentados.

A mulher tem que ter o grupo dela, tem que ter um movimento. Porque eu acho, assim, que a gente devemos ser livre como um passarinho. Devemos ter nossa atividade, que a gente possamos ajudar até dentro de casa com alguma atividade. Eu acho que a mulher deve ter a própria

atividade dela. Porque a mulher está tomando o espaço e tem que tomar o espaço dela. A mulher não tem que ser aquela mulher que vivia lá no canto como antigamente, “tu vai cozinhar, tu vai lavar roupa”. A mulher deve ter o espaço dela dentro da comunidade, dentro do assentamento, e esse espaço é o grupo. (PA)

Motivações de ordem social

O grupo produtivo de mulheres não é o único espaço de sociabilidade; entretanto, o fato de ser um grupo instituído nos marcos de uma política pública voltada para as mulheres o diferencia dos demais espaços e instâncias de organização. A possibilidade do encontro, da conversa, o compartilhamento de experiências assume, nesse contexto, uma função fundamental: “Sabe aquela coisa de frequentar um lugar, encontrar todo mundo, agradecer a tua... sabe aquela coisa gostosa?!” (MS).

Temos então a representação do grupo como “lugar de encontro e da conversa” (PA), de construção de “experiências em comum” (PB), de “compartilhar vivências” (PB), de “vontade de aprender e de ensinar” (RJ). A visão do grupo como “terapia” (RJ) e como lugar da “liberdade de escolha” (MS), a organização de mulheres em grupos produtivos nos faz perceber a complexidade de dimensões em jogo relativa à constituição dos grupos.

Através do grupo, eu me libertei mais. Eu era uma mulher mais reservada, mais presa. Eu não conseguia nem falar. Hoje eu sou liberta. Falo até mais do que devia. Nem parece que eu era tímida. Porque no grupo, elas pedem a opinião de cada uma. Aí a gente começa a falar e perde a vergonha de falar. Eu tinha medo de errar, de o povo mangar de mim. (PB)

“Sozinha nós não somos nada”, diz outra entrevistada. Para as mulheres da comunidade Rio Fábrica (PA), a existência do grupo lhes proporcionou maior visibilidade, na medida em que passaram a ser mais reconhecidas pela comunidade. Desse modo, o grupo para elas também se apresenta como lugar de reconhecimento como mulher, esposa, mãe, avó etc.

Considerações finais

Para finalizar, gostaríamos de chamar a atenção para alguns aspectos. A busca por melhores condições econômicas e de vida antecede a vida no assentamento e a participação das mulheres em grupos produtivos. Almejar um trabalho que contribua para melhorar suas condições de vida para si e para a família, um trabalho do qual sintam orgulho e que lhes abra novas possibilidades, faz parte da vida de nossas entrevistadas.

A renda advinda da produção não garante sua autonomia como trabalhadoras e está longe de indicar uma igualdade de condições entre homens e mulheres, mas é vista como símbolo de afirmação e de legitimação perante o marido, a família e os demais assentados.

Foi possível perceber que as assentadas não separam o espaço do afeto, constituído prioritariamente pela família (marido e filhos), do espaço da política, representado basicamente pelas ações ligadas à luta pela terra e por seus desdobramentos, e do espaço do grupo produtivo e das atividades daí decorrentes. São dimensões indissociáveis, que em grande medida definem e redefinem os limites e as fronteiras de sua prática social e de seus questionamentos.

Enfim, o surgimento de grupos produtivos de mulheres rurais tem colocado inúmeros desafios para o Estado brasileiro e também para as próprias mulheres. A existência desses grupos demanda novas posturas e medidas específicas e adequadas à implementação de programas e políticas públicas específicas para as mulheres.

Tais grupos têm muito a contribuir para a sociedade brasileira, no que se refere ao reconhecimento de novos sujeitos políticos e à luta por maior democratização da sociedade.

A participação das mulheres em grupos incentivadores de uma prática democrática em grande medida contribui para a construção de um olhar crítico das mulheres, seja em relação às suas experiências como assentadas, seja em relação a uma maior percepção sobre a desigualdade de gênero. Segundo Fischer (2006), a ação política das mulheres rompe a cortina de sua invisibilidade pública, graças a uma trama de relações sociais que pressupõe interações e saberes, que, por sua vez, redefine relações de poder também na instância do privado (FISCHER, 1992, p. 282).

Nessa perspectiva, podemos enxergar o grupo produtivo de mulheres rurais como lugar para repensar as relações de gênero e como espaço de incentivo à democratização do meio rural brasileiro.

Referência

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRUNO, Regina; BORDALO, Caroline; AQUINO, Sílvia. Sociabilidade e gênero: notas a partir de um grupo produtivo de mulheres assentadas. In: BRUNO, Regina. *Um Brasil Ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X, Seropédica Edur, 2009.
- BRUNO, Regina et al. *Perfil dos grupos produtivos de mulheres em áreas de reforma agrária situadas em territórios da cidadania*. Rio de Janeiro, 2010. Relatório de Pesquisa. Contrato de Prestação de Serviços n. 209411. Programa de Cooperação Técnica - PCT - REDES/IICA-MDA – NEAD. Mimeografado.

- BRUNO, Regina et al. O perfil das mulheres rurais integrantes dos grupos produtivos nas regiões brasileiras. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., 2010, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2010.
- BUTTO, Andréa Zarzar. A perspectiva de gênero nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza no Brasil: políticas públicas. In: SEMINÁRIO GÉNERO Y ENFOQUE TERRITORIAL DEL DESARROLLO RURAL, 2003, Natal. *Anais...* Natal, 14-17 jul. 2003.
- BUTTO, Andréa Zarzar; HORA, Karla E. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, Adiana; BUTTO, Andréa Zarzar. (Orgs.). *Mulheres da reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008. (NEAD Debate, 14).
- BUTTO, A.; Dantas, I. *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2010. p. 11-36.
- BUTTO, Andrea Zarzar et al. *Autonomia e Cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
- CARNEIRO, Maria José; LEVINAS, Lena. *Espaço adquirido—espaço permitido no contexto da reforma agrária*. Campinas, 1987. Relatório do 12º Encontro Temático – APIPSA.
- FARIA SILVA, Nalu. A análise sobre a participação das mulheres e suas organizações na economia solidária no Brasil. Brasília: REDES/IICA-MDA –NEAD, 2009. Relatório de Pesquisa.
- FISCHER, Isaura Rufino. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 2006.
- HEREDIA, Beatriz; CINTRÃO, Rosângela Pezza. *Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro: o progresso das mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM, 2006. Disponível em: <<http://www.mulheresnobre.org.br>>. Acesso em: 18 abr. 2011.
- HIRATA, Helena. *Divisão – Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho*, Brasília: MEC/Inpe, v. 1, n. 65, p. 39-49, jan./mar. 1995.
- LEITE, Sergio Pereira; WESZ JUNIOR, V. J. *Financiamento da política de financiamento territorial*. OPPA/IICA, 2010. Relatório de Pesquisa.
- LIMA, Aline Barbosa. *Assentamento Apasa: a agroecologia na construção de novas territorialidades*. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, 2008.
- MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio (Orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre, Rio de Janeiro: EdUFRGS, CPDA, 1999.

MEDEIROS, Leonilde et al. *Impactos dos assentamentos*: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: EdUNESP, NEAD, 2004.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABATTO, Alberto. Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Brasil. In: _____. *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA, 2006. p. 83.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Reciprocidade e Campesinato: uma leitura de James Scott, Enrique Mayer, Antônio Cândido e Emílio Willems. In: MARTINS, P. H. *Polifonia do dom*. Recife: Editora Universitária, 2006. p. 209-233.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

_____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, UFSC, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.

ROS, Carlos Cowan. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas no norte da Província de Jujuy, Argentina. In: PESSANHA, Delma Neves. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: EdUFRGS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

SCHNEIDER, Élen C.; KUYVEN, Patrícia; GAIGER, Luiz I. *Sistematização de dados referentes à participação das mulheres nos empreendimentos econômicos e solidários cadastrados no sistema nacional de economia solidária (SIES)*. UNISINOS, 2008. Relatório de Pesquisa.

SHIVA, Vandana. *La Práxis del Ecofeminismo*. Barcelona. Ed. Icaria, 1998.

ANEXO

A pesquisa

A pesquisa em questão se baseou em metodologia qualitativa e foi conduzida mediante a aplicação de entrevistas em profundidade semiestruturadas, que permitiram apreender as concepções, os valores e as expectativas das entrevistadas.⁸ Para a construção da amostra, foram utilizadas oito fontes, que disponibilizaram informações a respeito dos grupos produtivos.⁹ A partir do

8 Foram entrevistadas 41 pessoas assim distribuídas: 17 integrantes de grupos produtivos de mulheres; 12 assentados(as) não integrantes dos grupos; dez mediadores (ONGs e instâncias de representação); e dois da Diretoria de Políticas para Mulheres e Quilombolas do MDA. Paralelamente, realizamos 13 entrevistas complementares com participantes da VI Feira Nacional da Agricultura Familiar (VI Fenafr). O artigo tem como referência as entrevistas com as 17 assentadas integrantes dos grupos produtivos de mulheres rurais.

9 a) I Encontro Nacional de Grupos Produtivos; b) Sistema de Informações em Economia Solidária (2005); c) Secretaria Nacional de Economia Solidária; d) Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia; e) Banco de Dados dos Grupos Produtivos de Mulheres Rurais no Brasil; f) Sempre Viva Organização

cruzamento das informações e com base no recorte da pesquisa, foram encontrados 122 grupos produtivos de mulheres rurais dentro de áreas de reforma agrária pertencentes aos 120 Territórios da Cidadania. Dado o interesse de contemplar minimamente a diversidade regional e geográfica, escolhemos um grupo de cada região através de um sorteio (amostragem aleatória simples).¹⁰

Foram selecionados os seguintes grupos produtivos de mulheres: Grupo Produtivo Fibra e Arte (Assentamento Prefeito Celso Daniel, Território da Cidadania da Região Norte Fluminense de Macaé-RJ); Grupo de Mulheres da Comunidade Rio Fábrica (Assentamento Agroextrativista Ilha de Santana, Território da Cidadania de Marajó Ponta de Pedras-PA); Grupo Produtivo Liberdade (Assentamento Apasa Território da Cidadania Zona da Mata Sul Pitimbu-PB); Grupo Produtivo Pé da Serra (Assentamento Santa Lúcia Território da Cidadania da Reforma Bonito-MS) e Grupo Produtivo Anescha (Território da Cidadania Meio-Oeste Contestado Joaçaba-SC).

Grupo Produtivo Pé da Serra – Bonito (MS)

O grupo produtivo Pé da Serra foi criado em 2003 e encontra-se localizado no município de Bonito, estado do Mato Grosso do Sul, no Assentamento Santa Lúcia. A atividade produtiva desenvolvida é a agroindustrialização de produtos vegetais, em sua maioria nativos do cerrado, os quais têm como produto final geleias, doces e conservas. O grupo foi constituído por 11 mulheres, todas casadas e com idade entre 35 e 57 anos. O número de integrantes diminuiu para nove – uma acabou falecendo e outra saiu do assentamento –, mas há perspectiva de ampliar o número de participantes.

Com mais de seis anos de funcionamento, o grupo tem transformado significativamente a vida das mulheres participantes. Uma das questões centrais diz respeito à autonomia econômica. Para as entrevistadas, a renda obtida contribui com mais de metade do orçamento mensal familiar.

Além do aumento da renda, houve maior participação política das mulheres nas decisões do assentamento, já que as integrantes do grupo construíram uma chapa para concorrer às eleições para presidência da Associação do Assentamento e foram vitoriosas.

Feminista; g) 1ª Feira da Economia Feminista e Solidária do Rio Grande do Norte; e h) Sistema de Informações em Economia Solidária (2007).

10 Na região Sul do país, não encontramos nas fontes disponibilizadas nenhum grupo produtivo de mulheres que contemplasse o recorte da pesquisa. Buscamos, então, a intermediação e o apoio de alguns órgãos e instâncias (estatais, ONGs, entidades de representação etc.), mas, naquele momento, ninguém possuía informação precisa sobre a existência de grupos produtivos com as características por nós elencadas. Diante disso, adequamos a metodologia e sorteamos um grupo de mulheres da agricultura familiar em Território da Cidadania. Se de um lado a pesquisa perdeu em rigor metodológico, de outro ganhou em reflexão, pois permitiu perceber semelhanças e diferenças entre duas categorias sociais: assentamentos rurais e agricultura familiar.

Grupo de Mulheres do Assentamento Rio Fábrica – Ponta de Pedras (PA)

O Grupo de Mulheres da Associação de Rio Fábrica está localizado na Ilha de Santana, na comunidade de Rio Fábrica, município de Ponta de Pedras, arquipélago de Marajó, no estado do Pará. A Ilha de Santana é considerada área de proteção ambiental e possui um plano de uso e manejo como Projeto Agroextrativista de Ilha de Santana. As nove comunidades da ilha são reconhecidas como “tradicionais” de ribeirinhos, pescadores e extrativistas.

Segundo a atual coordenadora do grupo, a primeira organização de mulheres de Rio Fábrica foi fundada em 1984 e funcionou até 1993, quando foi desativada. Na época, o grupo contava com nove integrantes. No entanto, motivado pela criação da Associação de Agricultores e Agricultoras Agroextrativistas de Rio Fábrica, em 2000, o grupo foi retomado em 2001. Atualmente, conta com 45 integrantes, cuja idade varia de 16 a 63 anos.

O grupo tem como principais atividades produtivas a coleta e o beneficiamento de sementes oleaginosas amazônicas e o manejo do açaí.

Grupo Produtivo Fibra e Arte – Macaé (RJ)

O grupo produtivo Fibra e Arte está localizado no município de Macaé, na região norte do Rio de Janeiro, no Assentamento Prefeito Celso Daniel. O grupo foi formado em 2007 por iniciativa de duas assentadas, que buscaram agregar as demais mulheres do assentamento com base nas habilidades de cada uma. No início, 15 mulheres participavam do grupo produtivo. Atualmente, são oito. Com os dois voluntários (homens), são dez pessoas “envolvidas” na atividade.

O Fibra e Arte produz artesanatos com fibra da bananeira e palha de milho, materiais facilmente encontrados no próprio assentamento. Algumas peças são confeccionadas nas casas das próprias assentadas, mas a produção se concentra em um galpão situado no assentamento, próximo à sede da Associação de Moradores.

A comercialização da produção se dá principalmente em uma feira que acontece semanalmente no centro de Macaé. No entanto, trata-se de uma feira pequena e, segundo as integrantes, o grupo chega a passar um mês sem vender uma peça.

Embora já exista há três anos, o grupo se caracteriza pela informalidade. A situação repercute na dinâmica de participação das mulheres, uma vez que a dificuldade de comercialização e, portanto, de retorno financeiro é apontada como fator que desestimula seu envolvimento com as atividades do grupo. Sobre esse aspecto, acrescenta-se a distância entre as casas e, sobretudo, a falta de transporte no assentamento e a dificuldade de ficar um tempo fora de casa, elementos que também contribuem para inviabilizar a participação regular das mulheres.

Grupo Produtivo Liberdade – Pitimbu (PB)

O grupo produtivo Liberdade existe há oito anos e está localizado no município de Pitimbu, Zona da Mata Sul da Paraíba, no Assentamento Apasa. Esse grupo derivou de outro, chamado de “Trançados de Pitimbu”, que, por sua vez, foi formado por meio de um programa denominado Artesanato Solidário, criado pela prefeitura de Pitimbu, juntamente com o Sebrae, em 2002. O intuito desse projeto era fomentar o artesanato no município, considerado uma localidade de veraneio. No início, o “Trançados de Pitimbu” era composto por mulheres tanto da área urbana quanto da rural do município e contava com 24 pessoas. Porém, a falta de retorno financeiro desestimulou a participação das integrantes, que, pouco a pouco, abandonaram o grupo. Este chegou a contar com apenas nove participantes.

Diante disso, as mulheres do Assentamento Apasa foram convidadas a integrar o grupo. A partir desse convite, 16 assentadas ingressaram no grupo, que passou a contar com 25 mulheres. Juntas elas produziam artesanatos com folha de coqueiro que eram confeccionados no próprio assentamento. Essas peças eram comercializadas com a produção das mulheres que moravam na cidade. No entanto, dificuldades começaram a surgir quando as artesãs da cidade de Pitimbu exigiram um aumento da produtividade das artesãs do Apasa. Além disso, de acordo com as entrevistadas, havia por parte das mulheres da cidade de Pitimbu uma atitude hostil em relação às mulheres do assentamento, as quais chamavam de “mortas de fome”, entre outras alcunhas.

Esse conflito causou a divisão das artesãs em dois grupos, uma parte trabalhando na cidade de Pitimbu e outra no assentamento. O grupo de Pitimbu permaneceu sob o nome de “Trançados de Pitimbu”, e as mulheres do Apasa, dada sua trajetória, passaram a ser o “Grupo Liberdade”, pois teriam “se libertado” das mulheres de Pitimbu. Desde então, as integrantes do grupo Liberdade estabeleceram sua própria dinâmica de trabalho. Neste sentido, a produção do artesanato a partir da folha do coqueiro é feita de dois modos: a) individualmente, cada uma em sua casa; ou b) embaixo de um cajueiro que fica entre a casa de duas integrantes do grupo.

O Grupo Produtivo Anescha – Joaçaba (SC)

O grupo produtivo Anescha localiza-se no município de Joaçaba, em Santa Catarina, e, atualmente, possui três integrantes.¹¹ Trata-se de uma panificadora caseira que fabrica bolos, biscoitos de milho e trigo, doces, *schmier*, cucas,¹²

11 De acordo com a atual coordenadora e fundadora do grupo, a palavra Anescha “[...] é um conjunto de nomes, né?”, ou seja, trata-se da junção das iniciais dos integrantes de sua família.

12 *Schmier* é um doce pastoso de origem alemã, feito de frutas, semelhante a uma geleia. A cuca é um bolo, também de origem alemã, feito com ovos, farinha de trigo, manteiga e fermento.

geleias, bolachas de açúcar mascavo, macarrão e pães de vários tipos, que são comercializados tanto por encomendas quanto em uma feira local semanal. A formação do grupo está diretamente ligada à vida pessoal da atual coordenadora. O grupo foi criado em 2001 em um momento de crise financeira da família dela. Nessa época, seu marido descobriu que estava doente, o que o impossibilitava de exercer o trabalho na agricultura. Sem recursos financeiros para manter a família, a coordenadora, a partir da ideia de uma vereadora, que na época era extensionista da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (Epagri), resolveu criar o grupo.

Desse modo, em relação às motivações para a criação do grupo, percebe-se que o sentido maior da existência do grupo Anescha e a justificativa primeira de sua fundação é o fator financeiro. É por meio do dinheiro oriundo da comercialização dos artigos produzidos pelo grupo que as integrantes conseguem complementar a renda familiar e, em alguns momentos, como no caso da atual coordenadora, garantir a subsistência familiar.

O PROTAGONISMO POLÍTICO DE MULHERES RURAIS POR SEU RECONHECIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

*Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo**

Introdução

Nas últimas décadas o campesinato brasileiro vem sendo construído, na sua forma conceitual, para afirmar a condição camponesa como “projeto concorrente de reordenamento social”, que se configura “como uma forma legítima de se apropriar de recursos produtivos” e também para ter reconhecimento real de suas forças sociais, de suas lutas políticas e de modalidades “de sua capacidade adaptativa a formas econômicas dominantes” (NEVES; SILVA, 2008).

A categoria campesinato é analisada pela academia com base em três aspectos considerados constitutivos e concebidos como princípios mínimos para expressar sua existência: a forma como se dá a organização da produção, que envolve modos de produção específicos e presença da mão de obra familiar; a relação com o mercado, principalmente o local; e sua dimensão social e política, que remete a modos de vida, de sociabilidade e de transmissão de valores (NEVES; SILVA, 2008).

Este texto pretende tratar de dois aspectos constitutivos do campesinato: a organização da produção e o caráter político. A academia tem recorrido a tais princípios para explicar a existência da categoria campesinato porque eles apontam as especificidades na sua relação com outras formas produtivas, dentre elas a que se caracteriza pelo modo de produção capitalista (latifúndio, monocultura, alto padrão tecnológico, produção para exportação). Destaco que por camponeses também são compreendidos diferentes categorias de trabalhadores rurais – moradores, meeiros, rendeiros, sitiantes –, por se incluírem na forma conceitual de produtor camponês, segundo os critérios antes apontados.

Recorro neste texto a dois aspectos/princípios para produzir uma reflexão relacional e problematizadora que se ancore e inclua as experiências de e com mulheres camponesas, contribuindo com estudos iniciados no final da década de 1970 (GIULIANI, 1989; HEREDIA, 1979).

A organização da produção camponesa se alicerça no uso da mão de obra dos membros da família em condições de trabalho. A mulher (esposa, mãe, filha) é envolvida para auxiliar no processo produtivo, e seu trabalho se

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Professora Associada do Departamento de Economia Doméstica/UFC. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFC. Professora do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas/MAPP/UFC

intensifica nos tempos de plantio e de colheita. Mas, como indica a bibliografia, ela não participa do processo de decisão sobre as atividades relacionadas ao ciclo produtivo, seu trabalho é reduzido com a introdução de máquinas e novas tecnologias e não é reconhecido nem remunerado (LEAL; DEERE, 1984; PAULILO; SCHMIDT, 2003; RUA; ABRAMOVAY, 2000; SIQUEIRA; TEIXEIRA; PORTO, 1991).

O caráter político do campesinato é tecido nas relações sociais e se exprime em manifestações de resistência e compromisso com modos de vida, com expressões culturais que se simbolizam em práticas religiosas, na sociabilidade dos grupos humanos, nas festas relacionadas aos ciclos agrícolas, na reprodução de valores e da moral camponesa para construir um fio condutor comum que integra, norteia e justifica a sua existência – a sobrevivência e a continuidade patrimonial, econômica, afetiva, moral, cultural e política da família camponesa (BRUMER, 2004; PAULILO, 2004; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

O texto priorizará a construção da luta das mulheres na sua dimensão pública e política. Elas, ao problematizarem o seu lugar nas relações de produção e o valor do trabalho feminino, produzem um sentido público para seu trabalho, politizam o mundo privado e levam a luta de gênero para a luta sindical. Para esta escrita faz-se uso de documentos que registram experiências de mulheres, tais como relatórios de encontros anuais de mulheres, materiais de divulgação dos movimentos de mulheres etc.; entrevistas com mulheres que ocupam cargos de direção sindical e em movimentos mistos e autônomos, leituras de trabalhos acadêmicos na área e de matérias do *Jornal Sem Terra* (JST) das décadas de 1980 e 1990. O recorte histórico se reporta às décadas de 1970, 1980 e 1990 – quando é marcada a luta das mulheres por seu reconhecimento identitário como trabalhadora rural. O texto traz de forma mais apurada dados coletados sobre a região Nordeste.

A dimensão do trabalho familiar – Definidor de identidades de gênero

Estudos sobre relações familiares na sociedade camponesa têm sido precursores em desvelar o lugar invisível da mulher no modo de produção camponês. Heredia (1979), ao analisar a organização interna de unidades de produção camponesa numa região da Zona da Mata de Pernambuco no Brasil, traz reflexões sobre a existência da divisão sexual no trabalho entre homens e mulheres que é responsável pela produção de padrões de comportamentos alicerçados numa ordem binária e sexuada que diferencia e hierarquiza o trabalho segundo o sistema sexo/gênero.

A autora afirma que

A literatura especializada destacou o caráter específico que a unidade camponesa possui. Essa especificidade provém do fato de que ela é, ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de consumo, visto que os

membros que a compõem estão relacionados *a priori* ao processo produtivo e mediante laços de parentesco. [...] Devido à nossa preocupação inicial ser o estudo da família como unidade de produção e de consumo, a divisão de trabalho entre os membros aparecia como o caminho através do qual procuraríamos compreender as regras que davam fundamento às relações familiares. (HEREDIA, 1979, p. 17-24)

A percepção da autoridade familiar identificada no pai e no exercício da chefia da família traz pistas para Heredia descobrir as bases sobre as quais se constrói essa autoridade, que vai ser desvendada a partir da análise do sentido de trabalho. Segundo essa autora,

A concepção do que se define como *trabalho* permitiu-nos compreender e dar sentido à divisão das tarefas por sexo e, em resumo, levou-nos a compreender a oposição masculino-feminino. Esta oposição vai além de uma simples divisão de tarefas, expressando-se em outra oposição que é *casa-roçado*. Esta última é que define efetivamente as esferas do que é trabalho e do que não é trabalho. A partir dessa oposição, articulam-se e se reforçam os papéis que cabem aos membros do grupo, expressando, em essência, as esferas de autoridade. Também a partir daí, os bens e outros objetos reconhecidos socialmente são classificados como femininos ou masculinos e, por conseguinte, também são hierarquizados. (HEREDIA, 1979, p. 26)

O estudo de Heredia, ao identificar a divisão das tarefas por sexo no modo de produção e de vida camponês, afirma a instituição de relações hierárquicas de sexo e de lugares de trabalho para o masculino e o feminino.

Embora os membros da família (incluída aí a mulher representada pela esposa, filha, mãe etc.) labutem nos roçados, condição para caracterizá-la como família camponesa, esse esforço não é considerado trabalho, pois se simboliza e se referencia numa outra lógica simbólica analisada por Woortmann e Woortmann (1997). Os pesquisadores, ao refletirem sobre “o processo do trabalho agrícola de camponeses nordestinos, afirmam que o mesmo possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais e de gênero” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 7). Os autores fazem ainda análises que relacionam o processo do trabalho material a outra modalidade de trabalho – o intelectual como meio de produção e transmissão de saberes.

De acordo com eles,

A transmissão dos meios intelectuais de abordar a natureza é, ela mesma, um instrumento de trabalho – o trabalho do saber – com um método pedagógico que acompanha o iniciando e sobre ele opera, criando ao

mesmo tempo um trabalhador pelo saber “técnico”, capaz de produzir, e criando idade e gênero, pois é simultaneamente saber simbólico. [...] A transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho – pois o saber é um saber-fazer, parte da hierarquia familiar – subordinado ao chefe de família, via de regra o pai. Se for este quem governa o trabalho, como dizem os sitiantes, é ele também quem governa o fazer-aprender. A transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas: ela envolve valores, construção de papéis etc. (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p. 11)

A labuta do homem é central para produzir a autoridade masculina. Essa se ancora no domínio e controle do processo de produção de conhecimentos que envolvem a gestão do *fazer-aprender* e do *saber-fazer* camponês e no planejamento para a realização de todo o ciclo produtivo (escolha das áreas de plantio, definição do que plantar e das variedades de sementes, apropriação das técnicas e dos instrumentos de trabalho etc.) até as regras de relacionamento com o mercado. Há uma ordem simbólica (moral) que se instala para reger o trabalho camponês e qualificá-lo de forma diferenciada e hierarquizada como trabalho de homens e trabalho de mulheres. O trabalho produtivo é constituidor da identidade e da autoridade masculina e requer a invisibilização e omissão do trabalho feminino que se anuncia nos roçados como ajuda.

Estudos como o de Paulilo e Schmidt (2003) têm reafirmado e positivado no cenário público a existência do trabalho de mulher na agricultura familiar, problematizando sua invisibilidade e o caráter de sua exclusão e desaparecimento a partir das recentes mudanças no mundo rural. Os pesquisadores, ao analisarem as “profundas transformações por que passaram a agricultura e o meio rural catarinenses”, afirmam que elas são

fruto das políticas de “modernização conservadora” resultantes da forte intervenção do Estado na década de 1970 e que atingiram de forma direta (os “pequenos” que pegaram “carona” no processo voltado mais aos médios e grandes produtores) ou indireta (os que foram “excluídos”, em razão da concentração e centralização da produção) os agricultores familiares catarinenses. (PAULILO; SCHMIDT, 2003, p. 8)

As pesquisas de Paulilo e Schmidt indicam que mudanças no padrão tecnológico introduzidas na cadeia produtiva do leite são fatores de exclusão do trabalho da mulher.

Embora se situem e retratem realidades do estado de Santa Catarina, essa análise traz na memória a entrada do uso do trator para o preparo da terra, da matraca, máquina que faz o plantio direto na cova, da máquina de debulhar grãos na agricultura camponesa da região Nordeste. São técnicas e instrumen-

tos introduzidos por programas governamentais,¹ desde meados da década de 1970, na área rural dos estados do Nordeste, que contribuem significativamente na redução da presença da mulher no trabalho produtivo nos roçados, pois os instrumentos de trabalho usados tradicionalmente pela família camponesa vão sendo substituídos por tecnologias assimiladas por orientação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater). A mulher reduz suas atividades na roça quando a máquina substitui o trabalho humano ou diminui a necessidade de trabalho humano. Ao contrário, o homem ativa suas atividades produtivas, recebe capacitações e incorpora qualificações para utilizar novas tecnologias (ESMERALDO, 2008, p. 192).

Portanto, a luta das mulheres desencadeada na década de 1980 pelo reconhecimento de sua profissão como trabalhadora rural é permeada pelo signo da contradição. Ao mesmo tempo em que seu trabalho é considerado como “ajuda” no interior das relações familiares para que possa cumprir e manter a ordem moral e de autoridade entre o casal, o trabalho feminino é afirmado e positivado publicamente para fomentar as lutas pelo seu reconhecimento profissional.

As dificuldades para reagir, enfrentar no plano individual, familiar e de forma isolada modelos de sociabilidade, ordens sociais, sistemas patriarcais, estruturas objetivadas, inscritas e instituídas nos corpos, objetos, tempos, espaços e nos trabalhos de homens e de mulheres, levam as mulheres a buscar articular-se em movimentos sociais e políticos para construir sua afirmação como trabalhadoras rurais.

No final da década de 1970 e durante a década de 1980, manifestações organizadas por operários e trabalhadores rurais aliam-se aos setores progressistas da Igreja Católica, de partidos de esquerda, do movimento estudantil, de profissionais liberais e professores da academia contra o regime militar e sua condição de estado autoritário brasileiro. Desenvolvem lutas pela restauração do estado democrático, da liberdade de expressão e de direitos políticos e sociais e constroem ações políticas e públicas que favorecem a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nesses campos políticos, as forças sociais femininas buscam organizar-se para ter participação na formação política e lutar por direitos trabalhistas. Nesses espaços são potencializadas possibilidades de visibilização da necessidade do reconhecimento da força política e produtiva da mulher.

Num contexto nacional de repressão contra a luta pela restauração da democracia no país, de expulsão de trabalhadores do campo pela entrada de relações de trabalho baseadas na produção agroindustrial, emergem na sociedade

1 No ano de 1976, o governo federal instala no Nordeste brasileiro o Projeto de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais (Papp) e no ano seguinte o Programa Polonordeste (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste).

civil movimentos de mulheres reivindicando o reconhecimento de direitos e lugar público nos espaços políticos. Também é estratégica a interlocução e a presença da Igreja ao organizar e apoiar publicamente a luta das mulheres por sua afirmação como força de setores da classe trabalhadora rural que se reorganiza.

Na conjuntura social, política e econômica adversa que se instala no país nos governos militares e diante da luta desigual, o que está em jogo para as forças sociais emergentes do campo é a possibilidade do desaparecimento de um modelo de organização de vida camponesa e, nesse sentido, é para fora, unindo homens e mulheres e articulando-se em organizações de trabalhadores, que se dá o entendimento da incorporação e participação da mulher no movimento sindical ao voltar-se para garantir a existência de categorias de trabalhadores rurais (assalariados, meeiros, rendeiros, foreiros, moradores de fazendas etc.) e de seu modo de vida e produção camponeses.

A dimensão política: inserção nos espaços públicos para o reconhecimento profissional da mulher

Na década de 1960, a orientação governamental para a ação política dos sindicatos rurais volta-se para práticas assistencialistas ao mesmo tempo em que intensifica o projeto de desenvolvimento rural que prioriza e beneficia a grande propriedade. Setores da Igreja Católica² reagem a isso por meio da criação de ações pastorais junto a moradores, meeiros, rendeiros, sitiantes etc. (também compreendidos neste texto como camponeses). A formação política dirige-se para a compreensão das adversas condições de vida e a aplicação das leis,³ tais como o Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra, e desencadeia a organização de grupos de trabalhadores rurais para fazerem oposição sindical, comporem chapas sindicais e participarem das suas eleições.

O debate tem origem nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e em atividades conduzidas pela CPT que, à luz das mensagens bíblicas ressignificadas pela Teologia da Libertação, reflete sobre suas condições de vida e relações de caráter assujeitado com o trabalho e a terra. Mulheres camponesas tomam assento nesses espaços e, na década de 1980, ingressam em partidos políticos, participam das atividades das centrais sindicais e reivindicam lugares de participação da mulher na luta política.

2 Na década de 1970, a Diocese do município de Afogados da Ingazeira (sertão de Pernambuco) reúne uma equipe de religiosos e leigos para realizar formação política e organizar trabalhadores rurais em torno da discussão sobre suas condições de vida (ALMEIDA, 1995, p. 42).

3 O reconhecimento da categoria e de direitos para o trabalhador rural se dá com a Lei nº 4.212, denominada Estatuto do Trabalhador Rural (2 de março de 1963), e a lei de desapropriação de terras, chamada Lei do Estatuto da Terra, é promulgada em 30 de novembro de 1964 com o nº 4.504.

Nesse contexto, mulheres trabalhadoras rurais da Paraíba, como Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves e Maria da Penha Nascimento,⁴ destacam-se na luta contra o latifúndio, a exploração do trabalho, pela organização dos trabalhadores, pelo acesso à terra, à educação e à participação das mulheres. São lideranças que assumem a presidência de sindicatos rurais e revelam-se na região e no país como ícones da luta pelo direito de organização sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

No ano de 1980 é fundado em Olinda o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru) com subsedes na Paraíba e no Rio Grande do Norte para agregar intelectuais, trabalhadores e realizar formação política e educação popular junto a trabalhadores rurais. Esta entidade promove alfabetização para jovens e adultos, assim como cursos de análise de conjuntura política e, na década de 1990, cursos sobre feminismo (FERREIRA, 2006).

A Igreja Católica da região do agreste e do brejo paraibano, por meio do Serviço de Educação Popular (Sedup), inicia em 1981 um trabalho educativo e organizativo de “mulheres do campo” (BASSANEZI, 1994, p. 1).

Em 1982, assessoras sindicais oriundas e integrantes de pastorais rurais do sertão pernambucano realizam encontros com mulheres rurais para conversarem sobre suas próprias condições de existência e sobre o papel do sindicato no reconhecimento do trabalho produtivo dessas mulheres.⁵ É esse o “mote” dos primeiros diálogos entre assessoras sindicais e mulheres rurais em Pernambuco que, ao socializarem suas experiências de vida, fazem reflexões sobre a invisibilidade e o não reconhecimento público de seu trabalho nos roçados e sua não identificação como categoria profissional (trabalhadora rural) nos meios institucionais. Os encontros anuais mobilizam mulheres, organizam novos grupos em comunidades rurais e propiciam o debate sobre conjuntura política, poder masculino, sistema patriarcal e corpo feminino. Coordenado pelo Polo Sindical Sertão Central de Pernambuco, contam com a assessoria da Organização Não Governamental SOS Corpo, sediada em Recife (ENCONTRO..., 1994)

No estado do Ceará, a problemática de trabalhadores rurais relacionada ao pagamento da renda da terra e a conflitos pelo direito de uso da terra é questão trazida e refletida desde a década de 1970, em reuniões nas CEBs no

4 Margarida Maria Alves iniciou sua vida sindical em 1967, com mandatos de presidente nas gestões de 1973, 1976, 1979 e 1982, e participou da fundação, em 1980, do Centru. Foi assassinada em 1983, em razão de sua atuação frente ao sindicato.. Elizabeth Teixeira, esposa de João Pedro Teixeira, substituiu o marido, quando este foi assassinado em 1962, como liderança da Liga Camponesa na Paraíba, e protagonizou o filme *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho. Maria da Penha Nascimento foi dirigente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande e do Movimento de Mulheres do Brejo. Morreu num acidente de carro que não foi devidamente esclarecido..

5 Um *folder* do MMTR-NE Sertão Central – PE informa que as primeiras reuniões se dão no ano de 1982, no distrito de Caiçarinha da Penha, município de Serra Talhada, em Pernambuco. O material é distribuído no 1º Encontro Latino-Americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural, realizado em Fortaleza em 1996.

município de Aratuba (região serrana de Baturité), que se estenderam para outros municípios como Quixadá, Quixeramobim e Canindé (sertão central). Essas discussões se multiplicam em municípios onde a Igreja Católica atua sob a orientação da Teologia da Libertação.

Em 1981 surge no Ceará a primeira organização não governamental, denominada Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra), que passa a atuar em parceria e assessoria com trabalhadores rurais de grupos das CEBs e da CPT, por meio da formação, orientação e produção de materiais educativos dirigidos ao conhecimento da legislação trabalhista e ao apoio jurídico. Através da Igreja, a ONG entra em contato com a Diocese da região de Guarabira, estado da Paraíba, para conhecer o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMTR). Realizam atividades conjuntas e a organização de grupos femininos no município de Itapipoca, estado do Ceará, que se estende para municípios do sertão central e do Cariri. O Cetra assume a formação de mulheres rurais no estado⁶ e participa dos encontros regionais de caráter anual⁷ do nascente Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE).

No Piauí, o Centro de Educação Popular Esperantina (Cepes), apoiado pelas pastorais da Diocese de Esperantina, desenvolve um trabalho de formação política e nele as mulheres rurais organizam-se para criar o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais que vai fazer parte do MMTR-NE.

No Rio Grande do Norte, as mulheres rurais participam do Serviço de Assistência Rural no qual articulam o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no estado e se apoiam para realizar, em 1990, o 5º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste.

Nos encontros anuais da região Nordeste busca-se fortalecer a organização específica de mulheres trabalhadoras rurais nos estados e como articulação regional. Assessoras de ONGs presentes e apoiadoras do MMTR-NE conduzem a formação sobre temas como o conhecimento do corpo feminino, a reprodução e os cuidados contraceptivos, conjuntura política com vistas à constituição da autonomia e do empoderamento das mulheres.

Os tempos e espaços históricos aqui sucintamente reeditados apontam para algumas pistas importantes. Primeiro: indicam que o trabalho pastoral é encontrado em vários municípios da região Nordeste aonde as dioceses são dirigidas por bispos adeptos da Teologia da Libertação e ganham a adesão de religiosas e leigos/as. Nas dioceses constroem uma ação religiosa com base nos princípios dessa Teologia que são usados como instrumentos de formação política junto aos trabalhadores e famílias rurais. Segundo: a “educação política” realizada por esse segmento religioso constrói e realiza sinergia com

6 Em 1987, o Cetra realiza o 1º Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Ceará.

7 Em 1992, o Ceará sedia o 6º Encontro da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste com o tema Sexualidade, Corpo e Poder.

as condições de existência vividas por trabalhadores rurais e suas famílias que enfrentam dificuldades nas relações trabalhistas com os proprietários de terra. Terceiro: redes se constroem e se articulam entre setores sociais (Igreja, oposição sindical, ONGs, partidos políticos, centrais sindicais, MST) para unificar lutas políticas contra o regime militar. Quarto: as mulheres e assessoras leigas que atuam e militam nas pastorais, no movimento sindical rural e em ONGs encontram limitações no movimento sindical para a formação política de mulheres rurais e assessoram a criação de movimentos autônomos de mulheres rurais para instituírem vínculos próprios com parceiros estratégicos, com órgãos financiadores internacionais, para o processo de autonomia e empoderamento político e o debate de temas relacionados ao corpo reprodutivo da mulher, ao casamento, à sua posição subordinada na família, dentre outros temas (e isso ajudou a formar os MMTR estaduais já citados). Quinto: universidades e movimentos feministas aproximam-se das organizações de mulheres rurais para assessorá-las e introduzem o debate sobre feminismo e relações de gênero.

A organização política das mulheres – Faces em disputa

A articulação e organização das mulheres realizam-se em duas frentes. Uma para ingressarem em movimentos sociais rurais (sindical e MST) e outra através da criação de movimentos autônomos de mulheres.

A luta para a participação em movimentos sociais rurais (sindical e MST)

O movimento sindical de trabalhadores rurais tem a função política de instrumentalizar – com informações e lutas – a formação da consciência dessa categoria profissional para acessar direitos.

No modelo de organização da produção de natureza familiar, na lógica institucional, nos dados estatísticos, no meio jurídico, nas escolas agrotécnicas e de graduação em ciências agrárias e na ação governamental de programas voltados para o desenvolvimento rural, o trabalho na agricultura é considerado ofício masculino. As regras instituídas, seja em documentos, seja inscritas nas práticas sociais, são portadoras de senso comum, de comportamentos, de modelos que legitimam o homem na profissão e privam a mulher do acesso à terra, à capacitação e ao reconhecimento do seu trabalho nos roçados.

A prática e o discurso político no movimento sindical não fogem à regra. A entidade apoia-se na reprodução e defesa do gênero masculino como representação da categoria profissional de trabalhador rural. Cria para ele as condições para acumular capital político e social. As regras e o jogo político são determinados para manter o masculino na posição de representante legítimo da classe trabalhadora rural. O discurso que orienta a luta de classes é de caráter

econômico e unificador e diferenças de sexo, gênero, raça, etnia e geração são tratadas como divisionistas.

Mas as mulheres não podem excluir esse espaço de luta política que é entendido como a porta de entrada para o reconhecimento formal de seu ofício. É o sindicato a entidade que pode legitimar, em primeira instância, o trabalho feminino nos roçados e atribuir à mulher uma categorização profissional com a liberação de documentos legitimados pelo Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência para garantir direitos sociais e previdenciários.

O espaço sindical rural é um campo político⁸ no qual transitam forças e lutas de grupos sociais que, além de produzirem consciência para afirmação de um segmento rural da classe trabalhadora, também se constrói de forma unitária e com o caráter economicista expressos nas suas lutas e no discurso político, omitindo a formação e a existência de trabalho feminino que se faz representar no mundo social de forma diferenciada e sexista e em detrimento do gênero feminino.

Esse espaço, ao se constituir como campo de forças hegemônico pelos interesses do gênero masculino e protagonizar lutas do interesse desse coletivo legítima e organiza o papel masculino nesse campo político, omitindo possíveis tensões e relações de poder hierarquizadas que se realizam no modo de produção camponês. O campo de forças é homogêneo, pois é dominado por relações de poder instituídas pelo gênero masculino que se norteia pelo modelo e pela identidade socialmente construída para a figura do homem – provedor e responsável pelo trabalho fora da casa para a sobrevivência familiar e pela sua representação nos espaços públicos e políticos.

A hegemonia do homem no campo político começa a ser problematizada e questionada quando as mulheres se opõem e revelam as leis orientadoras das regras que regem a entrada de sujeitos sociais no espaço político: produzem a ressignificação de seu trabalho nos roçados afirmando a existência de componentes de força produtiva nessas atividades; introduzem o debate sobre o direito à autonomia na sua representação como trabalhadoras, descolando-se de seu papel subordinado na relação familiar (a justificativa para a sua não sindicalização é a de que o marido representa o casal); e reivindicam direitos de cidadania junto ao poder estatal ao exigirem o acesso a políticas previdenciárias (licença-maternidade, auxílio-doença).

Lutar para entrar no sindicato rompendo a unidade e as relações de forças historicamente constituídas para e com o masculino significa criar novas relações de forças não mais restritas às do gênero masculino, assim como de interesse do gênero feminino. Significa tencionar e inscrever reivindicações de interesse do outro, do novo gênero sindical, do gênero feminino. A luta para

8 Para o aprofundamento do sentido de campo político, campo de forças e campo de lutas, consultar Bourdieu (1989).

a sindicalização das mulheres expressa desejos para a conquista de direitos próprios, para se tornarem sujeitos políticos autônomos.

Tal ação política simboliza a possibilidade de abertura da luta de classe para atuar de forma conjugada com a luta das mulheres. Requer o alargamento do campo político (lutas e forças) do movimento sindical rural restrito a lutas econômicas e protagonizadas por forças masculinas e o reconhecimento de outro sujeito social e público como nova força política e de lutas que expressam as reivindicações específicas das mulheres que trazem elementos novos para a atuação política sindical e partidária.

Na década de 1980, a prática sindical rural aliada à CPT e à CUT não se afasta do modelo de atuação política das forças de esquerda (PT, Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, CUT, MST, sindicatos classistas, CPT) que se aglutinam para construir um projeto político unitário para a classe trabalhadora, voltado para mudanças na ordem política, econômica e social do país e para a tomada do poder que se manifesta em ações massivas na campanha Diretas Já, na Assembleia Constituinte e nas campanhas eleitorais de 1988 e de 1989 (esta, com um operário e líder sindical candidato a Presidente da República – Luís Inácio Lula da Silva). Nessa década, são as lutas de caráter político, eleitoral, socialista, de classe, que movem, promovem alianças e orientam o conteúdo formativo e prático das manifestações e se disseminam nos variados movimentos sociais em formação.

Nesse contexto, quando mulheres rurais participam no município de Cascavel, Paraná, em janeiro de 1984, do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, onde se dá a fundação do MST, anunciam-se novos sinais de atuação política, organizativa e militante de mulheres rurais, forjados em outros espaços de formação e de luta política que as mobilizam a se fazerem presentes naquele Encontro.

Apesar da histórica, embora invisível, atuação política no 1º Encontro Nacional, a participação das mulheres se faz perceber de forma diferenciada, durante o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, realizado em janeiro de 1985, em Curitiba, Paraná. Militando, desde décadas passadas, nas CEBs, na CPT, nas oposições sindicais, mulheres rurais participam do congresso de forma ativa, afirmativa e organizada. Reivindicam a presença e participação de 30% de mulheres como delegadas (há registro de mais de 300 mulheres num universo de 1.500 delegados), integram os grupos de trabalho, fazem parte de uma coletiva com a imprensa (nacional e estadual), são homenageadas⁹ e realizam a 1ª Assembleia de Mulheres Sem Terra, na qual discutem suas reivindicações específicas e produzem um documento que é lido e aplaudido no encerramento do Congresso e incorporado ao do-

9 São homenageadas como símbolos da resistência Margarida Maria Alves, Elizabeth Teixeira e Irmã Aurélia Duranti, religiosa italiana da Congregação Franciscana do Verbo Encarnado (*JST*, Fev/1985, p. 19).

cumento final do citado evento. Nesse documento as mulheres expressam suas reivindicações específicas e também sua participação na composição da 1ª Executiva Nacional do MST, eleita nesse evento (JORNAL SEM TERRA, fev. 1985, p. 5, 9-11).

O diálogo e a troca de informações entre as mulheres rurais sobre suas experiências de luta que se materializam na participação pela formação de núcleos de oposição sindical, em disputas eleitorais por mudanças de direção e prática sindical, pela sindicalização e atuação nas direções sindicais e em ações de ocupação de terra exprimem, durante o 1º Congresso, possibilidades de potencialização de novas identidades políticas para a mulher sem terra, através da compreensão da necessidade de sua luta nos espaços sindicais seja por terra, pelo reconhecimento formal de sua condição de trabalhadora rural, seja para ter acesso a políticas previdenciárias.

Mulheres que integravam assessorias da CPT e passam a fazer parte do MST se responsabilizam pela veiculação da Página da Mulher no *Jornal Sem Terra*. O número de fevereiro de 1985 (p. 13) inaugura um símbolo de mulheres para demarcar essa seção. As matérias publicadas trazem conteúdos e entrevistas com mulheres que atuam em movimentos de oposição sindical, que conquistam a presidência de sindicatos de trabalhadores rurais,¹⁰ que lutam pela sindicalização e pelas ações políticas de mulheres camponesas no Dia Internacional da Mulher (8 de março) nos estados da Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, as lutas e conquistas por direitos previdenciários, a presença de mulheres trabalhadoras rurais no Congresso da CUT de 1986.

Embora as ações políticas organizadas pelas mulheres no 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra se constituam numa primeira expressão material e simbólica de participação da mulher (para o interior do Movimento), essa representação vai potencializar ações políticas de mulheres sem terra, principalmente fora do MST, com mulheres sindicalistas, em parceria com movimentos autônomos de mulheres. Para o Movimento, a sua condição de mulher e membro de família mantém-se vinculada à representação histórica e construída culturalmente de forma subordinada, no interior da família camponesa, ao pai, homem, marido e filho.

Internamente, o que mobiliza o comparecimento das mulheres às manifestações e lutas no campo é a compreensão da necessidade da presença de toda a família nas mobilizações; é a expressão do sentido familiar que move o modo de vida e de produção da agricultura camponesa; é a representação das

10 Ver *Jornal Sem Terra* (set. 1984): entrevista com Divina Francisca de Oliveira, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) de Goiás Velho/Goiás. Matéria sobre o acampamento e a mobilização de 500 mulheres na luta por sindicalização em Nova Timboteua/Pará (maio 1985). Entrevistas com Maria Aparecida Rodrigues Miranda e Maria de Jesus da Silva, presidentes dos STRs de Unai/MG e de Jacundá/Pará (jun. 1985). Matéria sobre a organização das mulheres para sindicalização, informada por Maria da Penha do Nascimento, diretora do STR de Alagoa Grande/Paraíba (dez. 1985).

mulheres como membro da família camponesa¹¹ nos seus papéis de esposas, mães, gestantes e filhas de camponeses na luta por terra e trabalho livre e os seus desejos e disposições em garantir a sobrevivência da família.

As ações políticas do MST (como as ocupações de terra) envolvem homens, mulheres, crianças e idosos e possuem especificidades em relação a outros movimentos sociais com os quais se relaciona. Diferentemente de outros espaços políticos (sindicato, partido político, por exemplo), que separam a militância da relação e condição conjugal e familiar, o MST envolve toda a família nas suas lutas e manifestações políticas ao colocar no seu discurso a libertação econômica, social e política para a família trabalhadora rural.

Mulheres órfãs, viúvas, oriundas de famílias empobrecidas, fragilizadas e dilaceradas pelo sistema econômico e político, submetidas a migrações com o marido e filhos em busca de terra e trabalho, encontram no MST a acolhida para lutar por dignidade, terra e trabalho para a família. Essa descoberta faz algumas mulheres optarem por desenvolver sua atuação política no MST e não em outros movimentos sociais e/ou em partidos políticos, potencializa questionamentos sobre a sua condição de mulheres subordinadas a uma posição conjugal de esposas, de mães e traz a possibilidade de se assumirem numa posição *protagonista* enquanto membro familiar.

Não se trata aqui de generalizar essa descoberta enquanto “posição protagonista de mulher na família” por parte de todas as mulheres que ingressam nas lutas do MST, mas de destacar algumas mulheres que, assumindo uma ação consciente de seu papel protagonista na luta e como membro familiar, iniciam um processo reflexivo e formativo interno (ainda bastante limitado regionalmente) e junto às mulheres acampadas e assentadas para semear uma consciência política.

Mas há ambiguidades na luta das mulheres sem terra voltada para o seu reconhecimento político no interior do MST. A ação política das mulheres sem terra se mantém invisibilizada por meio de sua condição conjugal e submetida ao contexto familiar, diante da predominância e hegemonia de elementos discursivos, ideológicos, paradigmáticos e simbólicos que estruturam e definem a luta do Movimento. Estes se fundamentam na visão economicista e produtiva que orienta a luta de classes e se ancora na figura masculina, entendido como o provedor da família, historicamente responsabilizado pelas ações de caráter econômico na sociedade e, no caso estudado, no modo de produção da agricultura familiar e por se constituir o porta-voz do Movimento junto às forças sociais de esquerda, ao Estado, à mídia e à sociedade em geral.

Por outro lado, as mulheres sem terra desenvolvem lutas externas ao Movimento, em parceria com mulheres vinculadas ao movimento sindical e

11 A consulta realizada ao *Jornal Sem Terra*, edições de 1981 a 1985, traz referências sobre a mulher num contexto da estrutura familiar, como membros de famílias de colonos, camponeses, de trabalhadores. Essas mulheres são identificadas como esposas, mães e grávidas.

a movimentos autônomos de mulheres para forjarem a sua inscrição, a sua constituição como mulher trabalhadora rural, critério e condição central para concretizar o seu reconhecimento e a sua legitimidade no contexto político das lutas da classe trabalhadora. Nesse sentido, as mulheres constroem reivindicações específicas – o direito à sindicalização, por direitos previdenciários, à criação da categoria de trabalhadora rural – e que possuem sentidos de inserção e credenciamento para entregarem e participarem como segmento da classe trabalhadora no MST.

A postura das mulheres sem terra – que se manifesta nas práticas políticas com os movimentos autônomos de mulheres e se realiza para além das deliberações do Movimento – reflete uma participação ativa e protagonista nas lutas pelos seus direitos. Contraditoriamente essa postura afirmativa e propositiva não se faz reconhecida no interior do Movimento nas décadas de 1980 e 1990.

Os dois movimentos rurais (sindical e MST) aqui referenciados, embora, na sua origem, se constituam como movimentos mistos (para homens e mulheres), na sua prática política se fazem representar de forma hegemônica pelo gênero masculino. A presença da mulher é marcada por uma participação invisível e omitida. A conquista de representação e reconhecimento somente se materializa com as lutas de mulheres.

Os movimentos autônomos de mulheres

Com desafios no campo do enfrentamento ao regime militar, a ação política das mulheres é com frequência desqualificada, ignorada nos espaços partidário, sindical e classista. Suas especificidades não cabem nas pautas de reivindicações de caráter econômico e político, não são acolhidas nas grandes manifestações, não aparecem no jornal sindical, não fazem parte do debate formativo.

Assim, as mulheres trabalhadoras rurais, ao buscarem a inscrição sindical para o reconhecimento de seu trabalho no mundo camponês, produzem outro campo político para engendram uma fala e um jeito de fazer política. Criam um novo campo político de forças e de lutas específico de mulheres – os movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais. Nesse campo se articulam e se organizam entre si para se reconhecerem como gênero com diferenças e gestarem o seu fortalecimento para a conquista de espaços no campo político, sindical e partidário.

No estado da Paraíba, surge, em 1981, o MMTR do Brejo. Bassanezi participa “da fundação do Movimento”,

Promovendo atividades e eventos que marcaram a presença ativa das mulheres nas lutas pela terra, pelos direitos trabalhistas, por um novo sindicalismo e pelas questões específicas das mulheres na região. Um dos objetivos principais do MMTR era buscar o *reconhecimento das mulheres*

como trabalhadoras e reivindicar sua igualdade nas relações de trabalho, assim como nas instâncias políticas de representação (associações, sindicatos e partidos). (BASSANEZI, 1994, p. 1)

No ano de 1982, em Pernambuco, mulheres vinculadas ao movimento sindical e pastoral organizam o MMTR no Sertão Central.

O MMTR-Sertão Central/PE e o MMTR/PB organizam, em 1986, o 1º Encontro da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste que reúne mulheres lideranças de vários estados do Nordeste. Os objetivos que norteiam os eixos dos debates do primeiro e dos nove encontros que se realizam entre 1986 e 1995 são definidos para: articular e organizar as mulheres rurais; fortalecer sua ação no movimento sindical rural; capacitar as mulheres para ampliar sua atuação; construir o autoconhecimento para o domínio do corpo feminino, a partir da reflexão de suas dimensões biológicas, emocionais e afetivas; e desenvolver, de forma coletiva, alternativas de sobrevivência das mulheres e suas famílias. Naqueles Encontros as mulheres iniciam o debate para a criação do MMTR-NE, que tem a finalidade de coordenar as ações voltadas para a articulação das mulheres nos estados, municípios e comunidades rurais, e de conduzir campanhas de sindicalização, documentação, movimentos reivindicatórios junto ao Estado para o acesso das mulheres às políticas previdenciárias. O MMTR-NE é fundado em 31 de outubro de 1993 e reconhecido desde 1995 com sede no município de Caruaru/PE.¹²

Na região Sul surge o Movimento de Mulheres Agricultoras em Santa Catarina e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do Sul. O campo político criado pelas mulheres através dos movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais é estruturador e aglutinador de forças e de lutas voltadas para a criação política da profissão de trabalhadora rural e potencializa a formação e a realização de lutas específicas de e entre mulheres. Nesse campo, o sentido agregador das lutas femininas é estratégico para produzir previamente a descoberta da diferença inscrita e socializada nos corpos de mulher e a partir daí constituir identidades de classe e de gênero.

A articulação, nesse campo político, volta-se para as ações formativas entre mulheres e a realização de manifestações nos dias 8 de março e 12 de agosto, definidos como datas de luta política da mulher trabalhadora rural. O campo de forças do feminino¹³ fortalece o campo das lutas específicas¹⁴ e mobiliza as

12 Disponível em: <[HTTP://volensamerica.org](http://volensamerica.org)>. Acesso em: 10 set. 2010.

13 Mulheres realizam o I Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural em São Paulo (*Jornal Sem Terra*, nov. 1986) com a presença de 35 mulheres, lideranças representantes de 16 estados brasileiros, e definem duas datas para a realização de suas lutas específicas: 8 de março para reivindicar o seu reconhecimento profissional e por direitos sociais e 12 de agosto para protestar contra a violência no campo, trazendo a memória do assassinato de Margarida Maria Alves.

14 São noticiadas: a realização de encontros estaduais nos estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo; as manifestações públicas no dia 8 de

mulheres para uma participação organizada e voltada para atuarem nas lutas gerais¹⁵ dos trabalhadores rurais (sindical e do MST), em que é produzida a intersecção entre a luta de classe e a luta de gênero.

A unidade constituída no campo das forças e das lutas específicas fortalece mulheres para ações políticas no interior dos movimentos mistos¹⁶ e em movimentos políticos que se organizam na década de 1990. A condição subalterna da mulher problematizada nos movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais e em seus espaços formativos e de lutas ao articular a luta de classe à luta de gênero ganha força e representação no I Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo (Cloc), realizado em 1994 no Peru. Com a participação de mulheres brasileiras de movimentos autônomos e mistos, registram no documento final do congresso que “a luta das mulheres do campo é a luta de todos [...] não é um problema só de homens e, sim, de todos os explorados de toda a sociedade”.

As relações e a pressão internacional¹⁷ colaboram para a aceitação pelas forças masculinas da entrada do conceito de gênero como categoria teórica que passa a contribuir nos eventos formativos para a análise e o entendimento da condição de desigualdade vivenciada historicamente pela mulher na sociedade camponesa, assim como a orientar as lutas específicas e a relacioná-las à luta de classe.

O debate analítico sobre a luta de classe e a luta de gênero é trabalhado de forma relacional durante a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.¹⁸ Nesse evento as mulheres definem e criam uma enti-

março nos estados da Paraíba, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná; audiências feitas com o Ministro da Previdência Social em abril e agosto (em abril entregam um abaixo-assinado com mais de 100 mil assinaturas); a criação pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) da Comissão de Apoio à Mulher Trabalhadora Rural. Em 1992 cerca de 1.300 mulheres do campo e da cidade fazem uma caravana a Brasília para realizar audiências no Ministério da Previdência, com a pauta de direitos previdenciários (*Jornal Sem Terra*, anos de 1986 a 1992).

15 Há registros de mulheres no 4º Congresso da Contag, em 1985, nos encontros estaduais e nacionais e nos congressos nacionais do MST, no 2º Congresso Nacional da CUT (*JST*, Jul/Ago/1986), na disputa eleitoral para prefeituras, câmara de vereadores e de deputados estaduais e na luta por direitos constitucionais (*Jornal Sem Terra*, 1985 a 1992).

16 Durante a realização do 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, em 1985, o Polo Sindical do Sertão Central de Pernambuco apresenta um documento elaborado pelo MMTR com justificativas para a sindicalização das mulheres que, até então, sofriam restrições à sindicalização própria, baseado na argumentação de que os homens sindicalizados representavam o casal – a família trabalhadora rural (GIULIANI, 1989, p. 256). As mulheres do MST produzem uma cartilha denominada “A Mulher nas diferentes sociedades” em 1986, material pedagógico a ser trabalhado com grupos de mulheres nos acampamentos e assentamentos e publicado no *Jornal Sem Terra* (dez. 1987).

17 No campo de lutas políticas (internacional) as mulheres se fazem presentes desde a 1ª Conferência de criação da Via Campesina realizada em 1993 na Bélgica, promovendo debates sobre a condição específica da mulher rural. Na 2ª Conferência da Via Campesina realizada em 1996, no México, as mulheres produzem linhas políticas das mulheres e formam um grupo permanente de articulação das mulheres do campo, que faz sua primeira reunião ainda no ano de 1996. No II Cloc, realizado em Brasília em 1997, elas fazem a 1ª Assembleia Latino-Americana de Mulheres, que se repete a cada evento do Cloc.

18 Realizado em São Paulo (out. 1995), reúne 22 entidades de mulheres e mistas de 17 estados do país.

dade nacional para unificar a formação e a luta delas:¹⁹ Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). O campo político de mulheres rurais se posiciona no universo das lutas políticas de caráter geral e de classe. A ANMTR é o espaço para a acumulação de conhecimentos, o acesso a saberes, a formação militante e a ação política fora e no interior de seus movimentos.

Nesse contexto, surgem novas questões a serem tratadas nos momentos de articulação, organização, formação e luta concreta das mulheres: uma relacionada à necessidade da compreensão das estruturas de dominação que se instalam, se naturalizam, se reproduzem e são definidoras na construção social dos corpos masculinos e femininos, e outra, de que a matriz teórica de classe não é suficiente para conscientizar mulheres e homens, e nesse sentido se faz necessário entender a condição de subalternidade da mulher, a sua construção social que a diferencia do homem, agregando-se outros parâmetros teóricos e políticos de análise, principalmente através da categoria analítica de gênero relacionada à de classe. As análises e práticas políticas limitadas ao caráter de classe social e circunscritas aos elementos econômicos não tratam de questões que também são determinantes e centrais para explicar e desnaturalizar a condição e a posição subalterna da mulher na sociedade. São questões que dizem respeito aos papéis sociais e culturalmente construídos para homens e mulheres e objetivados em espaços da família camponesa; definem e organizam os tempos e lugares para a mobilidade de homens e mulheres; realizam a divisão sexual do trabalho em produtivo (roçados) e reprodutivo (doméstico, do cuidado) e produzem relações de poder, hierarquizadas, de autoridade e orientadas pelo sistema sexo-gênero.

No final da década de 1990, o projeto neoliberal começa a ser compreendido e problematizado na sua face antagônica ao projeto socialista defendido pelos movimentos sociais e autônomos de mulheres. No 4º Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, organizado pela ANMTR e realizado no período de 1 a 5 de fevereiro de 1999, em Goiânia/GO, com o tema “Unidas contra o neoliberalismo, por pão, justiça, igualdade”, a prioridade é dada à compreensão analítica e à organização de lutas para combater as políticas neoliberais. Esse momento demarca uma nova ação política para a ANMTR²⁰ e os movimentos

19 No Encontro deliberam pela elaboração de uma cartilha e da Campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento”, que são lançadas nacionalmente nos dias 6 e 12 de agosto de 1997, quando a ANMTR realiza atos de caráter nacional em Alagoa Grande/PB para denunciar a violência contra as mulheres e a impunidade aos crimes cometidos contra trabalhadores/as.

20 Em outubro de 1999 a ANMTR veicula para os movimentos sociais mistos e autônomos de mulheres do país a cartilha “Mulheres Gerando Vida, Construindo um Novo Brasil” que resgata a trajetória de luta da ANMTR, orienta para a unificação das ações políticas para o dia 12 de agosto como “Dia Nacional de Luta das Mulheres contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária” e traz as orientações para a realização do 1º Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais a se realizar em Brasília no período de 13 a 17 de março de 2000, sendo esta a principal ação política da Mobilização Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais que se faz no mesmo período em vários estados com atividades sintonizadas com o acampamento nacional.

que dela fazem parte e materializa-se no enfrentamento direto ao projeto neoliberal através do “rompimento com o FMI em defesa da soberania nacional, não pagamento da dívida externa, garantia de emprego para todos, moratória das prestações de aluguel, água e luz para os desempregados e necessidade de acelerar a Reforma Agrária” (JORNAL SEM TERRA, mar. 1999).

As lutas das mulheres para conquistarem o seu reconhecimento como trabalhadoras rurais e por direitos sociais,²¹ desencadeadas nas décadas de 1970, 1980 e 1990, são fundadoras de um novo protagonismo que se publiciza através de novas reivindicações anunciadas para o século XXI.

Ao incorporar nova base de conhecimento, novo saber/fazer militante e político, o perfil das experiências das mulheres (antes restrito ao mundo familiar e doméstico) começa a mudar e a agregar novos componentes de saber, apreendidos na luta, na resistência, nas audiências e nas negociações. Essas décadas originam uma nova força política – a força da mulher.

As formas, os conhecimentos e as capacidades experimentadas e incorporadas como novos saberes e práticas materializados na luta, na reivindicação, na resistência, na coordenação, na organização, na tomada de decisão, no discernimento, na comunicação, no debate, na reflexão são assimilados pelas mulheres. São saberes vivos, dinâmicos, que se realizam no cotidiano da luta e na ação e formação feitas de maneira concomitante. São aprendizados que resultam de desejos, motivações e também de intencionalidades políticas que se transformam em força produtiva fundamental para a tomada de consciência e a ação protagonista e transformadora das mulheres. As relações políticas e formativas que se realizam entre mulheres potencializam possibilidades de incorporação de modo interligado da formação e da luta contra o projeto neoliberal, contra o avanço de políticas de destruição das economias camponesas, de suas identidades culturais e a favor de sua autodeterminação e soberania.

O resgate histórico da luta das mulheres nessas décadas remete ao entendimento dos limites da política e da possibilidade de invenção de novos campos políticos. Questionando programações ideológicas e políticas, as mulheres geram um novo fazer político e novos lugares de mulheres na luta camponesa, na qual expressam sua ação protagonista frente às transformações pelas quais passa a sociedade camponesa. E se não assistem passivamente a essas mudanças, a memória dessa luta é, ainda, pouco compreendida e registrada.

Trazar a existência política da mulher como força social significa desocultar lutas de mulheres para construir a sua própria história e ressignificar a resistência do campesinato.

21 A lei que regulamenta o direito ao salário-maternidade para as trabalhadoras rurais é assinada no dia 14 de julho de 1994 pelo então Presidente da República, Itamar Franco.

Referências

- ALMEIDA, Vanete. *Ser mulher num mundo de homens*: Vanete Almeida entrevistada por Cornelia Parisius. Serra Talhada: SACTES/DED, 1995.
- BASSANEZI, Inez Eunice. *Estilos de vida das pequenas produtoras rurais*: “as mulheres do roçado e do sítio”. 1994. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./ abr. 2004.
- ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS, 8., Recife. *Relatório...* Polo Sindical Sertão Central – PE, Recife: OXFAM, 1994.
- ESMERALDO, Gema Galgani S. L. Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em mulheres assentadas. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (Orgs.). *Mulheres na reforma agrária*: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008. p. 185-216.
- FERREIRA, Ana Paula R. de S. *Margarida, Margaridas*: memória de Margarida Maria Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas. João Pessoa: EDUFPB, 2006.
- GIULIANI, Paola Cappellin. Silenciosas e Combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Rebeldia e submissão*: estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice, 1989. p. 255-300.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida*: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JORNAL SEM TERRA. Edições de 1981 a 1999.
- LEAL, Magdalena León de; DEERE, Carmen Diana. A proletarianização e o trabalho agrícola na economia parcelaria: estudo da divisão do trabalho por sexo em duas regiões colombianas. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina*: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 123-161.
- NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Introdução. In: _____. (Orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2008. v. 1. p. 07-15. (História Social do Campesinato Brasileiro).
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./ abr. 2004.

PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”? as relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: UNESCO, 2000.

SIQUEIRA, Deis Elucy; TEIXEIRA, João Gabriel L. C.; PORTO, Maria Stela Grossi (Orgs.). *Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais*. Brasília: UnB, 1991.

VOLENS AMERICA. *Site institucional*. [200-]. Disponível em: <HTTP:// volensamerica.org>. Acesso em: 10 set. 2010.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: EdUnB, 1997.

A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO MST: UM ESTUDO SOBRE O DISCURSO E AS PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

*Neiva Furlin**

Introdução

Nas últimas décadas constatamos que o campo dos estudos sobre gênero tem se ampliado rapidamente, incorporando diferentes desdobramentos e perspectivas na compreensão das relações socioculturais. A origem do conceito de gênero está associada ao debate feminista dos anos 1970, embora a sua formulação, como categoria analítica, apareça somente no final da década de 1980 e sua consolidação ocorra na década de 1990 como novo referencial analítico no interior das ciências humanas e sociais.

Os estudos acadêmicos com a perspectiva de gênero influenciaram movimentos sociais, ONGs e a formulação de políticas públicas.¹ A incorporação do conceito de gênero nos discursos das organizações e dos movimentos sociais permitiu explicar os comportamentos e papéis assumidos por mulheres e homens na convivência social, bem como compreender os problemas e as dificuldades que as mulheres enfrentavam na vida política, social, profissional e familiar.

Isso mostra que na sociedade atual as preocupações em torno das perspectivas de gênero não estão só na academia, mas também nos vários segmentos da sociedade, o que revela a importância deste debate, sobretudo para os segmentos sociais que se empenham em construir novas relações sociais, com vistas à superação das desigualdades de gênero, que foram reproduzidas historicamente pela cultura patriarcal.

No meio rural, destacou-se nesta discussão o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que surgiu a partir da reivindicação pelo acesso à terra. No entanto, no processo de sua organização e consolidação, incorporou outras lutas, como aquela por uma política própria de educação, tendo em vista a construção de novos valores; por novas estratégias de produção; por novas relações com o meio ambiente, bem como pela construção de um novo homem e de uma nova mulher, colocando a questão da reforma agrária numa perspectiva de transformação social mais ampla.

* Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero da UFPR.

1 Com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no governo Lula, as políticas de gênero se fortaleceram e se consolidaram, sendo executadas com a participação dos diferentes setores do governo.

O principal objetivo deste artigo, baseado na pesquisa monográfica desenvolvida para preencher os requisitos de conclusão do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná,² é verificar como o discurso sobre a participação das mulheres foi sendo construído na trajetória histórica do MST e como este incorporou a noção de gênero em suas propostas de ação. Procurou-se, também, de forma ilustrativa, analisar algumas práticas de participação das mulheres no interior do Movimento, evidenciando as conquistas e as contradições em relação ao discurso e às políticas de gênero presentes nos documentos do MST. O texto pretende ainda analisar de que forma o MST, em sua trajetória, discute a participação e o papel das mulheres na luta pela terra, pela reforma agrária e por cidadania, e como incorpora no seu discurso políticas de gênero, em vista de um processo de transformação social mais amplo. Ou seja, como se inscreve nas propostas do Movimento a ampliação da participação das mulheres nas múltiplas instâncias de poder existentes em sua estrutura. Discute-se também, mesmo que de forma breve, como esse discurso “inovador” se inscreve nas práticas concretas do MST.

As práticas estudadas se referem à participação das mulheres na liderança junto à diretoria estadual do MST do Paraná e nas instâncias do Assentamento do Contestado, localizado no município da Lapa (PR). Escolheu-se este assentamento por ser um dos primeiros a ser implantado dentro da nova proposta de organização do MST, em agrovilas.³

A pesquisa se caracterizou pela abordagem qualitativa. Na coleta das informações e dos dados necessários à sua realização, foi priorizada a pesquisa documental.⁴ No entanto, a investigação foi possível também por meio de leituras bibliográficas, consulta à página eletrônica do MST e entrevistas semiestruturadas.⁵ A partir das publicações e das informações encontradas no *site* do MST, foram priorizados os discursos sobre a atuação das mulheres, registrados antes e depois da incorporação da perspectiva de gênero – o que permitiu traçar a trajetória do discurso em relação à participação das mulheres e às políticas de gênero que o MST foi assumindo.

2 As fontes empíricas de caráter documental deste estudo estão datadas até o ano 2000. Os documentos permitiram evidenciar como o MST integrou em seu discurso a preocupação com transformações das relações de gênero, sobretudo no que diz respeito à ampliação da participação das mulheres nas instâncias de liderança do próprio movimento.

3 Nessa proposta as propriedades são construídas próximas umas das outras e à estrada principal, facilitando a nucleação das famílias, o transporte, a locomoção e a organização política. Cada núcleo é coordenado por um homem e uma mulher e possui todos os setores de organização (educação, lazer, comunicação, religião, gênero, infraestrutura, finanças, produção, esportes etc.).

4 A pesquisa documental exigiu várias visitas à biblioteca da Secretaria Estadual do MST, onde foram consultadas as publicações do Movimento, especificamente os *Cadernos de Formação* e *Cadernos de Normas*.

5 As entrevistas foram feitas na pesquisa de campo realizada junto à Direção Estadual do MST/PR e no Assentamento Contestado. Os dados coletados visaram perceber como as políticas e metas presentes no discurso do Movimento se concretizam nas práticas. Esses dados não serão aqui apresentados. Far-se-á apenas referência no último ponto deste artigo.

O material empírico foi analisado com base no referencial analítico de gênero, principalmente na perspectiva de Joan Scott (1990) e de poder no pensamento de Foucault (1999). O conceito de gênero de Scott faz conexão entre duas proposições fundamentais para o desenvolvimento deste estudo: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 14). O conceito de poder em Foucault (1999, p. 185), compreendido como “constelações de relações desiguais constituídas de discursos nos campos sociais”, permite analisar o fenômeno do poder também no nível dos micros espaços, que é onde se inscrevem as relações de poder entre mulheres e homens.

Trajetória e participação das mulheres no discurso do MST

Na trajetória da organização e consolidação do MST, as mulheres desempenharam um papel fundamental, sobretudo dentro dos acampamentos. Elas aparecem lutando de forma igualitária nas mobilizações, sofrendo com os homens as agressões da polícia.⁶ Em certos momentos tiveram uma atuação mais corajosa do que os homens. Por outro lado, estudos recentes têm evidenciado que, após a conquista da terra, nos assentamentos, a participação das mulheres nos espaços públicos e nas instâncias de decisão se reduziu significativamente. Entre os fatores que contribuíram para isso, registra-se a necessidade de cuidar dos filhos e da casa. Em alguns casos, houve impedimentos da parte de seus esposos. Outras vezes, as próprias mulheres se acomodaram por considerar ter alcançado o objetivo da posse legal da terra. Assim, a ação das mulheres foi-se reduzindo ao espaço doméstico, deixando de ter uma participação mais ativa nas assembleias e em outras instâncias do MST.

A participação massiva das mulheres na fase de acampamento se deu, em certa medida, pela necessidade de o movimento mobilizar muitas pessoas em torno da luta pela conquista da terra. No entanto, essa experiência foi fundamental para que, diante da percepção da redução de sua participação nas instâncias de poder nos assentamentos, algumas das mulheres que haviam se envolvido nas mobilizações anteriores quisessem retomar o seu papel ativo no MST. Tal realidade, ainda nos primórdios da trajetória do MST, mostra que foram as mulheres que tomaram a iniciativa de se organizar para discutir os problemas relacionados à sua participação e aos seus direitos no interior do Movimento.

Desse modo, já em 1986 criou-se uma comissão de mulheres para discutir seus problemas e fazer ponte entre as bases e a direção nacional do MST. Com isso, pretendiam pressionar o Movimento para que este se sensibilizasse diante

6 A participação maciça das mulheres na luta pela terra em conjunto com os homens, sobretudo nos acampamentos, foi constatada no estudo da Unesco sobre as relações de gênero nos assentamentos rurais. Ver Abramovay e Rua (2000).

das suas reivindicações. Por outro lado, já no I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, percebe-se certa preocupação das lideranças em relação à participação feminina, já que havia o critério de que 30% dos participantes fossem mulheres. O cartaz do I Congresso apresentava a imagem que depois passou a integrar os elementos impressos na bandeira do Movimento, de um casal⁷ (uma mulher na frente de um homem), trazendo a ideia de que a luta pela terra faz-se com a participação ativa e igual.

Em 1986, a Comissão das Mulheres Sem Terra fez parte da equipe de preparação do I Encontro Nacional de Mulheres Agricultoras e Sem Terra, do qual participaram aproximadamente 60 mulheres de assentamentos de diferentes regiões do Brasil.⁸

É possível afirmar que, além da pressão interna provocada pela organização das mulheres, fatores externos também influenciaram o MST, para que este fosse se abrindo à atuação das mulheres. Tais fatores aparecem ligados aos inúmeros convites feitos às mulheres assentadas, a fim de que tivessem representação em eventos internacionais. Entre os eventos internacionais se registra o Congresso Internacional de Mulheres realizado em 1986, em Moscou, e o Encontro de Mulheres Rurais realizado no Chile, também em 1986.⁹

A importância de se ter a participação das mulheres em todos os níveis de ação aparece num dos princípios gerais do MST, já no primeiro *Caderno de Formação do Movimento*: “Reforçar a luta pela terra com a participação de todos os trabalhadores rurais, sejam arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos proprietários, estimulando a participação das mulheres em todos os níveis (MST, 1984, p. 7, grifo do autor)”. No que se refere às orientações práticas e internas do MST, esse *Caderno de Formação* insiste que “em todos os níveis de organização: “nos núcleos de base, nos grupos de ocupação, comissão estadual, e coordenação nacional, deve ter companheiras mulheres trabalhadoras”. (MST, 1984, p. 9, grifos nossos).

Inicialmente, a Comissão de Mulheres do MST tinha o seu espaço no *Jornal Sem Terra*, no qual divulgava os trabalhos realizados nas instâncias de base, inserindo, também, alguns temas, com o intuito de contribuir na reflexão e no estudo das mulheres. Mais tarde esses temas foram compilados, dando origem ao *Caderno de Formação* nº 15, intitulado “A Mulher nas Diferentes Sociedades”.

A articulação das mulheres foi ganhando força e espaço no Movimento e, por conta disso, em 1988, garantiu o capítulo VIII, referente à organização das

7 Segundo Stédile (1999), a imagem foi inspirada em um cartaz da Nicarágua, no qual estava impressa a imagem de um homem e de uma mulher em uma manifestação.

8 Tais informações se encontram num breve histórico da participação das mulheres elaborado por Isabel Greem (1995), quando coordenadora do setor de educação e do setor gênero do MST do PR, e membro da coordenação estadual do MST.

9 Entre os eventos internacionais se registra o Congresso Internacional de Mulheres realizado em 1986, em Moscou, e o Encontro de Mulheres Rurais realizado no Chile, também em 1986.

mulheres, do documento sobre as normas gerais do MST. Este capítulo foi uma das primeiras conquistas das mulheres do MST, e o documento, o primeiro a abordar a importância da atuação das mulheres nas instâncias de poder. Por isso, optamos por transcrevê-lo na íntegra:

Art. 43. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deve estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, em todas as instâncias de poder, e de representatividade.

Art. 44. Devemos combater todo e qualquer tipo de discriminação às mulheres, em todas as atividades do movimento, e lutar contra o machismo em todas as manifestações que impeçam a igualdade de direitos e condições das mulheres trabalhadoras.

Art. 45. Deve-se estimular a organização de comissões de mulheres dentro do movimento dos sem terra, nos assentamentos e nos acampamentos, para a discussão de seus problemas específicos.

Art. 46. A nível municipal, estadual e nacional devemos estimular para que as mulheres sem terra participem ativamente das comissões e demais formas de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais, que se articula dentro do movimento sindical, todas as mulheres trabalhadoras rurais, independente da categoria, unificando sem terra, as pequenas proprietárias posseiras, assalariadas etc...

Art. 47. A nível nacional deve funcionar uma equipe de mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A equipe tem como função: a) pensar, propor e planejar políticas específicas para a organização das mulheres sem terra, e apresentá-las à direção e à executiva nacional; b) a equipe de mulheres a nível nacional será formada por indicação da direção e da executiva nacional, como um organismo específico de trabalho dentro dessas instâncias; c) será de responsabilidade da equipe nacional a elaboração de materiais, publicações e assessorias, para subsidiar e orientar o trabalho específico com mulheres do movimento (MST, 1988, cap. 8).¹⁰

Embora esse quadro de normas, sendo incorporado ao discurso do MST, represente uma conquista na trajetória de organização das mulheres, a insistência pela sua participação revela a existência das desigualdades de gênero na concessão de direitos e na atuação em instâncias de poder, bem como as discriminações que se reproduziam na base do Movimento. Essa desigualdade

¹⁰ O documento Normas Gerais do MST não é paginado, mas dividido por capítulos e artigos.

remete à afirmação de Scott (1990) de que gênero é também uma primeira forma de significar as relações de poder.

As normas anteriormente citadas propõem que se estimule a organização de comissões de mulheres no MST. Esta parece ser uma estratégia apresentada pelas mulheres com o intuito de conquistar espaços de poder e visibilidade, já que, estando num movimento de luta por transformações sociais, ainda necessitam se organizar dentro do próprio movimento para conquistar seus direitos como mulheres e lutar por relações igualitárias de gênero. Tal situação parece contraditória, mas remete à afirmação de Pinto (1992) de que uma das formas de inserção e construção de espaços de poder é aquela em que as mulheres, aderindo a um movimento liderado por homens, passam a constituir grupos distintos de luta, no interior do próprio movimento.

No relatório do II Congresso Nacional do MST, ocorrido em 1990, aparecem novas políticas de ação para as mulheres agricultoras do MST. A partir desse congresso, o movimento assume novos compromissos em relação às mulheres, tais como: incentivar a participação sindical, direito de associação e conquista de espaços nas diretorias para as mulheres; comprometer as mulheres a votarem em mulheres e a assumir a profissão de trabalhadora rural nos documentos, não aceitando mais a simples denominação “do lar”. Registramos, a seguir, as linhas de ação que o II Congresso Nacional do MST definiu com a finalidade de ampliar a participação das mulheres nas instâncias de liderança do movimento.

1. Que os homens apoiem as iniciativas e a organização das mulheres, dando força para suas esposas participarem.
2. Que os assentamentos onde as mulheres já têm organização ajudem as mulheres dos outros assentamentos onde não há esta organização e está difícil de começar em nível de estado.
3. Que as mulheres assentadas incentivem e animem as mulheres do sem terra a participar das reuniões e do movimento.
4. Que nas comissões dos assentamentos, estaduais e nacionais, as mulheres conquistem o seu espaço, sem paternalismos, mas sendo-lhes reconhecida a capacidade de ocupar tais cargos.
5. Que as secretarias estaduais dos sem terra enviem material para ajudar a organização das mulheres nos assentamentos.
6. Que as mulheres participem na renovação sindical e exijam o direito de associação e conquistem seu espaço nas diretorias.

7. Que as mulheres votem nos candidatos que são mulheres ou em trabalhadores que defendem os direitos dos assentados e das mulheres na Constituinte.
8. Que, ao tirar documentos em que conste a profissão, as mulheres possam colocar que são trabalhadoras rurais, não aceitando a simples denominação “doméstica” ou “do lar”. Isso é importante na troca de título de eleitor e na certidão de casamento que vierem a fazer. (MST, 1990)¹¹

Esse congresso insiste na mudança das relações de gênero no interior do MST, propondo linhas de ação política para orientar o seu trabalho, o que revela a percepção de que não basta a conquista da terra, mas faz-se necessário lutar também por relações novas, como condição para transformações mais amplas. Nessa perspectiva, Louro (1999) considera que as relações de gênero, sendo resultado de uma construção histórico-cultural, também podem ser desconstruídas e reconstruídas por meio de novas dinâmicas culturais. Isso aponta para a ideia de que as construções de gênero são históricas e sempre passíveis de se transformarem diante das mudanças na cultura.

O Documento Básico (MST, 1994) também faz menção à importância da presença das mulheres na organização do MST, mas inova ao propor que o Movimento garanta a participação das mulheres nos níveis de cooperação agrícola e na produção, como uma das estratégias para combater as desigualdades presentes no mundo camponês. Porém, a insistência em que as questões das mulheres fossem tratadas como parte das reivindicações do Movimento revela ainda a compreensão de que os problemas das desigualdades entre mulheres e homens são de classe, quando, na verdade, estão relacionados à construção cultural e social dos papéis sexuais determinados para mulheres e homens. Portanto, são problemas de gênero e se reproduzem também no interior das relações de classe.¹² Leiam-se os dois artigos que tratam desta questão no documento citado.

Art. 45: Considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero.

¹¹ Documento não paginado.

¹² Segundo Lopes (2001), se os movimentos sociais privilegiaram por muito tempo as relações de classes – tanto em seu campo teórico como em seus planos de ações –, vários movimentos de mulheres também mantiveram gênero como o seu único foco de atenção, sem fazer conexão entre relações de gênero e classe. Nos últimos anos, porém, vem se verificando, não só nos movimentos sociais mistos, como no movimento de mulheres, uma significativa preocupação em considerar ambos os aspectos sociais em seus programas.

Art. 152: Em relação à produção – Temos que garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e, sobretudo, estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês. (MST, 1994).¹³

Já o documento Programa Agrário (MST, 1995) faz referência à situação a que as mulheres do campo estão submetidas, o que, de certa forma, mais evidencia as condições de desigualdade de gênero:

Entre as pessoas que vivem no campo as que mais sofrem as péssimas condições de vida são sem dúvida as mulheres e as crianças. As mulheres realizam uma dupla jornada de trabalho, dedicando-se às atividades domésticas e ao trabalho na produção. A maioria não recebe nada pelo seu trabalho. Não participam das decisões da economia familiar. São as mulheres quem mais sofrem com a falta de atendimento de saúde para si e para seus filhos. Acrescido a isso, encontra-se uma condição generalizada de preconceitos e discriminações pela prática do machismo no meio rural, que submete a mulher a uma condição inferior. (MST, 1995, p. 16)

Feita essa constatação, o documento aponta a urgência de se “combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher”, cuja afirmação é um dos objetivos gerais do MST, definido durante o seu III Congresso Nacional, realizado em 1995. Esse objetivo, no conjunto dos demais, revela um novo posicionamento do Movimento diante da situação de discriminação das mulheres e da necessidade da construção de uma cultura fundada nas relações igualitárias de gênero.

Em maio de 1996, após o III Congresso, as mulheres – mais articuladas e contando com o apoio do Movimento – realizaram o I Encontro Nacional das Mulheres do MST, no qual começaram a falar em gênero e a discutir as causas da discriminação entre homens e mulheres, com o intuito de entender como, historicamente, foi-se construindo a dominação de gênero e como essa discriminação foi se manifestando na sociedade em geral e no MST. Desse Encontro resultou a aprovação de alguns encaminhamentos práticos e a elaboração de um plano de trabalho, impresso em uma espécie de cartilha com o título: “A Questão da Mulher no MST”. Tal material foi destinado não somente às mulheres, mas a todos os membros do Movimento, e deveria servir como roteiro de estudo e reflexão nos grupos de base. Essa cartilha relata como a condição das mulheres foi sendo discutida pelo MST em seus diferentes documentos.

¹³ Documento não paginado.

Analisando o conteúdo da cartilha, constata-se que as mulheres têm consciência de que nos assentamentos se reproduzem as mesmas desigualdades de gênero que se evidenciam em outros setores da sociedade: “as mulheres lutam, mas não têm representatividade; existe diferença entre a teoria e a prática do MST; o trabalho das mulheres é considerado secundário” (MST, 1996, p. 3).

As propostas inseridas no plano de trabalho elaborado pelas próprias mulheres emergiram da reflexão de sua condição feminina no Movimento e das ações políticas destinadas às mulheres, que se encontravam nos documentos do MST. A novidade deste plano de ação consiste na ênfase dada à construção de novos valores, novas relações entre homens e mulheres e na incorporação da questão de gênero como princípio orientador das ações do Movimento. Os objetivos estratégicos no plano são apresentados nos seguintes termos:

Construir novos valores no cotidiano (família, militância, direções, postura pessoal); tratar a questão de classe e gênero enquanto um princípio; massificar e qualificar a participação das mulheres; dar organicidade à participação das mulheres. (MST, 1996, p. 7)

Já os objetivos específicos são expressos da seguinte forma:

Criar mecanismos para garantir a participação das mulheres em todos os níveis; criar novas relações em que os resultados políticos, econômicos e sociais sejam distribuídos de forma igualitária entre os homens e mulheres. (MST, 1996, p. 7)

O plano de ação orienta que as questões relacionadas às mulheres sejam trabalhadas pelo movimento nos diferentes níveis de ação, tais como descrevemos a seguir:

a) Na base (acampamentos e assentamentos):

Conscientizar sobre a necessidade da participação das mulheres na luta pela terra e pela reforma agrária; despertar as mulheres para seus problemas específicos; projetar lideranças para as instâncias; fazer encontros municipais; adequar horários de reuniões e assembleias para possibilitar a presença das mulheres; realizar reuniões com as mulheres para discutir questões específicas; garantir que as mulheres tenham título da terra e garantir a participação nas associações e cooperativas em nível de igualdade. (MST, 1996, p. 7)

b) Nas instâncias de poder do MST: aqui aparece a necessidade de que as questões de gênero sejam trabalhadas e discutidas em todos os setores do movimento:

que todos os setores encaminhem concretamente a questão de gênero; garantir espaços de estudo e discussão em instâncias, criando mecanismos de participação; projetar quadros femininos e assumir que existem problemas de participação. (MST, 1996, p. 8)

c) Entre as mulheres e militantes, o plano de ação considera ser importante:

em nível de militância e direção, criar fóruns de discussão e capacitação; trabalhar a autoestima e identidade; forjar uma postura coerente com novos valores para que se possa multiplicar militantes e fazer oficinas de capacitação para que se aprenda a sistematizar discussões. (MST, 1996, p. 8)

Os objetivos do plano e as atividades propostas para os diferentes níveis de ação do MST deixam perceber que o Movimento, pressionado pela organização das mulheres, enfatiza a necessidade de se repensarem as condições das mulheres e de sua ausência nas instâncias de liderança. Na verdade, sinaliza que o Movimento se dá conta da existência da desigualdade de gênero nos espaços de liderança. Por outro lado, as linhas de ação incluídas no plano revelam que o Movimento aposta em um processo de formação e, conseqüentemente, em novas práticas em seu interior, como estratégias que possibilitem mudar as relações de gênero. Para tanto, essa luta pretende envolver homens e mulheres, já que se faz necessário repensar papéis, mudar a mentalidade e desconstruir os modelos tradicionais que foram sendo reproduzidos por meio da cultura patriarcal. Louro (1999) menciona que a construção de novas relações de gênero também acontece pelo processo de desconstrução dos modelos que foram, historicamente, construídos sobre a diferença de sexo. Desse modo, formação, reflexão e mudanças de práticas culturais são fatores importantes no processo da construção de novas relações.

Como encaminhamento de concretização do plano de ação, o Encontro das Mulheres Militantes deliberou a criação de um Coletivo Nacional da Mulher e Coletivos Estaduais. O Coletivo Nacional teria como função: “encaminhar as decisões do encontro nacional e a produção de materiais; centralizar as informações e representar o MST, ou indicar nomes, quando solicitado pela Direção Nacional” (MST, 1996, p. 9). Já os Coletivos Estaduais teriam a responsabilidade de receber e repassar o material para o conjunto do MST, bem como realizar anualmente um encontro estadual das mulheres militantes do Movimento.

Para dar efetividade ao plano de ação, as mulheres assumiram elaborar um *Caderno de Formação* contendo os principais temas estudados no I Encontro de Mulheres Militantes do MST, bem como enviar textos para a página de estudo do *Jornal Sem Terra*, a fim de divulgar suas experiências.

Para o Movimento, uma marca importante desse encontro foi o fato de as mulheres do MST assumirem algumas lutas específicas em conjunto com a Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR).¹⁴ Isso revela que elas compartilhavam os mesmos problemas de outras trabalhadoras rurais e, portanto, as transformações deveriam atingir o mundo rural como um todo. As lutas conjuntas assumidas foram:

campanha nacional de documentação das mulheres; campanha de cadastro e título da terra também em nome da mulher; mobilização no dia 12 de agosto; mobilização no dia 08 de março, colocando como bandeira de luta o dia das mulheres com caráter de gênero. (MST, 1996, p. 9-10)

O Quadro 1 sintetiza as políticas encontradas para as mulheres no discurso do MST e permite visualizar os avanços do Movimento na compreensão das questões relacionadas às mulheres e em relação às políticas e aos compromissos que, gradativamente, foram sendo assumidos até 1996.

Quadro 1 – Evolução das políticas para a mulher no discurso do MST

Ano	Nome do documento	Compromissos e políticas em relação à mulher nas publicações do MST
1985	Caderno de Formação nº 1	<ul style="list-style-type: none">- Reforçar a luta pela terra, estimulando a participação da mulher.- Estimular a participação da mulher em todos os níveis de organização do MST.
1988	Normas Gerais do MST	<ul style="list-style-type: none">- Combater todo o tipo de discriminação.- Lutar contra o machismo.- Estimular a organização das mulheres dentro do movimento.- Criar uma equipe nacional de mulheres com a função de encaminhar as políticas específicas.

¹⁴ Na década de 1980 emergiram, em muitos estados, os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs). Inicialmente eram formados por mulheres membros de sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) ou ligadas a movimentos rurais, neste caso o MST. Em 1986 se realizou, com o apoio do MST, o I Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais. A partir desse ano os movimentos passaram a se articular por regiões, de forma autônoma. Em 1995 foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), cuja organização passou a reunir os movimentos de todo o país. Atualmente a ANMTR só reúne os movimentos autônomos do Norte e Nordeste, sob o nome de ANMTR-NE. Na maioria dos estados, o antigo ANMTR mudou o nome para Movimento das Mulheres Camponesas.

1990	Relatório do II Congresso Nacional do MST	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio dos homens às organizações das mulheres. - Mulheres como multiplicadoras junto às mulheres no incentivo à ampliação da participação das mulheres nas instâncias do MST. - Incentivo às mulheres a conquistarem seus espaços, sendo reconhecidas na sua capacidade de liderança. - Distribuição de material para ajudar a organização das mulheres nos assentamentos. - Incentivo à participação sindical, direito de associação. - Incentivo a fazer documentação com a profissão de agricultoras.
1994	Documento Básico do MST	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a presença das mulheres em todos os níveis de cooperação agrícola e sua participação no trabalho produtivo. - Combater as desigualdades e o tradicionalismo no meio camponês. - Tratar as questões específicas das mulheres como classe e não como gênero.
1995	Programa Agrário	<ul style="list-style-type: none"> - Constatação das condições de vida das mulheres no mundo rural: dupla jornada de trabalho, não remuneração, falta de uma política de saúde para a mulher, preconceitos e discriminação por causa do machismo. - Proposta de combater as formas de discriminação e promover a participação igualitária da mulher.
1996	Cartilha – A questão da mulher no MST	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de um plano de ação com políticas específicas para a mulher. O que inova: <ol style="list-style-type: none"> a) construir novos valores no cotidiano da família; b) tratar a questão de gênero e classe como princípios; c) massificar e qualificar a participação das mulheres; d) trabalhar a questão de gênero em todos os setores; e) criar o Coletivo Nacional de Gênero para encaminhar as políticas de gênero; f) integrar as lutas das mulheres do MST com a ANMTR.

Fonte: Documentos do MST, organizados pela autora.

Incorporação do debate sobre gênero no MST

Como vimos anteriormente, as preocupações com as questões de gênero no discurso do MST começaram a aparecer com o I Encontro Nacional das Mulheres do MST, realizado em 1996, especificamente na cartilha *A Questão da Mulher*. Propunha-se que a perspectiva de gênero, focada na construção cultural dos papéis, fosse assunto discutido em todos os setores. Esse fato marca a trajetória do Movimento e revela que, atualmente, no MST, a luta pela reforma agrária cada vez mais ultrapassa a conquista da terra e inclui outras lutas: o compromisso com uma educação de qualidade, com a preservação do meio ambiente e com a conquista da cidadania plena para homens e mulheres. Na verdade, isso implica buscar transformações societárias mais amplas.

Praticamente depois de 16 anos de caminhada, lutas, debates e vivências, constata-se certo avanço sobre a forma de compreender a importância da participação das mulheres e o exercício de sua cidadania.

Se evoluímos nas conquistas econômicas e sociais, entendemos ser possível e necessário crescer como mulheres e homens novos, construindo novas relações sociais, novas relações com o meio ambiente e novas relações econômicas baseadas em novos valores como companheirismo, solidariedade, divisão dos trabalhos, educação, filhos, a igualdade entre mulheres e homens, considerando a diferença como elemento enriquecedor e não como fator de discriminação, visando à participação quantitativa e qualitativa das companheiras em cada um dos espaços conquistados pelo MST: na produção, educação, saúde, comunicação, lazer e formação, assim como nas instâncias de decisão do MST. (MST, *site* institucional)¹⁵

No início deste artigo assinalamos que os estudos de gênero influenciaram os movimentos e as organizações sociais, as quais foram, aos poucos, incorporando essa categoria para repensar suas práticas. Mesmo que esta influência externa não seja explícita no discurso do MST, não há como desvinculá-la da tendência geral, na qual se inserem as demais organizações sociais. No MST, o debate sobre gênero conecta-se com as diversas experiências organizativas das mulheres nos acampamentos e assentamentos, com as condições de vivência cotidiana das lideranças femininas e com a articulação a outras organizações de mulheres. Ele, na verdade, iniciou-se fora dos espaços orgânicos do Movimento, quando foram sendo recolhidas as experiências das organizações de mulheres nas diversas regiões, em nível nacional e estadual. Esse debate também envolve a necessidade de discutir e construir novos valores no interior do Movimento, como pode ser visto na citação anterior.

¹⁵ Disponível em: <www.mst.org.br/mstsp/sgen.htm>. Acesso em: jun. 2002.

Além da dinâmica de luta interna do Movimento, construída pelas organizações de mulheres, há de se considerar que o debate de gênero foi incorporado no MST por influência de organizações internacionais, que financiam ONGs e movimentos sociais, como bem assinala Lopes:

Há um outro fator que se soma aos esforços das mulheres, talvez como consequência destes nos países de primeiro mundo. Trata-se da pressão das agências financiadoras internacionais que começaram a colocar como condição para a aprovação dos financiamentos dos projetos a contemplação da categoria “gênero” tanto como reflexão teórica como nos programas de ações dos movimentos e ONGs financiados. (LOPES, 2001, p. 3)

Nessa mesma perspectiva, uma de nossas entrevistadas faz menção à influência externa, com relação ao início da reflexão de gênero no interior do MST. No entanto, reforça que essa iniciativa está vinculada à necessidade de o Movimento trabalhar em prol da busca de novos valores, tais como novas relações com a produção, o meio ambiente e entre homens e mulheres.

A discussão de gênero no movimento começou com a discussão dos valores, da construção do novo homem e da nova mulher. Pode ter tido influência externa. [...] A busca da construção de novos valores fez uma revolução dentro do movimento, nós queremos uma sociedade diferente, então nós temos que construir valores novos, pra sobrepor estes valores da sociedade capitalista. No momento em que começamos a trabalhar estes valores, o movimento abriu para um mundo novo. Eu acho que este é um salto de qualidade inexplicável. Quando você começa a trabalhar a solidariedade, você tem que ver o outro, e o outro é o homem e a mulher, é jovem, é doente, é velho, e deficiente, é uma série de questões que começa a surgir. (Entrevista nº 3 – Mulher integrante da direção estadual do MST)

A construção de novos valores implica uma transformação social que ultrapassa a luta pela reforma agrária. Por apostar nesta possibilidade, o Movimento incorpora outras lutas, como se visualiza na fala de uma das mulheres que integra a direção estadual do MST:

[...] nós temos que lutar por uma transformação social maior, não podemos ficar só na luta pela terra, por isso nós assumimos outras lutas, porque é uma incoerência só querer terra, se a vida da gente não for mais feliz, não for melhor. Pra gente ser mais feliz, precisamos nos relacionar melhor como homens e mulheres. Então eu acho que o movimento chegou a uma conclusão de que a luta pela terra é bem maior do que a terra. (Entrevista nº 3 – Mulher integrante da direção estadual do MST)

Ao incorporar novas lutas, como parte do processo de reforma agrária, o Movimento assumiu, também, o discurso da luta pela igualdade de gênero, tema que, no início, era visto como específico das mulheres, como se confirma no fragmento de texto encontrado no *site* do MST/SP:¹⁶

Naquela época a compreensão sobre a questão de gênero no MST era a de que as mulheres deveriam discutir suas questões específicas como problema a ser resolvido, fundamentalmente pelas próprias mulheres, com o apoio da organização. A preocupação era como envolver o maior número de mulheres na luta pela Reforma Agrária. No entanto, para as companheiras a preocupação sobre a participação da mulher não era uma questão de quantidade, mas também e fundamentalmente de qualidade e que exigia a participação dos companheiros e da organização de uma maneira mais intensa. (MST, *site* institucional)¹⁷

O discurso do Movimento parece avançar quando se trata da compreensão de que as questões de gênero interessavam tanto aos homens quanto às mulheres. Dessa forma, a incorporação da reflexão sobre gênero no MST contribuiu para a percepção de que era

necessário avançar no entendimento da questão de gênero com as mulheres, mas também com os companheiros, em todos os setores e instâncias do MST, deixando de ser um debate de responsabilidade das mulheres e passando a ser um desafio da organização. (MST, *site* institucional)¹⁸

Isso levou o Movimento a definir os objetivos e as primeiras linhas de ação em nível estadual e nacional. A novidade é que, juntamente com as mulheres, os homens são incluídos no processo de definição das linhas políticas, uma vez que as novas relações de gênero dependem fundamentalmente da participação e reflexão de ambos. Vejamos como o MST traça os objetivos e as linhas políticas em relação à mulher, após mostrar uma nova compreensão de gênero:

- a) Elevar o nível de participação das mulheres na luta pela reforma agrária e na construção de uma nova sociedade.
- b) Construir relações de gênero no cotidiano, a partir da construção da reforma agrária, no trabalho, entre lideranças e na educação familiar, resgatando os valores humanistas baseados na igualdade, valorização do ser humano, visando à construção do novo homem e da nova mulher.

16 Disponível em: <www.mst.org.br/mstsp/sngen.htm>. Acesso em: jun. 2002.

17 Estima-se que o discurso do MST/SP, coletado no *site*, apesar de não estar datado, tenha sido produzido no final da década de 1990 ou início do século XXI.

18 Disponível em: <www.mst.org.br/mstsp/sngen.htm>. Acesso em: jun. 2002.

- c) Qualificar a participação das mulheres em todo o processo de luta pela terra: antes, durante e depois.
- d) Motivar a participação das mulheres em todos os níveis, com o objetivo de garantir a aplicação das linhas políticas e fortalecer o espírito combativo.
- e) Implementar as cirandas para possibilitar a atuação das mulheres nas instâncias da organização e a participação em atividades diversas.
- f) Garantir uma educação dos filhos que não gere discriminação, mas que esteja comprometida com a construção do novo homem e da nova mulher.
- g) Garantir trabalho produtivo para as mulheres com a participação também no planejamento, administração, execução e distribuição dos resultados da produção.
- h) Criar coletivo de gênero em nível nacional, estadual, regional, assim como em cada um dos assentamentos/acampamentos, para garantir os objetivos e linhas políticas de gênero no MST.
- i) Garantir que o documento da Terra saia em nome dos dois: homem e mulher, assim como participar do processo de discussão, elaboração e assinatura de projetos.
- j) Desenvolver campanhas contra a violência à mulher, fazer educação contra a discriminação, através do desenvolvimento de campanhas educativas.
- k) Diagnosticar a documentação e participação da mulher nos assentamentos. (MST, 1997)¹⁹

A cartilha *Gênero no MST*, ao tratar da metodologia de trabalho, sugere que o aprofundamento das questões de gênero se realize com todos os membros da organização, devendo perpassar todo o processo de formação nos assentamentos, como uma das estratégias para a construção de novas relações, e ampliar a participação das mulheres na liderança. O trabalho realizado teria como princípio a união das lutas de gênero e de classe, em vista da concretização dos objetivos do MST, entre eles a transformação da sociedade. Essa iniciativa de unir as lutas de classe e gênero pode ser entendida como um avanço no discurso e na forma de compreender o processo de transformação da sociedade, uma vez que a dominação não se dá apenas via classe, mas também em relação ao gênero,²⁰

19 Disponível em: <www.mst.org.br/mstsp/sgen.htm>. Acesso em: jun. 2002.

20 Segundo Saffioti (1992, p. 196, 206), "Capitalismo e patriarcado são formas mutuamente constitutivas de dominação, um em dimensão do outro: gênero e relações sociais são integrantes da organização social

que se expressa nas microrrelações de poder entre homens e mulheres, já que o poder pode ser pensado como uma relação de força que perpassa todas as práticas, nos diferentes setores da vida social (FOUCAULT, 1999).

A criação dos Coletivos,²¹ agora não mais nomeados como sendo “de mulheres”, mas sim “de gênero”, em nível nacional e regional teria a função de garantir os encaminhamentos das políticas de gênero. Até o momento em que a pesquisa foi concluída, nem todas as regionais haviam organizado esses Coletivos. Segundo uma entrevistada, esse processo vinha acontecendo de forma lenta, já que para isso, além da formação necessária, era necessário que pessoas se dispusessem a compor esses Coletivos, sobretudo porque um dos critérios era a inclusão de homens em paridade.

O MST foi percebendo em sua trajetória que apenas o acesso à terra não garantiria a verdadeira inserção social e o alcance da cidadania. Esta constatação fez com que ele se organizasse em setores,²² que se articulariam em busca de outras conquistas sociais. Assim, gênero passou a ser um setor de reflexão na organização, com a mesma importância de outros setores. A perspectiva de gênero passou a ser assumida como um tema transversal de reflexão em todos os setores e atividades do Movimento. Dessa forma, a proposta começou a ser uma das lutas do MST, cuja finalidade se voltava para a construção de novas relações sociais entre homens e mulheres, como podemos verificar no discurso do Movimento que segue:

A luta de gênero complementa a luta do povo pela reforma agrária e devem ser simultâneas. Porque não existe uma verdadeira transformação da sociedade apenas mudando as estruturas político-econômicas. Devemos garantir também as novas relações pessoais na construção do novo homem e da nova mulher. Estes são alguns dos nossos grandes desafios para essa nova etapa de organização. Desafios que queremos compartilhar com todas e todos que acreditam ser possível a construção de uma sociedade de homens e mulheres novos, iguais, independentemente de etnia, raça ou gênero. Acreditamos que estes novos desafios serão no futuro mais uma vitória. (MST, *site institucional*)²³

de classe, e, similarmente, a classe é constitutiva de gênero [...] As relações de classes estão presentes na reprodução, assim como as relações de gênero penetram na produção. Não existem fronteiras para as relações humanas, sejam elas de gênero ou de classes, uma vez que elas são constitutivas umas das outras, fundindo-se numa simbiose da lógica contraditória”.

21 Os Coletivos de Gênero são setores formados por pessoas responsáveis pelas atividades relacionadas à temática de gênero, que refletem e se qualificam na área, tendo como meta o bom funcionamento e a organização do movimento.

22 Os setores foram surgindo a partir de situações específicas, nas quais o movimento sentiu necessidade de avançar na reflexão em vista de outras conquistas. Estes setores são: formação, produção, educação, saúde, direitos humanos, comunicação e cultura...

23 Disponível em: <www.mst.org.br/mstsp/sngen.htm>. Acesso em: jun. 2002.

Ao incorporar o tema gênero nas linhas políticas de ação, o Movimento compromete-se com a transformação da sociedade em dimensões mais amplas, já que a transformação social não se dá somente pela mudança das estruturas políticas e econômicas, mas inclui também novas relações entre homens e mulheres. Como o MST se inspira, em termos de objetivos e legitimação, no marxismo, esse posicionamento representa uma mudança para o Movimento. Vale dizer que outros movimentos de inspiração marxista têm incorporado questões ecológicas e de gênero, cujos aspectos não foram priorizados pelo pensamento marxiano, embora estivessem presentes na sua dimensão da sociedade capitalista. Como menciona Lopes,

nas últimas décadas, ocorreu uma mudança em relação à orientação marxista, permitindo ampliar as preocupações e os enfoques das lutas e das teorias para além do eixo político-econômico. As lutas de classe continuam tendo sua grande importância, mas compreende-se que a “nova sociedade” não implica somente novas relações de classe, mas também novas relações de raça e de gênero. (LOPES, 2001, p. 2)

Uma vez incorporada a dimensão de gênero nas políticas do MST, o Coletivo Nacional de Gênero assumiu a reflexão e a elaboração de um material relacionado à temática, que seria destinado às bases e a todos os setores do Movimento. Desse compromisso surgiu o caderno de formação *Compreender e construir novas relações de gênero*, publicado em 1998. Esse documento é uma coletânea de textos de diversas/os autoras/res e foi constituído como um documento permanente de estudo, aprofundamento e debate nas instâncias de lideranças, nos cursos de formação, nos coletivos, bem como nas bases do Movimento. Pode-se afirmar que essa publicação e a proposta de estudo e reflexão se constituíram num passo significativo no compromisso com a construção de novas relações no interior do Movimento, uma vez que a formação é um dos instrumentos importantes para a mudança de mentalidade e a desconstrução dos papéis e modelos de gênero que foram histórica e culturalmente construídos e reproduzidos, sobretudo no meio camponês.

Outro material elaborado pelo Coletivo Nacional de Gênero foi a cartilha *Mulher sem Terra*, uma espécie de caderno de formação dirigido particularmente às mulheres da base, com o intuito de fortalecer a sua participação e organização. A cartilha aborda os conteúdos de estudo do documento já citado, elaborados na forma de encontros, com uma linguagem simples e uma metodologia específica. Os encontros são estruturados de tal forma – relato social, discussão, problematização da realidade do acampamento ou assentamento – que proporcionam a conscientização da situação das mulheres e possíveis práticas que podem levar a um processo de mudança nas relações de gênero no Movimento.

Essas constatações revelam e confirmam que a preocupação com a questão de gênero não se restringe a um setor isolado do MST, mas perpassa outros setores de reflexão no interior do Movimento, inclusive o da formação, uma vez que as novas relações que ele almeja construir atingem as dimensões sociais, políticas e econômicas – neste caso, a educação é uma das principais ferramentas para este fim.

As possibilidades e os desafios nas práticas concretas do MST

Em termos de discurso sobre o valor da participação das mulheres e o compromisso com a construção de novas relações de gênero, podemos dizer que houve avanços. Por outro lado, encontramos, também, alguns limites ou contradições dos discursos presentes nas publicações do MST. Isso porque, ao mesmo tempo em que o Movimento apresenta grande preocupação com a participação das mulheres em todos os níveis de ação, as expressões usadas na escrita contradizem, em alguns dos seus documentos, o discurso inovador, já que há um reforço na ideia de que cabe aos companheiros a tarefa de refletir, organizar, planejar e se capacitar para assumir as instâncias de poder.²⁴ A linguagem utilizada mostra que, na representação e no imaginário dos membros do MST, ainda está introjetado o modelo reproduzido pela cultura patriarcal, em que o espaço público da organização e de decisão política do Movimento cabe aos homens, e às mulheres restam os afazeres domésticos. Mas cabe salientar que, no contexto dos Cadernos de Formação, encontramos também expressões que incluem os homens e as mulheres como sujeitos dessas tarefas.

As informações coletadas por meio de entrevistas com mulheres integrantes da direção estadual do MST²⁵ e das lideranças de um dos assentamentos²⁶ foram importantes para perceber como acontece, concretamente, a participação das mulheres nas práticas do movimento. Os resultados permitem afirmar que a proposta da igual participação entre mulheres e homens nas instâncias de poder ainda permanece como um desafio a ser perseguido. Embora a nova reestruturação organizativa nos assentamentos²⁷ buscasse ampliar os espaços

24 Alguns documentos ao falar sobre a liderança se remetem somente ao termo masculino – “os companheiros”.

25 Dos membros da diretoria estadual do MST do Paraná, foram entrevistadas duas mulheres e um homem.

26 No Assentamento do Contestado, foram entrevistadas cinco mulheres que assumiam liderança em um dos 10 núcleos que compunham o assentamento (a coordenadora do núcleo, mulheres representantes de alguns setores e o esposo da coordenadora do núcleo).

27 O Assentamento era composto por 108 famílias, organizadas em núcleos de 11 a 12 famílias, perfazendo um total de 10 núcleos, os quais eram identificados por nomes de mártires do Movimento ou personagens que deixaram marcas de resistência na história. O núcleo como instância de base do Movimento era coordenado por um homem e uma mulher... Assim, a coordenação geral do assentamento era formada pela coordenação de cada núcleo (10 homens e 10 mulheres).

para as mulheres, a sua participação em número e qualidade aparecia ainda muito limitada, uma vez que essas mulheres nem sempre podiam participar das reuniões da coordenação geral do assentamento e, quando participavam, nem sempre tinham a palavra.

Tanto no assentamento²⁸ como na direção estadual,²⁹ as mulheres ainda não ocupavam, quando a pesquisa foi feita, 50% dos espaços de liderança. Entretanto, há de se considerar que, a partir da incorporação do debate de gênero no Movimento, as mulheres gradativamente foram ampliando a sua participação nas instâncias de poder, ocupando espaços que outrora eram considerados masculinos. Por outro lado, as mulheres, em sua maioria, participavam e representavam ainda os setores que tradicionalmente foram tidos como espaços femininos.³⁰

Grande parte das mulheres que estavam assumindo alguma liderança no Assentamento do Contestado apresentava uma trajetória de participação, antes e depois de ingressar no MST. Isso permite pensar que as mulheres, quando tomam consciência de seu papel na sociedade, por meio de sua prática rompem com os modelos tradicionais de gênero, resgatam a sua cidadania e ajudam a mudar a mentalidade de seus companheiros, envolvendo-os no processo de construção de novas relações. Nesse assentamento verificou-se, por outro lado, que as questões de gênero não são um problema que diz respeito aos homens e às mulheres, como se inscreve no discurso do MST, uma vez que o setor de gênero estava constituído somente por mulheres.

No entanto, nas falas, as mulheres revelaram que, apesar das ambiguidades na compreensão e das dificuldades na construção de novas relações de gênero, um caminho importante já havia sido percorrido. Entendiam que tanto as mulheres como os homens tinham potencial para assumir cargos de lideranças, desde que ambos fossem capacitados para isso. A questão que se coloca é no âmbito das práticas organizativas e da formação e não mais numa desigualdade não superável entre os sexos, ou seja, há a compreensão de uma historicidade das desigualdades de gênero e da possibilidade de sua superação.

28 Embora na coordenação dos núcleos a representação fosse de 50% para cada sexo, na coordenação geral do assentamento essa presença ficava mais no papel, já que nem todas as mulheres participavam de fato e, quando o faziam, nem sempre podiam tomar a palavra.

29 A direção estadual do MST no Paraná, nos anos de 1992 a 1996, era composta por 11 homens e uma mulher. Nos anos 1997 a 2000, 12 homens e duas mulheres, enquanto nos anos de 2001 a 2002 contava com a presença de 27 homens e oito mulheres. Apesar do aumento significativo no número de mulheres, a sua representação continuou baixa, quando se leva em conta a ampliação do número de homens na direção do MST.

30 Isso foi possível evidenciar no Assentamento Contestado, pois, enquanto as mulheres estavam mais representadas nos setores de educação, gênero e religião, os homens estavam mais nos setores de infraestrutura, produção, finanças e esportes.

Considerações finais

O presente artigo buscou identificar como o MST, em seu discurso, foi construindo a trajetória da participação das mulheres e a incorporação do debate de gênero no interior do Movimento, como parte da luta por transformações sociais mais amplas. Podem-se identificar mudanças significativas no discurso em relação à participação das mulheres. Por isso, destacamos algumas considerações que parecem ser relevantes para os objetivos desta pesquisa.

Grande parte das políticas do MST relacionadas às mulheres foram conquistadas da organização de mulheres e não uma iniciativa do Movimento em si. Além disso, fatores externos também pressionaram o Movimento para que esse abrisse espaços de participação para as mulheres, seja pelos convites para a representação da organização de mulheres assentadas em congressos e encontros internacionais, seja pela obrigatoriedade da transversalidade de gênero nas ações do MST, exigida pelas agências financiadoras.

No discurso sobre a participação das mulheres, o I Encontro Nacional das Mulheres do MST, realizado em 1996, apresenta-se como um dos marcos significativos, já que deu um impulso ao processo de discussão acerca da desigualdade de gênero. Foi nesse encontro que se deliberou a elaboração de um plano de ação com ênfase na construção de novos valores e de novas relações entre homens e mulheres, cujo foco se orientava para a ampliação da participação das mulheres nas instâncias de poder e para a construção de novas relações de gênero no interior do movimento.

A pressão interna das mulheres, bem como a influência do debate acadêmico foram fatores significativos que levaram o MST a incorporar a perspectiva de gênero em seu discurso e nas políticas de ação. É claro que junto a esses fatores houve a pressão das agências financiadoras internacionais, que solicitavam que fosse contemplado o tema gênero, tanto na reflexão teórica quanto nos programas de ação dos movimentos sociais. Essa era uma das condições para a aprovação dos financiamentos, conforme revelaram os estudos de Lopes (2001).

A incorporação do debate sobre gênero configura o MST como ator social na história brasileira e encarna uma novidade ao se apresentar como protagonista de novos valores, ou seja, do novo homem e da nova mulher, de um novo modelo de produção agrícola, de novas relações com o meio ambiente, bem como de um novo modelo organizativo que amplia a participação dos membros dentro do movimento. Tudo isso marca o compromisso do MST com a transformação social no sentido mais amplo e revela que a sua luta pela reforma agrária vai muito além da luta pela conquista da terra. Esta constatação não implica desconhecer as contradições e os limites desta autopercepção do Movimento como agente de mudança social.

Os resultados da pesquisa apontam a existência da compreensão de que a construção de uma sociedade mais justa passa também pela construção de

relações igualitárias de gênero. Tal questão pode ser vista como um salto qualitativo na organização do MST, já que este demonstra compreender que a nova sociedade não implica somente novas relações de classe, mas também novas relações de gênero no interior de uma mesma classe. Nesse sentido, o discurso do MST e algumas de suas práticas sinalizam que é possível combinar lutas de classe e gênero na construção de uma nova sociedade, embora essa questão, no nível das ideias, ainda mereça aprofundamento.

A partir da incorporação do debate de gênero, o discurso do MST evidencia outros aspectos que podem ser considerados como saltos qualitativos na organização interna e no compromisso com a transformação social:

- O MST se abre para preocupações que não foram priorizadas pelo pensamento marxiano – que é o referencial teórico e político do movimento –, mas que sempre existiram na dinâmica da sociedade capitalista.
- As “questões das mulheres”, que antes eram tratadas pelo MST como algo específico delas, com a incorporação do debate gênero, passam a fazer parte das suas lutas mais gerais. O próprio Movimento demonstra, discursivamente, ter avançado na compreensão de que as mudanças sociais serão fruto da participação de trabalhadores e trabalhadoras e a igualdade de gênero é fundamental para a construção de uma sociedade democrática fundada sobre a justiça.
- A elaboração de material específico para estudo e reflexão com as mulheres da base e com as lideranças do movimento pode ser vista como um instrumento importante para a tomada de consciência acerca das desigualdades de gênero, bem como para a problematização da realidade do assentamento em relação a essas questões. Pode-se considerar que esta foi uma estratégia significativa para o processo de mudança de mentalidade e a tentativa da construção de novas práticas no interior do Movimento.
- Uma contribuição significativa que o MST pode dar à sociedade é o fato de apontar, mediante as suas políticas de ação, que as questões de gênero podem ser objeto da prática dos movimentos sociais na luta pela transformação da sociedade. Afirma-se isso tendo em conta as diversas alternativas que o Movimento propõe para reflexão e estudo – com envolvimento tanto de homens como de mulheres –, bem como pela implantação de políticas de gênero como tentativas de superação do modelo patriarcal e de construção de novas relações de gênero. Isso, por sua vez, implica novos papéis de gênero, novas identidades

de gênero, novas práticas sociais e, consequentemente, mudanças culturais significativas no interior do próprio Movimento. Tal questão nos leva a concordar com Louro (1999), para quem as identidades de gênero são instáveis e estão sempre se constituindo e se transformando a partir das mudanças culturais, nos diferentes momentos históricos.

- A insistência do Movimento em envolver tanto os homens como as mulheres no estudo e na reflexão das questões de gênero sinaliza um avanço significativo na compreensão de que este é um debate para ambos os sexos e as novas práticas sociais serão possíveis a partir da mudança de mentalidade de homens e mulheres.

Apesar dos saltos qualitativos evidentes no discurso do MST, que se pode verificar nos documentos e no material de formação para as bases, a implementação das linhas de ação traçadas pelo movimento nem sempre se concretiza nas ações concretas. Verificaram-se desafios e algumas possibilidades em curso. Isso nos permite afirmar que as desigualdades que foram reproduzidas por uma cultura patriarcal continuam internalizadas e tendem a se reproduzir nas práticas. Por outro lado, as linhas de ação são necessárias para manter o compromisso de um processo contínuo de vigilância e iniciativas que permitam, de fato, que a mudança nas relações de gênero se concretize por meio de práticas capazes de desconstruir os modelos tradicionais de gênero e inaugurar novas possibilidades que contribuam na transformação das relações sociais. Esse é um processo demorado, uma vez que deve atingir e transformar a cultura, em sua totalidade.

É importante considerar que a participação das mulheres na direção estadual trouxe contribuições significativas, no sentido de abrir espaço para a discussão de outras questões que, até então, não eram levadas em conta, sobretudo no que se refere à abertura maior para as políticas que garantam a saúde e a participação das mulheres. No entanto, nesse espaço e nas instâncias de base, as relações de gênero aparecem permeadas por conflitos, uma vez que o fato de ser homem ainda legitima a hierarquia de poder. Esses conflitos e desafios que as mulheres enfrentam nos espaços de decisão e poder do MST revelam, de um lado, a existência de um poder oculto, em grande parte exercido pelo sexo masculino e, de outro, mostram a necessidade de se continuar estabelecendo políticas de gênero que estimulem e garantam maior integração e participação feminina nos espaços de poder e relações igualitárias de gênero mediante a negociação e partilha do poder, como bem assinala Foucault.

A concepção de partilha de poder e a possibilidade de negociação como estratégia para a construção de novas relações de gênero implicam novas relações de poder. Assim, poderíamos pensar que estaríamos próximos da solução dos problemas no que tange às relações desiguais entre gêneros. Porém, não é bem assim, pois o poder, como nos lembra Foucault (1999), não é algo que se

tem, mas algo que se negocia permanentemente. Entretanto, essas negociações não se dão de forma tão pacífica como desejaríamos, já que o poder confere *status* e reconhecimento social e, por esse motivo, torna-se difícil alguém abrir mão de algo que lhe dá destaque social. Se na sociedade atual os homens ainda detêm maior parcela de poder, não podemos admitir que exista um poder masculino absoluto, uma vez que foi possível evidenciar no MST que as mulheres, em pequena parcela, resistem e também participam da estrutura de poder. No entanto, a equidade de gênero, como algo norteador das novas relações sociais, continua sendo um desafio que requer um processo de mudança de mentalidade e, conseqüentemente, mudança na própria cultura.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Companheiras de luta ou "coordenadoras de painéis"?: as relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: UNESCO Brasil, 2000.
- FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Movimentos sociais no Paraná. In: BONIN, Ana A. et al. *Movimentos sociais no campo*. Curitiba: Criar, 1987.
- FLAX, Jane. Pós modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 217-250.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOMES, Iria Zanoni. *Terra & subjetividade: a recriação da vida no limite do caos*. Curitiba: Criar, 2001.
- GREEM, Isabel. *História da participação das mulheres*. Curitiba: [s.n.], 1995. Mimeografado. 7f.
- LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 216-251.
- LOPES, Carolina. Teles. Gênero na agenda dos movimentos sociais: ideias religiosas como ângulo de análise. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 3, p. 439-468, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MACHADO, Lia Zanotto. Gênero: um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, Campinas, n.11, p. 107-125, 1998.

MORAES, Maria Ligia Quartin de. Usos e limites da categoria gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 99-105, 1998.

MOTTA, Alda Brito da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, p. 191-221, 1999.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero. In: BUARQUE, Cristina et. al. *Perspectivas de gênero: debates e questões para ONGs*. Recife: SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

PETRAS, James. Uma revolução dentro da revolução. In: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Compreender e construir novas relações de gênero*. São Paulo, 1998.

PINTO, Celi Regina. Movimentos sociais, espaço privilegiado da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 127-150.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 183-215.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MST. Ver MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. *Caderno de Formação nº 01*. São Paulo, 1984.

_____. *Caderno de Formação nº 02: mulher sem terra*. São Paulo, [19-].

_____. *Caderno de Formação nº 04: Plano Nacional de Reforma Agrária e MST*. São Paulo, 1985.

_____. *Caderno de Formação nº 05: como se organiza o MST*. São Paulo, 1985.

_____. *Caderno de Formação nº 10: a luta continua: como se organizam os assentamentos*. São Paulo, 1987.

_____. *Caderno de Formação nº 12: MST – 3º Encontro Nacional*. São Paulo, 1987.

_____. *Caderno de Formação nº 13: nossa força depende de nossa união*. São Paulo, 1987.

_____. *Caderno de Formação nº 14: construir sindicalismo pela base*. São Paulo, 1987.

_____. *Caderno de Formação nº 15: a mulher nas diferentes sociedades*. São Paulo, 1988.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. *Caderno de Formação nº 17: Plano Nacional do MST 1989-1993*. São Paulo, 1989.

_____. *Caderno de Formação nº 18: o que queremos com as escolas no assentamento*. São Paulo, 1991.

_____. *Caderno de Formação nº 24: método de trabalho popular*. São Paulo, 1997.

_____. *Caderno de Formação nº 31: o movimento camponês e a luta pela reforma agrária*. São Paulo, 1999.

_____. *Documento Básico do MST*. São Paulo, 1994.

_____. *Normas gerais do MST*. São Paulo, 1988.

_____. *Programa agrário*. São Paulo, 1995.

_____. *A questão da mulher no MST*. São Paulo, 1996.

_____. *A questão de gênero no MST*, 1997.

_____. *Compreender e construir novas relações de gênero*. São Paulo, 1998.

_____. *Princípios da Educação no MST*. São Paulo, 1999.

_____. *Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio*. São Paulo, 2000.

_____. *Relatório do II Congresso Nacional do MST*. São Paulo, 1990. Mimeo. 10f.

_____. *Site institucional*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mstsp/sgen.htm>>. Acesso em: jun. 2002.

PARTICIPAÇÃO FEMININA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO MARANHÃO DO SÉCULO XX

*Viviane de Oliveira Barbosa**

Partindo da análise de registros orais e escritos, pretende-se abordar experiências de mulheres camponesas no Maranhão, (auto)identificadas como “quebradeiras de coco”, durante a segunda metade do século XX. Enfoca-se especialmente a participação dessas mulheres na configuração do campesinato maranhense, suas lutas pela posse de terras e demandas pelo acesso e preservação de palmeiras de babaçu, assim como suas estratégias de mobilização e organização em movimento próprio – o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). As análises apresentadas baseiam-se no exame de jornais, revistas, relatórios de diversas instituições, bem como em “memórias camponesas”. O trabalho com memórias tornou-se fundamental, haja vista que a documentação oral vem sendo largamente utilizada para possibilitar estudos com temáticas contemporâneas e para aproximar-se de grupos ou movimentos sociais (FENELON, 1993, p. 78). Além disso, a utilização da documentação oral tem sido muito atribuída à falta de registros sobre os desfavorecidos e, portanto, a uma tentativa de reconstrução de “uma história vinda de baixo” (SALVATICI, 2005). Desse modo, consideram-se procedimentos teórico-metodológicos oferecidos pela História Oral, especialmente em sua relação com a discussão sobre memória – entendida como trabalho elaborativo (JELIN, 2002) –, na tentativa de reconstituir experiências camponesas no Maranhão, histórias de atores comuns que, fortemente vinculados a determinadas práticas sociais, interferem nos processos históricos por meio das suas ações individuais e coletivas.

Representações e práticas em torno do babaçu

Localizado no meio-norte do Brasil e politicamente situado na região Nordeste, o Maranhão é o estado com maior incidência de palmeiras de babaçu (*Orbignya phalerata*) no país, concentrando cerca de 53% dos babaçuais encontrados em todo o território brasileiro. Já no século XVII falava-se da abundância dessa palmeira, cujo fruto, um “coco do tamanho de uma grande laranja oblonga, tendo quatro amêndoas”, era muito apreciado entre os portugueses que, no

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Assistente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UFMA.

Maranhão, brindavam com o vinho de palma (SILVEIRA, 2001, p. 49). No século XIX, com o fim da escravidão, a concomitante desarticulação da grande produção monocultora e a organização de uma produção agrícola propriamente dita, em outras palavras, com a formação do campesinato, no Maranhão, o extrativismo do babaçu passou a representar uma atividade básica no meio rural, ao lado do trabalho agrícola (AMARAL FILHO, 1990; LUNA, 1984). Contudo, foi na primeira metade do século XX que a importância econômico-comercial do babaçu se acentuou, quando o produto assumiu valor no mercado, obtendo grande vulto na economia local e nacional.¹

Mas, como o avesso e o direito de um mesmo processo, a valorização econômica e comercial do babaçu – guiada por economistas, empresários e governantes quase sempre empenhados na busca de uma eficiente máquina para quebrar o coco e capaz de substituir os ditos “nômades” e “atrasados” camponeses² – e a construção poética do Maranhão como a “terra das palmeiras” foram acompanhados pela obliteração simbólica ou pela tentativa de exclusão efetiva dos sujeitos sociais diretamente envolvidos com a coleta e quebra do babaçu, notadamente mulheres. Esse processo de exclusão social se consumaria de modo mais marcante na segunda metade do século XX, com as propostas políticas de modernização direcionadas ao campo maranhense.

As mulheres envolvidas com o extrativismo do babaçu se autodenominam “quebradeiras de coco”. Entretanto, a construção dessa identidade foi algo lento e processual. Somente a partir da década de 1970, a identidade de quebradeira de coco passaria a ser pensada e acionada por aquelas mulheres, definida e construída em mobilizações pela garantia da posse de terras e pelo acesso e preservação de palmeiras de babaçu.

Historicamente, existe entre os agroextrativistas maranhenses uma divisão sexual que, em grande medida, define e separa o trabalho realizado pelas mulheres daquele feito pelos homens. É comum mulheres e crianças (meninas e meninos) quebrarem o coco babaçu. Os homens em fase adulta costumam trabalhar na roça (arroz, milho, feijão, mandioca etc.). Em algumas localidades, adultos e crianças do sexo masculino fazem a coleta do coco, mas não se envolvem na quebra. Em outras áreas, porém, homens não se furtam de realizar a quebra do babaçu. De todo modo, no final do século XX, quase não há indícios de homens envolvidos com essa atividade de forma sistemática.

1 Ver, dentre outros jornais de época, *Pacotilha* (15 jun. 1891), *Diário do Norte* (19 abr. 1940), *O Imparcial* (03 mar. 1941) e *Jornal Pequeno* (08 abr. 1954), além de artigos, revistas e livros referentes à economia do babaçu, dentre os quais Abreu (1929), *Revista da Associação Comercial do Maranhão-ACM* (1937) e Maranhão (1942).

2 Nessa “economia do babaçu”, observam-se números e cálculos, promessas de governantes e expectativa de lucros para a indústria. Pelo menos desde os anos 1920, um dos grandes desejos dos economistas e governantes era ter acesso a “um aparelhamento”, uma “máquina de quebrar” o fruto, para dinamizar e tornar real a economia do babaçu (ABREU, 1929; ESCOBAR FILHO, 1943; MARANHÃO, 1942; REVISTA DA ACM, 1937), entendido como o “Eldorado do Maranhão” (MARANHÃO, 1942, p. 10).

Nessa perspectiva, há, sobretudo nos discursos, uma divisão sexual e mesmo etária que envolve as relações de trabalho. Essa divisão sugere que crianças (meninos e meninas) e mulheres quebrem o coco, ao passo que os homens, jovens e adultos, não o fazem.

Se, durante o século XX, a visão de governantes, comerciantes, investidores, bem como a de poetas e cronistas maranhenses esteve muito mais pautada no potencial econômico-industrial do babaçu e na possibilidade atribuída a este produto de fazer avançar economicamente o Maranhão e o país, torna-se necessário evidenciar a relação não somente econômica e utilitária, mas também afetiva que o conjunto de agroextrativistas estabelece com esse recurso. Quebradeiras de coco organizadas no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), em associações, cooperativas, grupos de mulheres falam sobre seu modo de vida, em cujas vivências o babaçu assume uma grande importância cotidiana. O babaçu é um elemento a partir do qual elas se auto-identificam e em relação ao qual constroem sentimentalidades.

Em estudo sobre a *Terra de Índios*, município de Viana, no Maranhão, Andrade (1999) descreve a atividade de extração do babaçu, destacando a existência de representações, entre o grupo, da palmeira como “virgem” ou “viúva”: alguns moradores viam o corte do cacho de coco como o defloramento de uma virgem ou o molestar de uma viúva. De acordo com sua análise, “o que está em jogo por trás dessas representações sobre os cortes dos cachos de coco é a preocupação em permitir que este recurso esteja disponível a todas as unidades domésticas” (ANDRADE, 1999, p. 175). Almeida (1995, p. 78, 79) também se refere ao fato de que, em algumas áreas de babaçuais, as palmeiras são consideradas mães. Entretanto, assim como Andrade (1999), não vai além de uma leitura material sobre aquele recurso.

A oração “Ave-Maria das Quebradeiras” evidencia a profundidade das relações estabelecidas pelas quebradeiras com as palmeiras de babaçu, que ultrapassam a esfera do material, o nível da subsistência.

A palmeira caindo em carreira
 A caminho da morte, mudando sua sorte
 Suspiro derradeiro, gemido profundo
 Treme a terra e o mundo
 Sufocando o coração das quebradeiras
 Ave palmeira que sofre desgraça
 Malditos derrubam, queimam, devastam
 Bendito é teu fruto que serve de alimento
 E no leito da terra ainda dá sustento.
 Santa mãe brasileira, mãe de leite verdadeiro
 Em sua hora derradeira, rogai por Todas nós quebradeiras.
 Amém.

Essa representação da palmeira como “mãe” e “virgem” é reveladora dos contatos, sociais e simbólicos, estabelecidos entre quebradeiras de coco babaçu e catolicismo popular. A representação da palmeira como mãe é uma realidade em vários lugares onde o extrativismo é realizado. Tal representação é evidente no pronunciamento de uma quebradeira durante o I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu:

Quero falar sobre a preservação das palmeiras. A defesa não depende só de violência, mas de criatividade. Na minha comunidade começaram a derrubar as palmeiras. À noite sonhei com minha mãe morta e ela estava sem vela, de manhã acendi uma vela pras palmeiras. (RELATÓRIO do I EIQCB, 1991)

Embora o “caráter maternal” atribuído à palmeira evidencie a necessidade primordial que o babaçu assume para o sustento das unidades camponesas, ele parece significar, em primeiro lugar, a humanização desse recurso natural. As representações diversas das palmeiras revelam também questões acerca das construções de gênero, em torno dos papéis sociais atribuídos para cada sexo. Nesse sentido, considera-se a análise de Castro (2001), segundo a qual os significados simbólicos de gênero estão relacionados aos significados da natureza. Ao que tudo indica, “ser mãe” em comunidades agroextrativistas implica cumprir a função de criar seus filhos e criá-los significa alimentá-los, nutri-los. A mãe aparece como aquela que não deve nem deixaria faltar o alimento em casa e, nesse caso, além de contribuir para o provimento de sua família, também atua na gestão e distribuição da alimentação.

Assim, considerando as representações das palmeiras, o feminino tenderia a ser pensado em relação à produção/sustento, pois, como muitas mulheres afirmam, a renda advinda de seu trabalho de quebra do coco é indispensável para a sobrevivência de suas famílias e, ao contrário do que muitos de seus maridos/companheiros dizem, é, em muitos momentos, a renda principal para a manutenção doméstica. Partindo ainda da diferença entre “palmeira macho” e “palmeira fêmea”, atribuída pelos extrativistas para distinguir entre palmeira com cachos de babaçu e palmeira improdutiva, pode-se dizer que o feminino é também imaginado através do lugar da reprodução/procriação.

Fato é que, para quebradeiras de coco, o corte, a queima, o envenenamento de palmeiras representam bem mais que uma redução dos babaçuais, marcando-lhes em sua intimidade e operando como uma violência ao seu trabalho e à sua vida. Em alguns casos, durante os conflitos, quando tentavam “empatar” o corte de babaçuais e não obtinham êxito, realizavam rituais que simbolizam as derrubadas de palmeiras como sendo a morte de mães e faziam orações para seu enterro (FIGUEIREDO, 2005). Esses rituais, denominados “místicas”, também expressam uma forte religiosidade e incluem orações em tom celebrativo. Além

de expressar o significado simbólico desse recurso, certamente constituem uma estratégia para coibir a devastação de palmeiras. Afinal, “o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva”, e as representações dos sujeitos “constituem outras tantas respostas dadas pelas sociedades aos seus desequilíbrios, às tensões no interior das estruturas sociais e às ameaças de violência” (BACZKO, 1985, p. 296).

Conflitos na Terra das Palmeiras

Os conflitos rurais constituem realidade marcante no estado do Maranhão, e “as terras férteis do babaçu estão nas regiões mais violentas do Brasil” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1990, p. 15). Concentração fundiária, criação de pastos para pecuária extensiva, queima de roçados e devastação de palmeiras de babaçu têm ameaçado a sobrevivência de quebradeiras de coco, agricultores e pescadores do estado. Historicamente, a grilagem é o que tem predominado na terra das palmeiras. Houve no Maranhão, durante a segunda metade do século XX, uma combinação entre racionalização econômica, grilagem e modernização amparada por projetos autoritários vinculados ao Estado.

Ao longo de décadas, o Maranhão tem apresentado altos índices de conflitos envolvendo camponeses. De 1964 até 1990, foram assassinadas 1.630 pessoas ligadas a movimentos sociais rurais, entre indígenas, lavradores, sindicalistas, religiosos e advogados. Essas mortes foram geralmente executadas por pistoleiros a mando de proprietários de terra e grileiros. A maioria desses crimes continua sem punição: daqueles 1.630 assassinatos, somente 29 casos foram levados a julgamento e em apenas 13 deles houve condenação (TEMPOS NOVOS, 1992, p. 12).

Frequentemente, os sujeitos envolvidos em conflitos no estado são quebradeiras de coco que, não raro, veem ameaçado seu direito à terra e ao extrativismo. Essas mulheres atuam diretamente na constituição/reprodução do campesinato maranhense, realizando a atividade de coleta e quebra do babaçu, a partir da qual extraem o sustento de suas famílias e reproduzem suas formas culturais de existência.

Parte dos conflitos agrários deflagrados no Maranhão pode ser visualizada na região do Mearim, pertencente à Zona dos Cocais, maior produtora de babaçu no estado. A situação agrária dessa região à época de intensos conflitos indicava um quadro em que 57% dos estabelecimentos rurais existentes eram arrendados e apenas 22% dos trabalhadores eram posseiros (TEMPOS NOVOS, 1990, p. 7). Na microrregião do médio Mearim,³ as mobilizações pelo extrativismo e pela

3 Até 1980, essa microrregião, pertencente à mesorregião Centro maranhense, compreendia apenas os municípios de Bacabal, Pedreiras e São Luís Gonzaga. Houve, porém, uma reestruturação espacial, e essa área passou a compreender os municípios de Esperantinópolis, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Olho D'Água das Cunhãs, Bacabal, São Mateus do Maranhão, Satubinha, Igarapé Grande, Lago Verde,

terra se deram de forma bastante expressiva. Na década de 1950, houve uma grande demanda por terras nessa região ocasionada pela chegada de migrantes na área, o que fez subir o valor do aluguel da terra (ANDRADE, 2005, p. 177).

O auge dos conflitos se deu entre os anos 1970 e 1980. Na década de 1970, iniciou-se o processo de cercamento de terras. O incentivo à pecuária, respaldado pelo governo do estado, agravou crescentemente a situação dos camponeses, uma vez que áreas agricultáveis passaram a ser substituídas por capim (ANDRADE, 2005, p. 178). Era comum que, mesmo sem desenvolver a pecuária, os fazendeiros substituíssem os babaçuais por pastagens a fim de inibir a entrada dos camponeses nas fazendas. Nessa perspectiva, o processo de cercamento constituiu mais do que uma ruptura de espaços para o trabalhador: indicou a concretização da grilagem e da violência (LUNA, 1984, p. 43).

Não obstante a significativa perda de suas terras, camponeses do Médio Mearim continuaram a exercer o extrativismo. De qualquer maneira, quebradeiras de coco e suas famílias viram-se obrigadas a vender o coco que era extraído para os novos proprietários. Esse período é construído pela memória camponesa como a passagem do “tempo do coco liberto” ao “tempo do coco preso” (especialmente os anos de 1970 e 1980). A concepção de tempo desses camponeses está diretamente relacionada com o trabalho que desenvolvem (MARTINS, 2001, p. 157), mas é também estruturada a partir de suas experiências em conflitos.

Em 1988, uma quebradeira de coco escrevendo uma poesia trata da experiência de cercamento em seu povoado:

Tenho quatro filhos, nenhum tem pai
Assim, não tenho dono, que nasci para dominação nenhuma
O babaçu também era assim, nunca ninguém plantou, nem agudou
Mas hoje o babaçu está preso. (TEMPOS NOVOS, 1990, p. 5)

A noção de “babaçal livre”, presente em várias localidades do estado, corresponde à concepção dos camponeses de que viviam em “terras livres” antes da chegada de grileiros/fazendeiros (LUNA, 1984, p. 41). O “tempo do coco preso” é apresentado como o período em que os camponeses estiveram sujeitos a restrições econômico-comerciais de fazendeiros. Os trabalhadores ficaram submissos aos donos de “barracões” (galpões localizados em fazendas para a quebra coletiva do coco), sendo obrigados a vender o babaçu ou trocá-lo por gêneros alimentícios nas próprias fazendas.

Nesse período, vários contratos extrativistas foram implantados para reger a coleta, quebra e venda do coco. Os mais conhecidos são o de “meia”, o de “foro” e o de “arrendamento”. Em todos os casos, tratava-se de uma parte

São Bernardo do Mearim, Pedreiras, Santo Antônio dos Lopes, São Raimundo do Doca Bezerra, Trizidela do Vale, Bom Lugar, Pio XII, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Roberto, Lago da Pedra, Lima Campos, Poção de Pedras (ANDRADE; FIGUEIREDO, 2004).

da produção das quebradeiras que era entregue aos proprietários (MARTINS, 2001; SHIRASHI NETO, 2001). Sob a “quebra de meia”, as quebradeiras acabavam repassando metade das amêndoas quebradas, juntamente com as cascas do babaçu, ao suposto dono das terras. O “arrendamento” e o “foro” constituem, na prática, sistemas semelhantes na medida em que o camponês paga a renda da terra para ter o direito de usufruir dos produtos oriundos dela e, no caso mencionado, as famílias camponesas faziam a coleta do babaçu, sendo obrigadas a quebrar o coco em barracões, destinando parte de sua produção para o pagamento aos fazendeiros. A outra parte ficava restrita à venda nas próprias fazendas por preços irrisórios.

Entretanto, independentemente do tipo de contrato, eram feitos mutirões, dos quais homens, mulheres e crianças participavam, visando quebrar a maior quantidade possível de coco, a fim de obter um rendimento maior ao final do trabalho.

Sobre essa realidade dona Maria de Jesus Bringelo afirmou:

Sei de comunidades em que dez quilos de coco valiam um quilo de arroz. [...] durante muito tempo, entregamos as amêndoas em troca de vale, um pedacinho de papel com o valor escrito. Se aquele pedacinho de papel se perdesse, nós perdíamos o dinheiro. (DEMOCRACIA VIVA, 2004)

As quebradeiras de coco são relativamente independentes quando acesam as palmeiras de babaçu e delas tiram seu sustento, apropriando-se dos produtos de seu trabalho. O extrativismo é realizado através de um sistema de uso comunal dos babaçuais, conforme necessidades e capacidades produtivas dos extrativistas. Assim, o não acesso às palmeiras significou, de imediato, a perda de autonomia na produção, iniciando um processo que, segundo Almeida (1995), era de imobilização do trabalho das quebradeiras de coco.

Nos conflitos rurais, “as mulheres, além de sofrerem as mesmas violências que os homens (ferimentos, torturas, prisão ilegal, tentativa de assassinato, morte, sequestro), são vítimas de outros tipos de violências que as atingem no mais íntimo do seu ser”, quais sejam, o estupro e o aborto provocado por maus-tratos (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1989, p. 25). Há registros de quebradeiras que foram agredidas quando, como forma de resistência, entravam nas propriedades e eram encontradas coletando coco dentro das áreas de pastagens. Esta realidade não é distante, pois há “ainda casos de violência física contra as quebradeiras no qual gerentes da fazenda, vaqueiros ou encarregados submetem as mulheres a surras e violência sexual” e “casos em que a mulher precisa roçar a quinta, ou seja, limpar a área do pasto, para ter acesso à área de quebra e coleta do coco” (ARAÚJO; MARTINS; MAGALHÃES, 2004, p. 223).

Não obstante as adversidades, muitas quebradeiras enfrentavam os fazendeiros e/ou encarregados das fazendas, como foi o caso de dona Raimunda, em 1988:

Quando ameacei de enfrentar os homens [os vaqueiros], me fizeram jogar as amêndoas para cima, montar num talo e sair galopando pela solta,⁴ debaixo dos risos e tiros. De medo de taca,⁵ as outras (quebradeiras) pegaram seus machados e fugiram correndo, deixando as amêndoas. (TEMPOS NOVOS, 1990, p. 7)

Diante das dificuldades, como a falta de terra e a vigilância dos fazendeiros, as quebradeiras de coco resistiam de variadas formas. Essa realidade é muito bem expressa na poesia de dona Antonia Pereira da Silva, moradora de Lago do Junco:

Agora que é difícil é, ninguém tem mais a terra
Fazendeiro tomou tudo, matou muito babaçu, perseguiu os pobres
Mas assim mesmo, a gente vai e quebra.
Caminho como que pelas soltas, correndo do gado
Largando metade do couro das costas nessa miséria de arame [...]
Até já me prometeram taca, da gente entrar em pasto alheio
Mas a gente vai e quebra.
Caminha com esse peso danado
E no fim troca por um punhado de arroz.
(TEMPOS NOVOS, 1990, p. 5)

Geralmente, quando os extrativistas eram encontrados nas propriedades com os jacás⁶ cheios de coco, os vaqueiros cortavam as alças dos cestos (MARTINS, 2001, p. 147). Diante dessas situações, em contraposição aos contratos extrativistas, os camponeses começaram a protestar queimando jacás e barracões. Essas ações geraram descontentamento nos proprietários que, em represália e como forma de conter a entrada em suas propriedades, passaram a derrubar as palmeiras. Nesse momento, década de 1980, os conflitos se alastraram por vários municípios do Maranhão e a luta para impedir a derrubada dos babaçuais transformou-se em luta pela terra (ANDRADE, 2005, p. 179). Certamente, antes de ser luta pela terra, a mobilização desses sujeitos era pelo trabalho e, sendo assim, pela defesa e conservação de sua própria condição camponesa.

Sobre os cercamentos, a devastação dos babaçuais e a reivindicação do trabalho extrativista, os versos da música “Maria, filhos de Maria”, presente no repertório do MIQCB, não poderiam ser mais expressivos.

4 Subir em um pedaço de pau, comumente um galho de árvore cortado, e fingir estar andando a cavalo.

5 Temendo sofrer surra, espancamento.

6 Cestos grandes em formato arredondado, confeccionados com palha da palmeira de babaçu.

Não devaste o palmeiral
Deixe o coco dá raiz,
Eu vivo quebrando o coco
Do coco eu sou feliz.

Se você é fazendeiro
Ou um grande industrial,
Segure sua cabroeira⁷
Eu não sou o seu rival,
Mas deixe nossas palmeiras
Botar coco em seu quintal.

Eu não sei toda essa história
Nem quando terá fim,
Eu só quero quebrar coco
Eu não quero o seu capim,
Já não basta o mal da seca
Vem a cerca contra mim.

Você é dono do pasto
Do açude ou do curral,
Mas não é dono do coco
Nem também do coqueiral,
Você corta boi de corte
Mas não corte o palmeiral.

Interessante notar que os conflitos narrados por quebradeiras de coco são marcadamente atravessados por relações de gênero. As mulheres são protagonistas de lutas contra homens, a ameaça ao babaçual e à sobrevivência dos trabalhadores é quase sempre atribuída a uma figura masculina – o fazendeiro/grileiro, o jagunço/capataz. Nesse sentido, pode-se dizer que conflitos pelo acesso e preservação dos babaçuais envolvendo quebradeiras de coco no Maranhão são também conflitos inscritos desde o lugar das representações e práticas de gênero.

No período dos conflitos com fazendeiros/grileiros, em algumas regiões, o corte de palmeiras de babaçu por maridos/companheiros de quebradeiras era uma prática presente. Em Lago do Junco, enquanto as mulheres tentavam impedir que contratados de fazendas cortassem as palmeiras de babaçu, os próprios homens dos povoados derrubavam-nas. Para conter essas práticas, elas tentavam conscientizar seus maridos/companheiros argumentando que a

⁷ Bando de capangas, jagunços e/ou peões que trabalham para proprietários de terras.

renda obtida pela mulher com a quebra do coco era superior à que eles ganhavam enquanto contratados de fazendeiros. (UM NOVO..., 2004). Essas situações revelam as contradições presentes nas lutas e mobilizações camponesas do período. Fato é que, sem terra para trabalhar, muitos agricultores ficavam sujeitos ao trabalho contratado, especialmente a capina/roçagem da juquirá (espécie de mato recorrente na região) e corte de palmeiras.

Segundo lideranças do MIQCB, as mobilizações camponesas se efetivaram quando quebradeiras de coco começaram a lutar pelo acesso aos babaçuais. Sem dúvida, a violência sofrida por esses sujeitos se inscreveu em sua memória e cotidianidade tanto em nível material quanto simbólico.

De acordo com entrevistas realizadas, as mulheres exerciam grande protagonismo durante os conflitos. Embora não aprofunde a questão, Andrade (2005, p. 179) afirma que, em situações de conflito, houve uma “divisão sexual do trabalho guerreiro” com o objetivo de desenvolver estratégias de enfrentamento aos antagonistas. Ela aponta que nas práticas desencadeadas por essas famílias

[...] a relação de gênero esteve sempre presente, determinando o maior ou menor envolvimento na luta, conforme os papéis desempenhados na divisão sexual do trabalho e de acordo com regras, valores, representações que regem as relações entre mulheres e homens camponeses. (ANDRADE, 2005, p. 184)

Considerando tal divisão, as negociações com os fazendeiros/grileiros para impedir a derrubada de palmeiras seriam feitas, num primeiro momento, pelas mulheres, ficando os homens afastados para evitar confrontos diretos (ANDRADE; FIGUEIREDO, 2004). Quando a situação se agravava e os proprietários iniciavam o corte das palmeiras, era preciso homens, mulheres e crianças, famílias inteiras se organizarem na luta contra as derrubadas. Nesses conflitos, muitas famílias tiveram suas casas derrubadas ou queimadas a mando de proprietários. Nos confrontos abertos, maridos/companheiros de quebradeiras foram mortos, assim como vaqueiros e encarregados de fazendas (ANDRADE, 1997).

Ao se prepararem para o enfrentamento de situações adversas e na medida em que eram pressionados pela violência, esses sujeitos aumentavam sua consciência política. No que concerne às quebradeiras de coco, sua decisão de enfrentar restrições de fazendeiros/grileiros e suas iniciativas para “empatar” a derrubada de palmeiras, confrontando-se com proprietários e tomando a frente em muitas das negociações, incentivaram a emergência expressiva de um movimento social organizado.

Mulheres e mobilização camponesa

Em fins da década de 1980 e início dos anos 1990, em meio a conflitos de terra, mulheres agroextrativistas se mobilizaram, identificando-se coletivamente

como “quebradeiras de coco” e criando uma organização. Considerando-se a perspectiva de Hobsbawm (1995, p. 406), o MIQCB constitui um dos “novos movimentos sociais”, cujas características são defesa ambiental e ecológica, afirmação de identidade étnica e demandas de gênero. Nestes novos movimentos, tanto o cultural, quanto o econômico são apresentados como elementos fundamentais.

A primeira tentativa de organização formal de quebradeiras de coco foi em 1989, algo que só veio a ser oficializado em 1991 com a fundação da Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (AMQCB). Segundo Dona Maria Adelina Chagas, ex-coordenadora geral da organização, a partir de 1995 é que a articulação passou a se chamar MIQCB.

A análise da mobilização de quebradeiras de coco pode ajudar a compreender um processo cada vez mais comum na contemporaneidade: o fato de os movimentos sociais rurais politizarem seus termos locais, passando os sujeitos a adotarem como designação coletiva as denominações que utilizam para se definir e pelas quais são definidos cotidianamente (ALMEIDA, 1995, p. 62). De fato, mulheres camponesas assumiram uma identidade grupal tendo como referência primeira o fato de praticarem a quebra do babaçu e de ser esta uma prática costumeira em seu cotidiano, uma atividade a partir da qual elas se representam e são representadas.

Quando se discutem as lutas sociais no campo, costuma-se vitimizar pura e simplesmente os trabalhadores. De acordo com Luna (1984, p. 89), ao se tratar de lutas camponesas no Brasil, quase sempre se faz referência à pobreza das relações sociais, a um suposto isolamento dos trabalhadores, chegando-se a duvidar de suas possibilidades de mobilização e organização social. No caso em análise, sobretudo a partir de meados da década de 1950, quando da explosão de ocupações de terras e, a seguir, da reorientação do mercado econômico liberal, avaliava-se que os trabalhadores agroextrativistas se enfraqueceriam politicamente, ficando à margem do mercado. No entanto,

quebradeiras de coco [...] romperam com essa representação pictórica e usual e com a moldura do exotismo da floresta, que tradicionalmente as envolviam. Descongelaram esta imagem folclórica, quebraram a imobilidade iconográfica de décadas e se derramaram organizadamente nas estruturas do campo do poder e nos circuitos de mercado, desnaturalizando-se e afirmando sua nova condição. (ALMEIDA, 1995, p. 19)

Fruto de processos socioculturais e político-econômicos da segunda metade do século XX, o movimento de quebradeiras de coco se gestou no período em que o sindicalismo tradicional havia cedido espaço ao novo sindicalismo, em que a agricultura familiar tornava-se objeto de novas políticas desenvolvimentistas e as identidades apresentavam-se mais múltiplas e de forma mais acentuada. O MIQCB emergiu num contexto em que o campo brasileiro caminhava para novas

alternativas de sobrevivência, em que as questões sociais e os desafios ambientais se fortaleciam como pauta de discussões. Desse modo, outras estratégias de organização foram estabelecidas, como novas formas de relação com a terra, especialmente o desenvolvimento de agricultura orgânica e alternativa, e novas formas de relação com a natureza, como a criação de reservas extrativistas.

Diversos agentes, movimentos e instituições, cada um atuando em diferentes perspectivas, foram importantes para o processo de articulação de quebradeiras de coco. A Igreja Católica, por exemplo, mantinha contato com aquelas mulheres através de padres e missionários, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e de algumas organizações como a Cáritas, fundada em 1956, a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), criada em 1965, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituída em 1975. Essas entidades realizavam atividades junto aos camponeses e os apoiavam durante os conflitos. Muitas vezes, as quebradeiras de coco, mais que representar, eram a Igreja Católica em seus povoados; elas podiam constituir o núcleo humano central, por exemplo, das CEBs e dos Clubes de Mães.

As relações estabelecidas com a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDH), o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru), a Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (Assema),⁸ alguns setores partidários e, mais recentemente, com alguns intelectuais também foram significativas no processo de organização do MIQCB.⁹ Mas se há uma multiplicidade de instituições e sujeitos que, de algum modo, se relacionam ao surgimento e desenvolvimento do MIQCB, este movimento tem sua base no próprio cotidiano das quebradeiras. Certamente, foram das caminhadas em direção aos babaçuais e durante a quebra do coco babaçu, atividades frequentemente realizadas em grupo por mulheres, que derivaram sociedades de assistência mútua, formas originais de organização, como as que levaram ao processo de surgimento daquele movimento.

Para o entendimento das dinâmicas dos movimentos sociais contemporâneos, há de se considerar quatro principais elementos: as redes sociais que envolvem seus participantes; identidades acionadas durante conflitos coletivos; estruturas construídas a partir de compreensões partilhadas e estruturas de

8 Criada na microrregião do Médio Mearim maranhense em 1989, é uma organização não governamental que teve importante atuação no processo de articulação das quebradeiras. Composta por trabalhadores rurais e assessores técnicos, em sua maioria pesquisadores, seu objetivo, desde o início, foi atender as demandas de agricultores e extrativistas da região, prestando assistência técnica, jurídica, econômica e política para as associações e cooperativas dos trabalhadores.

9 Alguns políticos, sobretudo do Partido dos Trabalhadores (PT), e intelectuais também estiveram junto a quebradeiras de coco e agricultores na época de conflitos. A própria constituição do MIQCB deve ser pensada a partir das influências que acadêmicos, sobretudo antropólogos, exerceram na mobilização dessas mulheres. Ao que tudo indica, esses políticos e intelectuais encontraram um terreno organizacional mais ou menos estruturado pela Igreja Católica, como clubes de mães, grupos de mulheres e outros espaços de socialização, sobre o qual eles atuaram.

oportunidades políticas (FAVARETO, 2006, p. 28). Sem dúvida, o MIQCB é composto por redes de sociabilidades complexas que incluem associações, clubes, comissões, grupos de mulheres e cooperativas que lutam pela preservação de babaçuais, pela garantia de terras, por políticas voltadas para o extrativismo e para a agricultura familiar, pelo livre acesso aos babaçuais e pela equidade de gênero e étnico-racial.

O MIQCB concentra-se em quatro estados da Federação, estendendo-se “por centenas de povoados distribuídos desde o vale do Parnaíba, no estado do Piauí, até o vale do Tocantins, nos estados do Pará e do Tocantins, atravessando diagonalmente o estado do Maranhão” (ALMEIDA, 1995; SHIRAIISHI NETO, 2001, p. 15). Existe uma significação territorial/espacial nesse movimento que ultrapassa as divisões geográficas tradicionais. A identidade de “quebradeiras de coco” é pensada e vivida através de processos que não necessariamente acordam com os padrões cartográficos estatais. Segundo Rêgo (2004, p. 59, 88-89), a formação e a consolidação do movimento de quebradeiras de coco são contrárias à ideia de homogeneização do território, uma vez que existe uma diversidade nas formas de ocupação e uso do espaço e dos recursos naturais. Assim, embora os discursos das quebradeiras organizadas em movimento estejam vinculados à preservação dos babaçuais, não existe uma homogeneidade territorial na sua ação.

Alguns depoimentos afirmam que foi no Maranhão, mais precisamente na microrregião do Médio Mearim, que teve início o MIQCB. Lideranças do movimento apontam que com a criação da Assema, em 1989, foi instituído um grupo de estudos de mulheres camponesas. De acordo com Dona Maria Adelina Chagas, esse grupo de estudos teve o apoio e o incentivo de uma pesquisadora que atuava junto a quebradeiras do Médio Mearim. A Assema foi resultado da atuação de trabalhadores e trabalhadoras dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) dos municípios de Lago do Junco, São Luís Gonzaga do Maranhão, Esperantinópolis e Lima Campos (todos pertencentes àquela microrregião), que se organizaram com o objetivo de assegurar as terras que haviam conquistado após os conflitos.

A partir das reuniões naquele grupo de estudo, quebradeiras do Médio Mearim teriam se mobilizado em prol de uma organização própria e em busca de maior representatividade política através da articulação interestadual. Dona Maria de Jesus Bringelo, uma das lideranças do MIQCB, envolvida em luta pela terra desde 1976 e em grupo de mulheres desde o final dos anos 1980, disse em entrevista:

quando nós criamos o MIQCB, nós já tínhamos um grupo de estudos de quebradeira na Assema. Sempre o objetivo de criar o Movimento veio em função mesmo de estar criando uma identidade para as quebradeiras e lutando contra as derrubadas, lutando para preservar o babaçu.

Também em 1989, quebradeiras da baixada ocidental maranhense iniciavam reuniões com a SMDH e, por meio do Projeto Babaçu, passaram a ter apoio desta instituição. Assim, num primeiro momento, a mobilização se caracterizou por ações localizadas de quebradeiras, que se organizaram inicialmente em seus povoados, com o apoio de instituições diversas, inclusive de pesquisadores e membros da Igreja Católica.

Em 1990, ao redigir uma “Carta Aberta aos Trabalhadores Maranhenses”, quebradeiras de coco babaçu do Maranhão, hoje associadas ao MIQCB, permaneciam organizadas em pequenas associações, comissões e grupos, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, o Grupo de Mulheres de Esperantinópolis, Comissão de Quebradeiras de Monte Cristo, Grupo de Quebradeiras de São José dos Mouras e Grupo de Quebradeiras de Poção de Pedras (TEMPOS NOVOS, 1990, p. 5).

Inicialmente, as quebradeiras não tinham participação direta na Assema, uma vez que os representantes dos trabalhadores nessa associação eram todos homens. Sem dúvida, nesse período, ainda era muito forte o preconceito para com as mulheres que participavam de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). As mulheres do campo não tinham o reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais e não podiam gozar amplamente dos benefícios dessa categoria. O preconceito por elas sofrido acabava dificultando a efetiva participação junto aos sindicatos (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1989, p. 26).

É verdade que muitas mulheres não aderiram ao MIQCB em razão de suas relações familiares. Ao que tudo indica, por conta da falta de espaço para uma maior atuação junto aos STRs e em virtude da pouca representatividade junto à Assema, quebradeiras de coco decidiram criar um movimento próprio. Depois da fundação do MIQCB, algumas quebradeiras começaram a participar das tomadas de decisão na Assema, já que havia todo um trabalho visando à valorização das mulheres e sua atuação na esfera pública. Desenvolveram-se, então, cursos de formação e capacitação de lideranças, seminários, encontros, oficinas, o que contribuiu também para discussões sobre os problemas relativos à mobilização e à economia do babaçu e principalmente sobre as desigualdades de gênero.

Com a organização do MIQCB, as quebradeiras ganharam visibilidade não só na esfera da produção, mas também no campo da comercialização, pois antes, na maioria das vezes, somente homens se envolviam no processo de venda do coco (MARTINS, 2001). Ainda assim, os problemas persistiram, tendo em vista que, como aponta Almeida (1995), há um desconhecimento quase total da economia do babaçu, fazendo das quebradeiras alvo de planejamentos externos que visam apenas a lucros próprios.

A educação formal também passou a ser encarada como importante instrumento, inclusive no que tange à igualdade de gênero, pois tem sido uma alternativa: educar crianças, questionando discursos e práticas de dominação masculina, enfatizando as diferenças entre homens e mulheres, assim como buscando não perpetuar desigualdades.

Um dos elementos que perpassou todo o processo de afirmação da identidade de quebradeiras de coco residiu na busca de autonomia nas relações com seus maridos/companheiros e de igualdade de espaços, a partir da qual pudessem participar mais efetivamente das tomadas de decisão no âmbito familiar. Esta foi sempre uma barreira para as quebradeiras, pois muitas nem ousavam sair de casa para frequentar reuniões a fim de evitar conflitos com seus cônjuges. Outras frequentavam as reuniões de mulheres camponesas, mas ficavam receosas sobre o que poderia acontecer ao voltarem para casa. Muitos maridos/companheiros não queriam que suas esposas/companheiras participassem de lutas, empates e reuniões.

As principais alegações dos maridos giravam em torno do papel atribuído ao que convencionalmente se denomina uma “mulher de bem”, a uma mulher que deveria ter como princípios básicos os cuidados com casa, marido e filhos. Afastar-se dos afazeres domésticos para atuar no espaço público podia indicar falta de seriedade por parte da mulher, algo que, não raro, aparecia no discurso dos homens como falta de observância às regras conjugais e aos parâmetros instituídos pela comunidade.

A maioria das quebradeiras não tinha o apoio de seus cônjuges no início da mobilização. Algumas delas chegaram a se separar para continuar no MIQCB. Dona Maria Adelina Chagas enfatizou que, no início da articulação, muitas quebradeiras diziam para seus companheiros: “sabe, meu bem, é você que eu amo, eu vou lá pra fora para trabalhar”, mas de nada adiantava, pois os conflitos conjugais continuavam e muitas separações foram inevitáveis. A respeito disso e apontando para o aparecimento de novas relações que foram se dando no campo familiar, quando da inserção das quebradeiras no MIQCB, Dona Cândida Barros falou com pesar: “Nós sabemos da destruição da nossa família, por largar nossos filhos, nosso marido”.

Assim, segundo Antunes (2006, p. 144, 146), o processo de empoderamento das quebradeiras na esfera pública nem sempre veio acompanhado de mudanças nas relações que estabeleciam com seus maridos/companheiros. Ela argumenta que muitas quebradeiras eram lideranças empoderadas no espaço público, mas, em contrapartida, mulheres desempoderadas no espaço doméstico. Algumas delas assumiram atuação importante nas relações com organismos estatais e financeiros e tornaram-se líderes em suas comunidades, porém, entre quatro paredes, muitas vezes ainda se encontram submetidas aos ditames de seus maridos/companheiros, vendo-se obrigadas a negociar (de modo muitas vezes desigual) cada passo dentro e fora de seus lares.

Considerações finais

O “Eldorado maranhense”, o “ouro fosco”, o “sustentáculo” e a “riqueza” da economia do estado são as representações sobre o babaçu aos olhos do

governo e dos investidores, fundamentadas essencialmente numa base material e econômica. De outro lado, para além de um olhar economicista do governo e dos investidores (comerciantes, empresários) e pesquisadores, as significações atribuídas por quebradeiras de coco às palmeiras de babaçu, fonte de sua sobrevivência e motivo de sua identificação, se inscrevem nas suas práticas cotidianas, através da íntima relação com esse recurso, e se manifestam simbolicamente em seus discursos.

A partir da década de 1980, as agroextrativistas começaram a aparecer nas páginas de jornais e revistas como componentes de uma economia do babaçu. No limiar dos anos 1990, alguns desses mesmos veículos de divulgação chegaram a noticiar a extinção dessa economia e o desaparecimento das quebradeiras de coco. Nesse período, o óleo de babaçu perdeu espaço no mercado de exportação e os compradores do produto voltaram seus olhares para o óleo de copra (retirado da amêndoa do coco de praia) da Malásia. As indústrias nacionais produtoras do óleo de babaçu ficaram abaladas com essas influências do mercado e, nessa época, perguntava-se até quando as quebradeiras de coco sobreviveriam diante dessa incerta política econômica. Sem dúvida, a chamada reestruturação competitiva e a internacionalização da economia foram apenas novas formas de aumentar a exploração vigente. E, certamente, sem o lucro econômico que as palmeiras de babaçu representavam, a devastação tendeu a se acirrar (TEMPOS NOVOS, 1990, p. 8).

Esse processo implicou uma ampliação das lutas camponesas, com destaque para a atuação de mulheres que passaram a demandar políticas agrárias mais amplas, ao mesmo tempo em que aliavam a essas políticas suas formas cotidianas de luta e resistência. Um dos resultados dessas lutas foi a implementação da “Lei Babaçu Livre”¹⁰ que, em grande medida, subverte o princípio de propriedade privada, separando-a dos recursos naturais que, desse modo, poderiam ser explorados em regime comunitário pelos extrativistas. Com a lei, outro desafio passou a ser a fiscalização das áreas de babaçuais, a fim de que, nos municípios onde a lei vigorava, o acesso comunal àquelas áreas fosse garantido.

Nessa direção, pode-se afirmar que leis e costumes se debatem na organização das formas de acesso à terra, trabalho e relações sociais: trata-se de fragmentos de leis antigas e do direito costumeiro gerado em contracorrente ao direito escrito nos códigos dominantes (MOURA, 1988, p. 20). No caso específico

10 No Maranhão, são beneficiados pela lei os municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga do Maranhão, Lima Campos, Capinzal do Norte, Imperatriz e Peritoró. Atualmente, um projeto de lei federal, sob o nº 747/2003, tramita em nível de Congresso Nacional. Em seu sentido mais amplo, a Lei Babaçu Livre estabelece: “As matas nativas constituídas por palmeiras de coco babaçu em terras públicas, devolutas ou privadas são de livre acesso às populações agroextrativistas e de livre uso por elas”, caso “as explorem em regime de economia familiar e comunitária, conforme os costumes de cada região, na forma do regulamento”.

da “Lei Babaçu Livre”, o Direito Civil e o Direito Agrário brasileiro têm sido incapazes de comportar relações sociais como a dos produtores extrativistas para quem as árvores são mais importantes do que a terra. Tanto o Direito Civil, que privilegia a propriedade privada, quanto o Agrário, que impõe o caráter social à propriedade da terra e não o estendeu à cobertura vegetal, são insuficientes para pensar aquelas relações (SHIRAISHI NETO, 2001, p. 52, 54).

Vale ressaltar, no entanto, que “a luta pela terra e pelo acesso a outros recursos produtivos não assume apenas a dimensão mais visível das lutas camponesas”. Ela se configura em um nível menos perceptível, por meio de formas outras de resistência, relacionadas às estratégias construídas pelos camponeses para trabalhar e garantir a reprodução de sua família, mesmo em condições extremamente desfavoráveis (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 14).

Referências

ABREU, S. F. *O côco babassú e o problema do combustível*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, 1929.

ALMEIDA, Alfredo W. *Quebradeiras de côco babaçu: identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995)*. São Luís: MIQCB, 1995.

AMARAL FILHO, Jair do. *A economia política do babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências*. São Luís: SIOGE, 1990.

ANDRADE, Maristela (Org.). Mutirões, empates e greves: divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. *Revue Lusotopie*, [S.l.], v. 12, n. 1-2, p. 175-189, 2005.

_____. *Terra de índio: identidade étnica e conflito social em terras de uso comum*. São Luís: UFMA, 1999.

_____. *Viúvas entre a violência e a impunidade*. São Luís: NAV: UFMA, 1997.

ANDRADE, Maristela; FIGUEIREDO, Luciene. *Na lei e na marra: a luta pelo livre acesso aos babaçuais*. São Luís: Projeto Olhar Crítico, ActionAid do Brasil, 2004. Mimeografado.

ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, E.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. (Orgs.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília (DF): MDA/PEPIGRE, 2006. p. 123-149.

ARAÚJO, Helciane de F. MARTINS, Cynthia; MAGALHÃES, Ana C. As quebradeiras de coco babaçu e a luta pelo fim da sujeição no campo. In: FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. *Direitos humanos no Brasil: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo, 2004.

BABAÇU, uma riqueza maranhense. Bibliografia. *Revista de Geografia e História*, São Luís, 1961.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi: Antropos-Homem. v. 5. Lisboa, 1985.

CASTRO, Lucimeire. *O imaginário sobre o corpo em uma comunidade de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica)–Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2001. 165 f.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo*. Goiânia, 1989.

_____. *Conflitos no campo: espinhoso caminho para a liberdade*. Goiânia, 1990.

DEMOCRACIA VIVA. Rio de Janeiro, n. 23, ago./ set. 2004.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 19 abr. 1940.

_____. São Luís, 1938.

ESCOBAR FILHO. O babassú e seus sub-produtos. *Revista da Associação Comercial do Maranhão*, São Luís, n. 221, jan. 1943.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores. Os trinta anos de novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, 2006.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 73-90, dez. 1993.

FIGUEIREDO, Luciene. *Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco no Maranhão*. 2005. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar)–Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI, 2002. (Colección Memorias de la Represión)

JORNAL PEQUENO. São Luís, 8 abr. 1954.

LUNA, Regina C. *A terra era liberta: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré-Maranhão*. São Luís: UFMA/SEMA, 1984.

MARANHÃO. Maranhão em Dados. Governo do Estado. São Luís: Departamento Estadual de Estatística, 1942.

MARTINS, Cynthia. Acesso aos babaçuais e a relação entre as atividades econômicas no Médio Mearim, Baixada Maranhense, Tocantins e Piauí. In: ALMEIDA, A. W. B. et. al. (Orgs.). *Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados*. 2. ed. São Luís: MIQCB: Balaio Typographia, 2001. p. 139-180.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis*. São Paulo: UNESP, 2008. (Coleção História Social do Campesinato)

MOURA, Margarida. A violência do favor e a violência do contrato em processos de invasão e expulsão da terra camponesa. In: _____. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. (Corpo e Alma do Brasil).

O IMPARCIAL. São Luís, 3 mar. 1941.

PACOTILHA, [S.l.], 15 jun. 1891.

RELATÓRIO do I EIQCB. São Luís: MIQCB, 1991.

RÊGO, Josoaldo. *A geo-metria do poder: a condição multiescalar da dinâmica de organização espacial*. 2004. Monografia (Curso de Geografia)–Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

REVISTA DA ACM. São Luís, fev. 1937.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 8. n. 1, p. 29-42, jan./ jun. 2005.

SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão*: dirigida aos pobres deste reino de Portugal. 8. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Babaçu livre: conflito entre legislação extrativa e práticas camponesas. In: ALMEIDA, A. W. B. et. al. (Orgs.). *Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados*. 2. ed. São Luís: MIQCB; Balaio Typographia, 2001. p. 47-72.

TEMPOS NOVOS. São Luís, n. 75, fev. 1992.

_____. São Luís, ano 7, n. 66, dez. 1990.

UM NOVO modo de vida existe no campo. *Assema em Revista*, Pedreiras (MA), dez. 2004.

AS JOVENS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) EM SANTA CATARINA*

*Sirlei A. K. Gaspareto***

*Marilda A. Menezes****

O presente artigo analisa as propostas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), relativas à construção de um projeto de agricultura camponesa em Santa Catarina quanto às demandas e perspectivas de vida das jovens militantes, ativas no cotidiano do MMC. No entanto, quando refletimos sobre suas perspectivas de vida e trabalho, explicitam-se impasses em relação às suas possibilidades de permanência no campo.

O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) que, posteriormente, se transforma no MMC, começa a se organizar no início da década de 1980¹ quando as famílias de agricultores vivenciaram os impactos do endividamento nos bancos, baixos preços dos produtos agrícolas e fim dos subsídios agrícolas.² Esse período é também marcado pela atuação de vários outros movimentos e organizações da Igreja, tais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as pastorais sociais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sindicatos, associações, o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), o Movimento de Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros.

Gradativamente, algumas mulheres foram conquistando visibilidade social, o que evidenciava as contradições de gênero, classe e etnia. Começaram

* Agradecemos as valiosas críticas, sugestões e comentários de Emma Siliprandi, pesquisadora do Nepa/Unicamp, e Rosineide Cordeiro, professora do PPGSS/UFPE e pesquisadora do Fages/Gepcol-UFPE, às versões preliminares deste artigo. As falhas e lacunas são de inteira responsabilidade de suas autoras.

** Mestre em Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal de Campina Grande.

*** Professora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal de Campina Grande.

1 Trata-se de movimentos autônomos de mulheres do meio rural e não vinculados a outros movimentos ou organizações como MST, MAB, MPA, sindicatos, igrejas ou qualquer outra organização. Em Santa Catarina, inicialmente era conhecido como OMA (Organização das Mulheres Agricultoras); posteriormente, quando assume um caráter de movimento social específico de mulheres agricultoras, passa a se designar MMA (Movimento de Mulheres Agricultoras), assim denominado até o ano de 2004, quando no Brasil os movimentos autônomos de mulheres do campo se constituem enquanto novo ator social (não todos; há sete estados do Norte e Nordeste que não aderiram, MMTR-NE), assumindo-se então como MMC (Movimento de Mulheres Camponesas).

2 "Na década de 1980, o agravamento do desequilíbrio do setor público levou o governo a promover uma violenta redução da disponibilidade total de crédito rural (principalmente de investimento), entre 1979 e 1984, voltando a crescer um pouco em 1985, mas com uma taxa de subsídio decrescente, que passa de 38%, em 1980, para 2,3% em 1985; com a introdução da correção monetária, a partir de 1984, a taxa de subsídio voltou a subir em 1986, com o Plano Cruzado, para desaparecer novamente, a partir do segundo semestre de 1987" (ROMEIRO, 2002, p. 129).

a discutir sobre as relações de gênero tanto no que se refere à subalternidade aos maridos, quanto aos órgãos de representação política (sindicatos). Elas organizaram suas bandeiras de lutas enquanto movimento social autônomo de mulheres agricultoras, que se propunham a articular as lutas de gênero e classe.³ As suas demandas, até então ocultadas no chamado mundo “privado”, foram se tornando públicas, como as lutas contra a violência, as relações de dominação na família e pela igualdade. Tais reivindicações vão sendo constituídas como direitos das mulheres no próprio processo da luta, a exemplo do reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, documentação pessoal e profissional, aposentadoria, entre outros.

Ao longo dessas duas últimas décadas, considerando as transformações vivenciadas na agricultura e nas condições de reprodução social da família, as mulheres organizadas no MMC foram ressignificando suas lutas, projetos e perspectivas em relação ao campo. Na dinâmica interna do MMC, por meio de encontros, cursos, conversas informais, reuniões e atos políticos, algumas dificuldades das jovens foram ganhando visibilidade: acesso à terra, à educação, à renda e autonomia em relação aos pais. Isso tem levado muitas jovens a buscarem alternativas fora das atividades agrícolas, como ressaltam vários trabalhos realizados em diversas regiões do Brasil (CASTRO, 2005; MALLMANN, 2004; MENEZES, 2009; STROPASOLAS, 2006; WANDERLEY, 2007; WEISHEIMER, 2005). Este artigo pretende analisar como as demandas específicas das jovens vão se constituindo em objeto de atenção do MMC da região oeste de Santa Catarina. Privilegiamos cinco aspectos principais: o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na região oeste de Santa Catarina; as jovens militantes do MMC e suas características de idade e escolaridade, bem como a iniciação no movimento; a jovem camponesa como uma construção política; as propostas do MMC para as jovens; e os seus projetos de vida.

Realizamos um levantamento inicial com 21 jovens camponesas, estabelecendo alguns critérios para a escolha daquelas a serem ouvidas; entre eles: as que já possuíam maior envolvimento nas atividades do MMC e as que, escolhidas por essa organização, concluíram ou estavam frequentando algum curso de formação. Após o primeiro contato, definimos trabalhar com 10 jovens, tendo como critério principal aquelas que possuísem maior envolvimento em atividades do MMC/SC, reconhecidas pelo movimento como “militantes”. Estamos mantendo os nomes originais, porque se trata de personagens públicas e que, portanto, têm visibilidade na construção dos movimentos de mulheres camponesas.

3 Paulilo (2009, p. 182) mostra como as questões de gênero e classe acompanham a trajetória do movimento de mulheres agricultoras: “No início, o que atraía as mulheres para o MMA eram as questões trabalhistas, tais como: serem consideradas produtoras rurais, com direito à assistência em caso de acidente de trabalho; aposentadoria aos 55 anos; salário-maternidade e pensão-viuvez. A Constituição de 1988 abriu possibilidades para a reivindicação desses direitos que, aos poucos, foram sendo regulamentados. As questões trabalhistas eram mais importantes que as de gênero. Porém, nos anos 1990, começaram a despontar entre as militantes questões propriamente feministas, e as mulheres passaram a insistir na autonomia do movimento frente à Igreja, ao Estado e aos partidos políticos”.

Inspiradas na metodologia da história oral, buscamos ouvir e compreender as percepções das jovens militantes quanto ao trabalho, família e vida no campo e não apenas as propostas do Movimento para as mulheres e especificamente para as jovens.

A formação e a atuação do MMC no oeste de Santa Catarina

A partir dos anos 1950, a região oeste de Santa Catarina foi palco de novas atividades no ramo agroindustrial, como a instalação de frigoríficos. Em outubro de 1952, o frigorífico S.A. Indústria e Comércio Chapecó instala-se na cidade de Chapecó; em 1956, o Frigorífico Indústria e Comércio Ltda. (Incomasa); e em 1969, a Cooperativa Central Oeste Catarinense, voltada à industrialização e comercialização da produção de suínos. Naquele período, há uma expansão dos centros urbanos, com a crescente migração da área rural para a cidade. Na década de 1970, intensifica-se a expansão do setor agroindustrial. Como exemplo, tem-se a Cooper Alfa, que atua no ramo de beneficiamento, processamento e industrialização de cereais (ALBA, 2002). Assim, ao mesmo tempo em que na região existia a produção agrícola familiar, foram se consolidando as grandes agroindústrias, como atividades inter-relacionadas.

Associado ao processo de agroindustrialização, inicia-se a modernização da agricultura,⁴ que se caracterizou pela mecanização, monocultura, insumos, sementes híbridas e agrotóxicos, entre outros. Nesse contexto, paralelo ao processo de integração das pequenas propriedades às agroindústrias, ocorria um processo de fragmentação fundiária. Alguns dados em relação à evolução do número de estabelecimentos agropecuários com área inferior a 10 hectares, na região oeste, mostram que em 1975 eram 26.936 estabelecimentos com área inferior a 10 hectares; em 1980 passaram para 32.613; em 1985 esse número subiu para 40.100 (IBGE, 1995). Verifica-se, nesse período, um aumento do número de pequenas propriedades com consequente redução de área, o que acentua a precariedade das condições de reprodução social da família camponesa. A partir de meados de 1980, aumentam as dificuldades frente à crise vivida na agricultura, sendo que cada vez mais se tornava difícil subdividir a propriedade sob pena de comprometer a produção agrícola necessária para garantir a sobrevivência do núcleo familiar, intensificando a saída de um contingente do meio rural para as cidades. No oeste catarinense, de acordo com o IBGE (2001), no período de 1991 a 2000, migraram do campo para a cidade 102 mil pessoas.

É nesse contexto de fragilidade das condições de reprodução social das famílias e fragmentação das pequenas parcelas de terras que as mulheres agricultoras, por meio de sua militância nas CEBs e das lutas de oposição sindical,

⁴ Para maior compreensão da região oeste catarinense, principalmente em relação ao processo de modernização agrícola, ver Ferrari (2003).

passaram a se reunir e se organizar. Começaram a discutir sobre as relações de gênero tanto no que se refere à subalternidade aos maridos, quanto aos órgãos de representação política, a exemplo do sindicato.

Diferentes momentos e contextos de lutas marcaram o protagonismo das mulheres camponesas do MMC, em Santa Catarina. Propomos a seguinte periodização:

1960-1983: momento caracterizado pela modernização da agricultura que se intensifica na região oeste catarinense e encontra no modelo de integração das famílias rurais às agroindústrias possibilidades e resistências. O período é marcado pelo surgimento dos movimentos sociais do campo. Muitas mulheres estão presentes nos diferentes movimentos sociais e nas pastorais sociais, porém sem visibilidade enquanto sujeito político autônomo.

1983-1994: período que marca o início oficial do MMA/SC, até a conquista do salário-maternidade para as agricultoras. As mulheres agricultoras articularam-se para constituir um movimento autônomo, lutaram pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e pelos direitos previdenciários: aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-acidente de trabalho, pensão em caso de viuvez, salário-maternidade etc. Inseridas num contexto agrícola imerso no processo de recessão econômica, elas também discutem a diversificação das atividades, como alternativa de permanência no meio rural. A partir deste contexto, adquirem significados políticos e acadêmicos os conceitos de *agricultura familiar* e *agricultura camponesa*. Vale ressaltar que o conceito de camponês é anterior aos anos de 1980 e volta ao cenário neste período como uma categoria de construção identitária do MMC. Quanto à agricultura familiar, ela começa a ser usada nesse período no Brasil.

1995-2000: a luta das mulheres agricultoras é marcada pela campanha da documentação, pelo surgimento da Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais⁵ (ANMTR), em nível nacional e no Sul do Brasil, destacando como bandeiras de luta: direito à saúde, educação e o debate em torno do modelo de agricultura química, os transgênicos, agrotóxicos e a garantia dos direitos previdenciários.

2000-2004: período mediado por amplo trabalho de base nos estados onde havia movimento autônomo de mulheres do campo, fator constitutivo para consolidação do MMC,⁶ momento no qual se faz o debate sobre o projeto de agricultura que as mulheres querem construir.

5 Entre os dias 19 e 24 de outubro de 1995, em São Paulo, foi realizado o encontro que firmou a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) como espaço de discussão, elaboração e unificação das lutas. Fazem parte da ANMTR movimentos autônomos, coletivos de mulheres dos movimentos mistos e pastorais (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC, 1997, p. 3).

6 A constituição de um movimento popular, autônomo, classista aflora da necessidade de unificar as lutas feministas, aprofundando a história de luta das mulheres, e elaborar coletivamente a intervenção política para a construção de uma sociedade igualitária. Após intenso processo de estudo com dirigentes e grupos de base em 19 estados, foi realizado, em Brasília, de 5 a 8 de março de 2004, o congresso nacional de consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). (Arquivos internos do MMC.)

2004-2008: são intensificados o debate e a luta em torno do projeto de agricultura desejado. As temáticas relativas à educação, à produção de alimentos e às perspectivas de vida e trabalho das jovens são prioridade no MMC. Tanto ampliam-se as possibilidades dos espaços de socialização das jovens, quanto ganha expressão e visibilidade a articulação da juventude do meio rural por meio da Via Campesina.⁷ Assim, ao longo dessas duas últimas décadas, o MMC altera e redimensiona suas bandeiras de luta, ressignificando seus projetos e perspectivas a partir de novas problemáticas nas condições de reprodução social das mulheres e das famílias na agricultura.

É nesse contexto que a temática das jovens emergiu com maior força no Movimento em Santa Catarina, mais precisamente a partir do ano 2004, quando se vincula ao debate sobre o projeto de agricultura camponesa, que visa contemplar as demandas e necessidades das mulheres e suas famílias. No MMC, o processo de inserção das jovens faz parte e ocorre de forma integrada à dinâmica das lutas assumidas pelas mulheres do movimento. Não se trata de um setor específico, embora sejam realizados momentos formativos, cursos e encontros específicos só para as jovens, que são espaços importantes de sua socialização.

Quem são as jovens militantes do MMC/SC

O Movimento consegue atrair para suas atividades as jovens que moram na roça. Elas não constituem um grupo monolítico em termos da inserção no Movimento. Algumas iniciaram sua militância através de um convite de colegas; outras, casadas, foram sendo motivadas pelo próprio companheiro que militava em outros movimentos. Algumas acompanhavam, desde criança, suas mães em atividades político-organizativas. Por exemplo, Ana Elza Munarini afirma que sua identificação com o Movimento se deu a partir da própria experiência de vida da mãe e da família militante,⁸ cujos membros participam em diferentes movimentos e espaços sociais. Marquiela Trombeta vivia com sua família no interior de Iraceminha/SC. Filha de agricultores, que vivem em regime de integração à agroindústria, diz que chegou ao Movimento quando foi convidada diretamente para fazer o curso *Pedagogia da Terra*. A partir daí foi sendo preparada para a profissão que almejava: “ser professora”. Julciane Inez Anzilago vem de família engajada na comunidade no meio rural e trabalhava no frigorífico Aurora de Quilombo, quando recebeu o convite para estudar pelo Movimento.

7 A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas, comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Sobre os jovens na Via Campesina, ver Mansan (2008).

8 O pai, Antoninho João Munarini, participa da direção regional no Sintraf (Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar); a mãe, Carmem da Rosa Kilian Munarini, integra a direção estadual do MMC e é a coordenadora do projeto das sementes crioulas. A irmã, Camila Munarini, é militante do MST. O irmão, Ângelo Munarini, atua no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

A entrada no Movimento tem origens e motivações diversas. Elas são filhas de pequenos agricultores, descendentes de famílias oriundas, na sua maioria, do Rio Grande do Sul e que em décadas passadas migraram para a região oeste de Santa Catarina. Algumas se preparam para o magistério, outras trabalham em frigoríficos, outras ainda vivem em regime de economia familiar, com a produção de culturas alimentares e comerciais. A partir de seu engajamento político no MMC, as jovens camponesas estão se constituindo como um grupo específico⁹ dentro dessa organização.

Quanto à faixa etária, escolaridade e moradia, observamos que, das 21 jovens entrevistadas, 11 têm entre 14 e 17 anos, nove têm de 21 a 27 anos e um jovem tem 30 anos. É importante destacar que, de acordo com o IBGE, jovens de 15 a 24 anos constituem um grupo populacional de grande importância na sociedade.

No que se refere à escolaridade, 14 jovens têm ensino médio incompleto, duas têm ensino médio completo, três têm curso superior e duas têm curso superior incompleto. O estudo apresenta-se como uma das aspirações das jovens. A principal questão está na insegurança frente às condições para prosseguir-lo, visto que convivem com a instabilidade econômica de suas famílias. Por outro lado, é visível o investimento do MMC para viabilizar o acesso das jovens a cursos superiores. Todas as entrevistadas que estão cursando ou que já cursaram o ensino superior são “militantes” do MMC ou tiveram alguma aproximação com ele. Além disso, o MMC investe na organização da educação popular¹⁰ não acadêmica. Quanto ao local de moradia, 13 das 21 entrevistadas moram na roça; oito moram na cidade e duas moram na roça, mas já moraram na cidade.

As jovens são motivadas pelas propostas que o Movimento lhes apresenta e oportuniza – por exemplo, o acesso à educação. Muitas delas já viveram na cidade e, não encontrando melhores condições, retornaram ao campo. Outras, vivendo no campo, sonham com o mundo da cidade. Há, entre elas, aquelas que buscam encontrar caminhos para dar vazão às suas expectativas, na maioria das vezes não vislumbrando perspectivas frente à difícil realidade vivida no meio rural. Outras, ainda, ao denunciarem a falta de políticas públicas, de terra, de renda e consequentemente a incerteza frente ao sonho de continuarem os estudos, dizem que se essas condições se alterassem, trabalhar e viver no campo seria parte de seus projetos de vida.

9 Referimo-nos a um novo ator social que vai ganhando visibilidade a partir de sua construção identitária. Ele emerge em meio às lutas e experiências do MMC. Não se trata de um *setor* dentro do MMC, conforme acontece em outros movimentos sociais que trabalham com o setor da juventude, setor de gênero, entre outros.

10 Aqui entendemos que se trata de uma educação comprometida e participativa, orientada pela perspectiva de realização de direitos do povo. Uma educação que se baseia no saber da comunidade e incentiva o diálogo. Visa à formação de sujeitos com conhecimento e consciência cidadã e à organização do trabalho político para afirmação do sujeito.

Jovem camponesa: uma construção política

Vários autores têm se dedicado ao esforço de maior compreensão teórica da juventude e das juventudes, visto que não existe um conceito homogêneo. A faixa etária poderá ser flexibilizada a depender da época ou do grupo social, da representação dos próprios sujeitos. Conforme avalia Carneiro, esses e outros critérios¹¹ não podem virar amarras.

Ambos os critérios são igualmente frágeis e carregados de ambiguidades construídas culturalmente. Na verdade, ser jovem corresponde também a uma autorrepresentação que tende a uma grande elasticidade em termos etários, proporcional às dificuldades crescentes de ingresso e a sua informatização excessiva no Brasil. (CARNEIRO, 1999, p. 1)

Entendendo também a flexibilidade e heterogeneidade da categoria juventude, Regina Novaes, no seu estudo sobre as diferenças e desigualdades da juventude brasileira, pondera:

Esses limites não são fixos. Para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo. E, ao mesmo tempo, o aumento da expectativa de vida e as mudanças no mercado de trabalho permitem que parte deles possa alargar o chamado tempo da juventude até 29 anos. Com efeito, qualquer que seja a “faixa etária” estabelecida, jovens da mesma idade vão sempre viver juventudes diferentes. (NOVAES, 2003, p. 121-122)

Vários autores enfatizam que se trata de uma categoria de autorrepresentação, como nos diz Groppo (2000, p. 7): “Juventude é uma concepção, uma representação social ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens”.

No caso das jovens militantes do MMC, entendemos que, além de ser uma categoria heterogênea em termos de idade, escolaridade e com percepções diferenciadas sobre o trabalho e vida no campo, é importante enfatizar que consiste também numa categoria construída em processos de socialização política. Um caso similar é o estudo de jovens do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, realizado por Elisa Guaraná de Castro. Ela diz que: “neste contexto, a própria categoria jovem é construída e seus significados disputados [...] focalizará este ator social, o ‘jovem rural’, no contexto da construção da categoria jovem nesse meio rural” (CASTRO, 2005, p. 12).

¹¹ Weisheimer (2005) identifica cinco abordagens relacionadas ao estudo da juventude rural: 1. juventude como faixa etária; 2. juventude como período de transição ou ciclo de vida; 3. enfoque das gerações; 4. juventude como cultura ou modo de vida; e 5. juventude como representação social e autorrepresentação.

Santos, em seu estudo sobre os jovens militantes do MST no estado de Sergipe, também ressalta a importância da socialização política na construção da juventude nos movimentos sociais:

Destacamos, essencialmente, que um certo segmento da juventude, seja de classe e status privilegiado ou não, seja rural (o nosso objeto é a juventude rural sem terra, que não goza, portanto, de situação econômico e social privilegiada) ou urbana, tem construído sua identidade em torno também de movimentos sociais, dentre estes o MST, na sociedade contemporânea. (SANTOS, 2008, p. 25)

Quanto à categoria *jovem camponesa*, é uma linguagem que foi sendo utilizada no MMC para identificar a jovem, atribuindo-lhe um lugar específico na família camponesa e no Movimento. Assim, são as jovens que participam do MMC e vão se tornando militantes, ou seja, atores políticos importantes quando se pensa nas condições de vida e trabalho no campo. No entanto, a identificação enquanto jovem camponesa não é um processo linear, automático que deriva do fato de ser de uma família que vive do trabalho na terra ou de ser uma participante do Movimento de Mulheres Camponesas. É um processo permeado de contradições e ambiguidades, em que estão em disputa concepções associadas à categoria camponês e outras como “jovens da roça”. Ao se pensarem enquanto jovens camponesas, elas explicitam o quanto é forte a reprodução de preconceitos em relação ao campo. A entrevista feita com Ana Elza explicita:

Agora falar de camponês é um pouco mais complicado, aí a gente tem que falar um pouco mais, o que é o camponês, o que é uma jovem camponesa, e muitas vezes, pra você não falar isso, você acaba dizendo que você é jovem e mora no interior, pronto né. (Ana Elza Munarini)

Algumas relatam que é mais fácil dizer que mora na roça. Dessa forma, não precisam indicar os atributos negativos impregnados ao termo camponês. Sobretudo, porque as jovens falam a partir de uma realidade histórica local que tem, por muito tempo, associado os termos “camponês” e “colono” a sujeitos sociais posicionados em lugares inferiores na sociedade. Segundo a entrevistada:

Se eu falar que eu sou camponês, as pessoas vão pensar: o que é isso? Muitas pessoas não sabem, né. Ou se sabem, sabem que o camponês é um coitado, e muitas vezes pra gente não passar por esse coitado, a gente acaba ah, [...]. (Ana Elza Munarini)

Há uma imagem corrente que identifica “camponeses” e “colonos” como “coitados”, seres inferiorizados. Morar no interior, participar do Movimento, saber trabalhar na agricultura não é suficiente para identificar-se como “camponesa”, termo que requer explicações mais concretas.

Talvez o termo camponês não tá bem explicado pra algumas pessoas que pensam que o camponês é o jeca-tatu, que vive todo jogado, todo pinchado, se fosse mais especificado o termo camponês, compreenderiam melhor. (Clarínês Panis)

A associação da imagem negativa de “camponeses”/as atribuída aos “colonos” se estende à identificação “jovem camponesa” que, por sua vez, vai sendo ressignificada e exigindo das jovens novos posicionamentos a partir das suas práticas sociais cotidianas. As duas narrativas anteriores revelam as tensões vivenciadas pelas jovens do movimento no processo de identificação enquanto “camponesas”, devido aos atributos negativos dessa categoria social. Quando as entrevistadas falam da necessidade de explicar melhor o termo, estão reivindicando para si a construção de identidade positiva, que sinalize seu reconhecimento social e político. As jovens do meio rural não querem ser tratadas como “coitadas”, “inferiores”, “matutas”.

Pela diversidade de imagens, algumas negativas, desde o próprio ponto de vista interpretativo destes sujeitos, entendemos que a construção da categoria camponês, bem como de jovem camponesa, ocorre em um campo de disputas de concepções e valores. Como nos ensina Thompson (1981), é uma identidade que se constrói no próprio fazer-se da luta social. Assim, a identidade “jovem camponesa” não é um construto dado *a priori*, mas uma construção política de mulheres – jovens e adultas – envolvidas no MMC/SC. Conforme ressalta Thompson (1981, p. 189): “As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência, desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação”. Isso significa dizer que a construção identitária das jovens é um processo dinâmico em que se articulam aspectos de cultura e classe social.

Tratando especificamente das jovens camponesas, a análise contempla a realidade em que vivem as famílias, a vida no campo com dificuldades e privações, a dupla pressão cultural em que se encontram: de um lado, a cultura tradicional patriarcal e, de outro, a cultura de desvalorização relativa ao campo, que está disseminada através dos espaços institucionais (escola, meios de comunicação social), bem como no cotidiano da vida social, nas relações sociais com outras jovens moradoras das cidades. Nos termos formulados por uma de nossas entrevistadas em Chapecó/SC, em dezembro de 2008, assumir a identidade “jovem camponesa” é “um passo para a mudança”:

“Jovem camponesa” é um passo que se tem para uma mudança. Essa coisa de que no campo tudo é feio. Qualquer coisa serve, que a mulher é menos que o homem, né. A partir do momento que a jovem estudar e que ela puder expor o que ela aprendeu, eu acho que essa categoria vai ser mais importante, eu acho que quando a gente puder expor vai ser diferente. Quando a gente conseguiu atingir a juventude. Eu me refiro à ideologia, à mudança, à forma de viver, os conceitos, o que se aprende no Movimento, a libertação da mulher camponesa. Não mais esse sistema que te oprime, que te faz se sentir envergonhada. (Julciane Anzilago)

A construção política das categorias “camponês” e “jovem camponesa” pretende transformar a visão de trabalho e vida no campo como atrasada, inferior, precária para concebê-lo enquanto lugar com qualidade de vida, em que o sentido do trabalho não é nem opressor nem explorador, mas livre e pertencente a quem produz.

As propostas do MMC para as jovens

É, por sua vez, no contexto das tensões do que significa ser “camponês”, das demandas das jovens e da família e de suas perspectivas de vida, que emergem as propostas do MMC. Destacaremos duas, que consideramos relevantes: o projeto de agricultura camponesa e a possibilidade de acesso à educação formal.

O projeto de agricultura camponesa

Os debates do MMC/SC durante a realização da VIII Assembleia estadual de 2001 foram centrados na perspectiva de construir um projeto de agricultura camponesa agroecológica. Este se constitui em um dos pilares da luta do MMC em âmbito nacional. O documento tese do Movimento esclarece três razões que motivam as mulheres a lutar nesta direção:

Projeto Popular de Agricultura:

- pela viabilização de políticas agrícolas,¹² como por exemplo crédito especial para mulheres;
- pela defesa, preservação, conservação da água e das sementes crioulas, patrimônio da humanidade, como garantia da soberania alimentar;
- pelo direito à terra através da Reforma Agrária e fim do latifúndio e estabelecendo o limite de propriedade. (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2004, p. 5)

12 Entende-se que na luta por políticas agrícolas está inserida a questão dos preços justos, infraestrutura para o campo e direito à habitação digna para quem vive no meio rural e deve ser contemplada enquanto direito das mulheres.

O crédito especial para as mulheres, na avaliação do próprio Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), ficou só no discurso.¹³ Quando de sua formulação, as mulheres tinham a expectativa de desenvolver a produção de alimentos saudáveis, oferecendo às famílias melhor qualidade de vida, bem como agregando valor e formação de renda. Tais questões continuam sendo perseguidas pelo Movimento, embora nem sempre alcancem o êxito esperado. Se as demandas são formalizadas em um dado momento na busca por crédito especial para as mulheres e, em outros momentos, por subsídios para a produção de alimentos saudáveis, o que as mulheres estão propondo é a necessidade de formulação de políticas públicas para viabilizar a produção agrícola. A perspectiva da agroecologia e a luta pela soberania alimentar vão possibilitando às mulheres e suas famílias uma reelaboração nos métodos de produção agrícola. Estas questões estão articuladas com a luta pelo direito à terra através da reforma agrária,¹⁴ que só será possível com mudanças estruturais mais amplas na estrutura fundiária.

Em 2002, buscando aprofundar este debate, o MMA/SC discutiu formas de concretizar este projeto e organizou o programa de produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças. Isso se deu de forma articulada com o debate internacional dos movimentos do campo da Via Campesina que lançam a campanha mundial “sementes patrimônio da humanidade”.¹⁵ Aquele programa fundamenta-se em três demandas do MMC: a prática da recuperação das sementes; a produção de alimentos saudáveis; e maior motivação das mulheres para o estudo. Para construir o projeto de agricultura camponesa agroecológica, cada mulher “deve se tornar cientista de sua própria profissão”. Para o movimento, trata-se de uma luta difícil, cheia de dificuldades, contradições e limites, pois, embora aconteça em enfrentamentos locais – municipais, regionais, estaduais –, situa-se em um campo político definido pelas formas de produção capitalista da agricultura. O projeto de agricultura camponesa é sintetizado no fragmento de Pacheco (2002).

13 Dados fornecidos pela assessora especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário para Ações Afirmativas (MDA), Andréa Butto. Entre 1992 e 2002, o Programa de Agricultura Familiar (Pronaf) teve entre seus beneficiários/as apenas 7% de mulheres (MURDOCH; PRATT, 1993, p. 417).

14 O MMC está de acordo com as posições explicitadas por João Pedro Stédile quando, em entrevista, afirma: “A luta pela reforma agrária vai existir enquanto tivermos na sociedade brasileira a contradição entre 30 mil fazendeiros, 4 milhões de famílias sem-terra e 11 milhões de famílias que estão em programas assistenciais do governo. Menos de 1% dos proprietários controla 46% de todas as terras no Brasil. [...] A sociedade brasileira precisa discutir como enfrentar a crise econômica que está aí. Precisamos discutir como produzir alimentos sem agrotóxicos, como ter uma agricultura sustentável, como preservar a terra, a água e a biodiversidade, que são bens da natureza, repartidas entre todos os brasileiros, e não apenas entre fazendeiros e empresários” (STEDILE, 2009).

15 O objetivo desta campanha é defender os direitos de agricultores/as camponeses/as e familiares, dos povos indígenas e quilombolas de não só produzirem, guardarem e trocarem as sementes, mas também de questionarem a ofensiva neoliberal de monopolizar e comercializar todas as formas de vida.

O Movimento de Mulheres Camponesas, por exemplo, defende um projeto popular para a agricultura, através da agroecologia, da preservação da biodiversidade, do uso das plantas medicinais, da recuperação das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, da alimentação saudável como soberania das nações, da diversificação da produção e da valorização do trabalho das mulheres camponesas. Sublinham a necessidade de fortalecer as experiências de resistência para a construção desse projeto. Relacionam esta pauta com o desafio de enfrentar a cultura patriarcal machista, com suas formas de opressão, discriminação, subordinação e culpa impostas às mulheres e pobres. (PACHECO, 2002, p. 17)

Com as mudanças nas formas de produzir introduzidas pelo pacote de modernização da agricultura no oeste catarinense, as mulheres do MMC perceberam que um projeto popular de agricultura camponesa requer, antes de tudo, considerar aquilo que para o Movimento se constitui enquanto “valores, princípios e limites da agricultura camponesa”. Assim, o Movimento recupera o trabalho familiar como valor que garante a produção diversificada de autosustento e renda. “Possui uma ciência de combinar a produção vegetal e criação animal o ano todo” (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 1999a, p. 29).

O respeito à terra e à natureza é absorvido na convivência que pode renovar a relação entre a mulher, o homem e destes com a natureza. A comunidade é valorizada como lugar de sociabilidades e trocas permanentes. Os princípios defendidos neste “projeto de agricultura camponesa” são baseados na agroecologia que recomenda a preservação do meio ambiente, o cuidado com os recursos naturais (terra, água, ar, biodiversidade, energia etc.), assim como com os bens comuns.

Paulilo (2009, p. 197) entende que a proposta do MMC de cuidar da natureza e do meio ambiente associa-se à ideia de que cabe às mulheres “dar a vida”, e isso “as instrumentaliza para lutar pela “vida na terra”, daí se posicionarem contra tudo o que consideram “estéril”, como as plantas cujas sementes não reproduzem, os transgênicos e os reflorestamentos, que, segundo elas, “secam as águas e impedem a agricultura”.

Quando o Movimento problematiza suas ações a partir de um projeto de agricultura camponesa, ele está dizendo que:

É preciso pensar o acesso e controle dos meios de produção (terra, equipamentos, tecnologia), que possa garantir a segurança e soberania alimentar, a recuperação das sementes crioulas ou tradicionais, respeitando a diversidade local e regional. Distribuir renda inclusive para as mulheres significa valorizar e reconhecer o trabalho da mulher na produção de alimentos diversificados e saudáveis. (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 1999a, p. 31)

Para o MMC, este debate requer uma nova compreensão do trabalho da mulher enquanto possibilidade de humanização e emancipação, pois o Movimento entende que a agricultura camponesa também reproduziu padrões da cultura patriarcal e de opressão da mulher. Por muito tempo, a dominação de gênero vem tratando a mulher como inferior e desprovida de autonomia, invisibilizando seu trabalho e suas potencialidades. A proposta de agricultura camponesa no MMC estabelece uma superação das relações de dominação da mulher. Assim, o desenvolvimento de tecnologias simples, acessíveis, adequadas e que apresentam resultados satisfatórios adquire importância ao tornar o trabalho na agricultura mais leve e rentável. Busca-se valorizar a presença e o poder de decisão feminina, a valorização de uma cultura *camponesa e feminista*¹⁶ que redimensione as relações sociais com a natureza, suas crenças, rituais, festas e mutirões entre outros. O movimento esclarece às mulheres que

fazer agricultura camponesa não se trata de voltar ao passado, mas sim de re-significar valores da cultura camponesa de autonomia, de diversificação da produção, de cuidado com o ambiente, de novas relações. (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 1999a)

A partir de 2002, a compreensão das mulheres e do Movimento em relação ao seu papel na defesa da soberania alimentar aparece com maior evidência. As mulheres que participaram desse debate começaram a desenvolver essa prática que busca a recuperação, a produção e o melhoramento de sementes crioulas de hortaliças.

O programa está sendo desenvolvido com grupos de base do MMC/SC e que mostraram interesse em estudar e desenvolver as experiências em suas unidades de produção e em suas comunidades. As atividades são realizadas em oficinas regionais, utilizando uma metodologia com os princípios da educação popular. Para compor o público participante, as coordenadoras municipais do movimento identificam as mulheres interessadas e quais sementes elas querem recuperar e cultivar. Essas mulheres e suas experiências vão se transformando em referência para outras que vão se agregando ao programa.

Foram organizados grupos de mulheres em 59 municípios, envolvendo 977 mulheres que estão recuperando variedades de hortaliças (TECCHIO;

16 Para o MMC, "o feminismo se constitui enquanto atitude política que analisa as relações de gênero, étnico-raciais e de classe, realiza o enfrentamento ao patriarcado e busca a construção de uma sociedade igualitária com a socialização do poder, da riqueza e do saber [...] O feminismo é uma referência histórica de análise de relações de gênero, étnico-raciais e de classe expressas nas lutas [...] de emancipação das mulheres no mundo (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 1999a, p. 15).

MACAGNAN; MUNARINI, 2005, p. 40).¹⁷ Após a realização das oficinas regionais, aconteceram os seminários para avaliação das atividades, aprofundamento dos temas trabalhados e encaminhamento de propostas para continuidade do programa. No ano de 2003, em Curitiba, o MMA/SC realizou seminário sobre a agricultura agroecológica por intermédio do qual as mulheres socializaram as sementes crioulas produzidas e recuperadas em suas propriedades. Com o lema *Filhas da Terra produzindo sementes crioulas, alimentando sonhos de libertação*, o MMC/SC motivou ainda mais as camponesas para a continuidade na luta pelo que chamou de “novo jeito de viver na agricultura”. Nas oficinas, elas aprendem como começar na prática a construção do projeto popular de agricultura.¹⁸

No Movimento, as mulheres buscam orientações no sentido de que a construção do projeto de agricultura camponesa se fortaleça na medida em que elas próprias recuperam as sementes crioulas, as plantas medicinais, as árvores frutíferas e nativas, as fontes e nascentes de água, produzem de forma diversificada o autossustento e a renda, bem como passam a assumir a reeducação alimentar, buscando estabelecer novas relações entre as famílias e destas com a natureza. Pois,

para as mulheres do MMC, a defesa da Agricultura Camponesa deve ter um objetivo de contribuir na luta para transformar o Brasil em uma nação justa, soberana e digna, que tenha no campesinato a base da produção de alimentos e da preservação da biodiversidade. (Arquivos internos do MMC.)

Vale destacar que tais orientações, formuladas pelas e para as mulheres a partir de suas experiências, serviram de estímulo para mobilizar mais mulheres que, por meio dessas oficinas, começaram aos poucos a alterar algumas formas

17 Entre as variedades de sementes recuperadas, melhoradas e produzidas pelas mulheres, destacam-se: cenoura, tomate, alface, pepino, radiche, feijão-de-vagem, melão, melancia, pimentão, orégano, salsa, batatinha, chicória, rúcula, mostarda, quiabo, chuchu, couve, alho, morango, jiló, melancia de porco, ervilha, gengibre, fava e batata cará.

18 A cartilha usada na formação traz as seguintes orientações: 1. Ter a convicção de que precisa mudar a forma de produzir; 2. Fazer um estudo, um levantamento das potencialidades de que dispõe na unidade de produção; 3. Compatibilizar o que deseja produzir com o tipo de solo, clima e suas condições; 4. Planejar a diversificação da produção vegetal, animal, visando ao autossustento e à renda familiar; 5. Saber que disponibilidade da força de trabalho familiar tem; 6. Organizar o controle financeiro para viabilidade da produção; 7. Estudar, buscar a formação e capacitação de todos os membros da família. Cada pessoa tornar-se-á cientista de sua profissão; 8. Organizar o processo de manejo no solo; 9. Livrar-se dos agrotóxicos, fertilizantes, adubos, químicos, sementes híbridas ou transgênicas; 10. Produzir a própria alimentação; 11. Organizar um pomar diversificado; 12. Plantar árvores e prever a reserva de matas, pois são fundamentais para o equilíbrio ecológico; 13. Avaliar que possibilidade existe de geração de energia; 14. Cuidar da água. Proteger fontes, rios, córregos e mananciais; 15. Exercitar a criatividade, repartir poderes, construindo novas relações entre as pessoas e com a natureza; 16. Participar das lutas da classe trabalhadora pelos direitos e pela transformação da sociedade; 17. Exercitar na troca e partilha das sementes e também na troca de experiências em períodos de plantio e colheita. (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC, 1999a, p. 32).

de trabalho na unidade de produção. Intensificou-se a prática da partilha das sementes crioulas produzidas pelas mulheres; muitas delas motivaram-se para o estudo da agroecologia, outras começaram a repensar a diversificação da produção de autossustento, levando à maior variedade e qualificando a dieta alimentar.

Nessa perspectiva, o MMC foi criando formas de divulgar, informar, animar as mulheres que estão assumindo este desafio. Em 2006, o MMC/SC realizou na comunidade Faxinal dos Rosas,¹⁹ em Chapecó/SC, a primeira Festa da Família Camponesa, que teve como lema: *Somos da família camponesa*. Na festa, o movimento reuniu as famílias que, por meio de apresentações, “almoço natural”, banca de sementes, fizeram uma reflexão, apontando para a necessidade de avançar na discussão sobre o *jeito de viver no campo*, e foram socializadas as conquistas e os frutos da produção agroecológica.

Em 2007, o MMC lançou a campanha nacional pela produção de alimentos saudáveis, com o lema: *Produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza*. Em novembro de 2008, o MMC realizou a Segunda Festa da Família Camponesa em São Miguel do Oeste/SC, onde as mulheres, organizadas nos grupos de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças, apresentaram nas bancas as sementes que recuperaram, alimentos, sucos, artesanato, plantas medicinais, mudas de árvores nativas, entre outras. Assim, as diferentes atividades promovidas pelo MMC, cujo debate incentiva a construção de um projeto popular de agricultura, contam com a participação e o envolvimento das jovens que neste espaço vão acumulando diferentes aprendizados.

Em se tratando da construção do projeto de agricultura camponesa, as jovens destacam três elementos centrais. A renda, para 43% delas, é uma questão que precisa ser conquistada. Entre as demandas estão as políticas públicas para a juventude, o acesso à terra e condições para viabilizar uma agricultura agroecológica e sustentável, possibilidade para continuidade dos estudos. Do total entrevistado, 33% reivindicam espaços de participação nas decisões da família, no movimento e na própria sociedade, bem como autonomia em relação a seus projetos pessoais, ao trabalho, entre outros, e 24% das jovens reivindicam o acesso à terra.

As propostas do MMC despertam interesse em muitas jovens; principalmente o debate a partir do projeto de agricultura camponesa foi muito mencionado. Elas não apenas reconhecem a necessidade de mudança na forma de viver e fazer agricultura, como também se motivam a buscar novos conhecimentos.

19 O local Faxinal dos Rosas carrega um forte simbolismo. De um lado, é a terra de famílias que há mais tempo se engajaram nos movimentos sociais. No caso do MMC citamos a família de Rosa Kilian e Carmen Munarini, cujos filhos e netos estão engajados em diferentes movimentos sociais. De outro, o faxinal era, no período anterior à colonização, um espaço de criação que compatibilizava a criação de gado e plantio, mantendo as árvores, principalmente os pinheiros. De modo geral, os faxinais carregam o nome das famílias. São reconhecidos hoje como comunidade tradicional.

Entre as militantes constata-se que há uma crítica ao modelo extensivo, químico e industrial de agricultura e que se contrapõe ao projeto de agricultura camponesa, à biodiversidade. Mas constatam: “O problema é que nós jovens não temos como e onde fazer essas experiências”. Vão se dando conta de que nem sempre aquilo que o movimento propõe a elas é possível de ser realizado em suas famílias, devido às relações de hierarquia entre pai, mãe e filha e filho, como nos relata Julciane Anzilago:

Foi mecanizado parte da roça e o restante, parte foi plantado reflorestamento de eucalipto, que foi uma briga tremenda entre nós. Eu e a mãe contra e o pai quis plantar e plantou. Foi uma crise. Porque a gente firma uma proposta enquanto movimento contra a monocultura, os transgênicos e essas coisas tudo que a gente entende que não é cultura camponesa e chega em casa e o pai plantou eucalipto e tu reage e aí começa os conflitos. Na parte mecanizada plantamos milho, em boa parte, teve uma época que nós criava suínos e integrados na Alfa.²⁰ E não deu mais porque era mais prejuízo, aí produzimos milho e leite. (Julciane Anzilago)

Algumas dessas jovens mencionaram desejos de exercitar um tipo de agricultura diferente, conforme debatem no Movimento, mas terão de enfrentar as ideias e concepções que defendem uma agricultura química, enraizada em suas famílias, principalmente na figura masculina, que é ainda quem determina e escolhe como fazer os cultivos e a gestão da propriedade. Não raramente, o confronto de tais concepções ocorre ante novos valores que a jovem elabora no Movimento, em relação à agricultura, e aquilo que encontra na família reforça o desestímulo quanto à vida no campo. Questionar a figura do pai até alterar a decisão do mesmo não será tarefa fácil e dependerá de um árduo caminho a ser percorrido. Muitas jovens sentem-se incapazes diante de tais realidades.

Apesar da afirmação do projeto de agricultura camponesa, as jovens esbarram em obstáculos para a sua realização. Muitas delas, além de estarem ausentes das atividades agrícolas, não recebem apoio e estímulo para continuarem no campo. A família camponesa cada vez mais se vê diante de uma situação de não disponibilidade de renda para dividir entre seus membros. Por outro lado, as jovens explicitam um conjunto de dificuldades na roça e de impossibilidades de realizarem seus sonhos. A saída, muitas vezes, é buscar outras possibilidades:

A desvalorização e desqualificação por ser mulher na roça é muito forte. O preconceito por eu estar no movimento. Como as pessoas gozam, dão risada. Em casa mesmo. [...] Cada vez que eu tenho que sair é quase uma guerra que dá na casa porque um não quer, outro fala mal (Marquiela Trombeta).

20 A Alfa ou Cooperativa Regional Alfa é uma empresa que incorporou pequenas cooperativas da região.

Boa parte das jovens tem o sonho de estudar e hoje na roça a gente não consegue estudar. [...]. Parece que a roça é um lugar feio, sem perspectiva de futuro e sem lazer e aí não é isso que a juventude quer. [...] Eu penso assim, pouca juventude quer ser o que o pai e a mãe foram. Porque o que a gente enxerga em nossas mães: sofrimento, muito trabalho, uma vida cheia de trabalho, os pais trabalham muito, mas é diferente. [...] Eu afirmo que a gente tem que recuperar, re-significar muitas coisas que tem de bonito pra juventude ficar na roça, mas a gente não consegue. (Andreia)

As jovens denunciam e reclamam a falta de condições para permanecer no campo. Recolocam em evidência a necessidade de viabilização de políticas públicas,²¹ sociais para as mulheres que historicamente fazem parte da luta das agricultoras/camponesas. Elas afirmaram que “sem políticas agrícolas não dá para fazer agroecologia” (Ana Elza Munarini). No Movimento, muitas delas foram se dando conta de que “o direito à terra e às políticas para agricultura é um desafio para as mulheres e para o conjunto da família camponesa” (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2005).

O acesso à educação

Outra proposta do MMC que desperta interesse nas jovens é a possibilidade de acesso à educação formal. No Movimento, esta questão toma forma nos seus documentos oficiais.

[...] pelo direito e acesso à educação libertadora, não sexista²² e voltada à realidade do campo, através de programas de alfabetização de mulheres e homens no campo, garantia de escolarização com a criação de unidade infantil nas comunidades rurais, 1º e 2º graus, universidade pública do campo. (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2004, p. 5)

A pauta em torno da educação formal está presente desde 1997, quando da realização do II Congresso do MMA/SC, que teve como lema: *Nenhuma trabalhadora rural sem estudar*. Este congresso provocou nas mulheres do Movimento maior estímulo para a necessidade de estudo. A partir daí intensificou-se o

21 Souza (2006) apresenta algumas definições sobre políticas públicas: “Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos [...]”. Dye (1984), “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (SOUZA, 2006, p. 21). Talvez para as camponesas, “a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 26).

22 Entende-se que a perspectiva das relações sociais de gênero, classe e raça deve perpassar a concepção de educação a fim de não reproduzir a desigualdade e as discriminações.

debate junto aos grupos de base e das famílias, resultando na formalização de uma proposta para criar um curso de ensino fundamental e médio para as mulheres do meio rural. Esta proposta foi apresentada às universidades, ao governo federal através do Pronex e ao governo estadual. Naquele contexto, devido às exigências burocráticas postas pela universidade e pelas instituições governamentais, entre outras questões, a experiência não se concretizou. A partir daí cresce ainda mais a motivação das mulheres quanto à necessidade e importância do estudo em suas vidas. Este período faz parte do contexto em que os movimentos da Via Campesina estão preocupados com a construção e o avanço da consciência, além da necessidade de produzir novos conhecimentos. Para os movimentos sociais, existe uma compreensão de que seus/suas militantes necessitam permanentemente do “estudo”. O Movimento, em conjunto com a Via Campesina, assumiu a proposta de intensificar a formação, buscando a viabilização de cursos de educação formal para as lideranças e militantes. Este processo começou a atrair um número maior de jovens mulheres do campo, desejosas de realizar uma de suas expectativas – a continuidade dos “estudos”.

Ao longo desses anos, intensificaram-se as lutas para a formalização de outros cursos para militantes, sendo que a educação formal foi há mais tempo assumida enquanto bandeira de luta prioritária para estes movimentos. No MMA/SC e com a unificação dos movimentos autônomos das camponesas no Brasil, a partir de 2004, houve um convite especial às jovens do meio rural, “buscando-as” pela proposta de seguir seus estudos, frequentando os cursos de nível superior, organizados e coordenados pelos movimentos da Via Campesina. Muitas jovens que permanecem mais tempo no MMC chegaram ao movimento por meio desta proposta. A partir do ano 2000, 26 jovens²³ concluíram cursos encaminhados pelo MMC.

As jovens que concluíram e continuam no MMC estão atuando na direção do Movimento, na organização de base, na coordenação do coletivo de educação e contribuindo na escola Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro, município de Braga, Rio Grande do Sul (Fundep), na Escola Latino-Americana de Agroecologia (Elaa), no grupo de monitoras do Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças e no coletivo de saúde integral.

23 Destas, 13 jovens continuam morando no campo, 15 continuam no MMC e oito não participam mais dele. No curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, três jovens concluíram os estudos; três finalizaram o curso de Pedagogia da Terra; oito terminaram o curso Técnico Agropecuário Ecológico, 10 concluíram o curso de extensão Realidade Brasileira, uma terminou o Curso de Medicina, e uma concluiu Pós-graduação em Educação no Campo. Continuam estudando 19 jovens (algumas terminaram um curso e estão fazendo outro) nos seguintes cursos: três em Medicina, uma em Agroecologia, uma em Pedagogia da Terra, duas em Licenciatura em Educação do Campo, sete integram o Curso da Juventude da Classe Trabalhadora do Campo e da Cidade, duas no Tecnólogo em Agroecologia, uma em Pós-graduação em Educação do Campo, uma no curso de extensão em Filosofia, uma no Curso de Energia e Desenvolvimento Sustentável.

Para a maioria das jovens, o estudo representa a profissionalização. Vale destacar que os cursos buscam motivar as estudantes a refletir sobre suas realidades e diferentes perspectivas de vida. Uma questão que merece destaque é a reflexão sobre como enfrentar o modelo químico de agricultura e propor formas de agricultura agroecológica. Os incentivos à educação oferecidos pelos movimentos sociais têm possibilitado a algumas jovens estabelecer outros olhares sobre si mesmas e sobre suas perspectivas de vida. Entretanto, faz-se necessária uma reflexão sobre esse processo de escolha, bem como dos critérios discutidos para a escolha do público que será beneficiado com a indicação das possibilidades dos diferentes cursos. No caso do MMC/SC há uma orientação para jovens e mulheres, preferencialmente agricultoras, camponesas, que demonstram interesse em estudar diferentes realidades camponesas, a partir de suas experiências e práticas na agricultura. Entende-se que investir na educação da geração jovem, como um caminho para o futuro, qualquer que seja o projeto profissional, está entre as estratégias dos jovens e suas famílias (WANDERLEY, 2007, p. 32).

Neste sentido, as proposições do MMC/SC, tanto o projeto de agricultura camponesa quanto a luta pelo acesso à educação formal somente poderão ser ampliados quando se consolidarem políticas públicas para as mulheres e a juventude. O MMC, ao fazer o debate sobre as políticas públicas,²⁴ chama atenção no sentido de que “este papel social que as mulheres camponesas desenvolvem precisa ser reconhecido como um bem para a humanidade, pois articula a reprodução da vida, geração dos(as) filhos(as) com a garantia da produção do alimento” (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2005, p. 2).

Um dos desafios está em criar políticas públicas que beneficiem as mulheres e jovens camponesas. Tomar politicamente esta decisão é reconhecer a mulher camponesa como sujeito político. Isso implica dar visibilidade à produção das jovens e mulheres e seu papel importante na conservação, preservação e cuidado com a biodiversidade – o que consequentemente servirá de estímulo para muitas jovens pensarem seus projetos de vida a partir da realidade camponesa.

Projetos de vida das jovens

As perspectivas de vida das jovens podem ser mais bem compreendidas a partir daquilo que Thompson (1998) definiu como cultura, ou seja, o modo como os sujeitos lidam com normas, valores, obrigações familiares, relações de parentesco e reciprocidade. Explica o autor:

Os valores não são apenas “pensados”, nem “chamados”; são vividos e emergem no interior do mesmo vínculo com a vida material e as relações

24 Na concepção do Movimento, o Estado, enquanto agente formulador de políticas públicas (POULANTZAS, 1985), precisa resgatar sua dívida social com as mulheres.

materiais em que surgem nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc., necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento), no *habitus* de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e cessaria toda produção. (THOMPSON, 1998, p. 367)

É nesse sentido que a utilização da categoria “experiência” nos permite pensar que as jovens camponesas também percebem de modo subjetivo como a discriminação vai sendo reproduzida social e culturalmente. Perguntadas sobre “que profissão desejam exercer”, elas escolhem as profissões que são mais valorizadas em seus locais de pertencimento.²⁵

O silêncio – expresso na resposta “não sabe” – representa a resposta da maioria das entrevistadas. Esta realidade se repetiu, quando na entrevista foi solicitado que falassem sobre a profissão. As jovens silenciaram, algumas demonstraram em dizer “não sei”, outras baixaram a cabeça, não disseram nada, outras, ainda, suspiraram profundamente, olharam, sorriram. A maioria acrescentou: “menos agricultora”. Elas explicaram que o meio rural está “feio demais”, “a jovem não é valorizada”, “sem perspectiva”, “é muito trabalho e não se vê resultado”; aparece a desvalorização do campo, da mulher, da jovem e da vida camponesa. Este é ainda um lugar de sofrimento. A maneira pela qual vivem seus pais não as motiva: “Não queremos ser e viver como nossos pais”. A falta de renda e de acesso à terra também estão entre as demandas colocadas por algumas jovens. “Não temos acesso à tecnologia, computador, internet”. A não autonomia combinada com o machismo ainda forte na família camponesa, na escola, na Igreja, na sociedade, bem como a falta de oportunidades de lazer, de novas sociabilidades no meio rural foram sempre muito mencionadas pelas jovens.

De 21 jovens, apenas três disseram que desejam para si a profissão de agricultora. Entretanto, a maioria manifestou que, se o campo oferecesse alternativas de vida para as jovens, estas seriam agricultoras. Outras, por sua vez, manifestaram que, independentemente de ter ou não condições dignas, escolheriam outra profissão. Outro dado interessante é com relação ao território da morada. Muitas querem ter outras profissões, mas gostariam de continuar morando na área rural. Expressam o desejo de exercerem uma profissão na cidade, mas escolhendo o campo como lugar de moradia e destacando centralmente o contato com a natureza e o que dela pode ser aproveitado. Nessa questão, percebe-se a influência do MMC, que vai alterando as concepções das jovens e ressignificando o campo enquanto lugar de qualidade de vida, como mostra o relato de Ana Elza Munarini:

25 Vejamos as respostas: nove não sabem que profissão querem, mas enfatizam que não querem ser agricultoras; três querem ser agricultoras; duas professoras; duas advogadas; duas médicas; uma cantora; uma coreógrafa; e uma juíza.

Mesmo hoje estudando pra ser uma advogada, ou alguma coisa assim, nesse sentido, eu quero continuar no campo tendo lá minha horta, meu pomar, onde eu possa dar pra minhas filhas uma alimentação um pouco mais saudável. Como eu falei, não que o campo seja minha fonte de renda principal, não é meu objetivo, até porque vendo hoje a nossa propriedade não teria condições de fornecer isso, se fosse dividido em cinco irmãos, né. O que é possível pro meu futuro é uma chacinha, onde tem os animais, horta, pomar, pra mim e pra minhas filhas. Porque eu quero ficar no campo. (Ana Elza Munarini)

A narrativa de Ana valoriza a qualidade de vida no campo, especialmente quanto às possibilidades de alimentação saudável. No entanto, ficar no campo é associado à valorização da educação como estratégia de formação para outras profissões, no caso de Ana, a advocacia. Isso também tem influenciado as jovens a redesenharem suas perspectivas de vida e projetos de futuro. O que não significa dizer que elas propõem o abandono da vida camponesa. Conforme nos relata Noeli:

No campo [...] você vive mais tranquilamente, não sofre tanta violência, pode caminhar tranquilamente, depende o lugar que você tem, vive uma vida mais saudável, tem uma alimentação mais saudável.

A escolha da profissão está relacionada ao desejo de sua própria valorização, bem como de melhoria econômica, mas isso não é contraditório com a valorização do campo como espaço de moradia e qualidade de vida.

Clarínês, ao mencionar seu curso ligado à agricultura, demonstrou que deseja atuar no meio rural, mas não na profissão “agricultora”.

[...] como tô fazendo o curso técnico em agropecuária, eu também pretendo ser agricultora, só não como profissão, mas estar no meio rural e desenvolver as atividades que eu aprendi no curso, contribuindo com o movimento, com a comunidade e com as pessoas, falta investimento na agricultura. (Clarínês Panis)

Julciane afirmou:

eu tenho dúvidas o que eu quero, por mais que eu goste da roça, mas eu tenho dúvidas, ali tá muito difícil, pouca terra, parece que tu não vê perspectivas, tenho dúvidas.

Conforme podemos observar em algumas narrativas, as dificuldades entre elas e o tamanho diminuto da terra apresentam-se como barreiras para a constituição da condição camponesa.

As ideias em torno de “ser alguém na vida” significam não ser agricultora, dada a situação de precariedade na agricultura. Faltam condições de trabalho remunerado para as jovens, bem como autonomia para traçarem seus rumos, tanto devido às relações hierárquicas na vida familiar, quanto aos limites sobre sua participação política em movimentos sociais. Elas reivindicam “mudança nas relações familiares” que lhes permita maior participação e poder de decisão na família.

A formação educacional das jovens e mulheres é um dos caminhos para superar a subalternidade e conquistar melhores condições de trabalho e vida no meio rural. Nas narrativas, emerge a valorização da vida no campo, mas também a preferência por outras atividades profissionais.²⁶ Isso se confirma nas questões sobre o local de moradia: três jovens dizem que suas expectativas estão em estudar e morar na cidade; cinco desejam ter renda, constituir família e não disseram se pretendem a cidade ou o campo para morar, e sete desejaram ter uma profissão, continuar militando e prestando sua colaboração na luta pela mudança social e morar no campo. As percepções das jovens se fundamentam nas condições de vida e trabalho hoje no oeste catarinense, onde muitos têm emprego na cidade e moram no campo. Daí o grande questionamento que perpassa os debates do MMC: como pensar a agricultura camponesa hoje, a partir deste contexto?

Não raras vezes, o Movimento apresenta-se enquanto porta de entrada para a saída de casa, condição que muitas jovens consideram fundamental para a conquista de outros espaços sociais, bem como de outros valores, quando o seu desejo de independência, autonomia, busca de valorização não fora por elas encontrado em suas famílias ou nas suas localidades. No Movimento, elas dialogam com outras realidades, interagem com outras jovens, seja do campo, seja da cidade, pois é comum a participação de um público variado de jovens por ocasião de atividades, ações do próprio Movimento. As jovens se fortalecem em suas convicções, argumentos e ganham força para refletirem seus próprios projetos e perspectivas. Muitas delas decidem sair de suas casas para estudar ou participar do Movimento. Na medida em que vão se envolvendo em ações específicas, quando assumem responsabilidades internas, também vão qualificando suas expectativas e já não mais se conformam com a própria realidade vivida.

As jovens acabam saindo porque elas querem ser independentes, elas não querem sempre ficar pedindo tudo o que precisam. Não tem terra pra nós plantar, daí a renda fica difícil. (Clarinês Panis)

26 Quando perguntadas sobre se gostam da vida no campo, as respostas foram as seguintes: 12 responderam sim; seis não responderam; e três disseram não. Entre as que gostam da vida no campo, destacaram a amizade sincera, o contato com a natureza, a produção de alimentos saudáveis, “mais qualidade de vida”, flexibilidade, visto que não precisam cumprir horário, entre outros aspectos. Para as jovens que participam de movimentos sociais, essa questão é parte do debate. Duas jovens, na ocasião da pergunta, afirmaram: “se a gente não sofresse tanto, eu diria que gosto”. Outra jovem pontuou: “O campo é bom, mas é muito sofrido”.

Eu saí da roça, [...] sei lá, estudar? Como? A questão de desprezo, de humilhação, não dava pra aguentar. Eu tô me sentindo melhor porque eu tenho liberdade que em casa eu não tinha. (Marquiela)

Não há tempo para conversar com a família, tempo ao lazer, [...] hoje os vizinhos não se visitam mais. (Noeli)

Sair da roça implica pensar em três elementos que dificultam as possibilidades de permanência no campo: falta de terra e renda; acesso à educação; e valorização enquanto mulher, trabalhadora. Diversas dificuldades têm levado um expressivo número de jovens a buscar o trabalho assalariado nas agroindústrias, no serviço público, mesmo que continuem residindo no campo.

Essas atividades são as disponíveis na região estudada; no entanto, os desejos das jovens são para alcançarem maior escolaridade: ensino superior e a conquista de uma formação que lhes possibilite valorização profissional ou salarial.

Considerações finais

Conforme podemos constatar, o MMC afirma a categoria “campesinato” enquanto um ator político ativo que elabora propostas para a produção na agricultura e melhoria das condições de moradia e vida no meio rural. As jovens que participam do MMC incorporam as propostas do Movimento como o projeto de agricultura camponesa, bem como reelaboram suas concepções em relação à família e ao papel “atribuído” à mulher camponesa. As jovens passaram a questionar o universo privado atribuído à mulher como sendo “natural”, buscam outras profissões, mas valorizam a moradia no campo. A participação das jovens no MMC pode ser vista como espaço de construção política de projetos de vida que buscam superar a relação de sua discriminação como jovens, mulheres e camponesas. Na expressão de Julciane, “um passo que se tem para a mudança”. Faz-se necessário um trabalho de maior envolvimento das jovens, mas, acima de tudo, elas reivindicam espaços para expor seus aprendizados. As propostas do MMC/SC relativas à construção de um projeto de agricultura camponesa e acesso à educação formal vêm ao encontro das perspectivas e dos projetos das jovens camponesas na medida em que elas passam a ser envolvidas e beneficiadas por eles. Ao caracterizar melhor o que entendem por projeto de agricultura camponesa, as jovens destacaram alguns aspectos, tais como: a necessidade de um projeto que contemple a família no qual a mulher e a jovem obtenham reconhecimento e valorização. Isso significa pensar na necessidade de acesso às políticas “do bem viver”: lazer, educação, transporte, saúde, comunicação, garantia de um pedaço de terra, o que requer acesso à qualificação técnica e às novas tecnologias, a subsídios agrícolas: crédito, seguro; assegurar o direito à educação e a educação como direito.

As principais demandas das jovens são: acesso ao ensino superior, diferentemente de suas mães, que não tiveram a oportunidade de estudar; um emprego que lhes assegure a renda; superação da dominação de gênero, presente na família patriarcal; contra a desvalorização do trabalho feminino, a dupla jornada e, também, a autonomia no processo de produção agrícola, nas decisões políticas, bem como em outras dimensões da família. Desejam que no meio rural exista oportunidade de lazer, com a presença de grupos de teatro, música, dança. Querem uma vida em comunidade. Isso vale para o meio rural, assim como para a periferia urbana.

As jovens militantes no MMC estão em um processo inicial de elaboração de lutas específicas e projetos políticos. Colocam suas demandas, tais como o acesso à terra, à renda, à educação, ao crédito, entre outras, na pauta do dia do Movimento e da cobrança a ser feita às instituições responsáveis. Da mesma forma, as ações específicas “de jovens”, entre elas os cursos, os encontros, além de outros promovidos pelo MMC, necessitam se firmar na construção política desta organização. Assim, os dilemas, anseios e projetos de vida das jovens estão sendo nela debatidos.

Por fim, há de se reconhecer que as jovens camponesas no MMC estão engajadas na conquista de um novo horizonte para si mesmas e suas famílias, em relação ao trabalho, à vida camponesa e, que, por conseguinte, devem ser ouvidas, respeitadas e valorizadas pelos movimentos sociais, pelas instituições públicas e pela sociedade.

Referências

- ALBA, R. S. *Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó*. Chapecó: Argos, 2002.
- CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Orgs.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. São Paulo: Campus, Pronex, 1999.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos sociais e espacialização da luta pela terra. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004. *Anais...* Gramado: [s.n.], 2004.
- FERRARI, D. L. *Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina*. 2003. Dissertação (Mestrado)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2003. 190f.
- GROPPO, Luis Antonio. *Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

- MALLMANN, Cleiton Franz. *A visão dos jovens agricultores de São Carlos (SC) sobre o mundo rural*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2004.
- MANSAN, P. R. A. *A construção identitária da juventude nos movimentos sociais da via camponesa Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado)–PPGCS, Universidade Federal de Campina Grande, 2008.
- MENEZES, M. A. *Juventudes rurais do Nordeste: trabalho, migrações e movimentos sociais*. 2009. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq.
- MURDOCH, Jonathan; PRATT, Andy. “Rural Studies”: modernism, pós-modernism and the “post-rural”. *Journal of Rural Studies*, [S.l.], v. 9, n. 4, p. 411-427, 1993.
- NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virginia; PAPA, Fernanda C. (Orgs.). *Políticas públicas e juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PACHECO, M. Emília. *Entrevista sobre agroecologia*. 2002. Disponível em: <HTTP://www.historianet.com.br>. Acesso em: 20 ago. 2006.
- PAULILO, M. I. S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, B.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: EdUNESP; Brasília: NEAD, 2009. v. 2. p. 179-201. (Coleção História Social do Campesinato).
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, abr. 1997.
- POULANTZAS, N. Parte I, II, III e IV. In: _____. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, Pedro (Org.). *A questão agrária hoje*. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- SANTOS, E. L. *Juventude sem terra: o cotidiano formador e o processo de identificação com o MST*. 2008. Dissertação (Mestrado) – PPGCS, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2008.
- SOUZA, Celina. A introdução às políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006.
- STROPASOLAS, Valmir L. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro/SC*. Florianópolis: EdUFSC, 2006.
- TECCHIO Andréia; MACAGNAN, Ivo Severino; MUNARINI Carmem. *Práticas de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do MMC/SC*. Chapecó: Estampa, 2005. (Caderno número 1 do MMC).
- THOMPSON, Eduard Paul. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Eduard Paul. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WANDERLEY, M.N. B. *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. 2006. Projeto de Pesquisa, Relatório de Pesquisa, CNPq.

_____. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007. v. 1, p. 21-33.

WEISHEIMER, Nilson. *Juventudes rurais: mapa de estudos recentes*. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2005.

Pesquisa na Internet

STEDILE, João Pedro. *Nunca usamos dinheiro público para fazer ocupações*. São Paulo, 2009. Entrevista concedida a Leandro Loyola, publicada na Revista Época em 16 mar. 2009. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI64249-15223,00-NUNCA+USAMOS+DINHEIRO+PUBLICO+PARA+FAZER+OCUPACOES.html>>. Acesso em: 21 mar. 2009.

PACHECO, Maria Emília. *Entrevista sobre agroecologia*. 2002. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br>>. Acesso em: 20 ago. 2006.

Relatórios

FAO; INCRA. *Relatório sobre perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília: 1996.

IBGE. *PNAD 2003 – 2004: relatório de pesquisa de Sonia Rocha*. Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade – IETS. Brasília, 2006.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC. *Relatório/ Documento Tese*. Brasília, 2004.

_____. *Relatório/ Pesquisa sobre a mulher agricultora em Santa Catarina, MMA/ SC*. ago. 1994.

Documentos do MMC (interno)

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC. *Cartilha da ANMTR 1º Encontro Nacional*. Chapecó (SC), 1997.

_____. *Cartilha: Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida*. Chapecó, SC: MMC Nacional, 1999a.

_____. *Cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas: uma história de organização, lutas e conquistas*. Chapecó, 1999b].

_____. *Cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas: as relações sociais de gênero e classe*. Chapecó 1999c.

_____. *Carta interna do MMC sobre Crédito Especial para as mulheres*. Chapecó, 2005.

MULHERES AGRICULTORAS E A CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS AGROECOLÓGICOS NO BRASIL

*Emma Siliprandi**

Introdução: a participação das mulheres nas experiências agroecológicas

Em linhas gerais, a modernização da agricultura ocorrida no Brasil desde a década de 1960 seguiu o modelo da Revolução Verde, a chamada “industrialização da agricultura”. Apoiado em políticas estatais de crédito subsidiado, pesquisa e assistência técnica, esse modelo promoveu uma mudança no padrão tecnológico de produção agrícola, levando à maior concentração fundiária e a profundas transformações nas relações sociais no campo e na cidade. Muitos trabalhadores que viviam no interior das grandes propriedades migraram para as periferias das pequenas cidades, embora continuassem a trabalhar, mesmo que temporariamente, em atividades agrícolas. Outros foram expulsos da terra e também migraram, buscaram novas terras, ou, o que é mais comum, foram para as cidades. Favelização, precarização do trabalho, entre outros efeitos observados no contexto urbano, não podem ser separados desse processo de mudanças no campo. Da mesma forma, podem ser pensados os fluxos migratórios e suas novas direções.

Entre as consequências mais evidentes desse processo no meio rural estão a diferenciação ocorrida nos setores de produção familiar com a integração de parte dos agricultores aos circuitos agroindustriais; a pauperização e marginalização de setores voltados para o autoconsumo; o êxodo rural; a degradação ambiental, cujos sinais mais conhecidos são o aumento do desmatamento, a destruição de ecossistemas e a contaminação dos solos e da água pelo uso de agrotóxicos nas lavouras.

Durante as décadas de 1980 e 1990, assistiu-se ao surgimento de propostas que se contrapunham a esse modelo, encampadas por movimentos organizados de trabalhadores rurais, pesquisadores, acadêmicos e técnicos da burocracia estatal. Experiências práticas de produção “alternativa” de vários tipos (ecológica, orgânica, biodinâmica, natural) foram realizadas no Brasil, muitas vezes sob auspícios de organizações não governamentais. Herdeiro de propostas advindas da contracultura e dos movimentos internacionais de contestação social da década anterior – *hippie*, antinuclear, pacifista e feminista, entre outros –, esse campo de atuação foi se consolidando e ganhou o nome de

* Doutora em Desenvolvimento Sustentável, Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Universidade Estadual de Campinas (NEPA/UNICAMP).

“agricultura alternativa”. Seus espaços privilegiados de articulação foram os quatro Ebaas (Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa) que ocorreram entre 1981 e 1989, em diferentes regiões do país. No decorrer do período, esse conjunto de experiências unificou-se em torno das propostas da agroecologia, em contraposição ao que passou a ser chamado de “agricultura convencional”.

O campo agroecológico no Brasil se formou a partir de diferentes sujeitos: a) o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), ligado à Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), que deu origem a várias organizações não governamentais que ainda hoje atuam no campo agroecológico em todo o país; b) movimentos de trabalhadores rurais: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os movimentos sindicais “cutista” (Central Única dos Trabalhadores) e “contaguiano” (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); e c) setores da burocracia estatal federal, que implantaram políticas públicas de apoio à agroecologia, principalmente após 2003 (extensão rural e pesquisa, em particular) (LUZZI, 2007).

Assim como em outros países, o termo “agroecologia” começou a ser conhecido no Brasil no final da década de 1980, a partir da publicação do livro de Miguel Altieri (2002), *Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável*. O termo passou a ter a conotação de um conjunto de conhecimentos capaz de dar suporte científico aos processos de transição para estilos de agricultura sustentáveis.

A agroecologia é definida por seus principais teóricos como um conjunto de disciplinas científicas por meio das quais é possível analisar e atuar sobre os agroecossistemas, de forma a permitir a implantação de estilos de agricultura com maior nível de sustentabilidade. O agroecossistema é um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É uma unidade geográfica delimitada na qual se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema original. Para se entenderem essas relações é necessário analisar não apenas os fenômenos ecológicos que ali ocorrem (bioquímicos, agrônômicos), mas também as interações entre os seres humanos, a história e a cultura.

No Brasil, o campo agroecológico pode ser visto também como um movimento social, pois se organizou em torno de questões que ultrapassavam o foco apenas na questão tecnológica e passou a incorporar outros temas e problemáticas sociais. Hoje, no Brasil, esses movimentos possuem expressão nacional; estão articulados em redes de organizações de base, instituições de assessoria, movimentos de agricultores familiares, de consumidores, setores da academia e do próprio Estado. Trabalham em temas variados, tais como: valorização do conhecimento popular; defesa do rural como um modo de vida; preservação da cultura camponesa e da biodiversidade; questões envolvendo gênero e geração; educação rural; construção de novas relações com o mercado, em bases éticas e solidárias; soberania e segurança alimentar, que incluem

a crítica aos transgênicos e agrotóxicos; sementes crioulas; democratização do acesso aos recursos naturais; valorização da qualidade dos alimentos e da produção para o autoconsumo (LUZZI, 2007, p. 16).

Uma das principais novidades trazidas pela agroecologia foi a afirmação dos protagonistas – agricultores/camponeses/indígenas¹ – como elementos centrais na construção de um novo desenvolvimento rural. A perspectiva transdisciplinar, incluindo o “diálogo de saberes” entre os conhecimentos científico e popular, aparece como uma exigência para a resolução dos problemas pertinentes à abordagem temática agroecológica, dadas as premissas éticas nas quais se baseia. Esses protagonistas serão centrais no pensamento agroecológico, basicamente, em três aspectos: na construção das suas propostas técnicas, por conta da capacidade de a agricultura camponesa coevoluir, respeitando os processos ecológicos; por sua crença de que somente o modo de produção familiar/camponês/indígena é capaz de garantir um desenvolvimento rural efetivamente sustentável; e pelo reconhecimento da necessidade de promover o empoderamento desses grupos sociais, que foram marginalizados econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade (SILIPRANDI, 2009).

O fato de valorizar a agricultura familiar/camponesa/indígena como elemento central em um modelo de produção agroecológico traz, por outro lado, uma série de possibilidades para a valorização das mulheres na sua construção, mas essa valorização não se dá de forma automática, como veremos em seguida. Entre os fatores que favorecem o reconhecimento das mulheres nesses sistemas de produção, podemos citar o destaque que é dado às atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres dentro da produção familiar (hortas, pomares, pequenos animais, transformação caseira de produtos); a mudança de atitude que é requerida, com relação ao meio natural e às pessoas, em uma perspectiva colaborativa e de valorização da contribuição de todos para o sucesso dos empreendimentos; a necessidade de integração do conjunto de atividades da propriedade (visão sistêmica); a possibilidade de maior participação das mulheres em atividades fora do âmbito doméstico (cursos, eventos, feiras etc.); além do aumento da renda obtida pelas mulheres com os seus produtos, advinda da comercialização em nível local e regional.

De fato, nas experiências agroecológicas existentes, é evidente a participação efetiva das mulheres. É comum ouvir dos técnicos que trabalham no setor que, muitas vezes, foram elas que iniciaram a “conversão” das propriedades rurais para sistemas sustentáveis, em hortas e pomares de uso doméstico, suas preocupações com as questões de saúde e alimentação das famílias, e que os homens só passaram a se interessar por essa forma de produzir depois de verem os resultados positivos dessas experiências.

1 Entendidos como formas familiares de produção agrícola e extrativista, baseadas em pequenas parcelas de terra, que englobam também grupos étnicos específicos, como é o caso dos indígenas, pescadores artesanais e quilombolas.

No entanto, embora as mulheres tenham participado ativamente da construção da agroecologia no Brasil, como produtoras, experimentadoras, comerciantes, consumidoras, somente nos últimos anos têm aparecido publicamente como sujeitos políticos. Isso se deve, sobretudo, à forma como as relações de gênero se expressam no meio rural, relegando o trabalho e a participação pública das mulheres à invisibilidade. Embora as mulheres trabalhem efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar, somente são reconhecidas e valorizadas pelas atividades que realizam como esposa e mãe – não como produtora. Por outro lado, o poder sobre as decisões que afetam a família enquanto unidade de produção e também enquanto núcleo de convivência cabe aos homens, assim como a representação da família no mundo público.

Esse processo faz com que as contribuições das mulheres à construção da agroecologia, na maioria das vezes, não sejam reconhecidas, o que é agravado pelo fato de, em muitas das organizações que tratam desses temas, a presença feminina ser visivelmente minoritária.

Nos últimos anos, no entanto, as mulheres deram passos importantes no sentido de se fazerem presentes politicamente também no campo agroecológico. Neste artigo, procuraremos mostrar como, apesar das condições adversas, as mulheres estão assumindo para si os temas da agroecologia, forçando diversos movimentos sociais rurais a reconhecerem suas contribuições e a acolherem suas demandas, que transitam entre temas ligados à reprodução das famílias (principalmente alimentação e saúde) e demandas por maior autonomia e mudanças nas relações de gênero. Nesse processo, as mulheres têm crescido como articuladoras políticas e colocado questões novas para esses movimentos, tanto no que diz respeito à sustentabilidade da produção agrícola, como no que se refere à sua participação no mundo público, questionando os papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres na representação familiar.

Breve história da organização das mulheres rurais no Brasil

O aparecimento dos movimentos de mulheres rurais no Brasil remonta aos anos 1980, com as primeiras manifestações por seu direito à sindicalização, de forma independente de pais, irmãos ou maridos. Vivia-se um período de ressurgimento dos movimentos sociais após 20 anos de ditadura militar. Movimentos feministas urbanos reivindicavam direitos para as mulheres e ecos dessas questões chegariam às mulheres rurais, que se organizavam em grupos, com o apoio de setores das igrejas progressistas, como parte da proposta de disseminação das Comunidades Eclesiais de Base.

Suas primeiras lutas foram pelo reconhecimento da profissão enquanto agricultoras e por direitos decorrentes desse reconhecimento. Mobilizaram-se para ter acesso à terra nos assentamentos de reforma agrária (em conjunto com os companheiros ou sozinhas – no caso das mulheres chefes de família),

para que constasse em seus documentos que eram trabalhadoras rurais ou agricultoras (ao invés de “donas de casa” ou “domésticas”) e para exercer seus direitos sociais, previdenciários e sindicais (de participação como sócias e dirigentes das agremiações).²

Suas primeiras aparições públicas em eventos massivos ocorreram ainda em meados da década de 1980, em um processo de mobilização dos movimentos de mulheres para influenciar a Assembleia Nacional Constituinte, fazendo marchas a Brasília e abaixo-assinados (um deles com 100 mil assinaturas). Obtiveram duas importantes conquistas na Carta de 1988: a menção explícita ao direito das mulheres à terra e sua inclusão como beneficiárias da previdência social na condição de seguradas especiais, conquistando o direito à aposentadoria, à licença-saúde e à licença-maternidade. A regulamentação dos direitos adquiridos e a garantia da sua efetivação foram motivos de muitas mobilizações nos anos seguintes.

As tensões dentro dos movimentos (sindicais, de luta pela terra e outros) mistos, ou seja, formados por homens e mulheres, em função da não priorização dos problemas apontados pelas mulheres, assim como a existência de especificidades regionais, fizeram com que parte das lideranças femininas decidisse formar movimentos autônomos. Constituíram-se assim, ao longo da década, os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) ou de Agricultoras (MMAs), principalmente no Sul e no Nordeste do país (alguns dos quais se unificaram na década de 2000, sob o nome de Movimento de Mulheres Campesinas, MMC, ingressando na Via Campesina); a Articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu no Norte-Nordeste (que viria a se transformar, na década de 1990, no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, MIQCB); e, posteriormente, diversas organizações de representações específicas (de pescadoras, indígenas e quilombolas, entre outras).³ As mulheres rurais também participaram ativamente da construção de associações de produtores, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, pesca e artesanais, ajudando ainda na elaboração das redes de economia solidária e produção agroecológica hoje existentes no país.

Parte expressiva das militantes rurais permaneceu dentro das organizações mistas (Contag e MST). Disputaram internamente espaços para as suas reivindicações, assim como a adoção de medidas que ampliassem sua participação e seu poder nas instâncias de decisão dos movimentos (cotas, atividades de

2 As mulheres agricultoras até a década de 1980 eram consideradas “membros não remunerados da família”, sem que fossem reconhecidas legalmente como trabalhadoras rurais. Estavam excluídas do sistema previdenciário e de todo conjunto de espaços de representação social e política (como era o caso dos sindicatos), em que participavam apenas os homens, considerados os “chefes” da família.

3 Sobre a organização dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, ver, entre outras: Almeida (1995); Carneiro (1994); Deere (2004); Deere E León (2002); Giuliani (1989); Heredia e Cintrão (2006); Schaaf (2001).

formação específicas para mulheres, combate às discriminações e à violência dentro das entidades, debates sobre as relações de gênero, criação de creches para o cuidado dos filhos, entre outras propostas). Na Contag, desde 1991, esse trabalho é coordenado pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural; no MST, pelo Setor de Gênero, criado em 1996. Em organizações criadas mais recentemente, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf), elas também organizaram-se em comissões e secretarias específicas.

A primeira década de 2000 pode ser considerada como o período em que agricultoras apareceram publicamente pela primeira vez, como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando também o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas e exigindo tratamento diferenciado da parte da sociedade e do Estado. Podemos citar como exemplos: as marchas das Margaridas organizadas em 2000, 2003 e 2007 por um conjunto de organizações coordenadas pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da Contag; e as grandes manifestações da Via Campesina nas comemorações do 8 de março (que vêm ocorrendo anualmente a partir de 2006). Paralelamente, avançaram também no aprofundamento da discussão das relações de gênero e do seu papel dentro das famílias e na sociedade, reivindicando mudanças na divisão do trabalho, questionando sua falta de poder em casa e denunciando a violência de gênero.

A primeira Marcha das Margaridas, homenagem à líder sindical rural Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, foi organizada como parte do movimento internacional feminista Marcha Mundial de Mulheres, originado no Canadá, em 1995. Vinte mil trabalhadoras rurais reuniram-se em Brasília, em agosto do ano 2000, sob a bandeira “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, após quase um ano de preparação, com eventos regionais e municipais em todo o país (SILVA, 2008).

Em 2003, ocorreu a segunda Marcha, com cerca de 50 mil mulheres – a maior realizada até o momento. Em pauta, um conjunto de reivindicações históricas dos movimentos: reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras na agricultura; reforma agrária com acesso à terra para as mulheres; ampliação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários; acesso à documentação básica; e políticas de saúde e educação. Aparecem aqui pela primeira vez as bandeiras de acesso das mulheres a políticas produtivas (crédito, assistência técnica, formação profissional, geração de renda, comercialização); a exigência da sua participação na definição das políticas de preservação ambiental; e as políticas de prevenção da violência contra as mulheres no meio rural (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

A terceira Marcha das Margaridas ocorreu em 2007, também em Brasília, com cerca de 30 mil mulheres. Sua pauta, bastante extensa, além das reivindicações históricas dos movimentos, incluía a questão da segurança alimentar e nutricional. As mulheres faziam críticas ao modelo do agronegócio e do hidronegócio, e propunham a agroecologia como base para a construção de um

novo modelo produtivo para o campo – uma frente de lutas que não fazia parte, até então, da agenda geral do movimento sindical. Por outro lado, cobravam posições dos demais sindicalistas e dos governos com relação à questão da violência de gênero no campo, exigindo o cumprimento da Lei Maria da Penha, de prevenção da violência contra as mulheres, que havia sido promulgada em 2006.

Grandes manifestações também foram protagonizadas pelas mulheres da Via Campesina, que têm organizado uma série de eventos públicos para marcar a passagem do Dia Internacional da Mulher (8 de março) como uma jornada de lutas. No Brasil, essas ações têm sido coordenadas pelo MMC (originário dos MMTRs) e pelas mulheres do MST, embora tenham envolvido também mulheres de outras organizações ligadas à Via Campesina.

O mais famoso desses eventos foi a ocupação dos laboratórios de produção de mudas de eucaliptos da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, em 2006, realizada por duas mil agricultoras. A mobilização tinha o objetivo de denunciar as consequências sociais e ambientais do avanço do “deserto verde” criado pelo monocultivo de eucaliptos e outras espécies florestais, e a expulsão violenta de indígenas e camponeses de terras reivindicadas pela Aracruz, ocorrida no início daquele ano, no estado do Espírito Santo. A ação foi definida por elas como uma manifestação contra o “agronegócio” e em defesa de um “projeto de agricultura camponesa”, que respeite a natureza, produza alimentos para o autossustento, conserve a biodiversidade e promova a soberania alimentar (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2006).

Nos anos seguintes, nessa mesma época do ano, foram promovidas ocupações de fazendas, prédios públicos, sedes de laboratórios e de multinacionais produtoras de sementes e agrotóxicos, e também redes de *fast-food*. Os temas privilegiados por esses movimentos têm sido: soberania alimentar, defesa da biodiversidade e promoção da alimentação saudável, tendo como eixo a afirmação de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, baseado no campesinato.

Podemos considerar que o aparecimento de mulheres rurais em ações de impacto político (como as mencionadas) é parte do processo de afirmação de sua identidade enquanto mulheres, em meio a um conjunto de categorias que vivem no campo, e que se aglutina em torno de questões diferenciadas: “sem-terra”, “atingidos por barragens”, “seringueiros”, “canavieiros”, “pequenos agricultores”, mostrando o quanto a questão agrária brasileira permanece multifacetada e complexa (MEDEIROS, 2007). A afirmação de identidade das mulheres dentro de movimentos que, de certa forma, perpassam todas essas categorias vem se dando como fruto do questionamento de gênero que passou a ser incorporado nos discursos e nas práticas de distintas forças sociais e, ainda, em função do amadurecimento da organização política das próprias mulheres.

Têm contribuído para esse processo organizações não governamentais de apoio ao desenvolvimento rural que passaram a assumir enfoques de gênero no conjunto de suas ações e também organizações feministas que, ao trabalhar no

meio rural, assumem um papel importante de defesa das mulheres no campo. Com base em grupos de caráter local e comunitário, essas organizações têm incentivado a autonomia econômica das mulheres e reforçado o seu papel de liderança. Como exemplos podem ser citados a Sempreviva Organização Feminista (SOF), com sede em São Paulo; o SOS-Corpo Instituto Feminista para a Democracia, com sede em Recife; a Casa da Mulher do Nordeste, também com sede em Recife; o Centro Feminista 8 de Março, em Mossoró, entre outras que têm assessorado os movimentos de mulheres em suas mobilizações e na interlocução com poderes públicos e também promovido experiências produtivas e de comercialização solidária envolvendo grupos de mulheres rurais.

A mobilização política das mulheres rurais tem surpreendido a sociedade, o Estado e mesmo os próprios movimentos sociais rurais, em função de extrapolar o que seria socialmente esperado em relação às suas atribuições de gênero. Os movimentos de mulheres rurais não têm se restringido às reivindicações históricas de inclusão das mulheres em políticas públicas, mas avançam na proposição de um modelo de desenvolvimento para o campo que combina questões estratégicas presentes nos movimentos ecologistas/ambientalistas com elementos trazidos historicamente pelo feminismo. Alguns setores, como o MMC, por exemplo, começam a falar na necessidade de construção de um “feminismo camponês”.

A participação das mulheres nos movimentos agroecológicos no Brasil

Existem poucos registros sobre a participação das mulheres nos primeiros eventos públicos dos movimentos agroecológicos no Brasil. Avaliações das participantes dos Ebaas, por exemplo, sugerem que as mulheres seriam menos de 10% do público daqueles encontros; e os relatórios existentes mostram que, entre os palestrantes, eram raras as mulheres. Mesmo assim, suas questões específicas não ficaram totalmente ausentes das discussões. No último Encontro, em Porto Alegre, em 1989, em um dos painéis chegou-se a uma resolução que exortava o reconhecimento da mulher do campo como trabalhadora no mesmo nível dos homens; à necessidade de lutar contra todas as formas de exploração e subordinação sofridas pelas mulheres; e de se discutirem as questões de saúde feminina – levando em consideração a exposição da mulher trabalhadora rural ao uso frequente de agrotóxicos. Nessa resolução também se repudiava o programa de controle da natalidade do então governo federal (gestão José Sarney) e afirmava-se ser necessário “conscientizar o homem de que a mulher exerce o mesmo papel na sociedade que ele, caminhando lado a lado, na busca de uma sociedade mais justa e solidária” (SILIPRANDI, 2009, p. 148).

Durante a década de 1990, como vimos, ampliaram-se os grupos de mulheres no Brasil, ao mesmo tempo em que se expandia a discussão sobre as desigualdades de gênero no meio rural e sobre a necessidade de promoção do

empoderamento das mulheres. Essa discussão atingiu vários setores: movimento sindical, sem-terra, movimentos autônomos de mulheres, alcançando também as organizações do campo agroecológico, que conduziam experiências produtivas e de comercialização. Começaram a surgir pressões – por parte das ONGs financiadoras, de setores do Estado e, sobretudo, das próprias mulheres – para que as agricultoras estivessem mais presentes em eventos de formação, fossem protagonistas de experiências produtivas e de comercialização e para que se criassem condições para assumirem mais papéis de liderança.

Criou-se um ambiente mais sensibilizado para a questão, em algumas regiões, por conta do trabalho de assessorias e de articulações entre entidades e movimentos. A Rede PTA da região Sudeste, por exemplo, formada por nove entidades, buscou a assessoria de uma ONG feminista e promoveu uma série de seminários para discutir como melhorar a sua intervenção em relação às mulheres (GÊNERO EM REDE, [s.d]). Em outras regiões ocorreram processos semelhantes.

No final dos anos 1990, organizações não governamentais do campo agroecológico, entidades sindicais e movimentos sociais rurais iniciaram um processo de reaproximação que resultou na criação de uma rede nacional, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em 2002. Os movimentos de mulheres ainda participaram desse processo em franca minoria. No entanto, já no I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), ocorrido no Rio de Janeiro, houve um forte questionamento sobre o pequeno espaço que vinha sendo ocupado pelas mulheres e obteve-se um compromisso de criação de um grupo de trabalho que promovesse essa participação no conjunto da Articulação recém-criada (SILIPRANDI, 2009, p. 145 et seq.).

Esse grupo de trabalho foi criado em 2004 (inicialmente chamado de GT-Gênero, e depois rebatizado para GT-Mulheres da ANA), reunindo lideranças femininas oriundas de diferentes organizações, tanto mistas como apenas de mulheres, agricultoras e assessoras. Seu objetivo principal era dar visibilidade à participação feminina na construção do movimento agroecológico. Entre as atividades desenvolvidas por esse GT, destacam-se: a mobilização das mulheres para participar de todas as comissões temáticas preparatórias ao II ENA a ser realizado em 2006, em Recife; a elaboração de materiais de reflexão sobre temas considerados prioritários para as mulheres; e a promoção de encontros nacionais e regionais de mulheres como espaços de capacitação para a intervenção. Uma das principais medidas tomadas pela coordenação da ANA, a partir das propostas desse GT, foi que no II ENA teria de ser respeitada uma cota de 50% de mulheres entre os delegados, de forma a garantir a participação equilibrada entre ambos os sexos – pelo menos, em termos numéricos. O GT encarregou-se, então, durante o processo de preparação do Encontro, de fazer pressão sobre as coordenações regionais (e sobre as entidades de base) para garantir que essa cota fosse cumprida.

Após esse processo de mobilização, as mulheres delegadas chegaram a 46% dos participantes do II ENA (em um total de 1.500 pessoas), contra os menos de 30% do Encontro anterior, um caso inédito em movimentos rurais, antes predominantemente masculinos. Muitas das experiências apresentadas mostravam o protagonismo feminino. Durante o próprio Encontro, realizou-se uma oficina preparatória para a discussão específica dos temas propostos pelas mulheres, contando com a presença de cerca de 300 pessoas. Como resultados, para além da visibilidade obtida no Encontro, conseguiram que na Carta Política do II ENA constasse que:

As mulheres e seus movimentos têm participado ativamente da promoção da agroecologia. Chamam a atenção para a necessidade de valorização do seu trabalho; criticam a hierarquização e a fragmentação entre trabalho produtivo e reprodutivo; defendem o compartilhamento das responsabilidades pelo cuidado da casa e da família; reafirmam o direito de serem reconhecidas como agricultoras, camponesas e agroextrativistas. Nós, participantes do II ENA, assumimos o compromisso de continuar apoiando e participando da construção de um movimento agroecológico com igualdade de gênero, opondo-nos também a todas as formas de manifestação da violência contra as mulheres. (ANA, 2006, p. 6)

Paulatinamente, as mulheres começaram a ganhar mais visibilidade também nas regiões. Multiplicaram-se as feiras de produtoras; redes de empreendedoras formaram-se no Norte e no Nordeste do país; promoveu-se uma aproximação dos movimentos de mulheres com as atividades do campo da Economia Solidária; e ampliaram-se as publicações dedicadas aos temas propostos pelas mulheres.

A participação das mulheres nos movimentos agroecológicos brasileiros, como vimos, não se iniciou com a ANA; no entanto, no âmbito dessa articulação, assistiu-se a um fortalecimento dessa participação, impulsionado pelo trabalho desenvolvido pelo GT. Hoje se pode afirmar que o tema de gênero está presente na maioria das entidades da rede, que compartilham experiências e realizam trabalhos em conjunto. Ainda que a inclusão dos temas das mulheres como eixo universal/transversal seja um processo em construção, assiste-se a um esforço, realizado principalmente pelas mulheres organizadas, de colocar essas questões na pauta geral. Nas estruturas de coordenação da rede, a maioria dos integrantes ainda é formada por homens. Pode-se afirmar, entretanto, que a existência do GT Mulheres da ANA, ao propiciar a aglutinação de mulheres oriundas de distintos movimentos, tem cumprido um papel fundamental na afirmação das mulheres enquanto sujeitos políticos atuantes, também no campo agroecológico.

A sustentabilidade pela ótica das mulheres

Quais são os temas que mobilizam as mulheres agricultoras dentro do campo agroecológico? Do ponto de vista do conteúdo das ações, embora existam mulheres trabalhando com diferentes temas, pode-se constatar que elas estão mais presentes nas discussões que envolvem as questões de alimentação e saúde, temas historicamente atribuídos a elas por sua condição de gênero. Porém, há um contexto de politização desses temas, deslocando-os de seu sentido tradicional, por conta do questionamento ao atual modelo de produção e consumo, perpassando inclusive o questionamento das relações pessoais e dos papéis de gênero.

A alimentação saudável (equilibrada nutricionalmente, com diversidade de alimentos, sem resíduos químicos ou contaminações e culturalmente adaptada) é vista como condição para a saúde física e mental das pessoas e também como fator de proteção do meio ambiente. A revitalização do uso de plantas medicinais e de outras práticas de medicina natural, o combate ao uso dos agrotóxicos e outras medidas de saneamento ambiental são aspectos importantes da sustentabilidade do modelo proposto, assim como a mudança no relacionamento entre as pessoas e entre essas e o meio natural onde vivem e trabalham.

A produção de alimentos voltada para o consumo interno, sem a dilapidação dos recursos naturais, pressupõe políticas de apoio à diversificação de cultivos, o monitoramento dos impactos ambientais das práticas agrícolas atuais, o estímulo a práticas conservacionistas com relação à biodiversidade e o apoio aos circuitos locais de comercialização. Contrapõe-se, portanto, ao avanço das monoculturas e dos plantios extensivos, vistos como o símbolo de uma visão imediatista, equivocada e irracional de uso dos recursos naturais.

Para os movimentos de mulheres rurais, um novo modelo de desenvolvimento deve ser capaz de melhorar as condições de sobrevivência das famílias de agricultores, mas em bases sustentáveis ao longo do tempo. Esse modelo teria a defesa da *soberania alimentar* como princípio orientador de todas as políticas, vista como o direito que povos, países, ou uniões de estados têm de definir suas políticas agrícolas, alimentares e proteger sua produção e sua cultura alimentar.

São os movimentos de mulheres rurais que têm estado à frente de ações públicas massivas contra grandes empresas do setor agroalimentar (laboratórios farmacêuticos que produzem as sementes transgênicas e os agrotóxicos) e em defesa da biodiversidade. Têm participado, ainda, de eventos internacionais nos quais se constroem propostas para orientar suas ações políticas, como foram os fóruns por Soberania Alimentar ocorridos em Cuba (2001) e em Nyéleni, no Mali (2007), entre outros. Em Nyéleni, particularmente, reafirmou-se a necessidade de reconhecer não apenas os aportes das mulheres à produção agrícola, mas, sobretudo, os seus conhecimentos e sabedoria, historicamente acumulados, no preparo e na distribuição dos alimentos.

Muitos grupos de mulheres, de fato, focalizam a sua atuação na produção de alimentos (*in natura* ou transformados); no cultivo de pequenos animais; na preservação e na aclimação de espécies (por meio de bancos de sementes ou conservação nas propriedades); na transmissão de conhecimentos sobre a produção e o uso de plantas medicinais. Essas atividades não são valorizadas socialmente, mas consideradas apenas “complementares” aos cultivos comerciais, considerados “principais” e sob responsabilidade dos homens.

Os movimentos de mulheres vêm trabalhando essas questões, de um lado, valorizando as experiências concretas das mulheres, nas casas, nas comunidades, buscando fortalecê-las como sujeitos dessas experiências, e, de outro, propondo a valorização da alimentação saudável, das questões da saúde das pessoas e do ambiente como parte de uma discussão mais geral sobre o sistema agroalimentar, assim como, em espaços mistos, formas de enfrentar esse modelo.

Não é uma discussão isolada, na qual as mulheres permanecem em um gueto, discutindo “coisas de mulher”. Elas se investem da condição de defensoras de um modelo produtivo centrado na produção de alimentos e sustentável ambientalmente, em função de que essas sempre foram tarefas suas na divisão do trabalho. Mas caminham, como já vimos, para o questionamento sobre as multinacionais do setor, não só criticando as políticas públicas e os acordos internacionais, como também se posicionando quanto aos problemas gerados pela monopolização das sementes, o uso da terra para outros produtos que não os alimentos, os agrotóxicos, a alimentação industrializada, entre outros temas de abrangência mais geral.

A forte politização dessas lutas vem sendo colocada publicamente, pelo caráter massivo e impactante de suas ações, e, em meio a disputas por políticas públicas, evidencia que não se trata, para elas, de lutas menores, mas de embates de projetos em que as mulheres estão se posicionando a partir da sua condição de gênero, no sentido de uma transformação social mais ampla.

Agroecologia como uma mudança nas relações entre homens e mulheres

Pesquisa realizada recentemente com lideranças femininas defensoras da agroecologia mostrou que, além da necessidade de se construírem relações mais igualitárias entre as pessoas e o meio natural, essas lideranças valorizavam, sobretudo, a mudança no relacionamento entre homens e mulheres, dentro das famílias, nas comunidades, na sociedade (SILIPRANDI, 2009, p. 269).

Para poder participar socialmente de associações, grupos, sindicatos, essas mulheres tiveram de enfrentar muitos entraves desde a proibição de irem a reuniões, falta de apoio pessoal, familiar, institucional, até mesmo violências de toda ordem.

Dentro da propriedade, para conseguirem influenciar nas formas de produção, esbarram no precário acesso aos meios de produção, no pouco poder sobre as decisões estratégicas da família, na desvalorização permanente dos seus conhecimentos e nas potencialidades.

Em sua experiência política e pessoal de enfrentamento a essas questões, construíram discursos e práticas comuns que refletem sua visão sobre a sustentabilidade na agricultura e o papel da agroecologia em sua construção. Em primeiro lugar, reafirmam, em suas propostas, o modo de vida familiar/camponês como sendo o mais adequado para se construir um futuro sustentável no meio rural. Esse modo de vida teria de ser baseado em novas formas de relacionamento entre as pessoas e a natureza, em uma perspectiva não destruidora; mas também teria de incorporar as demandas dos diferentes sujeitos políticos da agricultura familiar, tais como os diversos membros da família, hoje eclipsados pela figura de chefe exercida pelo marido/pai.

Os temas da alimentação e saúde das pessoas e do ambiente (relacionados com as questões da preservação da biodiversidade e do ambiente limpo) destacam-se em função de suas experiências pessoais como responsáveis pelas tarefas do cuidado e da reprodução dentro das famílias. Porém, não o fazem de forma acrítica: questionam particularmente a divisão sexual do trabalho existente no meio rural, que faz com que as chamadas tarefas “do cuidado” sejam atribuídas a elas, mostrando que a sobrecarga de tarefas atua como um empecilho às relações democráticas dentro do próprio campesinato.

Essas questões devem ser enfrentadas, segundo elas, por meio de maior valorização das mulheres (e dos jovens, crianças, idosos) e das atividades realizadas por todos no conjunto da agricultura familiar. Em particular, elas entendem que a divisão de gênero no trabalho deva ser modificada, para que o trabalho invisível que as mulheres hoje fazem seja valorizado e mais bem dividido na execução doméstica e no cuidado com os filhos.

Uma segunda questão diz respeito ao tipo de agricultura que se pretende estimular, do ponto de vista da tecnologia de produção e das formas de inserção dos produtos no mercado – vistos também pelo crivo da sustentabilidade ao longo do tempo. Existem diferentes propostas sobre como tratar essas questões, que diversas vezes esbarram em distintas perspectivas entre mulheres e homens. Os discursos das mulheres muitas vezes consideram preferível uma situação em que se renuncia a ganhos no presente em nome da sustentabilidade a médio e longo prazos, enquanto os dos homens parecem preferir o contrário. Essa discussão aparece, por exemplo, como um dilema entre investir na produção para o autoconsumo ou produzir para vender; policultura *versus* monocultura; derrubada de bosques *versus* preservação etc.

São questões vinculadas às atribuições de gênero e aos modelos de masculinidade e feminilidade construídos socialmente e fortemente presentes no meio rural: os homens, como provedores econômicos, são mais pressionados

a priorizar a renda monetária, que lhes proporciona reconhecimento social imediato, enquanto as mulheres são mais propensas a aceitar viver com menos recursos financeiros, desde que a sobrevivência familiar esteja assegurada ao longo do tempo, ainda que seja às custas da exploração do seu trabalho. Não são dilemas fáceis de serem resolvidos, num contexto de tendência ao empobrecimento e à marginalização da agricultura familiar e de desestruturação das suas condições de sobrevivência. No presente, a reprodução ampliada da agricultura familiar passa por garantir condições de vida digna para as pessoas, sem comprometer a continuidade das atividades no futuro.

Por outro lado, essas lideranças entendem que a autonomia econômica, a valorização efetiva do seu trabalho e a plena participação das mulheres nos espaços públicos e de definição sobre políticas para o campo são condições para que as mulheres organizadas nesses movimentos se sintam parte das lutas sociais pela construção de um novo modelo de produção baseado na agricultura familiar/camponesa/indígena, tal como colocado pelos movimentos agroecológicos.

Como foi dito, os movimentos de mulheres rurais têm feito esforços de buscar articulações entre si para se reforçarem mutuamente e ampliar seus espaços de negociação junto aos movimentos mistos. Por meio dessas aproximações têm conseguido avançar sobre várias questões que envolvem as mulheres, ainda que permaneçam existindo muitas divergências entre si. Projetam, em conjunto, uma utopia social na qual há espaço tanto para a sustentabilidade ambiental como para uma inserção mais igualitária das mulheres (e de outros grupos hoje oprimidos) nas estruturas sociais.

Os movimentos agroecológicos estão sentindo a presença dessas mulheres e vêm, ainda que de forma paulatina, incorporando algumas questões nas suas pautas políticas e nas suas prioridades organizativas. A ação política das mulheres dentro desses movimentos tem produzido resultados palpáveis, tais como o reconhecimento da sua participação na construção das experiências de base e a abertura de alguns espaços nos níveis de direção das entidades. Hoje não é mais possível ignorar a existência das mulheres agricultoras como uma força política também no campo da agroecologia.

Referências

ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. *Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia*. Recife, 2006.

ALMEIDA, V. *Ser mulher num mundo de homens*: Vanete Almeida entrevistada por Cornelia Parisius. Serra Talhada (PE): SACTES/DED, 1995.

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre a sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 11-22, jun. 1994.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./ abr. 2004.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. *O empoderamento da mulher*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

GÊNERO EM REDE. Publicação do GT-Gênero da Rede PTA-sudeste. [S.l.: s.n., s.d.].

GIULIANI, P. C. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do NE, 1976-86. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C (Orgs.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: F. Carlos Chagas, Vértice, 1989. p. 255-300.

HEREDIA, B.; CINTRÃO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: UNIFEM; FUNDAÇÃO FORD; CEPIA. *O progresso das mulheres no Brasil*. Brasília: 2006.

LUZZI, N. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MEDEIROS, L. *Marcha das Margaridas: novas nuances nas lutas por direitos no campo*. [2007]. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=3718>. Acesso em: ago. 2008.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *Boletim Eletrônico*, [S.l.], n. 5, 15 mar. 2006. Disponível em: <http://www.sof.org.br/arquivos/doc/mulheres_e_eucaliptos.doc>. Acesso em: 01 nov. 2006.

SCHAAF, A. *Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001.

SILIPRANDI, E. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. 2009. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, B. *A marcha das Margaridas: resistências e permanências*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

III PARTE

INVENTARIANDO O CAMPO TEMÁTICO DA ARTICULAÇÃO GÊNERO E CAMPESINATO*

* Este texto, reelaborado, foi preliminarmente construído para corresponder ao produto contratado por financiamento do projeto de pesquisa pelo CNPq (Edital nº 57/2008 Gênero C1 – Processo 402510/2008-9), pelo qual nos foi possível compor esta coletânea como trabalho coletivo, contando inclusive com o apoio imprescindível do comitê acadêmico.

INTRODUÇÃO

*Delma Pessanha Neves**
*Priscila Tavares dos Santos***
*Rodrigo Pennutt da Cruz****

A elaboração de resenhas tem sido revigorada a partir das alternativas apresentadas pelo domínio público de textos acadêmicos, graças à tecnologia digital e à produção de *sites*. Dentre esses recursos, destacamos a exposição de resultados de pesquisas e reflexões teóricas em teses e dissertações mediante o portal da Capes, enfim, o direito de a coletividade conhecer o que está sendo produzido nas universidades.¹ Há assim disponível uma profusão de conhecimentos que vêm sendo produzidos nos quadros dos cursos de pós-graduação. Para o caso em questão neste texto, destacamos aqueles referenciados à mobilização política em torno da construção de sociedade pautada em igualdade entre homens e mulheres; ou os que aludem à criação de percepções e sensibilidades para ações práticas segundo perspectivas de gênero e distinções sexuais.

Elaborar resenha sobre transversalidade de temáticas, como gênero, condições sociais de vida de mulheres (e em raros casos homens), feminismo ou sexualização da vida social, é tarefa complexa e arriscada a produzir deformações. A coleta de informações é uma escolha em determinado campo de possibilidades, por si mesmo devedor de outras escolhas. Por tantas interferências ou sucessivas intervenções, relativamente fora do controle de quem elabora a resenha, o respectivo exercício é uma tentativa de aproximação do que pode ser selecionado para análise. A resenha não pode então ser elaborada e lida sem que se levem em conta os constrangimentos enfrentados. De qualquer modo, ela é uma compreensão possível, da qual se pode tirar algumas consequências. O conjunto de fragmentos de que nos apropriamos visou antes de tudo projetar as redes de interconhecimento na produção de temas e problemáticas.

Esta resenha, sem reivindicar por isso particularidades muito singularizadas, porque os limites explicitados são de certa forma constitutivos dos atributos dessa forma de narrativa, só pode ser lida como uma das variedades

* Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

** Doutoranda no PPGA/UFF.

*** Mestrando no PPGA/UFF.

1 Citaríamos, à guisa de exemplo, e nos restringindo aos textos cujas reflexões tomam por base empírica o reconhecido mundo rural: 1. Weisheimer (2005). Sobre a produção na pós-graduação, 2. Sposito (2009).

plausíveis, visando demonstrar tentativas de compreensão de determinados conhecimentos temáticos. O reconhecimento dessa nossa reivindicação, isto é, da compreensão do texto como exercício dotado de escolhas diante do quadro de registros fora do controle de quem dele se aproximou, exige então imediata explicitação dos limites da abrangência do investimento. Sendo mais precisos, do que conseguimos tomar consciência. Ademais, ela exige que a leitura das estratégias demonstrativas se limite a percebê-la como produção de um certo tipo de inteligibilidade alcançada por condições experimentais que também devem ser consideradas.

Se aquela patrimonialização do conhecimento propiciada pela Capes facilita a elaboração de balanços, por vezes eles também se tornam banalizados, como se pudessem se pautar apenas no levantamento estrito senso. A própria apresentação de uma série de títulos não se reduz a este ato. Constituindo uma narrativa que organiza os dados e produz assim outras formas de representação sobre eles, os autores devem assumir, caso aceitem operar com a listagem *tout court*, um método de análise, uma intenção interpretativa, uma tomada de posição frente a um universo que só se deixa apreender por alguns dos fragmentos passíveis de sistematização voluntarista. Organizá-los é propor, de certa maneira, outras tentativas de formulação da temática, outras exigências diante de lacunas passíveis de serem assim apreendidas e, portanto, outras exigências de procedimentos.

Finalmente, a resenha apresenta-se como instrumento de abertura para outras apropriações, principalmente a interessados potenciais que não dispõem, antecipadamente, de recursos para mapeamento de produções intelectuais. Dispersas, elas não exprimem a riqueza dos princípios que estruturam o campo de produção de temas, problemáticas e métodos, mas apenas reconhecidos ou em reconhecimento naquele circuito relativamente fechado de grupos, instituições e programas de pesquisa.

Em atenção a esses riscos e às condições apontadas, tentamos não perder de perspectiva que a produção de resenhas, como todo exercício de levantamento de dados para análise, pressupõe esclarecimento de contornos e opções estratégicas para lidar com a amplitude de informações. Dentre outros, aqueles pautados pelas condições possíveis do exercício, de modo que, operando analiticamente com os critérios adotados, possamos vir a assegurar alguma viabilidade e confiabilidade às reflexões que dessa condição situacional podem emergir.

É preciso reconhecer que muita produção de dissertações e teses ocorreu anteriormente à norma de definição/exposição pública dos textos pela Capes. Além disso, também é fundamental reconhecer que, embora norma, ela não vem sendo cumprida na relação imediata da produção intelectual. Muitos programas, por diversos motivos, se atrasam no atendimento à recomendação da Capes. Nem por isso, todavia, a análise do material tornado disponível deve ser secundariza-

da, salvo se o analista se deixar iludir quanto à crença na reconstrução textual de uma projetada realidade; ou tomar o método de interpretação como absoluto.

A escrita deste texto se fundamenta então no pressuposto de que, metodologicamente, o gênero resenha exige que se assuma, de antemão ou redundantemente, que não se pode ter a pretensão de cobrir todo o universo da produção. A amplitude desejada depende de trabalho coletivo e complementar posto em prática por aqueles que vão identificando importantes referências que não devem ser abandonadas ou desconhecidas. Entrementes, também se orienta pelo pressuposto de que, hipotética ou sugestivamente, podemos, a partir dele, refletir sobre tendências, recorrências, preferências, especialidades temáticas e institucionais, concentração de grupos de trabalho, produção mais regionalizada, interferências ou referências de ideologia de movimentos sociais e feministas; ou de quadro de ações de organizações governamentais e não governamentais. Tudo isso, nos limites que as fontes selecionadas permitem ou no interior de um determinado campo de possibilidades.

Este texto é produto de um trabalho coletivo, sob orientação de Delma Pessanha Neves, mas contando fundamentalmente com o levantamento de dados e a revisão das informações selecionadas por Rodrigo Pennutt da Cruz e, complementarmente, por Priscila Tavares dos Santos. Tomamos em consideração todos os registros de teses e dissertações até o final do primeiro semestre de 2009. O período é de fato arbitrário ao próprio campo de produção acadêmica, mas imposto pelos limites do financiamento concedido pelo CNPq para essa sistemática apropriação de informações. Após esse período, passamos a analisar o material, permitindo tempo para retificações, seleção mediante leitura de resumo, mas também, quando fosse indicado, de texto completo. Neste último caso o critério recaía sobre os itinerários de problemas considerados importantes para a reflexão proposta nesta resenha.

O limite temporal, no caso aqui em apreço, produz efeitos relativos, porque não define, mas apenas sinaliza, *a posteriori*, possibilidades de compreensão de contextos temáticos, de fato então considerados objeto da reflexão. Por conseguinte, ele está referido aos dados expostos no momento em que elaboramos o levantamento. Ademais, o limite foi assim adotado porque, se tomássemos em conta um recorte temático *a priori* definido, especialmente se o elaborássemos de modo muito preciso, mascararíamos o caráter relacional da produção intelectual e dos campos de construção de problemáticas. Por isso, adotamos princípios mais amplos de reconhecimento dessa produção intelectual. Nosso objetivo final era identificar a produção em dissertações e teses cujos objetos de reflexão incidissem sobre a associação entre a condição e a posição socialmente reconhecidas como campesinato e padrões de construção de relações de gênero. No entanto, para compreendermos o peso relativo desse investimento intelectual, consideramos fundamental refletir sobre o cômputo geral da produção dos textos referenciados a essa última questão e ao mundo rural.

Assim, inicialmente levantamos todos os títulos de dissertações e teses que tivessem como referência ou palavra-chave não só o termo gênero (independentemente de ser tomado como conceito ou senso comum), mas também a distinção sexual homem e mulher, ênfase no estudo de condições de vida de mulheres e de homens, formas de produção de masculinidade, feminilidade e sexualidade. Enfim, perspectivas sexualizantes da vida social e do comportamento humano. A abrangência e, em consequência, o respeito às ambiguidades decorreram do reconhecimento analítico de que, recorrentemente, os estudos que se anunciam como de relações de gênero são de fato uma visão sexuada do mundo social; ou formas de objetivação textual da ideologia feminista; ou perspectiva política de vitimização da subordinação (em absoluto) das mulheres aos homens.

Uma grande quantidade de textos nos foi então apresentada. Da análise geral dos títulos, aqui também apresentados como parte da preocupação metodológica que nos orientou para a perspectiva relacional, levantamos, mediante múltiplas associações de palavras-chave (além das já citadas, gênero, família, mulher, homem, feminilidade, masculinidade, sexualidade): casamento, socialização, história de vida, trajetórias de vida, bem como a articulação com termos como saúde, doença, educação, literatura, música, gerações, raça e etnia. Por fim, consideramos as agregações daqueles termos a outros tantos por nós privilegiados para esta resenha: campesinato, camponês, agricultura familiar, agricultor familiar, pequena produção, povos tradicionais, pescadores etc. Por tal procedimento, tentávamos cobrir diversas alternativas de interpretação de padrões de construção das relações entre homens e mulheres; assim como processos de construção comportamental correspondente àqueles padrões.

Assim procedendo, pudemos constatar o quanto os estudos de construção de relações de gênero vêm sendo valorizados em áreas disciplinares e campos de saberes específicos. No caso, muito mais na formação de profissionais especializados em educação (e pedagogia) e em educação física. Essa perspectiva é ressaltada principalmente por agentes sociais que se referenciam à análise de sistemas de relações e territorializações institucionalizados em correspondência a espaços reconhecidos como urbanos. Pudemos ainda verificar que, no conjunto de títulos considerados, quando a base empírica se referencia *grosso modo* ao mundo rural ou agrícola, o investimento em pesquisa tende a se identificar a temáticas que secundarizam ou não acolhem a perspectiva valorativa de definições de relações de gênero. Considerando esse quadro institucional de produção de conhecimentos, está-se longe de alcançar uma compreensão de modos de construção de relações de gênero nos segmentos populacionais em situação residencial em espaços classificados como rurais.

Diante dos objetivos traçados para o investimento aqui explicitado, demos então destaque à análise mais sistemática, relacional e contrastiva, daqueles textos que se referiam ao mundo rural. Nessa categorização, consideramos os que incorporavam reflexões em torno de definições culturais de relações de

gênero (quando assim fosse possível); e basicamente, porque mais recorrente, os que valorizavam uma visão feminina ou sexuada do mundo, aí ganhando peso significativo as relações de poder entre sexos.

Complementarmente, neste texto incluímos outros investimentos que fizemos no sentido de conhecer o campo temático das relações de gênero, qualificando a produção que abarca o mundo rural. Elaboramos um levantamento de artigos publicados em revistas indexadas em *scielo*, outras acessíveis porque expostas em respectivos *sites*, para destacar certa produção intelectual cujos autores reclamam o reconhecimento de análises de relações de gênero. Na sessão aqui anunciada, não retomamos a perspectiva relacional da produção acadêmica que vimos adotando. Portanto, não sistematizamos neste texto, embora o exercício tenha sido praticado, os títulos de artigos que adotavam outras unidades de análise voltadas para o mundo rural, nem a relação geral, segundo o recorte temporal aplicado, sobre artigos que tratavam de estudos de gênero em outras situações empíricas.

O levantamento dos artigos não visou à análise de conteúdo e à sistematização de problemáticas, embora, de forma ligeira, tenhamos tentado atingir interpretações de temas e quadros institucionais de vinculação das revistas. Aprofundar esta tarefa ultrapassaria as possibilidades de realizar a respectiva intenção no período de tempo do contrato de financiamento do projeto de pesquisa pelo CNPq. No entanto, o reconhecimento dos títulos/autores devia ser realizado para identificarmos quadros institucionais para os quais as organizadoras desta coletânea encaminhariam circular mobilizando o engajamento de colegas para submissão de artigos para seleção e publicação.

Esperamos, ao final do exercício, ter sinalizado para a possibilidade de a problemática pautada na coletânea vir sendo debilmente estudada no meio rural, a despeito de diversos autores, como os que compõem esta coletânea, contrastivamente apontarem para a riqueza das questões teóricas e empíricas em jogo. E também esperamos ter o reconhecimento de que, a considerar muitos dos autores neste texto elencados, sistematizamos reflexões em torno de experiências sociais de mulheres, recorrentemente em contraposição a uma alegada invisibilidade social a que elas estavam ou estejam submetidas.

A invisibilidade social, no entanto, é geralmente explicada pela dominação masculina, por vezes em absoluto, dada a referência à tão hegemônica influência masculinizante de regras e organização institucionais; ou defendida por *bias* e cumplicidades políticas dos pesquisadores com o repúdio à submissão de mulheres; ou por investimentos fundamentados em construção de denúncias como parte dos procedimentos políticos de mudança nas respectivas relações de poder.

Se a invisibilidade social pode ser entendida pela impossibilidade de participação na vida pública ou pelo irreconhecimento do papel ativo das mulheres no processo de elaboração da vida social, aceitá-la como princípio de interpretação é se colocar diante da exigência de, no mínimo, explicar, em

cada situação, como se define a vida pública e a respectiva organização social. Limitar a vida pública à construção de cidadãos ativos é negar outras formas de constituição das relações de poder e de sociabilidade, especialmente no mundo rural, no qual os princípios de organização da vida social pelo parentesco e vicinalidade, a hegemonia institucional da esfera religiosa, em suas várias vertentes, tendem a produzir os mais importantes quadros de referência. Mas não só isso. A possibilidade de as mulheres se apresentarem como membros importantes da produção da vida social também não se explica em si mesma. Uma das condições dessa apresentação é a produção de percepções que elas e os diferentes membros dos grupos a que pertencem elaboram; e os recursos de que todos eles dispõem para gerir e se adequar a processos de inclusão social em curso.

A possibilidade de reconhecimento em múltiplos modos de constituição do espaço público depende assim da convergência de percepções sociais que definem ou creditam maneiras de nele ser visivelmente considerado. De fato, modos de julgamentos sociais incorporados e integrados a sistemas de crenças relativas à legitimidade e à justificativa de posições sociais; modos de sentir e de se projetar em mudanças sociais. A visibilidade social pressupõe então a constituição de quadros sociais ativos de pensamento e ação, que condicionam e propiciam mudanças nas posições e respectivas experiências; da projeção de outras alternativas de vida e de construção de redes sociais concernentes.

Portanto, as interpretações que se descansam na explicação/denúncia da invisibilidade social das mulheres dependem ainda de muito investimento em pesquisa; mas principalmente de deslocamentos epistemológicos que permitam a construção de outras unidades de análise diante de outras problemáticas; da elucidação de condições sociais a partir das quais se estabelecem os sentidos da definição contextual dos espaços públicos e de modos legítimos de respectivos pertencimentos. Também das alternativas que venham a desencarnar vidas restritas a domínios qualificados como secundários ou privados. Por conseguinte, que venham a elucidar os meios pelos quais essas vidas relativamente alegadas invisíveis possam se tornar visíveis para quais espaços públicos.

Lamentavelmente, tamanha é a raridade, poucos pesquisadores se atêm a uma análise sociológica das posições ocupadas, reclamação que destacamos, para efeitos deste texto, quanto à condição de existência social do campesinato ou de agricultores familiares. Da mesma forma, poucos autores se preocupam com as mudanças recentemente vividas na organização social e ideológica do mundo ocidental e que vieram a interferir na vida familiar e nos papéis até então atribuídos às mulheres, no caso, camponesas. Assim sendo, há ausência de interpretações sobre a metafórica transformação qualificada como revolução social, em face das alterações provocadas nas relações entre os sexos, bem como pelos deslocamentos sociais nesses termos operados. Tanto o é que pesquisadores constatarem e mediadores em instituições de intervenção apostam que

o trabalho extradoméstico, mesmo que apenas concomitante e complementar às atividades domésticas, esteja ou venha a se tornar uma norma. Se atentos à questão, podemos registrar o quanto é comum os homens lamentarem, quando é o caso, que enfrentam dificuldades para *manter a família* porque, nela, é o único a produzir rendimentos ou a ser provedor. Nesse caso, toda uma construção epistemológica orientadora de perspectivas metodológicas deve ser objeto de investimento intelectual, de modo a melhor compreendermos os diversos arranjos, os deslocamentos de posições e as negociações inerentes, pois que exprimem as mudanças na organização familiar e os conflitos subjacentes a transposições mediadas que prefigurem alteração nas relações de poder.

Para efeitos da apresentação deste texto, seguiremos a ordem alfabética dos autores elencados segundo afiliação a temas por nós categorizados. E em cada corpo de subtemas, caracterizaremos a produção segundo o marco temporal da elaboração do texto, ou seja, ato de defesa da tese ou dissertação e de publicação de artigos.

Reconhecemos que o procedimento por nós utilizado obriga o leitor a perpassar todas as listagens para localizar algum autor de interesse imediato. Tentamos várias alternativas, como a produção em ordem cronológica da publicação ou do ato de titulação do autor. Mas esta saída nos obrigava a reapresentar os mesmos autores em lista por ordem alfabética. O texto então se tornava extremamente longo. Alertamos, entretanto, que, durante o exercício, trabalhamos com uma listagem de análise dos títulos e autores em ordem temporal crescente da produção de texto para caracterizar tendências e campos sociais. Mas aqui a ordem da exposição dos títulos não vislumbra estrito senso o da análise, até porque os investimentos são de natureza relativamente distinta.

Alertamos que, sendo ampla a riqueza de dados, muito ainda resta a explorar. Consideramos então as possibilidades de outros rendimentos intelectuais sobre os dados aqui expostos e de novos investimentos que diminuam os limites dos quais essa apresentação é refém. Alternativas, de qualquer modo, que exigem uma discussão coletiva e vários olhares especializados, objetivos para os quais pautamos ainda futuras análises, mormente a partir de reações diante da publicação da coletânea.

Outra fundamental advertência ao leitor destaca os desdobramentos decorrentes das opções que adotamos para apresentação dos títulos de dissertações e teses. Quando as informações estavam presentes nas fontes consultadas, incorporamos dados que dizem respeito ao autor, ao título, à universidade ou instituto em que se encontra afiliado o programa de pós-graduação, a classificação em dissertação ou tese, o ano de titulação e, quando possível, o nome do orientador (alguns deles ausentes nas fontes consultadas). Ela não segue então as regras de registro de bibliografia.

Para efeitos da demonstração anunciada, antes de enumerarmos os itens qualificativos de desdobramento da temática geral deste texto, isto é, os dados

referentes aos títulos de tese ou dissertação segundo categorizações por nós elaboradas, apresentaremos um quadro da respectiva distribuição de todos os textos incorporados, mas segundo os vínculos com universidades e faculdades. Distinguiremos na tabela aqueles cujos autores tomaram situações empíricas do mundo rural como objeto de estudo:²

Quadro 1 – Distribuição de dissertações e teses pelas universidades e faculdades a que pertencem os cursos de pós-graduação

Universidades/ Faculdades	Total			Dissertações		Teses	
	Total	Outros	Rural	Outros	Rural	Outros	Rural
Federais							
UFAM	1	1		1			
UFBA	12	12		10		2	
UFCE	1	1		1			
UFES	2	1	1	1	1		
UFF	2	2		1		1	
UFG	1	1		1			
UFMA	2	1	1	1	1		
UFMG	15	15		12		3	
UFMT	6	6		5		1	
UFMTS	3	3		3			
UFPA	5	4	1	3	1	1	
UFPB	16	15	1	15	1		
UFCG	3		3		3		
UFPE	7	6	1	6	1		
UFPEL	3	3		2		1	
UFPI	7	6	1	6	1		
UFPR	7	7		6		1	
UFRGS	33	32	1	20	1	12	
UFRJ	6	6		3		3	
UFRN	10	10		5		5	
UFSC	22	17	5	13	5	4	
UFSCar	6	5	1	5	1		
UFSM	3	3		3			
UFU	3	3				3	
UFV	3	2	1	2	1		
UNB	7	6	1	6	1		
Subtotal	190	172	18	134	18	38	

2 Nesse quadro não estão incorporados os títulos de dissertações e teses referentes a estudos que tomam por base empírica o mundo rural, como serão posteriormente apresentados, mas que não incorporam análises sob a perspectiva de relações de gênero.

Estaduais							
UE Maringá	1	1		1			
UE Ponta Grossa	1	1		1			
UERJ	1			1			
UNEB	1			1			
UNESP (Araraquara, Assis, Franca, Marília, Presidente Prudente)	10	10		7		3	
UNICAMP	17	17		11		6	
USP	16	13	3	8	2	5	1
Subtotal	47	42	3	30	2	14	1
Universidades Regionais							
Anhembi Morumbi	1	1				1	
Blumenau	1	1		1			
Noroeste do Rio Grande do Sul	4	3	1	3		1	
Sorocaba	1	1		1			
Vale do Rio dos Sinos	8	7	1	7	1		
Subtotal	15	13	2	12	1	2	
Privadas							
Castelo Branco	1	1		1			
Católica de Brasília	1	1		1			
Católica de Goiás	2	2		2			
Católica do Rio Grande do Sul	1	1		1			
Centro Universitário de Caratinga (mestrado profissional rural)	1	1			1		
Escola Nacional de Ciências Estatísticas	1	1		1			
Escola Superior de Teologia	2	2		1		1	
Fundação Getulio Vargas	1			1			
Gama Filho	7	6	1	6		1	
Luterana do Brasil	2	1		2			
Metodista de Piracicaba	5	4	1	4		1	
Metodista de São Paulo	3	3		3			
Oeste Paulista	1	1		1			
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	1	1		1			
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	12	12		7		5	
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	2	2		1		1	
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	12	12		9		3	
Subtotal	55	51	2	42	1	12	
Total geral	307	278	25	218	22	66	1

Em termos de universidades federais, a temática gênero (no sentido amplo em que geralmente ele é adotado nos textos) tem sido objeto de maior concentração em grupos de estudos na Ufscar, UFRGS E UFPE, seguidas da UFPB, UFRGN e UFRJ. Em termos de universidades estaduais e faculdades privadas, ela incide sobre programas de pós-graduação vinculados à Unicamp, USP e Unesp.

Quanto às classificações temáticas por nós adotadas, sem por elas perdemos a maior profusão de conhecimentos produzidos nas áreas elencadas, tanto disciplinares como interdisciplinares, ressaltamos a da educação ou da pedagogia, acrescidas de alguns casos vinculados à área de educação física, em saúde, sexualidade e psicologia. Por certo, então, essa classificação temática tentou respeitar as interseções e ambiguidades, pois que elas também devem ser levadas em conta. Ao desconsiderá-las, poderíamos alcançar uma classificação muito mais precisa, mas também a pulverização dos dados. Preferimos então, mesmo que reconhecendo arbitrariedades, boa parte delas inescapáveis porque inerentes aos sistemas de classificação, agrupar os títulos segundo as temáticas a seguir apresentadas, representativas da magnitude dos engajamentos institucionais, intelectuais e políticos dos autores.

Referências

WEISHEIMER, N. *Estudos sobre os jovens rurais do Brasil: mapeando o debate*. Brasília. Nead/MDA, 2005.

SPOSITO, M. (Coord.). *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2009.

CAMPOS TEMÁTICOS DE ESTUDO DE RELAÇÕES DE GÊNERO EM DISSERTAÇÕES E TESES

*Delma Pessanha Neves**
*Rodrigo Pennutt da Cruz***

a) Socialização diferenciada: padrões de relações de gênero e respectivos quadros institucionais

Em se tratando de pesquisas e textos elaborados entre profissionais em grande parte devotados a práticas educativas, destaca-se o amplo interesse por processos de socialização, considerados, em certos casos, em consonância a distinções por sexo. Em outros, por vezes muito mais anunciados que realizados, apenas tentativas de refletirem tais distinções segundo padrões vigentes de construção de relações de gênero. Neste bloco temático, foi-nos possível agregar títulos de dissertações e teses elaboradas e defendidas entre 1989 e 2007.

No tocante a problemáticas associadas a processos de socialização, especialmente escolar, os registros de anos de defesa da titulação podem ser assim distribuídos no tempo:

Quadro 2 – Distribuição temporal do ato de defesa de 181 dissertações e teses que tomam como questão analítica os processos de socialização segundo padrões de gênero e respectivos quadros institucionais

Ano de defesa	Nº teses e dissertações	Ano de defesa	Nº teses e dissertações	Ano de defesa	Nº teses e dissertações
1989	1	1990	1	1992	2
1995	4	1996	6	1997	2
1998	10	1999	7	2000	7
2001	7	2002	18	2003	14
2004	25	2005	21	2006	22
2007	34	2008	-	2009	-

O recorte temporal por nós adotado é bastante arbitrário, mas o assumimos diante das condições de possibilidade de elaborá-lo e da maior intensidade dos registros de textos e profusão de trabalhos sobre (ou supostamente sobre) relações de gênero. Na prática podemos afirmar que houve um aumento de interesse acadêmico quanto à formação sexualmente distinta de jovens; às

* Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

* Mestrando no PPGA/UFF.

práticas de inscrição dos padrões distintivos; e às tentativas de relativização de concepções absolutizadas nas diferenças sexuais.

Englobamos nesse item a eleição de diversas unidades de análise em que aquelas preocupações de pesquisa se manifestaram: instituições escolares (em diversas dimensões temporais); trajetórias sociais ou percursos típicos ideais de professoras e educandos ou educandas. Sobre as educadoras melhor recaiu o interesse de pesquisa, visto que, na formação atual dos profissionais, há interesses em entender processos históricos que registraram outros padrões de formação, valores e articulações com domínios da vida social, como o campo religioso e o familiar.

Destacamos neste conjunto os investimentos de mestres e doutores, especialmente em Pedagogia, nas mais diversas universidades e faculdades no Brasil, atentos à qualificação de valores e de atitudes comportamentais conformadoras de subjetividades e percepções de mundo; sistemas disciplinares produtores e reprodutores de formas de distinção entre homens e mulheres, considerados em diversos ciclos de vida: na velhice, na idade adulta e reprodutiva, na juventude e na infância. Separamos para um próximo item os dados analisados que se referem à formação profissional ou à construção de competências e performances singulares no âmbito dos processos de socialização.

Podemos assim reconhecer a importância crucial – para as disciplinas enquadradas na grande área pedagógica – da percepção de mundo segundo posições interdependentes de gênero; ou seja: o quanto essa distinção interfere em modos e conteúdos a serem transmitidos, bem como o quanto as relações entre homens e mulheres, mais distintas e segmentadas, são recentemente projetadas para referências segundo padrões comuns e encontros de universos sociais.

A leitura dos títulos seguintes revela uma atenção sistemática às distinções situacionais, no tempo e no espaço, permitindo um registro da experiência escolar em diversas cidades e municípios, em escolas leigas e religiosas. Além da temática da formação de professores e de educandos e educandas, os autores revelam uma preocupação com deveres a eles mesmos atribuídos, qual seja, o de operarem na mudança dos padrões de hierarquia entre os sexos e nos padrões institucionais de dominação por valores correspondentes, relativizando ou combatendo o privilégio dos olhares e interesses construídos pelas posições sociais ocupadas por homens.

AFONSO, Lúcia Helena Rincon. *Análises de imagens de mulher e trabalho na telenovela brasileira (1999/2001): A força da Educação Informal e a Formação de Professores/as*. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília (SP), 2002. Orientadora: Selma Garrido Pimenta.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. *“Muitas mais coisas”*: telenovela, consumo e gênero. 2001. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2001. Orientadora: Guita Grin Debert.

ALTMANN, Helena. *Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na educação física*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1998. Orientadora: Anna Maria Salgueiro Caldeira; Eustaquia Salvadora de Sousa.

_____. *Verdades e pedagogias na educação sexual em uma escola*. 2005. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro. 2005. Orientadora: Tania Dauster Magalhães e Silva.

ALVARENGA, Luiz Fernando Calage. *"Flores de plástico não morrem?": educação, saúde e envelhecimento na perspectiva de gênero*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Orientadora: Dagmar Elisabeth Estermann Meyer.

AMARAL, Marta Araújo. *Entre o desejo e o medo: oficinas de trabalho como espaço de reflexão e empoderamento de adolescentes*. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2005. Orientadora: Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca.

AMORIM, Patrícia Brandão. *Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva das mulheres neopentecostais moradoras da zona rural de Lajinha/Minas Gerais*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário de Caratinga, 2007. Orientador: Jorge Luiz de Góes Pereira.

ANDRADE, Priscilla Maia de. *A economia solidária é feminina?: análise da Política Nacional de Economia Solidária sob a perspectiva de gênero*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, 2007. Orientadora: Marlene Teixeira Rodrigues.

ANDRADE, Sandra dos Santos. *Uma boa forma de ser feliz: representações de corpo feminino na Revista Boa Forma*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Orientadora: Dagmar Elisabeth Estermann Meyer.

ANTUNES, Luis Orestes Pacheco. *Como o tradicionalismo gaúcho ensina sobre masculinidade*. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003. Orientadora: Dagmar Elisabeth Estermann Meyer.

APPELT, Jussara Pietczak. *O cravo e a rosa: identidades generificadas na educação infantil*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2007. Orientadora: Noeli Valentina Weschenfelder.

AQUINO, Luciene Chaves de. *De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950/1965): configurações, limites e possibilidades da formação docente*. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. Orientadora: Maria Ines Sucupira Stamatto.

ARCANJO, Lea Resende. *Relações de gênero e educação escolar*. Colégio Estadual do Paraná (1950-1960). 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, 1996. Orientadora: Euclides Marchi.

AUAD, Daniela. *Relações de gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação*. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2004. Orientadora: Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares.

AVILA, Marilene Roberto de. *Educação feminina e missão: o Colégio Cristo Rei na visão das mulheres (São Paulo – década de 1960)*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Sorocaba, 2005. Orientador: Luiz Carlos Barreira.

AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos. *Mulher em ação: o programa radiofônico como prática educacional*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, 2004. Orientadora: Maria Eulina Pessoa de Carvalho.

AZEVEDO, Tania Maria Cordeiro de. *Brinquedos e gênero na educação infantil: um estudo do tipo etnográfico no estado do Rio de Janeiro*. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2003. Orientador: Tizuko Morchida Kishimoto.

AZEVEDO, Regina Ligia Wanderlei de. *Aspectos psicossociais da sexualidade na adolescência, associada à vulnerabilidade ao HIV*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, 2007. Orientadoras: Ana Alayde Werba Saldanha; Maria da Penha de Lima Coutinho.

BALDANZA, Mayra Djacui. *Amor entre mulheres nas telenovelas em discursos de docentes da educação física*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Orientadora: Nilma Gonçalves Lacerda.

BARRETO, Carolina Marielli. *Profissionalização feminina e ensino de arte: um diálogo com a Escola Profissional Feminina de São Paulo*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2007. Orientadora: Rejane Galvão Coutinho.

BARROS, Ady Gertrudes Fátima de Figueiredo. *Gênero e educação ambiental: realidade e utopia na Pedagogia/Sede-IE/UFMT*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2004. Orientadora: Michèle Tomoko Sato.

BENEDUCE, Carla Giannubilo. *Hospitalidade substantivo feminino?* 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Anhembi Morumbi, 2007. Orientadora: Ada de Freitas Maneti Dencker.

BERGER, Carlos Norberto. *Os manuais de história e a produção do discurso sobre as mulheres da Idade Média*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2004. Orientadora: Ana Maria Colling.

BEZERRA, Josenildo Soares. *Escola e gênero: representações de gênero na escola*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006. Orientador: Alípio de Sousa Filho.

BISPO JÚNIOR, Jorge Santana. *Construindo a masculinidade na escola: Colégio Antônio Vieira (1911-1949)*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 2004. Orientador: Valdemir Donizette Zamparoni.

CANÇADO, Alberto Elias Lopes. *Avaliação dos conhecimentos e conteúdos curriculares sobre sexo e sexualidade em adolescentes nas escolas públicas de Pitangui – MG*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Orientador: Marco Antônio Duarte; Roberto Assis Ferreira.

CARREIRO, José Carlos. *Reflexões a partir da prática de orientação sexual na Escola de Aplicação da Feusp*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2006. Orientadora: Maria Izabel Galvão Gomes Pereira.

CARVALHO, Cleilton Santos de. *Tensão, paradigmas e inovações: um estudo das contribuições sociais sobre o dilema da ordenação feminina ao pastorado batista brasileiro*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de São Paulo, 2002. Orientador: Leonildo Silveira Campos.

CARVALHO, Mauro Giffoni de. *Educação, comunicação e sexualidade: a realidade engendrada na escola*. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. Orientador: Carlos Alberto Messeder Pereira.

CARVALHO, Tathiana Martins de. *Brincar em ambientes educativos: um estudo comparativo*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Orientador: Alysson Massote Carvalho.

CATHARINO, Rejane Conceição de Arruda e Silva. *Imagética dos livros didáticos nas relações de gênero e educação ambiental*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2007. Orientadora: Michèle Tomoko Sato.

CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. *Igreja Católica, educação feminina e cultura escolar em Ponta Grossa (Paraná): a Escola Normal de Sant'Ana (1947-1960)*. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, 2002. Orientador: Marcus Levy Albino Bencostta.

CONTI, Celso Luiz Aparecido. *Da antiga Escola Normal de São Carlos ao curso de Magistério: um estudo do perfil histórico do alunado sob a ótica da classe e do gênero*. 1995. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 1995. Orientador: Paolo F. E. Nosella.

CORNAGLIA, Graciela Patricia. *Mulheres que (des)aprendem a ser mulheres na tradição católica: desconstruindo modelos de opressão através da formação das promotoras legais populares*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007. Orientadora: Edla Eggert.

COSTA, Ramiro Marinho. *Sexualidade como tema transversal: a estruturação da educação sexual nos PCNs*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Orientadora: Olinda Evangelista.

COSTA, Rosely Gomes. *Concepção de filhos, concepções de pai*: Algumas reflexões sobre reprodução e gênero. 2001. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2001. Orientadora: Maria Suely Kofes.

COUTINHO, Maria Ione Alexandre. *Educadoras infantis*: O que pensam sobre questões de gênero? 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, 2005. Orientadora: Maria Luiza Neto Siqueira.

CRAVO, Alessia Costa de Araújo. *Brincadeiras infantis e construção das identidades de gênero*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 2006. Orientadora: Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes.

CUNHA, Aline Lemos da. *Narrativas entrelaçadas*: conversando sobre leituras e lembranças de escola com mulheres que se encontram em um salão de beleza de cultura afro. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pelotas, 2005. Orientador: Gomercindo Ghiggi.

DORNELES, Simone Silva. *O sujeito do discurso*: uma leitura de gênero das Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista. 2006. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Teologia, 2006. Orientadora: Wanda Deifelt.

DORNELLES, Priscila Gomes. *Distintos destinos?*: a separação de meninos e meninas na Educação Física escolar na perspectiva de gênero. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Orientador: Fernando Seffner.

DORNELLES, Susana de Almeida. *Aprendizagem do conhecimento escolar, gênero e sexualidade em mulheres adolescentes em situação de rua*. 2001. (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001. Orientadora: Nara Maria Guazzelli Bernardes.

DUARTE, Catia Pereira. *O discurso de escolares adolescentes femininas sobre os critérios de seleção utilizados para a participação em aulas mistas de Educação Física*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Gama Filho, 2003. Orientadora: Ludmila Mourão Boccardo.

DUBEUX, Carolina Ramalho. *Quando o assunto é sexo*: um estudo geracional a respeito da transmissão de valores sobre sexualidade em famílias de camadas médias. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, 1998. Orientadora: Judith Chambliss Hoffnagel.

DURAN, Maria Victoria Camacho. *A aula de educação física como reprodutora de estereótipos de gênero à luz da experiência no colégio Inen Santiago Pérez – Santa Fé, Bogotá*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 1999. Orientadora: Silvana Venâncio.

EMBIRUSSU, Karina Nery. *Formação docente e concepção de gênero*: um estudo sobre processos identitários de egressos da Faculdade de Educação da Bahia. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 2007. Orientadora: Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes.

ESPERANÇA, Joice Araújo. *Na interação televisiva, as crianças aprendem sobre gênero, violência e consumo*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2006. Orientadora: Cleuza Maria Sobral Dias.

ETHUR, Helena Beatriz Scheeren. *Educação e saúde: diálogo com “elas” e “eles” sobre planejamento familiar*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Orientador: Antonio de Miranda Wosny.

FAGUNDES, Teresa Cristina Pereira Carvalho. *Pedagogia: escolha marcada pelo gênero*. 2001. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, 2001. Orientadora: Elizete Silva Passos.

FARIA, Diná Guimarães de. *O discurso adolescente sobre aula de educação física: uma análise da perspectiva do gênero*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 1998. Orientador: Pedro José Winterstein.

FERNANDES, Aláide Aparecida dos Santos. *Gênero e práticas de produção dos alunos da educação de jovens e adultos*. 2007. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Orientador: João Hilton Sayeg de Siqueira.

FERNANDES, Belnidice Terezinha Figueiredo. *A corporeidade convivial entre meninos e meninas nas aulas de educação física de uma turma de 8ª série*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, 1996. Orientadora: Maria Inês Pagliarini Cox.

FERREIRA, José Luiz. *As relações de gênero nas aulas de educação física: estudo de caso em uma escola pública de Campina Grande - PB*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, 1996. Orientadora: Celi Nilza Zulke Taffarel.

FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. *Victims and villains: Gender representations, surveillance and punishment in judicial discourse on rape*. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Orientador: José Luiz Meurer.

FIGUEIRO, Mary Neide Damico. *Educação sexual no Brasil: estado da arte de 1980-1993*. 1995. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 1995. Orientadora: Maria Amélia Azevedo.

FINAMORI, Sabrina Deise. *O gênero e a espécie: paternidade e sexualidade nas décadas de 1920 a 1940*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 2006. Orientadora: Heloisa André Pontes.

FINCO, Daniela. *Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, mulher com mulher: relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na pré-escola*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 2004. Orientadora: Ana Lucia Goulart de Faria.

FRANCO, Simone Tereza Teixeira da Costa e Silva. *Tecendo subjetividade e formação profissional de alunos do Curso de Serviço Social*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 2003. Orientadora: Elizete Silva Passos.

FREIRE, Luciana Arruda de Oliveira. *Desvendando desigualdades de oportunidades em matemática relacionadas ao gênero do aluno*: modelagem multinível aplicada aos dados do SAEB. 2002. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002. Orientador: João Bosco Pitombeira.

FREITAS, Lígia Luis de. *Futebol feminino*: análise dos discursos dos sujeitos envolvidos em uma competição infantil entre escolas públicas em João Pessoa, PB. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003. Orientador: Iraquiton de Oliveira.

FREITAS, Solange Basseto de. *Machismo*: coisa de macho? 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2005. Orientadora: Maria de Fátima Araújo.

FUCKNER, Cleusa Maria. *Magistério e casamento*: memória e formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986). 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, 2000. Orientadora: Serlei Maria Fischer Ranzi.

FURLANI, Jimena. *O bicho vai pegar!:* um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Orientadora: Guacira Lopes Louro.

GALVÃO, Marisa Nunes. “*Os fios da esperança?*: cooperação, gênero e educação nas empresas geridas pelos trabalhadores”. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2004. Orientadora: Liliana Rolfsen Petrilli Segnini.

GASPARI, Leni Trentim. *Educação e memória*: imagens femininas nas “Gêmeas do Iguaçu” nos anos 40 e 50. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003. Orientadora: Teresa Jussara Luporini.

GIORDANO, Rosely Cabral. *Educação e melancolia na formação da mulher*: da gênese do autoritarismo aos limites da resistência. 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 1999. Orientador: José Leon Crochik.

GOMES, Belkisse Corrêa. *Retrato de mulheres pantaneiras na década de 20 a 40*: molduras em educação e gênero. 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997. Orientadora: Sônia da Cunha Urt.

GOMES, João Carlos. *As representações de gênero no contexto do Edamaz/Brasil*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2002. Orientadora: Michèle Tomoko Sato.

GOMES, Renata Fernanda Fernandes. *Infância e diversidade*: um estudo sobre significações de gênero no brincar. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2005. Orientadora: Beatriz Belluzzo Brando Cunha.

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco. *Educação formal de mulheres e meninas: a perspectiva das organizações multilaterais*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, 2007. Orientadora: Amélia Kimiko Noma.

GRANÚZZIO, Patrícia Magri. *Entre visibilidades e invisibilidades: sentidos produzidos sobre as relações vividas na escola por homossexuais*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de Piracicaba, 2007. Orientadora: Maria Nazaré da Cruz.

GUEDES, Moema de Castro. *As mulheres de formação universitária: reversão da desigualdade de gênero e seus reflexos no mercado de trabalho: Brasil: 1970-2000*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004. Orientador: José Eustáquio Diniz Alves.

GUERRA, Oldênia Fonseca. *Relações de gênero nas Escolas Agrotécnicas Federais do Piauí: entre diferenças e preconceitos*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Fundação Universidade Federal do Piauí, 2004. Orientadora: Maria do Carmo Alves do Bomfim.

GUIDI, Sonia Maria. *Contribuição para o estudo do papel dos educadores pré-escolares na formação da identidade e papel de gênero dos educandos*. 1989. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, 1989. Orientador não informado.

GUIMARÃES, Jaciane Pinto. *Projeto de vida, deslocamentos e configurações identitárias: Marcas de gênero em mulheres doutorandas na UFV*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, 2004. Orientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

GUIZZO, Bianca Salazar. *Identidades de gênero e propagandas televisivas: um estudo no contexto da Educação Infantil*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Orientadora: Jane Felipe de Souza.

HERMANY, Aline Elisângela Schulz. *Memória de idosos e idosos: um estudo de gênero sob o viés da corporeidade em um ambiente de educação não formal no município de Santa Cruz do Sul*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006. Orientadora: Edla Eggert.

HIDALGO, Sivonei Karpinski. *A educação de jovens e adultos no município de Curitiba sob a ótica de gênero e tecnologia*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2007. Orientadora: Marília Gomes de Carvalho.

HORTA, Rogério Lessa. *Mulheres e drogas: o que a família tem com isso? Argumentos do discurso contemporâneo*. 2007. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. Orientadora: Marlene Neves Strey.

IGREJA, Maria Jose Miranda. *Vulneráveis? Resistentes? Quem entenderá estes nossos meninos?: questões de gênero de jovens inseridos nos programas educativos de organizações não governamentais do Rio de Janeiro*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Orientadora: Vera Helena Ferraz de Siqueira.

JANATA, Natacha Eugênia. *Fuxicando sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas-jovens-mulheres de assentamentos do MST*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Orientador: Maurício Roberto da Silva.

JARDIM, Silvia Regina Marques. *Gênero e educação: abordagens e concepções em dissertações de mestrado no Estado de São Paulo*. Dissertação. Universidade Federal de São Carlos. 2007. Orientadora: Anete Abramowicz.

KASSUGA, Ione Hasegawa. *Sexualidade, gênero e livro didático: contribuições para a prática docente*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. Orientadora: Vera Helena Ferraz de Siqueira.

KLINKE, Karina. *Meninas em estado de sítio*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1998. Orientadora: Eliane Marta Santos Teixeira Lopes.

LATTOUF, Marlene de Paulo. *As origens do ensino municipal de São Paulo e a participação feminina*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2001. Orientadora: Maria Lúcia Spedo Hilsdorf.

LESSA, Gesilda Meira. *Desenvolvimento da consciência de gênero nos currículos de graduação em enfermagem*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 1998. Orientador: Delvair de Brito Alves.

LIMA, Mariana Semião de. *Rap de batom: família, educação e gênero no universo rap paulista*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 2005. Orientadora: Elisa Angotti Kossovitch.

LIMA, Marta Maria Leone. *Magistério e condição feminina: um estudo sobre a construção do gênero no ICEIA*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 1996. Orientadora: Elizete Silva Passos.

LINS, Leonice de Lima Mançur. *O Ser feminino sob as bênçãos do Santíssimo Sacramento: um estudo sobre a formação/educação das mulheres num colégio religioso*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, 2003. Orientadora: Jaci Maria Ferraz de Menezes.

MACHADO, Cátia Barp. *Paradigmas emergentes e novos objetos de investigação: o gênero como exemplo*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Orientadora: Maria Célia Marcondes de Moraes.

MANUEL, Adelaide Tomaz. *A mulher Evangélica Congregacional em Angola: análise do processo da formação pastoral da mulher no período de 1965-1975*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de São Paulo, 2005. Orientador: Geoval Jacinto da Silva.

MEIRA, Maria Dyrce Dias. *Avaliação da formação do enfermeiro: percepção de egressos de um curso de graduação em enfermagem*. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2007. Orientadora: Paulina Kurcgant.

MELLO, Silvia Natália de. *Gênero e alfabetização de jovens e adultos: uma interlocução necessária para a educação*. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2007. Orientadora: Ana Maria Colling.

MEYRER, Marlise Regina. *Evangelisches stift: uma escola para moças das melhores famílias*. 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1997. Orientadora: Heloísa Jochims Reichel.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. *Educação e violência doméstica: a construção da pedagogia do e no medo – olhar de gênero no contexto familiar*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, 1999. Orientadora: Celinda Lilian de Lourdes Letelier Vasquez.

MONTAGNER, Rosângela. *Ressignificando imagens/memórias de alunas do Instituto de Educação Olavo Bilac: processos de formação de professores (1929-1969)*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, 1999. Orientador: Jorge Luiz da Cunha.

MONTEIRO, Luciene Cunha. *Conhecimentos e crenças sobre doenças sexualmente transmissíveis e comportamento sexual em jovens de escolas públicas estaduais de Goiânia*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, 1999. Orientador: Mauricio Gomes Pereira.

MOTTA, Luciane. *A canoa rosa que virou minhoca, ou como se aprende a ser menino/menina na educação infantil: a narrativa de uma educadora em processo*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. Orientadora: Edla Eggert.

MOURA, Geovana Ferreira de Melo. *Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina (Colégio Nossa Senhora das Dores – Uberaba, 1940-1960)*. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, 2002. Orientador: Geraldo Inácio Filho.

MOURA, Neide Cardoso de. *Relações de gênero em livros didáticos de língua portuguesa: permanências e mudanças*. 2007. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Orientadora: Fúlvia Maria de Barros Mott.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Do lar para a escola e da escola para o lar: mulher e educação em Minas Gerais no século XIX (1834-1889)*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 1998. Orientadora: Antonia F. Pacca A. Wright.

NAPOLITANO, Sira. *Gênero, educação e preconceito: uma pesquisa no Curso de Serviço Social através da abordagem psicossocial*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2002. Orientadora: Irene Sales de Souza.

NAZÁRIO, Clarissa de Lacerda. *Interpretação do corpo a partir de seis vídeos integrantes da videoteca do Centro de Formação dos Trabalhadores da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo*. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2002. Orientadora: Nelly Martins Ferreira Candeias.

NICOLINO, Aline da Silva. *Novas e velhas configurações da sexualidade e do corpo feminino: pesquisa-ação na educação com escolares*. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Orientadora: Sonia Maria Villela Bueno.

NOGUEIRA, Maria José. *O que você vai ser quando crescer: sexualidade, gênero e maternidade na adolescência*. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais - 2003. Orientadora: Danielle Cireno Fernandes.

NOVENA, Nadia Patrizia. *Educação física e sexualidade*. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1992. Orientador: Alípio Marcio Dias Casali.

NUNES, Iran de Maria Leitão. *Ideal mariano e docência: a identidade feminina da proposta educativa marista*. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006. Orientadora: Betania Leite Ramalho.

NUNES, Maria Dolores de Figueiredo. *Relações de gênero e sexualidade no cotidiano escolar: concepções de duas professoras do ensino fundamental*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2002. Orientadora: Maria Waldenez de Oliveira.

OLIVEIRA, Greice Kelly de. *Aulas de educação física para turmas mistas ou separadas por sexo?: uma análise comparativa de aspectos motores e sociais*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 1996. Orientador: Pedro José Winterstein.

OLIVEIRA, Luzia Aparecida de. *Jovens mulheres no projeto educativo da Ordem Internacional das Filhas de Jó*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Goiás, 2005. Orientadora: Maria Tereza Canezin Guimarães.

OLIVEIRA, Ricardo Santa Rita. *Educação, maternidade e progresso: uma análise sobre a educação das mulheres entre 1870 e 1910*. 1995. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 1995. Orientadora: Luzia Margareth Rago.

_____. *Educação, gênero e modernidade: discursos e práticas educacionais no Brasil entre 1870 e 1910*. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2002. Orientadora: Luzia Margareth Rago.

OLIVEIRA, Rosa de Souza. *Expectativas de jovens que vivem em assentamento: um estudo sobre a tríade trabalho-educação-família*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, 2006. Orientador: Orlando Nobre Bezerra de Souza.

ORMEZZANO, Graciela Rene. *As máscaras do educando em sincronia com o processo da vida*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1996. Orientadora: Mirian Sirley Comiotto.

PEREIRA, Francisca Carla Silva de Melo. *Concepções da sexualidade manifestadas nas vozes de atores e atrizes no cotidiano da escola pública: um desvelar das faces ocultas*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Fundação Universidade Federal do Piauí, 2007. Orientadora: Maria do Carmo Alves do Bomfim.

PEREIRA, Kely Cristina. *Sexualidade na adolescência: trabalhando a pesquisa-ação com referenciais teórico-metodológicos de Paulo Freire*. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto, 2007. Orientadora: Sonia Maria Villela Bueno.

PEREIRA, Mariana Cunha. *Educação e gênero: uma experiência comunitária com mulheres da periferia de Porto Nacional/TO*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, 2005. Orientadora: Laís Maria Borges de Mourão Sá.

PEREIRA, Marta Regina Alves. *No jogo das diferenças: nuances de gênero e prática docente na educação infantil e ensino fundamental*. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, 2004. Orientadora: Graça Aparecida Cicillini.

PEREIRA, Sissi Aparecida Martins. *O sexismo nas aulas de educação física: uma análise dos desenhos infantis e dos estereótipos de gênero dos jogos e brincadeiras*. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Gama Filho, 2004. Orientadora: Ludmila Mourão.

PINTO, Tania Terezinha Ceni. *Vivências e significações de sexualidades femininas e suas relações com experiências educativas*. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1998. Orientadora: Nara Maria Guazzelli Bernardes.

PIRES, Marisa Barreto. *Educação ambiental e mulheres encarceradas: uma proposta*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande, 2002. Orientadora: Eva Lizety Ribes.

PITANGA, Maria Eunice Sá. *As representações sociais da família construídas pelas meninas atendidas na Casa Mamãe Margarida na cidade de Manaus/AM*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, 2006. Orientador(a): Jucelem Guimarães Belchior Ramos.

PRAWUCKI, Rubens. *"Girls don't climb trees. Boys don't cry": a critical discourse analysis of gender roles in a narrative for children*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. Orientadora: Viviane Maria Heberle.

PRESTA, Michelle Guidi Gargantini. *Atividades rítmicas e gênero na educação física escolar*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 2006. Orientadora: Eliana Ayoub.

QUADRADO, Raquel Pereira. *Adolescentes: corpos inscritos pelo gênero e pela cultura de consumo*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2006. Orientadora: Paula Regina Costa Ribeiro.

RAMIRES NETO, Luiz. *Habitus de gênero e experiência escolar: jovens gays no Ensino Médio em São Paulo*. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2006. Orientadora: Claudia Pereira Vianna.

RAMPI, Dorcelina de Fátima. *A formação de professoras da Escola Normal do Colégio Santa Inês: a educação salesiana no Brasil inserida na pedagogia católica (1927-1937)*. 2007. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Orientador: Bruno Bontempi Júnior.

REBELLO, Lúcia Emília Figueiredo de Sousa. *Iniciação sexual e masculinidade: uma análise das narrativas de homens jovens*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, 2006. Orientador: Romeu Gomes.

RIBEIRO, Claudia Regina Santos. *A televisão e a construção das identidades masculinas*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. Orientadora: Vera Helena Ferraz de Siqueira.

RIBEIRO, Maria Jose da Silva. *Educação e gênero: mulheres casadas no segundo grau em uma escola de Osasco*. 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 1992. Orientadora: Eva Alterman Blay.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. *Inscrevendo a sexualidade: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do ensino fundamental*. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Orientador: Diogo Onofre Gomes de Souza.

RODRIGUES, Fábio Rogério da Silva. *O currículo e a norma: gênero, sexualidade e educação entre alunos dos anos finais do ensino fundamental*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pelotas, 2003. Orientadora: Maria Manuela Alves Garcia.

RODRIGUES, Milton Müller. *Gênero masculino e ensino fundamental: vivências e significações de professores*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998. Orientadora: Nara Maria Guazzelli Bernardes.

RODRIGUES, Rosane Nunes. *Representações de feminino e educação profissional doméstica (Rio de Janeiro – 1920 e 1930)*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2002. Orientadora: Diana Gonçalves Schmidt.

ROSA, Graziela Rinaldi da. *As relações de gênero na filosofia: conhecendo vivências e narrativas de professoras de filosofia*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007. Orientadora: Edla Eggert.

ROSISTOLATO, Rodrigo Pereira da Rocha. *Orientação sexual com “jeitinho” brasileiro: uma análise antropológica da intervenção escolar na socialização afetivo sexual dos adolescentes*. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Orientadora: Mirian Goldenberg.

RUWER, Mariana Porto. *Violência contra crianças: uma análise do discurso de professoras de ensino fundamental com enfoque de gênero*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004. Orientadora: Marlene Neves Strey.

RYCHEBUSCH, Claudia Gil. *Contos maravilhosos na educação infantil: a dinâmica discursiva no processo de ensino do gênero*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999. Orientadora: Maria Regina Maluf.

SALES, Lilian Silva de. *Escola mista, mundo dividido: infância e construção de gênero na escola* (Belém, Pará). 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, 2002. Orientadora: Maria Angelica Motta-Maués.

SANTOS, Cassia Luzia Araujo. *Que não agitem seus pés para que não se descubram seus encantos: Estudo corporal das mulheres libanesas de São Bernardo do Campo/SP em atividades aquáticas*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de Piracicaba, 2004. Orientador: Ademir de Marco.

SANTOS, Claudia Amaral dos. *A invenção da infância generificada: a Pedagogia da mídia impressa constituindo as identidades de gênero*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Orientadora: Rosa Maria Hessel Silveira.

SANTOS, Cláudia Medianeira Gomes dos. *A educação feminina: Escola de Artes e Ofícios Santa Teresinha, no município de Santa Maria-RS: Um estudo de caso*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, 2004. Orientador: Jorge Luiz da Cunha.

SANTOS, Claudiene dos. *A parentalidade em famílias homossexuais com filhos: um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas*. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto, 2005. Orientadora: Maria Alves de Toledo Bruns.

SANTOS, Lígia Pereira dos. *Histórias do corpo negado: uma reflexão educacional sobre gênero e violência feminina*. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005. Orientadora: Maria Arisnete Camara de Moraes.

SANTOS, Lilian Piorkowsky dos. *Garotas indisciplinadas numa escola de ensino médio: um estudo sob o enfoque de gênero*. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2007. Orientadora: Marília Pinto de Carvalho.

SANTOS, Sandoval Nonato Gomes. *A questão do gênero no Brasil: teorização acadêmica-científica e normatização oficial*. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. 2004. Orientadora: Raquel Salek Fiad.

SAYÃO, Deborah Tomé. *Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo a partir de professores na creche*. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Orientadora: Ana Beatriz Cerisara.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Formas e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870/1890)*. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, 2002. Orientador: Jose Silvério Baia Horta.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. *Donas de si?: a educação de corpos grávidos no contexto da Pais & Filhos*. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Orientadora: Dagmar Elisabeth Estermann Meyer.

SILVA, Daniela Magalhães da. *Gênero, poder e educação: uma análise das relações na escola*. Dissertação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2004. Orientadora: Marisa Lopes da Rocha.

SILVA, Gisleine Crepaldi. *Uma mulher educada educa cem homens: a revista "A Violeta" e a educação feminina durante o período estadonovista em Cuiabá*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2003. Orientador: Nicanor Palhares Sá.

SILVA, Helena Lopes da. *Música no espaço escolar e construção da identidade de gênero: um estudo de caso*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. Orientadora: Jusamara Vieira Souza.

SILVA, Ivaneide Almeida da. *História e educação religiosa na Bahia: as Ursulinas na Bahia*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 2004. Orientador: Antônio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas.

SILVA, Jeane Félix da. *Sexualidade e protagonismo juvenil a partir do olhar de jovens educadores/as sociais: um estudo de caso no Projeto Fala Garotada*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005. Orientadora: Maria Eulina Pessoa de Carvalho.

SILVA, Jomar Ricardo da. *A educação da mulher em Lima Barreto (1881-1922)*. 2007. Tese Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. Orientadora: Maria Arisnete Camara de Moraes.

SILVA, Nanci Stancki. *Gênero e trabalho feminino: estudo sobre as representações de alunos/as dos Cursos Técnicos de Desenho Industrial e Mecânica do CEFET-PR*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2000. Orientadora: Marília Gomes de Carvalho.

SILVA, Samara Mendes Araújo. *À luz dos valores religiosos: escolas confessionais católicas e a escolarização das mulheres piauienses (1906-1973)*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Fundação Universidade Federal do Piauí, 2007. Orientador: Antonio de Pádua Carvalho.

SILVEIRA, Sandra Beatriz Moraes da. *Deusas em preto e branco, uma experiência de educação popular*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Orientadora: Marlene Ribeiro.

SILVÉRIO, Katiuscia Rodrigues. *Aspectos da imagem corporal dos presbiterianos de Jataí – GO*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 2002. Orientadora: Maria da Consolação G. C. F. Tavares.

SIQUEIRA, Luciana Gurgel Guida. *Estilos de criar e rendimento escolar: análise da influência do sexo e da escolaridade*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2001. Orientadora: Solange Wechsler.

SIQUEIRA, Maria Luiza Neto. *Educação e gênero: uma leitura psicodramática*. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 1999. Orientadora: Isaura Rocha Figueiredo Guimarães.

SLEVINSKI, Fatima Marlete Bedin. *Gênero, educação e escola: história e práticas cotidianas* 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2005. Orientadora: Cátia Maria Nehring.

SOBREIRA, Josimeire de Lima. *Estudantes de Engenharia da UTFPR: uma abordagem de gênero*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2006. Orientadora: Marília Gomes de Carvalho.

SOUSA, Bernardina Santos Araújo de. *As relações de gênero nas políticas públicas de educação no município de Belo Jardim – PE: silêncio ou desvelamento?* 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, 2006. Orientadora: Márcia Angela da Silva Aguiar.

SOUSA, Cesar Augusto Ferreira de. *Opiniões e expectativas de alunos do ensino médio em relação às aulas de Educação Física: alguns entrelaces com as relações de gênero*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Castelo Branco, 2004. Orientadora: Elaine Romero.

SOUZA, Fabiana Cristina de. *Meninos e meninas na escola: um encontro possível?* 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2003. Orientadora: Jane Soares de Almeida.

SOUZA, Fabiana Cristina de. *Desvendando práticas familiares e escolares a partir das relações de gênero: uma reflexão sobre a educação de meninos e meninas*. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2007. Orientadora: Jane Soares de Almeida.

SOUZA, Rosângela Ferreira de. *Vínculos do feminino: puericultura e relações de gênero (1920-1940)*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2004. Orientadora: Cynthia Pereira de Sousa.

SPARTI, Sonia Chebel Mercado. *Relações de gênero nos livros didáticos e práticas docentes: professoras em movimento*. 1995. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995. Orientadora: Heloisa S. Ribeiro Gomes.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. *Meninas e meninos na educação infantil: uma aquarela de possibilidades*. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, 2000. Orientadora: Graça Aparecida Cicillini.

TEREZANI, Larissa Aurea. (Des) *Encontro de gêneros na ginástica rítmica: um estudo sobre formação profissional em educação física*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de Piracicaba, 2007. Orientadora: Roberta Cortez Gaio.

TOFOLI, Therezinha Elizabeth. *Educação feminina em Adamantina-SP: "O Instituto de Educação Madre Clélia" (1951-1978)*. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2003. Orientadora: Arilda Inês Miranda Ribeiro.

TORRES, Taluana Laiz Martins. *Trajetórias afetivo-sexuais entre jovens do ensino médio: implicações dos sentidos de amor e maternidade*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2007. Orientadora: Maria de Fátima Salum Moreira.

ULRICH, Claudete Beise. *Recuperando espaços de emancipação na história de vida de ex-alunas de escola comunitária luterana*. 2006. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Teologia. 2006. Orientador: Alceu Ravanello Ferraro.

VANIN, Iole Macedo. *Educando "machos", formando "homens": o Ginásio/Seminário São Bernardo*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 2002. Orientadora: Lina Maria Brandão de Aras.

VIEIRA, Rosângela Steffen. *Juventude e sexualidade no contexto escolar de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Orientador: Reinaldo Matias Fleuri.

WENETZ, Ileana. *Gênero e sexualidade nas brincadeiras do recreio*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Orientador: Marco Paulo Stigger.

WOLFF, Carlos Castilho. *Como é ser menino ou menina na escola: um estudo de caso sobre as relações de gênero no espaço escolar*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Orientadora: Diana Carvalho De Carvalho.

XAVIER FILHA, Constantina Xavier. *Educação sexual na escola: o dito e o não dito na relação cotidiana*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1998. Orientadora: Ana Maria Gomes.

ZUCOLO, Rosana Cabral. *A educação das mulheres em regime de internato: Colégio Centenário e Santana – Santa Maria, RS – 1930-1960*. 1990. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, 1990. Orientador não informado.

ZUZZI, Renata Pascoti. *As relações de gênero na formação profissional em Educação Física*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de Piracicaba, 2005. Orientadora: Tânia Mara Vieira Sampaio.

Tentando levar adiante algumas sistematizações elaboradas a partir dos títulos dos textos consultados, destacamos que dois deles, embora por nós mantidos porque contavam com o termo gênero como uma das palavras-chave, não foram levados em consideração na classificação a seguir apresentada, pelas dificuldades de afiliação aos temas de qualificação com que os agrupamos. Enfim, os títulos dos textos atribuídos pelos autores não permitiram reconhecimento segundo os objetivos por nós traçados. Nos demais casos, adotamos o seguinte quadro de categorização:

Quadro 3 – Categorização dos objetos de estudo nas dissertações e teses referenciadas ao estudo de processos de socialização sob distinção sexual

Temáticas	Número de títulos (teses e dissertações)		
	1989-1999	2000-2009	Total
Sistemas ideológicos referenciadores das representações de gênero e inscritos nas práticas sociais em escola, igrejas católicas e metodistas, família e meios de comunicação	14	71	85
Formas de internalização de distinções de gênero entre educandos	16	56	72
Formas de construção de representações de gênero entre professores e educadores sociais	2		2
Construção social de mulheres	1	9	10
Construção social de homens		3	3
Formas de convivência escolar entre alunos hetero e homossexuais (masculino e feminino)		4	4
Sociabilidades e discriminações vividas por homossexuais masculinos		2	2
Uso de drogas por mulheres		1	1
Sem identificação		2	2
Total	33	148	181

As questões ressaltadas no quadro anterior revelam a maior preocupação com os sistemas de institucionalização das representações de gênero e seus efeitos sobre os que se encontram em processos de socialização, especialmente escolar, tanto em salas de aula como em pátios de recreio ou no decorrer de práticas de educação física.

b) Práticas sociais e divisão sexual do trabalho

Neste segundo bloco de temáticas, agregamos os interesses de pesquisa em torno do que qualificamos como estudo de práticas sociais, compreendidas por formas de articulação de domínios de interseção cujas especificidades produzem efeitos especiais em certos exercícios profissionais. Ressaltam-se então os modos de negociação e gestão do tempo entre exercícios profissionais ou extradomésticos e o trabalho doméstico, mormente, para o caso em apreço neste item, os sistemas de referência de formação dos filhos. Percebemos então interesses dos autores em contradições sociais que emergem desses exercícios concomitantes, bem como formas de concorrência entre homens e mulheres no cumprimento de determinados desempenhos, especialmente profissionais.

Tanto quanto o grupo de temáticas anteriormente comentadas, os interesses de pesquisa que se constituíram em torno das questões aqui selecionadas perpassam praticamente todo o período de análise permitido. O primeiro título citado data de 1991 e o último de 2008.

Quadro 4 – Distribuição temporal do ato de defesa de dissertações e teses que tomam como questão analítica os processos de socialização segundo padrões de gênero e respectivos quadros institucionais

Ano de defesa	Nº teses e dissertações	Ano de defesa	Nº teses e dissertações	Ano de defesa	Nº teses e dissertações
1991	2	1992	1	1993	3
1994	1	1995	2	1996	1
1997	2	1998	3	1999	5
2000	4	2001	3	2002	5
2003	7	2004	5	2005	11
2006	12	2007	18	2008	1
	28		32		26

ABREU, Maria Jasylene Pena de. *Modos de vida, gênero, gerações e meio ambiente no Parque Nacional do Jaú/AM*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Orientadora: Mara Coelho de Souza Lago.

ALVES, Francisca Elenir. *Mulheres trabalhadoras, sim. Alunas, por que não?: estudo sobre gênero, trabalho e educação na Bahia*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Brasília, 2006. Orientadora: Candido Alberto da Costa Gomes.

AMARAL, Grazielle Alves. *A mulher e a tripla jornada de trabalho: como é administrado esse desafio?* 2007. Dissertação (Mestrado profissionalizante) - Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais, 2007. Orientadora: Adriane Vieira.

ARAUJO, Janaina Rodrigues. *Relações de gênero na educação infantil: um estudo sobre a reduzida presença de homens na docência*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais. 2006. Orientadora: Sandra Maria da Mata Azeredo.

ARAÚJO, Joana Darc Socorro Alexandrino de. *Gênero e prática docente no tempo e no espaço de classes multisseriadas: encanto e desencantos de professoras e professores da zona rural de Teresina-Piauí*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Piauí, 2007. Orientadora: Maria do Carmo Alves do Bomfim.

AUZANI, Luciana Storck de Mello. *Mulheres e professoras: revivendo uma trajetória*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1999. Orientadora: Flávia Obino Corrêa Werle.

BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre. *Ressignificação de gênero e da prática docente: aspectos discursivos, cognitivos e representacionais na voz da mulher-professora*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002. Orientadora: Maria da Conceição Ferrer Botelho S. Passeggi.

BATISTA, Osny. *Profissão docente: o difícil equilíbrio entre saúde e adoecimento*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Orientadora: Sonia Aparecida Branco Beltrame.

BENTO, Berenice Alves de Melo. *Um certo mal-estar: queixas e perplexidades masculinas*. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, 2008. Orientador: Carlos Benedito Martins.

BROCHADO, Ofélia Cerinéia. *Trabalho, saúde e reprodução da vida: a mulher boia-fria no mundo cindido de Paraguaçu Paulista*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 1998. Orientadora: Iraci Gomes

BRUNELLI, Conceição Aparecida Garcia. *Gênero, raça e discriminação: o tom da cor na direção da escola pública*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de São Paulo, 2007. Orientadora: Jane Soares de Almeida.

CAMARGO, Bartalotti, Otavio Augusto. *Discriminação salarial por cor e gênero revisitada: uma abordagem de decomposição contrafactual utilizando regressões quantílicas*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007. Orientadora: Maria Carolina da Silva Leme.

CAMARGO, Kátia Pereira Coelho. *Relações sociais de gênero entre mulheres/ professoras na regional de Palmeiras de Goiás e sua repercussão no mundo do trabalho*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Goiás, 2007. Orientadora: Lúcia Helena Rincón Afonso.

CAMPOS, Kátia Patrício Benevides. *(Re)Significando relações de gênero no cotidiano escolar*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. Orientador: José Antonio Spinelli Lindozo.

CAMPOS, Maria Tereza Aquino de. *Gestação na adolescência: um marco na construção de vida do ser-mulher*. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Orientadora: Maria de Lourdes de Souza.

CARDOSO, Sara Oliveira. *Jovens mulheres: identidades, vivências e transgressões*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. Orientadora: Marta Luz Sisson de Castro.

CARMINATI, Fabia Lilia Luciano. *Conflitos e confrontos de mulheres professoras vivendo o movimento de greve*. 1993. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993. Orientador: Louro Guacira Lopes.

CARVALHO, Denise Gomide. *Mulheres na coordenação de organizações do terceiro setor no município de São Paulo (1990-2000): construção de sujeitos coletivos e de propostas socioeducativas*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 2002. Orientadora: Maria da Gloria Marcondes Gohn.

CARVALHO, Maria Luiza Mello de. *Cuidado, sociedade e gênero: um estudo sobre pais cuidadores*. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Orientadora: Maria Cecília de Mello e Souza.

CASTRO, Tatiana Brocardo de. *Jovens blogueiras: um estudo sobre identidades juvenis na internet*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Luterana do Brasil, 2006. Orientadora: Rosa Maria Hessel Silveira.

CHAVES, Fátima Machado. *O trabalho de serventes e merendeiras de escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, 1998. Orientadora: Maria Aparecida Ciavatta Pantoja Franco.

CORREA, Sylvia Victorino Alves. *Mulher, trabalho e educação: um estudo da diferença de gênero no magistério de 1º grau em Cuiabá (primeira república e estado novo)*. 1991. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, 1991. Orientadora: Maria de Lourdes Bandeira.

CRUZ, Maria Helena Santana. *Modernização do trabalho e tradição: estudos de caso sobre relações sociais de gênero em indústrias estatais de Sergipe*. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, 1999. Orientador: Robert Evan Verhine.

CRUZ, Renata da Conceição. *Empreendedorismo social: uma abordagem sobre a questão de gênero no Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Orientador: Antonio Vico Mañas.

DUARTE, Rossana Silva. *A menina negra e a sua integração social na escola pública: o caso de uma escola de Teresina – PI*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Piauí, 2000. Orientador: Francis Musa Boakari.

DURÃES, Sarah Jane Alves. *Escolarização das diferenças: Qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais*. 2002. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002. Orientadora: Mirian Jorge Warde.

EL-DEIR, Soraya Giovanetti. *O homem pescador: um estudo de etnobiologia da comunidade de Vila Velha, Itamaracá - PE (Brasil)*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, 1998. Orientador: José Arlindo Pereira.

ESPÓSITO, Kathy. *Relações de gênero e reestruturação bancária: outras pulsações?* 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. Orientadora: Tania Mara Galli Fonseca.

FEITOSA, Debora Alves. *Cuidado e sustentação da vida: a interface da educação popular no cotidiano de mulheres recicladoras*. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Orientadora: Malvina do Amaral Dorneles.

FERREIRA, Carolina Magda Teixeira de O. *Adolescência nas classes populares: uma questão de gênero*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003. Orientadora: Tereza Correia da Nóbrega Queiroz.

FERREIRA, Liliana Soares. *Trabalho, profissionalidade e escola no discurso das professoras dos anos iniciais do ensino fundamental*. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006. Orientadora: Carmen Lúcia Bezerra Machado.

FERREIRA, Mariza Spanghero. *Gravidez na adolescência: uma construção social*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Orientadora: Carmen Silvia de Arruda Andaló.

FLECK, Greice Luiza Lopes. *O discurso de gênero das professoras construindo identidades*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Regional de Blumenau, 2004. Orientador: Osmar de Souza.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues. *Conversando com educadoras e educadores de berçário: relações de gênero e de classe na educação infantil*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2000. Orientador: Merion Campos Bordas.

FONSECA, Tania Mara Galli. *Vozes e silêncios do feminino: de mulher a operária*. 1996. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996. Orientadora: Guacira Lopes Louro.

GOMES, Luciana Szymanski Ribeiro. *Ser educadora, ser educador: um olhar sobre a questão do gênero no contexto educacional*. 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 1997. Orientadora: Lígia Assumpção Amaral.

GOMES, Marineide de Oliveira. *As identidades de educadoras de crianças pequenas: um caminho do "eu" ao "nós"*. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2003. Orientadora: Selma Garrido Pimenta.

GONÇALVES, Joelma Martucci. *Um estudo sobre valores individuais e as mulheres no mercado de trabalho*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Orientadora: Neusa Maria Bastos Fernandes Santos.

KLEIN, Carin. “*Um cartão [que] mudou nossa vida*”: maternidades veiculadas/instituídas pelo Programa Nacional de Bolsa-escola. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Orientadora: Dagmar Elisabeth Estermann Meyer.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. *Docência artista: arte, estética de si e subjetividades femininas*. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Orientadora: Rosa Maria Bueno Fischer.

MACHADO, Nádie Christina Ferreira. *Letramento, gênero, raça e ocupação no Brasil*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Orientadora: Marie Jane Soares Carvalho.

MARAFON, Giovanna. *O ser mulher educada/educadora e os (des)caminhos do feminino na educação*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Orientadora: Nailda Marinho da Costa Bonato.

MARCAL, Juliane Correa. *Domesticidade e profissionalismo: relações de trabalho e de gênero na escola pública*. 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1994. Orientadora: Eliane Marta Santos Teixeira Lopes.

MENDES, Patricia de Oliveira e Silva Pereira. *Adolescência, Gênero e AIDS: dando voz aos jovens*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Orientadora: Kátia Maheirie.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. *Reproduzindo relações de poder de gênero e de classe no ensino de enfermagem*. 1991. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991. Orientadora: Guacira Lopes Louro.

NASCIMENTO, Leila Procópio do. *Reestruturação econômica e suas implicações no trabalho e na educação: relações de gênero no contexto de Palmas, Governador Celso Ramos/SC*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Orientadora: Valeska Nahas Guimarães.

NASCIMENTO, Maria Jose de Carvalho. *O (des)prestígio da normalista e as relações de gênero no cotidiano do Instituto de Educação do Rio de Janeiro*. 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, 1994. Orientadora: Ismenia de Lima Martins.

NASCIMENTO, Teresa Cristina. *O potencial da educação tecnológica em geração de renda: mulheres rodeadas de linguagem, gerando conhecimento*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2002. Orientadora: Marília Gomes de Carvalho.

NEDER, Rosa Maria. *Ser professora: entre os “ranços” da maternidade e a profissão*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 2005. Orientadora: Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes.

NOCE, Franco. *Análise do estresse psíquico em atletas de voleibol de alto nível: um estudo comparativo entre gêneros*. 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1999. Orientador: Dietmar Martin Samulski.

NUBILE, Marisa Vieira Ferraz Cunha. *Fios de um bordado feminino: uma abordagem psicanalítica do feminino na educação*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2005. Orientadora: Leny Magalhaes Mrech.

NUERBERG, Adriano Henrique. *Gênero no contexto científico brasileiro em Psicologia*. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.

NUNES, Marilene de Oliveira. *Trabalho docente e sofrimento psíquico: proletarização e gênero*. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1999. Orientador: Pedro Roberto Jacobi.

OLIVEIRA, Alba Valeria. *Vulnerabilidade e risco à contaminação do HIV/AIDS: a visão das mulheres*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Orientadora: Carla Luzia Franca Araujo.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. *Transformação das desigualdades de gênero?: uma narrativa da vida cotidiana e de empobrecimento de mulheres de assentamentos do Cariri Paraibano*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007. Orientadora: Maria Eulina Pessoa de Carvalho.

OLIVEIRA, Rosa de Souza. *Expectativas de jovens que vivem em assentamento: um estudo sobre a tríade trabalho-educação-família*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, 2006. Orientador: Orlando Nobre Bezerra de Souza.

ORLANDI, Renata. *Paternidade na adolescência: investigando os sentidos atribuídos por adolescentes pais à paternidade e às práticas de cuidados dos filhos*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Orientadora: Maria Juracy Filgueiras Toneli.

PAIÃO, Ilza Dias. *Professoras de pena, papel e tinta: trabalho feminino entre representações e práticas de gênero em Mato Grosso (1870-1892)*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2006. Orientador: Nicanor Palhares Sá.

PENNA, Lucia Helena Garcia. *A temática da violência contra a mulher na formação da enfermeira*. 2005. Tese (Doutorado) - Fundação Oswaldo Cruz, 2005. Orientadora: Edinilsa Ramos de Souza.

PEREIRA, Jacqueline da Silva Figueiredo. *Modelo de competências e as implicações para a divisão sexual do trabalho no processo de reestruturação da produção*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. Orientadora: Marlucy Alves Paraíso.

PEREIRA, Lucélia Luiz. *Direitos sexuais: dialogando com adolescentes e profissionais de saúde*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, 2005. Orientadora: Débora Diniz Rodrigues.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. *Gênero e trabalho nas telecomunicações: o olhar das mulheres com formação técnico-profissionalizante*. Universidade Metodista de Piracicaba, 2001. Orientador: Cleiton de Oliveira.

PINCINATO, Daiane Antunes Vieira. *Homens e masculinidades na cultura do magistério: uma escolha pelo possível, um lugar para brilhar* (São Paulo, 1950-1989). 2007. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2007. Orientadora: Belmira Amelia de Barros Oliveira Bueno.

PINTO, Rute Bernardo. *Mulheres no sistema penitenciário: criminalidade, punição e gênero*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2004. Orientador: Ethel Volfzon Kosminsky.

PRESSER, Adriana Dewes. *Mulheres enfrentando a violência de gênero: a voz dos operadores sociais*, 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2007. Orientadora: Stela Nazareth Meneghel.

PREZA, Radoyka Sobreira Ferreira. *Alocação intradomiciliar de renda e mortalidade na infância: uma análise segundo as diferenças de gênero no Brasil*, 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Orientador: Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto.

RIBEIRO, Marisabel de Souza Prado. *A relação educadora – criança: cuidar educando*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003. Orientadora: Heloisa Szymanski.

SANDRI, Gianine. *Gênero e saúde mental: uma análise dos sentidos conferidos ao sofrimento psíquico por usuários e psicólogos de um serviço de saúde*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Orientadora: Maria Juracy Toneli Siqueira.

SANTOS, Ailton da Silva. *Percepção do risco de contrair e práticas educativas entre travestis profissionais do sexo*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 2007. Orientadora: Maria Ligia Rangel Santos.

SCARPARO, Helena Beatriz K. *O projeto de vida de mulheres de classes populares e sua relação com a experiência escolar*. 1995. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1995. Orientadora: Nara Maria Guazzelli Bernardes.

SILVA, Dina Maria da. *Ascensão social e os conflitos de gênero e raça*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2003. Orientador: Antonio Carlos do Nascimento Osório.

SILVA, Diomedes Paulo da. *A regulação da atividade de merendeiras e auxiliares de serviços gerais de escolas públicas*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005. Orientadora: Mary Yale Rodrigues Neves.

SILVA, Fabiane Ferreira da. *Corpos femininos, superfície de inscrição de discursos: mídia, beleza, saúde sexual e reprodutiva, educação escolarizada*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Orientadora: Paula Regina Costa Ribeiro.

SILVA, Flavio Caetano da. *A mulher que a professora revela: sujeito, gênero e educação nas práticas discursivas*. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. 2002. Orientadora: Helena Coharik Chamlian.

SILVA, Helenice Carvalho Cruz. *Inter-relação entre a morbimortalidade infantil e o status da mulher: um estudo de caso em favelas de Belo Horizonte* 1993. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1993. Orientadora: Maria do Carmo Fonseca.

SOARES, Guiomar Freitas. *Sexualidade e gravidez na adolescência: um estudo sobre a educação sexual na escola e sua articulação com a educação ambiental*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande, 1999. Orientadora: Valéria Lerch Lunardi.

SOUSA, Leilane Barbosa de. *Contaminação por DST e conjugalidade: etnografia partindo da perspectiva da mulher*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, 2007. Orientadora: Maria Grasiela Teixeira Barroso.

SOUZA, Cristiane dos Santos. *A mulher professora na instrução pública de Curitiba (1903-1927): um estudo na perspectiva de gênero*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, 2005. Orientador: Marcus Aurélio Taborda de Oliveira.

SOUZA, Patrícia Alves de. *Os possíveis motivos do adiamento da denúncia de mulheres vítimas de violência conjugal: estudo em grupos de mulheres atendidas pelo SEVIC, Florianópolis*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Orientador: Marco Aurélio Da Ros.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. *Emoções e capital: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista*. 2006. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Orientador: José Paulo Netto.

TESSELER, Fani Averbuh. *Ser livre porque obediente: autonomia na identidade de professoras em uma escola de periferia*. 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994. Orientador: Fischer Nilton Bueno.

TESSELER, Fani Averbuh. *Vozes de mulheres*: educação, trabalho e autonomia. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Orientadora: Marie Jane Soares Carvalho.

TRINDADE, Roberta Carolina Valle da. *Mulher, atleta, mãe?*: sonhos possíveis, realidades compatíveis?: experiências de vida de jogadoras de vôlei de praia sobre suas carreiras e a maternidade. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Gama Filho, 2004. Orientadora: Lamartine Pereira DaCosta.

UZEDA, Sheila De Quadros. *Identidade feminina e sexualidade na concepção de mulheres com síndrome de Down*: educação sexual como caminho para a construção de maior autonomia. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 2006. Orientadora: Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes.

VARGAS, Glaci de Oliveira Pinto. *Administrador escolar, mulher no desempenho dos diversos papéis sociais*: um estudo de educação e gênero. 1992. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1992. Orientadora: Nara Maria Guazzelli Bernardes.

XAVIER, Iara de Moraes. *A mulher e a convivência com a AIDS*: uma questão de gênero. Tese. Fundação Oswaldo Cruz, 1997. Orientadora: Karen Mary Giffin.

Quadro 5 – Categorização dos objetos de estudo nas dissertações e teses referenciadas ao estudo de práticas sociais e divisão sexual de trabalho

Temáticas	Número de títulos (teses e dissertações)		
	1991-1999	2000-2009	Total
Desempenhos profissionais e distinções sexuais	11	27	38
Mulheres e gestão de dupla ou tripla atividades	2	5	7
Posição social de mulheres e problemas de saúde	1	7	8
Posição social de mulheres e escolaridade	1	9	10
Trabalho e saúde	1	2	3
Trabalho e saber	1	2	3
Modos de vida e distinções sexuais	1	3	4
Adolescência, maternidade e paternidade	1	4	5
Ciclos de vida e distinções sexuais		2	2
Violência e discriminação sexual		3	3
Sem identificação	1	2	3
Total	20	66	86

Os autores de teses e principalmente dissertações ampliam, no contexto, os interesses sobre modos diferenciados de desempenhos profissionais se-

gundo condição social de sexo; inclusive pela associada pressão em torno da manutenção da saúde e pela distinção de escolaridade entre homens e mulheres. Também segundo interesses acadêmicos quanto aos modos de gestão de atividades extradoméstica e doméstica.

c) Sistemas de representações sobre gênero, construção social do corpo e de subjetividades

No terceiro bloco, ainda no escopo das disciplinas referenciadas ao campo da educação ou da área pedagógica, destacamos os títulos cujos temas de pesquisa se voltaram para problemas concernentes aos modos de construção social de representações sobre gênero, isto é, sobre as formas recíprocas de construção de homens e mulheres, meninos e meninas, jovens de ambos os sexos. De modo geral, os autores se instigam quanto ao estudo das relações entre representações e práticas, muitas vezes operando analiticamente alguns níveis de defasagem entre o desejado e o praticado. A preocupação analítica vem se exprimindo mais recentemente e abarca um número menor de títulos. A primeira referência encontrada corresponde ao ano de 1994 e a última ao de 2005.

Quadro 6 – Distribuição temporal do ato de defesa de dissertações e teses que tomam como questão analítica os sistemas de representação sobre gênero, construção do corpo e subjetividades

Ano de defesa	Nº teses e dissertações	Ano de defesa	Nº teses e dissertações	Ano de defesa	Nº teses e dissertações
1994	2	1995	1	1996	3
1997	-	1998	1	1999	1
2000	4	2001	-	2002	-
2003	6	2004	5	2005	1
2006	1	2007	4	2008	-

ABICHEQUER, Aline Marie Dabdab. *“Só pega essa doença quem quer?”*: tramas entre gênero, sexualidade e vulnerabilidade à infecção pelo HIV/Aids. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Orientadora: Dagmar Elisabeth Estermann Meyer.

ANGELINI, Rosimeire A. *O cotidiano e a cidade: práticas, papéis e representações femininas em Londrina (1930-1960)*. 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, 1994. Orientador: Carlos Roberto A. Dos Santos.

BALDUINO, Soraia Cristina. *Sombras de mulheres* um estudo sobre a representação feminina e a categoria docente na Revista do Professor (1934-1965). 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. 2003. Orientadora: Cynthia Pereira de Sousa.

BARBOZA, Roberta de Granville. *As representações sociais de gênero das alunas e dos alunos das 7ª e 8ª séries do ensino fundamental nas aulas de educação física*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Orientadora: Maria Luiza Neto Siqueira.

BORGES, Nina Rosa do Amaral Costa. *Mulheres e Aids: refletindo sobre o risco*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 2000. Orientadora: Ana Maria Faccioli de Camargo.

CORREIA, Maria Ivete Martins. *Concepções de estudantes do 2º grau sobre a virgindade na perspectiva das relações de gênero*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007. Orientador: Espedito Pedro da Silva.

Da COSTA, Carlos Eduardo Coelho. *Tem homem na escola!!!: um olhar sobre o corpo/identidade masculino na educação/saúde da infância*. 2007. Tese (Doutorado) - Fundação Oswaldo Cruz, 2007. Orientador: Romeu Gomes.

DANTAS, Maria do Socorro Menezes. *Perfil social e motivações dos usuários de academias de ginástica da cidade de Maceió*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Gama Filho, 1998. Orientador: Hugo Rodolfo Lovisolo.

DOTTI, Corina Michelon. *Representações de mulheres professoras: incursões nos espaços público e privado*. 1994. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994. Orientador: Bordas Merion Campos.

ESPINDOLA, Hellem da Silva. *A construção discursiva da masculinidade hegemônica de adolescentes em conflito com a lei*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Orientador: Luiz Paulo da Moita Lopes.

GELUDA, Katia. *Fatores para o não uso constante do preservativo masculino entre estudantes adolescentes do município do Rio de Janeiro*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Orientadora: Anete Trajman.

GOMES, Olga Maria Bastos. *Eu me perdi!: o significado da virgindade para adolescentes*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, 1996. Orientadora: Karen Mary Giffen.

GONÇALVES, Luiz Cláudio Sisinno de Aragão. *Matou a bicha e foi ao cinema: a representação da homossexualidade nos programas televisivos populares: um estudo sobre ética, violência e educação na mídia brasileira*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. Orientador: Carlos Alberto Messeder Pereira.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. *A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero*. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2004. Orientadora: Marlene Yurgel.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. *O xote das meninas: o instinto de investigação que instiga, move(remove)*. 1995. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995. Orientadora: Edna Maria Ramos de Castro.

KNIJNIK, Jorge Dorfman. *Femininos e masculinos no futebol brasileiro*. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2006. Orientador: Esdras Guerreiro Vasconcellos.

LACERDA, Lilian Maria de. *Álbum de leituras: memórias de vida, história de leitoras*. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1999. Orientadora: Magda Becker Soares.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. *Imagens do espaço da arte na escola: um olhar feminino*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 1998. Orientadora: Celia Maria de Castro Almeida.

MALCHER, Leonardo Fabiano Sousa. “*Aos cuidados de Príapo*”: impotência sexual masculina, medicalização e tecnologia do corpo na medicina do Brasil. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Orientadora: Daniela Riva Knauth.

MELO, Cláudia dos Santos. *Crenças maternas sobre desenvolvimento e educação da criança em contexto de baixa renda*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, 1996. Orientadora: Angela Maria Cristina Uchoa de Abreu Branco.

NUNES, Maria Lúcia da Silva. *Sociedade, mulheres e educação nos romances de Graciliano Ramos*. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2005. Orientadora: Maria Arisnete Câmara de Morais.

OLIVEIRA, Gabriela Aragão S. de. *Representações sociais de mulheres técnicas sobre o comando de equipes esportivas de alto nível*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Gama Filho, 2002. Orientador: Sebastiao Josue Votre.

PAUCAR, Lilian Mery Oliveira de. *Representação da gravidez e aborto na adolescência: estudo de casos em São Luís do Maranhão*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 2003. Orientador: Carlos Alberto Vidal Franca.

RABELLO, Leila Krause. *Percepção conceitual de climatério e menopausa: implicações para a promoção de saúde*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Luterana do Brasil, 2003. Orientadora: Ligia Braun Schermann.

SAUTHIER, Marta. *O compromisso profissional na integração do homem no planejamento familiar: uma abordagem ética de enfermagem*. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Orientadora: Maria da Luz Barbosa Gomes.

SEFFNER, Fernando. *Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual*. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Orientadora: Guacira Lopes Louro.

SILVA, Júlio Guilherme. *Corpo e sexualidade: opiniões e percepções dos profissionais de educação física*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Gama Filho, 2000. Orientador: Márcio Ruiz Schiavo.

TUPY, Ismênia Spínola Truzzi. *Retratos femininos: gênero, educação e trabalho nos Censos Demográficos, 1872-1970*. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2003. Orientadora: Eni de Mesquita Samara.

VENDRUSCULO, Rosecler. *Representações de pessoas idosas sobre as atividades corporais*. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Gama Filho, 1996. Orientador: Hugo Rodolfo Lovisolo.

VOJNIAK, Fernando. *Iluminar a inteligência e educar a afetividade: uma história do gênero masculino no oeste catarinense (1950-1970)*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Orientadora: Cristina Scheibe Wolff.

Quadro 7 – Categorização dos objetos de estudo nas dissertações e teses referenciadas ao estudo de sistemas de representação sobre gênero, construção social do corpo e subjetividades

Temáticas	Número de títulos (teses e dissertações)		
	1994-1999	2000-2009	Total
Patrimonialização de representações sobre o feminino	1	4	5
Formas de inserção social e representações sobre o feminino e masculino	3	5	8
Formas de sociabilidade e representações sobre o feminino	1		1
Representações sobre o corpo e a fisiologia, segundo representações sobre o feminino e o masculino	4	10	14
Formas de inserção social e representações sobre homossexualidade		2	2
Total	9	21	30

d) Feminismos e movimentos sociais

Num último bloco, agregamos, de um lado, os títulos segundo o vínculo à temática da construção ideológica de feminismos; e, de outro, de acordo com a análise da conformação de movimentos sociais ou de formação mediada de grupos e lideranças voltadas ao exercício político de mudanças de comportamentos, de valores e sistemas de crenças. Desses movimentos se destacam os referenciados aos engajamentos para conquista da *libertação* ou *autonomia feminina*. No que tange a esse interesse acadêmico, relevam-se os investimentos na compreensão do combate ao privilegiamento de posições sociais, melhor

especificando, da construção do mundo referenciada por interesses qualificados como masculinos. Em face de apenas um título ter se apresentado no campo de estudos que ressaltamos para essa classificação, também aí incluímos texto sobre dominação masculina.

Quadro 8 – Distribuição temporal do ato de defesa de dissertações e teses voltadas ao estudo de movimentos sociais e feminismos

Ano de defesa	Nº teses e dissertações	Ano de defesa	Nº teses e dissertações	Ano de defesa	Nº teses e dissertações
1997	1	1998	1	1999	-
2000	-	2001	1	2002	3
2003	2	2004	1	2005	-
2006	-	2007	-	2008	-

DE BEM, Berenice Lagos Guedes. *O gaúcho, a dominação masculina e a educação na fronteira sul-rio-grandense: o passado no presente*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pelotas, 2004. Orientador: Elomar Antonio Callegaro Tambara.

DI CIOMMO, Regina Célia. *Ecofeminismo e complexidade*. 1998. Tese (Doutorado) - Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1998. Orientador: Edgard de Assis Carvalho.

FRANCO, Luisa Helena Santos. *Mulheres, operárias e anarquistas: presenças que trazem diferenças aos discursos libertários*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, 2002. Orientadora: Diva do Couto Gontijo Muniz.

GANDIA, Alba Lucena Fernandes. *Mulher na política, educação e gênero: seu compromisso com a cidadania plena*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Oeste Paulista, 2003. Orientadora: Sonia Maria Vicente Cardoso.

GARCIA, Leocilda Maria Pacheco. *Escutando vozes silenciadas: trabalho, subjetividade e gênero na vida de professoras*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002. Orientadora: Vera Maria Moreira Kude.

LIMA, Rosângela de Araujo. *Desconstruindo o silêncio entre o movimento feminista contemporâneo e o homoerotismo feminino: perspectivas educacionais*. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa, 2003. Orientadora: Maria Eulina Pessoa de Carvalho.

PINHEIRO, Maria José. *A evolução social da mulher: uma perspectiva histórica (1850-1900)*. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, 2002. Orientadora: Silvia Cortez Silva.

SOARES, Denise Carreira. *Viver é afinar um instrumento: processos de formação feminista no Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 2001. Orientador: Pedro Roberto Jacobi.

SPONCHIADO, Justina Inês. *Docência e relações de gênero: estudo da produção acadêmica no período de 1981 a 1995*. 1997. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997. Orientadora: Nereide Saviani.

Quadro 9 – Categorização dos objetos de estudo nas dissertações e teses referenciadas ao estudo de feminismos e movimentos sociais

Temáticas	Número de títulos (teses e dissertações)		
	1994-1999	2000-2009	Total
Protagonismos sociais e construção/reprodução de crenças		7	7
Movimentos sociais: ecofeminismo	1		1
Mulheres e sistema político		1	1
Total	1	8	9

Considerações finais

A análise dos dados anteriormente sistematizados leva-nos a algumas perguntas, muitas delas sem respostas no quadro institucional de formação do patrimônio coletivo de teses e dissertações. Podemos reconhecer uma divisão social do trabalho intelectual entre autores de teses e dissertações. De forma geral, pressupomos que os temas de elaboração de dissertações são construídos por referências práticas e interesses mais imediatos, aportados aos programas de pós-graduação pela experiência do aluno ou aluna. Não tendo, em sua maioria, ainda sido socializados no campo acadêmico e temático, os autores contribuem para a renovação de questões e situações empíricas, estimulando a reflexão entre orientadores. Movem-se descortinando experiências e situações nem sempre formuladas por grupos e programas de pesquisa. Presupomos ainda que algumas disciplinas, pelos objetivos práticos em princípio a elas atribuídos, estimulam a reflexão em pesquisa que venha corresponder a respostas a problemas decorrentes das práticas profissionais ou de estágio. Por isso destacam-se os temas vinculados às ações pedagógicas, tanto no sentido mais restrito, da reflexão sobre modos de construção de aprendizagem e formação e transmissão de conhecimentos, como da gestão social dos educandos, principalmente se está em jogo o embate de visões diferenciadas de mundo. Talvez essas questões possam explicar o interesse dos alunos que se preparam para a prática de professor de educação física por problemas de sexualidade e construção de masculinidades e feminilidades.

As poucas teses encontradas na listagem consultada revelam o interesse em problemáticas mais inerentes à análise de padrões de definição das relações de gênero ou modos de conformação da sexualidade e tensões em jogo.

A levar em conta os argumentos anteriormente explicitados, podemos inferir sobre a tendência à expansão de estudos de gênero em cursos de pós-graduação de pedagogia, história social de grupos profissionais, no caso professores e respectivos colégios de formação ou atuação profissional, práticas de educação para a saúde.

Finalizando os comentários da Parte 2 do texto, destacamos que a genérica qualificação de estudos sobre sexos, todavia, como se estivessem em consonância com alguns dos conceitos de gênero, deixa de distinguir, por um olhar mais apressado, a acumulação de estudos sobre sexualização de práticas sociais ou de visões de mundo, condições sociais de vida de mulheres e feminismos, tendo em vista a valorização de pontos de vista individuais ou a seleção de interlocutores homens ou mulheres. Nas condições em que pudemos avançar, estamos destacando a distinção entre noções de gênero e sexo nos respectivos campos acadêmicos, investimento basicamente a ser assumido entre pesquisadores no plano da pós-graduação.

MUNDO RURAL E RELAÇÕES DE GÊNERO

Delma Pessanha Neves

Adotando os mesmos procedimentos praticados na análise do item 2, voltamos a construir condições para reflexão relacional, mas neste item pensando contrapostamente o número de textos vinculados a estudos rurais e, entre estes, aqueles cujo objeto se afilia aos estudos de gênero ou de uma visão “generificada” ou sexualidade da vida social. Para efeito de análise dos títulos quanto a subtemáticas ou problemáticas que anunciam, elaboramos uma classificação geral, a partir da qual pressupusemos princípios gerais de reflexão dos autores. Detalharemos, em seguida, as áreas disciplinares ou interdisciplinares específicas, às quais eles se afiliam de forma mais recorrente, e posteriormente a listagem dos títulos. Computamos as teses e dissertações segundo as temáticas e também uma classificação temporal que valoriza a data em que foi realizado o ato de defesa.

Quadro 10 – Temas de dissertações e teses segundo o ano de defesa do título pelo autor

Temas	Distribuição temporal do ano da defesa					
	1987/1990	1991/1995	1996/2000	2001/2005	2006/2009	Total
Campe sinato						
Migração, coloniza- ção, acesso à terra, mobilidade física e social	2				1	3
Unidade familiar de produção, campe- sinato, mudança e reprodução social, trabalho externo	1	3	3	1	4	12
Agricultura cam- ponesa, biomassa e consorciamento, energia e alimento					1	1
Campe sinato e educação escolar			1			1
Sociedades camponesas e recursos naturais				1		1

* Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

Temas	Distribuição temporal do ano da defesa					
	1987/1990	1991/1995	1996/2000	2001/2005	2006/2009	Total
Campesinato						
Posse da terra e prática social e política de posseiros	1	1				2
Pesca artesanal, mudança tecnológica e subordinação capitalista	1					1
Ribeirinhos e organização da produção			1			1
Campesinato e sistema agroalimentar		1				1
Campesinato, representação política, vida comunitária e associativismo			2	2		4
Comunidades camponesas, relações de gênero e migração			1			1
Comunidades negras e gestão da terra			2			2
Agricultura familiar						
Agricultura familiar e processos de mudança e reprodução social			1	1		2
Agricultura familiar e políticas públicas				1		1
Agricultores familiares e processos de construção de identidade social			1		1	2
Empreendedor rural: condições de possibilidade				1		1
Profissionalização do agricultor		1				1

Temas	Distribuição temporal do ano da defesa					
	1987/1990	1991/1995	1996/2000	2001/2005	2006/2009	Total
Campesinato						
Relações de gênero						
A luta pela terra, representações segundo construção de relações de gênero			1	1		2
Escola, família e construção de relações de gênero			1			1
Comunidades negras e relações de gênero			2			2
Migração de mulheres, relações de gênero e meio ambiente				1		1
Parques nacionais, relações de gênero e intergeracionais			1			1
Gestão do meio ambiente e diferenciação de práticas segundo relações de gênero			1			1
Relações de gênero no meio rural				1		1
Mulheres rurais neopentecostais, relações de gênero e sexualidade					1	1
Relações de gênero e produção de memórias				1		1
Políticas de preservação territorial						
Unidades de conservação e papel da escola			1			1
Reervas ecológicas e qualidade de vida camponesa				1		1

Temas	Distribuição temporal do ano da defesa					
	1987/1990	1991/1995	1996/2000	2001/2005	2006/2009	Total
Campesinato						
APPs e restauração ecológica de micro-bacias					1	1
Campesinato e preservação de recursos hídricos				1		1
Práticas sociais e formas de saber						
Mudanças de técnicas tradicionais				1		1
Conhecimento ambiental e escola agrotécnica e saber camponês				1		1
Agronegócio						
Agronegócio e resistência camponesa					1	1
Fronteira agropecuária						
Fronteira agropecuária e concentração fundiária			1	1		2
Movimentos sociais						
Ecofeminismo			1			1
Movimento de mulheres			1			1
Agroecologia e participação de mulheres				1		1
Educação ambiental, relações de gênero e livros didáticos					1	1
Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra						
- proposta pedagógica		1				1
- relações de gênero				1		1

Temas	Distribuição temporal do ano da defesa					
	1987/1990	1991/1995	1996/2000	2001/2005	2006/2009	Total
Campesinato						
- juventude e sexualidade				1		1
Processos de assentamento rural						
Empoderamento de mulheres em assentamento rural					1	1
- Relações familiares e intergeracionais		1		1	1	3
- Processos de concentração de terra			1	1		2
- Escolarização e memória				1		1
- Trabalho, educação e família					1	1
- Alternativas socioambientais					2	2
Desenvolvimento social						
Desenvolvimento rural sustentável				1		1
- e agroecologia				1		1
- e unidade de produção familiar				3		3
- nos Cerrados					1	1
- mudanças de técnicas tradicionais				1		1
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável e práticas socioambientais					1	1
Educação no campo, especificidades e modelo Casa Familiar Rural				1		1
Conhecimento ambiental e escola agrotécnica e saber camponês				1		1
Ecologismo, produtivismo e gestão ambiental					1	1
Total	5	8	23	30	19	65

Quadro 11– Dissertações e teses elaboradas no campo disciplinar da Geografia e respectivas subdivisões, especialmente Geografia Humana

Temas das dissertações e teses	Universidades					
	Total	UFSer	UNESP	UFF	UFPR	USP
Unidade familiar de produção, campesinato, mudança e reprodução social, trabalho externo, relações com mercado	9	3	3	2	1	23
Ribeirinhos e organização da produção	1		1			1
Processo de assentamento rural						
- Relações familiares e intergeracionais	2	2				
Campeinato, representação política, vida comunitária e associativismo	1	2				4
Agricultura familiar e políticas públicas	1				1	1
Assalariamento entre mulheres rurais boas- fias	1		1			
Fronteira agropecuária	1		1			
Ecologismo, produtivismo e gestão ambiental	2				1	1
Agronegócio e resistência camponesa	2	1			1	3
Sustentabilidade				1		
Processos de assentamento rural		1				
Total	20	7	6	1	4	33

Quadro 12 – Dissertações elaboradas no campo disciplinar das Ciências Sociais/ Aplicadas e da História, segundo vínculo de universidade

Temas	Total	Universidades												
		UNICAMP	SP	UNISINOS	FPE	NB	FF	UF	CG	FSC	UFRGS	FBA	FRRJ	FPA
Migração, colonização e acesso à terra, mobilidade física e social do campestre	1						11							
Posse da terra e práticas sociais e políticas objetivadas por posseiros	2	1	1											
Profissionalização do agricultor familiar	1									1				

Processo de assentamento e relações familiares	1									1			
Campesinato e sistema agroalimentar	1											1	
Campesinato e representação política, vida comunitária e associativismo	3				1			1				1	
Agricultura familiar e processo de mudança e reprodução social	2											1	1
Agricultores familiares e processos de construção de identidade social	2		1						1				
Relações de gênero no meio rural	1			1									
Escola, família e construção de relações de gênero	1							1					
Comunidades negras, relações de gênero e reordenação social	2		1						1				
Campesinato e preservação de recursos hídricos	1										1		
Economia solidária e participação das mulheres	1					1							
Desenvolvimento rural sustentável					1								
Total	19	1	3	1	2	1	1	2	2	2	1	3	1

Quadro 13 – Dissertações elaboradas em diferenciados campos disciplinares e temáticos e segundo vínculo de universidade (Agricultura Tropical, Economia Rural, Extensão Rural, Economia Aplicada, Administração, Educação Física, Agroecossistemas, Ciências Florestais e Ambientais, Psicologia. Mestrados profissionalizantes em Meio Ambiente e Sustentabilidade, Desenvolvimento e Meio Ambiente)

Temas	Total	Universidades									
		C.U. CARATINGA	UFAM	UFP	UFPA	UFCG	UFMG	UFSC	UFV	UFLA-VRAS	ESALQ
Unidade familiar de produção, campesinato, mudança e reprodução social, trabalho externo, relações com mercado, processos de subordinação	1					1					
Sociedades camponesas e recursos naturais	1									1	
Processo de assentamento e relações intergeracionais	1				1						
Processos de assentamento, trabalho, educação, família e escola; expectativas de jovens e atividades lúdicas orientadas	1							1			
Sustentabilidade sociocultural	1			1						1	
Processos de assentamento e alternativas socioambientais	1		1								
Empreendedor rural: condições de possibilidade	1										1
Comunidades camponesas, relações de gênero e migração	1								1		
Mulheres rurais neopentecostas, relações de gênero e sexualidade	1	1									
Parques nacionais e relações de gênero e intergeracionais	1							1			
Agroecologia e participação de mulheres	1							1			
Sistemas agrícolas e transformações	1						1				
Total	12	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1

- Psicologia

Quadro 14 – Dissertações elaboradas no campo da Educação e Pedagogia, segundo vínculo de universidade

Temas	Universidades									
	Total	UFES	UNESP	FPR	UFSCAR	UFPB	UFMA	UFRGS	UFSC	FPI
Camponato e educação escolar	1			1						
- proposta pedagógica	1				1					
- juventude, sexualidade e educação sexual	1								1	
Processos de assentamento rural e redefinição de relações de gênero	2	1						1		
Processos de assentamento rural e relações familiares e intergeracionais, organização social	2	1	1							
Processos de assentamento rural. Trabalho, educação e família e escola	1						1			
Empoderamento de mulheres em assentamento rural	1					1				
A luta pela terra, representações segundo construção de relações de gênero	1					1				
Comunidades negras e relações de gênero	1						1			
Unidades de conservação e papel da escola	1				1					
Memória de professoras rurais	1									1
Total	13	2	1	1	2	2	2	1	1	

Quadro 15 – Teses elaboradas por disciplina e temas interdisciplinares e universidade de afiliação do autor – 1989-2009

Temas	Total	Sociologia				Antropologia	Geografia		Desenvolvimento Sustentável	Educação	Saúde Pública
		UFRS	UEPJM	UNICAMP	USP	USP	USP	UFF	UFPA	UFSCAT	USP
Migração, colonização e acesso à terra, mobilidade física e social	3	1				1					1
Unidade familiar de produção, campesinato, mudança e reprodução social, trabalho externo	1			1							
Processos de assentamento rural e relações familiares (infância na reforma agrária)	1									1	
Processos de assentamento em contextos de concentração de terra	1										1
Ecofeminismo	1			1							
Comunidades negras e reprodução social	1		1								
Fronteiras socioeconômicas em expansão	1								1		
Mulheres migrantes	1						1				
Agroecologia e mudanças técnicas	1								1		
Cerrado e práticas de sustentabilidade	1							1			
Ecologismo e produtivismo	1								1		
Práticas socioambientais e RDS	1								1		
Total	14	1	1	2		1	1	1	4	1	

RELAÇÃO DE TÍTULOS (DISSERTAÇÕES E TESES) AFILIADOS AO CAMPO DE ESTUDOS NO MUNDO RURAL

Rodrigo Pennutt da Cruz*
Priscila Tavares dos Santos**

AMARAL, José Januário de Oliveira. *Os latifúndios do Incra (a concentração de terra nos projetos de assentamentos em Rondônia)*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1999. Orientadora: Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta.

ARANTES, Alessandro de Oliveira. *Sociedades camponesas e recursos naturais: um caso dessa relação na comunidade de Ponte Vila – Centro-oeste Mineiro*. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, 2002. Orientador: Marcos Affonso Ortiz Gomes.

CANTARELLI, Jonnhy Rozemberg Rocha. “*Nem bom nem ruim*”: a qualidade de vida camponesa em terras de reservas ecológicas: o caso Gurjaú – PE. 2005. Dissertação. (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco. 2005. Orientador: Russell Parry Scott.

CAUME, David Jose. *A construção social de um outro ofício de agricultor: as estratégias tecnológicas de reprodução social do campesinato*. 1992. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992. Orientador: José Vicent Tavares dos Santos.

CELLA, Daltro. *Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências - Economia Aplicada) - Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2002. Orientador: Fernando Curi Peres.

CINTRÃO, Rosangela Pezza. *ONG's tecnologias alternativas e representação política do campesinato: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os sindicatos de trabalhadores rurais na Zona da Mata Mineira*. 1996. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996. Orientador: Jorge Osvaldo Romano.

COSTA, Gilson Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia: estudo sobre a Região das Ilhas de Cametá, Pará-Brasil*. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, 2003. Orientador: Francisco de Assis Costa.

* Mestrando no PPGA /UFF.

** Doutoranda no PPGA/UFF.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. *Cablocos-ribeirinhos da Amazônia: um estudo da organização da produção camponesa no município do Careiro da Várzea-AM*. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, 1999. Orientador: Ariovaldo Umbelino De Oliveira.

DI CIOMMO, Regina Célia. *Ecofeminismo e complexidade*. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, Araraquara, 1998. Orientador: Edgard de Assis Carvalho.

DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. *Posses e posseiros de Pontinópolis: a busca da terra prometida*. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, 1990. Orientador: Nome não informado.

FÉLIX, Gil Almeida. *Mobilidade espacial e campesinato: gestão de alternativas escassas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal Fluminense, 2006. Orientadora: Delma Pessanha Neves.

FIGUEIREDO, José Nilton de. *A (Con)sagração da vida: formação das comunidades de pequenos agricultores da Chapada do Araripe*. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, 1998. Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

FILHO, Nilo Meira. *Associações de agricultores familiares: fatores de sucesso e insucesso*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2005. Orientadora: Vera Lúcia Alves França.

FREITAS, Antônio Carlos Reis de. *Crise ecológica e mudança técnica da agricultura camponesa de derruba e queima da Amazônia Oriental*. 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, 2005. Orientador: Francisco de Assis Costa.

FREITAS, GEOVANI JACÓ. *O “ser” e o “ter”: camponeses, práticas, tecnologias e política (um estudo em Lagoa Seca-PB)*. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba/Campina Grande, 1993. Orientadora: Josefa Salete Barbos Cavalcanti.

GIACOBBO, Elisa Olivia. *A construção e reconstrução das relações familiares em um assentamento de reforma agrária*. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994. Orientador: Jacques Andre Leon Marre.

GLÓRIA, Kléber Gonçalves. *O conhecimento ambiental transmitido pelas escolas agrotécnicas face ao saber camponês: o caso de São João Evangelista – MG*. 2005. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Meio Ambiente e Sustentabilidade) - Centro Universitário de Caratinga, 2005. Orientadores: Ana Louise de Carvalho Fiúza; Luiz Cláudio Ribeiro Rodrigues; Míriam Abreu Albuquerque.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. *O xote das meninas: o instinto de investigação que instiga, move (remove)...* 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995. Orientador: Edna Maria Ramos de Castro.

GUIMARÃES, Flávia Maia. *A luta pela terra: imaginário e gênero*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998. Orientadora: Neide Mielle.

JESUS, Givaldo Santos de. *Camponeses “órfãos”: farinheiros de Ribeirópolis e São Domingos-SE (1975-2005)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2006. Orientador: José Eloízio da Costa.

JUNIOR, Candido Augusto Medeiros. *Terra bela: memória, significados e escolarização em um assentamento rural em Buriticupu-Maranhão*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, 2002. Orientador: César Augusto Castro.

KALIF, Kemel Amim Bittencourt. *Ecologismo e produtivismo no espaço rural amazônico: enfoque em uma alternativa de gestão ambiental no estado do Mato Grosso*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, 2007. Orientador: Daniel Curtis Nepstad.

LEITE, Gilca Angelica Ferreira. *A lógica de reprodução da agricultura familiar em Palatina frente às políticas públicas (PRONAF)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, 2004. Orientadores: Julio César Suzuki; Luis Lopes Diniz Filho.

LIMA, Leida Maria de Sousa. *O processo de (re)criação do campesinato em áreas do latifúndio: a fragmentação da terra em Rondonópolis-MT*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, 2007. Orientador: Iraci Gomes De Vasconcellos Palheta.

LIMA, Leida Maria de Souza. *A produção camponesa e a modernização da agricultura em Rondonópolis – MT*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, 2000. Orientador: Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta.

LIMA, Luciana Batista. *É desse lugar aqui que agente vive: sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental do assentamento Caxirimbu em Caxias-MA*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Fundação Universidade Federal do Piauí, 2007. Orientadora: Maria Dione Carvalho de Moraes.

LOCKS, Geraldo Augusto. *Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito – SC*. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. Orientador: Hélio Raymundo Santos Silva.

LUNARDI, José Clovis Teles. *Olhares camponeses: escola uma terra de educar*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, 2000. Orientadora: Lígia Regina Klein.

MACEDO, Marly. *Memórias de professoras primárias no cotidiano das escolas públicas estaduais da zona urbana e rural de Teresina (PI): 1960-1970*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal do Piauí, 2005. Orientadora: Maria do Amparo Borges Ferro.

MACIEL, Antonio Carlos. *A dinâmica do processo de ocupação socioeconômica de Rondônia: trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia*. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, 2004. Orientador: Francisco de Assis Costa.

MARTINS, Pedro. *Comunidade cafuzada de José Boiteux/SC: história e antropologia da apropriação da terra*. 2001. Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, 2001. Orientadora: Margarida Maria Moura.

MELO, Rita de Cássia. *A espacialização das associações comunitárias no município de Malhada: estratégia de permanência da unidade de produção familiar*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2005. Orientadora: Alexandrina Luz Conceição.

MELO, Rosemeri Santos de. *Terra, trabalho e vida: o trabalho externo fabril como estratégia de permanência do campesinato em Itaporanga D`ajuda*. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 1995. Orientador: José Alexandre Felizola Diniz.

MENASCHE, Renata. *Percepções e projetos: agricultura familiar em mudança: o caso da região de Santa Rosa, noroeste do Rio Grande do Sul*. 1996. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) - Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996. Orientador: Roberto José Moreira.

MORAES, Maria Ângela Barros. *A unidade de produção familiar e a política pública de desenvolvimento sustentável no município de São Domingos/Goiás: o caso Barão*. 2004. Dissertação (Mestrado, em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2004. Orientadora: Alexandrina Luz Conceição.

MOURA, Edila Arnaud Ferreira. *Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, 2007. Orientadora: Deborah de Magalhães Lima.

MUÑOZ, Estevan Felipe Pizarro. *Utilização da biomassa pela agricultura camponesa na perspectiva da produção consorciada de alimento e energia: o caso da COOPERBIO, RS*. 2007. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Orientadores: Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas; Francisco José da Costa Alves.

NOFFS, Paulo da Silva. *Os caixas do Toque-toque Pequeno: um estudo de mudança espacial*. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, 1989. Orientador: Nome não informado.

OLIVEIRA, Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro. *Tempo de travessia, tempo de recriação: profecia e trajetória camponesa*. 1998. Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, 1998. Orientadora: Margarida Maria Moura.

OLIVEIRA, Darlene Aparecida de. *A persistência da unidade familiar de produção: a sericultura em charqueada*. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1989. Orientador: Nome não informado.

OLIVEIRA, Rosa de Souza. *Expectativas de jovens que vivem em assentamento: um estudo sobre a tríade trabalho-educação-família*. 2006. Dissertação (Mestrado em Agricultras Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, 2006. Orientador: Orlando Nobre Bezerra de Souza.

PADOVEZI, Aurélio. *O processo de restauração ecológica de APPs na microbacia do Campestre, Saltinho – SP: uma proposta de diálogo entre conhecimentos*. 2006. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura, 2006. Orientador: Ricardo Ribeiro Rodrigues.

PEROSA, Elisabete A. Paschoal. *A questão possessória no Vale do Ribeira/São Paulo: conflito permanência e transformação*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Social - Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, 1992. Orientadora: Margarida Maria Moura.

RIBEIRO, Beatriz Figueiredo. *Viver, produzir e preservar: construindo o Projeto Casa Familiar Rural da Transamazônica (1980-2002)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, 2003. Orientador: Gutemberg Armando Diniz Guerra.

RIBEIRO, Marlene Francisca Tabanez. *Significado para professores de um programa de educação ambiental em unidade de conservação*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, 2000. Orientador: Nivaldo Nale.

ROCHA, Ana Carla Souto. *Às margens do rio Cochó: um estudo de caso sobre o pequeno produtor e a preservação dos recursos hídricos na Chapada Diamantina*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, 2002. Orientadora: Sylvia Maria dos Reis Maia.

RODRIGUEZ, Mauricio Jose Cortes. *Espacio y tiempo como elementos metodológicos pra el analisis socioeconomica: intento de aplicacion a los conceptos de sociedad, sociedad campesina y sistema agroalimentario*. 1995. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1995. Orientador: John Wilkinson.

SANTANA, Antonio Carlos da Paz. *A organização e inserção da produção de pequenas unidades agrícolas nos mercados paulistas: os agricultores do bairro rural de Santo Angelo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, 2006. Orientador: Marta Inez Medeiros Marques.

SANTOS, Acássia Freire dos. *O assentamento Flor-do-mucuri: uma experiência de reforma agrária*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2003. Orientadora: Adelci Figueiredo Santos.

SANTOS, Fernando José Xavier dos. *Os Camponeses de Laranjeiras*. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 1999. Orientador: Armando Pereira Antonio.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos: le rêve de la terre: étude sur le processus de colonization agricole et les luttes des paysans meridionaux au Brésil 1930 a 1984*. 1987. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987. Orientador: Nome não informado.

SCHMITT, Alessandra. *Uma irmandade em redefinição: impasses da organização do assentamento da comunidade cafuza (SC) em torno da proposta de trabalho coletivo*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Social Antropologia) - Universidade de São Paulo, 1999. Orientador: Renato da Silva Queiroz.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. *Os Cerrados e a sustentabilidade*. 2006. Tese. (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, 2006. Orientador: Carlos Walter Porto-Gonçalves.

SILVA, Claudia Eugenio da. *Alternativas socioambientais para a gestão comunitária no assentamento do Tarumã-Mirim, Manaus – AM*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) - Universidade Federal do Amazonas, 2006. Orientador: Julio Cesar Rodriguez Tello.

SILVA, Renata Prado da. *Transformações históricas dos sistemas agrícolas da região da província serrana ao longo da estrada Cáceres – Porto Estrela – MT*. 2007. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2007. Orientador: Aleixo Brito de Azevedo.

SILVA, Silvio Simioni da. *A fronteira agropecuária acreana*. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 1999. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

SOBRINHO, Sebastião Aluizio Solyno. *Constrangimentos institucionais para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em Marabá*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, 2004. Orientador: Francisco de Assis Costa.

SOUZA, Fernanda Virgínia Kolming de. *Camponês: um velho/novo sujeito nos tempos da globalização*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2005. Orientadora: Alexandrina Luz Conceição.

SOUZA, Raimunda Áurea Dias de. *O processo de expansão do capitalismo no campo, o agronegócio e a resistência da unidade de produção familiar: o caso do projeto senador Nilo Coelho – Petrolina/PE*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2006. Orientadora: Alexandrina Luz Conceição.

TEDESCO, João Carlos. *Terra, salário e família: etnos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês*. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, 1998. Orientadora: Maria de Nazareth Baudel Wanderley.

TEIXEIRA, Olívio Alberto. *Estudo do processo histórico de subordinação da pequena produção pesqueira ao capital em Santa Catarina*. 1990. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal da Paraíba/Campina Grande, 1990. Orientador: Nome não informado.

VASIULIS, Helena Sabina. *A sericultura como alternativa na sobrevivência camponesa*. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 1994. Orientador: Olimpio Beleza Martins.

VENDRAMINI, Célia Regina. *Ocupar, resistir e produzir – MST: um estudo da proposta pedagógica do Movimento dos Sem-terra*. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, 1992. Orientadora: Marly de Almeida Gomes Vianna.

VIEIRA, Denes Dantas. *Identidade rural e agricultura familiar: o Pronaf B sob a ótica dos beneficiados*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. Orientador: Aldenor Gomes da Silva.

YAMIN, Giana Amaral. *Crianças com-terra: (re)construções de sentidos da infância na reforma agrária*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, 2006. Orientador: Roseli Rodrigues de Mello.

TEMÁTICAS RECORRENTES NAS TESES E DISSERTAÇÕES REFERENTES AO UNIVERSO RURAL

Delma Pessanha Neves*

Do conjunto de textos anteriormente apresentados, destacaremos de forma mais analítica alguns deles, por corresponderem a temáticas mais recorrentes. Uma delas diz respeito à problemática da educação no meio rural. Dentre as preocupações intelectuais com o sistema de ensino atribuído aos segmentos populacionais rurais, destacam-se aquelas que problematizam a formação de professores. Elas estão agrupadas neste item porque os autores consideraram alguns dos padrões que constroem mutuamente e contextualmente a interdependência da representação homem-mulher. Reivindicando a afiliação aos estudos de gênero, distinguiram empiricamente papéis específicos desempenhados por mulheres. Tomaremos dois casos para exemplificar.

Em *Memórias de professoras primárias no cotidiano das escolas públicas estaduais da zona urbana e rural de Teresina (PI) – 1960-1970*, texto de dissertação de mestrado em Educação, defendida junto à Universidade Federal do Piauí no ano de 2005, a autora, Marly Macedo, analisa a participação da professora primária no contexto do ensino rural, no município de Teresina (PI). O objetivo precípua na dissertação fora reconstruir textualmente memórias de professoras primárias aposentadas quanto ao cotidiano escolar. Foram selecionadas aquelas que se encontravam em sala de aula nas décadas de 1960 e 1970, período de implantação das Leis nºs 4.024/61 e 5.692/71. Segundo a autora, essas normas legais causaram grande impacto no sistema educacional brasileiro.

Quanto à temática reprodução social do campesinato, merecedora de especial atenção entre os autores nesta sessão elencados, exemplificamos com a referência ao estudo desenvolvido por David José Caume, no texto *A construção social de um outro ofício de agricultor: as estratégias tecnológicas de reprodução social do campesinato*. Ele corresponde à dissertação de mestrado em Sociologia defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nela o autor reflete sobre interpretações clássicas das práticas técnicas dos camponeses, a partir de estudo de caso junto a tal segmento, situado na região do Alto Uruguai (RS). Segundo o autor, “as práticas tecnológicas dos camponeses investigados foram interpretadas enquanto estratégias tecnológicas de reprodução social e como produtos de uma dupla inflexão: a degradação de suas condições socioeconômicas e ecológicas de produção e a vivência de um itinerário técnico”.

* Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

Na mesma perspectiva de valorização crítica de interpretações consagradas sobre a economia camponesa, Mauricio José Cortes Rodriguez, em texto apresentado em 1995 como dissertação de mestrado ao Curso de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ), sob o título *Espacio y tiempo como elementos metodologicos pra el analisis socioeconomica: intento de aplicacion a los conceptos de sociedad, sociedad campesina y sistema agroalimentario*, reflete sobre a interdependência entre aqueles dois sistemas econômicos. Contrapõe dois aportes teóricos de enfoques globalizantes da dinâmica capitalista, bem como teorias *regulacionistas* e *dependencistas*. Reivindica ter inovado a reflexão pela construção de ponto de vista interpretativo pautado na teoria de estruturação e dos processos de globalização de Giddens. Esse olhar lhe permitiu integrar perspectiva de análise que valoriza preocupações ecológicas.

O tema da sustentabilidade, territorialização de áreas intocáveis e controle de grupos humanos vem obtendo expressivo engajamento de autores em teses e dissertações. Este é o caso de Antônio Carlos Reis de Freitas, que, em 2005, elaborou texto inscrito nos quadros da apresentação de tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da UFPA. O texto tem por título *Crise ecológica e mudança técnica da agricultura camponesa de derruba e queima da Amazônia oriental*. O autor analisa algumas das ações voltadas à restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs) degradadas do Ribeirão Campestre, em Saltinho-SP. Por metodologia de pesquisa participativa, ele construiu, em campo, indicadores de avaliação e monitoramento do Potencial de Autorrecuperação (PAR) de 4 APPs, em diferentes estágios de degradação. Associou, como enfatiza, elementos constitutivos da campesinidade e do conhecimento ecológico local (CEL), entre agricultores que se mostraram interessados em restaurar suas próprias APPs.

Por essa mesma preocupação intelectual e política, o tema insustentabilidade ambiental e expropriação camponesa mereceu a atenção analítica de Carlos Eduardo Mazzetto Silva, no texto *Os Cerrados e a Sustentabilidade*, tese de doutorado apresentada em 2006 ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF. Ele sintetiza as proposições defendidas, ressaltando que o domínio fitogeográfico do Cerrado tem se constituído em área preferencial do território brasileiro para a expansão do complexo do agronegócio de exportação. O possível sucesso dessa estratégia, acentua o autor, representada pelos superávits da balança comercial, esconde a realidade socioambiental e os efeitos expropriadores e degradadores que esse processo gera. Dedicase então a desconstruir a ideologia ufanista do agronegócio e, ao contrário, demonstrar a riqueza ecológica do Cerrado e seu crucial papel hidrológico. Ainda se contrastando, explica as razões pelas quais o agronegócio leva ao empobrecimento biológico e à desestabilização das destacadas funções hidrológicas do Cerrado.

O autor contribui ainda com importante análise sobre o patrimônio cultural da “sociedade sertaneja, em especial de seu campesinato, fruto de uma

história de milhares de anos de ocupação por populações originárias e tradicionais”. Considera o caráter conflitivo desses processos de concorrência por apropriação dos recursos naturais, enfatizando “que é o encontro no espaço entre as diferentes formas de ocupação das chapadas (tradicional e moderna) que gera a tensão entre as territorialidades locais/camponesas e forasteiras/ do agronegócio. Dois sentidos, de habitat e de mercadoria, e estratégias de uso distintas e incompatíveis se contrapõem na apropriação do território”. Por fim, ele analisa as “repercussões tensionadas pela concorrência de modelos de exploração produtiva para a sustentabilidade ecológica, cultural e social da região”. Retomando o debate conceitual sobre o campesinato, “atribui ênfase às novas correntes etnoecológica e agroecológica, oriundas de lugares deslocados das formulações eurocêntricas originais”.

Pela afiliação ao mesmo tipo de preocupação intelectual, destacamos o investimento em textos que consideram a relação entre grupos humanos e controle ambiental. Em *Às margens do rio Cochó: um estudo de caso sobre o pequeno produtor e a preservação dos recursos hídricos na Chapada Diamantina*, texto elaborado para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, em 2002, Ana Carla Souto Rocha constrói o objeto de pesquisa refletindo sobre “efeitos da elaboração e execução de leis federais, estaduais e municipais que visam regulamentar as relações entre [...] distintos grupos humanos e o ambiente natural, com vistas à preservação ambiental”. Leva em conta empiricamente os problemas constituídos pela “delimitação de áreas intocáveis ou de uso regulado e o gerenciamento dos recursos hídricos, no semiárido nordestino”. Os tradicionais habitantes dessas comunidades, ressignificadas como “paraísos ecológicos”, assistem perplexos a essa “enxurrada de códigos e normas”. Mais que isso, “têm suas vidas modificadas quando os locais que sempre habitaram passam a ser reconhecidos e valorizados por olhares externos [...] como ilhas de preservação”. E acrescenta à reflexão: “Práticas tradicionais de lidar com a natureza são desvalorizadas diante do conhecimento legal, cientificamente validado”. Diante da ênfase atribuída ao “ambiente natural”, “[...] a população que ali habita, de invisível, torna-se indesejável”. Tais reflexões validam o entendimento da “cultura agrícola de um grupo de pequenos agricultores”, bem como “sua percepção com relação ao ambiente”, especialmente “em torno das práticas agrícolas por eles exercidas”.

Dentre as muitas contribuições que a autora apresenta, destacamos a ênfase em processos de deslocamentos sociais: “a pequena produção agrícola, que foi relegada a um papel secundário nos processos econômicos brasileiros, tem emergência no contexto de uma nova ordem mundial, em face de sua adequação às exigências do desenvolvimento sustentável”.

No mesmo plano de construção de problemáticas teóricas e empíricas, no quadro das preocupações com a sustentabilidade ambiental e social, destaca-se a contribuição de Edila Arnaud Ferreira Moura, cujo texto – *Práticas socioam-*

bientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – foi elaborado e apresentado em 2007 como tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará. Segundo as delimitações teórico-metodológicas defendidas pela própria autora, o texto da tese incide sobre estudo de *práticas socioambientais que se constroem com a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá*, localizada na várzea dos rios Solimões e Japurá, na região do Médio Solimões, estado do Amazonas. Criada em 1990, no Brasil ela se constitui, na categoria, a *primeira unidade de conservação de uso sustentável*. A proposta inerente a tal concepção fora a *conservação da biodiversidade com gestão das populações locais*. Por longo tempo de trabalho de campo e intervenção social (1991 e 2006), a autora elaborou estudo sobre desenvolvimento de programas de manejo sustentado dos recursos, conforme o planejamento para o desenvolvimento sustentável para as populações locais.

Afiliando-se ainda a esse mesmo campo temático, centrado no debate sobre formas de preservação do meio ambiente e construindo, em 2005, texto para titulação de mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, Jonnhy Rozemberg Rocha Cantarelli, autor de *“Nem bom nem ruim”: a qualidade de vida camponesa em terras de reserva ecológica: o caso Gurjaú – PE*, elabora texto etnográfico interpretativo da qualidade de vida e dos liames de vulnerabilidade em grupo social que habita a Reserva Ecológica de Gurjaú. O autor caracteriza-a como “a maior da Região Metropolitana do Recife”. Definindo os moradores dessa unidade como componentes de um *campesinato marginal ao sistema de plantation*, elabora, com os entrevistados, os padrões de qualidade de vida expressos no cotidiano. Mantém-se atento aos modos como os interlocutores constroem os ideais coletivos, contrastivamente ao que definiram como condições reais da qualidade de vida, referenciadas à família, à terra, ao trabalho, às relações vicinais, bem como a elementos subjetivos e universais como a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Por esses valores, os moradores se interconectam a três reconhecidos universos de significação: o “mundo da cana”, “a natureza selvagem” e o “mundo dos sítios” “unidade familiar individual e comunitária”.

Reafirmando a importância do debate que vem se constituindo em torno do campo político e temático referenciado à sustentabilidade social, Marlene Francisca Tabanez Ribeiro, em dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Educação da Universidade Federal de São Carlos, em 2000, sob o título *Significado para professores de um programa de educação ambiental em unidade de conservação*, enfatiza o papel desses agentes estatais, mediante conteúdos do programa escolar, no espaço social definido como Estação Ecológica dos Caetetus (EEC).

Essa opção, segundo a autora, fundamentou-se no pressuposto de “que dialogar com os professores que tinham envolvimento e interesse pelo programa escolar orientado poderia apontar subsídios para compreendê-lo e proceder a

uma forma de avaliação”. Os dados foram analisados a partir de quatro temas: concepções de meio ambiente e de educação ambiental; educação ambiental na prática dos professores; importância e significado atribuídos à EEC; e educação ambiental na EEC.

Outro tema de envergadura entre autores de teses e dissertações com trabalho empírico ou referenciado ao mundo rural diz respeito à associação entre modo de vida camponês e vida associativa, como a comunitária. Em *A (Con) Sagração da Vida: Formação das Comunidades de Pequenos Agricultores da Chapada do Araripe*, texto defendido em 1998 como dissertação de mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco, José Nilton de Figueiredo elabora uma etnografia sobre princípios de formação de comunidades de pequenos agricultores da Chapada do Araripe, no sul do Ceará. Para construção desse objeto de estudo, caracterizou os processos que operaram como precondições para a gênese desse campesinato, reconhecido socialmente pela localização no cenário de expressão local do poder atribuído ao Pe. Cícero. Emergem assim pela condição de romeiros de Juazeiro do Norte e futuros ocupantes das terras serranas da Chapada. Sob tais circunstâncias, ela é descrita quanto ao seu espaço ecológico e pela interdependência social entre localidades camponesas. As localidades correspondem a territórios demarcados pela estabilização de sítios ou pelas relações de parentesco. Elas foram constituídas como suporte para a contraposição à penetração de criadores de gado. Dessa forma, o autor procura compreender os princípios de constituição da vida comunitária pela valorização de regras de reciprocidade e solidariedade, melhor explicitadas nos atos de vida comunitária decorrentes de cultos e festas de renovação social.

Ainda entre os temas valorados no elenco dos títulos por nós sistematizados, destacamos as preocupações elaboradas em torno das relações intergeracionais, focalizando em especial a profissionalização dos agricultores e as tensões inerentes à gestão intergeracional. Este é o caso do texto de Beatriz Figueiredo Ribeiro, *Casa Familiar Rural da Transamazônica*, elaborado em 2003 para titulação como mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA). Ela justifica o investimento intelectual de pesquisa pelo papel que, a partir dos anos 1960, foi atribuído à chamada região Transamazônia. Configura-se o novo espaço como território de formação do que ela qualificou como *novo campesinato*, para aí transposto a fim de povoar entornos da abertura dos eixos rodoviários e mediante a implantação de projetos de colonização oficial. Em decorrência de movimentos de organização dos agricultores, constituiu-se o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), protagonista, segundo a autora, de todas as ações que levaram à decisão sobre a implementação da Casa Familiar Rural (CFR) ou de projeto de educação básica do campo.

Esse processo, iniciado na década de 1980, culminou com a implantação de uma experiência piloto da CFR, em 1995, no município de Medicilândia. Apesar

de ser elemento estratégico dentro do projeto camponês de desenvolvimento, a CFR possui uma inconstância em seu funcionamento, fruto de fatores externos e internos ao movimento social. Os fatores internos estão relacionados à existência de duas forças sociais constituintes do movimento social que, na contraposição, assumem, em suas práticas, perspectivas que se confrontam no estabelecimento de prioridades ao sistema de ensino. Segundo a autora, a tendência decorre da incorporação de visões segmentadas da relação entre desenvolvimento e educação. Da negociação entre representantes dessas forças dependeu a efetiva organicidade da experiência da Casa Familiar Rural. Pela pesquisa então empreendida, a autora destaca que as CFRs implantadas na região, ao levarem em conta, para sua objetivação, fatores relacionados aos processos ecológicos, político-econômico-espaciais e socioculturais, portanto, visão sistêmica, assumiram dinâmica diferenciada daquela que lhes fora prevista.

No cômputo dessa mesma problemática de pesquisa, ressaltam-se os estudos sobre juventude em situação de assentamento. Exemplificamos com o investimento de pesquisa de Rosa de Souza Oliveira, sob o título *Expectativas de jovens que vivem em assentamento: um estudo sobre a tríade trabalho-educação-família*, dissertação defendida em 2006 junto ao Mestrado em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará. A autora focalizou as expectativas de jovens que vivem no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, localizado no município de São Francisco do Pará.

O *corpus* da pesquisa se constituiu no discurso de trinta jovens do sexo masculino ou feminino, na faixa etária de 15 a 24 anos, inseridos em família de origem ou conjugal. As aproximações conclusivas revelaram que a considerada *juventude* desse assentamento, em geral, nutre expectativas de exercer atividades distintas da agropecuária, mediante acesso a outro trabalho/emprego/formação profissional, projetando assim a melhoraria de condição de vida; e constituir família e filhos. Contudo, assevera a autora, as novas formas de inserção não se afastam de valores de referência do grupo social de pertencimento, explicitados pela aprovação e pelo desejo de transmissão de valores e regras sociais. Os jovens projetam assim dar continuidade aos saberes adquiridos na família de origem.

A análise dos títulos elencados neste item põe em relevo a expansão das pesquisas na região amazônica, tanto por pesquisadores locais como por tantos outros que para lá se dirigem valorizando situações empíricas diversas. No geral, podemos ressaltar o interesse dos pesquisadores em torno de processos de transformação pela ocupação na Amazônia.

Em sintonia com tantos outros autores que se dedicam à reflexão sobre processos sociais coexistentes na ocupação econômica da Amazônia, Antonio Carlos Maciel, em texto escrito em 2004 e apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da UFPA, sob o título *A dinâmica do processo de ocupação socioeconômica de Rondônia*:

trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia, investe na demonstração das especificidades do caso em pauta.

Referenciado ao que denominou “teoria da dinâmica inovativa”, interpretou, com base em resultados de *survey*, “o fenômeno produtivo agrário, baseado na pequena propriedade familiar”. Uma de suas hipóteses de interpretação baseia-se na compreensão articulada entre dinâmica socioeconômica e peculiaridades constitutivas da forma como a dinâmica inovativa se manifesta em Rondônia. Tais peculiaridades consistem em: a) substituição das culturas temporárias pela pecuária com base na incorporação da pecuária de leite à função da reprodução direta, logo como autoconsumo direto e indireto; b) combinação da diversificação no nível de sistema, das culturas e das atividades pecuárias; c) manejo dos sistemas ecológicos (capoeira e mata), aproveitando nichos de mercado; e d) investimento em pecuária extensiva. Todos esses fatores, segundo o autor, confluem para processos altamente sistematizados de trabalho, cujo valor da produção é a expressão mais contundente de seu vínculo com o mercado e da intensidade de trabalho empregada, criadora de uma formação social campesina diferenciada. Avalia ainda o autor: a situação empírica considerada não cabe nos limites definidores do conceito clássico de camponês. Por essa razão, o autor quer reconhecido o valor de seu estudo, ao proporcionar “elementos que não só reafirmam a teoria da dinâmica inovativa, mas também [...] os limites da explicação da teoria das frentes”. Nessa perspectiva, acredita ter trazido para análise “componentes empíricos que possam contribuir para a formulação de um novo conceito de camponês”.

Kemel Amim Bittencourt Kalif, elaborando em 2007 o texto *Ecologismo e produtivismo no espaço rural amazônico: enfoque em uma alternativa de gestão ambiental no estado do Mato Grosso*, para qualificação no Doutorado do Programa de Desenvolvimento do Trópico Úmido (UFPA), orienta-se pela hipótese de que, na Amazônia brasileira, o desenvolvimento da grande empresa agropecuária nas décadas do militarismo foi contraposto pelo surgimento de movimentos ambientalistas e acúmulo de conhecimento da ciência ecológica, embora basicamente restrito à esfera acadêmica. Aquela forma valorizada de desenvolvimento, ainda segundo resultados de sua pesquisa, redundou em promoção da desestruturação do campesinato. No entanto, ressalta o autor: “novos padrões de consumo, juntamente com novas formas de interação entre a academia e o setor produtivo, bem como entre diferentes grupos sociais do espaço rural, podem representar mudanças na tendência de insustentabilidade dos empreendimentos rurais”. Além disso, destaca o autor, “foram alcançados grandes avanços da legislação brasileira, especialmente no entendimento de que o direito de propriedade privada tem seu limite a partir do ponto em que deve gerir bens [...] comuns a toda a sociedade (recursos ambientais)”. O autor elaborou critérios, indicadores e parâmetros provenientes dos diferentes complexos para conformar um sistema de monitoramento ambiental aplicado

em 14 estudos de casos de empresa agropecuária, entre lavoura e pecuária. Pela dimensão social do desenvolvimento sustentável, o autor considerou “os efeitos de gestão dos recursos naturais ou configuração dos ‘benefícios sociais’”, sem contudo cair na tentação da defesa de cunhos normativos e assistencialistas.

Demonstrados os interesses mais recorrentes na constituição acadêmica de novos pesquisadores e no tocante ao mundo rural, vamos considerar o peso relativo que aí desempenham os estudos vinculados a problemáticas atribuídas às relações de gênero; ou à problemática atribuída às mudanças, por vezes mais desejadas que praticadas, em relação à visão sexualizada do mundo, marcando contornos diferenciais e conflitivos na construção social do homem e da mulher, em diversos ciclos sociais e biológicos de vida.

Estudos de gênero e divisão sexual do trabalho no mundo rural

Na listagem seguinte, incorporamos autores que já foram citados pelos vínculos a temáticas anteriormente categorizadas, mas que corresponderam ao objetivo primordial desta resenha: análise da correlação entre campesinato e gênero.

AMORIM, Patrícia Brandão. *Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva das mulheres neopentecostais moradoras da zona rural de Lajinha/Minas Gerais*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário de Caratinga, 2007. Orientador: Jorge Luiz de Góes Pereira.

ANDRADE, Priscilla Maia de. *A economia solidária é feminina?: análise da Política Nacional de Economia Solidária sob a perspectiva de gênero*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, 2007. Orientadora: Marlene Teixeira Rodrigues.

BROCHADO, Ofélia Cerinéia. *Trabalho, saúde e reprodução da vida: a mulher boia-fria no mundo cindido de Paraguaçu Paulista*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 1998. Orientadora: Iraci Gomes

DI CIOMMO, Regina Célia. *Ecofeminismo e complexidade*. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1998. Orientador: Edgard de Assis Carvalho.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. *O xote das meninas: o instinto de investigação que instiga, move (remove)...* 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, 1995. Orientadora: Edna Maria Ramos de Castro.

GUIMARÃES, Flávia Maia. *A luta pela terra: imaginário e gênero*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, 1998.

JANATA, Natacha Eugênia. *Fuxicando sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas-jovens-mulheres de assentamentos do MST*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Orientador: Maurício Roberto da Silva.

MACEDO, Marly. *Memórias de professoras primárias no cotidiano das escolas públicas estaduais da zona urbana e rural de Teresina (PI): 1960-1970*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal do Piauí, 2005. Orientadora: Maria do Amparo Borges Ferro.

MAIA, Claudia de Jesus. *Lugar e trecho: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha*. 2000. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 2000. Orientadores: Fábio Faria Mendes; Maria de Fátima Lopes; Maria Izabel Vieira Botelho.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. *Transformação das desigualdades de gênero?: uma narrativa da vida cotidiana e de empobrecimento de mulheres de assentamentos do Cariri Paraibano*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007. Orientadora: Maria Eulina Pessoa de Carvalho.

PENA DE ABREU, Maria Jaxylene. *Modos de vida, gênero, gerações e meio ambiente no Parque Nacional do Jaú/AM*. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Orientadora: Mara Coelho de Souza Lago.

VIEIRA, Rosangela Steffen. *Juventude e sexualidade no contexto escolar de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Orientador: Reinaldo Matias Fleuri.

Quadro 16 – Distribuição temporal do ato de defesa de dissertações e teses que tomam como questão analítica o estudo de relações de gênero no mundo rural

Ano de defesa	Nº teses e dissertações
1995	1
1998	3
2000	1
2004	2
2005	1
2007	3
[-]	1
Total	12

Quadro 17 – Categorizações dos objetos de estudo nas dissertações e teses referenciadas ao estudo de relações de gênero no mundo rural

Categorizações	Número de títulos (teses e dissertações)		
	1995-1999	2000-2009	Total
Ecofeminismo	1		1
Economia solidária e participação de mulheres		1	1
Luta pela terra, processos de assentamento e papel das mulheres	1		1
Memórias sociais de professoras		1	1
Migração e diferenciação de papéis sexuais		1	1
Protagonismos políticos	1		1
Saúde reprodutiva, religião e trabalho entre mulheres	1	1	2
Trabalho, lazer e sexualidade entre jovens em assentamento		3	3
Unidades de conservação e papel diferenciado de mulheres		1	1
Total	4	8	12

Tomando como espaço físico e social de análise *Um Assentamento no Cariri Paraibano*, a pesquisa que subjaz ao texto da dissertação de mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, defendida em 2007 por Maria Lucia Lopes de Oliveira, teve como objetivo principal identificar as transformações ocorridas no cotidiano das mulheres em assentamentos rurais. Abarca relações pessoais e coletivas, consideradas mediante o reconhecimento da vivência de mulheres em processos de *empoderamento* e sob um trabalho interventivo, pautado na formação feminista pelo Cunhã – Coletivo Feminista e pelo Centro da Mulher 8 de Março. Para análise, a autora privilegiou dois grupos de mulheres rurais assim designados: *Vencedoras*, ligado ao assentamento rural José Marco-lino, localizado entre os municípios de Prata, Sumé e Amparo; e *Corajosas*, ao assentamento Novo Mundo, localizado no município de Camalaú.

Em sendo grupo de mulheres, a autora advogou a importância da adoção de enfoque metodológico fundamentado em conceitos de gênero. As práticas sociais dos grupos foram valoradas diante do processo de empobrecimento e das ações da vida cotidiana. A organização social e política das mulheres vem sendo estimulada por práticas educativas feministas. Assim construindo as hipóteses de trabalho, a autora conclui que as mulheres, a partir da construção e afirmação de suas identidades pessoal e coletiva, da consciência das desigualdades de gênero, da organização social e política e da prática educativa feminista, desenvolvem processos de *empoderamento* no aspecto pessoal e cole-

tivo. Os resultados mais evidentes são por elas reconhecidos: pela elevação da autoestima; pelo exercício da fala nos espaços públicos; pelo reconhecimento social de saberes que dominam; e pelo respectivo *enriquecimento* decorrente de novos conhecimentos no desenvolvimento de suas habilidades práticas. Tais aquisições materiais, mas principalmente de símbolos de prestígio, segundo a autora, facilitaram: o acesso às políticas de crédito; o reconhecimento da identidade de trabalhadora rural; a consciência crítica das desigualdades de poder que referenciam relações entre mulheres e homens e os padrões de organização social.

Ainda focalizando a formação escolar e social de jovens, autores se ocuparam dos métodos diferenciados que vêm sendo experimentados pelo projeto metodológico do MST.

No texto *Fuxicando sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas-jovens-mulheres de assentamentos do MST*, correspondente à dissertação de mestrado em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina, defendida em 2004 por Natacha Eugênia Janata, a autora, em pesquisa participativa, inova na adoção de instrumentos propiciadores de coleta de dados. Tais instrumentos foram por ela qualificados como *oficina de fuxico*, grupos focais ou discussão em grupo. Portanto, valorizou especialmente a observação participante, cujas reflexões foram sistematizadas em anotações no diário de campo, bem como por recurso audiovisual como filmagem e também fotografias.

A investigação se circunscreveu ao estudo da articulação entre a atividade de educação física e a produção de engajamentos em Movimentos Sociais, particularmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Partindo da problemática da migração da juventude rural para a cidade, o objetivo da autora fora compreender as relações e contradições entre a cultura do trabalho e a cultura lúdica, vividas e construídas pelas jovens dos Assentamentos 30 de Outubro e São José. Ambos são representantes de mobilizações coordenadas por lideranças do MST e estão situados no município de Campos Novos-SC.

Valorizando a participação das mulheres nas atividades de pesquisa participativa, a autora enfatiza, como eixo da análise, as problemáticas vinculadas a desigualdades nas relações de gênero. Em consequência, traz ao conhecimento do leitor a explicitação situacional de sonhos (desejados, elaborados em contextos em que elas enfatizavam “uma vida dura, regada a muito trabalho e responsabilidades, cuja ética assim formulada faz ressaltar conquistas conseguidas a duras penas”. Por essa reflexão coletiva, reconhece a autora, as mulheres adquiriram um novo significado diante dos engajamentos no projeto político do MST.

No texto *Juventude e sexualidade no contexto escolar de Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra*, correspondente à dissertação de mestrado em Educação defendida na Universidade Federal de Santa Catarina em 2004, Rosângela Stefen Vieira também focaliza a relação entre educação e

movimentos sociais. Ela enfatiza a análise da relação entre juventude e sexualidade no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por meio do trabalho de campo, a autora identificou o chamado *coletivo juvenil* e passou a considerar os efeitos de representação no cotidiano dos jovens, tendo então considerado os temas que afloraram no que concerniam à sexualidade. Em consequência, em termos metodológicos, advoga a realização de um investimento de pesquisa considerando as possíveis interfaces entre juventude, sexualidade e gênero. Para alcançar os objetivos propostos, centrou o trabalho de campo entre jovens residentes em cinco assentamentos do MST, localizados num mesmo município da região Sul do Brasil, e que participam do processo de escolarização numa mesma escola, destinada ao atendimento de séries finais do ensino fundamental e do ensino médio.

Valorizando os temas emergentes nesse relacionamento, a autora elaborou reflexões sobre vida familiar, redes de sociabilidade, ritos de iniciação afetivo-sexual e saúde sexual e reprodutiva, dentre outros. Concluiu então que o estudo elaborado nos quadros referenciais por ela valorados permitiu evidenciar que a juventude e a sexualidade são construções sociais que não podem ser analisadas de forma dissociada. Mais ainda, só ganham sentido se articuladas aos contextos nos quais os temas são reconhecidos; portanto, em que se inserem os sujeitos. E fundamentalmente, advoga a valorização das respectivas percepções quanto às relações de gênero. No contexto, ao movimento atribuído juvenil, os dirigentes do MST valorizavam o aprendizado na socialização política do militante, atribuição que reforça princípios de diferenciação de comportamentos e papéis atribuídos a homens e mulheres, restringindo os investimentos requeridos pelas jovens neste mesmo quadro de definição das formas de inserção social.

Relações comunitárias e diferenciação de papéis sexuais

Nas considerações sobre o texto *Lugar e trecho: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha*, base da dissertação de mestrado em Extensão Rural, de Claudia de Jesus Maia (UFV/MG), destacamos a contribuição da autora para o estudo de trajetórias de mulheres e homens das comunidades do Banco Setúbal, Lagoa dos Patos e Córrego da Velha, município de Araçuaí, Médio Jequitinhonha. A importância deste estudo de caso, entre outras contribuições, recai no fato de ela tomar para reflexão: um certo bailado na constituição e adequação dos papéis atribuídos ao marido e à mulher na formação da família conjugal de agricultores/assalariados sazonais da cana e do café. A autora toma o paradigmático fenômeno dos sistemáticos de processos de migração na região do Médio Jequitinhonha, analisando “a (re)construção das relações de gênero e das formas de reciprocidade”, possibilitadoras da organização de famílias segundo elaboração consensual de estratégias de reprodução social. No caso, ela preferiu enfatizar as experiências das mulheres nesse padrão

de conjugalidade. Explica então: a expansão da economia de mercado no Vale do Jequitinhonha, a partir da década de 1960 e no bojo do chamado processo de modernização da agricultura, assim incidiu sobre essa região porque ela enfrenta especiais questões climáticas e contínuo enfraquecimento do solo. Tais constrangimentos conduziram as famílias camponesas à adoção de correspondentes estratégias de reprodução social, que se traduziram na combinação da agricultura de subsistência com trocas de mercado, mediante, principalmente, a migração sazonal dos homens para o corte de cana no interior de São Paulo. Essas estratégias foram construídas por negociação entre práticas sociais tradicionais e recentemente elaboradas. Estão fundamentadas em valores morais, referenciados a princípios de solidariedade e reciprocidade. Além disso, elas contam com reordenações na vida cotidiana do grupo doméstico: os homens que partem para prover os recursos financeiros, e as mulheres que permanecem para manter a agricultura de subsistência. Ambos, diferenciadamente, são investimentos na reprodução de relações sociais que definem os padrões de convivência e reprodução dos grupos comunitários e de parentesco/vicinais.

Segundo a autora, no espaço de tempo de ausência dos homens, “as mulheres passaram a acumular, sob novas formas, as tarefas do espaço da casa, tradicionalmente femininas, e as tarefas do espaço da produção (roça), tradicionalmente masculinas”. Impuseram-se assim mudanças na divisão sexual de tarefas, que foram então culturalmente redefinidas. Além disso, adverte a autora, as mulheres passaram a ser o principal elo de ligação da família com a terra, ou seja, com o patrimônio da reprodução da condição camponesa.

Na perspectiva de estudos de relações comunitárias, no próximo texto comentado, Maria Jasylene Pena de Abreu, autora da dissertação de mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, defendida em 2000 e sob o título *Modos de vida, gênero, gerações e meio ambiente no Parque Nacional do Jaú/AM*, toma em consideração o estudo de relações de gênero em três gerações de habitantes do Jaú, refletindo-as em condições de vida enquadradas pelos ditames da preservação ambiental ou pelas referências da construção de *modos de vida*. Pela perspectiva adotada, a autora enfatiza os princípios de hierarquia que atribuem papel e posição de poder privilegiados aos homens, razão pela qual são as atividades deles que publicamente aparecem melhor explicitadas. A ênfase na atribuição de poder aos homens marca as relações conjugais e intergeracionais, cujas decisões estão, pelo menos aparentemente, mais centradas nos pais.

Conforme a autora, os habitantes do Jaú representam o meio ambiente de forma naturalista, criando tensões nas relações com os representantes das instituições administradoras do Parque. Em consequência, ao valorizar o ponto de vista dos habitantes, a autora também pretendeu criar condições de compreensão pública desses pontos de vista construídos na subordinação e no apagamento da sua importância, apenas reconhecidos nas situações conflitivas.

Trabalhadoras rurais

No contexto de estudos agrários, mas focalizando questões vinculadas às atividades agrícolas, de saúde e educação, enfim, as condições de trabalho e a reprodução da vida de seres humanos, Ofélia Cerinéia Brochado, mestre em Geografia (Humana) em 1998 pela Universidade de São Paulo, considera, no texto *Trabalho, Saúde e Reprodução da Vida: A mulher boia-fria no mundo cindido de Paraguaçu Paulista*, o trabalho volante feminino em áreas agrícolas canavieiras do país. Ou, mais conhecidamente, a problemática da mulher trabalhadora boia-fria, cortadora de cana, visto que corresponde à forma de trabalho precarizada e incidente sobre diversos problemas de saúde. Como estudo de caso, o trabalho de campo particulariza as condições de exercício do processo de trabalho canavieiro no município de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo. Ao enfatizar a participação das mulheres, a autora reivindica sua afiliação aos estudos de gênero, dimensionando as condições de existência da mulher cortadora de cana, sujeito de dupla exploração: como mulher e como trabalhadora.

Sexualidade e religiosidade entre mulheres

No texto *Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva das mulheres neopentecostas moradoras da zona rural de Lajinha/Minas Gerais*, elaborado em 2007 para efeitos de defesa de mestrado profissionalizante em Meio Ambiente e Sustentabilidade, do Centro Universitário de Caratinga, Patrícia Brandão Amorin busca compreender a relação existente entre sexualidade e religiosidade de mulheres evangélicas da Igreja Ministério Tabernáculo. Para tanto, a autora se centrou na observação das práticas, por tais mulheres adotadas, em torno da sua saúde reprodutiva, mas no contexto de referência de doutrina religiosa que orienta as famílias quanto à temática e seus respectivos princípios éticos. As mulheres entrevistadas revelaram, segundo percepção da autora, evidências de conflitos e ambiguidades em suas trajetórias sexuais, retraduzindo valores éticos religiosos em mitos e crenças provenientes de uma rígida educação familiar. Os mitos e as crenças, tal como interpreta a autora, são reforçados para influenciar comportamentos no contexto atual. Os agentes eclesiais limitam-se a oferecer orientação sexual para noivos, estando todos desprovidos de informações que esclareçam quanto a métodos de planejamento familiar ou prevenção a DSTs. Paralelamente, continua a avaliação da autora, as campanhas realizadas pelo Programa de Saúde da Família são dirigidas a públicos com experiências de vida em espaços urbanos, distanciadas dos universos de significação das mulheres consideradas no estudo de caso.

Economia solidária e lutas sociais das mulheres frente à equidade de gênero

No texto *A economia solidária é feminina? Análise da Política Nacional de Economia Solidária*, elaborado para atendimento ao requisito de mestrado em Política Social da Universidade de Brasília, em 2007, Priscilla Maia de Andrade sistematiza experiência de pesquisa orientada pelo marco conceitual das relações de gênero. As situações consideradas para análise estão restritas ao universo do desenvolvimento da política nacional de economia solidária, implementada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, criada pelo Governo Federal no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Singulariza então seu investimento intelectual.

Levando em consideração que a economia solidária define princípios para construção de agendas com reivindicações “das lutas das mulheres em direção à equidade de gênero”, o autor investiu na avaliação da correspondência entre promoção da igualdade de gênero e parâmetros de políticas efetivadas pelo Estado, visando fomentar empreendimentos na educação dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos no campo da economia solidária. Dentre os resultados por ela alcançados pela análise, conclui: “verifica-se que há ainda, apesar dos grandes avanços percebidos, sérios obstáculos a serem superados para fazer com que a transversalidade de gênero vá além da incorporação do discurso equivalente”.

Em *O xote das meninas, o instinto de investigação, que instiga, move (remove)...*, texto elaborado por Maria Eunice Figueiredo Guedes, para atender à titulação de mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, no ano de 1995, ela se pauta na compreensão de condições de possibilidade de construção de relações de gênero no interior de movimentos sociais. Para tanto, a autora constrói a reflexão atravessando três temas: campesinato, movimentos sociais e construção de relações de gênero, em área até pouco de fronteira, correspondente ao município de São João do Araguaia. Como metodologicamente desejável referenciar os temas que articula, a autora inclui na relação de pesquisa homens e mulheres em interdependência comportamental. Abarca então atividades cotidianas e princípios de orientação da organização social, tais como: educação diferenciada, divisão assimétrica das tarefas domésticas, articulação e organização de encontros de mulheres, de homens e mistos, construção de espaços de reflexão sobre a condição feminina, com base na constituição de grupo de mulheres no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em consequência, a autora foi levada a analisar a ampliação de rede de relações e de universos de significação pelas mulheres. Outrossim, considerar o engajamento correspondente que, como demonstra, exigiu a elaboração de discursos diferenciados, incidentes sobre a construção de outras relações e referências definidoras do que é ser mulher e ser homem naquele contexto comunitário.

ARTIGOS PUBLICADOS CUJA PERSPECTIVA ANALÍTICA CONTEMPLA ESTUDOS DE GÊNERO E MUNDO RURAL

Rodrigo Pennutt da Cruz*
Priscila Tavares dos Santos**

Conforme já destacamos, o levantamento desses artigos não visou à análise de conteúdo e sistematização de problemáticas, tarefa que ultrapassava as possibilidades de realização no contexto de cumprimento do projeto de pesquisa do qual derivaram as reflexões aqui apresentadas. Ele foi realizado para identificar autores e vínculos institucionais para os quais a coordenação do projeto de organização da coletânea encaminharia circular mobilizando autores para participarem da seleção, tendo em vista a organização da coletânea em curso. Aproveitamos a oportunidade da publicação da coletânea para anexá-lo, esperando facilitar a avaliação analítica por leitores interessados na questão.

No exercício atual, não contrastaremos os artigos com outros títulos cujos temas privilegiaram o mundo rural, nem tão pouco bibliografia mais generalizada sobre estudos de gênero, procedimento que vimos adotando no decorrer deste texto.

A listagem seguinte permite, contrastivamente, ressaltar autores e revistas que apresentam tendências à especialização tanto nos estudos feministas e de gênero, como desta questão no mundo rural, como demonstradas no quadro a seguir.

Quadro 18 – Relação de revistas elencadas e dados de edição

Título das Revistas	Instituição/cidade de edição	Número de artigos
<i>Sociedade e Natureza</i>	UF Uberlândia	1
<i>Revista de Antropologia</i>	USP/São Paulo	1
<i>Nuevo Mundo, Mundos Nuevos</i>	Sem informação	1
<i>Cadernos Pagu</i>	Campinas	1
<i>Ciência e Agrotecnologia</i>	UFLavras	1
<i>Cerâmica</i>	Campos dos Goytaczes	1
<i>Sociologias</i>	UFRGS/Porto Alegre	2
<i>Caderno CEDES</i>	Campinas	3
<i>Mana</i>	PPGA/UFRJ	3
<i>Antropolítica</i>	PPGA/UFF Niterói	3
<i>Cadernos do Núcleo Transdisciplinar de Gênero - NUTEG</i>	Uberlândia	4
<i>Ambiente e Sociedade</i>	Campinas	6
<i>Estudos Feministas</i>	Florianópolis	11

* Mestrando no PPGA /UFF.

** Doutoranda no PPGA/UFF.

Antecipando a listagem, sistematizamos, de forma muito genérica, algumas temáticas valorizadas pelos autores que compõem o universo de dados identificado.

Quadro 19 – Categorização de temáticas ou objetos analíticos relevantes nos estudos de gênero no mundo rural

Temáticas e objetos de estudo	Nº de artigos
Agricultura orgânica e protagonismos das mulheres	1
Concepções de gênero e situações contextuais	9
Concepções de saúde e distinções sexualizadas de visões de mundo	1
Feminismos e processos organizativos	1
Formação profissional e distinção sexual	1
Herança e gênero	1
Juventude, cultura lúdica e distinções sociais entre jovens rurais	2
Memórias coletivas de mulheres rurais	2
Mulheres e lutas sociais por direitos	2
Mulheres parteiras, inserções e deslocamentos sociais	3
Mulheres responsáveis por domicílios	1
Previdência rural e distinções sexuais	2
Religião, sistema de crenças e posições distintivas das mulheres	1
Trabalho assalariado agrícola, distinções sexuais	1
Trabalho doméstico e extradoméstico	2
Trabalho familiar e posições diferenciadas das mulheres	9
Trabalho feminino e artesanato	1
Total	40

Referências

AGUIAR, Neuma. Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado em uma plantação canavieira. *Cadernos do Núcleo Transdisciplinar de Gênero – NUTEG*, v. 1, n. 1, 2000.

ANDRADE, Maristela de Paula. Conflitos agrários e memória de mulheres camponesas. Universidade Federal do Maranhão. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 27, n. 72, maio/ago. 2007.

BELAUNDE, Luisa Elvira. A força dos pensamentos, o fedor do sangue: hematologia e gênero na Amazônia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 49, n. 1, jan./jun. 2006.

BOYER, Véronique. Le mouvement des sages-femmes traditionnelles dans l'Amapá: une mobilisation féminine exemplaire et les limites du développement local. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, [s.d.].

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 7, jan./jun., 2002.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n.1, 2001.

COLPRON, Anne-Marie. Monopólio masculino do xamanismo amazônico: o contra-exemplo das mulheres xamã shipibo-conibo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, abr. 2005.

CORDEIRO, Rosineide de L. Meira. Vida de agricultoras e histórias de documentos no Sertão Central de Pernambuco. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007.

COSTA, Glauce Dias. Programa Saúde da Família: avaliação da atenção à saúde materno-infantil e representações de saúde de mulheres – município de Teixeira (MG) – Tese. *Ambiente e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, out./dez. 2007.

DI CIOMMO, Regina Célia. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 1, jan./jun., 2007.

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. Uma perspectiva criativa das políticas de desenvolvimento sustentável a partir das repercussões das práticas na vida das agricultoras norte-mineiras. *Cadernos do Núcleo Transdisciplinar de Gênero – NUTEG*, v. 2, n. 2, 2001.

JACINTO, Paulo de Andrade. Diferenciais de salários por gênero na indústria avícola da região Sul do Brasil: uma análise com micro dados. *Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 43, n. 3, jul./set. 2005.

KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.

KRETER, Ana Célia. A previdência rural e a condição da mulher. *Cadernos do Núcleo Transdisciplinar de Gênero – NUTEG*. v. 5, n. 2, 2005.

LASMAR, Cristiane. Irmã de índio, mulher de branco: perspectivas femininas no alto rio Negro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, out. 2008.

MACHADO, Denise. Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007.

MARIN, Joel Orlando. A socialização das meninas trabalhadoras. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 24, 1. sem. 2008.

MOTA, Dalva Maria da. Trabalho regular para os homens e precário para as mulheres na produção de frutas. *Ciência e Agrotecnologia*, Lavras, v. 29, n. 4, jul./ago. 2005.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. Enfocando as mulheres da floresta (resenha). *Ambiente e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan./abr. 2002.

NEVES, Delma Pessanha. Trabalho agrícola: gênero e saúde. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 7, 2. sem. 1999.

NOBRE, Miriam; Faria, Nalu. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. 2003.

OLIVER, Graciela de Souza; FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Ceres, as mulheres e o sertão. Representações sobre o feminino e a agricultura brasileira na primeira metade do século XX. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, jul./dez. 2007.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.

PAULILO, Maria Ignez S.. Mares e marés: o masculino e o feminino no cultivo do mar. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 15, 2. sem. 2003.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Vivências cotidianas de parteiras e experientes do Tocantins. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 2, jul./dez. 2002.

RAMOS, I. S.; ALEXANDRE, J.; M. ALVES, G.; VOGEL, V.; GANTOS, M. A indústria cerâmica vermelha de Campos dos Goytacazes e a inclusão social das artesãs da Baixada Campista através do projeto Caminhos de Barro. *Cerâmica*, São Paulo, v. 54, n. 331, jul./set. 2008.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Ambiente e Sociedade*, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. “Brincos de ouro, saias de chita”: mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz em Viagem ao Brasil (1865-1866). *Ambiente e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jan./abr. 2005.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. Sexualidade e civilização nos trópicos: gênero, medicina e moral na imprensa de Manaus (1895-1915). *Ambiente e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 0, dez. 2007.

SANTOS, Miriam Oliveira e ZANINI, Maria Catarina C. Comida e simbolismo entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil). *Caderno Espaço Feminino*, v. 19, n. 01, jan./jul. 2008. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), NEGUEM. 2008. p. 255-286.

SCHAAF, Alie Van Der. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, n.10, 2003.

SCOTT, Russell Parry. Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no Norte e no Nordeste. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007.

SEVERI, Carlo. Cosmologia, crise e paradoxo: da imagem de homens e mulheres brancos na tradição Xamânica Kuna. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, abr. 2000.

SILVA, Maurício Roberto da. Recortando e colando as imagens da vida cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das meninas-mulheres e das mulheres-meninas da zona da Mata Canavieira Pernambucana. *Caderno Cedes*, v. 22, n. 56, Campinas, abr., 2002.

TEMPASS, Martín César. Comida e gênero entre os Mbyá-Guarani. *Caderno Espaço Feminino*, v. 19, n. 01, jan./jul. 2008. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), NEGUEM. 2008. p. 287-312.

TORQUINST, Carmem Suzano. Parteiras populares: entre o folclore e a escuta. *Cadernos do Núcleo Transdisciplinar de Gênero – NUTEG*, v. 6, n. 1, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas. A visibilidade do trabalho das mulheres ticunas da Amazônia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007.

WHITAKER, Dulce C. A. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 22, n. 56, abr. 2002.



Este livro foi composto na fonte ITC Cheltenham, corpo 10.
em papel off-set 90g. (miolo) e Cartão Supremo 250g (capa).
produzido em harmonia com o meio ambiente.
Esta edição foi impressa em 2013.

“ Quem somos? Camponeses
O que queremos? Terra,
trabalho e justiça! ”



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

